Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Psicologia

Bárbara Silva da Rocha

O legado do herói: políticas de guerra e produção de masculinidades na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2023

Bárbara Silva da Rocha

O legado do herói: políticas de guerra e produção de masculinidades na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Profª. Dra. Anna Paula Uziel

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

R672 Rocha, Bárbara Silva da.
O legado do herói: políticas de guerra e produção de masculinidades na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro / Bárbara Silva da Rocha. – 2023.
275 f.

Orientadora: Anna Paula Uziel.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.

1. Psicologia social – Teses. 2. Segurança pública – Teses. 3. Polícia militar – Teses. I. Uziel, Anna Paula. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

br CDU 316.6

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Bárbara Silva da Rocha

O legado do herói: políticas de guerra e produção de masculinidades na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Apresentado em 17 de novembro de 2023.

Banca Examinadora:

_____

Profª. Dra. Anna Paula Uziel (Orientadora)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

_____

Prof. Dr. Marcos Antonio Ferreira do Nascimento
Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz

_____

Prof. Dr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

_____

Prof. Dr. Thiago Benedito Livramento Melicio
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

_____

Prof. Dr. Íbis Silva Pereira
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ

Rio de Janeiro

2023

À minha mãe e ao meu pai, pela insistência zelosa de toda uma vida que fez doutora a única filha.

AGRADECIMENTOS

Povoada
Quem falou que eu ando só?
Nessa terra, nesse chão de meu Deus
Sou uma, mas não sou só

Povoada
Quem falou que eu ando só?
Tenho em mim mais de muitos
Sou uma, mas não sou só

Sued Nunes – Povoada, 2021.

Inicio os meus agradecimentos com uma canção que deu tom a esse percurso. Povoada, é assim que me sinto: preenchida de mim e das/os muitas/os que me povoam a vida. Apresentar esta tese é vitória coletiva, nunca uma mera emancipação pessoal. Hoje, o meu sorriso é intenso, sincero, largo – de uma alegria que transborda. A minha gratidão é profunda, imensa e genuína.

Como não poderia deixar de ser, agradeço primeiramente à minha querida mãe, Adelina, por todo o amor, o cuidado e o respeito que nutrem e fortalecem a nossa relação. Ter você junto a mim, compartilhando conquistas e realizando nossos sonhos, é o mais lindo presente da vida. Obrigada por sempre! Agradeço ao meu pai, Joeran, por ser outro dos meus maiores presentes. Obrigada pelo acolhimento, por ser lugar seguro e destino certo. Muito em breve conseguiremos convencer a minha mãe a vir para Manaus e estaremos todos juntos mais uma vez.

Ao Saulo, o amor de uma vida. Agradeço por apostar na gente, por ter topado viver essa nova fase ao meu lado. Não tenho dúvidas de que a vida tem sido muito mais fácil porque tenho você por perto. Obrigada pelas louças lavadas e os dias de almoço na mesa enquanto eu escrevia o texto que deu origem a essa tese. Arrebentou muito, meu amor! É um prazer ter te encontrado.

À Gabi e ao Biel, os melhores afilhados do mundo, que me oportunizam, todos os dias, viver a experiência do cuidado. Vocês chegaram e floresceram a minha vida. Com vocês, tenho a real dimensão de que o tempo passa depressa e que o que realmente importa são os momentos que compartilhamos. Sinto saudades dos nossos abraços e voltinhas de carro, mas uma gratidão enorme por continuar acompanhando cada nova descoberta. Obrigada por me ensinarem tanto!

À Catarina, a minha irmã de mães divididas. Ao Júnior, o meu irmão de mães divididas. Por todos os momentos que fizemos nosso amor multiplicar e pelo incentivo em todas as minhas decisões. Vocês são os melhores primo-irmãos que eu poderia ter. Nossa conexão é pra sempre!

Ao Marcos, pelo encorajamento, pelos churras e por ter confiado a mim os meus amores.

À Anna Paula Uziel, orientadora das várias fases, a quem irei agradecer por toda a vida e de quem irei lembrar para sempre. Obrigada por me acolher e incentivar desde o primeiro dia. Ao seu lado vivi uma trajetória que sinto orgulho de ter percorrido e que tive a sorte de ser com você. Que infinitos outros novos trajetos se inaugurem a partir desse que, hoje, se encerra e que a nossa parceria se renove por outras trilhas cheias de cor e caminhos ensolarados.

A todos/as que compõem o Grupo de Estudos e Pesquisas Subjetividades e Instituições em Dobras e que, portanto, têm uma enorme relevância na minha formação como pesquisadora. Vocês foram imprescindíveis durante todo o processo de fiação dessa tese. Muito obrigada pelas trocas e por tanta inspiração. Agradeço, em especial, às/aos queridas/os Jimena, Luisa, Vanessa, Camilla, Aureliano, Gabi, Juraci, Thaís, Roberta, Pati, Mônica, Maria, Lucas, Juliana, Débora, Gizele, Nany, Larissa, Lívia, além dos demais integrantes que fazem desse um grupo inspirador.

À Deborah, minha grande parceira e incentivadora. Obrigada pela escuta, pelas risadas, pelo carinho e por torcer e comemorar comigo cada novo passinho dado. Certamente, tem muito de você e das suas palavras nas páginas desse texto. O doutorado fez muito mais sentido porque pude compartilhar essa desafiadora e intensa caminhada ao seu lado.

À equipe da Coordenadoria Psicossocial Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por me receberem com imenso carinho e terem se tornado tão importantes na minha vida. Obrigada pela recepção, que me faz perceber Manaus como a minha nova casa. Agradeço por estarem comigo e se alegrarem com a minha felicidade nessas duas etapas da vida que tanto sonhei: a defesa da tese de doutorado e a convocação para o TJAM. Agradeço, principalmente, à Bianca, Taysa, Jaime, Juliana, Giovana, Giuseppe, Izabela, Thaynara, Luana, Flávia, Lidiane, Marcos, Aline, Victória, Erika, Yasmim e Kalicia.

À banca examinadora, Pedro Paulo Bicalho, Thiago Melicio, Marcos Nascimento e Ibis Pereira, pela disponibilidade, por todo o cuidado e por serem inspiração de longa data.

À Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, por outra vez abrir os portões da fortaleza, que me permitiram passar e conhecer um pouco mais a fundo esse mundo que desperta a minha curiosidade, mobiliza as minhas paixões e produz inúmeras afetações.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por ter sido lar e continuar sendo.

À CAPES, pelo fundamental apoio financeiro.

E descobriria que na *guerra,* além da morte, há uma infinidade de outras coisas, há tudo aquilo que existe em nossa vida cotidiana. A *guerra* é vida também. Me depararia com uma quantidade incontável de verdades humanas.

Svetlana Aleksiévitch, 2016.

RESUMO

ROCHA, Bárbara Silva da. *O legado do herói:* políticas de guerra e produção de masculinidades na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 2023. 275f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro é uma organização que mobiliza reflexões. Via de regra, por se tratar de uma instituição que desperta afetos e paixões, quando reconhecida como campo de pesquisa, faz emergir na cena discursos polarizados, notadamente entrelaçados a aspectos controversos da sociedade. Dobrada pela imensidão do mundo "sangue azul", esta tese almeja acompanhar o conjunto de forças que conformam as tramas identitárias da caserna. Enquanto planos narrativos, o clamor à heroificação policial concorre com a dimensão subjetiva e objetiva da brutalidade, principal insígnia da PMERJ para a população fluminense, conferindo a dinâmica a que temos assistido nos últimos anos. Compreendendo a Polícia Militar como uma arena de disputas territorializadas por linhas duras e inflexíveis, o presente trabalho intenciona esquadrinhar, no uso do método cartográfico, as fissuras constantes no processo de criação dos códigos e símbolos institucionais, pretensamente homogeneizantes. Nas páginas registradas, as vozes daqueles/as que ajudaram a tecer as vivências compartilhadas: homens e mulheres, do quadro de oficiais e de praças, que integram o círculo hierárquico da Polícia Militar do estado. É nesse contexto, que a pesquisa propõe avançar por pistas capazes de questionar os caminhos frequentemente trilhados no âmbito da segurança pública, de forma a elucidar uma paisagem que não apenas radicaliza supostos lados, mas que a todo tempo também os rivaliza. Para tanto, visando acionar uma série de recursos que fazem ver e falar os binarismos que regulam o campo, os dispositivos de "gênero" e "guerra" ocupam posições centrais neste texto. Eles são elementos potentes na invenção dos analisadores que permitem mapear as forças em jogo, em meio à tarefa de traçar sentidos que escapem à leitura dicotômica de uma realidade que ansiamos transformar. No *front* da contenda, também morre quem atira. Entusiasta do combate, na presteza da missão, o "homem-de-guerra", não pode se deixar abater diante dos riscos. Esse é o pressuposto viril que o constitui. No sacrifício do legado, o resultado não haveria de ser outro: uma polícia cada vez mais desgastada, corrompida e letal. A investida guerreira é cruel, ela encaminha à exaustão e, em última análise, na geração de vidas descartáveis, intima a morte.

Palavras-chave: Polícia Militar. Cartografia. Gênero. Guerra. Masculinidades.

ABSTRACT

ROCHA, Bárbara Silva da. *The hero's legacy:* politics of war and the production of masculinities in the Military Police of the State of Rio de Janeiro. 2023. 275f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

The Military Police of the State of Rio de Janeiro is an organization that mobilizes reflections. As a rule, as it is an institution that awakens affections and passions, when recognized as a field of research, polarized discourses emerge on the scene, notably intertwined with controversial aspects of society. Doubled by the immensity of the "blue blood" world, this thesis aims to follow the set of forces that shape the identity fabrics of the barracks. As narrative plans, the cry for police heroification competes with the subjective and objective dimension of brutality, the main emblem of PMERJ for the population of Rio de Janeiro, giving the dynamic that we have witnessed in recent years. Understanding the Military Police as an arena of disputes territorialized by hard and inflexible lines, the present work intends to scrutinize, using the cartographic method, the constant fissures in the process of creating institutional codes and symbols, allegedly homogenizing. On the recorded pages, the voices of those who helped weave the shared experiences: men and women, officers and enlisted personnel, who are part of the hierarchical circle of the state's Military Police. It is in this context that the research proposes to advance along paths capable of questioning the paths frequently taken within the scope of public security, in order to elucidate a landscape that not only radicalizes supposed sides, but that also constantly rivals them. To this end, aiming to activate a series of resources that make the binaries that regulate the field visible and spoken, the devices of "gender" and "war" occupy central positions in this text. They are powerful elements in the invention of analyzers that allow us to map the forces at play, in the midst of the task of tracing meanings that escape the dichotomous reading of a reality that we long to transform. On the front line, those who shoot also die. Enthusiastic about combat, in carrying out the mission, the "man of war", cannot let himself be discouraged by the risks. This is the virile assumption that constitutes it. In the sacrifice of the legacy, the result would be no different: an increasingly worn out, corrupted and lethal police force. The warrior onslaught is cruel, it leads to exhaustion and, ultimately, in the generation of disposable lives, it invites death.

Keywords: Military Police. Cartography. Gender. War. Masculinities.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABHRJ –	Associação Beneficente Heróis do Rio de Janeiro
ADA –	Amigos dos Amigos
ADPF –	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
ALERJ –	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
APM –	Academia de Polícia Militar
BOPE –	Batalhão de Operações Policiais Especiais
BPM –	Batalhão de Polícia Militar
CAEs –	Coordenadoria de Assuntos Estratégicos
CAPES –	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP –	Comitê de Ética em Pesquisa
CESeC –	Centro de Estudos de Segurança e Cidadania
CFAP –	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CFO –	Curso de Formação de Oficiais
CFSd –	Curso de Formação de Soldados
CNJ –	Conselho Nacional de Justiça
CNPq –	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONEP –	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
COVID-19 –	Doença do Coronavírus 19
CV –	Comando Vermelho
CVLI –	Crimes Violentos Letais Intencionais
DGEI –	Diretoria Geral de Ensino e Instrução
DGO –	Diretoria Geral de Odontologia
DGS –	Diretoria Geral de Saúde
DPU –	Defensoria Pública da União
DRSP –	Diretoria de Recrutamento e Seleção de Pessoal
FBSP –	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
GEPSID –	Grupo de Estudos e Pesquisas Subjetividades e Instituições em Dobras
GT –	Grupo de Trabalho
HCPM –	Hospital Central da Polícia Militar
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IML –	Instituto Médico Legal
ISP –	Instituto de Segurança Pública
LAV –	Laboratório de Análise da Violência
MDIP –	Mortes Decorrentes de Intervenção Policial

MEC –	Ministério da Educação
MVI –	Mortes Violentas Intencionais
MP –	Ministério Público
MPF –	Ministério Público Federal
NEV –	Núcleo de Estudos da Violência
OMS –	Organização Mundial da Saúde
PCC –	Primeiro Comando da Capital
PM –	Polícia Militar
PMERJ –	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PMFem –	Policial Militar Feminino
PNI –	Programa Nacional de Imunização
PPGPS –	Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social
PRONASCI –	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
RDPM –	Regulamento Disciplinar da Polícia Militar
SEPM –	Secretaria de Estado de Polícia Militar
SESEG –	Secretaria de Estado de Segurança
SMTVS –	Serviço Militar Temporário Voluntário de Saúde
STF –	Supremo Tribunal Federal
SUS –	Sistema Único de Saúde
SUSP –	Sistema Único de Segurança Pública
TCLE –	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCP –	Terceiro Comando Puro
UERJ –	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

NAS INTERMITÊNCIAS DO CARTOGRAFAR: PRIMEIRAS PALAVRAS 14

1 "EM CADA MINUTO PASSADO, MAIS UM CAMINHO QUE SE DESCOBRIU": FIANDO TRAMAS RIZOMÁTICAS NO ENTRE MUROS DA CASERNA 30

1.1 A PANDEMIA EM TELA, A PANDEMIA EM MIM: A GUERRA DURANTE A GUERRA 34

1.2 ESBOÇOS DE UMA TRAVESSIA – OU "BEM-VINDA À POLÍCIA MILITAR" 45

1.2.1 *De portas abertas? O banheiro feminino enquanto elemento balizador de gênero* 53

1.2.2 *Dobrando a cena masculina: "qualquer coisa diz que foi um homem quem falou"* 61

1.2.3 *"A guerra não tem rosto de mulher" – Corpos policiados, feminilidades em trânsito* 66

1.2.3.1 *Entre a florzinha-vulnerável, a pedra-embrutecida e a guerreira-multiforme: os trânsitos da criação de um corpo-PMFem* 84

2 NO MEIO DO FOGO CRUZADO: DISPUTAS QUE A GUERRA INFLAMA 117

2.1 ENXUGANDO GELO E DERRAMANDO SANGUE: A INSTRUMENTALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE GUERRA 132

2.1.1 *Tempos de morte matada: da profusão dos discursos de ódio à autorização do extermínio* 133

2.1.2 *"Vá e vença"! Sentidos da guerra na espetacularização do herói ficcionado* 145

2.2 "ABELHA DE CHUMBO": AFETOS, EFEITOS E AS CONTROVÉRSIAS DE HABITAR O ENTRE MUROS 163

3 MISSÃO SERVIR E PROTEGER: COMO NASCEM OS HERÓIS? 182

3.1 VIDA DE BICHO, ALMA DE HERÓI: DA FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL 183

3.1.1 *A pedagogia da "suga": o processo de iniciação do sujeito-homem-guerreiro* 197

3.2 DAS MARCAS DA PASSAGEM: A RUA COMO TERRITÓRIO DO PROFANO 203

3.3 I SIMPÓSIO NACIONAL DE VITIMIZAÇÃO POLICIAL: NA ARENA, OS HERÓIS DA PMERJ 211

3.3.1 *Homens de honra, narrativas de guerra: a Polícia Militar como campo de disputas* 213

3.3.2 *Relatos do front: desdobrando a cena viril lá onde a guerra acontece* 217

3.4 QUANDO O CORPO TOMBA E A ALMA SANGRA: MORTE E LUTO NA PMERJ 233

3.4.1 *O grito eterno de um bravo guerreiro – ou, "mesmo com o sacrifício da própria vida"* 235

3.4.1.1 *Toque de silêncio: da elevação do guerreiro ao panteão de heróis* 238

CONSIDERAÇÕES FINAIS 243

"FORA DE FORMA": NA IMINÊNCIA DO PONTO FINAL, NOTAS QUE ECOAM 244

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 253

ANEXO 274

INTRODUÇÃO

A tela do celular anunciava a recusa do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), após sucessivas fases de análise. O parecer, em desfecho assinado pela respectiva coordenadora, sublinhava a ausência do termo de autorização institucional que chancelaria o meu acesso como doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGPS/UERJ), tanto na unidade sede, o Quartel General, quanto nos demais batalhões de polícia da capital fluminense. Muito embora o procedimento de submissão aparentemente cumprisse os requisitos validados pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que, no curso da pandemia, acolheu medidas excepcionais e temporárias de dispensa de alguns dos conteúdos protocolares necessários ao trâmite de aceite junto à Plataforma Brasil, constatar a sua não aprovação nas linhas finais do documento fez-se encomenda pelo redesenho de um traçado que, a partir de então, considerasse o retorno às ruas antes do previsto.

A mensagem eletrônica com a apreciação do Comitê chegou nas últimas semanas de um ano profundamente atípico. Sob a adoção do acrônimo que viria a popularizar sua nomenclatura técnica, a COVID-19 irrompeu, em caráter mundial, a vida e, de forma avassaladora, os rumos daquele 2020. Um tanto receosos, buscávamos assimilar as intensidades da tragédia que entoava coro ao sofrimento coletivo. As pistas recolhidas no trajeto endossavam uma postura agenciada na processualidade cartográfica ou, ainda, como versaria Suely Rolnik (2014), enunciavam uma presença que acompanhava e se fazia no tempo dos movimentos de transformação da paisagem. Da ausência de um roteiro prévio, fluxos de abertura produziam, eles mesmos, a calibragem do próprio desbravar. No Brasil, avançar tem sentido de resistir. Em outras palavras, seguir adiante parecia ser rota de acesso exclusiva para não sucumbirmos às rotineiras investidas negacionistas orientadas pelo chefe do Executivo Federal, ao sucateamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e à ruína econômica, que mesmo outrora, já não manifestava performances tão brilhantes. Cenas de uma disputa ritmada por compassos de incertezas, registros de mortes e novas contaminações que se avolumavam com impressionante rapidez, alimentavam boletins estatísticos e marcavam a passagem de um tempo sombrio.

Foram as análises do material genético de um novo vírus que passou a circular na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019, que informaram a presença de uma cepa ainda não observada em seres humanos. Tratava-se, pois, de um achado que, em seguida, recebeu o nome de SARS-CoV-2, do inglês *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2* – anteriormente caracterizado como 2019-n-CoV, pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Havia a hipótese de que morcegos de um mercado de animais vivos fossem os agentes transmissores originários.

Sem evidências, até então, de complicações clínicas relevantes que provocassem desassossego na comunidade médico-científica em função da contaminação humana por essa família de vírus, além de traços comuns de resfriado, o novo coronavírus, na contramão dos demais, mostrou-se responsável por um fenômeno que ficou conhecido como a "Doença do Coronavírus 19", uma infecção que, se agravada, poderia afetar o sistema respiratório de maneira aguda, levando, em alguns casos, à morte.

Todos os médicos da cidade foram convocados de urgência, pacientes contaminados ou em situação suspeita, mantidos em isolamento absoluto. O Brasil destinou resgate para recolher seus cidadãos. É nessa seara de descobertas e imprecisões que a COVID-19 se expande depressa por toda a extensão da China e avança em direção a países da Europa, da África e das Américas. A propagação do vírus que, a cada dia, fazia romper outras fronteiras motivou a OMS a declarar, a princípio, condição global de emergência em saúde pública e, tão logo, a concebê-la uma crise pandêmica. Inscrevendo o surto da doença nesse plano, a agência notabilizava que a irradiação do vírus havia evoluído sobre diferentes regiões geográficas. Frente a imprecisões e em face ao desconhecido, o distanciamento social, atrelado a outras etiquetas de cuidado e de higienização, eclodiu como estratégia substancial de mitigação dos altos índices de contágio. A fim de frustrar aglomerações e, dessa forma, reduzir demandas por atendimentos hospitalares, em quarentena, o mundo travou uma corrida contra o tempo visando fortalecer os meios físicos e humanos de complexos de saúde destroçados por uma crise humanitária imperiosa e fugaz.

***

Outubro de 2023. Um longo e desafiador percurso até aqui: os ajustes finais da fase de revisão de uma tese de doutorado. Curioso retomar o caminho e esbarrar, outra vez, na ânsia da busca por palavras capazes de transmitir os diversos mundos que encontrei durante os últimos quatro anos – três deles atravessados pela vida pandêmica. Mundos costurados no estreitamento do diálogo com a caserna, no contágio do coronavírus, na mudança de cidade por circunstância de um novo emprego, no acirramento das disputas presidenciais e dos seus impactos cotidianos, realidades que me assombravam à medida que reafirmavam minhas paixões. Nas linhas que se seguem, as vozes daqueles/as que ajudaram a produzir a vasta teia das vivências documentadas. Mas, afinal, do que fala a pesquisa? Por muito tempo, essa pergunta povoou meus pensamentos. Não seria demasiado dizer que ela ainda reverbera. É por isso que só agora entendo ser possível expor algumas palavras que deem conta de introduzir ao/à leitor/a os fios que narram a pesquisa. Não porque restavam dúvidas se, decerto, eles informavam uma *práxis* interessada pelas tramas

subjetivas que têm na guerra e no gênero dispositivos fulcrais à invenção do "policial-guerreiro" – figura basilar das políticas de segurança orientadas pela Polícia Militar. É que quanto mais eu avançava, menos me convencia de que essa era uma síntese acertada das experiências que pude compartilhar. Hoje, talvez ainda provisoriamente, compreendo que a pesquisa revela um pouco mais: ela evidencia o processo de desumanização da tropa policial militar na capital fluminense e a gestão política de seu corpo de trabalho, sob a ordem austera de uma fisionomia não-humana supostamente detentora do primado da paz.

Vetores articulados que, na arena de combate, denotam as investidas no embrutecimento policial, forjando subjetividades responsáveis por alterar os marcos referenciais que delineiam a relação com a morte e que, na aplicação limite do poder, tendem a coisificar o seu antagonista. Em comum, desvelam-se aqueles destituídos dos direitos mais elementares a qualquer cidadão, sobretudo, o direito de preservarem o viver. A passos lentos, decerto, intento recuperar o fôlego, volto a respirar, busco aprender de novo tudo o que me parecia óbvio e habitual, sigo apostando na vida. No trajeto, apesar do protagonismo de uma paisagem voraz, tive a sorte de acompanhar os desvios, contemplar o desprender das armaduras, testemunhar histórias que se humanizavam e ganhavam contornos mais mundanos diante dos meus olhos e ouvidos. Como das várias vezes em que presenciei a vida se fazendo no cuidado dispensado pelos agentes a dois cãezinhos que, há muito, encontraram abrigo em uma das unidades de polícia visitadas, ou de momentos outros em que esses mesmos agentes confidenciaram suas lágrimas, suas angústias e seus medos, longe da vigilância de seus pares, sem que isso fosse tomado, portanto, como conteúdo balizador dos parâmetros que consagram a honra ou a desonra de um "homem de guerra".

Antes de mais nada, as linhas que se avizinham compreendem um mergulho mais fundo no imensurável cosmos da caserna – terreno complexo, instigante e, por vezes, desumanamente humano em seus códigos, valores e linguagens. Manifestações discursivas que, no bojo do fazer cartográfico, em um vai e vem que desobedece a padrões lineares, instigam análises e provocam reflexões acerca de como, por meio de um conjunto de diagramas de poder, planos existenciais têm sido atualizados nas fronteiras porosas da fortaleza policial militar. Dobrada pela imensidão da experiência "sangue azul" encontro-me, enfim, com o fio que inaugura essa jornada.

Nas intermitências do cartografar: primeiras palavras

Era o início do segundo ano do meu processo de doutoramento em Psicologia Social na UERJ, território que me acolheu desde a graduação, há quase doze anos, e que não sem motivos costumo chamar de casa. Àquela altura, havia findado grande parte das disposições curriculares e ensaiava ações de entrada na instituição policial militar. Uma desejada vivência de construção

profissional entrecortada, cotidianamente, por uma expressiva via da cidade, a Linha Vermelha, circuito de passagem que liga milhares de pessoas ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, todos os dias, e faz circular sonhos como os meus. Percurso de mais de uma década, dos acessos que unem a Ilha do Governador ao Maracanã, roteiro de histórias e de conquistas – as minhas e as de muita gente. Um trânsito interrompido, contudo, desde quando canais de mídia passaram a noticiar a manifestação de uma dita pneumonia de causa desconhecida e o rápido aumento do número de casos confirmados, pela China, à Organização Mundial da Saúde. No curto intervalo de tempo entre declarações incipientes, da divulgação do código genético do vírus e do decreto da pandemia, com registros de transmissão e letalidade cada vez mais velozes, o mundo se viu diante dos custos de um inédito desastre sanitário em ebulição.

Nos dias anteriores ao decreto, o Brasil se despedia de um dos maiores eventos culturais do país, o Carnaval, sob tela do primeiro caso de contaminação pelo novo coronavírus em nosso solo. Na ocasião, um homem de 61 anos de idade, do estado de São Paulo, que tinha regressado de viagem à Itália, procurou serviço de saúde alegando problemas respiratórios. A Europa vivia situações dramáticas em algumas das suas regiões. Ainda que apresentasse incômodos clínicos, seu quadro não gerou complicações e o paciente foi então liberado para seguir o tratamento em casa, respeitando as medidas de isolamento social. Não demorou muito até a veiculação pública, no dia 16 de março, do nosso primeiro óbito[1]. À época, o Ministério da Saúde aguardava, ainda, o resultado de outros casos suspeitos, que acabaram confirmados em averiguações laboratoriais. No Rio de Janeiro, em Miguel Pereira, testagens comprovaram a morte por COVID-19 de uma mulher de 63 anos, com históricos de diabetes e hipertensão. As notícias, porém, não cessaram; novos episódios eram registrados todos os dias. Às equipes de controle, não havia mais dúvidas: o vírus aterrissara em nossas fronteiras. Diante da arena de horror que se assentou nas semanas seguintes, no rastro da alcunha do inimigo invisível, assistimos ao Brasil e ao mundo declararem "guerra" contra o novo coronavírus.

Nas trincheiras de combate, esbarramos em nossa desvantagem. A pandemia escancarou o sucateamento do sistema de saúde brasileiro, fruto da ausência reiterada de investimentos em políticas implicadas na minoração de uma realidade fundamentalmente desigual. Nesse sentido,

[1] Embora o Ministério da Saúde tenha oficialmente referenciado a data da primeira morte por coronavírus no Brasil ao dia 16 de março de 2020 – um homem de 62 anos, do estado de São Paulo, pertencente ao nomeado "grupo de risco" em razão de sua idade avançada, que apresentou agravos decorrentes da característica de comorbidade com outras doenças crônicas –, em junho do mesmo ano, a pasta corrigiu a então informação e, em nota, atestou que o primeiro caso de óbito confirmado – uma mulher de 57 anos, que vivia na cidade de São Paulo – aconteceu no dia 12 de março de 2020, quatro dias antes da data inicialmente divulgada pela entidade administrativa. A mudança, nada trivial, fez com que o progresso da mortalidade por COVID-19 no país fosse consecutivamente reposicionado (AGÊNCIA BRASIL, 28 jun. 2020).

a crise aprofundou o que, sobretudo nos últimos anos, já vinha sendo encarada como agenda de resistência no país: a educação pública de qualidade e os efeitos práticos do desmonte enquanto projeto político sobre a produção científica nacional. O drama vivido impeliu destinos tortuosos quando nos defrontamos com o atual fenômeno sanitário, circunstância que forjou uma série de deslegitimações sem precedentes em nossa história recente – mesmo se equiparadas às difíceis disputas pregressas. Ações de desprestígio amparadas pelo acentuado corte de verbas remetidas ao desenvolvimento e à publicização das pesquisas precarizavam o que antes parecia limitado, sobrelevando, em detrimento do trabalho científico e sem quaisquer constrangimentos, opiniões ordinárias ao *status* de verdade.

Como a outra face do trágico enredo totalitário, infringindo premissas fundamentais do Sistema Único de Saúde, deparamo-nos com o projeto de militarização sanitária no instante em que o país despontava como um dos epicentros do coronavírus, figurando o segundo lugar, atrás apenas dos Estados Unidos, no número total de mortes. Do franco ataque à ciência subscrito na retórica militarizada, em marcha contrária às diretrizes democráticas, o Ministério da Saúde foi então tomado por membros das forças armadas[2], em sua maioria, desprovidos de competências técnicas de administração de crises sanitárias, reduzindo as questões de saúde pública brasileira à tutela militar[3]. Com postos estratégicos sendo substituídos por interesses dos homens de farda, o general Eduardo Pazuello assumiu a gestão da pasta como ministro interino após conturbados períodos que marcaram as experiências de passagem de dois representantes civis da ala médica – oportunidades em que os ex-ministros protagonizaram cenas de desacordo com as aspirações do presidente Jair Bolsonaro sobre os rumos da produção de respostas à pandemia[4].

Da decisão de politizar anseios negacionistas e militarizar condutas de saúde delimitadas pela ausência de proposições técnicas, fomos testemunhas da interiorização do contágio no país quando o novo vírus aplacou, de forma mais intensa, o destino da população inscrita nos estratos

[2] A página eletrônica do El País Brasil divulgou que ao menos vinte e cinco militares foram nomeados para compor a pasta do Ministério da Saúde no curso da pandemia. O canal de notícias salientou os graves impactos da recente estruturação do órgão, sobretudo no que tange ao compromisso com diretrizes técnicas que, apesar da emergência humanitária, não se faziam privativas às agências do novo vírus. Além de encaminhamentos um tanto controversos quanto às agendas da COVID-19 no Brasil, outras normas de controle de doenças crônicas e campanhas de saúde vinham sendo negligenciadas por seus atuais membros (EL PAÍS, 13 jul. 2020).

[3] Sobre a gestão militarizada dos programas governamentais, Oliveira (2014, p. 130) sustenta que "a tutela é uma forma de dominação marcada pelo exercício da mediação e ancorada no paradoxo de ser dirigida por princípios contraditórios que envolvem sempre aspectos de proteção e de repressão, acionados alternativamente ou de forma combinada, segundo os diferentes contextos e os distintos interlocutores".

[4] Os médicos e, agora, ex-ministros, Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, que assumiram, em dados momentos e, respectivamente, a administração do Sistema Único de Saúde, se recusaram a referendar medidas destituídas de respaldo científico, como o uso do fármaco hidroxicloroquina no tratamento da infecção por coronavírus e o plano de distanciamento social como estratégia epidemiológica ineficaz de contenção sobre taxas de transmissibilidade, condutas insistentemente recepcionadas pelo Governo Federal.

de vulnerabilidade. Outra vez a pobreza irrompia como elemento catalisador da ordem desigual indo de encontro à ideia falaciosa dos efeitos igualitários provocados pelo que ficou conhecido como "vírus democrático". Foi nessa conjuntura que a incidência de óbitos por COVID-19 entre favelas e periferias atingiu níveis alarmantes e a subnotificação da doença, alicerçada pela falta de testagens, descortinou a conveniência pela não transparência do progresso do vírus no Brasil em um período da pandemia onde os gráficos de mortes e contaminações indicavam movimento ascendente entre áreas empobrecidas e, por conseguinte, entre pretos e pardos[5]. Sem embaraços, o Ministério da Saúde, na figura de suas principais autoridades decidiu, ainda, por romper com práticas de pronunciamento diário em rede nacional (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Convém lembrar que essa não é uma tendência recente no Brasil. A escalada militar, em sua afiliação mais ou menos esgarçada, a depender do contexto em validade, de forma notável, não se encerra na cena pública da vigente crise sanitária. Conforme destacado por Souza (2015), os militares nunca deixaram o espaço da política e ainda se ocupam de posições importantes na burocracia estatal. Na realidade material de uma democracia meramente formal, sob o plano de sociabilidade que se produz, reproduz e se alimenta da desigualdade, a segurança pública, com base em um projeto político de militarização, vem se despossuindo, cada vez mais, da dimensão constitucional que lhe atesta como direito fundamental, na medida de sua captura por contornos político-eleitoreiros visivelmente custosos e pouco efetivos à população. É o que relatam Muniz e Almeida (2018) ao reiterarem a consolidação da segurança pública como palco de uma prática de espetáculo operacional subscrita na produção de escassez do método repressivo em razão do seu emprego desmensurado, desprovido de objetivo focalizado e, nessa perspectiva, despendido de qualificação ao se limitar "aos moldes de uma polícia ostentação que, de tão barulhenta, faz multiplicar a percepção de insegurança pela proliferação dos sons dos motores das viaturas, das sirenes, dos tiros de fuzil e metralhadoras" (MUNIZ; ALMEIDA, 2018, p. 104).

A produção discursiva de que o país enfrenta uma incontestável dinâmica de guerra tem engendrado sentimentos de medo e insegurança coletivos que, ancorados na ideia presumida de que o uso máximo da força atuaria como expediente solucionador da problemática da violência urbana, revigoram o apelo por maiores incentivos a uma política pública de segurança afeita ao disciplinamento e à sofisticação dos aparelhos punitivos que ordenam, fiscalizam e exterminam uma clientela tomada como "perigosa". Rotineiramente, são propagadas pela mídia corporativa

[5] A despeito de duras críticas, as designações de raça/cor admitidas atualmente no Brasil e validadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fundam um conjunto de cinco categorias oficiais: branca, preta, parda, amarela e indígena. Nessa direção, recorre-se à categoria "negra" como referência para a articulação dos segmentos estatísticos "preta" e "parda" (PETRUCCELLI, 2013). Para efeitos dessa tese, a autodeclaração dos entrevistados será o critério adotado como medida de análise.

notícias que expõem a questão da violência, quase sempre associada às favelas e periferias, pelo âmbito da lógica binária do herói que se contrapõe à figura do bandido. É nesse quadro investido de terror, que a política de proibição às drogas realimenta a mecânica ostensiva assentando, em lados opostos, no *front* armado da batalha, homens da Polícia Militar (PM) – aqui, estritamente, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – e varejistas do comércio ilícito de entorpecentes (COIMBRA, 2001; ROCHA, 2019; SOARES, 2019).

Nessa direção, nos fios que alinhavam tramas à presente pesquisa, mesmo que a temática da segurança pública circunde disputas um tanto mais extensas, valho-me do recorte da tratativa das drogas por meio da produção de narrativas de guerra, à medida que é sob esse bojo que elas vêm sendo conformadas como construto hegemônico de criminalização e, portanto, tensionadas por forças de lei e ordem, que fazem manifestar predileções por um segmento social racialmente definido e por certas performatividades generificadas, semelhantemente restritas. É nesse plano, que busco me debruçar sobre as nuances e meandros daquilo que se territorializou como o *ethos* dos programas de segurança pública no país: as "masculinidades guerreiras" (ZALUAR, 2012). Essa não é, pois, uma decisão despretensiosa: o arranjo masculino se instaura como maioria nas instituições policiais. De igual forma, são os homens quem desfrutam o poderio mais expressivo no mercado das drogas[6]. Perante um dispositivo que combina gestão dos riscos à tática guerreira são os homens jovens, negros, que circulam nos perímetros favelizados e/ou ocupam os quadros da PM, via de regra, os que, como soldados rasos, rivalizam nas trincheiras armadas dos limites urbanos e, nos estímulos diretos à participação na cena política que põem violências a funcionar, fabricam pistas fundamentais à tessitura dessa cartografia.

[6] Nessa discussão, tem algo de inquietante na afirmação da predominância de homens na esteira das disputas pelo poderio da rede de drogas. Isso se dá em razão da apuração de um crescimento efetivo da participação de mulheres no tráfico e, por conseguinte, da constatação de um número elevado de condenações femininas nesse tipo de crime. Grande parte da escassez de uma literatura crítica e consistente acerca do engajamento de mulheres em atividades criminosas e/ou violentas se justifica por asserções enviesadas que situam as trajetórias femininas no polo irrestrito da vitimização e resignação à fisionomia masculina. O apagamento das mulheres como perpetradoras de ilicitudes é, assim, tradicionalmente alimentado pela ideia da menor gravidade do delito quando não, no plano específico do tráfico de drogas, articulado à subordinação de seus relacionamentos com parceiros reconhecidamente envolvidos com o crime. Condicionadas aos meandros da criminalidade masculina, haveriam de ter que assumir os infortúnios da cumplicidade diante das infrações cometidas pelos homens com quem compartilham a vida. O que as reflexões focadas na submissão feminina deixam de considerar é o papel ativo das mulheres que resolvem deliberadamente investir em práticas delituosas. Duplamente transgressoras, da lei e das prescrições sociais de gênero, rompem com as expectativas da inabilidade feminina para o crime. Extrapolar as narrativas que inscrevem as mulheres no lugar de vítimas, não sugere desprezar essa realidade. Como nos segmentos formais de trabalho, no mundo das ilicitudes, é o público feminino que, usualmente, assume funções subordinadas, efetuando tarefas menos valorizadas social e financeiramente. São tensões como essas que editam pistas cardinais ao reconhecimento e às desterritorializações dos papéis de gênero que regulam a sociedade – e, nesse âmbito, as disputas pelo poderio do comércio de drogas, onde as masculinidades regem a cena. Para Barcinski e Cúnico (2016), o reducionismo das premissas que situam mulheres ora como vítimas, ora como seres emancipados das amarras históricas, negligencia a complexidade das suas trajetórias no crime e de tudo aquilo que marca as suas escolhas de vida (ou a falta delas).

No Brasil, segundo números da "Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública", com a atualização corrente de suas bases pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (2019), de um total de 411.241 policiais militares na ativa, 357.501 agentes do plano funcional de praças e oficiais representam o sexo masculino[7]. À proporção que o exame incide sobre procedimentos operacionais no estado do Rio de Janeiro, os homens chegam a responder por 94, 9% do efetivo profissional. Consoante ao que assegura Schactae (2016), nas análises sobre a produção de uma identidade institucional[8], figuram pistas importantes à apreensão de seus modos de organização. Fabricada nesses códigos, a dominação masculina, por vezes, sequer, é problematizada. Assim, é precisamente nesse campo de explícita naturalização entre os diagramas militares e construtos guerreiros, que as agendas acerca das questões de gênero das/nas polícias, despontam enquanto estatuto desprivilegiado nas fronteiras da caserna. Não obstante, para Moreira (2008), ainda que timidamente, o debate crítico, ao que se percebe, vem ganhando força nos espaços militares nos últimos anos, reflexo da maior abertura também na sociedade mais ampla. Em razão dessa ainda ser uma realidade pouco expressiva, a identidade institucional da corporação persiste assinada pela matriz discursiva da força bruta masculina, agenciando limites pretensamente cristalizados

[7] O achatado contingente policial feminino nos ajuda a pensar o ingresso tardio das mulheres nas Polícias Militares. Elas foram recebidas nas instituições no início dos anos 1980, no período de redemocratização do Estado brasileiro, depois de 175 anos da fundação da primeira força policial ostensiva no país. O lapso temporal indica que essa não é uma constatação corriqueira. Ainda que inserida no decurso de um processo histórico de conquistas e ampliação formal dos direitos civis, Soares e Musumeci (2005) afirmam que a admissão de mulheres nas instituições militares não derivou de apelos por parte dos movimentos sociais e, tampouco, se firmou pela oferta de uma nova atmosfera de desenvolvimento profissional às mulheres, mas como uma possibilidade de tornar mais "humana" a imagem da polícia, muito desgastada em função de sua participação acentuada na pregressa ditadura: "a absorção dos quadros femininos parece ter respondido a uma crise da própria instituição, que necessitava desfazer a imagem truculenta, enfrentar o estigma da corrupção e adotar, diante da população, uma face mais humana, moderna e profissional" (SOARES; MUSUMECI, 2005, p. 177). É essa mesma clivagem de gênero na matriz policial, que nos permite ver uma série de prescrições vinculadas ao léxico da criminalidade, cujo enredo se perfaz eminentemente masculino (BARCINSKI; CÚNICO, 2016; MUNIZ, 1999).

[8] Para pensarmos a concepção de identidade aqui utilizada, faz-se preciso pôr em movimento a ideia de produção de subjetividades em Guattari e Rolnik (1996). Uma primeira linha de compreensão, refere-se à observação de que as subjetividades circulam nos conjuntos sociais; elas são fundamentalmente fabricadas, modeladas, recebidas e consumidas, ou seja, são permeadas por tensões, contradições, historicidades, temporalidades, que são assumidas e experienciadas pelos sujeitos em suas existências particulares. Nesse sentido, "o modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade" (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 32) – a esse processo, os autores nomeiam de singularização. No plano de forças que cola as produções subjetivas a uma rede relacional específica, norteando formas de ser e de estar no mundo possíveis dentro de uma coletividade são, portanto, as regulamentações de poder que permitem capturar esses modos de existência identificados por categorias discursivas e localizados histórica e socialmente. Thiago Melicio (2014, p. 93) resume o entendimento dizendo como "processos singulares, presentes nas diferenças, nas diversidades, nas formas estéticas não vinculadas às ideologias circulantes, acabam capturados e categorizados em pseudo-entidades, causando a supressão das suas múltiplas inteligibilidades em detrimento de um julgamento social preciso e unidirecional".

e disputando conformações mais ou menos honrosas de se fazer um "sujeito homem" na guerra. A dimensão viril assume, então, lugar de destaque nas análises dos equipamentos de segurança:

> As instituições militares e/ou policiais são pautadas pela característica viril, entendida como a capacidade para a ação, para a guerra, a arte de se sobrepor com a utilização da força somada à potência sexual também entendida como virilidade física. De forma relacional, a virilidade é constituída enquanto discurso diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, uma vez que as propriedades históricas do homem viril são construídas em oposição às mulheres (MOREIRA, 2008, p. 1).

Isso posto, no que tange à formação de um *ethos* que não somente produz a subjetividade institucional, mas que também é acionado por ela, atravessada por um conjunto de estereotipias militares, repletas de símbolos, práticas, valores e condutas, as performatividades de gênero nas corporações policiais falam, hegemonicamente, de fluxos mobilizados por um pressuposto ideal de masculinidade. Na intenção de reafirmar o masculino enquanto poder dominante, a demanda pela extirpação do inimigo toma a hostilidade como técnica de gestão pela imposição do poder, que se revela no processo de constituição das vidas indignas de serem vividas (D'ELIA FILHO, 2015). Ainda pelas lentes de um projeto de segurança em que a política de morte não é somente autorizada, mas tacitamente reivindicada, o morticínio se faz estímulo rotineiro e indispensável às iniquidades instrumentalizadas por um Estado que empreende, no exercício da força policial, a observância histórica dos pressupostos de controle e extermínio – resquícios de um regime de arbitrariedades não superado. No ajuntamento dos fatores seletivos e repressivos, justificam-se os abusos policiais, as ações ilegais e, enfim, a subtração de seu suposto opositor (MUSUMECI; MUNIZ, 2000; SCHACTAE, 2016; SOARES, 2019).

Finalmente, como efeito da ordem contemporânea, guerra e segurança confundem-se no terreno urbano ao passo que o dispositivo militarizado funda novas fronteiras e, com habilidade, inscreve a gestão dos riscos entre limites porosos e imprecisos. Uma ação de prioridade política, em meio a fronteiras polarizadas – onde a extrema direita avança sob o primado do justiçamento e um grupo progressista exclama o fim da PM –, subscritas na inversão de papeis constitucionais que delimitam, assim, competências quanto à aplicação dos meios de força combatente e força comedida (SOUZA, 2015). É nesse campo de guerra militarizada, judicializada e burocratizada, onde imperam a miséria, a discriminação, a barbárie e a violência (DE GARAY HERNÁNDEZ, 2018), que a criminalização do varejo de drogas se acentua como eixo medular de um complexo sistema. A truculência e a perversidade previstas nas políticas militares incorporadas pelo Brasil e, precipuamente, pelo Rio de Janeiro, têm nos regimes proibicionistas, na interação de aspectos morais e punitivos, a validade dos planos de segurança dirigidos à extirpação das subjetividades criminosas. Na falácia da guerra, a realidade que se impõe, na contramão daquela que, outrora,

fomos instados a acreditar, não se dirige ao circuito mercadológico das substâncias ilícitas, mas, em absoluto, à administração seletiva do aparato punitivo com vistas à segregação e à anulação de determinados agrupamentos populacionais (ROCHA, 2019; RODRIGUES, 2012).

Isso faz com que uma questão se mostre substancial cabendo, portanto, perguntar: afinal, "quanto custa proibir"? Essa foi a indagação que enredou um recente trabalho coordenado pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), instituição referência no país, dedicada às competências públicas da segurança, do sistema de justiça criminal e das políticas de drogas no Brasil. Apreendendo a pergunta como elemento disparador, a pesquisa expôs o interesse de conferir destaque aos elevados custos de um plano de governo que tem na proibição das drogas o seu protagonismo político. O estudo realça que em tempos como os que vivemos hoje, de teto de gastos públicos e crise econômica mundial alavancada pela pandemia do novo coronavírus, demandar questões que façam ver e falar sobre os investimentos governamentais eleva-se como elemento primordial das disputas acerca do programa socioeconômico brasileiro e das diretrizes fundamentadas na garantia de direitos. Conforme Lemgruber (*et al.*, 2021), esses são conteúdos definitivamente pertinentes quando do destaque às políticas de segurança pública.

> Em muitas partes do mundo a proibição de determinadas drogas se manifesta na sua versão mais violenta e militarizada: a chamada guerra às drogas, uma política baseada no suposto de que, para diminuir ou extinguir o consumo das substâncias, é preciso combater sistematicamente quem as produz e as vende. [...] As trágicas consequências dessa guerra estão bem documentadas: brutalidade policial contra as populações periféricas, corrupção de agentes estatais, formação de grupos paramilitares e de extermínio, incentivo ao comércio ilegal de armas e encarceramento em massa são algumas delas. Nas grandes cidades brasileiras, a guerra às drogas impõe um estado permanente de terror aos moradores de favelas e periferias, a quem são negados os direitos básicos à saúde, segurança, ao ir e vir. Embora possam parecer fatos distintos, a proibição e a guerra às drogas tendem a convergir. Em diversas sociedades é impossível dizer quando uma termina e a outra começa. Por um lado, a proibição oferece os instrumentos legais para que a guerra às drogas se justifique como política legítima: se não houvesse a proibição, os Estados não precisariam combater militarmente o comércio de certas substâncias. Por outro, a guerra coloca em prática e leva até as últimas consequências os princípios-base da proibição. O controle violento de corpos e populações, em certas sociedades, é condição fundamental para que a proibição funcione (LEMGRUBER *et al.*, 2021, p. 10).

No vácuo das proposições democráticas, bem como na esteira do debate sobre o colapso sanitário, parece não haver dúvidas de que o paradigma da guerra representa um modelo custoso aos cofres públicos nacionais. Ainda no que se reporta à pesquisa referenciada, no ano de 2017, foram gastos cerca de 1 bilhão de reais, apenas no Rio de Janeiro, na aplicação da Lei de Drogas pelo sistema de justiça criminal. As cifras investidas se avaliam ainda mais assustadoras quando somados ao montante direcionado ao estado de São Paulo, algo em torno de 4,2 bilhões de reais, e comparadas ao empenhado, em 2021, nas duas das mais relevantes instituições de fomento à pesquisa e à ciência no país, a Capes e o CNPq: cerca de 3,6 bilhões de reais – um investimento

de abrangência nacional, notadamente inferior ao concedido à regionalização da Lei de Drogas no Rio e em São Paulo[9]. Ainda que a esteira da recessão econômica gerada pela pandemia tenha produzido impactos diretos na receita nacional, de modo geral, o período anterior à COVID-19, entre 2015 e 2018, já havia testemunhado uma queda acentuada de 25% no gasto orçamentário federal cedido à pesquisa e à inovação tecnológica, como explanou o "Relatório de Ciências da UNESCO" (SCHNEEGANS; LEWIS; STRAZA, 2021). Frente às equivalências, a distribuição do orçamento público faz-se motivo de atenção, ao passo que expressa como governos, no plano histórico, vêm custeando recursos vultosos em políticas que tocam violentamente certos grupos, intensificando desigualdades. Isso posto, cumpre dizer, que tais análises não se concentram, tão somente, no caráter desproporcional da aplicação da verba na Lei de Drogas em detrimento de outras despesas, mas à forma como têm se delineado as forças e fluxos que celebram as decisões governamentais nos tempos atuais da dinâmica brasileira.

Em meio a seu manifesto "fracasso", a retórica da guerra, além de não informar qualquer redução na venda e no consumo das drogas, segue operando, por outras vias, políticas de morte balizadas no agravo da crise socioeconômica e da desigualdade no país. Apesar das orientações sanitárias em favor do isolamento domiciliar e do distanciamento social, no cenário vigente, as favelas e periferias, em particular no Rio de Janeiro, quando não acometidas pelas ingerências da contenda viral, parecem não poder escapar, porém, dos riscos diários e diretos da política de segurança inscrita no paradigma da guerra (LEMGRUBER *et al.*, 2021; SOUZA *et al.*, 2020). No esteio da leitura cartográfica, os dados aqui traçados não têm por finalidade o encerramento da discussão. Diferente da forma como outras correntes pensam a pesquisa e seus instrumentos de investigação, os números não nos servem como fração irredutível em nome da qual tudo se justifica, mas visam à abertura a um repositório de indagações que excedem o domínio "quanti" do problema, demarcando a ânsia pela apreensão do que os dados fazem falar sobre os processos e, portanto, sobre as forças que nos conduzem subjetivamente. Nesse campo, o que está presente na fabricação de uma cifra específica interessa muito mais do que a sua representação numérica

[9] A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, respectivamente, Capes e CNPq, são as principais ferramentas de incentivo à pesquisa e à tecnologia no país. O decréscimo de investimentos traz prejuízos ao trabalho de pesquisadores/as e universidades, que veem seus projetos, o desenvolvimento de pesquisas e o potencial de inovação atravancados pela falta de verba e desvalorização profissional. O que ocorre, pois, é que a redução do orçamento público destinado afeta o progresso científico. Uma grande fatia da produção científica nacional é realizada em Programas de Pós-Graduação que têm nas bolsas de estudo oportunidades de financiamento, bem como se enredou parte desta pesquisa. Após o bloqueio da verba pelo Ministério da Educação (MEC), ainda no governo Bolsonaro, e desde 2013 sem quaisquer alterações, foi divulgado, nas primeiras semanas de 2023, já no mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um reajuste de 40% no valor das bolsas de mestrado e doutorado e outras fontes de ensino em dimensões distintas. O montante de R$ 1.500 e R$ 2.200 subiu para R$ 2.100 e R$ 3.100, beneficiando pesquisadores/as de todo o território nacional (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2023).

ensimesmada – ela é uma parte do fluxo e não o desfecho (CÉSAR; SILVA; BICALHO, 2013). Na articulação qualitativa dos dados, o que se identifica é a primazia do Estado por uma política firmada no confronto, com custos excessivos e ação substancial sobre vidas em vulnerabilidade.

Na pandemia, os custos já elevados sugeriram um crescimento ainda mais vertiginoso. De acordo com levantamentos feitos por pesquisadores da Rede de Observatórios da Segurança (RAMOS; NUNES, 2020) entre os dias 15 de março e 19 de maio de 2020, foram computadas 209 operações policiais no estado, totalizando 69 mortes. Só no mês de abril foram registrados 58% a mais da fração de casos letais nessas ações quando comparadas ao ano anterior. Em meio à abstração estatística e às histórias que dão contorno ao drama cotidiano atualizado a cada vinte e três minutos no Brasil, a morte de um jovem negro (VEIGA, 2019), João Pedro Mattos Pinto[10], aos 14 anos de idade, foi outra vítima dessa guerra insana. João foi executado enquanto brincava com os primos em casa durante operação conjunta entre as polícias Civil e Federal. No local do crime, vestígios de mais de setenta disparos denunciavam a tragédia. Sem quaisquer notícias, a família deu início a uma peregrinação por hospitais e delegacias, só o reencontrando no Instituto Médico Legal (IML), dezessete horas após o acontecido (CNN Brasil, 2020). A morte do jovem João Pedro traz à cena a concretude de um conjunto de infortúnios preditos, o racismo estrutural se faz revelar na crueza dos dados. É o que mostra uma recente publicação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre o perfil das vítimas de intervenções policiais:

> No Brasil, casos como o de João Pedro, Mizael e Rogério [jovens executados durante ações de competência estatal] somam-se às recentes vítimas das intervenções policiais com resultado morte no país, cujo perfil, majoritariamente formado por jovens, negros e do sexo masculino, deve ser considerado enquanto uma evidência na formulação de políticas públicas de segurança e de controle do uso da força. Assim como os casos dos três garotos, as vítimas das intervenções policiais são do sexo masculino, com poucas e raras exceções. A análise dos dados do ano de 2019 indicou que 99,2% dos mortos eram homens. [...] Ao todo, 74,3% das vítimas de intervenções policiais eram jovens de no máximo 29 anos. [...] No que tange à raça/cor, 79,1% das vítimas de intervenções policiais que resultaram em morte eram pretas e pardas, indicando uma sobrerrepresentação de negros entre as vítimas da letalidade policial [grifo nosso] (BUENO; PACHECO; NASCIMENTO, 2020, p. 89-90).

Quando, contudo, o que está em discussão é o genocídio da população negra, precisamos incluir a morte dos agentes policiais. Aqueles que no gráfico de poder estão dispostos, em geral, no fluxo operacional de praças, base da tropa. Sob as lentes da guerra, o Brasil é recordista nos

[10] Sob pressão da sociedade civil e de movimentos sociais, no momento em que o país assistia a uma sequência de operações violentas nas favelas cariocas, dentre as quais, uma que levou à morte do jovem João Pedro, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, concedeu liminar, em 2020, proibindo operações policiais nesses espaços do Rio de Janeiro, enquanto perdurasse a pandemia. A ADPF 635 – ou a dita "ADPF das Favelas" – foi construída coletivamente e teve como intento o reconhecimento e a adoção de medidas capazes de mitigar as graves violações decorrentes da política de segurança pública instrumentalizada no estado. Em função da sua importância, o assunto será melhor esquadrinhado mais adiante.

registros de letalidade violenta civil e militar. No *front* da contenda, também morre quem atira. Uma realidade que se desvela não apenas no número de baixas das ações financiadas pela lógica da guerra, mas que figura como decorrência de uma saúde mental fragilizada por uma atividade costumeira absolutamente intensa, mal remunerada e alheia a condições dignas de trabalho, em que o policial militar é intimado a se despir de sua condição humana para fazer da indumentária o seu traje de herói. Como composto dessa narrativa, o clamor à heroificação policial constrange a dimensão subjetiva da brutalidade, que perfaz toda dinâmica a que temos assistido nos últimos anos. Entusiasta do combate, o "sangue azul", na presteza da missão, não pode se deixar abater diante da morte. Essa é a regra que o produziu. O resultado, entretanto, não haveria de ser outro: uma Polícia Militar cada vez mais desgastada, corrompida e letal. A investida guerreira é cruel, ela encaminha à exaustão e, em última análise, na geração de vidas descartáveis, intima a morte.

> Em relação ao total de policiais militares e civis vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) [...] – o número considera policiais da ativa, mortos em confronto ou por lesão não natural, e não inclui casos de acidente de trânsito e suicídio – [...] segundo os dados disponibilizados pelas gestões estaduais, os estados registraram 172 policiais civis e militares vítimas de CVLI em 2019, ante 313 no ano anterior – o estado de Goiás foi o único que não apresentou informações. Do total, 62 (6 policiais civis e 56 policiais militares) foram mortos em serviço e 110 (9 policiais civis e 101 policiais militares) foram vitimados fora de serviço, em confronto ou por lesão não natural – as mortes fora de serviço representam, portanto, 64% do total de policiais mortos; essa proporção havia alcançado 75% em 2018 (MARTINS, 2020, p. 77).

Em Salvador, a baixa do praça Wesley Góes, policial militar morto após deflagrar tiros contra outros agentes da corporação durante possível surto psicótico, como assinalam apurações veiculadas, aquiesce a urgência da proposição de um debate sério e comprometido com o estado psíquico dos policiais militares. De acordo com informações da Secretaria de Segurança Pública da Bahia, o Cabo já exprimia aparente descontrole quando foi interpelado por companheiros de farda. Portando um fuzil e uma pistola e com o rosto coberto por tintas verde e amarela, Wesley efetuou disparos para o alto enquanto proferia palavras de ordem. Em um vídeo compartilhado na internet, é possível acompanhar um dos seus comandos: "comunidade, venha testemunhar a honra ou a desonra de um policial militar do estado da Bahia", anunciou o policial (BBC NEWS BRASIL, 2021). No traçado das demandas ainda pouco exploradas, a saúde mental dos agentes de segurança, tal como o episódio inspira, se apresenta como competência de menor relevância no seio da gestão militarizada porquanto o cuidado com a tropa não se faz um empreendimento prioritário nas agendas das políticas públicas vigentes.

Dentre as inúmeras capilaridades das questões de saúde mental, segundo a Organização Mundial da Saúde (2019), o suicídio irrompe como um dos vinte principais eventos motivadores de mortes no mundo. Em números estimados, a instituição aponta uma média de 800 mil casos

de suicídio mundialmente por ano. Definido como um ato deliberado, intencional, de ocasionar morte a si mesmo, ou seja, um ato iniciado e executado por uma pessoa que tem a percepção de que sua ação poderá resultar em morte, e cuja decorrência fatal é esperada, ainda sobre o estudo divulgado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, concluiu-se que, nas polícias do país, "em relação aos suicídios houve pelo menos 91 casos (26 policiais civis e 65 policiais militares) entre policiais da ativa no país em 2019" (MARTINS, 2020, p.78). Nessa perspectiva, Miranda (*et al*., 2020), asseguram que o fenômeno do suicídio entre integrantes das corporações militares constitui um importante problema nacional que requer atenção do poder público.

> As mortes por suicídio entre policiais são fenômenos numericamente significativos no mundo. No Brasil, não temos evidências empíricas confiáveis que nos permitam concluir que policiais se matam mais do que outras categorias ocupacionais, como médicos, trabalhadores manuais ou químicos. Dificuldades no acesso aos dados sociodemográficos comprometem o cálculo da taxa de suicídio de profissionais de segurança padronizadas por variáveis como sexo e idade. Portanto, ainda é uma incógnita para os especialistas no tema se a taxa de mortes por suicídio desse grupo operacional é maior do que a da população brasileira em geral. Apesar disso, é possível observar uma tendência de crescimento de mortes por suicídio entre policiais em diferentes estados brasileiros. [...] É possível considerar que estamos diante de um fenômeno complexo por vários fatores, dentre eles, a cultura organizacional e os estigmas existentes em torno do suicídio. Todos esses fatores dificultam a produção e coleta de dados oficiais confiáveis. É um grande desafio a ser enfrentado pelo poder público e pelos gestores dessas instituições (MIRANDA *et al.*, 2020, p. 14-15).

À vista disso, ao que tudo indica, a precariedade e a frequente imprecisão dos dados em razão da negligência de seus registros ou da escolha por sua não divulgação pelas corporações estaduais, que resulta em subnotificação de atos consumados ou tentados, ainda se perfaz como uma pista elementar à apreensão da dinâmica policial. O interdito próprio à cultura institucional militar, acrescido de uma série de outras interdições socioculturais que subscrevem a temática, estimulam a recusa à condição de sofrimento psíquico. Nesse sentido, o exame dessas questões aparece intimamente ligado aos atravessamentos de gênero, que a pesquisa se propõe a discutir de forma mais sensível no avançar dos capítulos. Por ora, cumpre destacar que postulados como os de invencibilidade, virilidade, destemor, força, prontidão e honradez – esse último, de modo significativo, bradado pelo Cabo Góes, nos momentos que antecederam a sua morte – apontam na direção do que impele revestir o agente policial militar entrincheirado na guerra. Outrossim, ao passo que tais produções põem em disputa determinadas modulações de ser sujeito-homem-guerreiro, nutrindo os processos de militarização, elas fazem operar outras tantas manifestações relacionadas à vivência humana que, por sua vez, são rejeitadas ou encontram um tímido espaço no cotidiano organizacional pesquisado.

Destarte, nos diagramas da hierarquia e do disciplinamento, acerca da administração de territórios e da reafirmação da personificação guerreira nas fronteiras belicistas, exteriorizações

de dor, medo, fraqueza e outras vulnerabilidades, são percebidas como vivências incompatíveis com a gramática do combate. Nesse contexto, "testemunhar a honra ou a desonra de um policial militar", imperativo vociferado pelo PM baiano algum tempo antes do triste desfecho, aparenta ter muito a nos informar sobre a inscrição de certas performatividades em organizações policiais que não apenas possibilitam, mas também apostam em qualidades ditas masculinas ajudando a fomentar, em última instância, um constante patrulhamento entre seus pares. Sedentos pelo aval de suas credenciais guerreiras parece haver, de fato, uma vigilância ativa sobre as performances, os discursos e as práticas diárias desses homens, que têm como referência um padrão idealizado de homem de verdade. Para Kimmel (1998), as masculinidades pleiteiam a evitação e a renúncia de uma gama de subjetividades, mesmo que indiretamente, vinculadas à noção de feminilidade. Isso enseja, portanto, uma intensa postura fiscalizatória sobre as performatividades masculinas que figuram no campo de batalha, delimitando como gênero se encontra circunscrito na crença e/ou descrença de um conjunto de competências técnico-profissionais.

Assim, admitindo o protagonismo da política de guerra como tática de combate ao crime e gestão do ordenamento social, quais seriam, pois, os seus efeitos sobre a escalada da violência na cidade, bem como sobre as vidas e corpos daqueles que se cruzam nas margens do confronto? Vivendo no signo da barbárie, o agente policial paga um preço muito alto pela noção banalizada da violência: a desumanização da tropa. Na assimilação do ofício enquanto tecnologia guerreira, a mentalidade aniquiladora e as suas repercussões atravessam a instituição fabricando quem lhe esteja submetido em coisa da ordem não-humana – afinal, se reconhecidos heróis, humanos não o são. No afastamento de uma agenda política comprometida com os pressupostos democráticos e, portanto, garantidora de direitos, não por coincidência, a mecânica militarizada empreende a devastação da humanidade daqueles inscritos no *front* da batalha. Nesse sentido, a heroificação dos agentes serve a uma vasta cadeia de propósitos. A invenção do herói e tudo que ela mobiliza, parece ter muito a contribuir às nossas discussões quando o centro de interesse é uma instituição generificada como a Polícia Militar. Todavia, nessas linhas introdutórias, intento deslocar nossa atenção, ao que tais produções indicam fazer emergir quando do desinvestimento, pelo Estado, sobre determinadas políticas. Como efeito primordial do processo de sucateamento dos motores públicos, o aumento das desigualdades revela a indisponibilidade no acesso a direitos, inclusive, na figura de seus próprios agentes da segurança ostensiva.

Dessa forma, a guerra enquanto circuito metafórico – acentuadamente também acionado durante todo o tempo da recente crise sanitária – não se estabelece como um investimento novo. A gramática militarizada, nas últimas décadas, tem se consolidado como estratégia fundamental dos projetos de segurança pública no país. Trata-se de fazer uso da guerra como uma tecnologia

de segurança e administração dos riscos e, por isso, de aplicar seu paradigma nas relações civis cotidianas. Conforme o que reitera Souza (2015, p. 211), "a securitização da guerra acompanha a militarização da segurança e as fronteiras que antes já não eram tão bem definidas, perderam a transparência e o verbo combater pode ter muitas significações problemáticas". Nesse terreno de despolitização das experiências sociais e de reafirmação da luta contra o suposto "inimigo", os operadores do Estado, frente à escassez de efetivo, condições indignas de trabalho, jornadas exaustivas e pressão popular, irrompem, na linha de batalha, completamente desassistidos dos seus direitos mais básicos. A gestão do medo e a difusão do ódio não só justificam expedientes de segurança, mas a construção de políticas afiançadas na produção de tecnologias em favor da defesa da sociedade, que encorajam policiais a assumir um papel que, em sua contrapartida, sob um mesmo plano, também suprime a sua humanidade. Sobre o movimento de heroificação dos agentes policiais, Braile (2017) adverte que

> heróis devem estar dispostos a encarar riscos, desafios e/ou situações de intensidade a qualquer hora e lugar, sem receber qualquer tipo de pagamento por isso e, muitas vezes, abrindo mão dos próprios valores e desejos. [...] É urgente que o policial passe a se perceber como braço do Estado e, justamente, por essa razão, como garantidor de direitos. Por outro lado, ele também precisa se reconhecer como um sujeito de direitos, haja vista que é um ser humano, cidadão, trabalhador, como qualquer outro e, assim, equipara-se a todos os membros da coletividade em termos de direitos e de deveres (BRAILE, 2017, p. 78-79).

Diante disso, parece inadiável o fortalecimento da identidade do operador da segurança como um trabalhador a serviço da sociedade. Na usurpação dos seus direitos, o ente heroificado ao "furtar" do policial a sua condição de trabalhador o encaminha, assim, às margens do projeto de cidadania. Afinal, como demandar do então agente a defesa dos direitos e das liberdades da população se os seus próprios direitos e liberdades não se apercebem garantidos? Nesse tocante, Serrano (2010, p. 118) revela se fazer notável, portanto, que "cidadania e segurança pública são conceitos indissociáveis". Na contramão da prerrogativa cidadã, porém, a produção militarizada da referida política convoca à fabricação de enunciados que prezam por uma referência policial fortemente atrelada à ideia do guerreiro destemido. Como efeito, na arena de combate, a Polícia Militar, tende a se fragmentar em "bandas": de um lado, a "banda boa", imortaliza a face mais honrada da polícia; na sua contrapartida, a "banda podre" revela uma parcela da organização fundamentalmente corrompida. Em linhas gerais, para os bandidos da banda podre institucional resta a sordidez, aos heróis da guerra, entretanto, a glória inabalável.

Na teia da violência legitimada, o PM-herói é edificado a um patamar de virtuosidade. O Estado, no regozijo na falácia, incorporou a morte não como limite máximo do poder político, mas como parte de seu funcionamento regular. Seduzidos pela retórica da guerra, os agentes da

segurança deixaram-se capturar nas entranhas do discurso polarizado: entre a omissão e a guerra decidiram pelas tramas que os tornam heróis. A letalidade policial, para a tropa, não é executada pela "banda podre". Na gramática do conflito armado, quem extermina o inimigo é condecorado por seu heroísmo. Recorrer à narrativa da guerra como dispositivo comunica, então, a premente necessidade de tomarmos o repertório militar enquanto recurso linguístico explorado de forma sistemática nos conflitos sociais. A decisão por trazer às páginas iniciais dessa tese a pandemia do novo coronavírus não foi, nesse sentido, uma escolha aleatória: a crise sanitária, muito mais do que um fenômeno que atravessou diretamente a construção da presente pesquisa, produzindo uma série de deslocamentos no campo e em mim, se assentou como uma tentativa de convocar o/a leitor/a a reposicionar sua atenção também aos efeitos mais sutis da recorrência metafórica belicista sobre as nossas produções subjetivas.

Nesse prisma, muitas dessas palavras e expressões que se inserem no léxico militarizado foram sistematicamente utilizadas no processo de criação desse texto. É possível que o/a leitor/a não as tenha estranhado e, tampouco, as distinguido nessas páginas inaugurais. Devo confessar, contudo, que apesar do uso exaustivo dos recursos ter se firmado como uma decisão deliberada, por vezes, ao longo da escrita, me indaguei que outros signos, se não aqueles metaforizados da guerra seriam capazes de enunciar tão "adequadamente" o que eu intentava dizer? Essa questão, por si mesma, revela uma gramática absolutamente incorporada aos nossos modos de existência e fazeres possíveis que, por consequência, se mostra em nossas formas de expressão. Em última instância, portanto, na construção de nossas pesquisas, sob os meandros da política de segurança admitida enquanto direito público, por se tratar de um tema intimamente entrelaçado a "aspectos controversos da sociedade, como a guerra às drogas, a ação policial, a criminalidade e o direito à cidade, entre outros" (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020, p. 7), alicerçados/as na postura ético-política que oferta suporte à produção coletiva, ansiamos ***enfrentar*** iniquidades em favor da ***defesa*** da democracia e, nessa direção, ***combater*** as persistentes desigualdades que se atualizam, costumeiramente, como uma das marcas mais intensas do processo historiográfico brasileiro. Enfim, nos rastros da mobilização institucional militarizada, procuro fabricar pistas que me auxiliem na tessitura dessa cartografia e contribuam para o avanço da discussão na área.

> De fato, a utilização da guerra como oportunidade para a mobilização ideológica em massa faz da ideia de guerra uma metáfora adequada para designar qualquer campanha cujo objetivo seja apresentado como a derrota de um "inimigo": já tivemos uma guerra à pobreza, agora substituída pela "guerra às drogas", bem como guerras dirigidas a doenças específicas, como o câncer. O abuso da metáfora militar talvez seja inevitável numa sociedade capitalista, uma sociedade que cada vez mais restringe o alcance e a credibilidade do apelo aos princípios éticos, que acha absurdo o indivíduo não sujeitar suas ações ao cálculo do interesse próprio e do lucro. A guerra é uma das poucas atividades que não devem ser encaradas de modo "realista", ou seja, levando-se em

> conta os gastos e os resultados práticos. Numa guerra total, os gastos são exagerados, imprudentes, pois a guerra é definida como uma emergência na qual nenhum sacrifício é considerado excessivo (SONTAG, 2007, p. 50).

É diante de um contexto em permanente tensão, onde a estética da guerra se faz confluir à segurança pública na gestão da vida e da morte e na manutenção da ordem social, que intento produzir análises que extrapolem as tendências reducionistas usualmente investidas nos enredos policiais militares. Apostando na composição de um plano comum e heterogêneo de superação de antagonismos rasos, esse estudo pretende se debruçar sobre os terrenos da segurança pública e dos processos de militarização da vida a partir dos contínuos de força que põem a funcionar subjetividades guerreiras como forma hegemônica e, nesse tocante, legítima de masculinidade entre operadores da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Cabe sublinhar, pois, que pensar articulações sob um plano comum não corresponde apreendê-lo pela ordem do igual. Comum, aqui, ganha sentido de lugar onde as diferenças coabitam. De maneira resumida, mais do que esquadrinhar justificativas que patrocinem classificações maniqueístas de identificação entre algozes e vítimas, afinal, isso só ocasionaria o afastamento do problema, almejo provocar tensionamentos nas matrizes organizacionais enrijecidas com o objetivo de fazer emergir novas matérias de expressão afinadas com o amparo a vida, tanto da população quanto de seus agentes.

Para tanto, esse texto foi fiado por três capítulos. No primeiro deles, procuro delinear os percursos teórico-metodológicos que norteiam as análises. Exercício ético e político de pensar e fazer um trabalho cartográfico. O dispositivo de "gênero" orienta essa seção. Ademais, a partir de uma trama de poderes que passam pela vigilância e controle de corpos e subjetividades, nos trânsitos das corporalidades femininas, o "banheiro" destinado às mulheres é o analisador que revela pistas elementares à apreensão de como o corpo PMFEm comparece ora mais, ora menos policiado, na organização. No capítulo seguinte, falo das políticas de guerra instrumentalizadas, sobretudo, no Rio de Janeiro, através de uma discussão interessada no acompanhamento de uma dinâmica de disputas que patrocina a produção de "heróis" e "bandidos", impulsionando meios dicotômicos que reduzem os debates e fabricam políticas que fazem matar e que fazem morrer. O dispositivo da "guerra" é dobrado no território que se dobram-e-desdobram outros vetores a partir de marcadores raciais, sociais, geracionais e territoriais. Os "discursos de ódio" irrompem como analisadores que acrescentam à discussão. No terceiro e último capítulo, intento pôr em exame os ritos de passagem que perfazem modos de constituição da identidade policial militar. Dessa vez, a "honra" é o analisador que faz ver e falar como os "heróis" da polícia circulam no campo, em meio a ânsia de um legado que se revela no sacrifício do corpo e da alma do homem-de-guerra. Aqui, um evento organizado pela PMERJ surge como espaço privilegiado de análise.

1 "EM CADA MINUTO PASSADO, MAIS UM CAMINHO QUE SE DESCOBRIU": FIANDO TRAMAS RIZOMÁTICAS NO ENTRE MUROS DA CASERNA[11]

> *No processo de tecer, fio por fio, noites a fio, é necessário, também, desfiar muitas rendas, principalmente suas próprias, para depois voltar a trançá-las e tecer a melhor trama que puder. O interminável véu é o maior desafio, pois a todo tempo, tecido é o que se faz.*
>
> Tiago Ferreira, 2016.

Para Maria Gabriela Llansol (1998), toda a ideia é um fio que se fia junto, e o novelo do qual ela nasce é o exercício de pensar. Afinal de contas, é isso o pensar: nada tem a ver com um ponto-ego, mas com uma prática de fazer novos elos. Souza (2019), dessa maneira, garante que todo novelo comunica uma virtualidade que se desdobra em fio. O novelo, enquanto conjunto multilinear, para o autor, não se constitui no acúmulo de linhas, mas em um manancial de novos agenciamentos. Essa é uma concepção que se afasta, portanto, da ideia de linha traçada na régua. O fio, diferente do desenho fixo, revela linhas de fuga tidas como vetores de desterritorialização (DELEUZE; GUATTARI, 1995) e, nesse tocante, como dispositivos que se interconectam por múltiplos caminhos. Dado que a linha reta parte de um ponto que assinala o seu início e encontra fim na extremidade oposta, seu ponto final, o mesmo não acomete o fio: seu desdobrar, todavia, nunca se esgota. O fio, ele se multiplica ao infinito – "dobra conforme dobra" (SOUSA FILHO, 2009, p. 23). Na potência do processo de criação, o fio-que-dobra-e-desdobra tece as tramas do enovelado de forças rizomáticas, cartografáveis, movimentos de subjetivação que se articulam e religam em permanente tensão, de maneiras variáveis, operando subjetividades produtoras de mundos possíveis. Esses são mundos que falam do acontecimento, da geração contínua daquilo que se faz novo – novas fiações, bordaduras, tessituras de relações engendradas por um novelo que não cessa (SOUZA, 2019). Assim, o conceito deleuziano de dobra parece uma importante ferramenta para pensarmos a experiência subjetiva contemporânea:

> As linhas retas se assemelham, mas as dobras variam, e cada dobra vai diferindo. Não há duas coisas pregueadas do mesmo modo, nem dois rochedos, e não existe uma dobra regular para uma mesma coisa. Nesse sentido, há dobras por todo lado, mas a dobra não é um universal. É um "diferenciador", um "diferencial". Existem dois tipos de conceitos: os universais e as singularidades. O conceito de dobra é sempre singular, e ele só pode ganhar terreno variando, bifurcando, se metamorfoseando (DELEUZE, 1992, p. 194-195).

[11] Lanço mão de um trecho da "Canção do Policial Militar do Rio de Janeiro" para formular o título que inaugura o presente capítulo. A canção, elemento indispensável nas distintas solenidades e eventos da corporação, apresenta as personagens e os episódios estruturantes da identidade do policial militar do estado, bem como os valores ainda hoje perseguidos pela instituição.

Partir do mundo, dessa série infinita, sugere traçar um plano de imanência que tem como pressuposto a multiplicidade. Ademais, é medular, ainda, inventar uma personagem conceitual, a fisionomia nômade, aquela que, habitando o múltiplo, pode erigir sua tenda em qualquer lugar (SILVA, 2004). Compartilho da ideia de Silva e Feuerwerker (2019, p. 337), que alegam pensar o cartógrafo como um poeta andarilho, que colhe coisas pelo trajeto e vai montando um mosaico a partir do que encontra e com o que se conecta. Cartografar, nesse prisma, é percorrer, titubear, vagar, tatear, deslocar. Arriscaria dizer, talvez, acionando os versos institucionais que dão título a esse capítulo, que cartografar é, enfim, descobrir novos caminhos a cada minuto que passa e, tal como externalizam as autoras, é fiar "as andanças dos (des)encontros, (des)encantos, solidão, multidão, [onde] parte da alquimia acontece, os corpos e as coisas se cruzam, se visibilizam ou invisibilizam, falam ou calam, se transmutam" [grifo nosso].

> Mas do que se trata essa ciência nômade? Por que ela convoca essa represália? Com certeza porque ela possui funcionamento distinto do funcionamento dominante que tem como sustentáculo o paradigma moderno, que define a razão como instrumento da investigação pretendendo elaborar esquemas de eficácia e de rendimento. De fato, a ciência moderna torna-se cada vez mais questionada, se não por todos, pelo menos por muitos, sobretudo pesquisadores que apostam na singularidade do conhecimento nômade. Uma das razões para esse questionamento baseia-se no fato de que os pressupostos básicos dessa ciência dominante ou ciência de Estado – objetividade, causalidade, sistematização e produtividade – têm esbarrado em limites concretos dos campos de pesquisa e se tornado inatingíveis diante dos desafios do mundo atual. Nesse cenário, irrompe a necessidade de propostas de fazer pesquisas que sustentem a complexidade e os deslocamentos da realidade, e não métodos científicos que se assentam na redução dessa realidade, simplificando em modelos estabelecidos *a priori* o que é em si heterogêneo e processual. Distante da homogeneização e estratificação do pensamento que se direciona para a sustentação de verdades, as ciências nômades assumem a importância da produção de conhecimentos capazes de agregar fluxos, devires, multiplicidades, organizações (dos átomos às pessoas) turbilhonares, curvilíneas e espiraladas, espaços abertos, elementos vagos e anexatos, análises aproximativas, contudo, rigorosas (CARDOSO; ROMAGNOLI, 2019, p. 8).

Pensar a cartografia como uma forma de fazer destituída de apriorismos não se aproxima da ideia de enveredar por um percurso de puro relativismo no movimento de pesquisar, do qual não se pode extrair nenhuma forma, nenhum rigor e, nesse prisma, por um caminho de ausência de referenciais, objetivos e, ainda, estratégias metodológicas. Muito pelo contrário, essa é, pois, uma prática que acontece sob orientações. Souza e Francisco (2016) revelam que sustentar certa margem de flexibilidade e provisoriedade em relação aos objetivos e metas de nossas pesquisas não compromete o rigor metodológico à medida que esse se afasta da apreensão moderna sobre a rigidez metodológica. Aqui, a precisão é tomada enquanto interesse, como disponibilidade de implicação na realidade e, portanto, como intervenção. Marcia Moraes (2004, p. 322) anui que se debruçar sobre a exatidão ou inexatidão de um critério refere-se a aproximá-lo de parâmetros que de antemão delimitam certo e errado. Demarcar a recusa por esse modelo é, assim, produzir

um rigor admitido como efeito de conexões heterogêneas e, por isso, um rigor *a posteriori*, não definido a nenhuma unidade que lhe exceda ou antecipe seus efeitos. Como efeitos que são, tais noções são marcadas por certa instabilidade que as inscreve como fronteiras variáveis e abertas, ou seja, contornos sempre dispostos a diferir segundo caminhos múltiplos.

Imprescindível compreender, contudo, que o múltiplo não deve ser reduzido àquilo que detém inúmeras partes, mas ao que pode ser dobrado de formas distintas, em tempos, texturas, espaços, direções e intensidades diversas (SILVA, 2004). À medida que a tônica do rigor se faz interessar pelos movimentos da vida, à potência do empírico e à capacidade do/a pesquisador/a de acompanhar o ineditismo do processo, sua noção é redimensionada, imprimindo a cartografia como um método de estudo das subjetividades que recusa a aplicação de regramentos para tocar um fim. Sua construção, no entanto, procura indicar "pistas que têm em vista descrever, discutir e sobretudo, coletivizar a experiência do cartógrafo" (KASTRUP, 2007, p.15). Nesse segmento, parece controverso pensar pistas e colocar em análise algumas das subjetividades que irrompem a sociedade quando tratamos de nossas políticas públicas de segurança e de nossas polícias sem levar em consideração as questões éticas que emergem como efeito do estudo de uma instituição marcadamente contestada, bem como o arranjo de desigualdades e o histórico de violências que nos estruturam. Esquadrinhar o processo de composição histórica das forças em jogo e o espaço que as polícias ocupam na formação das nossas subjetividades é o que possibilita ao campo não se conceber somente como asserção teórica, mas como aposta política de subversão dos vetores instituídos. A tarefa da análise passa a ser apreendida, assim, como investimento direcionado à

> desestabilização do que se apresenta tendo a unidade de uma forma dada: o instituído, o indivíduo, o social, a realidade naturalizada. Seguindo suas pistas, dizemos que na pesquisa a operação de transversalizar se realiza na intensificação/aposta dos devires que estão sempre presentes nos chamados objetos da pesquisa, indicando o que neles há de diferentes graus de abertura e potências de criação. Transversalizar é considerar este plano em que a realidade toda se comunica. [...] A operação de transversalizar produz desarranjo no sistema binário de definição/categorização do objeto da pesquisa permitindo conectar devires minoritários que estão adjacentes ao objeto (BARROS; PASSOS, 2012, p. 239).

É sob o diagrama das tensões que se fabricam nas tramas rizomáticas do entre muros da caserna que, por sua vez, criam e desestabilizam saberes, poderes e subjetividades que, apoiada na pesquisa-intervenção e orientada por pistas cartográficas, penso o gênero e a guerra enquanto dobras constitutivas da gestão cotidiana das políticas de segurança pública e me debruço sobre uma cadeia de moralidades e forças enunciadoras de "masculinidades guerreiras" na instituição policial militar. Intento, assim, explorar as dobras engendradas pelos dispositivos de gênero em sua articulação, sobretudo com raça, mas, ainda, com marcadores de classe, território e geração, tendo como foco das minhas análises as performatividades masculinas que se fazem (des)dobrar

nas experiências de agentes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Forças de combate militarizado, as organizações policiais, enquanto arena de disputas dos atributos e das pertenças fortemente territorializadas por linhas duras que classificam e esquadrinham sujeitos e práticas têm, na mística do poder pela hierarquia e na ostentação da força bruta, o traçado universal do modelo do homem-de-guerra ideal. Nesse sentido, almejo, ainda, acompanhar possíveis brechas e linhas insurgentes, invisibilizadas nas enunciações dos códigos institucionais, pretensamente homogeneizantes (DE GARAY HERNÁNDEZ, 2018; VALE DE ALMEIDA, 1996).

Visando expandir nossas discussões para além do que se poderia concentrar em análises acerca do intramuros institucional militar que, tomado, assim, como ponto de partida irrefletido, espaço autocentrado, incorreria o risco de trazer consigo uma espécie de restrição do invariável, busco inspiração em pesquisas interessadas nas dinâmicas prisionais (CUNHA, 2008; GODOI, 2010, 2015; PADOVANI, 2015; MALLART; RUI, 2016; D'ANGELO, 2017) – além de outras, por óbvio, especificamente direcionadas às organizações policiais. A partir das porosidades das prisões e do cenário securitário, tratados de formas tão monolíticas e uniformes, busco entender, aqui, o masculino como dispositivo central para fazer ver e falar os movimentos e relações que se articulam no "dentro" e no "fora" dos circuitos policiais, ante coextensividades que lhes são particulares (SILVA, 2004; D'ANGELO *et al.*, 2019). Cabe realçar, portanto, que esses espaços não se constituem enquanto terrenos apartados, uma vez que, ainda que fundada nos moldes da hierarquia e da disciplina, a instituição policial militar se faz inserida em um meio social muito mais amplo, formatado por linhas fronteiriças que comunicam ambos os "mundos", e por onde fluxos transitam, continuamente, perfazendo discursos e práticas.

Nesse jogo de intensidades e forças, entre linhas duras que se fazem na aparente fixidez da gestão dos riscos e linhas flexíveis que escapam, investir na dobra como um instrumento que permite pensar uma variabilidade de fios que movimentam as interfaces do "dentro" e do "fora", é o que também configura o meu exercício de pesquisa como um processo não linear, mas cheio de tensões. A dobra, pensada no seu duplo caráter de verbo e substantivo, ao passo que se traduz na produção de agências que se põem em trânsito na potência de um fazer pesquisa como verbo, ao mesmo tempo opera, na sua inflexão, uma série de substantivos que "me tomam de assalto: hesitação, solavanco, angústias, as paradas, os impasses, os mal-entendidos" (MORAES, 2011, p. 175). Logo, a dimensão metodológica se desvelou especialmente importante nesse processo. Afinal, o que agita todo esse emaranhado de fios que se agenciam contínua e permanentemente, é menos a partilha de resultados do que o desmanchar de certos mundos e a formação de outros. Em realidade, para as pesquisas cartográficas, "o importante é a localização de pistas, de signos

de processualidade", conclui Kastrup (2007, p. 18). Nas palavras enunciadas por Zambenedetti e Silva (2011), umas das maiores contribuições da metodologia cartográfica

> é a problematização da posição do pesquisador e do ato de pesquisar, onde a pesquisa é tomada como campo de experimentação, atravessado pelo regime da sensibilidade. Não existe um campo constituído a priori e um pesquisador neutro em relação a ele, operando uma "coleta de dados" – como se os dados estivessem prontos, esperando o momento "certo" para serem coletados. A coleta de dados só pode ser operada no encontro entre o pesquisador, suas ferramentas conceituais e o campo, encontro esse que pode modificar tanto o pesquisador quanto apontar caminhos possíveis para a constituição de um campo. [...] Além disso, consideramos que no início de uma pesquisa constituímos "pontos de entrada", sendo o seu percurso delineado ao longo da pesquisa, no encontro do pesquisador-cartógrafo. A pesquisa passa a operar, assim, tal qual um rizoma: com as suas múltiplas possibilidades de entrada/passagem/saída (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2011, p. 457).

Do acompanhamento das multiplicidades de rumos e realidades subjetivas, a escolha da metodologia cartográfica, alicerçada nas produções teóricas de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), além de outras escritas mais recentemente, como as assinadas por Suely Rolnik (2014) e Passos, Kastrup e Escóssia (2009), se faz em razão da oportunidade que ela oferece de analisar e intervir no campo a partir do que há de processual na criação de mundos. Nos movimentos do fazer cartográfico, aposto na trama ético-estético-política que se engendra como potência ativa no traçado de um plano comum e heterogêneo inclinado a desobstruir os fluxos que promovem interferências nas nascentes do devir e das novas passagens concebidas no entre. Nesse tocante, o texto apresentado não almeja incorrer em leituras superficiais e moralizantes e, tampouco, em enunciados limitadores de possibilidades. Por meio dele, pretendo aventar desestabilizações nas estruturas institucionais enrijecidas com o intuito de fazer emergir novas matérias de expressão através da articulação entre bases teóricas e metodológicas. Estas, me ajudarão a encomendar e sustentar minha prática de colocar em exame um conjunto extenso de normativas que tensionam performatividades masculinas e repertórios de vida dos/as operadores/as pertencentes ao quadro de praças e de oficiais da PMERJ. Em última instância, enfim, as palavras, aqui, entrelaçadas, assumem o sentido de acompanhar processos.

1.1 A pandemia em tela, a pandemia em mim: a guerra durante a guerra

> *Escrever não é certamente impor uma forma (de expressão) a uma matéria vivida. [...] Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. É um processo, ou seja, uma passagem de Vida que atravessa o vivível e o vivido.*
>
> Gilles Deleuze, 1997.

Uma escrita implicada, situada, afetada. Um acumulado de palavras encarnadas que não se confundem, porém, com qualquer estilo de textualidade ensimesmada. Ao contrário, traçados que se desdobram na polifonia dos coletivos partilhados, tramas que se constituem das múltiplas vozes que povoam cada uma das linhas desse esboço – é como tenho experimentado o processo de feitura dessa tese. Demasiadamente intenso tem sido o movimento de arriscar-me em narrar, ante a tela do computador e a contrapelo dos paradigmas tradicionais de pesquisa, não uma série transposta de pensamentos prévios, mas senão agenciamentos, rastros de linhas de força que se fazem estilizados em atos de uma composição política de escrita, na qual ambiciono comunicar minhas percepções, as experiências vividas, os diálogos, mas também as sobras do que desponta (HESS; WEIGAND, 2006). É nesse plano que, tal como Foucault (2005), exercito a dinâmica da escrita por vias da intenção de compartilhar aquilo que ainda não sei propriamente formular, mas que tateia um mundo sobre o qual tenho debruçado meus pensamentos. Em outras palavras, uma escrita ética, estética e política que se configura à guisa do desejo de comunicar para deixar de ser, para desaparecer e, por fim, para surpreender-me comigo mesma um tanto mais adiante. Acompanhar a instituição policial militar e, em particular, a PMERJ, instiga meus pensamentos, desperta as várias possibilidades de entrada e de imersão no desconhecido mundo "sangue azul" – mundo de muitos possíveis que me dobram ao passo que experiencio a potência de deixar-me afetar pelas forças que pedem passagem (LAZZAROTTO; CARVALHO, 2012).

Escrever consiste, pois, em uma experiência de transformação do que pensamos e, acima de tudo, uma prática avessa a qualquer apelo normativo. Como devir que o é, seu inacabamento revela-se elemento compulsório (DELEUZE, 1997). Rabiscos a serem lidos, relidos, reeditados e compostos em sua fusão com uma gama de outras histórias, outras enunciações que adquirem corpo sob a investida na indiscernibilidade entre modos de escrita e modos de vida (MORAES; BERNARDES, 2014). Uma multidão de vozes que ecoam e que, portanto, assinam junto a mim a presente cartografia. As palavras que por aqui deslizam assumem a intensidade de compor no papel projetado na tela, o exercício do diálogo e das trocas cotidianas que inscrevem uma prática designadamente coletiva. É nesse diagrama que, para a cartografia, o importante é a localização de pistas e dos signos de processualidade em curso. Se, portanto, habitar o território de pesquisa não remete à busca pela solução de problemas predefinidos, mas envolve a disponibilidade para o encontro com o inesperado e, eventualmente, para o redesenho do próprio problema, significa dizer que a não linearidade e a ausência de roteiros em suas entradas, passagens e saídas, reflete a dinâmica de uma escrita que percorre a criação de parcerias e de alianças, o estabelecimento múltiplo de vínculos analíticos, além de ações conjuntas e implicações éticas, metodológicas e políticas (DE GARAY HERNÁNDEZ; GUILHON, 2019).

Movida pelas ressonâncias de uma textualidade engajada, ou seja, por "uma escrita que não oculta suas marcas, mas que preza por afirmá-las" (MORAES; BERNARDES, 2014, p. 8), mais do que resultados já consolidados, o que me interessa são as formas de pensar os processos. Nessa seara, não faria sentido algum localizá-la como um empreendimento asséptico, destituído de encontros. A aposta interventiva que a orienta atesta, no entanto, que a atividade cartográfica, além de indeferir prescrições totalizantes sobre verdades que pretensamente supomos conhecer, avança na direção de tomar em exame quem de sua leitura compartilha, isto é, seu próprio leitor. Ou conforme expõem Fonseca, Nascimento e Maraschin (2012, p. 10): "aquele outro que, pelas afecções, sensibilidades e contágios, também se torna produtor de sentidos". Assim, entendendo o processo de conhecimento enquanto *práxis* fiadora de verdades sempre pontuais e provisórias, invisto na escrita cartográfica como uma ferramenta fundamental ao desmanchamento de certos mundos e criação de outras realidades possíveis; afinal, sequenciar palavras de forma implicada, inspira fazer reverberar o próprio contexto que transversaliza as suas composições enunciativas. Logo, não por acaso, Larrosa e Kohan (2002), reivindicam que é a experiência, e não os regimes de verdade, a malha que imprime sentido à escrita, ou seja, se alguma coisa nos anima a escrever é a possibilidade de que a experiência em palavras nos intima ao afastamento de certas verdades, de maneira que deixamos de ser o que somos e nos tornamos coisa diferente.

É na reinvenção dos territórios e na tessitura das novas cartografias que nos defrontamos com a delicada tarefa de capturar movimentos sem, porém, ansiar aprisioná-los (UZIEL, 2011). Nessa teia rizomática, as economias subjetivas e políticas não são forças desassociadas. Os fios dobrados-e-desdobrados empreendem um determinado momento e um certo percurso histórico (NASCIMENTO; MANZINI; BOCCO, 2006) – inevitável, pois, considerá-los ao longo de toda a criação desse texto. Nossas asserções instituem mundos, estão comprometidas com uma série de questões advindas do campo da produção de subjetividades. Aliás, não é desmedido indagar: que realidades temos encomendado? Atenta às diferentes vozes que inscrevem as capilaridades da segurança pública no debate contemporâneo brasileiro e um tanto atravessada pela atual crise sanitária mundial, lanço mão dos dispositivos de "guerra" e "gênero" para pensar o que constitui a organização policial e o que tem sido fabricado no intramuros militar quando esses elementos disparadores são acionados. Nas linhas que contornam essa breve seção, dirijo o meu olhar às narrativas de guerra ao mesmo tempo em que apreendo a experiência da palavra como sentidos em perene produção (MORAES, 2014). Para tanto, reposiciono o meu questionamento anterior: que sentidos buscamos quando tratamos as políticas de segurança sob a primazia metafórica da guerra? A que/quem ela serve quando irrompe a cena como modelo dominante de subjetivação frente às medidas de redução dos efeitos nefastos da emergente pandemia?

O dispositivo da guerra como um vetor da nossa economia subjetiva desponta dentro de um contexto histórico muito bem definido. Não há nada de novo no uso das metáforas de guerra quando o que eclode na cena são as questões de saúde e segurança. Desde o final dos anos 1970, Susan Sontag já indicava a apelação da gramática belicista pelo saber médico. Na obra nomeada "Doença como metáfora" (1978), a autora americana sublinha como o emprego desses léxicos ajuda a transformar discursivamente certos acontecimentos em atos de guerra. No entanto, essa não é uma escolha despropositada: as expressões guerreiras podem criar armadilhas; a aplicação da retórica tem a sua utilidade. Embora remontem, em algum sentido, papel facilitador sobre o domínio do linguajar técnico comumente investido nos espaços de saúde, seu empreendimento consagra críticas reduzidas acerca da complexidade ética e política que envolve temas sensíveis como os encargos sanitários. Para Franco (2020), as metáforas efetivam práticas, elas orientam a nossa percepção reforçando dualismos que operam a fruição de um curto-circuito estabelecido entre vítimas e algozes. É nesse plano, que a gramática belicista parece ter muito a nos informar, sobretudo quando passamos a demarcar a impossibilidade de discutirmos políticas de segurança sem antes passearmos pela conjuntura que tem organizado a nossa sociedade.

Assim, a guerra como forma concebida da crise sanitária notabiliza o cenário pandêmico ao modular as nossas percepções sobre uma cadeia de riscos envolvidos e seus desdobramentos. Destarte, o que desejamos comunicar quando, na arena de combate contra o "inimigo invisível", manifestamos que mais de setecentos mil brasileiros[12] perderam a batalha contra o coronavírus? Posição controversa, pois acaba por individualizar responsabilidades próprias ao plano coletivo, despolitizando a questão. A inscrição nesse circuito determina a dinâmica da pandemia no país, ajudando a escamotear as consequências diretas e indiretas da distribuição desigual dos efeitos sobre a vida da população, quando incorporadas ao exame as dobras de gênero, de raça, classe, território e geração. Não é de se espantar, contudo, que a crise sanitária venha a revelar e, ainda, aprofundar, uma série de assimetrias acumuladas que nos funda enquanto nação. A experiência obscurantista não fez invisibilizar os rastros mais profundos da realidade brasileira: o racismo como eixo estruturante das iniquidades não teria, pois, seus efeitos furtados no decurso da atual contenda; a pandemia também discrimina em razão da cor e isso não é ordem do acaso. A norma vigente impele força de manutenção hierárquica entre os diferentes estratos sociais e, diante de

[12] De acordo com divulgações do consórcio de veículos de imprensa – parceria estabelecida entre grupos de mídia brasileiros como resposta à decisão do Governo Federal, durante o mandato do agora ex-presidente Jair Bolsonaro, de restringir o acesso aos dados da pandemia –, com base nos números das secretarias estaduais de saúde, no mês de janeiro de 2023, o Brasil atingiu a marca de mais de 696 mil mortes em decorrência da contaminação pelo novo coronavírus (G1 BRASIL, 23 jan. 2023). Em agosto do mesmo ano, consoante à sistematização dos registros pela nova gestão governamental, os dados anunciavam o total de 705 mil mortos (BRASIL. Ministério da Saúde, 2023).

mazelas notadamente conhecidas, o novo agente biológico se coletiviza operando mecânicas já postas. Subvencionada pelo encargo político de morte, a gestão racializada imprime, sem pudor, regulamentações sobre quem vive e quem deixa morrer, outorgando domínios muito específicos do que Mbembe (2018) intitulou como "necropolítica".

Não obstante o recorte de gênero seja elemento fundamental para pensarmos as políticas públicas no Brasil, esse é um debate também racializado. Na cena de interdição de dores e lutos, o país protagonizou momentos delicados quando os aparelhos de mídia passaram a denunciar o abandono da rede de saúde, com unidades colapsadas em meio à precariedade de atendimento. A sobrecarga de leitos disponíveis foi impulsionada pelo esgotamento dos recursos hospitalares mais básicos, experimentamos a crise do sistema funerário durante a vasta explosão da demanda pelo serviço evidenciando, pois, a nossa tragédia. Na manutenção do texto histórico que seguia vulnerabilizando e inviabilizando, principalmente, vidas negras, a sentença de morte como fruto da dificuldade de acesso às políticas de saúde, não referendava o plano do episódico. Consoante pesquisa da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (2020), dados relativos ao critério raça/cor, apontam que 67% dos brasileiros que, hoje, dependem, exclusivamente do SUS são negros. Os usuários também são, em sua maioria, pacientes com diabetes, tuberculose, hipertensão, doenças renais crônicas e anemia falciforme, todas elas, condições agravantes ao quadro clínico da COVID-19. Parece óbvio inferir como tais comorbidades são potencializadas pela agenda racial, que atravessa as vidas e corpos de uma porção específica da população, por sua vez, inscrita em uma zona territorial igualmente bem definida.

> O SUS surge como uma proposta de ética solidária pautada em um universalismo que busca ser compreendido como noção de direito ampliado, por meio do qual, a priori, saúde é direito de toda pessoa, independentemente de cor, religião, gênero ou qualquer outra diferenciação possível. Apesar da contradição homogeneizadora do SUS, o marco de sua existência expressa [...] um país onde a diferença dada pela racialidade é marca estruturante e o reflexo dessa contradição se vê em todo trajeto de construção dessa política. A mesma elite que saqueou terras e povos, opera a agenda do Estado-nação brasileiro de forma a garantir seu natural formato necropolítico. A política que era, a priori, "para todos" tem se tornado, muitas vezes, um pacote mínimo para os "ninguéns" e para estes, qualquer desassistência programada serve. A naturalização dessa precariedade em nosso tecido social revela mais uma faceta dos processos de normalização das diferenças mortíferas da colonialidade (SOUZA *et al*., 2020, p. 5).

Afinal, quando a face genocida é a única dimensão do Estado conhecida por essa parcela da sociedade, em que o coronavírus agrega mais um *modus* de se produzir morte nesses lugares, como sustentar a ilusória narrativa de igualdade onde tudo o que se apercebe indica ser da ordem da concretude do desemprego e da informalidade econômica? Nessa conjuntura, como suspeitar a correspondência dos impactos da crise quando o drama diário se perfaz em meio a transportes públicos superlotados, a comida que falta na mesa e a renda emergencial aplicada pelo governo

que se mostra insuficiente para garantir a execução de um isolamento social seguro? Ademais, como acionar a lente da equidade quando a paisagem imperativa evidencia que, por ali, inexiste saneamento básico e água encanada emerge como artigo de luxo dentro de um pequeno cômodo onde a vida de muita gente acontece? É assim que, ainda que em oportunidades expressivas de disseminação da doença pelo país, a política pública de matar – e de deixar morrer por meio da ausência de garantias de acesso à saúde, à alimentação, saneamento e segurança –, de tão eficaz, não esbarrou em interrupções, mas, ao contrário, seguiu compondo boletins estatísticos assentes à pactuação com antigos empreendimentos.

No país de projetos controversos, da interinidade dos cargos, do regime de militarização da vida e da produção de desigualdades, a nova cepa, ao evidenciar as hierarquias estruturantes da nossa experiência social, denotou também a urgente necessidade de recolocação das medidas gerenciais sobre a ação do vírus para além da estratégia epidemiológica – primordial, inadiável, mas insuficiente quando reduzida em si mesmo. Animada por uma expectativa simplista, a ideia da democracia do vírus, sob a métrica da igualdade, rejeita os inúmeros desamparos a que estão submetidos os que habitam terrenos periféricos do país. A completa indiferença pela fragilidade de algumas vidas expõe que, ainda que em tempos pandêmicos, as malhas racistas permanecem forjando enredos habituados à produção de uma realidade que, por aqui, manifestou contornos atualizados de certo tipo de colonialidade moderna, ou seja, uma matriz de poder que com base na naturalização de um compilado de hierarquias – epistêmicas, raciais, territoriais e de gênero – subalterniza e oblitera modos de existência, municiando relações de dominação nos diversos setores e dinâmicas sociais da vida (TONIAL; MAHEIRIE; GARCIA JR., 2017). Um projeto um tanto impiedoso quanto a própria continuidade que o sustenta e atravessa ciclos geracionais.

Ora, mas não são esses marcadores que, de forma muito semelhante, nutrem a apreensão militarizada da segurança pública que acompanhamos há algumas décadas e que têm fortalecido suas bases políticas nos últimos anos? A produção do Rio de Janeiro como área nodal da guerra no país ganha forma a partir de uma sequência de episódios violentos que o estado protagonizou no início dos anos 1990. No tocante ao que refere Leite (2000, p. 75), "a metáfora da guerra foi reafirmada ao longo da década toda vez que se ampliou a percepção de agravamento da situação de violência no Rio de Janeiro, ou que o tema foi posto na agenda política pela disputa eleitoral". A cidade atravessou, ao longo do período, um processo de disputas sobre a noção de cidadania, cujos espaços favelizados eclodiram como centros privilegiados da retórica da desordem, sendo admitidos, por alguns setores da sociedade, territórios exclusivos de violências e delinquências. Diante das "classes perigosas", sob a fisionomia, em particular, do homem negro, jovem, pobre e favelado, o clamor social por uma mecânica de segurança cada vez mais repressiva encontrava

justificativa na irrupção da gramática belicista, altamente financiada por segmentos populistas. Com isso, estereotipias sobre as camadas periféricas foram atualizadas, cidadanias questionadas e seus direitos mais básicos subtraídos sem quaisquer constrangimentos. As favelas e periferias da cidade tornaram-se, assim, espaços centrais à aplicação das táticas de controle, segregação e extermínio protagonizadas pelo Estado, que tem nas drogas seu elemento articulador essencial.

> Nas cidades latino-americanas, desde os anos 1990, as políticas urbanísticas e de segurança constituem verdadeiros perímetros de intervenção excepcionalizada nas cidades. Entre demarcações territoriais e aparatos cultural-midiáticos, construiu-se um entrelaçamento entre drogas, raça e território, delimitando – em áreas populares de regiões centrais, favelas e comunidades e/ou nas quebradas e periferias – as fronteiras que separam o legal do ilegal do ponto de vista urbanístico, mas também do ponto de vista moral. Este entrelaçamento opera na economia política das cidades de forma a definir zonas obscuras, permitindo a implantação de "excepcionalidades", tanto para a ação do Estado como para os mercados que ali se instalam. Do mesmo modo que, nesses perímetros, mercados ilícitos encontram licença para operar, o aparato estatal também arma ali um *modus operandi* "paralelo". Simultaneamente, o Estado implanta formas violentas e coercitivas de controle territorial enquanto se beneficia dos rendimentos, inclusive políticos, dali extraídos (ROLNIK; CALIL, 2021, p. 1).

A proliferação da ideia de que vivemos uma realidade de guerra, acaba por legitimar um conjunto de respostas armadas, por vezes, privatizadas, que além de não resolverem o problema, insistem por impelir e reproduzir o que, em tese, buscam combater. Assim, a metáfora da guerra, à medida que estigmatiza certa fração da sociedade, apartando os que devem ser exterminados, endossa a violência social e política. Souza (2015) ressalta a existência de um enorme mercado que se alimenta da lógica militarizada. A segurança pública, uma vez norteada pelo paradigma da guerra, insere a problemática das armas no centro da discussão tomando que ela faz catalisar certo tipo de economia produtiva do crime, subsidiando projetos autoritários de poder. Não sem razão, a arma de fogo é, hoje, um dos principais vetores da violência nacional. No ano de 2019, dentre os números de homicídios, elas foram o instrumento utilizado em 72,5% das ações que tiveram a morte como resultado. Nos discursos dirigidos ao combate ao crime, têm coincidido não somente um aumento da letalidade de civis, mas, ainda, registros excessivos de vitimização policial. Quando a vítima é o agente do Estado, as taxas sobrelevam para 90,9% da totalidade de casos de morte. Comparadas as polícias militar e civil, os dados evidenciam maior incidência entre os primeiros, sobretudo nos dias de folga – a realidade de um país polarizado, que persiste aprofundando as suas muitas fraturas em meio à cena na qual "inimigos" e "heróis" detêm lugar de protagonistas (MARQUES; BARROS, 2020; MARTINS, 2020).

O número de mortes decorrentes de perfuração por arma de fogo é apenas um dos vastos indicadores que nos ajudam a refletir sobre o imenso desafio que é disputar as políticas públicas de segurança no Brasil, sobremaneira em tempos sombrios como os que vivemos hoje, movidos

por discursos de ódio e outra série de violências. Nessa medida, a insegurança não se estabelece como um equívoco, mas como uma importante pista comunicadora de um projeto de poder que tem dado certo. Em um país como o nosso, cujas desigualdades impelem assimetrias na garantia de direitos, o medo é operado politicamente frente a regimes de verdades que nos são impostos. É sob essa lente que, por aqui, como há muito temos acompanhado, "a difusão do medo do caos e da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de neutralização e planejamento das massas empobrecidas" (BATISTA, 2003, p. 21). O medo, antes de ser admitido como fenômeno individual, deve ser considerado resultado de uma conjuntura que autoriza a instrumentalização de políticas de ordem servindo, ainda, para validar uma teia de violações por meio de medidas repressivas, como as orquestradas rotineiramente nas favelas e periferias, as "zonas perigosas" da cidade (COIMBRA, 2001; MOREIRA *et al.*, 2010).

Quando a pandemia do novo coronavírus adentrou no país as operações policiais no Rio de Janeiro alcançavam um patamar de letalidade sem precedentes na história recente, ainda que comparados aos já elevados parâmetros no estado, desde que o registro passou a ser monitorado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, como apontam Bueno, Marques e Pacheco (2021). O jovem João Pedro Mattos, aos 14 anos de idade, foi outra vítima da política belicista vigente. Na tela em que a guerra é duplamente forjada, se o "fique em casa"[13] é imperativo que contribui para a redução das taxas de transmissibilidade e, por conseguinte, para a desaceleração da média de óbitos, nos terrenos favelizados, essa não é uma correspondência evidente. João Pedro estava em casa junto a seus primos quando foi baleado por policiais durante ação conjunta das polícias Civil e Federal no Complexo do Salgueiro, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Em que pese os protocolos sanitários da contenda viral através do isolamento social, os jovens pareciam, naquele momento, resguardados dos impactos da grande exposição. João, contudo, não escapou do morticínio que atravessa as atuais políticas públicas de segurança. O imóvel onde os garotos estavam foi alvo de mais de setenta tiros (CNN Brasil, 2020).

A morte do jovem João Pedro fomentou diversos protestos e manifestações pelo estado. Além disso, ajudou a impulsionar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635 – a "ADPF das Favelas", como ficou mais usualmente conhecida a decisão liminar do ministro Edson Fachin, referendada pelo Supremo Tribunal Federal. A liminar determinou a suspensão temporária da realização de incursões policiais em favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia

[13] Expressão comum das campanhas de conscientização no Brasil sobre a importância do isolamento social para a retenção dos impactos da pandemia. O jargão, contudo, acabou por se tornar alvo de críticas, pois embora buscasse sensibilizar o interlocutor sobre a sua responsabilidade social no curso da crise, desconsiderava a extensa série de desigualdades que nos constitui e inviabiliza a distribuição equitativa dos recursos para a manutenção da vida e da qualidade do viver.

do novo coronavírus. As operações ficaram restritas a casos excepcionais e sob articulação com o Ministério Público – que responde pelo controle externo da prática policial. A medida figurou como um importante instrumento de preservação da vida e dos demais direitos de uma parcela da sociedade correntemente vulnerabilizada. Não por acaso, como uma ação que veio a romper, ainda que formalmente, com um conjunto de instituições, o empreendimento foi continuamente questionado. No mês de sua publicização, o registro das mortes em decorrência de intervenções policiais decresceu significativamente, precisando uma redução de 77,8% em relação ao mesmo intervalo de tempo no ano anterior. Nesse tocante, além da restrição às incursões por operadores da segurança, a medida deliberou a retenção do uso de helicópteros durante operações policiais, tal como a elaboração de protocolos, com vistas à atenuação dos riscos à integridade das pessoas em procedimentos que ocorressem, sobretudo, próximos a escolas, creches, hospitais e a postos de saúde (BUENO; PACHECO; NASCIMENTO, 2020). No balanço total da ação que, mesmo com demonstrações de resultados positivos, foi cumprida apenas parcialmente – entre os meses de junho e setembro de 2020 – pelas autoridades políticas e policiais, foi possível verificar que

> como um resultado direto da ADPF 635, em 2020, houve uma redução de 59% das operações policiais em relação a 2019, apresentando a maior redução anual e o valor mais baixo dos últimos 14 anos. Em razão disso, em 2020 a letalidade policial caiu 34% com relação ao ano anterior, cessando um crescimento ininterrupto desde 2014. [...] Esses números nos permitem estimar que, graças à ADPF 635, aproximadamente, 300 vidas foram salvas nas favelas do Rio de Janeiro (HIRATA *et al.*, 2021, p. 31).

Se na guerra as baixas são parte integrante, essa é uma realidade também da corporação. Na tela belicista, a tropa asfixiava ante políticas de saúde e segurança fortemente desamparadas. Os últimos anos apontaram o agravamento de outro efeito deletério das estratégias de segurança no Brasil: a vitimização policial. O que já enunciava a nossa trágica realidade, ganhou contornos um tanto mais obscuros com a aceleração da COVID-19 no país: houve mais mortes de policiais civis e militares por conta da circulação da doença no Brasil, em 2020, do que, conjuntamente, mortes por decorrência de confrontos durante operações, por lesões não-naturais fora de serviço e por suicídio – foram 472 operadores da segurança civil e militar que vieram a óbito por terem contraído o vírus, em todo o território nacional. Lima e Martins (2021), expõem que esses dados não referem uma causalidade direta entre a ocorrência da pandemia e o aumento da vitimização dos agentes do Estado, mas ajudam a evidenciar a sobrecarga dessas instituições com a chegada do vírus em nosso território. Na indisponibilidade da eleição pelo exercício remoto – expediente adotado por alguns profissionais com vistas ao cumprimento das recomendações de isolamento social – em razão mesmo do caráter fundamental das ações de polícia, os agentes permaneceram nas ruas, inevitavelmente expostos a intensas cargas virais e às consequências da contaminação.

Um levantamento realizado pelo "Monitor da Violência" – uma articulação entre o G1, o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública – denota números avassaladores e, ao mesmo tempo, reveladores da negligência estatal sobre a categoria. O enredo ajuda a compor os sentimentos de medo e insegurança que a gestão da pandemia vem produzindo. Uma gestão que parece desconsiderar, acentuadamente, o universo de profissionais da segurança que trabalha em contato direto com a população e que, assim, desempenha as suas atividades sob o risco constante de contaminação e transmissão que a prática policial consagra. Foi apenas no final de março de 2021, um ano após o anúncio do decreto da pandemia do novo vírus, que profissionais de segurança foram incluídos como grupo prioritário de vacinação pelo Programa Nacional de Imunização (PNI), ainda que sempre tenham figurado como um aparelho nodal à gestão da crise. O estudo mostrou que todos os estados da Federação registraram casos de óbito de PMs acometidos pela doença. O Rio de Janeiro, assumiu a ponta do *ranking* com a maior parcela dos vitimados: 65 agentes policiais. Além disso, o levantamento sugeriu 126.154 afastamentos de servidores sob suspeita de contaminação ou pelo contato direto com infectados. Esses números são, hoje, seguramente maiores, ao passo que o levantamento não incorporou a fase de intensificação da COVID-19 no país (G1; NEV; FBSP, 2021). Os dados são

> um alerta para que os policiais brasileiros parem de ser tratados como marionetes do jogo político, inclusive por representantes de suas próprias categorias. É preciso que os mecanismos de proteção, saúde e valorização do trabalho previstos na lei que criou o SUSP (Sistema Único de Segurança Pública) sejam efetivamente colocados em prática e não se transformem em letra morta ou normas esvaziadas. Mudar a segurança pública implica em mudar a forma como governos, sociedade e polícias se relacionam entre si. A vida não pode ser menosprezada e/ou a morte banalizada (G1; NEV; FBSP, 23 abr. 2021).

Isso posto, parece evidente que a retórica da guerra tem como seus principais aliados os sentimentos de medo e insegurança. Se a dita guerra às drogas estimula a demanda por políticas de segurança repressivas, quando a COVID-19 entra em cena e as guerras se sobrepõem[14], esses sentimentos irrompem amalgamados a certo tipo de negação seletiva e politicamente orientada: o negacionismo. O medo elevou a hidroxicloroquina[15] ao *status* de armadura, quando ela então

[14] Foi nesse cenário, que o "Zé Gotinha", personagem-símbolo do Programa Nacional de Imunização do Ministério da Saúde ganhou uma fatídica roupagem. Criado em 1986, pelo artista plástico Darlan Rosa, para o fortalecimento da campanha de vacinação da poliomielite que, ao longo dos anos, influenciou outras campanhas no Brasil inteiro, aproximando o público infantil do universo das vacinas, sua versão repaginada se revelou nas redes sociais quando o deputado federal Eduardo Bolsonaro, publicou o personagem carregando um fuzil. O seu corpo remontava a uma seringa e ele vestia uma "capa de herói" estampada pela bandeira do Brasil. Em seu perfil, a mensagem: "a nossa arma agora é a vacina". O evento ocorreu no período em que o Governo Federal e alguns de seus aliados buscavam reverter os prejuízos políticos causados pela postura negacionista vinculada à pandemia (EL PAÍS, 12 mar. 2021).

[15] Desde o início da pandemia, determinados medicamentos receitados para o tratamento de outras doenças foram propostos como possibilidades terapêuticas na cena da COVID-19, dentre eles: a hidroxicloroquina. Não obstante

assumiu caráter literal de proteção contra o vírus frente a um cenário absolutamente estruturado por pilares autoritários e fascistas. Concomitantemente, a atividade científica foi deslegitimada como prática importante para a sociedade; no seu lugar, discursos oportunistas e recomendações controversas em adesão à administração de fármacos e de tratamentos não recepcionados pelas agências competentes. É nesse plano, que autoridades se apropriam dos discursos negacionistas e utilizam-se do medo como operador político de uma narrativa que, primeiro, nega a pandemia, depois nega a sua gravidade, seguida da negação da necessidade de medidas de prevenção, tais como: o distanciamento social, o uso de máscaras e a constante higienização para, finalmente, negar o investimento e a distribuição de vacinas em um país que a compreende como um direito e que possui um dos melhores programas de imunização do mundo (MOREL, 2021). Na guerra durante a guerra, negacionismo e repressão despontam, pois, como elementos centrais às nossas discussões sobre o curso histórico do investimento em políticas belicistas no Brasil.

A pandemia do novo coronavírus atravessa, assim, de forma direta, a presente pesquisa. É possível acompanhá-la na mudança dos rumos percorridos, nos muitos adiamentos do pedido de autorização para o seu desdobramento nas unidades policiais, na consequente não-aprovação inicial do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, nas interferências que o contexto produziu, inclusive, no desenrolar da escrita, na qualidade das trocas e da criação coletiva, profundamente marcadas pela demanda massiva do tempo ante as telas que nos conectavam aos acontecimentos do mundo – mesmo quando o "mundo" era o lado de lá das paredes de casa. Portanto, para além de um fenômeno que transpassa, de maneira intensa, a feitura dessa pesquisa o colapso sanitário oferece pistas significativas para pensarmos o modo como a estrutura social que nos funda está imbricada à apreensão do Brasil em seu projeto político de poder. Um plano político muito bem definido, financiado por um passado colonial, que ainda permanece vivo e operando forças que a pandemia só fez evidenciar. Em última análise, tensionar a crise da COVID-19 em sua gestão, nos ajuda a pensar como as nossas políticas de segurança são produzidas e como elas produzem, abertamente, um esquema repressivo edificado na retórica da guerra.

No encargo solitário da escrita, nutrido pelo confinamento dos tempos recentes, período de solidão povoada pelas ressonâncias dos encontros que me constituem, e inspirada na obra de Foucault (2005), almejo que as "minhas palavras" ultrapassem muros, atravessem fechaduras e

a investida, não foram encontradas evidências científicas que respaldassem o uso dessas substâncias na prevenção ou tratamento da doença, o que levou à formalização da descartabilidade dos protocolos. Ocorre que, contrariando os achados científicos, o Governo brasileiro manteve-se recomendando o uso dos fármacos baseado em protocolos indicados também por representantes do Ministério da Saúde. A defesa do "tratamento precoce" na administração desse e de outros medicamentos, tornou-se aposta política na condução da crise (SANTOS-PINTO; MIRANDA; OSORIO-DE-CASTRO, 2021).

abram janelas. Que as agendas aqui apontadas, façam dessa cartografia ferramenta participativa nos movimentos de transformação da paisagem e criação de outros horizontes, menos sombrios, onde as políticas públicas de segurança sejam apreendidas, enfim, enquanto direito inegociável de afirmação da vida de todos/as – e não apenas de alguns.

1.2 Esboços de uma travessia – ou "Bem-vinda à Polícia Militar"

Já passava das 18h30 quando o celular vibrou no despontar daquela noite de sexta-feira. O número desconhecido me fez deduzir que se tratava de outra das inúmeras ligações que vinha recebendo da operadora divulgando uma nova promoção. Do outro lado da linha, todavia, a voz se identificava como Cb. Serra[16], auxiliar no Escritório de Pesquisa e Desenvolvimento da PM. O motivo do contato, a propósito, era para informar que o projeto havia sido validado pelo setor. Significava dizer que a partir daquele momento eu poderia dar início à pesquisa em algum dos batalhões da instituição: "Bem-vinda à Polícia Militar", bradou a policial. Cabo Serra informou, ainda, que embora o estudo tivesse sido aceito, faltava receber um Ofício do chefe do Escritório para que a pesquisa pudesse acontecer nos limites institucionais. Acrescentou que o documento seria enviado por *e-mail* nas semanas seguintes e questionou se havia alguma unidade específica alinhada às minhas expectativas. Como almejava circular por outros espaços mais adiante, optei por deixá-la à vontade em sua decisão. A escolha da Cb. Serra se deu em função da proximidade com o meu local de moradia, o que implicava uma maior facilidade de acesso. Naquela ocasião, fui encaminhada a um batalhão de polícia da Zona Norte do Rio de Janeiro – o mesmo que, em meados de 2018, também recebia a mim e a minha pesquisa de mestrado.

A ligação da Cb. Serra ocorreu algumas poucas semanas após a apresentação do projeto à Coordenadoria de Assuntos Estratégicos (CAEs), no Quartel General da PMERJ, localizado na região central da cidade. Revisitar um trajeto costumeiro, agora, mais de um ano distante de uma paisagem particularmente tão cara, representou uma misto de nostalgia, ansiedade e, ainda que possa sugerir paradoxal, um momento de respiro. O cenário já não era mais o mesmo: obras foram finalizadas, estabelecimentos comerciais fecharam as suas portas, uma nova ponte surgiu cortando certo trecho da Linha Vermelha, onde já era possível acompanhar carros que passavam a toda velocidade em direção à Ponte Rio-Niterói. Embora já estivesse vivendo, por prolongado período, aqueles meses estranhos de isolamento, em verdade, o tempo não havia parado por ali; tampouco, ele havia parado para todos/as aqueles/as que não tiveram a oportunidade de escolher

[16] Salvo os casos em que os atores estão inseridos em eventos públicos e/ou publicizados, serão empregados nomes fictícios às pessoas que participaram dessa pesquisa de forma mais ou menos direta.

permanecer em suas casas. O tempo também não parou para os PMs que conheci naquele dia e nem para os/as demais policiais com quem eu viria a conversar em encontros futuros.

Iniquidades intensificadas pela pandemia. Enquanto isso, nos painéis da TV e do celular, notícias sobre um novo episódio de descumprimento das recomendações sanitárias pelo Chefe do Executivo Federal e outros membros do governo; a produção de conhecimento científico era novamente ameaçada por meio de cortes de verbas cada vez mais vultosos e cenas escancaradas de desprestígio; os números de casos confirmados e de óbitos avançavam em escala ascendente e níveis acelerados. Semanas depois, já com o Ofício em mãos, compreendi que a ida à unidade somente após a segunda dose da vacina seria também marcar o lugar ético e político da pesquisa e a renúncia por uma *práxis* demandante da neutralidade do/a pesquisador/a, que invisibiliza as nossas relações e as realidades que construímos. Entendi que, outra vez, ainda que das urgências da pesquisa, aquela parada se fazia necessária. No redesenho do percurso, sem saber muito bem o caminho mais acertado a tomar, optei pelo óbvio: dirigi minha atenção às afetações do campo. Um campo que não correspondia exatamente às instalações da Polícia Militar, mas a tudo aquilo que comparecia e se complexificava nas tramas do "dentro" e "fora" do mosaico de uma agenda de pesquisa interessada em mapear o mundo da caserna.

Esboços de uma travessia; de fronteiras borradas e expandidas por forças intensivas que fabricam modos de cartografar o/no "entre". Em meio a demandas burocráticas e racionalidades duras que, ainda hoje, inscrevem no plano de disputas modelos legítimos de se fazer ciência, o desafio da afirmação de uma tarefa ético-política que apreende o pesquisar como um mergulho nas tensões, nas ambiguidades, nas controvérsias e, portanto, em uma gramática de intervenções impossível de ser lida por meio de chaves binárias e simplistas. É com lamento que, nesse ponto da curva, esbarro nas demandas, expressamente despropositadas, a meu ver, do Comitê de Ética em Pesquisa. Desoladora a constatação de que o órgão tem nos estratos burocráticos o domínio das suas aspirações ético-metodológicas fazendo com que, dentre os critérios de legitimação do projeto de pesquisa, figure a autorização da instituição na qual o estudo vai se desenvolver, bem como a expectativa do cumprimento irrestrito de um cronograma anexado no ato da submissão, que não considera os desníveis do percurso quando, decerto, sobretudo diante de um cenário de atipicidade prevalente, haveria de ser o contrário. Sob lentes estanques de apreciação, por vezes, esses equipamentos acabam por fomentar espaços enrijecidos de atuação avaliativa.

Nos encargos dos ponteiros de um relógio que não obedecia às singularidades do tempo vivido, os contornos éticos passam a ocupar um lugar particularmente importante na pesquisa. Para a PMERJ, seria substancial verificar que, já no momento da apresentação do projeto, uma instância administrativa legitimava aquele estudo por entender que ele não provocaria prejuízos

relevantes a seus participantes. O parecer negativo informava, porém, serem outros os caminhos privilegiados. Constrangida pela institucionalização de uma prática normativa e burocratizada, a invenção de outras éticas possíveis no experimentar de realidades que invadem as prescrições é então desencorajada ante o risco do descrédito. Nesse sentido, o que busco aqui ao me demorar nessas questões não é a problematização da plausibilidade do dispositivo regulador, mas o modo como ele tem sido operado e os efeitos que produz. Esse intrincado debate sobre uma dimensão que é crítica por excelência, ao se curvar à prerrogativa totalizadora que o esvazia em nome de um ideal cientificista, tende a fazer das instâncias administrativas meios eficazes de reprodução de hegemonias obstruidoras de práticas diversas (GUERRA; STENZEL; GUARESCHI, 2017). Trazer à baila os embates, as disputas e negociações éticas, políticas e metodológicas exprime, ainda, uma aposta na potência dessas análises como eixos que instigam acompanhar, por outros ângulos, os processos que fabricam e são fabricados o/no campo de pesquisa.

Nesse plano fronteiriço, forças criativas e disruptivas articulam "dentro" e "fora" a partir de porosidades que oportunizam o exame de como esses limites se constituem e se atravessam. A ideia de fronteira denota referências a um solo coextensivo, marcado por múltiplas trajetórias, que não se restringem às vivências dos homens de farda, mas que avançam na direção das redes relacionais que tocam a todos/as aqueles/as que compartilham do admirável mundo da caserna. Acompanhar a Polícia Militar no caráter transigente de seus muros não é o mesmo que asseverar que os muros não qualificam separações. Significa dizer que as cisões que eles aquiescem, para além de suas delimitações físicas, propiciam fissuras que tornam possíveis a sua desagregação. Para tanto, apreendendo que as separações engendradas pelos muros da fortaleza policial militar não sugerem um "dentro" e um "fora" irreconciliáveis, mas tensionamentos incessantes, aspiro avançar por paisagens que extrapolem as exibições do que se faz romper e indiquem horizontes daquilo que se produz: subjetividades, afetos, disputas, poderes, relações e movimentos, enfim. Sendo a fronteira uma norma de regulação das forças e fluxos que atravessam e conectam o que se divide (FELTRAN, 2008), podemos inferir que o muro não é ou insuperável ou complacente. Consoante declara D'Angelo (2021, p. 39), "a conjunção que articula esses dois elementos que compõem concomitantemente o muro é aditiva, não restritiva: ele contém tanto o duro quanto o flexível, podendo colocar-se tanto como barreira quanto como fronteira habitável".

É nesse sentido, que a Polícia Militar existe para além dos seus muros. A PM está dentro, mas também está fora quando se expande como gramática e mecânica privilegiada das políticas de segurança pública, combinando tecnologias que pulverizam a fortaleza por meio de projetos e ações que se espraiam nas esquinas onde a vida acontece. Se "dentro" e "fora" não se colocam como lugares cindidos, mas como um duplo movediço, que constantemente se entremeia, o que

intento por aqui, é buscar nas dobras, nas suas composições e decomposições, formas possíveis de compreender a PMERJ. No ensaio da travessia, com a aprovação do Comitê de Ética depois de nova submissão, além do Ofício que autorizava o meu ingresso naquela unidade policial, um pedaço de algodão era pressionado contra o meu corpo. O muro baixo, branco e azul, delimitava o terreno do BPM e a área do posto de saúde, enquanto a fila de espera contornava o quarteirão. O reforço na carteira de vacinação carimbava outra dose de esperança. No trânsito inextricável, compareciam, ainda, um amontoado de medos, frustrações, acordos, códigos, renúncias, regras, estranhamentos, brechas e os desafios de, com tudo e apesar de tudo, tomar um pouco mais de fôlego e seguir reinventando a vida – atenta, entretanto, às pausas necessárias.

A unidade policial passava por mudanças significativas quando da minha chegada: pela primeira vez uma mulher assumia o comando daquele batalhão. Há algumas semanas, a notícia havia irrompido as redes sociais da imprensa local e as da instituição, impulsionando a interação entre os seus usuários– em maioria, moradores locais. Uma publicação que divulgava a versão impressa daquela edição trazia na capa, além das demais notícias, manchetes sobre a cerimônia de posse[17] da nova Comandante e a informação de que os postos de saúde, após quatro dias sem estoque de imunizante, voltavam a vacinar, normalizando o cronograma de cobertura previsto. "Agora ela põe ordem na casa!", afirmava uma leitora. Suas palavras antecediam o comentário de outro participante que fazia referência à Tenente-Coronel como "uma verdadeira mulher de fibra". As inúmeras mensagens com votos de sucesso, que parabenizavam a recente empreitada na carreira da policial militar, dividiam espaço com outras que, igualmente otimistas, confiavam na apresentação de uma resposta satisfatória à histórica problemática de corrupção nas fileiras da segurança pública do estado do Rio de Janeiro: "primeira vez que me permito a acreditar que o [BPM] não se envolverá com a corrupção que há tempos domina o [bairro]. Parabéns e muito sucesso à nossa nova Comandante", completou um seguidor do jornal eletrônico.

A ideia da incorruptibilidade feminina, usualmente presente na opinião pública, é tratada por Barbara Soares e por Leonarda Musumeci no livro intitulado "Mulheres policiais – presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro", lançado em 2005. A obra disserta sobre a lógica institucional e a atuação de mulheres na corporação. No que diz respeito a uma certa "hesitação" diante de situações corruptivas, conforme denominam, as autoras debatem se o círculo feminino da PMERJ seria, de fato, menos vulnerável a desvios de conduta e mais rigoroso na observância

[17] Como parte do protocolo organizacional, a cerimônia de posse que marca o ingresso de um novo comando é um ritual bastante representativo no meio militar como forma de manter acesos os valores que unem os seus membros. Damasceno de Sá (2002, p. 121-122) diz que "a construção da identidade social dos militares estaduais passa pela vida ritual de sua corporação. Seus valores e representações estão inscritos em práticas rituais, das mais domésticas às mais solenes, das discursivas às não-discursivas".

das normas, o que propiciaria a inibição de comportamentos irregulares e fortaleceria a asserção popular da baixa adesão de mulheres a práticas de corrupção. O parecer das/dos entrevistadas/os é permeado por uma gama de versões que, em geral, culminam na reafirmação de uma postura feminina mais evitativa a esse tipo de transgressão. Se em uma chave explicativa a diferença de gênero, seja por fatores naturais ou culturais, emerge como a causa da manifestação de atitudes diversas frente ao ilícito, o quantitativo reduzido delas em comparação à fileira masculina, além da dificuldade por parte da própria população em conduzir o diálogo do suborno – moralmente pautado por signos controversos a esse público, a exemplo da famosa "cervejinha" como moeda de troca –, tal como barreiras de cuidado ou desconfiança por colegas policiais, são argumentos que validam a imagem da retidão feminina e fortalecem uma certa noção de incorruptibilidade.

Nesse circuito de expectativas, de uma forma ou de outra, a mulher tende a hesitar mais, e esse representa o seu principal diferencial, consideram as autoras. Para elas, a despeito de não podermos dizer que a presença feminina, isoladamente, faz da Polícia Militar um corpo menos propenso ao cometimento de práticas ilícitas, tampouco devemos desprezar os possíveis efeitos marcados de sua presença em uma entidade cuja cultura valoriza a manutenção de mentalidades diametralmente opostas a condutas evitativas e, portanto, afeitas à introdução de procedimentos voltados à mitigação dos riscos a serem enfrentados pela tropa (SOARES; MUSUMECI, 2005). Furtando-me, talvez, de conclusões apressadas, dirijo o meu olhar à repercussão em larga escala no que tange ao ineditismo do ingresso de uma mulher ao comando daquele batalhão de polícia, terreno fértil às análises das diferenças de gênero na Polícia Militar. Aqui, destaco que o próprio fato da notícia repercutir tão aceleradamente e acionar expectativas contrárias ao continuamente manifesto, já constitui uma pista importante das barreiras diárias prescritas ao público feminino para ascenderem aos altos escalões em um ambiente estruturado na hierarquia militar. Ademais, é o compartilhamento dessas expectativas que me fazem atentar à criação de certa atmosfera de confiabilidade, fruto do otimismo que essa figura de autoridade desperta ante uma organização hegemonicamente masculina e massivamente contestada por parte da população.

A presença feminina nas polícias é um fato recente. Quando observada a experiência de ingresso das mulheres nas instituições policiais brasileiras, o estado de São Paulo emerge como local de referência ao instituir, em 1955, um corpo feminino de guardas civis que, mais adiante, viria a se transmutar no primeiro grupamento feminino uniformizado do país, consecutivamente incorporado, no início da década de 1970, à Polícia Militar do Estado de São Paulo. Assumindo a dianteira da cena nacional, o estado se consolidou como plano modelo às demais instituições. Em outras regiões, porém, a incorporação de mulheres ocorreu somente a partir dos anos 1980, durante o período de abertura política no Brasil. Apesar disso, não há registros de que essa tenha

correspondido a uma demanda social e/ou corporativa de democratização do grupo profissional, até então, masculino por excelência. Tudo indica que, antes de um processo amplo de reformas, a assimilação do coletivo feminino foi uma tentativa de responder aos apelos internos de revisão do quadro de agentes, tendo em vista a necessidade de "humanizar" a imagem da Polícia Militar em sua forte associação ao regime autoritário pregresso. Cabe marcar, que no curso da Ditadura as polícias estaduais achavam-se efetiva, e não apenas formalmente, subordinadas ao Exército. Suplementarmente, Soares e Musumeci (2005) denotam que essas são modificações estruturais um tanto obscuras, visto que não comparecem de modo explícito nas leis e decretos de formação do corpo feminino, nem são facilmente acessadas no relato dos que viveram sua fase inaugural.

A experiência no Rio de Janeiro não foi diferente da reproduzida na maioria dos estados: a incorporação de mulheres à PMERJ se deu no começo dos anos 1980. A Companhia de Polícia Militar Feminina teve a sua primeira turma de soldados destinada ao policiamento ostensivo de sete batalhões dos municípios do Rio e Niterói, dentre os quais, esse em que focalizo a pesquisa. A Companhia já nasce permeada por diferenças significativas se comparada às outras unidades. Para ingressar na corporação, as mulheres não poderiam estar casadas e/ou grávidas, além disso só poderiam concorrer aquelas com idades entre 18 e 23 anos. Previa-se, ainda, na configuração de seu quadro hierárquico, a ascensão limitada até o posto de Capitão, cujas oportunidades eram escassas. No que cumpre às funções desempenhadas, estavam restritas a operar no policiamento de trânsito, no trato com mulheres, crianças e idosos e a ações pontuais em terminais marítimos, ferroviários e rodoviários, zonas particularmente sensíveis à imagem da PM. Cabe recordar que o trânsito, à época, era compreendido como um campo problemático, à medida que se constituía espaço-alvo da corrupção policial (ARAÚJO, 2017; SOARES; MUSUMECI, 2005).

> A interação cotidiana nas ruas entre motoristas e policiais estava associada, na visão popular, à prática institucionalizada da extorsão, à distribuição de propinas para obter documentos e para escapar de multas por reais ou por supostas infrações. [...] Foi justamente pela fama de incorruptibilidade das mulheres e esperança de que pudessem reverter a péssima imagem da PM nessa área que elas teriam sido alocadas no controle do trânsito, e em pontos visíveis da cidade. [...] Elas teriam agido de forma rigorosa, transmitindo à população a imagem de uma polícia honesta, correta e cumpridora da lei – o que ao mesmo tempo funcionava como um cartão-postal para a PM e legitimava o lugar das mulheres na corporação (SOARES; MUSUMECI, 2005, p. 57-58).

Em 1991, sob verificação da diplomação correspondente, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro ensaiou seus primeiros passos na direção da unificação dos circuitos masculinos e femininos, através da inclusão do corpo de mulheres ao Quadro de Oficiais da Saúde – equipe com carreira dirigida a profissionais de saúde, que ingressaram na PMERJ por meio de concurso público específico, tal como ocorre ainda hoje. A unificação da tropa só se consumou dois anos depois, fundada nas bases da Lei n° 2.108, de 19 de abril de 1993. O cenário nascente propunha,

assim, a partir daquele marco temporal, direitos iguais a homens e mulheres da agência policial, impelindo igualdade de acesso a todos os degraus hierárquicos, inclusive a funções de comando (SOARES; MUSUMECI, 2005). Apesar de serem inegáveis os avanços, a equidade formal não parece ter sido traduzida manifestamente nas escalas de oportunidades direcionadas à ascensão na carreira nem à designação do contingente a atividades ocupacionais diversas.

Aqui, as investidas na "humanização" da polícia pela incorporação do círculo feminino produziram enunciações bastante controversas e processos decisórios geridos, via de regra, por enredos menos afinados com a revisão das ações policiais belicistas e autoritárias, e mais afeitos às estratégias de aproximação da população, tomando como fonte balizadora certa compreensão de que as mulheres detêm qualidades pretensamente inatas de promoção de espaços de cuidado e favorecimento de relações harmônicas. Concernente à suposta natureza vocacional feminina, o que aparece fundamentalmente subscrito na incorporação das mulheres pela entidade policial, é a apropriação dos ditos atributos intrínsecos que, atualizados na esfera doméstica, por ocasião, são, ainda, acionados pelo domínio público. Assim, se por um lado a imagem feminina é usada para ditar o caráter moderno e democrático da corporação, por outro, ao reconhecer na inclusão feminina uma ameaça de descaracterização do fazer policial, fundado por construtos de "força" e "honra", a organização militar põe em funcionamento mecânicas regulatórias que explicitam formas privilegiadas de ser homem e ser mulher na caserna. Isso posto, cabe dizer que

> a despeito da forte impressão de que se tratava de "mudar para não mudar", é muito provável que, em face da impossibilidade de uma reforma imediata dos órgãos de segurança pública, certos setores da polícia tenham sinceramente apostado num efeito demonstração, num impacto transformador da pequena amostra de policiais femininas sobre o comportamento da "tropa" e/ou sobre a imagem externa da corporação. É possível também que se tenha imaginado um crescimento gradual do número de mulheres, à medida que os resultados positivos da sua presença se fizessem sentir e as resistências internas fossem sendo vencidas (SOARES, MUSUMECI, 2005, p. 19).

As inferências acerca das motivações que podem ter contribuído para a incorporação do público feminino às PMs brasileiras não conduzem, portanto, necessariamente, a conclusões de cunho conspiratório. O que elas transmitem, todavia, é que os recursos com os quais se almejava assinalar um novo modelo de ação através da inclusão das mulheres e a subsequente unificação das carreiras, não foram razoáveis para reverter padrões tradicionalmente inscritos na dinâmica viril da instituição. A entrada do corpo feminino, vale insistir, não foi acompanhada de qualquer transformação notória no conceito de policiamento ou nas acepções dominantes sobre o encargo das polícias na provisão da segurança pública. O processo de inserção das mulheres nas polícias militares brasileiras tem na justificativa da vocação feminina pelo cuidado, a sua base narrativa. Própria ao "sexismo maternalista" (MOREIRA, 2016), a concepção de que a maternidade, seja

a desejada ou a recusada, está no centro das definições culturais e históricas do feminino, revela certo enunciado biologizante que, na esteira dos sistemas binaristas, indica a tônica da inclusão: à tropa feminina, a incumbência de humanização das polícias por meio do cuidado, aos homens, por sua vez, a natureza viril representativa da força bruta. Domínios funcionais, que não apenas visibilizam seletivamente, mas hierarquizam, enclausuram e distanciam seus atores.

Assim, ao inserir a categoria PMFem na cena pública, a Polícia Militar, ao mesmo tempo que, sob uma análise introdutória, parece diluir as fronteiras entre os terrenos feminino-privado, não o faz, porém, sem a observância dos binarismos de gênero. Embora não seja possível refutar que a dicotomia público/privado foi redimensionada com a participação das mulheres no mundo da caserna, a inclusão do corpo feminino na PM prolongou a extensão dos encargos domésticos aos limites de sua atuação na esfera pública. Uma vez que cumpriria aos homens o investimento de preservar e de transmitir a lógica policial militar, torna-se notória a existência de uma espécie de zoneamento institucional, intensamente marcado, no qual uma parte predominante do efetivo feminino denota-se sobrerepresentada em atividades desprestigiadas e distantes das posições de comando. Falamos, pois, de um círculo feminino apreendido como ente subordinado à dinâmica masculina em uma estrutura vertical da divisão do trabalho, que não restringe meios totalizantes de mediação aos limites da convivência entre oficiais e praças, mas descobre no gênero de seus operadores, outra fonte de referência por espaços de poder. É nessa medida, pois, que o processo de incorporação feminina nas polícias indica conformar um campo relacional que se comunica a partir de uma gramática de inclusão-exclusão-dominação delineada por contornos particulares (CALAZANS, 2004; SOARES; MUSUMECI, 2005; MOREIRA, 2016).

Assim, frente a uma complexa trama de linhas duras, flexíveis e linhas de fuga, a PMERJ se faz, se expressa e incide sobre vidas, corpos e relações. Para além dos motivos primários que possam articular a inclusão feminina pelas agências de segurança a um investimento de reforma de fachada ou, ainda, como aposta em um ato transformador, emergem outras questões que me intrigam e me parecem, aqui, mais urgentes: anuindo que produções binaristas de gênero podem ser negociadas, transgredidas e/ou ressignificadas diante da presença feminina na esfera da ação policial militar, como as masculinidades comparecem nessa série de receptividades, resistências e adaptações operadas por uma instituição firmada, sobretudo, nos construtos de uma ética viril? E mais: de que feminino tratamos quando o que se disputa são os pilares de uma masculinidade gloriosa? Indagações essas que extrapolam o anseio por uma dita verdade capaz de justificar a inclusão de mulheres nas arenas policiais e tomam o corpo como um campo de territorialização política dos espaços (DIAS; ZOBOLI; SANTOS, 2018).

Como pistas que norteiam a discussão, o processo de transformação subjetiva do corpo feminino nos trânsitos que marcam o seu habitar a/na PMERJ. Acrescentando ao debate, intento localizar a Polícia Militar enquanto instituição que expande os seus muros. Entendo, pois, que a entidade se amplifica como lógica e como política, nutrindo tecnologias que pulverizam seus muros a partir de códigos e de regramentos acionados pela corporação para conter a feminização dentro dos limites restritos. Nos fios que se avizinham, por entre as fronteiras da caserna, aspiro acompanhar o que dobra a organização policial militar e, nessa perspectiva, o que ela faz dobrar em meio a uma trama descontínua de segmentaridades que se ajustam e se integram dentro, fora e através dos perímetros da fortaleza.

1.2.1 De portas abertas? O banheiro feminino enquanto elemento balizador de gênero

O Oficial-Dia de serviço trocou poucas palavras comigo quando da minha apresentação. De sua mesa, com ares de pouco interesse, imediatamente, solicitou de um policial que passava próximo à porta de entrada daquela seção, que me levasse ao encontro da Cb. Feitosa. Aguardei poucos minutos até ser recebida pela simpática agente. De forma breve, contei sobre a pesquisa e falei do meu desejo de retomar os estudos naquela unidade policial. Diferente da experiência pregressa, ainda no mestrado, não fui conduzida até a sala do comando após a entrega do Ofício. Cb. Feitosa, porém, pediu que eu a acompanhasse. O espaço a nossa frente era local conhecido: agora reformada, a antiga "recepção" havia dado lugar a uma pequena sala remetida ao setor de comunicação. As aspas aparecem aqui para marcar um ambiente antes dividido apenas por uma bancada azul que sugeria ser a área de recepção do batalhão, mas que, em verdade, não dispunha de nenhum policial a essa função. No curso da experiência prévia, se não por algum agente que transitava pela entrada do BPM a cada nova visitação ao campo, a acolhida era feita justamente pelo Oficial-Dia de plantão. Na cultura policial militar, segundo meus/minhas interlocutores/as, à figura do Oficial-Dia reserva-se a responsabilidade do gerenciamento, controle e fiscalização da rotina organizacional no turno de sua escala de trabalho.

Mas eu vinha dizendo que aquele era espaço conhecido e explico ao/à leitor/a o porquê. Antes, entretanto, compete dizer que, por vezes, ao longo do texto e, sobretudo, nesse capítulo, faço uso de transposições temporais que falam das experiências recentes, mas também daquelas vivenciadas no estudo da abordagem policial pela PMERJ, em pesquisa que deu origem à minha dissertação, no ano de 2019. Essas transposições são, portanto, fundamentais às análises que se seguem sobre a presença do corpo feminino na instituição policial, o que motiva o seu emprego. Dito isso, sigamos costurando o fio narrativo. Na companhia da Cb. Feitosa, após alguns passos, fui então recebida por um PM que conversava com outros dois operadores. Devo confessar que

não recordo exatamente a sua função institucional, embora ela tenha sido sublinhada pela Cabo. Apesar da informação ter me escapado, pude notar na formalidade que mediava o diálogo entre os agentes e no caráter instrucional das medidas aos pares, de que se tratava de alguém ocupante de função de chefia. Ao constatar a minha chegada, o homem levou ao rosto uma máscara preta que repousava sobre a mesa: "bom dia", cumprimentou-me com um contido balançar de cabeça. Após a fala da Cb. Feitosa, ele foi mais uma vez econômico em suas palavras: "seja bem-vinda e sinta-se à vontade". Ao deixar a sala, orientou os outros servidores sobre algum procedimento concernente às demandas do dia e avançou pelos corredores do batalhão.

Entre os agentes, Sgt. Jeovany é personagem familiar, eu diria. PM "da antiga"[18], como nomeiam na caserna, foi o meu primeiro interlocutor durante o mestrado. Na oportunidade, foi ele o responsável por me apresentar ao Tenente-Coronel encarregado da minha permanência no batalhão e a outros participantes da pesquisa. Quando o conheci, já trabalhava no administrativo e desde então me pareceu uma figura interessante ao estudo da Polícia Militar. Além de ter sido essencial à abertura do diálogo com outros agentes, apesar de solícito, sua disponibilidade vinha acompanhada de certa exasperação. A meu ver, embora nunca tenha expressamente verbalizado algo nesse sentido, percebia que minha presença, invariavelmente, provocava desconfortos que se manifestavam em nossos encontros. Lembro do seu descontentamento em uma dessas nossas conversas em que ele dizia de forma efusiva: "vocês são especialistas em segurança pública que ficam atrás dos livros, mas nunca subiram um morro pra trocar tiro com bandido". Suas palavras eram acompanhadas das enormes cicatrizes pelo corpo que ele mostrava enquanto defendia suas percepções sobre nós, acadêmicos, ou para ele, "essa gente que só fala de segurança pública no conforto do ar-condicionado". A narrativa era contumaz e parecia revestida da ideia de que ora eu impelia ameaça, afinal, representava o grupo dos que se organizavam em desfavor da polícia, ora podia ser absolvida das acusações em função da inexperiência própria aos/às jovens e muito semelhante àquela, também, obstinadamente, evidenciada por sua filha.

Sgt. Jeovany nunca se aprofundou sobre a história de suas marcas físicas. Por outro lado, muitas foram as vezes em que tratou a tarefa operacional como "trabalho de polícia de verdade", em detrimento das demais atividades. O exercício administrativo, ao que indicava, era encarado como atribuição incômoda. A aparência sisuda contrastava com a sua prestatividade em acionar outros PMs para que aceitassem participar do estudo. Recupero tais registros motivada por uma

[18] "Mais antigo", no léxico informal da Polícia Militar, é o termo utilizado para comunicar os operadores que estão em uma posição hierárquica superior a outros referentes, por sua vez, chamados de "recrutas" ou "mais modernos". No caso em tela, Sgt. Jeovany, em muitos momentos, foi assim apontado por seus pares quando diziam não apenas da sua extensa trajetória organizacional, mas também quando frisavam uma postura mais enrijecida ante mudanças institucionais, comum aos PMs "da antiga" – o que exprime, talvez, uma questão geracional importante às análises.

situação curiosa: durante uma das nossas primeiras conversas, enquanto Cb. Feitosa detalhava o seu trabalho na instituição e algumas das adversidades enfrentadas, a PMFem apontou a rotina partilhada com os agentes "da antiga" como desafio. Dividindo o Setor de Comunicação Social com um desses operadores, ela relata: "eu tenho dificuldade para trabalhar com os mais antigos. Tem um Sargento nosso aqui, o Jeovany, aquele que você já conhece. Então, ele não sabe mexer no computador e também não quer aprender. Não aceita por nada, fala que é bobeirada da PM". Cb. Feitosa refere-se a Sgt. Jeovany como "aquele que você já conhece", pois, ao chegar à sala, indago se ele lembra de sua participação na pesquisa anterior. A afirmativa vem de modo súbito: "você queria falar com a gente pra um trabalho da sua escola". Acho graça, mas não desenvolvo o assunto ao notar alguma agitação diante do procedimento que lhe foi requerido.

A convite da Cb. Feitosa, eu ocupava uma cadeira ao seu lado ao passo que ela respondia mensagens no computador e me perguntava: "com quem você quer falar? São só homens, certo? Se quiser, pode começar hoje. Vejo se alguém pode conversar com você". Agradeço, mas sugiro que, caso fosse possível, preferiria transitar pelas dependências do batalhão, em função de ainda não o ter percorrido em momentos anteriores. A policial finaliza o envio de alguns comunicados e caminha ao meu lado em direção à porta de saída. Antes de seguirmos, sou questionada sobre os espaços que gostaria de conhecer. Atendendo ao meu pedido, avançamos brevemente pelos corredores menos requisitados e nos demoramos naqueles em que ela julgava serem primordiais ao funcionamento do batalhão. Pensando no trabalho de descrição do espaço no curso da escrita, solicitei a gravação em áudio do nosso diálogo durante o trajeto. Admito minha surpresa quando de sua recomendação pelo registro, também em fotos, daquele momento. No corredor principal, que faz ligação com a maioria dos departamentos da unidade, um espelho grande e emoldurado comunica aos/às agentes: "esse espelho reflete você e você à PM". Apesar de objeto conhecido, localizado em zona de grande circulação, próximo à entrada do batalhão, espaço de visibilidade, sua presença me intriga: que mensagens aquele texto e contexto noticiam? Para Souza (2014),

> o espelho como um "lugar sem lugar", reflete para os policiais a farda, e a farda o que pretendem alcançar os homens e as mulheres na profissão. [...] A farda traz consigo a promessa de recompor a imagem outrora disforme dos indivíduos, sendo também o espaço que oferece um tipo de reconhecimento apaziguador diante da grandeza de um sacrifício heroico em nome de todos, mas nem sempre seguro. O espelho, portanto, é utopia naquilo que ele oferece como potencial redenção e heterotopia no que os sujeitos constroem a partir dos elementos que carregam e do que passam a enxergar como reflexo (SOUZA, 2014, p. 404).

Nosso ponto de partida foi a área da piscina, espaço regularmente utilizado por projetos sociais da região. Àquela época, duas instituições contavam com a parceria da unidade policial: "um desses projetos é direcionado à terceira idade e a crianças com deficiência e o outro ensina

a prática de mergulho a um público mais amplo". Ambos, entretanto, trabalhos de inclusão pelo esporte. Passamos pela quadra poliesportiva que recebe, entre outras, aulas não obrigatórias de atividade funcional, pelo *stand* de tiro, igualmente de caráter voluntário, que serve como centro de treinamento dos agentes lotados no batalhão. Compete ao comando a opção por regulamentar as práticas que entender necessárias ao bom desempenho funcional de seus subordinados. Sobre o exercício com armas de fogo, garante que o número expressivo de reclamações dos moradores que vivem nos arredores da unidade, devido ao intenso barulho provocado pelo treino, acaba se constituindo um entrave ao seu investimento. Seguimos pela academia, por uma horta que havia sido recém-inaugurada pela direção anterior e pelo Setor de Pessoal, "o local onde são feitas as escalas de serviço". Da porta de entrada, recebemos alguns acenos e logo continuamos o trajeto. Mais adiante, o Setor de Psicologia: "hoje está fechado, mas tem uma psicóloga toda terça-feira até às 12h. Se quiser marcar atendimento, é só passar aí e agendar um horário".

Fato curioso foi quando prosseguimos em sentido ao "rancho", espaço semelhante a um refeitório. Ao chegarmos no recinto, a PMFem realçou que em determinadas unidades policiais os "ranchos" são subdivididos segundo o critério hierárquico. Isso significa que há um ambiente específico direcionado ao quadro de oficiais e outro à fileira dos praças. Naquele BPM, porém, ela afirma não haver separações. Sua percepção se mostra interessante à medida que ela conclui: "aqui come todo mundo junto. Aquela mesa é a dos oficiais e essa é a dos praças". Em respeito à comunhão de uma mesma parte física destinada às refeições, Cb. Feitosa não indica considerar a separação das mesas algo a ser problematizado. Próximo dali a Área de Convivência se perfaz outra iniciativa do comando antecessor. Em homenagem, ela leva o nome de um policial lotado no batalhão à época em que fora assassinado após ser reconhecido como operador da segurança pública. Além do estacionamento, do espaço de reserva de armamentos e da seção de operações, "onde é feito o planejamento operacional do bairro a partir dos gráficos de análises criminais", fomos até a sala que abrigaria, em algumas semanas, o "Projeto Faixa Lilás". A ação que estava em seus ajustes finais é uma proposta de trabalho voltada às mulheres da comunidade assistidas pela Patrulha Maria da Penha, quando se viram vítimas de algum tipo de violência doméstica e familiar. Com aulas semanais de defesa pessoal ministradas pelo Cb. Rogério, professor de artes marciais e seu principal incentivador, o projeto visa, ainda, transmitir outros valores às usuárias que ultrapassem o aprendizado de como agir em situações extremas. Nas redes sociais do bairro, a Comandante Íris falou sobre o empreendimento que assumiu junto à recente posse:

> Queremos aumentar a autoestima da mulher para que ela se sinta empoderada, viva, de modo que possa entender a importância do papel dela na sociedade. No passado, um dos grandes problemas que as mulheres sofriam era a falta de apoio dos órgãos públicos de segurança no acompanhamento pós-denúncia. Hoje, nós temos uma rede

> de proteção; a mulher tem a quem recorrer. A medida protetiva é muito mais que uma folha de papel. A Patrulha Maria da Penha tem policiais especializadas para cuidar dessas mulheres (Com. PM Íris, BPM Zona Norte, em entrevista ao jornal do bairro)[19].

Nosso roteiro teve fim com o retorno ao Setor de Comunicação Social. Tanto o Sargento quanto o outro policial permaneciam na sala discutindo o material documentado. Tomo nota de alguns fragmentos disparadores na esperança de que possam facilitar, mais tarde, o processo de escrita. Tempos depois, Cb. Feitosa levanta-se bruscamente da cadeira em frente ao computador e o movimento abrupto desperta a minha atenção. Sgt. Jeovany e seu companheiro já não estão mais conosco. O silêncio é, então, por ela interrompido: "nossa, estou doida pra fazer xixi! Não via a hora deles saírem logo daqui", declara a Cabo enquanto caminha em disparada no sentido do banheiro feminino. Do lado de fora posso escutar o barulho do jato forte de urina quando ela toca a cerâmica do sanitário. O som típico de quem havia suportado a urgência fisiológica por longo tempo. Ao abrir a porta do banheiro, a agente questiona: "fiquei até com a cabeça doendo. Você tem remédio na bolsa"? Com base na minha resposta negativa, ela decide verificar se há no batalhão – diz que não demora. A situação faz com que eu, imediatamente, inclua o fato nos apontamentos que eu já vinha registrando no caderninho de anotações. De pronto, fui remetida à experiência pregressa na unidade quando, durante o mestrado, o uso do banheiro feminino era preocupação contínua da chefia em todas as minhas visitas.

Como relatado nessas linhas, o Setor de Comunicação Social é um espaço já conhecido. Nas outras oportunidades, era ali que eu aguardava os policiais para a realização das entrevistas. Próximo ao corredor de entrada e de saída dos agentes e em frente ao banheiro feminino. Aquele foi o local sugerido pelo comando sob o argumento de que eu ficaria sempre visível na unidade[20] e que teria o meu deslocamento facilitado, caso precisasse utilizar o banheiro. Ao ser notificado acerca da minha chegada, a sentença era, invariavelmente, a mesma: "alguém já deixou a porta do banheiro aberta pra você"? Quando o Oficial-Dia desconhecia a orientação, ele então tratava de relembrar. A fala era de que o BPM estava disponível para me ajudar no que fosse necessário porque além de pesquisadora eu era cliente da unidade, em função de também residir no bairro. A dinâmica, que não fez parte do material de discussão no texto final, havia sido movimento de inquietação. Considerava aquela preocupação intrigante, sobretudo em decorrência do sanitário

[19] Por vezes, nesta escrita, os trechos referenciados podem apresentar prejuízos quanto às competências normativas de formatação científica, visto que assegurá-las significaria facilitar a identificação do batalhão e dos seus agentes.
[20] Somente mais tarde percebi que a justificativa da escolha parecia cumprir uma dupla função: uma verbalizada e outra posicionada nas entrelinhas. Enquanto a primeira manifestava a necessidade de despertar familiaridade com a minha presença dentro do batalhão, que facilitaria à aceitabilidade da participação pelos agentes – o que, de fato, parece ter se cumprido –, em um mergulho mais profundo nas análises, o ponto de localização escolhido indicava, ainda, certa preocupação sobre a minha vigilância e controle por todo o tempo de permanência no estabelecimento militar – algo que remetia à expressão de um tipo de liberdade tutelada.

feminino também ser ambiente reservado a outras mulheres. Era óbvia a disparidade do círculo masculino sobre o quantitativo feminino o que gerava, decerto, um fluxo mais intenso no espaço definido aos homens. No entanto, me parecia absolutamente descabido que o banheiro feminino devesse ter as suas portas abertas a cada vez que fosse usado por uma PMFem.

Não obstante a nova arquitetura, os sanitários foram preservados: um masculino e outro feminino seguiram compondo a estrutura do, agora, Setor de Comunicação Social. Suas portas, dessa vez, estavam todas destrancadas. Bastou que a Cb. Feitosa tocasse a maçaneta do banheiro feminino para que ele, então, se abrisse por completo – o que claramente não se fazia o bastante. Se na experiência pregressa, a porta trancada fundava um recurso relevante ao exame do corpo feminino e seus trânsitos dentro da PMERJ, entidade hegemonicamente masculina, na execução do livre acesso, a recusa de seu uso na presença dos agentes reiterou, com evidência, uma série enunciativa de gênero profundamente instituída que, outrora, não fora por mim bem explorada. Seja de maneira mais ou menos velada, o banheiro feminino, à medida que demonstra continuar sendo um desafio para as mulheres que habitam o espaço institucional, ganha destaque enquanto potente recurso analisador. Ferramenta essencial ao descortinamento de conflitos e contradições estruturantes da cultura policial militar, ele faz ver e enuncia os limites de gênero que apregoam sentidos desiguais e assimétricos aos sistemas de poder na corporação, fomentando disposições hierárquicas entre os homens e as mulheres da caserna.

Nessa paisagem, a um só tempo, incontáveis fronteiras de gênero, difusas e tentaculares, segmentam cada um dos metros quadrados da estrutura dos banheiros masculino e feminino no cotidiano policial militar. Uma correspondência materializada da organização binária, cisgênera e heterossexual, que também conforma o extramuros institucional e mobiliza a sociedade mais ampla com base em critérios biologizantes e universalistas. Lá onde a arquitetura parece apenas se colocar a serviço de necessidades fisiológicas básicas, suas portas e fechaduras implementam barreiras operando de forma silenciosa uma das mais discretas e efetivas tecnologias de gênero: “enquanto o banheiro das mulheres é a reprodução de um espaço doméstico no meio do espaço público, o dos homens é uma dobra do espaço público onde se intensificam leis de visibilidade e posição ereta que tradicionalmente definem o espaço público como espaço da masculinidade” (PRECIADO, 2019, p. 4). Isso posto, sendo a PMERJ local privilegiado à presença masculina, seus sanitários indicam reafirmar, assim, um campo de ordenamentos generificados.

Ainda segundo Preciado (2019), desde o século XIX, os banheiros públicos são arranjos burgueses dispostos nas cidades europeias com a finalidade de serem redutos de gestão do lixo corporal nos espaços urbanos. Mais adiante, no entanto, esses maquinários transmutaram-se em cabines de controle e de vigilância de gênero, operando como um equipamento de normalização

da heterossexualidade e patologização de vivências homossexuais. No século XX, os banheiros tornaram-se autênticas células públicas de patrulhamento e adequação de corpos a regulamentos de masculinidade e de feminilidade vigentes. Na entrada de cada um dos sanitários um símbolo, uma interpelação de gênero, como se o seu uso ancorasse mais o refazimento do gênero do que o desfazimento dos dejetos orgânicos. Superado esse tipo de exame, nos desafios da segregação sexual que impulsiona a economia produtiva de gestão dos corpos, à Cb. Feitosa não é ofertado, porém, escapar dos códigos masculinos e femininos que conduzem a dinâmica organizacional. Alcançando tão somente a privacidade visual própria à estrutura que produz o espaço reservado às mulheres da polícia, a agente PMFem se vê frente aos custos elevados de também se inscrever um corpo policiado. Nessa perspectiva, "um ato que deveria ser prosaico, como usar o banheiro, muitas vezes é situação absolutamente constrangedora. [...] A imagem de uma régua regulatória que define os níveis de feminilidade e de masculinidade das performances de gênero" (ALVES; MOREIRA; JAYME, 2021, p. 3). Nas palavras de Cicconetti e Magalhães (2019),

> embora os atos performativos de gênero motivem e promovam diferentes e múltiplas possibilidades para representar os gêneros, ainda prevalece no imaginário social da modernidade ocidental um pensamento dicotômico, que está fundado em uma série de binarismos (mulher/homem, homossexual/heterossexual, feminino/masculino) que domesticam espaços públicos com o objetivo de marcar, diferenciar e tornar naturais as diferenças que a este lhe pertencem, para logo, por meio do banheiro, fortalecer as hierarquias e relações de poder que dão suporte à heteronormatividade compulsória. Nesse sentido, é valido perguntar: [...] como se decodificam os símbolos das portas dos banheiros? Será que para "decodificar" esses símbolos antes foi preciso que os códigos fossem ensinados? E se assim fosse, por meio de que dispositivos? E ainda, quais as instituições que lhe dão suporte em termos de reconhecimento e legitimidade? (CICCONETTI; MAGALHÃES, 2019, p. 40-41).

Assim, parece inegável que o banheiro feminino das instalações policiais militares opera como um potente analisador das desigualdades de gênero institucionais. Em sua arquitetura, o banheiro feminino da PMERJ reposiciona a nossa ideia sobre o ato de ir ao banheiro como algo trivial, já que nem sempre é assim. Além de traçar limites precisos de sexo, gênero e sexualidade por meio dos quais se organizam seus fluxos de acesso e satisfação de necessidades fisiológicas, ele instrumentaliza através de técnicas de poder e controle, esquemas regulatórios sobre corpos e suas expressões. Um sistema cis-heteronormativo que se apresenta desde a identificação dos símbolos que ditam, nas portas dos banheiros, quais corpos estão autorizados a passar, a ocupar e permanecer nesses locais. Foi a apreensão do meu corpo pelo léxico correspondente a padrões cis-heteronormativos o que, em evidência, acionou tensionamentos sobre a constante orientação pela abertura da porta do sanitário feminino visando à efetivação do seu pleno acesso por mim. Aqui, a insistente manutenção do fechamento do espaço designado ao uso feminino o que, por conseguinte, demandava frequentes recomendações pelo seu contrário a cada nova visita, indica

que esse tipo de estrutura, embora tenha se tornado elemento de composição dos batalhões com a inclusão das mulheres nas esteiras policiais, faz revelar, ainda, outra série de movimentos de fabricação e atualização das dicotomias de gênero, impelindo posições menos referenciadas ao público policial feminino que habita as unidades.

Semelhantemente, para além do seu acesso, o uso do banheiro feminino denota um solo fértil à exploração dos modelos balizadores de gênero carregados de postulados performativos, que tendem a domesticar expressões dissidentes à lógica cis-heteronormativa. Tal compreensão expõe, outra vez, a instauração de uma agenda de relações de poder, controle e vigilância sobre determinados corpos. Dito isso, cabe inferir que o exercício do gênero é sempre uma negociação com o poder instituído e, portanto, a todo tempo, ele é um ato performativo (PRECIADO,2019). Partindo da estrutura do banheiro feminino e suas regras de uso conforme padrões generificados que conduzem práticas e as qualificam, em que pese a experiência recente, notamos no retardar do uso do sanitário pela Cb. Feitosa, o flagrante constrangimento de partilhar o som do descarte da urina diante da presença masculina. Preocupação que, muito possivelmente, não seria sentida pelo círculo masculino ante a gestão dos corpos e suas regulações. A modulação das expressões humanas está, nessa seara, amalgamada a corpos orientados por normas e valores que inscrevem o espectro das tecnologias de gênero dentro de limites performativos em uma sociedade fundada por valores binários, universalistas e por que não dizer, segregadores.

De modo implícito ou em meio à manifesta desorganização do cotidiano naturalizado, seja no que diz respeito a seu acesso ou no que remete a seu uso, o banheiro feminino enquanto elemento analisador, revela o corpo daquelas que habitam um espaço erguido na sua ocultação. Tendo em vista que, historicamente, as corporações policiais são forças subjetivadas por normas de gênero responsáveis pela criação e atualização de uma inteligibilidade engendrada pela tríade homem-masculino-heterossexual, o corpo feminino, em sua presença, à medida mesmo que se confirma capaz de borrar ou, ainda, de subverter a ordem instituída, o faz no tensionamento das prescrições de gênero pautadas pelas masculinidades. Em resumo, um dos aspectos primordiais quando o que se está em exame é a cultura policial militar refere-se ao fato de que pensar gênero no campo da segurança significa acompanhar as pistas que desvelam a crença por uma oposição dicotômica entre os sexos, tal como pistas que embaralham essa oposição. Isso fica evidente na acomodação da tropa feminina que ora opera sob essa dicotomia, ora a renuncia expondo como nossas subjetividades são diversas e fundadas performaticamente. Ciente de sua multiplicidade, estaria a organização policial militar realmente de portas abertas a outras formas de expressão? Fato é que, enquanto analisador, o banheiro feminino desnuda, com implicações procedimentais e políticas, de que modos são forjadas as redes subjetivas que perfazem o gênero na/da PMERJ.

1.2.2 Dobrando a cena masculina: “qualquer coisa diz que foi um homem quem falou”

Cb. Feitosa assumiu a função de mediar as entrevistas iniciais. Antes de mais nada, seria necessário fazer com que minha presença fosse anunciada aos agentes. A voluntariedade quanto à participação na pesquisa se deu, dessa maneira, pelo método bola de neve (ALBUQUERQUE, 2009; VINUTO, 2014). Aqui, o acionamento dos participantes ocorre com base no investimento em cadeias de referência, estando sujeito às propriedades das redes sociais do público estudado. Como a execução desse tipo de método depende da indicação de terceiros, faz-se imprescindível esclarecer os anseios da pesquisa aos mediadores. Poder acompanhar, em algumas ocasiões, o processo de recrutamento acontecer, além de ter se constituído como um importante termômetro da premência pela tomada de outros códigos de comunicação ensejou, ainda, momentos de boas risadas divididas com a policial e seus pares. Nas oportunidades, Cb. Feitosa buscava reproduzir as informações que eu lhe havia passado sobre o recorte da pesquisa. No encontro com os PMs, enquanto apresentava o estudo aos possíveis entrevistados, voltava seu olhar a mim na intenção de garantir a correspondência do conteúdo. Das tentativas iniciais, que motivaram a realização das primeiras entrevistas, o uso de noções como “subjetividades” e “masculinidades” expôs um profundo estranhamento em relação ao tema e, mais ainda, a escolha por um léxico academicista pouco efetivo ao assentamento da nossa comunicação.

Seus corpos reagiam, manifestavam a incompreensão e, não raro, partilhavam sorrisos. De maneira descontraída, vez ou outra, esquivavam-se das entrevistas sob a justificativa de não saberem o que dizer acerca do assunto. Independente dos motivos expostos, a situação apontava a uma vastidão de ruídos no intento do diálogo. Impelia-se compulsório, recorrer a novos signos de expressão, o que fez estreitar a relação com a Cb. Feitosa. Conversamos por um longo tempo naquele dia e trocamos telefones visando conciliar as minhas visitas às suas escalas de trabalho. Eu aguardava o retorno de Cb. Rogério, meu primeiro entrevistado, que concluía uma atividade. A agente confidenciou alguns dos desafios de ser uma profissional da segurança pública no Rio de Janeiro e falou mais sobre a sua vida no extramuros. O diálogo ganhou tons de informalidade. Igualmente, partilhei uma fração da minha trajetória e os meus projetos. Nossas ambições eram, em alguns eixos, semelhantes; nossas preocupações também. Fazemos parte de um mesmo ciclo etário, crescemos e vivemos em um mesmo bairro da Zona Norte do estado, na região do BPM, o que, ao menos inicialmente, imagino ter contribuído à fluidez dos rumos tomados.

Descubro que a PMFem é uma das responsáveis por alimentar o perfil do Cb. Gonçalves, um vira-lata caramelo resgatado por policiais do batalhão e que, hoje, acumula mais de 175 mil seguidores no Instagram. A história de sua adoção já foi contada por diversos veículos de mídia, o que fez com que o mascote da PM, como ficou conhecido, ganhasse ainda mais visibilidade.

O cachorro foi encontrado dentro do batalhão, em 2019, com ferimentos e sinais de desnutrição. Os agentes supõem que Cb. Gonçalves tenha sido vítima de maus tratos e contam que ele estava bastante agressivo no dia de seu resgate. O movimento de humanização do cãozinho, que passou pelo cargo de recruta, mas logo alcançou nova hierarquia, fez do cão-policial um perfil popular na região. Cb. Gonçalves, que transita fardado pelos perímetros da unidade, tem preso ao colete, brevês da PMERJ e a miniatura de uma arma de fogo. Ele também circula pelo bairro no interior de viaturas, encaminha ações de abordagem a motoristas e pedestres, realiza atividades internas, reclama das desgastantes escalas de serviço e anseia o salário no início do mês. Sua notoriedade, tem gerado um fenômeno interessantíssimo de aproximação entre a comunidade local e o corpo policial militar, alterando a rotina de trabalho na instituição, que cada vez com mais frequência recebe algum/a visitante cativado/a pela simpatia do policial de quatro patas.

Frente ao estranhamento e à recusa de alguns policiais no uso das redes sociais, a agente se ancora em marcadores geracionais para apontar os desalinhos costumeiros. Presumo que tais resistências, todavia, sejam, igualmente, fomentadas por outras forças demandantes de análises. Em primeiro lugar, a ideia de haver dentro das competências policiais tarefas que se aproximam mais da missão institucional e outras que, expressamente, se afastam – o que parece ser o caso do gerenciamento das redes, na visão do Sgt. Jeovany, e o que ela disse ser leitura compartilhada por demais operadores. A reboque, um outro elemento de debate são os aspectos generificados que enredam a apreensão da guerra como reduto das masculinidades, instigando uma discussão mais aprofundada das questões de gênero na instituição policial militar em contexto. Essa tônica fortalece a reprodução da dinâmica binária e hierarquizante, uma vez que introduz um horizonte privilegiado à instrumentalização, ao direcionamento e treinamento do corpo masculino. O sexo anatômico é tratado como um limite fundante das expressões de gênero, balizando destinos. No acionamento do paradigma biologizante, o exercício inconsequente da bravura encaminha, com regularidade, políticas de guerra que privilegiam a ação da força como instrumento laborativo. Analogamente, a tendência à desvalorização de todo o campo culturalmente associado à ordem feminina também percebe espaço definido (CONNELL, 2016; SCHACTAE, 2016).

A agenda democrática, no que concerne às políticas públicas de segurança, tem marcado o descompasso entre a formação profissional e a destinação do dever constitucional das polícias na proteção e promoção da cidadania. Nas últimas décadas, a PM, sobretudo, tem sido alvo de duras críticas de uma parcela da população que ressalta a vigência, no Brasil, da adesão por um modelo de segurança pública repressivo, violento e seletivo, que se mostra incompatível com o projeto de sociedade garantidora de direitos. Carentes de reconhecimento social, os operadores, por vezes, não relacionam a mitigação do distanciamento com a população e a transparência de

suas ações como incremento à valorização da polícia, mas o exercício do poder, com imposição da violência se necessário, como condição ao fortalecimento dessa mesma autoridade (SOUZA, 2014). Articuladas às críticas por reformas institucionais, as questões de gênero. Especialmente no caso da PMERJ, a atenção às diferenças parece solapada por uma combinação de fatores que envolvem a apreensão de uma entidade rígida, vertical e hierarquizada, um arranjo burocrático e centralizador, em que predominam valores heteronormativos. Na diferença fundamental entre os sexos, a adequação ou a inadequação ao fazer policial orientado ao uso da força bruta, revela uma adesão essencialista tanto de homens e mulheres quanto da própria missão policial.

> Historicamente, o Estado e suas organizações de poder, como as instituições militares, são espaços ocupados por homens, nos quais os seus símbolos e as suas práticas são identificadores de masculinidades. [...] A imagem do guerreiro é composta por objetos simbólicos como a vestimenta e a arma. Esses objetos remetem a características que foram incorporadas aos homens e reafirmadoras de uma identidade masculina, para a instituição e para seus membros, fundada na virilidade. Sendo assim, a identidade do guerreiro foi construída para afirmar a virilidade, no homem, e libertá-lo do perigo da feminilidade, para torná-lo forte e corajoso. [...] Enquanto para as heroínas nacionais é construído um modelo de feminilidade vinculado à maternidade e à santidade e, portanto, à esfera privada, o modelo masculino está ligado à esfera pública e às armas – instituições armadas e conflitos armados. [...] O Estado e as instituições armadas possuem um aparato simbólico identificador de um ideal de masculinidade. Modelo que não é fixo e imutável, mas está vinculado a posições de poder com tendência a ser reproduzido (SCHACTAE, 2016, p. 193-194).

A ideia nativa do "homem-de-guerra" tem, aqui, valor cardinal à legitimação da política de enfrentamento pela ofensiva armada. Dada a imprescindibilidade da ética guerreira ao campo da segurança pública dos estados, em 2018, a Polícia Militar do Estado do Paraná referendou, em edital de processo seletivo para ingresso na instituição, o quesito "masculinidade", enquanto critério classificatório da etapa de avaliação psicológica. O item compreendia "a capacidade do indivíduo em não se impressionar com cenas violentas, suportar vulgaridades, não se emocionar facilmente, tampouco demonstrar interesse em histórias românticas e de amor". Em decorrência do alcance obtido nos canais de comunicação pelo país e, ainda, com manifestação do Conselho Regional de Psicologia do Paraná em nota de repúdio, os organizadores do certame divulgaram um texto citando que houve interpretação equivocada da acepção de masculinidades por setores da sociedade, enfatizando que seu objetivo era "avaliar a estabilidade emocional e a capacidade de enfrentamento, aspectos estes extremamente necessários para o dia a dia da atividade policial militar". Em meio à polêmica, cumprindo determinação do Governo do Estado, a Polícia Militar alterou o edital substituindo o termo "masculinidade" por "enfretamento", entretanto, mantendo grande parte do conteúdo que abarcava a redação anterior (FOLHA DIRIGIDA, 2018).

Raewyn Connell (2016), uma das precursoras no estudo sobre masculinidades, inaugura o conceito de "masculinidade hegemônica", que delimita contornos ideais de masculinidade –

indica-se, portanto, o modelo representativo do homem branco, heterossexual e de classe média. Um ideal a ser continuamente perseguido e que, em última instância, impõe o lugar de distinção ambicionado, quando da delegação da masculinidade como projeto social. Não dizendo respeito às experiências subjetivas individualizadas no sexo masculino, mas a uma trama combinada por códigos, práticas e discursos, que afeta de maneiras distintas homens, mulheres e as instituições, é no exercício da sexualidade heterossexual, no controle das mulheres e no reconhecimento dos seus pares masculinos, que a dobra do "policial-guerreiro" se estabelece. Ela preconiza noções de um homem forte, viril, provedor, inscrito no mundo da vida pública, distante do campo dos afetos e das emoções e que está autorizado a se comportar de maneira agressiva, e até violenta, diante da ordem essencial de sua natureza fundante. Convém sublinhar, porém, que a existência de um tipo padrão de "policial de verdade" – que introduz, ainda, a dinâmica inequívoca de um "trabalho de polícia de verdade" –, implica, fatalmente, a fabricação de percursos alternativos. É na consciência da historicidade das relações de gênero, entre o plano idealizado e o que existe no plano concreto da realidade social, que surgem e ganham formas as diferentes possibilidades de exercício das masculinidades, admitidas no plural e, assim, uma diversidade de experiências cotidianas (NASCIMENTO, 2011) dos modos de ser policial e fazer segurança pública.

> Eu falei do Instagram, mas é só um exemplo. Tem um monte de outras coisas também que eu encontro resistência. A questão mesmo da polícia de proximidade, do Projeto Bairro Seguro. É um projeto de polícia, cara. Um projeto de prevenção. E o papel da polícia é a prevenção, não é a guerra. Mas eles só entendem como guerra, de só chegar e trocar tiro. Não, a polícia é mais inteligente que isso. A gente vai agir na prevenção para que não haja troca de tiro, sabe? [...] E, assim, os moradores não aceitam porque querem em outros pontos do bairro também, mas existem lugares que ainda não estão preparados para o Projeto Bairro Seguro, você entende? Ele é para um lugar onde não tenha tráfico. Não adianta querer o Projeto Bairro Seguro, que é um policiamento de proximidade, lá dentro do [favela da região em que há forte ação do tráfico de drogas]. Ali, realmente, onde já tá instalada a criminalidade você entra com guerra, e onde não tem você entra com a pacificação [grifos nossos] (Cb. PM Feitosa, BPM Zona Norte).

Tal como outras instituições, a Polícia Militar é, nessa medida, constituída pelo gênero. Em consonância, também é constituinte de práticas generificadas, sendo instrumento potencial de manutenção e/ou transformação das realidades vigentes. Frisar essa condição reafirma, pois, que os estudos sobre homens e masculinidades partem do entendimento de que a masculinidade hegemônica não é um pressuposto outorgado pela natureza masculina, mas, ao contrário, força fabricada, negociada e desconstruída na passagem histórica das vivências sociais e subjetivas. Em suma, refere-se a um sistema de dominação culturalmente contextualizado, historicamente produzido. Compartilho das ideias de Cecchetto (2004) quando a autora enuncia que apreender as distintas camadas das masculinidades, implica uma inspeção profunda das práticas nas quais a hegemonia é conformada ou, ainda, um exame pormenorizado de sua contestação. Representa,

assim, um território de forças em interação com outros marcadores sociais, como: raça, geração, classe e sexualidade, que financia relações de dominação/subordinação entre os muitos estratos populacionais. Dessa forma, parece evidente que as masculinidades não dizem respeito somente aos homens, na qualidade de sujeitos masculinos, enquanto objetos de conhecimento apartado, mas como fenômeno relacional (VALE DE ALMEIDA, 1996; CONNELL, 2016).

No desdobrar da conversa com a agente militar, outras pistas se avolumam à discussão. Interesso-me por suas descrições e, naquele ponto, entendo que dialogar com mulheres policiais é também esquadrinhar as masculinidades que se perfazem e organizam o/no meio institucional. Elas são perenemente acionadas por uma norma dominante que conduz e hierarquiza as relações de gênero, submetendo o público masculino a seus regramentos e, fato irrefutável, as mulheres. Outra vez, recalculo a rota e convido a Cb. Feitosa a participar da entrevista de maneira oficial. A operadora torna-se, assim, uma das minhas interlocutoras. Com ela, a pesquisa compreendeu, ao todo, 10 entrevistas com PMs da ativa que integram o círculo de praças e a rede do oficialato. Como recurso disparador, o roteiro com algumas perguntas. De modo complementar, o material de análise conta com um extenso registro decorrente de presenças em eventos organizados pela Polícia Militar, bem como dados provindos de vídeos, documentários e postagens inscritas nos canais oficiais da instituição e perfis pessoais de homens e mulheres vinculados/as à PMERJ[21]. Essas ferramentas, ao mesmo tempo que foram admitidas como uma oportunidade de mergulhar no universo da caserna por outros meios, ajudam a difundir a cena pandêmica que, por um longo período, ensejou interações mediadas pelas telas do celular, da TV e do *notebook*. Eles emitem,

[21] Em outubro de 2023, um número grande de policiais militares que alimentavam os seus perfis pessoais fazendo uso de conteúdos vinculados à instituição, informaram sobre a necessidade de interromperem a prática, em função de uma nova regulamentação interna (não encontrada nas redes). Em uma dessas páginas, a operadora se justifica: "é que saiu uma regulamentação da polícia, em um Bol. [boletim] interno, no dia 09 [09 de outubro de 2023], que faz a regulamentação de como a gente deve usar as redes sociais. Então, está proibida qualquer tipo de foto fardada, trabalhando, de arma. É isso, a gente como militar, tem um regimento militar, que a gente precisa obedecer. Então, daqui pra frente, queridos, só sou eu, sem farda, sem arma". O *site* do Ministério Público Federal, há três meses, havia publicado a chamada: "MPF e DPU recomendam que PM do Rio de Janeiro regulamente o uso das redes sociais e aplicativos de mensagens por agentes de segurança" (MPF, 2023). Na matéria, o prazo era de 30 dias, a contar do recebimento do documento, para a corporação informar as medidas adotadas. Essa foi uma ação conjunta do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União, que emitiu recomendação para a Secretaria de Polícia Militar do estado, visando à normatização do uso das redes sociais e aplicativos de mensagens por policiais militares. O documento foi encaminhado pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão no Rio de Janeiro. Segundo a reportagem, o que motivou a recomendação foi o fato do MPF e da DPU terem tomado conhecimento de que os agentes policiais e ex-policiais estariam confessando condutas criminosas em *podcasts* e programas em canais do Youtube, por relatos que detinham descrições de agressões, homicídios injustificados e desproporcionais à atuação policial. De acordo com o registro, o conteúdo veiculado nesses programas exalta a cultura da violência, ensejando a incitação de crimes, a violação da presunção de inocência e do devido processo legal. Ademais, as instituições signatárias, teriam frisado que, embora todos os cidadãos possuam o direito da liberdade de expressão assegurado pela Constituição Federal e tratados internacionais dos quais o Brasil faz parte, o fundamento não deve ser confundido com discursos de ódio. O texto destaca a necessidade de se prevenir o uso abusivo da liberdade de expressão por agentes de segurança, através de regras internas que coíbam a sua manifestação (MPF, 18 jul. 2023).

aqui, uma dimensão constituinte da pesquisa, em que a tecnologia, sobretudo naquele momento, se destacou como um importante suporte agenciador do campo investigado.

A complexidade do terreno provocou dilemas e surpresas que se desvelaram no decorrer do percurso, fazendo dele um caminho não linear. Na contramão, os diversos desníveis nutriram minhas análises e testaram as minhas escolhas. Junto à Cb. Feitosa, após a afirmativa diante do convite, dou início à gravação. O protocolo de leitura e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram prontamente encaminhados pela interlocutora. Nos segundos preliminares do áudio que toma o dispositivo, um instigante questionamento: "eu vou conseguir te ajudar? Pensei que você quisesse falar só com homens". Indico as razões pelas quais imagino serem relevantes à ampliação do meu olhar ante o problema. Eis que, então, a PMFem apregoa: "se depois você decidir falar só sobre as operações e a guerra na PMERJ, escreve o que eu disse e qualquer coisa diz que foi um homem quem falou".

1.2.3 "A guerra não tem rosto de mulher" – Corpos policiados, feminilidades em trânsito[22]

> *A guerra "feminina" tem suas próprias cores, cheiros, sua iluminação e seu espaço sentimental. Suas próprias palavras. [...] Escuto quando elas falam... Escuto quando estão caladas... Tanto as palavras quanto o silêncio são textos para mim.*
>
> Svetlana Aleksiévitch, 2016.

Ainda na área externa, visível a quem quer que se aproxime da porta de entrada do BPM, um quadro intitulado "Galeria dos Heróis" compõe a parede branca que dá contorno à unidade. Nele, um trecho da Canção do Policial Militar do Rio de Janeiro eclode abaixo das vinte fotos que apresentam homens da corporação lotados, em diferentes períodos, naquele batalhão, e que tiveram suas vidas interrompidas no exercício da profissão – ou durante os dias de folga, quando identificados como agentes da segurança pública. "Em cada soldado tombado mais um Sol que nasce no céu do Brasil", diz o verso da música. Com exceção da última, já colorida, são imagens em preto e banco, que comunicam patentes, números do registro militar, seus nomes completos, assim como suas datas de nascimento e de morte. Guardiões da memória institucional, os heróis contam a história da guerra e nós acompanhamos as suas versões. Do enredo e cruzamento delas nasce, na cena temporal, a fisionomia daqueles que a protagonizam (ALEKSIÉVITCH, 2016). As palavras, contudo, não evocam o feminino da contenda. São vinte os homens que enunciam,

[22] Título inspirado no livro de Svetlana Aleksiévitch (2016), que se dedicou a entrevistar mulheres que estiveram, de alguma forma, na 2ª Guerra Mundial, especificamente, as que lutaram conta a invasão alemã na União Soviética.

nenhum rosto de mulher. Haveria de ser as outras nuances da paisagem, pois, o que a Cb. Feitosa reivindicava? Que mesmo na ocultação do seu "rosto", sua narrativa tivesse expressão?

De acordo com Souza (2014), a vida na caserna se estrutura a partir de uma relação que transita com frequência entre o culto ao passado e expectativas acerca do futuro. Na arquitetura das organizações e nos ritos que marcam o processo de formação dos seus membros, o passado, materializado em estátuas, monumentos e, nesse caso, na "Galeria dos Heróis", indica produzir códigos que atravessam o cotidiano da instituição. É comum atestarmos nos discursos militares uma reverência explícita à história da corporação como objeto ativo de afirmação da identidade policial militar. Guiado pelo tributo à tradição, o passado resguarda e mantém viva a identidade da tropa através do sentimento de constância. Nesse plano, os operadores exibem uma interação distinta com o tempo. Eles evidenciam certo tipo de relação que submete o passado e a memória a forças diversas, a partir de uma ordem que se atualiza ante a defesa de parâmetros tradicionais, a despeito da pressão emergente por formas de fazer que ameaçam sua "verdadeira" identidade. O que parece em jogo, aqui, é a conformação de sentidos às atribuições do presente, conduzidos por uma rede virtuosa de signos e símbolos históricos que os corporifica.

> Nos discursos, sobretudo de policiais que atuam no policiamento ostensivo ou que são responsáveis por pensar a formação policial, os heróis, os eventos e as peças históricas como estátuas e monumentos constituem peças recorrentes na composição de um ideal que prima pela valorização do passado e é visto como imprescindível para favorecer a unidade da tropa ou do chamado "espírito de corpo", ameaçados pelos riscos de dispersão próprios de contextos onde o enfrentamento e a cosmologia da guerra levam os seus membros a enfrentar situações-limite. Nesse processo de produção identitária, que ocorre segundo uma "tradição inventada", atuam os construtores e guardiões da memória por meio de estratégias diversas que vão da definição da farda e da produção bibliográfica ao erguimento de monumentos aos heróis, com o objetivo de reverenciar o passado de glórias da corporação e manter unidas as peças de sua estrutura. Atuando como suporte, a memória, fonte de informações e de afetos, guarda conhecimentos e experiências de campos diversos, conferindo ao final uma imagem clara e coesa ao grupo (SOUZA, 2014, p. 137).

Schactae (2016) chama nossa atenção para uma dita correspondência entre o espaço da guerra e a fabricação das masculinidades. Segundo ela, uma pista importante é que no cotidiano da caserna, a adesão do termo "PMFem" em referência às policiais militares, destaca uma forma de marcar as assimetrias institucionais e a afirmação da Polícia Militar como terreno normativo das masculinidades. Um nome que não aponta tão somente o sexo, mas o modo como mulheres são admitidas na corporação. Em alguns momentos validada e em outros preterida, a apreensão feminina sublinha a maneira naturalizada com que inúmeras vezes as hierarquias de gênero são encaradas. A proeminência do ordenamento masculino é, portanto, evidenciada na dispensa de recursos alegóricos quando da referência aos homens que integram o escopo policial o que, por sua vez, não ocorre quando quem está em cena são as mulheres da tropa. Isso posto, se na rotina

institucional, em alusão às mulheres, a palavra "policial" surge sucedida do signo "feminino", quando ela se volta aos homens, a recusa do termo adjetivado traduz a expectativa androcêntrica que desobriga investidas em discursos de legitimação. Destarte, em um plano onde a dominação masculina é patente, sua existência prescinde de qualquer demanda justificativa.

Assim, a guerra e os territórios armados são espaços de poder historicamente associados à presença masculina. As tramas discursivas conjugam uma aparente homogeneidade subjetiva, que tende a ocultar as multiplicidades e contradições existentes no âmbito da paisagem coletiva. Os heróis, as fardas e as armas são alguns desses símbolos balizadores das masculinidades que, nessa seara, atuam enquanto elementos constituintes das identidades de gênero, autorizando um conjunto de repertórios referentes às diferenças sexuais, que se expressa sob a forma de práticas, códigos e leis organizadoras do Estado e de suas instituições. Conforme afirma Andréa Schactae (2016), tais narrativas guardam, ainda, dissonâncias entre sujeitos comuns e os extraordinários. Nesse prisma, "guerreiros" e "heróis" revelam-se como forças enunciativas de certas realidades, que normatizam modos de ser e estar no mundo difundidos ao público masculino e ao feminino. Dito isso, o palco da guerra representa, pois, um dos territórios fundamentais à percepção sexual dimórfica do corpo no mundo ocidental. A afirmativa conjura a ideia de que ser homem ou ser mulher se inscreve de maneira excludente em meio à presença/ausência de determinadas forças. Seguindo nessa perspectiva, a autora acrescenta que:

> o mundo da guerra e o mundo da rua são produtores de referências normativas da(s) masculinidade(s) e também do seu avesso, a(s) feminilidade(s). Assim, as identidades de gênero se constituíram e sedimentaram em torno da questão da violência coletiva, e os usos sociais da violência formam um núcleo central na estrutura das relações hierárquicas de gênero. Nessa leitura, a capacidade de infligir violência encontra-se encarcerada no corpo dos homens (SCHACTAE, 2016, p. 63).

A concepção de masculinidade que vigora no cenário da guerra acaba por se amalgamar à noção de competência para o combate. A presença de mulheres nas trincheiras tende a romper com a ordem estabelecida, mas, não raro, também se mostra um eixo de legitimação do domínio masculino quando aquelas que se destacam são tomadas pela ordem do excepcional. Detentoras dos atributos próprios ao padrão valorizado de masculinidade essas mulheres, no jargão policial, "guerreiam como homens". Ao serem assim identificadas, denotam-se menores as contradições que a participação feminina inflama nas fronteiras belicistas. Não há referências a performances tidas como femininas. Apesar da presença de mulheres nas entidades armadas ser um fenômeno crescente, a fisionomia do "homem de guerra" permanece intocada. Para prosperarem, precisam performar os traços dominantes da cena masculina: o corpo forte, disciplinado, emocionalmente

controlado, alheio à reprodução e sempre pronto para o embate[23]. Alcançadas essas qualidades, o sucesso das ações ganha contornos vinculados às potencialidades viris no emprego do uso da força. Isso quer dizer que, rotineiramente, sobretudo no que se refere às PMFem que trabalham no *front*, elas necessitam aprender a conviver com o paradoxo de se assemelharem ao protótipo do policial-guerreiro, ao passo que intentam se desvencilhar dos estereótipos da masculinização (ECCEL; GRISCI, 2011; SOUZA, 2014).

Portanto, entendendo a guerra como terreno social e político, as relações que constituem esse espaço administram a criação, a transformação e a reprodução de interações generificadas. É nessa trama, que a presente pesquisa se debruça sobre o exame das masculinidades, ante uma perspectiva relacional, ambicionando cartografar como a imagem do policial-guerreiro convoca e é convocada as/pelas políticas públicas de segurança locais. A investida nos estudos de gênero demanda a elucidação de alguns aspectos que consagram essa categoria de análise. Surgido nos Estados Unidos, durante os anos 1970, o conceito de gênero influenciou intelectuais de todo o mundo, tendo como origem os centros feministas americanos que referiam as inúmeras formas de dominação e opressão a que mulheres eram submetidas. Ao recusar explicações baseadas no determinismo biológico, Joan Scott (1995) propôs reflexões que a posicionaram como uma das mais proeminentes pensadoras da época. Segundo a autora, gênero haveria de ser compreendido como elemento das interações sociais fundadas na diferença entre os sexos e como uma forma primária de outorgar sentido às relações de poder. Frente às distinções que transformam o sexo biológico em desigualdade de condições no arranjo social, o dispositivo de gênero comparece, assim, como um eixo estruturante da identidade dos sujeitos.

Nesse jogo de forças, nas contradições e por entre as brechas, transmutações se sucedem, engendram porosidades e instituem barreiras à apreensão do gênero por meio da lógica binária. Um dos efeitos mais fulcrais da desconstrução do imperativo dicotômico reside na possibilidade da abertura à inclusão das distintas formas de expressão das masculinidades e das feminilidades.

---

[23] A esse respeito, no dia 08 de março, data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, as páginas oficiais da Polícia Militar, anualmente, costumam render homenagens às PMFem. Em 2023, em uma das suas publicações, a foto de uma agente assumindo a direção da viatura continha a legenda: "Ela nunca foi princesa, desde cedo ela precisou trocar a coroa por uma armadura". Outra, desse compilado de postagens, trazia a imagem de uma mulher vestida com indumentária combatente, punhos cerrados e que indicava vociferar algum dos cânticos militares: "A maior força de uma mulher consiste na sua capacidade de superar, inclusive a si mesma", completava a descrição. Desperta a atenção nas fotografias a sutileza do padrão empregado em suas comunicações. Por meio de um modelo reconhecido de beleza e sensualidade moderada, as agentes policiais surgem nas redes aparentemente conciliando dois universos vistos como opostos: a natureza feminina e o vigor de uma profissão que convoca à imposição da autoridade militar. Representações como essas, de intenso apelo publicitário, são utilizadas como ferramentas que visam ressignificar a imagem da PM pela presença feminina nesses territórios, enquanto figura representativa da modernização e democratização dos aparatos de segurança, antes orientados, em exclusivo, ao público masculino (SCHACTAE, 2011; SOUZA, 2014).

Ao nomear a perspectiva de gênero como dispositivo relacional não se está inferindo a admissão da ideia de complementaridade entre o masculino e o feminino, mas evidenciando as assimetrias que regem essas relações. A cisão binária, além de ser um critério simplificador e pouco seguro para comportar a complexidade das relações intersubjetivas, em última instância, apresenta-se como recurso mantenedor das hierarquias de poder. Assim, indo de encontro à ideia legitimada da reprodução de estereotipias, a pretensão por uma análise crítica sobre as desigualdades tende a promover repertórios mais argumentativos e menos generalistas (CONNELL, 2016).

Judith Butler (2003), outro nome do quadro das críticas contemporâneas, oferece novos elementos de compreensão dessas questões ao destacar a urgente necessidade de superação da retórica que incide sobre as noções da essencialidade do sexo e do gênero. A autora afirma que tanto um quanto outro são fenômenos inconstantes e contextuais à medida que variam conforme as muitas paisagens e firmam conexões com aspectos atravessados pelas noções de raça, classe, sexo, geração e outros marcadores sociais, tornando inoportuna a fragmentação das intersecções políticas e culturais que circunscrevem esses fenômenos. Gênero e sexualidade são, assim, para a pensadora, atos performativos, bem como seus discursos e suas articulações políticas. A teoria da performatividade de gênero propõe, nessa medida, reflexões acerca da normatização da vida e da subversão dos regramentos histórico-sociais. Ela aponta aos efeitos discursivos do gênero que, através de representações universalizadas, criam e impõem meios regulatórios de coerência voltados à domesticação dos corpos e de suas experiências. Assim, esses atos passam a vincular registros culturais que também se mostram inscritos no corpo o que, não raro, incitam processos proibitivos e a estigmatização de grupos específicos. Consoante refere a filósofa estadunidense,

> a presunção aqui é que "ser" de um gênero é um efeito [...] um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e ressignificações. Mesmo quando o gênero parece cristalizar-se em suas formas mais reificadas, a própria "cristalização" é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios sociais [...] O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. A genealogia política das ontologias do gênero, sendo bem-sucedida, desconstruiria a sua aparência substantiva, desmembrando-a em atos constitutivos, explicaria e localizaria esses atos no interior das estruturas compulsórias criadas pelas várias forças que policiam a aparência social do gênero (BUTLER, 2003, p. 58-59).

Admitir o gênero como dimensão elementar da vida em sociedade, faz com que ele seja apreendido como parte da economia política do conhecimento. De acordo com Connell (2016), pensar o gênero não sugere tecer um diálogo exterior ao tempo, sua reflexão envolve um amplo processo formativo na história, no qual os corpos e culturas estão em constante transformação. Reconhecer a sua historicidade é voltar nossa atenção aos efeitos de uma tecnologia sofisticada

e notadamente complexa, tal como as ordens de gênero. Nessa seara, Fanon (2008), ressalta que grande parcela da população ainda vive as heranças dos tempos coloniais, um sistema marcado pela violência e pela exploração econômica, sendo por ele fortemente moldadas. As dinâmicas de gênero tomam formas específicas nessas condições: o encontro colonial configurou padrões de masculinidade dirigidos à dominação e guiados pelo interesse em policiar fronteiras sociais rígidas[24] (CONNELL, 2016). Essas ideias permitiram a ampliação do escopo de discussão que, outrora, concentrava as agendas de gênero em debates que tinham o público feminino no bojo do discurso. Os homens, contudo, adquirem papel mais efetivo nas pautas de gênero apenas em tempos atuais (ECCEL; GRISCI, 2011).

Submeter os homens ao crivo da análise científica consiste, pois, em uma tarefa recente. Sem a tematização do grupo masculino como possuidores de gênero, eles foram definidos como representantes da norma. Kimmel (1997) sublinha a observância diminuta desse coletivo, como efeito de não terem sido entendidos enquanto atores partícipes na discussão. Porém, a tendência de deixar intocada a figura masculina parece ter sido revertida. Foi sobretudo a crítica feminista que dirimiu a autoridade de certa lógica que desprezava o gênero dos homens, fazendo com que fossem tomados como referentes implícitos do discurso. O deslocamento da ênfase do universo feminino e das sexualidades marginais para as hierarquias de gênero em sua totalidade, assumiu a análise das masculinidades como eixo preponderante (NASCIMENTO, 2011). O tema passou a constar, assim, como um projeto criado e sustentado conjuntamente. Sendo as masculinidades produções que repercutem na esfera estruturante dos processos de subjetivação, cumpre afirmar que a sua gramática não só afeta diretamente as mulheres, como fomenta políticas que, de forma acentuada, ensejam experiências sociais definitivamente mais amplas.

Isso posto, ganha ênfase que as assimetrias de poder não se revelam limitadas à oposição entre os públicos masculino e feminino, mas mostram-se presentes também na relação entre os homens. A interpretação de que os padrões de gênero se exibem nocivos inclusive aos homens, ganhou notoriedade e alimentou a discussão. Para Connell (2016), a diretriz global de gênero é inquestionavelmente patriarcal, no sentido de privilegiar o referido grupo. Não obstante, mesmo que sigam dispondo dos privilégios sociais e cultivando os dividendos da sociedade patriarcal,

[24] Sobre as escalas de consequências do poder colonial no exame sócio-histórico das relações de gênero, a violência teve papel precípuo na configuração das sociedades coloniais e pós-coloniais. Destarte, a brutalidade foi elemento constituinte dessas sociedades, tenham sido elas tanto colônias de povoamento quanto de exploração. A fabricação de populações descartáveis em países colonizados, é efeito direto do projeto de tomada do poder pela aplicação da violência. Nessa medida, a colonização foi, em si, um processo generificado, levado a cabo pela força de trabalho imperial substancialmente composta por homens investidos em ofícios masculinizados, tal como o serviço militar. Ainda sob essa perspectiva, o estupro de mulheres em sociedades colonizadas deve ser considerado parte fundante da experiência colonizadora, na medida da imposição do poder pela força viril (CONNELL, 2016; FANON, 2008).

o segmento masculino irrompe como outra face de uma série de desvantagens. Na dinâmica de poder, são eles os responsáveis pelo controle das instituições de coerção e os meios da violência. De maneira expressiva, são nas vantagens que estão contidas as condições que os desfavorecem. Tomando que as masculinidades dirigem padrões específicos dos modos de ser, suas produções atestam a prevalência de algumas perante outras. Um registro importante está no fato de que os homens mais favorecidos não são os que, proporcionalmente, arcam com os custos elevados de seus benefícios. O acesso às vantagens e aos ônus de gênero, portanto, não são equiparadamente dispostos, o que consagra que marcadores sociais, tais como: raça, sexualidade, classe, geração, diferenças territoriais, entre outros, atravessam as masculinidades de forma intensa, modulando níveis distintos e desiguais de legitimação das múltiplas construções subjetivas.

Começa a se impor, enfim, o processo analítico da apreensão não somente dos diferentes modelos de masculinidades existentes nos espaços estudados, mas das relações sócio-históricas que eles mantêm entre si e os fatores que possibilitam, em cada momento e lugar, a hegemonia de uns sobre os outros. Acepção que nos leva a crer, pois, que as instituições não são imparciais em termos de gênero. Quando pensamos nesse dispositivo e em como ele vem sendo atualizado ao longo dos anos no intramuros da caserna, sobremaneira em corpos já marcados pelo também dispositivo da guerra, algumas tônicas ganham nuances mais acentuadas. Tomando que práticas sociais não acontecem sem corpos e que corpos não existem alheios à sociedade (CONNELL, 2016), é certo que a fisionomia policial militar é criada por um ambiente fortemente estruturado. A capacidade dos discursos sociais em definir e moldar a experiência corporal foi reconhecida. Nesse prisma, visto que o gênero é corporificado, o corpo policial militar pode ser tomado como palco célebre de incidência das dinâmicas relacionais generificadas. Dito isso, um dos atributos mais expressivos desse regime classificatório é a sua ingerência frente à organização das tarefas cotidianas da instituição, bem como sobre as trajetórias de vida de seus operadores e as decisões gestoras que definem as políticas públicas de segurança adotadas nos estados.

O tema da corporificação é pauta importante às pesquisas contemporâneas sobre gênero. Assentindo que as estruturas sociais estão em processo contínuo de produção, contradição e de transformação, temos que esse é um sistema que engendra, a cada tempo, múltiplas realidades, novas experiências, um conjunto de limitações e possibilidades corporificadas, que resultam na hierarquização dos corpos, dada a exaltação de alguns em detrimento da captura de outros, tidos como abjetos. Nesse tocante, a corporificação da feminilidade se revela, aqui, uma pista valiosa ao exame da Polícia Militar, instituição prevalentemente masculina. O estereótipo “guerreiro”, sancionado pela insistência em políticas de segurança que privilegiam a repressão e o confronto, é o modelo que baliza a cultura e a autoimagem do grupo. Em uma atmosfera em que quase não

há espaço para a valorização do feminino, o "homem-de-guerra" é quem oferece os parâmetros da masculinidade hegemônica. As incursões policiais nos terrenos favelizados representam, sob a retórica do combate ao tráfico de drogas, um dos contextos de maior legitimidade à afirmação da honra pela submissão da vida ao risco iminente da morte. Uma dinâmica internamente pouco questionada que veio se sedimentando, de maneira mais intensa, sobretudo nas últimas décadas. Portanto, embora do ponto de vista legal não haja restrições à participação feminina nas fileiras policiais, ainda é limitada a presença de mulheres em áreas operacionais (CARREIRAS, 2013).

> Embora exista uma diversidade de variáveis que pode explicar a ausência ou diminuta porcentagem de mulheres nas áreas operacionais e em combate, incluindo sua própria disponibilidade, boa parte dos obstáculos que persistem ao nível institucional remetem ao plano dos valores culturais sobre a "natureza" e os papeis sociais de homens e de mulheres, refletindo-se claramente no debate sobre a participação militar feminina e a eficácia militar. [...] A maioria das discussões sobre a participação militar das mulheres ou sobre os papéis e funções que elas devem desempenhar tem sido equacionada em termos da oposição entre cidadania e eficácia militar. Nestes debates, os valores democráticos da igualdade e não-discriminação são invocados em oposição aos da necessidade e prontidão militares, dois conjuntos de valores considerados incompatíveis, como se a opção por um significasse automaticamente a negação do outro. Um discurso maioritariamente oriundo da sociedade civil sobre igualdade de direitos é confrontado com um discurso maioritariamente oriundo do universo militar sobre eficácia e segurança nacional. Supostamente, aceitar um deles implicaria negar os pressupostos rivais do outro (CARREIRAS, 2013, p. 5-6).

A despeito das mudanças e expectativas associadas à presença feminina, prevalece ainda a posição tradicionalista que realça como elementos centrais da identidade e atividade militares, o caráter viril da potência física e psíquica dos homens vocacionados à guerra. A essa produção, surge em simetria, o estigma da mulher policial genuinamente pacífica, conciliadora e destituída de qualidades próprias ao sujeito combatente. A história da mulher na Polícia Militar constitui, assim, a história do seu corpo; uma narrativa que se desenrolou à margem. No desafio de manter inalterada a expressão corporativa, os segmentos conservadores enxergam no feminino um tipo de ameaça e, desse modo, a sentença de uma democracia perigosa ao arbítrio irrestrito da tropa. A feminização das unidades armadas equivaleria, pois, a seu enfraquecimento e declínio devido à suposta inabilidade das mulheres em circular por arenas belicistas. Outra esfera argumentativa tem a ver com as tensões que essa presença, em tese, provocaria na coesão, prontidão e eficácia das unidades militares, intimamente nas ações de enfrentamento armado (CARREIRAS, 2013).

A vivência na guerra deixa rastros. Desde o treinamento de seus operadores, a formação policial é investida por traços técnicos de dominação, que exercem um controle minucioso sobre os corpos militares, adentrando em suas vidas cotidianas por meio da vigilância incessante dos seus gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos (ARAÚJO, 2017). É nesse aspecto, que a heterossexualidade introduz outra norma implícita e atua como dispositivo regulador das

relações sociais na caserna, erguendo um dos pilares de sustentação da masculinidade guerreira. Em um ambiente que impõe a heterossexualidade como regra interpessoal, a homossexualidade ocupa lugar contraditório no plano da experiência intramuros, convertendo-se em uma espécie de fantasma que assombra, sobremaneira, a moral masculina. De forma não incomum, mediante chacotas e insultos diretos, esses atores regulam os comportamentos uns dos outros, denotando a existência de um tabu inequívoco ante interações homoafetivas, que regem a sua subordinação em termos de legitimação social. Sob a dominação masculina operadora da ordem institucional, na qual a qualidade de "ser homem-de-guerra" – ou "ser/fazer como homem de guerra", no caso das PMFem – fortalece os valores belicistas e incita a autossuperação, assistimos a uma cultura altamente permissiva ao poder masculino, onde a sexualidade e a moral caminham lado a lado, conformando falsos conceitos e dolorosos embaraços (ALVES; BARCELLOS, 2002).

> Nessa seleção de modelos a serem seguidos para consolidar a civilização, as casernas militares talvez sejam a melhor representação da construção social da masculinidade ou da gênese de uma matriz de masculinidade. Ser militar e ser homem são atributos que se desenvolveram de maneiras indissociáveis, de modo que a cultura militarista sempre procurou coibir o desejo atrelado às sexualidades indefinidas, às perversões, a imoralidades e pederastias. O padrão classificatório imposto pela modernidade não permite ir contra os desígnios divinos e contra a sua honrosa celebração à monogamia heterossexual, única possibilidade capaz de gerar descendentes e os futuros filhos da pátria. No imaginário marcado pela intolerância ao outro e ao diferente, se às mulheres cabe a educação das crianças e os cuidados do lar, aos homens é necessário ensinar o autocontrole, a contenção sexual, a virilidade e, sobretudo, o desejo pelo sexo oposto (FRANÇA, 2016, p. 157).

Dentre os/as policiais entrevistados/as, nenhum/a deles/as apontou a homossexualidade como orientação – não há como afirmar se por ausência ou por receio a uma possível exposição. Temática pouco explorada, o assunto foi tratado de forma sucinta. Quando eu ensaiava avançar na discussão, as respostas eram semelhantes: "todo mundo tem lugar na polícia; aqui tem espaço para todos os tipos e jeitos", referia Cap. Romano ao passo que discurso equivalente era também reproduzido pelos demais agentes. Na contramão do enunciado acolhedor admitido na interação com os interlocutores, em páginas não-oficiais tomadas como plataformas de compartilhamento da dinâmica policial por alguns dos seus integrantes, não raro, podem ser acessados conteúdos de cunho discriminatório acerca das questões de gênero e sexualidade, que estigmatizam grupos distintos aqueles atrelados ao estatuto de "sujeito homem". Existe, nesse plano, uma vinculação entre militarismo, virilidade e violência, que estiliza corpos e aciona signos de prescrição moral formuladores do "*ethos* guerreiro". O corpo passa a ser tratado como um elo entre o orgulho de ser um agente da força de segurança pública e a imagem da instituição, decerto apresentada sob o prisma do modelo masculino idealizado. Tudo o mais que venha a ferir a narrativa catalisadora

do paradigma cultural, tem no desprezo e mesmo na intolerância, os seus efeitos mais nocivos[25]. Sustentados no reforço pejorativo que o imaginário carrega, os atributos do feminino são, então, vilipendiados, na medida em que não se denotam condizentes com o rigoroso postulado militar. De maneira que compartilhar o ordenamento viril implica a não identificação diante dos códigos do feminino, se a violência homofóbica tem a sua origem imbricada ao ideal de virilidade, como esse aparato normalizador se perfaz nos limites da caserna[26]?

No ano de 2018, o então Sd. PM Leandro Prior, ficou amplamente conhecido nos canais de mídia, depois de ter um vídeo seu viralizado. Ele aparece dando um selinho em outro homem, que vestia trajes civis. O material foi gravado sem a sua autorização, no metrô da cidade de São Paulo, enquanto o policial voltava para casa, ainda fardado, ao final de mais um dia de trabalho. Devido à repercussão do caso, passou por instauração disciplinar e se afastou temporariamente das suas atividades para cuidar de sua saúde mental, profundamente afetada por toda a situação. Sofreu ataques homofóbicos de civis e agentes da segurança pública, além de diversas ameaças. Algumas foram formalmente notificadas em Registros de Ocorrência. Dentre elas, uma ameaça virtual no perfil particular de um homem que se declarava policial militar: "aqui não aceitamos um policial fardado em pleno metrô beijando um homem na boca. Desgraçado, desonra para a minha corporação. Esse tinha que morrer na pedrada! Canalha, safado"! Ele reage à mensagem durante entrevista para um canal de televisão[27]: "como PM, a partir do momento que você jura

[25] Tomando que a homossexualidade confere obstáculos ao exercício da virilidade esperada e exigida no exercício policial militar, não por coincidência, o art. 235 do Código Penal Militar dizia sobre um dos seus crimes: "praticar ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito a administração militar" (BRASIL. Decreto-Lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969). No campo dos crimes sexuais, o artigo figurava ao lado dos delitos de estupro, atentado violento ao pudor e corrupção de menores. Nesse sentido, ele se estabelecia como um crime de "pederastia ou outro ato de libidinagem", conforme o título que o encabeçava. Em 2015, porém, o Supremo Tribunal Federal decidiu tirar o termo "pederastia" e a expressão "homossexual ou não" do dispositivo, por considerar o seu conteúdo inconstitucional, à medida que o tipo penal atentava contra o princípio da isonomia, tal como violava os princípios da dignidade da pessoa humana, da liberdade, a pluralidade e o direito à privacidade. Apesar da revisão normativa requerida pelo STF, a herança deixada pelo dispositivo reflete, mesmo nos dias atuais, na formação e atuação dos/as militares, evidenciando como que ações discriminatórias estão contidas no ideal viril da corporação (FRANÇA, 2016; ANDRADE, 2017).

[26] Assim como os estigmas marginais da/na caserna não se fazem restritos às mulheres *cis*, sendo atrelados aqueles que expressam orientação homoafetiva, esse é um movimento que também se expande aos militares transexuais e travestis. O corpo é símbolo presente nessa dinâmica – um processo multifacetado e, frequentemente, conflituoso (CONNELL, 2016). É diante de um universo de códigos, símbolos, signos e de mecanismos de comunicação entre estes, que noções mais cristalizadas de gênero e sexualidade seguem estruturando as relações, espaços e tempos. Destarte, apreendendo que o gênero é modulado por estruturas de poder no interior das quais está situado, existem possibilidades de subversão que se abrem a partir dessas limitações. São possibilidades que marcam, produzem e reverberam por/com os corpos (SALIH, 2013; DE GARAY HERNANDEZ, 2018). Embora as especificidades da inserção do público *trans* às fileiras militares não sejam, aqui, matérias exploradas, esse é um tema que não deve passar ao largo de nossos registros, visto que o terreno da segurança pública e, sobremaneira, a Polícia Militar, em sua lógica institucional, ainda manifestam um grande gargalo no que se refere à promoção das políticas de gênero e diversidade sexual em suas múltiplas fronteiras de atuação.

[27] A entrevista foi concedida no ano de 2018, ao programa Conexão Repórter, apresentado pelo jornalista Roberto Cabrini. O material completo pode ser encontrado na página do programa no YouTube (CONEXÃO REPÓRTER. 09 jul. 2018). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MU-pORXkkjQ. Acesso em: 14 jun. 2023.

que está comprometido com a dignidade humana, um ato de carinho não é uma vergonha, mas o preconceito é inaceitável". Segundo Prior, ataques como esse expunham a homofobia presente nas fileiras militares: "como o caso veio à tona, a máscara do preconceito e da homofobia dentro da instituição caiu. Hoje, ela mostra a sua verdadeira face: a do preconceito, a do ódio, a da não aceitação", asseverou o agente em outra entrevista (PONTE JORNALISMO, 2021).

> É complicado quando você se propõe a sair do seio da sua família, cortar o seu tempo, estudar, passar no concurso, ralar como todo mundo, ter aula de tiro como todo mundo e prender como todo mundo, mas ser dito incapaz pela sua orientação e, veladamente, sofrer tortura psicológica, te limitando aqui e ali ou até chegando em um caso desses. [...] Eu me senti diminuído, me senti menos polícia. Como se eu valesse menos. Você tem menos valor. É como se você não fosse desempenhar o mesmo papel ou um papel melhor porque você é *gay*, porque você é homossexual. Isso é ridículo (Leandro Prior, em entrevista ao Conexão Repórter).

Um beijo que desnudou os dilemas de uma corporação com pressupostos rígidos e uma hierarquia que não admite fragilidades. Antes de sua responsabilização por vias de um processo administrativo disciplinar, declarou concordar que aquela havia sido uma imagem incompatível com a postura que se espera de um policial fardado e armado. Não, contudo, sem considerações: "eu deveria estar mais alerta a partir do momento que estava fardado, representando o Estado, para garantir uma sensação de segurança a todos que me viam, mas nem por isso eu coloquei a vida de ninguém em risco". Para o agente, a punição por sua desatenção seria uma medida justa, o que não se estenderia a plausibilidade de ser condenado em despeito de sua orientação sexual: "espero que não haja um poder coercitivo e preconceituoso no julgamento das minhas atitudes, mas que elas sejam julgadas com lisura, equilíbrio e com a dosimetria que os meus direitos me guardam e me reservam". Em nota publicizada, a Polícia Militar do Estado de São Paulo relatou que a conduta do PM seria apurada "única e exclusivamente sob o aspecto administrativo, pois demonstra[va] uma postura incompatível com os procedimentos de segurança [...] que exigem que se esteja alerta" [grifo nosso]. De acordo com Prior, qualquer outra dimensão utilizada para embasar a sua punição na esfera militar seria fruto de manifestação odiosa por sua sexualidade. São os contrapontos à masculinidade, que permeia a vida na caserna, substantiva a contestações.

> A homossexualidade é incompatível com a polícia por uma distorção na interpretação. Muitos veem fraqueza, eu já vejo coragem, vejo força. Porque a coragem que hoje eu tenho de estar aqui, frente ao Brasil inteiro, dando a cara a tapa e dizendo que eu estou sendo ameaçado por pares porque sou feliz, isso me dá uma condição de muito mais força e coragem que outros. [...] Ser policial é minha vocação. O dia do juramento foi um dos melhores dias da minha vida. [...] Todo mundo marchando junto, como irmão. Eu nunca tive dúvidas, ou eu não teria feito o juramento. O que é ser policial militar? É o sacrifício da própria vida. É ter que esconder a sua farda pelo receio quando você sai de casa. A partir do momento que eu saio da minha casa e volto com ela é porque eu enfrento os riscos, enfrento o perigo, diariamente (Leandro Prior, em entrevista ao Conexão Repórter).

Nesse território de disputas, da produção de subjetividades enquanto processo inacabado (BUTLER, 2003), o agente em cena assevera que, sob o seu ponto de vista, a incompatibilidade entre o ofício militar e a orientação homossexual reside na tônica interpretativa. Como elemento argumentativo, utiliza-se da sua própria experiência no entre muros institucional o que, segundo ele, explicitaria "uma condição de muito mais força e coragem que outros", quando comparado a alguns dos seus pares. Em resumo, o fato de ser *gay* não se faz determinante ao esgarçamento dos valores éticos da caserna e, nesse plano, não reflete o rompimento com um tipo hegemônico de masculinidade orientada pelo signo da guerra. Afinal, somente um homem detentor de muita "força" e "coragem" estaria apto a lidar com toda a exposição a que sua vida íntima vinha sendo submetida nos últimos meses. Prior termina exaltando a sua conduta perante situações de risco, no exercício diário da missão policial, demonstrando ao repórter e ao público que, nas fronteiras belicistas, a qualidade viril comparece no ato de enfrentar os perigos que o cercam. Desse modo, ao performar o binarismo hierarquizante, ele reproduz os ditames da hierarquia e da disciplina, marcas distintivas da conduta policial militar. Para Muniz (1999), essa é uma zona privilegiada à aceitação das experiências vividas e um tanto quanto sensível ao desenvolvimento do orgulho de pertencer à Polícia Militar. Leandro Prior faz operar, portanto, um conjunto de atributos que não apenas o distinguem do mundo civil, como o aproximam do ideal guerreiro.

Prior transita pelo polo ativo, lugar de poder. Ele pertence ao campo da guerra e também reproduz a masculinidade da caserna, padrão que regula a sua identidade desviante. Fugir dessa lógica é colocar-se à margem da legitimidade militar: a atividade policial exige rudeza nas ações cotidianas e seus agentes devem estar prontos para enfrentar as adversidades inerentes à missão. Assim, a masculinidade é utilizada como parâmetro diferenciador para modelar os membros da corporação, posto que a hombridade é critério fundamental ao bom desempenho das atribuições. Sob o patrulhamento rotineiro de seus pares, ela deve a todo tempo ser demonstrada e reforçada. Assumir a performatividade da guerra é, pois, uma ferramenta de sobrevivência e aceitação das normas institucionais. Os limites se fazem mais definidos no caso de operadores homossexuais, que intentam encobrir outras formas não valorizadas de ser e estar no mundo, por meio de uma postura que conforma o binarismo hierarquizante comum a espaços notadamente generificados. Consoante ao já mencionado, o que ocorre é a estilização do corpo do policial-guerreiro perante a reafirmação da heteronormatividade reguladora da identidade desviante (ANDRADE, 2017). Um padrão determinado que o posiciona como sujeito ante os demais membros da organização. Embora Prior não recuse a homossexualidade que o constitui, no cumprimento das expectativas de gênero, salta à cena um estilo de vida que toma o atributo viril como modelo inquestionável e impele a incorporação das mesmas estruturas de dominação a ele impostas.

Filho de policial militar, Leandro Prior, encontrou apoio familiar, mas viu a relação com o pai rompida, sua principal referência: “eu sou policial militar por influência dele. Ele é o meu herói. [...] Não é porque ele sofreu uma pressão em cima dele que ele deixou de ser o meu herói. A minha força e honra vêm dele. Essa pressão que eu sofri, ele também sofreu dos seus pares”. O agente assevera que em meio às inúmeras ofensas e mensagens de ódio, recebeu acolhimento de outros integrantes da tropa, esses sim, compreendedores da essência institucional: “a defesa da vida, da integridade e dignidade da pessoa humana”. Não obstante, constata: “eu sei que eles não podem falar ou vir me abraçar por causa do medo de represálias de alguém com mais poder. Eu recebo apoio, mas é um apoio velado”. O desgaste contínuo ensejou o pedido de afastamento médico para cuidar da saúde, sobretudo, a saúde mental.

> Eu tinha de dois a três ataques de pânico por dia a ponto de tomar remédio tarja preta pra poder aguentar. Eram muitas mensagens me ameaçando: “vou te matar”, “vai levar pedrada”. A cabeça entra em pânico e você não sabe como agir. Vou na corregedoria? Procuro quem? Procuro outros pares? Mas eu já sei o que pensam de mim. Procuro a família? Amigos? Me escondo? Eu procurei um advogado. [...] Eu buscava psicólogos e diziam que me dariam encaminhamento psiquiátrico porque eu estava visivelmente fora da linha, do meu prumo, que precisava me acalmar, sair do olho do furacão. [...] O meu estado de alerta... a todo momento eu me via perseguido. Passava uma viatura e eu ficava preocupado, passa um paisano e também me preocupo porque não sei se é um policial à paisana ou alguém que está me mandando mensagem. Não se sabe quem é. Todo policial militar, o bom policial militar, teme pela sua vida. E eu sou temeroso. O temor gera cuidado. Medo não, medo eu enfrento (Leandro Prior, em entrevista ao Conexão Repórter).

Três anos mais tarde, o soldado decidiu pedir exoneração por conta de perseguições que, segundo ele, só se intensificaram, motivando episódios recorrentes de crises de ansiedade: “essa corporação adoece e adoece com facilidade aqueles que entram”, afirmou. O estopim para a sua saída foi o diagnóstico de depressão: “foi quando eu entendi que ali não era o meu lugar porque aquele lugar adoece até que ou você se mate ou mate o seu Comandante”. Prior circula por entre as fronteiras da caserna. Distante de parecer tarefa fácil, a presença do ex-PM desvela as brechas daquele sistema. Sustentar a homossexualidade dentro dos perímetros “sangue azul” ainda não significa motivo de orgulho. Essa é uma escolha que, conforme a gramática policial, indica uma postura contraditória, visto que a formalização dos regulamentos mantém estreita a relação com valores que norteiam a conduta dos agentes. Policiais com orientação homoafetiva devem, pois, atender aos critérios regulamentares para serem aceitos e respeitados por seus companheiros de farda. Qualquer desvio haverá de ser tomado como transgressão disciplinar e, por conseguinte, punido para o restabelecimento da ordem. Dessa forma, o que parece ser uma regra garantidora das honrarias do mundo masculino para o fortalecimento de um espaço seguro ao ofício policial,

são, na verdade, inscrições formais e informais que denotam as sanções aplicadas no intramuros das unidades policiais àqueles/as que não se enquadram no *habitus* militar (ATÁSSIO, 2015).

> O comportamento militar – seus gestos, a sua vestimenta, seu corte de cabelo, seu tom de voz, sua postura, sua sexualidade, seu respeito à hierarquia, à moralidade, aos bons costumes – é construído pela disciplina do corpo, pois é nele que a honra institucional se inscreve. O conjunto de atitudes, valores e ideias vinculados à identidade do militar torna visível a honra do agente e da instituição. A disciplina militar é uma ferramenta de inscrição da identidade nos corpos dos agentes e, ainda, de construção e reprodução do comportamento militar e da ordem institucional (SCHACTAE, 2011, p. 191).

Dentro das fronteiras policiais militares, as disposições corporais falam da ordem social que fabrica um modo particular de interação com o mundo. Ao ingressarem nas fileiras da PM, os/as agentes passam por um processo intenso de socialização, que resulta na incorporação das estruturas militares. A disciplina e a hierarquia, pilares organizacionais da polícia, ao passo que aproximam seus operadores por meio de dinâmicas uniformizadoras, fortalecem esses mesmos paradigmas com base em estratégias de segregação. Comportamentos alheios à ordem descrita, são tomados como violadores do decoro policial. O que se intenta produzir é um padrão estético orientado pela assepsia das condutas e de comportamentos entendidos à margem, estabelecendo as referências de um ideal a ser alcançado. Vigiar e corrigir os desvios são atribuições exercidas por instituições disciplinares, tais como a Polícia Militar (ATÁSSIO, 2015; ANDRADE, 2017). Foucault (2013) difunde a ideia de que a construção do corpo, aqui, o corpo policial-guerreiro, ocorre no ponto em que o poder o esquadrinha e o desarticula para, enfim, recompô-lo segundo uma lógica formal que não dispõe de espaços a questionamentos, a reflexões e/ou ponderações. A homossexualidade é, com base nisso, qualificada como uma experiência incompatível com a vida na caserna (FRANÇA, 2016). Como garantir, pois, acesso a direitos fundamentais pelos/as agentes da segurança se a cultura endossada no intramuros impele a aplicação de sanções aos/às que não se enquadram nos regramentos da heteronormatividade guerreira?

Parecem inúmeros os desafios. Apesar disso, meus/minhas interlocutores/as atestam que tem sido possível acompanhar um período de mudanças importantes quanto às pautas de gênero e sexualidade dentro das unidades policiais. O evento disparador, segundo eles/as, foi a inserção do corpo feminino na tropa – "uma decisão inovadora e acertada", nas palavras de Cb. Rogério. Ainda em sua avaliação, um entendimento compartilhado entre os/as agentes policiais militares. Mesmo que a PMERJ, há muito, possa ser encarada como uma entidade inclusiva, decerto, mais recentemente, os espaços de discussão puderam ser ampliados, sobretudo por conta da chegada de policiais "mais modernos", ele diz. Refere, ainda, que "isso abarca coisas que os mais antigos têm dificuldade porque elas têm a ver com as mudanças que aconteceram nas últimas décadas".

> O tempo foi passando. Com certeza, há alguns anos, a polícia não tinha tantas pessoas instruídas, tantas pessoas que buscaram capacitação, que estudaram, que chegaram na faculdade, por exemplo. Pouquíssimas que tiveram essa oportunidade. Hoje nós temos uma geração em que muitas pessoas conseguem. E na corporação não foi diferente. Você tem muitas pessoas que passaram por esse processo e elas têm a cabeça diferente por isso. A gente sai daquele cara, um policial que entrou aqui com uma "quarta série", não que seja demérito, mas que entrou um cara mais rústico. Então eu acho que quem entrou mais recentemente, está um pouco mais aberto pra captar determinadas coisas, aceitar outras e até mudar algumas coisas. Eu acredito que nas gerações passadas não tinha ninguém com nível superior entrando na base. Na minha turma eram muitas as pessoas formadas. Isso faz com que o preconceito tenha cada vez menos espaço dentro da polícia e esteja cada vez mais individualizado (Cb. PM Rogério, BPM Zona Norte).

Em artigo publicado, Riccio (2017) examina a percepção de policiais militares de baixa patente com diploma superior a respeito de sua organização, de sua carreira e da relação com a sociedade. O autor alega que, atualmente, há evidências do ingresso de um grupo maior de PMs com ensino superior no Brasil, independentemente da demanda de diploma ao cargo concorrido. Apesar disso, os efeitos da formação superior na atividade policial seguem enquanto matéria de discussão, visto não ser esse, ainda, um debate conclusivo. Diversos são os fatores considerados no campo: a sua relação com a esfera do autoritarismo, a incidência de desvios de conduta, bem como a adesão a mudanças, à satisfação no trabalho, à relação com a comunidade, dentre outros. Em todos os casos, a educação superior é compreendida como um elemento capaz de influenciar ou não tais realidades. Entretanto, o autor ressalta que essas relações devem ser assimiladas não como eixo isolado, mas como fenômeno diretamente atrelado ao contexto sociopolítico que nos constitui. A sua experiência de pesquisa permitiu expor questões que, de certo modo, dialogam com pautas também trazidas por alguns dos/as meus/minhas interlocutores/as.

Para Cb. Rogério, as mudanças na corporação e no perfil policial abrangem a capacidade de "conversar com as pessoas, ouvir ideias, ter iniciativa, ampliar os vínculos com a população". Hipótese partilhada com o autor é que a formação superior é tida como recurso substancial para qualificar a ação policial no contato com o público diante das atividades voltadas ao extramuros. Cumpre lembrar, que como professor de Educação Física, boa parte dos projetos que envolvem a comunidade atendida pelo batalhão, foram orientados pelo policial permanecendo, ainda, sob seu encargo: "eles aproximam a PM das pessoas e ajudam a resgatar a confiança da população". Riccio (2017) diz que os estudos têm demonstrado que o ensino superior parece ser agência que instiga uma atitude mais tolerante com as diferenças sociais e com as complexidades do mundo. Outro ponto recorrente é a questão do reconhecimento profissional. Segundo o autor, os agentes tendem a apresentar determinada frustração em função do não reconhecimento do seu trabalho. Muito embora esse seja um problema acionado pela maioria dos/as policiais, quando asseveram a falta de reconhecimento por todos os lados, seja no âmbito da sociedade mais ampla, por parte

da mídia, do Poder Judiciário e da própria corporação[28], o que se notabiliza, aqui, é o incômodo diante do baixo aproveitamento de outras das suas competências, conforme salienta Cb. Danilo:

> Vou falar sem prepotência, eu não quero parecer um cara prepotente e nem arrogante não, mas eu, assim como outras pessoas aqui que são muito capacitadas... eu não tô dizendo que eu sou muito capacitado, mas eu acho que sou mais capacitado do que eu sou aproveitado mesmo, do que eu posso fazer de acordo com a função, com a minha graduação, com o que eu tenho. Isso é uma coisa que me incomoda, às vezes. A gente tem toda uma ordem da hierarquia que tem que ser respeitada e isso acontece em uma empresa, em uma família, mas acaba que a questão hierárquica tem um volume maior do que a questão da capacidade, do conhecimento. Eu estudei a minha vida inteira e, às vezes, se torna difícil pensar em continuar aqui (Cb. PM Danilo, BPM Zona Norte).

Um processo, portanto, que envolve disputas de poder dentro da organização, consoante às aspirações do grupo, mas, igualmente, influenciado pelos anseios políticos do Estado. Assim, nessa perspectiva, como uma de suas consequências, para além da consolidação de um ambiente inóspito a novas ideias, o que eles indicam é que o policial de baixa patente com ensino superior esbarra em cenário pouco favorável ao seu desenvolvimento profissional nos limites da caserna. Nas declarações, ainda que confirmem já ser possível observar a revisão de alguns dos conceitos afinados às transformações sociais, exprimem o sentimento de desvalorização, pela corporação, a partir do rendimento intelectual alcançado, em razão do diminuto potencial de aproveitamento das suas competências. A limitação hierárquica gera frustrações que, em alguns casos, resultam no pedido de desligamento da carreira quando da abertura do horizonte de novas possibilidades. Ainda que não seja uma retórica unânime, em geral, a percepção dos/as agentes entrevistados/as é de que a qualificação obtida não encontra espaço devido na instituição.

Como descrito, esses são exames que devem ser observados de maneira contextualizada. Trata-se de um fenômeno superposto, dentre outros fatores, ao predomínio do modelo belicista das atividades profissionais, que põem em jogo uma série de demais signos a serem admitidos. Ele aparece vinculado, ainda, à crítica de parte dos policiais militares ao formato organizacional – estruturado na dupla entrada da carreira policial, o quadro de praças e oficiais – em sua fusão com o debate sobre o aumento do nível formativo e sua intersecção com a inscrição hierárquica, um dos alicerces da vida militar. Contudo, o aspecto que almejo frisar, por agora, é aquele dito por Cb. Rogério acerca da relação com os "mais antigos" – também incisivamente descrito por

[28] Não é raro acompanharmos críticas de policiais de baixas patentes, que informam que a falta de reconhecimento dos seus superiores oficiais, em muitas ocasiões, é resultado da pouca proximidade com a realidade do "verdadeiro trabalho policial", isto é, a atividade ostensiva operada nas ruas. Para eles, apesar dos oficiais comandarem a tropa, as suas presenças no *front* cotidiano da segurança pública são, decerto, limitadas. A experiência da atribuição real da polícia estaria, nessa seara, sob responsabilidade de soldados, cabos e sargentos. O oficial teria outras ocupações que não seriam equivalentes à vivência dos riscos a que os praças são submetidos costumeiramente. A posição de retaguarda facilitaria, assim, o empreendimento crítico, tal como o encaminhado pela figura do Juiz. Dessa forma, ambos, oficiais e juízes, não apresentariam recursos adequados, visto a ausência das experiências combativas para compreender a dinâmica da guerra, que teria no enfrentamento aos riscos, a verdadeira face da PM (RICCIO,2017).

Cb. Feitosa em outras oportunidades. A questão geracional, aqui, parece ser uma pista essencial, à medida que ela indica suprimir, de modo mais acentuado, a discussão de gênero na instituição. Fato é que, para alguns/algumas dos/as interlocutores/as dessa pesquisa, o marcador geracional, profundamente potencializado pela entrada de "recrutas" com qualificação educacional, emerge como paisagem que denota a resistência à adoção de outras possibilidades, talvez mais criativas, de ser e fazer segurança pública. É nesse ponto, que no projeto vigente, as normativas submetem o *ethos* policial às regras da lógica tradicional, instando conflitos próprios à arena verticalizada. Os/as agentes afirmam que, arraigados à trama priorizada no campo de poder, os "mais antigos" sustentam resistências frente ao menor sinal de mudança, revelando uma socialização afiançada por traços enrijecidos, que promovem desconfortos na relação rotineira e lentidão na proposição de realidades alternativas às estabelecidas – ainda que dos inegáveis "avanços" no campo.

> A hierarquia na polícia é valorizada no que se refere ao respeito que o policial mais novo deve ao mais antigo pelo vasto conhecimento que ele tem da organização. Isso dificulta o questionamento dos mais velhos pelos mais novos, bem como das normas instituídas. O regimento disciplinar não prevê esse tipo de abertura e com isso as mudanças no campo de poder das polícias se tornam mais lentas. Há uma exceção no respeito pela antiguidade: a relação entre os praças e oficiais. Os praças mesmo sendo mais antigos, devem respeito a qualquer oficial. [...] Uma situação mais evidenciada do que a própria hierarquia de gênero presente na PM (CAPPELLE, 2006, p.194-195).

A observância da tensão presente entre as distintas gerações/hierarquias que orientam o quadro de pessoal da PMERJ, para os/as participantes, nada mais expressa se não uma realidade social que tem se tornado, ativamente, mais integrativa e igualitária acerca de enredos sensíveis, mudanças que o setor público não se furtou de acompanhar (ANDRADE, 2017). Assim, quando provocados/as, rendem elogios ao local de trabalho pela construção e fortalecimento de relações bem-sucedidas entre homens e mulheres. Na fala dos agentes masculinos, vários são os que não denotam restrições à presença feminina. Tomam a inclusão, pois, como o marco de um processo genuíno de superação de antigas resistências. Todavia, começa a se mostrar de modo mais nítido uma pista crucial às nossas reflexões: o gênero, no interior das organizações policiais militares, em regra, é acompanhado sob a ótica de um não-problema. A questão de gênero se faz suplente a outros diagramas da rotina institucional, condição que reaquece a noção de um tema superado. Um contínuo de silenciamentos que se atualizou e sobreviveu às muitas transformações sociais. Não haveremos de desconsiderar, porém, as disputas que constituíram ranhuras na temática de gênero que circundam o intramuros militar, marcando tendências que, por vezes, também põem em oposição segmentos internos. Mas o que eu anseio ponderar no curso dessas linhas, é que a dita abertura ao diálogo acaba por desvelar tendências contraditórias quando articuladas à ideia

de que, nos dias de hoje, a discussão encontra-se centrada na elucidação de escolhas individuais, apontando a um quadro quase que subterrâneo das políticas de gênero na rotina organizacional.

Essa maneira de retratar a realidade pode ocultar tanto quanto revela: a conformação de um espaço neutro com relação às construções de gênero indica, portanto, uma relação simplória com os dilemas que constituem e que atravessam o fenômeno. Em meio a tudo isso, elimina-se o reconhecimento de diferenças que, ora recusadas, convertem-se em desigualdades, reforçando a ordem masculina dominante. Desse modo, por mais que a corporação tente colocar a entidade como um lugar supostamente neutro ante os conflitos que emergem, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, indubitavelmente, comparece enquanto um campo que não somente fabrica, mas atualiza o dispositivo de gênero na trama cotidiana. Assim, nas palavras de Connell (2016),

> a ideia de um local de trabalho neutro com relação ao gênero é altamente aceitável porque é a única maneira de conciliar o princípio da igualdade de gênero com o quadro geral do pensamento neoliberal. Num espaço de trabalho neutro em relação ao gênero todos são livres para escolher, não como homens ou mulheres, mas como indivíduos. Que haja pessoas sem possibilidade de escolha, ou cujas escolhas foram efetivamente feitas à revelia, e que, portanto, precisam de soluções estruturais para um problema de igualdade – essa ideia dificilmente poderá ter espaço (CONNELL, 2016, p. 87).

Mesmo que configurando um cenário um tanto quanto distinto daquele que representou o ingresso de mulheres em unidades armadas, a assimilação desse público ainda opera caminhos controversos e reticentes, que firmam entraves diversos ao corpo feminino nas ações cotidianas. Um inventário de obstáculos de diferentes tipos e naturezas; ora barreiras explícitas, manifestas, ora veladas, discretas. A resistência pela lotação de mulheres no *front* constrange a neutralidade do gênero de maneira latente. Destarte, a política da virilidade nas instituições militares produz efeitos não somente na valorização de corpos masculinos. Antes, ela determina lugares, funções e limites para os corpos femininos, muitas vezes, investidos de valor acessório. Ao subverterem a lógica da virilidade em meio a um processo histórico de conquistas nos espaços da guerra, as mulheres podem ser submetidas a sanções que, coladas ao corpo, traçam linhas que não apenas dividem, mas ajudam a polarizar as identidades masculinas e femininas. Nessa seara, a categoria gênero constitui elemento fundamental de análise das relações de poder no âmbito da segurança pública e, seguramente, na rotina da caserna. O gênero se estabelece, aqui, como um dispositivo de apreensão das forças em disputa, além de permitir explorar os sentidos atribuídos aos papéis femininos e masculinos no contexto em tela, de maneira a refletir sobre a sua implicação tanto para as práticas e as políticas de policiamento, quanto para a organização das unidades policiais militares e à experiência de homens e mulheres que ocupam funções nos quadros da segurança.

1.2.3.1 Entre a florzinha-vulnerável, a pedra-embrutecida e a guerreira-multiforme: os trânsitos da criação de um corpo-PMFem

> *As mulheres não são passivas e nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. [...] Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história.*
>
> Michelle Perrot, 1988.

Natural do Rio de Janeiro, filha única de mãe solo, Luciana Feitosa, aos 22 anos, deixou o subúrbio carioca e avançou pela caserna, desafiando as normas sociais que compõem o mundo dos homens. A nova aluna do Curso de Formação de Soldados, era frágil e vulnerável, "delicada como uma florzinha" – faz questão de asseverar. O CFSd, no plano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, é assumido como um processo pedagógico intensivo, que visa à socialização, validação e naturalização do/a recruta diante do ofício policial militar. A formação profissional do/a futuro/a agente da segurança pública acontece no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças 31 de Voluntários (CFAP)[29]. Já nessa fase, o sujeito é iniciado na malha da submissão aos ritos e tradições culturais da instituição, que regulamenta a continuidade de suas aspirações, mediante a condução dos recém-chegados. O que se intenta tecer, portanto, é uma postura ética, socialmente orientada pela higienização dos costumes e condutas, estabelecendo um referencial a ser alcançado (PONCIONI, 2021). Inaugura-se, aqui, a etapa de criação da identidade militar.

> Quando eu entrei pra polícia, eu entrei mais florzinha. Assim, eu era muito delicadinha pra tudo, muita coisa acontecia e me fragilizava. Eu sentia muito e hoje eu não sinto muito. Chorar, por exemplo. Hoje eu não choro, é muito difícil. Tem muito tempo já. Durante o recrutamento as coisas foram mudando, eu fui me fortalecendo aos poucos. Depois tem os amigos que a gente perde, as coisas que a gente vai vendo no serviço, o que acontece no trabalho, isso também é o que vai enrijecendo o nosso coração (Cb. PM Feitosa, BPM Zona Norte).

Superados os primeiros desafios do período de formação policial militar, a então soldado da PMERJ, passou a integrar o panteão das brasileiras que irromperam as fronteiras da fortaleza. Uma trajetória que já se estende por onze anos. Hoje, sob a nova patente, Cb. Feitosa prossegue, por caminhos distintos, tendo a sua vida intimamente atravessada pelas ressonâncias da caserna. Nos trânsitos entre a casa e a caserna, ao passo que a "florzinha-vulnerável" se perfaz das forças que expressam a dita natureza feminina, a "pedra-embrutecida", destaque nas arenas de guerra,

[29] No estado do Rio de Janeiro, enquanto a formação e aperfeiçoamento de praças são realizados no CFAP, o curso para o ingresso no quadro de oficiais da PMERJ acontece na Academia de Polícia D. João VI (APM D. João VI), localizada no bairro de Jardim Sulacap, Zona Oeste da cidade.

resiste em um terreno notadamente desafeito às mulheres. Em outro ponto do prisma, driblando subordinações, a "guerreira-multiforme" impele modos alternativos de existência sem, contudo, romper com o sistema de normas. Assim, os relatos da Cb. Feitosa em sua relação com a Polícia Militar, desvelam a transição de um corpo PMFem marcado não por estilos exatamente opostos, mas por fisionomias que exibem uma profusão de contornos difusos, irregulares e inconstantes. Traçados que tive o privilégio de acompanhar e que, agora, divido com vocês.

Entrelaçadas às memórias, às experiências do corpo e da alma, as fisionomias transitam. Percorrer essas e as demais enunciações sugere compreender e explorar os sentidos do feminino no campo da segurança pública, território ainda dominado por silêncios e segredos. Em última instância, habitar essas fronteiras refere tomar a categoria de gênero como dispositivo elementar de análise à assimilação da trama histórica e das redes performativas que circulam em favor da manutenção da ordem binária do exercício policial. Nessa perspectiva, têm relevância algumas pistas acerca de como a corporalidade feminina ajuda a falar de um complexo de generificações direcionadas à fabricação de um tipo ideal de masculinidade. Dada a impermanência das pautas de gênero no intramuros militar, tende a prevalecer certa apreensão essencialista das diferenças sexuais, norteadora de um intenso aparato regulador no cumprimento das expectativas. O relato da Cb. Castelo, outra de minhas entrevistadas, parece ajudar a elucidar o embaraço institucional.

> Tem toda essa expectativa na nossa capacidade profissional porque a gente é mulher. Obviamente, a gente precisa provar muito mais do que um homem. É machismo? Eu acho que sim, mas não acho que é intencional, sabe? Tem esse instinto que é mais de proteção. É nítido que tem colega que não gosta de ver a PMFem bancando, que não gosta de dividir serviço com uma PMFem porque acha que PMFem não vai dar conta. A PMERJ é uma corporação muito masculina. As polícias todas, né? E sempre a gente aprendeu, desde a infância, que vai ser o homem que vai proteger a mulher e a mulher que vai querer ser protegida. [...] Tem aquela dificuldade lá no início. Não tem como dizer que não. Quer ver um exemplo? A gente que é mulher tem um condicionamento físico inferior ao do homem e na polícia isso aí conta muito. Então eu sempre tive em mente que eu precisaria tá muito bem treinada pra no mínimo, e olhe lá, ficar mais ou menos nivelada com eles. Eles têm muito cuidado com a gente, até cuidado demais. No início, ainda fica aquela dúvida do que é proteção e do que é preconceito mesmo (Cb. PM Castelo, BPM Zona Norte).

Há de se dizer, assim, que a identificação da "florzinha-vulnerável" aparece diretamente na expressão das assimetrias a partir do que, nesse contexto, se apresenta como sendo qualidade própria da natureza feminina, ou seja, em sua habilidade de organização, delicadeza, capacidade de comunicação e conciliação, humanismo, cuidado e sensibilidade: "eu via isso na rua, quando o cidadão pedia ajuda pra mim, pra tirar alguma dúvida ou dar alguma informação. As mulheres têm uma sensibilidade diferente, mais maternal". Atributos que, a depender das circunstâncias, são reconhecidos e, mais do que isso, incentivados pelo discurso institucional, que compreende o corpo feminino como complementar à ordem militar masculina. Entende-se, de maneira geral,

que supostas expressões físicas e psicológicas tidas como próprias de um feminino naturalizado exibem as capacidades reduzidas do público feminino ao enfrentamento das extenuantes tarefas de rua, justificando, o não emprego – ou a resistência ao emprego – das mulheres em unidades onde a força e a virilidade mostram-se eixos medulares à orientação do procedimento ostensivo. Das premissas que revelam o ideal guerreiro, transversalmente, vê-se a investida no afastamento das possibilidades de disputa frente a cenários que tenderiam a se fazer sinônimo de ameaça ao monopólio dos homens de farda. Efeitos agravados pela dificuldade tácita de reivindicar outros lugares, comportamento duramente criticado e, por vezes, punido no interior da caserna.

Cb. Castelo é uma policial operacional. Seu corpo "vibra" com as ações que desenvolve na rua, como ela escolhe enfatizar repetidas vezes. Mulher branca, de altura mediana e uma voz imponente, verbalizou preocupação com o filho antes mesmo de iniciarmos a nossa entrevista. O motivo era uma indisposição gastrointestinal que ele havia apresentado na última madrugada. Antecedendo a gravação da conversa, o assunto foi comunicado como um lembrete justificativo por eventual necessidade de interrompermos a entrevista, ainda que por alguns poucos minutos, caso sua irmã fizesse contato atualizando a condição de saúde da criança. Na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro há doze anos, explorou os desafios de ser uma PMFem. Já de antemão, destacou o uso do termo na instituição: "vai ter polícia que vai dizer que esse nome é pejorativo, mas eu não acho não. Ela é uma palavra presente até no regulamento. Uma coisa é usar o termo e outra coisa é o tom que se usa". Para a policial, o fato de constar no regulamento – pelo menos em tese –, conferiria legitimidade à expressão. Nessa medida, a entonação seria a pista principal para a definição da qualidade do seu uso: "dá pra perceber a intenção pelo tom. Não dá pra dizer que quando alguém chama assim é porque tá de forma pejorativa. Nós sabemos que ainda existe preconceito? É claro que sim. Só que é mais sutil e não parte de uma maioria". Sobre a questão, a apreensão do termo abre margem, portanto, à problematização do seu uso como um referencial de gênero que marca as desigualdades institucionais (SCHACTAE, 2016).

> Hoje isso ainda é bem mais velado do que era lá atrás, mas acontece. Imagina só como era há trinta, há quarenta anos? Quando as primeiras PMFem entraram aqui na polícia. Ainda mais naquela época. [...] Só que também não dá pra esquecer o tempo curto da entrada das mulheres na PMERJ. É ainda uma coisa recente pra todo mundo, assusta até se acostumar. Acaba sendo um pouco mais devagar mesmo. Não adianta agora é querer colocar o pé na porta e arrombar com tudo (Cb. PM Castelo, BPM Zona Norte).

Em São Paulo, estado precursor na incorporação das mulheres ao Corpo de Policiamento Especial Feminino, foi no período do governo Jânio Quadros, que as primeiras agentes policiais ficaram conhecidas como as "13 mais corajosas de 1955". Elas ajudaram a concretizar o projeto difundido no país por aqueles que destacavam as vantagens materiais e simbólicas do emprego

de mulheres em uma cena, até então, de domínio exclusivo dos homens. Pregava-se que distante de se estabelecerem como meras peças da engrenagem formal, elas exerceriam uma importante influência na história da instituição. No começo dos anos 1980, tendo em vista a consolidação do projeto, tem início o processo de inclusão do efetivo feminino nas demais polícias militares do país. Algumas regiões, como o Rio de Janeiro, resolvem, então, admitir esse público em seus quadros oficiais, enquanto outras localidades promovem estudos ambicionando formar as suas próprias companhias. A entrada de mulheres nas corporações aspirava atender ao repertório das transformações sociais vigentes, acolhendo o coletivo feminino como detentor de direitos, mas, antes de tudo, como possuidor de qualidades naturais que poderiam ser muito bem aproveitadas nas estratégias de reformulação da imagem institucional, manchada pelo emprego excessivo da força em suas ações de serviço. As noções de cuidado e orientação despontavam amalgamadas à captação de que o trabalho se fazia sustentado pela qualidade maternal intrínseca às mulheres, imprimindo uma prática alicerçada no rigor e no exercício técnico humanizado (SOUZA, 2014).

Por conta mesmo de sua afiliação, a participação das mulheres nas instituições armadas representa, ainda hoje, uma conquista emblemática, levada a efeito, sobretudo, como a asserção do caráter moderno e democrático da organização onde, supostamente, não haveria espaço para a instalação de dinâmicas relacionais excludentes. Apesar da notória constatação de um extenso caminho a ser percorrido, o ambiente institucional promoveria, em suas concepções, um terreno mais seguro às mulheres, devido ao engajamento na criação de uma arena parca de preconceitos quando comparada, principalmente, com outros setores da sociedade. Para D'Araújo (2004), a incorporação feminina ratifica, em certa dimensão, o projeto de democratização das sociedades e a expansão dos direitos das mulheres, o que, por aqui, poderia se ver refletido, por exemplo, na elevação de uma oficial PMFem, pela primeira vez, ao posto de comando do BPM estudado. Um discurso robustecido por minhas interlocutoras: "nós, mulheres, nós chegamos muito longe aqui na polícia. [...] Era isso que a gente mais queria: conquistar o nosso espaço. Então eu acho que nós já fomos longe porque conseguimos provar que a gente podia dividir o mesmo espaço", alegou Cb. Castelo. A policial militar disse, ainda, do seu triunfo na PMERJ:

> Essa é a minha história. Eu acho, então, que foi mais a Polícia Militar que me escolheu do que eu escolhi ela. Hoje eu vibro, o meu sonho é tá aqui. Esse é um sonho que foi despertando aos poucos quando eu comecei a estudar e a viver isso. [...] Eu encontrei polícia que me deu bastante oportunidade. A gente tem que conquistar o nosso espaço aos poucos. [...] Hoje, nós já estamos em vários lugares da corporação: na tropa, na administração, na saúde... Tem espaço pra todo mundo, todos os perfis. [...] Eu ficava pensando: será que um dia eu vou conseguir tá ali também trocando tiro? Foi no dia a dia que eu fui conquistando o respeito deles. Eu sempre tive muita disposição e eles começaram a me notar, não me viram mais como uma PMFem, mas como mais um deles (Cb. PM Castelo, BPM Zona Norte).

A unificação dos quadros masculino e feminino assegurou maiores chances de ascensão às mulheres na carreira policial. O reconhecimento da presença física das agentes na corporação não significou, todavia, a admissão simbólica do corpo feminino como instrumento dotado para a guerra. A fala da Cabo explicita a assertiva quando a operadora marca que seus companheiros, ao recebê-la na arena de combate, deixam de entender o seu corpo como da ordem do feminino. Não obstante o relato da agente convoque também a outras análises, o que quero frisar, por ora, é que a reiterada resistência pela extensão do comparecimento das policiais em atividades antes distintivas aos homens, impactou diretamente a nuance viril da cena institucional. Na dinâmica cotidiana, as policiais seguem vinculadas às marcas da fragilidade feminina, revelando-se, pois, ameaçadoras à conservação da autoridade da farda. Nessa perspectiva, Cabo Feitosa manifesta: "a gente não tem a mesma disposição física. Temos as nossas limitações e eu acho um distúrbio mental querer ser igual a um homem. Essa competição não existe, ela foi algo que a gente criou. Eu me aceito como mulher, aceito as minhas debilidades". Desse modo, a essencialização das características atribuídas à imagem feminina e à percepção da missão policial, intimamente nos domínios tradicionais da organização, conduz o corpo PMFem à satisfação dos predicados que compõem a ética e a estética militar, frente ao desafio de integrar de forma segura o contingente feminino sem gerar prejuízos ao desempenho do grupo (D'ARAÚJO, 2004).

A discussão faz rememorar Cabo Riquelme que, durante a entrevista, ponderou sobre a concorrência no processo seletivo da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Dizíamos das expectativas acerca do edital para praças, que tinha a previsão de ser publicado no próximo ano. O assunto tomou outros contornos quando, ao examinar a projeção das vagas e a quantidade de candidatos/as, concluiu que a realidade se fazia ainda mais dificultosa para o público feminino, devido ao número reduzido de vagas quando em comparação às destinadas a candidatos do sexo masculino. Muito embora se dissesse compadecido com o drama enfrentado por essas mulheres no intento de avançarem pela caserna, contou não ser afeito à edição de um único concurso para ambos os públicos. Segundo o policial, os processos seletivos deveriam ser separados de forma a garantir atribuições específicas ao rol de competências e limitações intrínsecas à concorrência. Nessa medida, o que ele propunha era um concurso direcionado para mulheres e outro orientado para homens, em exclusivo. Ele toma como base a rotina de trabalho e as "reais" necessidades da corporação. O que ele exprime é que a figura feminina representa, pois uma "outra polícia", com uma série de qualidades distantes daquelas que conduzem o substancial trabalho da Polícia Militar. Dessa maneira, o que podemos notar é a aspiração por uma divisão sexual do trabalho, que persiste no discurso dos operadores institucionais e, por consequência, nas ações habituais.

> Na verdade, a Polícia Militar, nesse momento de hoje, precisa de mais homem mesmo. Não é querendo ser machista, mas é o que nós percebemos no dia a dia. O serviço de rua da polícia é um trabalho de homem, é um trabalho mais braçal. [...] Mas também é aquilo, depois que colocou a farda aí não tem gênero. É claro que tem umas mulheres que acham que fizeram o concurso pra outra coisa, parece que não sabem que fizeram pra PMERJ. Na minha visão, se fez concurso pra polícia tem que ser polícia, tem que enfrentar a rua. Por isso eu acho que pra mulher é mais complicado. Se vier trabalhar comigo, como já aconteceu, eu não vou tratar diferente dos meus outros colegas não. Tem PMFem que eu já vi que banca, que tem comportamento diferenciado, que dirige viatura, carrega fuzil, faz serviço de excelência. Mas também tem umas que, é óbvio, elas são mais menininhas, e aí não tem jeito, não tem como bancar a atividade na rua. Você já consegue ver logo que é serviço interno. Não tem como ter confiança que se acontecer alguma coisa ela vai bancar. É uma profissão que a gente tem que enfrentar o risco. E aí se eu for baleado? Ela vai entrar em desespero e aquela coisa toda, sabe? O que vai acontecer? Vai morrer os dois ali mesmo. É até constrangedor falar isso pra uma mulher, Psicóloga ainda... [risos]. Eu não acho que é machismo porque também tem homem que só de olhar você vê que também não sustenta. [...] Eu acho até errado colocar um homem e uma mulher direto na rua. Acho que deveriam ser dois homens e uma mulher na guarnição, então. E aí se precisar carregar alguém que tá lá baleado? Você acha que uma PMFem vai conseguir carregar um homem com os seus 80 kg? É muito desproporcional. E fora que ainda tem lugar certo pra usar o banheiro também. Tudo é mais difícil, mas eu trato da mesma forma. Tá na rua? Então vamos trabalhar e orar a Deus pra não ter nada (Cb. PM Riquelme, BPM Zona Norte)[30].

A presença feminina nos setores combatentes é vista, assim, como um empreendimento que vilipendia a respeitabilidade da farda. Ante o contexto, a inserção de mulheres na instituição tem acontecido, sobremaneira, em seções de competência administrativa e de relações públicas, lidas como atividades-meio – essenciais ao apoio das atividades-fim, o policiamento ostensivo (CAPPELLE, 2006). Nessa seara, parecem evidentes os entraves percebidos pelas militares que prezam por ações dirigidas ao cumprimento da tarefa operacional. Cabe sublinhar, nesse ponto, que a organização policial militar está hierarquizada nos níveis estratégico, tático e operacional, sendo, ainda, departamentalizada funcionalmente entre as atividades-meio e as atividades-fim, e operacionalmente por território, segundo a localização geográfica de suas unidades (SOUZA, 2014)[31]. No território experienciado, o perfil policial que atua nas demandas operacionais impõe a sua presença nos limites do destemor e da força física, verificados como relevantes signos de

[30] Curioso o certo "constrangimento" que o policial demonstra ao expor, a mim, a sua opinião sobre a sensibilidade das mulheres e a consequente verificação do despreparo de suas performances no território da guerra. Ao anunciar o desconcerto indicando como o meu corpo repercute na cena, um corpo de pesquisadora-mulher-psicóloga, penso em Rocha (2013) quando ela denota que, na caserna, não raro, encontra-se corrente o enunciado de que a presença do/a profissional de Psicologia inibe determinados comportamentos devido à percepção que os/as operadores/as têm de estarem sendo "analisados" em suas declarações – narrativa também observada do lado de fora dos seus muros. A autora completa dizendo, ainda, que no intramuros há uma brincadeira, por parte dos/as agentes, no que se refere à insígnia da Psicologia, presa à farda dos/as oficiais que atuam na profissão. Na visão de alguns/algumas deles/as, o símbolo seria representativo do "tridente do Diabo", que atestaria os indícios da relação da Psicologia com a crença fantasiosa da capacidade de adivinhação através da leitura das mentes e dos segredos que guardam.

[31] Na Polícia Militar, onde as atividades de rua são mais reconhecidas, as posturas heroicas funcionam como capital simbólico, representando o exercício do poder da força física e da honra subscrita, enquanto atributos prestigiados. Assim, os/as agentes que desenvolvem suas ações no policiamento operacional são tomados/as como especialistas. Já os/as que trabalham nos setores administrativos, no cumprimento do expediente em turno comercial, são tidos/as como profissionais generalistas (CAPPELLE, 2006).

distinção da ordem masculina. Cb. Castelo reivindica, no entanto, a importância da presença de mulheres nos procedimentos de rua, ao passo que determinadas tarefas se mostram limitadas ao exercício do conjunto masculino. Ela assevera que mesmo que alguns dos seus pares expressem descontentamento em partilhar o serviço com uma PMFem, a ausência de mulheres nas ruas da cidade, além de colocar em vulnerabilidade a segurança de todos/as os/as envolvidos/as em uma possível ocorrência, catalisa o aumento dos índices de criminalidade, principalmente, no que se refere ao tráfico de drogas – "o gargalo da segurança pública", referencia.

Isso ocorre porque as ações de abordagem, segundo os/as agentes, procedimento crucial ao trabalho da polícia, tem na busca pessoal a mulheres, um fazer típico àquele restrito à atuação da policial feminino[32] (CAPPELLE, 2006; ROCHA, 2019). Fato é que os conhecidos testes de competência são realidades bastante comuns ao palco da segurança pública. Homens e mulheres são instados a provar uma série de habilidades socialmente valorizadas na ordem institucional. Substancialmente virilizados, a avaliação dos parâmetros considerados, tende a recair com mais severidade sobre as mulheres que habitam a caserna. Partindo do pressuposto que torna evidente a sobreposição do desempenho masculino ante o feminino na execução das atividades militares, potencialmente demandantes de vigor físico, depreende-se a encomenda justificativa que limita o emprego de mulheres em funções onde o atributo da força se evidencia primordial. Isso posto, para além da exigência de que sejam afastados quaisquer indícios de fragilidade na composição das tropas guerreiras, demonstra-se basilar ao atendimento do plano inclusivo das mulheres nas fileiras operacionais a admissão daquelas ajustadas aos princípios formais das arenas de guerra: "eu fazia questão de provar que também podia, me jogava de cabeça sem ninguém precisar me cobrar, eu mesma já me cobrava o tempo todo. Tinha muito medo de errar porque eu sabia que não teria outra chance", partilha Cb. Castelo. Questionada sobre os embates diretos, a PMFem conclui: "nunca usaram essas palavras, mas também não falariam assim. Só que a gente percebe as situações, né? Era gente mais moderna indo e eu ficando. Vários casos que me fizeram chorar de raiva e que iam também me fazendo sentir uma enorme decepção".

> Ah, falavam do banheiro, toda vez uma coisa diferente. É a questão de que a PMFem fica menstruada... Só desculpa pra não falar de forma mais direta, de chegar em alguns lugares. Tinha uns becos que eles não me deixavam tirar serviço porque era uma área sensível para confronto. É por isso que a gente precisa brigar e tem que provar isso o tempo todo. [...] Não tem como não dizer que o impacto de uma PMFem morrendo é maior. Quando é homem meio que todo mundo já se acostumou. [...] Antes eu levava para o coração, agora eu não levo tanto. É muito novo a mulher na polícia, não é algo pessoal. Eu sei também que esse não é um serviço pra qualquer um, tem a questão da força que é menor. Com o tempo eu fui ganhando respeito, mas até aí foi complicado,

[32] De acordo com o art. 249 do Código de Processo Penal, "a busca em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência" (BRASIL. Código de Processo Penal, 2017).

> eu já chorei muito escondido. Vivia pensando: o que mais que eu vou precisar fazer pra um dia conseguir conquistar o respeito deles? (Cb. PM Castelo, BPM Zona Norte).

A partir disso, o que se evidencia é não somente a escassez feminina nesses setores, mas os efeitos de sua ausência nas pautas de segurança. Uma mulher de corpo franzino ou que revela uma expressão feminina estereotipada, se faz perfil desprivilegiado nas fronteiras combatentes: "eu sempre fui mais feminina, então ninguém acreditava em mim. Quando a PMFem é troncuda a credibilidade é maior [...] E sabe o que acontece por causa disso? Tem muita policial boa que nunca teve oportunidade. Eu tive foi sorte de cair logo no início em um território conflagrado[33]". Assim, a insuficiente disposição feminina no enfrentamento dos perigos urbanos ensejaria uma atitude protetora de seus pares masculinos. Enquanto o comparecimento das policiais femininos insta a contínua dispersão do efetivo, ora investido do dever de proteger as referidas operadoras, ora dedicado ao atendimento das ocorrências, a despeito da matriz essencialista que os convoca, uma extensa teia de vulnerabilidades acometeria civis e operadores/as públicos, pondo em risco os procedimentos do grupo e, por conseguinte, a sua segurança. Ademais, o que parece competir para a intensificação da renúncia ao emprego de mulheres no plano ostensivo, seria a predileção dos criminosos por atacar os ditos "alvos fáceis".

> Dá pra ver o cuidado que os colegas têm com a gente no dia a dia e os comandantes de área também. Eles ficam com medo da gente se machucar, da gente cometer algum vacilo e fazer besteira, ou então eles errarem e a gente acabar se ferindo. Por isso que temos que ter fibra, postura, continuar vibrando. Até porque se tem um que destoa, a guarnição dá logo um jeito de tirar. É a vida deles ali também, né? Causa preocupação. É difícil bancar confronto, carregar fuzil no sol com tiro comendo solto. Exige o nosso físico e o nosso psicológico porque são vidas em jogo ali, tem que ter uma resistência. [...] Mas também tem a condição afetiva, a proteção do homem pra mulher, o cuidado deles. Eu sei que eu sou exceção porque a maioria das PMFem são do administrativo. Não é comum ser mais operacional. Historicamente, as policiais acabam ficando nesse serviço interno, na administração. Só que algumas preferem o trabalho operacional, que é o meu caso. Mesmo sendo mais fraca, eu reconheço isso, não tenho a pretensão de querer ser mais braba, de passar de forte tanto quanto eles. É fisiológico isso. Mas eu consegui me adaptar nesse ambiente mais rígido, de atitude. Eu procuro é manter uma postura mais séria, ficar atenta. [...] Ainda mais que vagabundo é covarde, tenta logo no elo que ele considera mais fraco, que é a mulher. A gente tem que estar a vinte passos na frente, em estado de atenção total (Cb. PM Castelo, BPM Zona Norte).

Assim, muitos dos elementos que assinalam a presença feminina na polícia são antes de tudo medidas de ajustamento utilizadas pelas mulheres na busca por proteção e reconhecimento. É onde se inscrevem as marcas de uma presença necessária à melhoria da imagem da instituição, ao passo que as agentes são tomadas como ameaçadoras ao sentimento de coesão e de prestígio da tropa. Marcas que exibem para além do poder de quem exclui, o receio e com ele a percepção em relação ao excluído e ao poder que ele guarda. Sinal da ânsia masculina pelo efetivo controle

[33] A ideia de "território conflagrado" é um termo nativo que se refere a locais onde há troca de tiros continuamente.

sobre o feminino, amparada por uma racionalidade que aposta na compleição física robustecida e no caráter austero das ações de segurança enquanto léxicos que se aproximam da fundamental essência do trabalho policial (SOUZA, 2014). Um empreendimento alicerçado, pois, na suposta incapacidade das mulheres de assimilar plenamente o protótipo guerreiro, perturbando a ordem afeita aos atributos da virilidade, da coragem, assim como da objetividade nas suas prescrições. Ao desafiarem o mundo da ordem, as policiais geram um desconcerto no monopólio masculino. A compreensão que apresenta como sendo impulsiva a natureza feminina é bastante semelhante a que apreende que as operadoras precisam ser controladas a todo custo, uma vez que estariam inclinadas ao questionamento das normativas militares (CAPPELLE, 2006).

A observância desses parâmetros ao mesmo tempo que ameaça ao descortinar disputas, ajuda a modelar o protótipo policial valorizado pela corporação, imprimindo os tipos desviantes e reiterando as expectativas acerca da reprodução do padrão imposto pelo discurso institucional. Isso faz relembrar a conversa com um dos entrevistados que contou em determinado momento sobre os obstáculos com a nova Comandante, em suas palavras, "mais luxuosa". O diálogo era correspondente à alta rotatividade nas trocas de comando, um problema contumaz nos batalhões de polícia. Para defender seu discurso, o agente recorreu ao que entendia como "uma das coisas mais simples, mas que sempre acontece: a organização de eventos na unidade". As alterações requeridas tensionavam certa estabilidade coletiva imbricada ao contexto tradicional. O "novo" ganhava, assim, contornos de um desafio ao qual a corporação haveria de se adequar, sem que deixasse de ser pensado, entretanto, como uma ameaça de ruptura à uniformidade fundamental. Para Meneses (2003, p. 182), "a busca de uma identidade se alia mal a conteúdos novos, pois o novo constitui uma ameaça, sempre. Ao contrário, ela se alimenta do ritmo, que é a repetição, segurança. [...] Uma atitude conservadora, que privilegia o reforço em detrimento da mudança.

> Ela pede muita coisa, muda as ordens do que a gente já vinha mais acostumado a fazer. Vou dar esse exemplo do evento mesmo, quando ele acontece. Os outros comandantes eram de uma simplicidade pura: uma toalha vermelha, um negócio e fim. Ela não, ela questiona, pede louças. Não tô dizendo que seja errado, são personalidades diferentes. Não sei se ela é mais detalhista por ser mulher, não vai se agradar com qualquer coisa. Teve um churrasco aí e ela ficou: "tem que ter toalha"; "tem que ter arroz, maionese". Quando a gente tava acostumado a fazer uma "intera" rápida ali, entendeu? É só um exemplo de uma coisa que é simples, mas que ela pergunta, quer mudar, olha para uns detalhes que os outros comandos não se importavam, mas a gente não pode fazer nada (Sgt. PM Radamés, BPM Zona Norte).

Em um sistema que confere a distribuição da autoridade ao longo dos estratos de poder, denota-se a legitimação da ordem estabelecida mediante a definição das distinções hierárquicas. Nos redutos militares, a diferença é condição basilar à imposição da hierarquia e da disciplina, elementos norteadores da identidade coletiva da instituição. O princípio do respeito à hierarquia

funciona, nesse campo, como um código preponderante e requisito indispensável à ascensão na carreira, além de revelar a sua utilidade para a coesão dos/as agentes policiais diante das ordens superiores. Ela cumpre, assim, o seu papel de disciplinar condutas e comportamentos (SOUZA, 2014). O avesso da hierarquia e da disciplina, entretanto, é o caos, a desordem. Nessa paisagem, em meio a uma série de tradições, a "hierarquia funcional", afinada à observância de graduações que verticalizam relações dentro/entre dos/os círculos militares de referência, disputa o cenário de protagonismo com um tipo de hierarquia outro, voltado à divisão de atividades profissionais, com base na expectativa de competências que se expressariam em homens e mulheres, segundo suas naturezas, a dita "hierarquia sexual". A possibilidade de assumirem posições de destaque, tal como a apresentada pela Comandante Íris no referido batalhão, não notabiliza, apesar disso, um contexto menos desafiador às mulheres que decidem ocupar a caserna. Na contramão, o que se põe em evidência é um processo bastante semelhante ao enfrentado por profissionais do sexo feminino em outros universos, tradicionalmente, de dominação masculina (OLIVEIRA, 2012).

Quando do desvio às expectativas postas ao sexo feminino, a ascensão das mulheres aos espaços de poder, tende a resultar em críticas mais incisivas no que concerne à sua desenvoltura, ainda que no campo policial militar algumas consigam alcançar o reconhecimento de seus pares. Para Oliveira (2012), a divisão sexual do poder aparece camuflada pela dita hierarquia funcional da PM. O respeito à posição ocupada por mulheres nos altos escalões sugere estar atravessado pela obediência à distribuição dos postos e patentes. A fala do Sgt. Radamés ajuda a evidenciar a indisposição para seguir as demandas impostas pela nova Comandante, realidade que se opera, na afirmação de um campo bastante limitado às indagações de seus regramentos, como explica: "mas a gente não pode fazer nada". Assim, à medida que o policial aciona o escalonamento das graduações e sua função na caserna, ele também descreve a divisão sexual da instituição militar, por meio de uma crítica sutil alinhada ao fato de que, na maior parte vezes, essas manifestações irrompem o cenário sobrepujadas pelo contraponto da estrutura vertical que orienta as relações. Um ponto acrescido à discussão é que esse enredo focalizado na definição de tarefas específicas para homens e mulheres, não somente afasta a figura feminina das atividades-fim e de posições de comando, como reforça a tradicional exposição repressiva que prima por privilegiar a cultura do enfrentamento e da assunção da morte nas arenas de combate.

Outro aspecto importante trabalhado por Souza (2014) em sua pesquisa e que, por aqui, também ressoa, é que a habilidade de comunicação "natural" das mulheres exprime uma espécie de duplo risco. Diante da sua singular aptidão para tecer contatos, elas estariam mais inclinadas, pois, a produzir questionamentos acerca da ordem interna, isto é, sinalizariam maior disposição para interpelar fundamentos rotineiros, como exibido por Sgt. Radamés em seu relato: "é só um

exemplo de uma coisa que é simples, mas que ela pergunta, quer mudar, olha para uns detalhes que os outros comandos não se importavam". Assim, para o autor, essa é uma pista que atestaria determinada realidade fortalecida no estereótipo de que as mulheres, geralmente, são atores que falam excessiva e desnecessariamente. Um sinal representativo de ameaça, que comprometeria o sigilo em torno do cotidiano da tropa e tenderia a arrastar a instituição a uma crise de sentidos sem precedente. Isso porque, de acordo com Simmel (1999), na lealdade entre iguais, a proteção do segredo desponta como mecânica imprescindível à manutenção da dinâmica social do grupo, bem como à preservação de um protocolo de condutas responsável por articular a sua unicidade. Maldonado (2009) refere que não significando somente ocultação, exclusão, distanciamento ou iniciação, o segredo implica também em atitudes como a habituação ao silêncio, à cooperação, à confiança, elementos sem os quais ficaria difícil viabilizar as relações sociais.

Sobre essa questão, uma situação envolvendo Cb. Danilo e Cb. Feitosa chamou a minha atenção. Estávamos, eu e o agente, na sala do Setor de Comunicação Social, onde ocorria, após a sua escolha pelo espaço, a entrevista que, mais tarde, ajudaria a dar contornos a essa pesquisa. Cb. Feitosa, que havia deixado a seção para resolver demandas ligadas ao seu trabalho, retornou já próximo ao encerramento da conversa. Afirmou que não demoraria, mas que precisava editar e imprimir certa documentação em seu computador. Sugeri a Cb. Danilo que interrompêssemos a gravação e, por conseguinte, a entrevista, caso ele julgasse necessário. Sua resposta, contudo, foi negativa, fazendo com que avançássemos em direção à finalização daquela nossa conversa. Ele falava sobre a sua percepção de ter o seu trabalho "pouco aproveitado dentro da instituição". Além desse fator, a "questão da segurança da família", eram pontos que o faziam repensar sua permanência na corporação. De súbito, ele dispara: "não vai confidenciar as minhas coisas para os outros não, hein"! – voltando-se à PMFem que digitava freneticamente diante de seu monitor. Em tom descontraído ele, outra vez, aciona a policial: "Ouviu, Feitosa"?! Até que ela responde: "é o quê? Escutei Feitosa, mas não entendi o que você falou". O agente sorri e retoma a sua fala enquanto a Cabo segue em seus afazeres. Pouco mais adiante, um novo diálogo compõe a cena:

> **Cb. PM Feitosa:** "Agora eu vou começar a prestar atenção, você baixou a voz [risos]. Consulta com a Psicóloga é só na terça" (Cb. PM Feitosa, BPM Zona Norte).
>
> **Cb. PM Danilo:** "Sabia! Sua fofoqueira [risos]" (Cb. PM Danilo, BPM Zona Norte).

Para Souza (2014), o fato das mulheres serem vistas como "bocudas" – ou, ainda, como "fofoqueiras" – é outro dos estatutos que fazem de sua presença na corporação uma encomenda, por vezes, indesejável, visto que essa característica comprometeria os laços de solidariedade da tradicional Polícia Militar, lesando a comunhão do segredo pelo grupo em tela, como já tratado.

Cabe ressaltar, que a cumplicidade, a fidelidade e a unidade produzidas pelas ilhas de irmandade da silenciosa estética do segredo, não estão, de forma obrigatória, a serviço da conformação de estruturas paralelas de poder ou da ocultação conspiratória de práticas corruptas e/ou violentas, mesmo que tais arranjos possam se beneficiar dos vínculos invisíveis que a vivência do silêncio consagra. Reflete, antes, recursos comuns a esses/as atores/as sociais que se percebem excluídos ou à margem das esferas privilegiadas de interação dentro e para além das trincheiras militares. Ameaças endereçadas a esse fundamento significam, pois, ataques diretos à própria corporação, que se preocupará em manter afastados os potenciais riscos de abalo a seu ordenamento interno, como indica Muniz (1999). Desse modo, o "falar demais" que sugere a imagem de "fofoqueira", é qualidade que, identificada às mulheres, contribui na instituição para mantê-las apartadas de espaços onde a presença masculina se perfaz majoritária (SOUZA, 2014). Para Fonseca (2000), essa dimensão faria sobressair o poder das mulheres porque, ainda que os homens demonstrem superior capacidade física, o público feminino teria o poder de manipular, contudo, a reputação.

A reputação é símbolo relevante porque delineia os "bons cidadãos", os dignos de serem incluídos na rede de ajuda e proteção mútua. Assim, se na caserna, a fofoca poder ser apreendida como arma(dura) – objeto de ataque, mas também de proteção – feminina, tem-se aí uma *práxis* vedada aos homens: o homem fofoqueiro perde prestígio, na medida em que a fofoca é encarada como matéria de ameaça dos fracos. No tocante ao ordenamento masculino, diz Fonseca (2000):

> A fofoca é permitida às mulheres, não aos homens. O homem fofoqueiro diminui-se. A maneira viril de criticar alguém é fazê-lo diretamente por meio de injúrias, e azar do coitado que não tem força física para sustentar seus insultos. Para que uma mulher recorra a táticas tão diretas é preciso que ela seja louca [...] ou então apadrinhada por uma pessoa influente. [...] Ao homem, cabe impor a sua vontade pela força física; e à mulher, através da manipulação da opinião pública (FONSECA, 2000, p. 25).

A essencialização das diferenças entre homens e mulheres é uma das principais matrizes à abertura de assimetrias, que deixam rastros muito bem definidos acerca da evidência do poder daqueles que atualizam segregações, assim como do entendimento que se tem sobre o excluído. Essa distinção de gênero ancorada, em grande medida, nos discursos biológicos mostra-se, pois, responsável por divisar a instituição e enquadrar aptidões conforme uma trama de ajustamentos que, tomando o cumprimento de determinadas expectativas, são impostas aos referidos públicos no entre muros organizacional. Sob a pronta vigilância de seus pares, a apuração dos parâmetros formais encaminha à reprodução do padrão ideal legitimado e à instauração de perfis desviantes. O entorpecimento das emoções diante das rudezas da vida desvela-se, assim, uma exigência ao sujeito combatente, não havendo espaço, portanto, para o acolhimento de suas vulnerabilidades: "a polícia trabalha com o que tem de pior na sociedade, com o lixo da sociedade. Quando morre

um irmão de farda, morre um pedaço da gente, um pedaço nosso vai embora junto. Mas a gente se acostuma, mesmo não devendo. Aprende a lidar pra no dia seguinte estar no serviço de novo", reflete Cb. Feitosa. A PM ainda garante: "eu fiquei mais embrutecida, isso é óbvio".

A frágil compleição física e a suposta debilidade emocional como traços de sua natureza são justificativas à demanda pelo afastamento do círculo operacional. Nos desafios costumeiros do espaço público, a elas, a reserva doméstica. Inadequadas ao terreno dos debates e das grandes decisões, em uma entidade culturalmente identificada com a ordem masculina, a policial militar reivindica, pois, a necessidade de impelir fraturas na lógica de atuação. O exame das estratégias de luta adotadas pelas policiais no campo de poder da PMERJ é uma maneira de se acompanhar as relações de poder. Uma delas é a busca por se igualarem ou mesmo por superarem os homens em seu desempenho. Nessa seara, o modo encontrado no anseio por prestígio e reconhecimento dos pares e superiores sugere, notadamente, a tomada de certo *script* da performance viril, como depositário de honrarias. Engana-se quem imagina que esse é um curso solitário. Na companhia de outras agentes, ela exibe destreza com as armas e destacada coragem quando se empenha no enfrentamento ao inimigo. Argumenta Cb. PM Castelo: "eu sou mais um fuzil no meio daquele caos. Nos momentos de crise, eu nunca me escondi. Teve um dia que eu percebi que tava sendo reconhecida, que era vista como mais um deles. Eu não me intimidava nunca, e isso tem valor". Ainda nessa direção, sou surpreendida por Cb. Feitosa, que enuncia: "a nossa missão é defender a sua vida nem que pra isso custe a minha. Então eu preciso ser o tempo todo forte, ter coragem". Intrigada, pergunto: "como é ser o forte o tempo todo"? Ela, então, devolve: "é até quando você não tá por dentro, mas continua ali por fora sendo. Só isso mesmo: ser forte".

O perfil ideal do policial militar masculinizado é perpetuado na organização pela prática predominante de formas de policiamento tradicionais, em detrimento de outras, mais modernas. Produzindo fissuras no texto feminino, as agentes militares assumem condutas criadas no reduto dos homens. Suas presenças ratificam a hegemonia masculina nos palcos de combate, à medida que fazem de seus corpos entidades transgressoras. Mulheres, portanto, que elegeram enveredar na contramão das expectativas mapeadas. Para então compreendê-las, é necessário compará-las com as demais: "elas não são [ou não haveriam de ser?] frágeis". Não são esposas, nem amantes, não são filhas nem, sobretudo, mães – vibram como homens de guerra. Seu nicho, todavia, deve ser procurado onde não domicilia nenhuma delas, somente a "pedra-embrutecida". Ao negarem atender às expectativas próprias do seu gênero, essas mulheres inserem seus corpos em terrenos outrora proibidos às experiências femininas. O resultado desse processo não retrata um percurso sem dor, mas, talvez, seu anestesiamento (CALAZANS, 2004). Os impactos podem ser sentidos nos diferentes estratos da vida cotidiana, dentro e fora dos limites da caserna.

> Até na família reflete, teve um período que a minha família sentiu. Inconscientemente, a gente descarrega nas pessoas que a gente ama. É inconsciente, não é de propósito. Quando a gente tem um dia cheio... Vou dar um exemplo: você tá então abordando na entrada de uma comunidade que já teve um problemão e você tá ali naquela pressão toda lidando com elementos, com os vagabundos. Passa uma tarde ali e aí depois você chega em casa e, sem querer, você descarrega. Até mudar de novo a sua atmosfera... Tipo assim, "olha, já saí do trabalho, tô em casa", isso leva um tempo. Então por muito tempo eu fiquei descarregando isso aí na minha filha, na minha mãe e no meu esposo (Cb. PM Feitosa, BPM Zona Norte).

Nesse tocante, Cb. Feitosa recorda a história de uma incursão, que se sucedeu com a sua participação direta em uma das comunidades que compõem o Complexo de Favelas da Maré[34]. O episódio, que ela supõe ter sido substantivo para a transformação de sua postura no trato com a missão policial, também foi pista sem precedentes de que ela deveria evocar um outro tipo de corporalidade se quisesse permanecer sobrevivendo ante os desafios da guerra, em um ambiente androcêntrico por excelência: "eu não podia mais ficar ali pagando de mocinha que não aguenta. Não queria competir força, assim, de provar que era forte igualmente, mas eu entendi, naquele dia, que eu tinha que mostrar que conseguia mais", afirmou sobre a sua percepção do incidente.

> As piores situações foram na Maré. A primeira vez eu considero que eu travei porque tinha muita gente circulando na comunidade e tinha um jogo de futebol com crianças acontecendo e elas não pararam de jogar quando a gente tava trocando tiro. Isso mexeu comigo quando eu fui olhando aquelas crianças ali, me perdi no olhar e dei uma trava porque eu comecei a imaginar um monte de coisa e aquele não era local pra parar pra pensar, né? Eu fiquei travada um longo percurso da nossa progressão. [...] Foi perigoso pra mim e pra minha equipe [...] Eu sou mãe e sei que isso foi a base de tudo. Sou mãe e as crianças não saíram. Aí já comecei a pensar que eu poderia acertar alguém ou que um colega poderia acertar. Eu queria que parasse tudo ali, a minha vontade era parar tudo no grito: "chegou, para. Não mexe, estátua. Sai daqui todo mundo"! [...] Outras vezes depois já fui conseguindo me controlar melhor. Foi por isso que falei da pedra. O trabalho vai enrijecendo o nosso coração (Cb. PM Feitosa, BPM Zona Norte).

A incorporação das mulheres policiais é atravessada por um composto de ambiguidades. Desempenhando um trabalho acessório, as PMFem ocupam uma posição complexa entre a ética da virilidade e a ética da diferença. Estão continuamente enredadas na contradição de terem que afirmar a capacidade profissional, ao tempo que rejeitam, no respeito às suas singularidades, a condição de iguais aos seus pares masculinos. Nesse sentido, transitam no espaço da idealização e da discriminação; da adesão e subversão; da resistência e acolhimento, tal como da superação e da subordinação (SCHACTAE, 2011; SOUZA, 2014). Foi assim, que Cb. Feitosa habitou por longos anos as trincheiras hipermasculinizadas das ruas. Não obstante a anomalia de seu corpo, embrutecidamente feminino, confirmou habilidades técnicas e capacidade de aplicação teórica

[34] O Complexo da Maré refere-se ao conjunto de dezesseis favelas, situado na Zona Norte, entre três das principais vias que cortam a cidade do Rio de Janeiro: a Av. Brasil, a Linha Vermelha e a Linha Amarela. A Maré hoje ocupa o primeiro lugar no rol dos territórios mais populosos da capital fluminense, onde residem mais de 140 mil pessoas (REDES DA MARÉ, 2019).

na linha de frente dos desafios mundanos. Quanto mais intensamente a máquina operava, menos ela se reconhecia: “eu não queria mais me masculinizar como as outras mulheres da corporação. Isso precisou acontecer, só que ao longo do tempo eu fui colocando as coisas no lugar e eu acho que me perdi. Talvez eu quisesse me sentir igual a eles e, não, eu não sou”. Discurso semelhante foi enunciado por Cb. Castelo: “eu mesma fiquei mais masculinizada depois de um tempo, mas eu fui ficando revoltada com isso. Eu não sou homem, eu sou mulher. Não quero ser como eles, mas é uma forma da gente se blindar, de tentar fazer alguma coisa pra se proteger”.

Aqui, a “pedra-embrutecida” revela-se o protótipo da policial orientada para a exposição constante ao risco no enfrentamento ao crime. Focada no trabalho de rua, ela busca a validação dos companheiros de farda através do emprego de seus esforços na reprodução de atributos que, comumente, ofertam prestígio aos agentes homens – agressividade, coragem, vigor e habilidade para o combate. O seu reconhecimento reforça, na esfera pública, a glorificação de valores tidos como masculinos. Investindo no culto à belicosidade operacional tem, portanto, a sua atenção dirigida a comprovar a destreza e a capacidade dos seus atos, por meio de exposições aos riscos próprios do real ofício da polícia. A introjeção de significantes valorosos à corporação e a prova de sua competência, não propicia, todavia, que essas mulheres deixem de ser discriminadas no espaço interno. Afinal, elas fazem romper com as expectativas mais comuns em torno do espaço destinado ao feminino na PMERJ. Com feições cerradas e emprego de vocabulário específico, aproximando-se do modelo de atuação masculino ao alimentar a cosmologia da guerra e recusar a fragilidade atribuída às mulheres, busca a validação reservada aos verdadeiros heróis da PM. Assim, inegavelmente, o movimento de incorporação de valores apreendidos como masculinos aproxima as mulheres do plano militar ansiado, análise que não se reduz, porém, a esses termos.

> Ainda que consigam assegurar prestígio e reconhecimento nos círculos informais da instituição, particularmente nas unidades que prezam pela “verdadeira” expressão do trabalho de polícia por meio de constantes participações em trocas de tiro – com o possível abatimento dos “bandidos” – elas carregariam o estigma do embrutecimento, de uma androginia perigosa e ceifadora do modelo definido às mulheres na instituição, razão pela qual o batom e outros signos de feminilidade surjam com tanta ênfase na imagem feminina reproduzida pela corporação. Ao darem provas de que são mais “machos” que alguns homens, essas policiais, por sua vez, seriam consideradas exemplos isolados e pouco ajustados aos interesses “reais” da polícia em relação ao gênero feminino (SOUZA, 2014, p. 239).

No sentido polissêmico da existência humana, e nos desafios e interesses que conduzem o lugar das mulheres no campo policial, almejam serem vistas como profissionais qualificadas, desde que para isso não lhes seja exigido, em necessário, o abandono de outras de suas facetas. Em uma ordem balizada nos preceitos militares tomados como, fundamentalmente, masculinos, certificam que ser uma mulher na caserna impele restrições, repetidos testes de resistência, além

de amarguras e decepções: “no início quando você ainda tá formando a sua identidade policial, tinha dias que eu só chorava, queria ficar isolada e chorando. Eu já me decepcionei muito, lutei pra ter o respeito deles. Foi a base de lágrima, mas também com resiliência e sangue nos olhos”, diz Cb. Castelo. Nessa ciranda, elas seguem lidando com as estruturas, manejando idealizações traçadas nos primeiros tempos da entrada na PMERJ e descobrindo novas formas de se fazerem policiais femininos, frente à uma ordem que preza a uniformização de seus corpos e trajetórias. Esse processo de socialização é tão intenso, que as agentes passam a tomar o ofício policial não apenas como profissão, mas como o espraiamento das suas vidas.

A entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho trouxe experiências significativas de liberdade e de responsabilidade para esse público o que, por consequência, dirimiu uma série de barreiras entre trabalhos considerados masculinos e, outros, ditos femininos, desmantelando, ao menos em tese, normas e prescrições de atividades a serem exercidas unicamente por homens ou, particularmente, por mulheres. O ofício policial, até então visto, necessariamente, enquanto uma ocupação masculina, percebe sua estrutura sendo tensionada, ao passo que entram em crise valores característicos da entidade militar, como a força física e a identificação tradicional com a figura masculina. Almejam-se novas perspectivas, reconhecendo nas mulheres a competência e as habilidades necessárias ao seu desenvolvimento. Assim, na dinâmica policial, a experiência de incorporação das mulheres, antes de uma oportunidade de ampliação de direitos, foi tomada pela necessidade de conferir ajustes às forças policiais, de acordo com o plano de modernização das ações de policiamento em âmbito nacional e internacional (CALAZANS, 2003). Destarte, analisar como se deu o processo de inserção das mulheres nas atividades policiais e os critérios que conformaram as suas trajetórias de vida na polícia desde as primeiras experiências, dispara um pensamento recorrente: como isso se faz atualizar nos dias de hoje?

Nessa direção, julguei pertinente questioná-las acerca do ingresso e desejo de seguirem ou não na corporação, após os anos de serviços prestados. Diferente dos homens, apoiados no discurso vocacionado à missão guerreira, a predileção pela estabilidade financeira foi a resposta mais comum entre as mulheres, o que se repetiu também no estudo de Cappelle (2006) com o círculo feminino da Polícia Militar de Minas Gerais. Em correspondência, por aqui, mesmo que matriz da vocação tenha sido verbalizada como algo que foi descoberto durante o exercício da profissão, foram os aspectos financeiros o repertório de maior destaque: “eu não tinha nada tão fixo antes. Entrei mesmo pela estabilidade e pelo plano de carreira”, confirmou Cabo Castelo. O concurso para soldado da PMERJ surgiu, assim, como “uma chance de melhorar as condições de vida da família”. Nenhuma das entrevistadas disse, ainda, ter sido socializada primariamente pela proximidade com outros agentes militares: “eu não tive a influência de ninguém da minha

família para entrar na polícia, nem de conhecido, de amigo. Eu entrei bastante crua até. A minha história não tem nada de muito marcante". Para assumirem o corpo PMFem, elas passaram por um processo secundário de socialização (SOUZA, 2014), isto é, um processo que só se efetivou no intramuros da caserna: "foi na minha formatura, nesse dia eu renasci polícia. Antes era mais pelo dinheiro, pela segurança financeira que eu buscava", disse Cb. Castelo.

Consoante Calazans (2003), a estabilidade e a independência financeira de mulheres na organização policial revelam-se medidas que parecem se sobrepor, em muitos casos, ainda que provisoriamente, à ânsia da missão policial, desenhando outros contornos. Não obstante estejam em maioria entre o público brasileiro com grau de instrução mais elevado, elas recebem salários mais baixos na iniciativa privada e lideram o *ranking* do desemprego no país (DIEESE, 2023). Para Cappelle (2006), a organização policial militar destaca-se como um veículo de mobilidade social importante, mesmo quando consideradas as dificuldades do reconhecimento da presença feminina na caserna. No que tange, especificamente, às mulheres, o ingresso na PMERJ desvela uma forma do público feminino alcançar estabilidade e crescimento na carreira, além de constar como mecânica de financiamento para a inserção em outros campos no extramuros institucional – como dito por Cb. Feitosa, que exibiu a satisfação do desejo de ter cursado o ensino superior, oportunidade avivada em função dos recursos gerados por meio do seu ofício na Polícia Militar.

> Ah, a estabilidade, né? Eu fiz a faculdade, mas não conquistei algo ainda que eu tenha a mesma estabilidade que na polícia, mas eu tô estudando. Já me formei, mas continuo estudando. Se eu conseguir algo que eu ganhe igual e com essa estabilidade, algo que realmente passe a valer à pena pra mim, eu saio sem nem pensar. [...] Tem essa questão do tempo, a segurança, segurança entre aspas, a segurança de um emprego estável, o medo do novo, o medo de sair de uma coisa garantida. Eu acho que isso é o que mais pesa. Mas essa não é uma ideia morta, não. Pelo contrário, eu só preciso poder ajeitar algumas coisas pra abrir mão com segurança (Cb. PM Feitosa, BPM Zona Norte).

Sendo a segurança financeira um dos eixos que convoca a permanecer na Polícia Militar, na contramão, é justamente a ausência de segurança e, nesse sentido, os riscos pessoais e a seus familiares, o principal elemento apontado como o fator que instiga novos projetos profissionais: "é esse problema da segurança mesmo, da segurança pessoal. Você leva isso também para a sua vida cotidiana. Algumas pessoas que... seus filhos, sua família, quem tá com você corre o risco", compartilha Cb. Castelo. A temática do risco, igualmente, encontra eco no relato de Cb. Feitosa:

> É muito cansativo viver em alerta e essa questão toda também soma contra. Assim, hoje, nessa seção, vamos dizer que em termos de números, eu acho que eu ando 60% a 70% alerta. Antes, quando eu tava na rua era 100%, uma loucura. Eu já chegava em casa com os olhos cansados. Os meus amigos falam isso, os meus familiares, o pessoal da igreja até brinca que eu não descanso a mente, que eu olho pra quem tá pregando, mas tô...qualquer barulho eu fico alerta. [...] Quando eu saio com a minha família... nunca aconteceu nada com a gente não, graças a Deus, mas no carro da frente ou logo ali e aí fica aquela sensação: "meu Deus, e se fosse eu passando? Se fosse alguém que

> eu já abordei e ele lembra que eu sou policial? Eu tenho medo por mim, só que tenho ainda mais por quem está comigo, de fazerem alguma maldade com a minha família. Ficar vivendo nesse risco conta muito (Cb. PM Feitosa, BPM Zona Norte).

De acordo com Minayo, Souza e Constantino (2008), o risco é uma condição intrínseca ao trabalho policial. Não sem razão, o fenômeno da "segurança" aparece na fala das operadoras como um elemento balizador das decisões acerca do ingresso, da permanência e/ou mesmo da plausibilidade de saída da corporação no médio e longo prazos. Nesse tocante, avaliam que não caberia analisá-lo somente com base em processos objetivos e redutíveis a exames mensuráveis, visto que o risco desempenha um papel estruturante para as condições de interação na PMERJ. É nessa perspectiva que, segundo os autores, o risco mostra-se atravessado por um conjunto de forças que subjetivam o julgamento dos sujeitos sobre os contextos arriscados. A proximidade com a morte, por exemplo, integra o cotidiano policial e é signo constante no relato dos agentes desde a etapa de formação, quando as histórias que os "mais antigos" partilham ajudam a forjar nos ingressantes uma nova experiência. Assim, o risco de morrer em combate ou de acompanhar o desfecho trágico de um colega de farda, faz do fenômeno ingrediente ativo que torna as ações policiais empreendimentos intensos e desgastantes e, ao mesmo tempo, marcador de satisfação e glória. E essa relação de proximidade com o risco iminente da morte é, pois, a principal razão para a perda da "ingenuidade no mundo", consoante reiteram os/as entrevistados/as.

> Na minha inocência, na minha ingenuidade de antes de entrar e quando eu era recruta, eu achava que ter entrado pra polícia me faria mudar o mundo. Eu conhecia pouco da vida, morava com a minha mãe ainda. Lá no começo, quando eu cheguei falando que faria a prova pra polícia, a minha mãe não me apoiou. Foi muito contra a vontade dela. Mas eu entendo ela agora, eu entendo. Foi a proteção de mãe. Tudo que uma mãe quer é proteger o filho. Na época, muito policial tava morrendo... hoje não é diferente, né? Continua morrendo polícia todo dia, mas a gente não vê isso na mídia, não vê isso na televisão, no jornal. Depois que ela viu que eu já tinha passado na prova, que não tinha mais jeito, que era o que eu queria pra minha vida, aí ela começou a me incentivar, a se orgulhar de mim. [...] Eu nunca me arrependi de ter tomado essa decisão. Já fiquei pensando como seria se eu não tivesse entrado, o que eu estaria fazendo... Mas nunca me arrependi. É uma profissão muito dura, você se vê em um limite perigoso muitas vezes. [...] A gente não vive nem só de ônus e nem só de bônus, mas o ônus é pesado. A gente tem ônus físico, emocional. Tem dias que eu penso: o que eu tô fazendo aqui? Mas eu amo o que eu faço (Cb. PM Castelo, BPM Zona Norte).

Cb. Castelo expressa, ainda, que as interações ao longo do tempo podem receber novos contornos, alinhavando outros sentidos à experiência policial militar: "eu não nasci policial, eu me transformei em uma. Ou você nasce polícia e vai se aperfeiçoar lá dentro do CFSd ou você se transforma em um, que foi o que aconteceu comigo. Eu fui lapidando a minha personalidade,

aprendendo as técnicas e fui tirando o ranço de paisano"[35]. Indagada sobre como havia sido a experiência, declarou: "dói no corpo e na nossa alma, mas é necessário. Foi como se eu estivesse renascendo, como se eu estivesse formando outra pessoa de mim, outro eu. Comemoro até essa nova data de aniversário". Sobre as festividades, partilha: "faço aniversário duas vezes no ano, uma no dia que eu nasci e outra nesse dia que eu renasci".

Dessa forma, a análise do percurso histórico e dos circuitos de vida das agentes policiais enunciam pistas nodais aos sentidos da presença e permanência feminina na instituição policial. Disputas travadas, diariamente, também em meio a outros contornos: "ser herói é ser o exemplo de alguém, isso vai além da força. É você deixar uma marca na vida de alguma pessoa", exprime Cb. Feitosa. Quando questionada se, nessa seara, ela se percebe a heroína de alguém, não hesita em responder: "sim, da minha mãe e das minhas filhas". Na medida em que me sinto provocada pela sua prontidão, pergunto: "a heroína é a Luciana ou a Cb. Feitosa"? Novamente, como se já tivesse feito a si mesma essa indagação, diz sem duvidar: "as duas, elas se misturam o tempo todo. E eu acho que elas têm muito orgulho de mim porque eu não desisto facilmente". Fato é que a presença feminina se expressa, portanto, na manifestação encarnada da diferença em um universo tradicionalmente hegemônico, o que compõe o lapidar do seu potencial transformador. É a ruptura, no cotidiano, de uma atmosfera que parecia intocável (CALAZANS, 2003).

> Às vezes só a policial toma conta da vida. Então eu tenho que tomar cuidado com isso porque eu também preciso ser mulher, ser mãe, esposa, filha, eu estudo... Eu tô sempre cansada, todo dia eu chego aqui e vejo que não dormi direito. Eu escuto das pessoas: "você tá bem? Você tá pra baixo"? Mas são só os meus olhos cansados porque eu não tô dormindo [...] Então eu tô nessa busca do equilíbrio de tentar ser mais a Luciana do que a Cb. Feitosa, conseguir virar essa chavinha. [...] Eu não tô mais na rua, mas aqui, mesmo sendo mais tranquilo por causa dos riscos do serviço de rua, o que acaba sendo melhor pra mim, nesse ponto, se eu não me cuidar, a demanda daqui fica toda comigo. É muito trabalho no serviço interno, às vezes o próprio policial que tira serviço na rua não tem essa noção da rotina no administrativo. Essa intensidade me dá agonia porque eu combino uma coisa com você e nesse mesmo dia eu já não tô. Em casa é a mesma coisa, planejo alguma coisa, e aí de repente não posso estar. Isso vai sobrecarregando a minha mãe que cuida das crianças. [...] Aqui ainda tem uma relação bastante intensa com a chefia, que quando eu me ajusto ao que o novo chefe pede, de repente já troca o comando de novo. São muitas coisas... E é cada chefe também, que minha filha... isso também é guerra. Essa é a guerra psicológica que eu tô hoje buscando o equilíbrio (Cb. PM Feitosa, BPM Zona Norte).

Em sua narrativa, Cb. Feitosa traz à cena uma nova perspectiva para o enredo da guerra. Não mais reduzida à circunscrição da rua, ou seja, ao ofício operacional, o que ela revela é que

[35] De acordo com Castro (2021), o termo "paisano" é normalmente usado em lugar de "civil" e, embora pareçam representar o mesmo signo, não é bem assim que ocorre. Nas palavras do autor, "paisano" é um termo claramente depreciativo. O equivalente a "paisano", em termos conotativos, seria a ideia de "milico", com a função pejorativa de "militar". Muito embora os militares, por vezes, utilizem-se da noção de "civil" quando se dirigem a civis, entre eles, não raro, fazem uso de "paisano", demarcando, outra vez, fronteiras que insistem em distinguir "nós" e "eles".

a paisagem das demandas internas e administrativas da organização policial militar, igualmente, também se exprime, nos termos da contenda, enquanto arena de disputas. A elevada rotatividade nos cargos de comando, além da hierarquia e da disciplina impelidas aos/às agentes alimentam a questão: "eu tenho um chefe e aí eu me ajusto ao que aquele chefe pede, e logo já tem mudança no comando. Quando eu começo a me ajustar à demanda, muda tudo. O nosso último não ficou nem sete meses. Alguns não entendem que leva um tempo pra adaptação e aí a hierarquia pesa". Ao que ela ainda assevera: "o problema não é nem a hierarquia em si, porque ela é que favorece a ordem. Toda as repartições precisam mesmo de alguém como líder. O problema é que algumas pessoas dificultam". Mais tarde, o tema ganharia novas nuances com o discurso de Cb. Rogério: "às vezes a hierarquia e a disciplina são um empecilho porque Polícia Militar é uma instituição política, ela é usada como ferramenta para muitas coisas e isso vem de cima. Só que o que vem de cima quem tá embaixo acata". O policial conclui: "o que pega é quando eu mando você fazer alguma coisa e você não pode ou já não consegue nem mais avaliar se aquilo lá é bom ou ruim. Você vai fazer. Vai fazer porque recebeu uma ordem, mas não parou pra pensar".

Para Albuquerque e Machado (2001), é de responsabilidade dos superiores hierárquicos a administração da requisição de aspectos disciplinares que realmente importem para a melhoria das atividades policiais, sem que as exigências se prestem à subordinação inquestionável de seu comandado. Vale reforçar, que como em qualquer outra organização, mesmo que acerca de uma instituição com regras bem estabelecidas, como é o caso da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, também ocorrem tensionamentos na dinâmica de poder e disputas entre os que operam no campo e negociam, entre si, a ampliação de seus espaços de tomada de decisão: "sabe o que eu faço agora? Sempre que dá eu desligo o celular. Não posso fazer isso sempre, é claro, e nem em situações mais urgentes, mas sempre que dá eu faço". Cb. Feitosa afirma que a mudança de postura aconteceu quando ela se deu conta de que alguns superiores não consideravam mais os seus dias de folga e/ou horários de trabalho, o que fazia com que, constantemente, e com volume cada vez maior de demandas, fosse acionada, de modo repentino e, ainda, de forma exasperada. Assim, pelas exigências da profissão e autoridade de seus superiores, diz ter se deixado absorver integralmente pela atividade policial, o que suscitou no inevitável afastamento de outros setores da sua vida e distanciamento da família e das demais pessoas que compõem o seu círculo social.

> Hoje, eu já não tô mais em um lugar que me deixa... assim, não tô mais na rua, mas, aqui, se eu deixar, a demanda vai pra casa. Por exemplo, eu tenho uma folga amanhã. Então amanhã é pra fazer as minhas coisas. Isso que os chefes precisam entender. Se eu não me posicionar, eu fico no telefone o tempo todo e perco a minha folga fácil. Eu tenho... mas isso é particular agora, tá? Eu tenho dificuldade de me posicionar. Não precisava ter que desligar o telefone ou então não atender. Era pra falar: "olha, hoje eu tô na minha folga. Tem como resolver com fulano"? [...] Eu acho que a gente

> carrega um fardo pesado pra caramba. Essa desvalorização vem de todos os lados. Você continuar se mantendo ali, querendo fazer as coisas, você ficar ali firme mesmo com todas as pedras e ordens que não fazem sentido, não é fácil pra ninguém. Tanto que a gente vê muitos colegas adoecerem psicologicamente por conta dessa carga toda. Então eu acredito que não seja fácil nem pra pessoa que trabalha na rua e nem pra gente que trabalha interno (Cb. PM Feitosa, BPM Zona Norte).

Muito embora o assédio não tenha sido um assunto debatido nesses termos, a percepção sobre certa dificuldade de lidar – e mesmo o adoecimento – com as demandas do dia a dia como um dos efeitos diretos da produção de uma cultura verticalizada e, notadamente, disciplinadora, foi acionada inúmeras vezes, em especial, pelo público feminino. Uma temática espinhosa, que encontra nas camadas de base dos seus atributos estruturantes, reconhecidamente, na hierarquia e na disciplina, um ambiente favorável a esse tipo de prática. Cappelle (2006) dispara que assim como em outras entidades não militares quando a trama é o assédio, seja ele de ordem moral ou sexual, a regra se perfaz no silêncio de suas vítimas o que, por aqui, pode ter ajudado a produzir a recusa da palavra. Ainda para a autora, o assédio moral se qualifica pelo emprego de condutas hostis, impróprias, repetitivas e prolongadas direcionadas a um indivíduo ou a um grupo durante a jornada de trabalho, que se faz evidenciar a partir de comportamentos, atitudes e/ou situações de humilhação. Ocorre mais comumente em situações de exercício de poder, com a intenção de atingir a autoestima, a segurança e a imagem da vítima, levando a questionamentos sobre a sua competência e podendo causar danos a sua integridade física e/ou psíquica, colocando em risco o seu emprego e a ascensão profissional. Segundo Freitas (2001), o fenômeno acontece na ação repetitiva de desqualificação de uma pessoa por outra, podendo levar ou não ao assédio sexual[36].

Como tratado, o assédio, em geral, tem início em meio a um contexto de abuso de poder. Dessa forma, seja ele de ordem moral e/ou sexual, o episódio se dá entre um/a superior e seu/sua subordinado/a sendo, em maioria, o primeiro, uma pessoa do sexo masculino (FREITAS, 2001). Assim, se a hierarquia funcional possui alguma relevância na ocorrência do fenômeno, o quadro majoritariamente masculino da Polícia Militar e sua articulação com a segregação horizontal – designação de atribuições em razão do sexo – atuam como fontes catalisadoras que radicalizam, portanto, as mulheres, o grande público-alvo, superando os homens tanto em frequência quanto na gravidade (HIGA, 2016). Não obstante, ocupar posições mais elevadas na hierarquia da PM não livra as mulheres de serem vítimas de assédio, ainda que não haja dúvidas de que as praças sofram mais intensamente os impactos dos abusos. Nessa paisagem, tem-se que o assédio sexual no trabalho abarca qualquer comportamento ou demonstração de natureza sexual, de tipo físico, verbal ou não verbal, não desejado pela pessoa a quem se dirige. Cabe demarcar outra vez, que

[36] Apesar de reconhecidamente minoritária, a ocorrência de assédio sexual entre pessoas do mesmo sexo deve ser outra pauta considerada nos debates de gênero (HIGA, 2016).

apesar de se fazer ver na relação entre pares, é mais manifestamente expresso na interação com superiores, onde um dos entes participativos dispõe dos meios de penalização destinados a outra parte. O que está subjacente, aqui, é o fato de alguém usar as suas prerrogativas, tal como a sua posição na organização e os instrumentos que domina, para conferir chantagens com finalidade de uso pessoal. Constitui, assim, uma proposta que não aceita negativas, apontando a diferença entre o convite e a intimidação, ou seja, entre a iniciativa de convidar e o movimento de acuar o outro (FREITAS, 2001; CAPPELLE, 2006; HIGA, 2016).

Em 2017, o Ponte Jornalismo, página de notícias endereçadas ao catálogo da segurança pública no Brasil, publicou uma sequência de reportagens no projeto "Especial assédios na PM: mulheres são vítimas todos os dias"[37]. A série denunciou os diversos episódios de assédio moral e sexual experienciados, diariamente, pelas mulheres que fazem parte do quadro policial militar no território nacional. Em grande maioria, os assédios partem de oficiais superiores e giram em torno do fazimento de interpelações constantes, cujos conteúdos atravessam o campo de favores sexuais desvelando pistas que expõem, por exemplo, a transferência dos postos de trabalho para locais distantes de suas áreas de moradia, fator que poderia prejudicar a conciliação de mulheres com a vida no extramuros. Como efeito, o silêncio. A maioria se cala – quando não por medo, devido à naturalização da cultura machista e a sua submissão a ela.

Uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em conjunto com o Núcleo de Estudos em Organizações e Pessoas (2015) apresentou dados assustadores: entre profissionais das guardas municipais, perícia criminal, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Militar e Federal, 39,2% das mulheres entrevistadas afirmaram terem sido vítimas de algum tipo de assédio, moral ou sexual, dentro das suas respectivas organizações. Entretanto, apenas 11,8% das participantes chegaram a denunciar os abusos sofridos. Na matéria publicada pelo Ponte Jornalismo, uma das entrevistadas diz do corporativismo existente nessas instituições, sobretudo na militar. Segundo ela, quando policiais assediadas têm coragem de fazer a denúncia, o corporativismo impede que ela avance até que seja efetivamente julgada. O medo das sanções é a outra face de uma mesma realidade. Um cenário que se revela na preocupação da Cb. Feitosa em trecho já compartilhado, mas que, agora, subscrevo na íntegra: "E é cada chefe também, que minha filha... isso também é guerra. Essa é a guerra psicológica que eu tô, hoje, buscando o equilíbrio. Mas pelo amor de Deus, vê se não coloca o meu nome mesmo aí não".

[37] O conteúdo da matéria foi produzido e também veiculado pelo portal de notícias do Ponte Jornalismo (PONTE JORNALISMO, 23 de mar. 2017). Disponível em: https://ponte.org/reportagem-especial-mulheres-sao-vitimas-de-assedios-diariamente-na-pm/. Acesso em: 26 de jul. 2022.

No seio militar, as punições são sempre severas. Essa censura imposta contra aqueles/as que ousam discordar das normas da instituição, foi um alvo mais extenso de críticas entre meus interlocutores: "até dentro da polícia é assim também. Só temos obrigações, mas nós não temos reconhecimento. Por isso que eu digo que o policial não pode nunca nada, ele tá sempre sendo cobrado e punido". A cultura brasileira fomenta esses silêncios uma vez que tende a banalizar a agenda do assédio (CAPPELLE, 2006) irrompendo, desse modo, inexoravelmente, também os muros da caserna, onde predomina o conservadorismo. De acordo com Cb. Castelo, quando uma mulher partilha de um ambiente tradicionalmente masculino, ela esbarra em uma série de dificuldades para ocupar esse espaço devendo, portanto, se fazer "respeitar" perante os demais atores. Essas são expressões que ganham contornos variados, perpassando desde a validação do seu ofício até os limites a serem definidos na rotina com os homens – uma leitura controversa, visto que supõe transferir à potencial vítima a responsabilidade pelo que lhe acomete. Conforme Vasconcelos (2015), o assédio moral e/ou sexual é, normalmente, silencioso e acompanhado da introjeção de culpa por parte da vítima que, não raro, obstaculiza o reconhecimento da violência por ela sofrida (BUENO *et al.*, 2021). Isso inibe as denúncias e a prevenção do assédio, pois, não reconhecida vítima, ela sofre dupla violência ao se tornar responsável pela ação de terceiros (HIGA, 2016). Nesse plano de fronteiras borradas, Cb. Castelo diz da relação com os seus pares. Chama atenção, dentre outros, o seu destaque para a ausência de um "sorriso largo".

> O pessoal da minha guarnição fala para as esposas que eu sou lésbica, eles dizem que eu não gosto de homem. É o jeito que dá pra não ter problema em casa porque rola muito ciúme por causa dessa nossa vida, e eu entendo. Para o paisano, é complicado distinguir que o que tem é parceria, é irmandade. Eu tomo todos os meus cuidados pra evitar o desgaste deles, tipo assim, não ligo na folga, só se for muito urgente mesmo. Sempre me dei o respeito e nunca tive um problema aqui dentro. Já tive problema de todo tipo, mas isso sempre foi tranquilo. Eu também tenho noção, eu criei uma casca pra trabalhar no meio deles. Eu me divirto, participo das resenhas, mas não fico de sorriso largo. Acho que eles entram nessa também e me veem só como policial (Cb. PM Castelo, BPM Zona Norte).

É que a tríade sorriso-respeito-vulnerabilidade, na caserna, ganha outros contornos para além do movimento absurdo de culpabilização da vítima pelo episódio de assédio empreendido. Em seu perímetro, a expressão do sorriso vem acompanhada da ideia de delicadeza e, portanto, como um atributo ligado ao feminino. Nessa seara, o "sorriso largo" acaba por se perfazer um exemplo explícito da pouca afinidade com o cenário público e com a atividade policial militar. Os/as agentes tenderiam a performar o que Goldenberg (2013) denota como "homem não chora e mulher não ri". Isso posto, para o público feminino, a efusividade no sorriso transmuta-se em sinônimo de falta de seriedade e comportamento incongruente com a cena guerreira. De acordo com a autora, a mulher não ri tanto quanto gostaria pelo receio de seus efeitos e pela necessidade

de provar que "se dá o respeito", diante da manifestação de uma postura séria e comprometida. A busca por reconhecimento convoca as mulheres, assim, a um regime exaustivo de auto vigília, a fim de não serem malvistas pela comunidade e/ou desacreditadas pelos companheiros de farda quando dos frequentes "testes de competência" a que são submetidas (SOUZA, 2014).

A partir de uma leitura atenta do relato, faz-se notar como a produção das subjetividades e as relações de poder aparecem interligadas quando Cb. Castelo supõe ser percebida "só como policial" por seus pares, obtendo a suposta legitimação de que precisa para o exercício do poder. Na oportunidade, a policial também falava do que ela entende significar o padrão representativo dos laços afetivo-sexuais que circulam entre as operadoras e como o referido modelo, próprio da atividade profissional que desempenham, exerce efeitos diretos no aprofundamento de suas relações íntimas com parceiros do sexo masculino. Muito se assinala de que a Polícia Militar é uma entidade em que as relações pessoais e profissionais estão bastante misturadas. Isso ocorre por causa do rigoroso processo de socialização que transforma os civis em militares e, de certo modo, os afasta de suas vidas pregressas, inserindo-os em uma nova realidade (MUNIZ, 1999). Ganha destaque, nesse plano, os afetos que a figura de um policial fardado desperta nas pessoas. Há momentos do processo de socialização, em razão mesmo do culto ao corporativismo na PM, que visam regular as diferenças entre homens e mulheres pretendendo que elas se "desfaçam". Calazans (2003) reforça que esses momentos consistem na diferenciação entre civis e militares, e movem operadores masculinos e femininos a se fundirem em uma identidade policial coletiva. A identidade coletiva de militar inculcada no *habitus* da polícia é efetiva ao ponto de se mostrar também nas entrelinhas. Isso explicita o quanto o processo de socialização deve ser intenso para conseguir construir uma identificação, assim, um tanto rígida entre os policiais e a organização.

> Eu nunca fui incentivada a ser policial. Quando envolvia um relacionamento amoroso, então, aí eu era desincentivada. Até hoje é difícil, não sou incentivada quando eu estou conhecendo alguém. [...] Se você perguntar, vai ver que a maior parte das PMFem tem algum problema de relacionamento. A pistola ou a arma de fogo, de uma forma geral, ela querendo ou não, traz uma sensação de poder. Traz uma sensação de proteção, né? Então isso acaba sendo uma situação complexa porque tem homem que não sabe lidar com essa realidade: quando é a mulher que tá protegendo e não é ele. É uma realidade muito diferente da que ele foi ensinado na infância. Tem o brio, o ego dele é atacado. Ainda mais que a Polícia Militar é uma profissão com muitos homens. Aqui nós somos minoria. Isso faz com que o ambiente de trabalho... Nós dividimos o nosso dia a dia, muito da nossa rotina, com esses homens. Eu tenho amigos que fiz aqui dentro, amigos homens. E isso também é um outro motivo. Se o cara não for seguro, se ele não estiver bem resolvido, ele não aguenta. E é o que mais acontece por aí. Paisano não sustenta PMFem. Arruma logo uma desculpa pra sair fora (Cb. PM Castelo, BPM Zona Norte).

Indagada se esse é um tipo de experiência recorrente, ela responde: "a PMFem vive isso um dia sim e o outro também. O paisano não sustenta a PMFem, não. O nosso tempo de pensar é diferente, de agir também é outro. O ego do homem faz ele se sentir bem mais envergonhado".

A presença crescente da mulher na caserna sacudiu o universo masculino de maneiras diversas. O poder do uso da farda extrapolou os limites da organização, alcançando também a sociedade. Se por um lado isso chega a ser um inconveniente, pois as policiais acabam não tendo uma vida pessoal preservada, sendo a sua privacidade constantemente atravessada pelas regras do mundo do trabalho; por outro lado, de modo intenso também para as mulheres, vestir a farda lhes serve potencialmente ante a comunidade com a qual se relacionam (CAPPELLE, 2006). Do que conta Cb. Feitosa: "hoje eu me sinto mais respeitada do que eu me sentia antes e eu sei que essa minha sensação tem a ver com a farda. A gente consegue impor mais respeito quando tá com a farda". O porte de arma de fogo e a habilidade técnica do seu manuseio reforçam o exercício do poder. O estereótipo policial é, então, incorporado visando atualizar a imagem de que elas são frágeis, o que faz transformar a relação de poder em disputa. Isso as coloca em posição de evidência na dinâmica das interações sociais e negociações tramadas na porosidade dos muros.

O abalo paradigmático do monopólio masculino da vida em sociedade constituiu, assim, certa rebeldia, ao tensionar antigos alicerces responsáveis por segmentar funções, por sua vez, atreladas ao encarceramento de mulheres no estrato privado – expressão que, não sem motivos, guarda uma explícita relação com a privação de outras conjunturas sociopolíticas. Uma história, portanto, que segue sendo escrita. Essa subversão decorrente da ocupação do espaço produtivo pelas mulheres expõe um avanço paulatino e impregnado de obstáculos que vinculam o cuidado com a prole e a execução de afazeres domésticos ao público feminino. Historicamente, a divisão sexual do trabalho vem estruturando as relações de gênero em nossa sociedade e estabelecendo uma cisão naturalizada das áreas reprodutivas, atribuídas às mulheres, ao mesmo tempo em que o campo produtivo aparece ligado aos homens. Uma dinâmica extremamente arraigada à cultura machista que, por várias entradas, também no discurso feminino, reedita uma série de padrões nas relações de poder. Na ocupação dos meios de produção, as mulheres rompem um setor antes exclusivo, pondo em risco o predomínio masculino, até então pouco questionado (JOLY, 2017).

> Duas pessoas da polícia? Aí é que intensifica o problema. São dois acelerados, dois estresses ambulantes. Por isso que PMFem tem problema de relacionamento, eu falo. Mas por outro lado é mais fácil polícia mesmo porque já entende mais a nossa rotina. Só que precisa ser um polícia mais calmo ou ser de outra Força. A melhor combinação é se for uma pessoa do Exército, da Aeronáutica ou da Marinha. Mas eu também sei que se relacionar com polícia é complicado. A gente que é mulher e policial acaba não deixando o homem ser homem, toma a frente de tudo por causa da nossa aceleração. Mas não tem jeito, a nossa vida é assim, a gente precisa ser mais acelerada. Aí quando entra na relação, a gente que assume esse papel (Cb. PM Castelo, BPM Zona Norte).

Não obstante a ausência de mudanças nos seus critérios organizacionais, com efeito, nos domínios da disciplina e da hierarquia militar, a abertura dos quadros à incorporação feminina inscreve novos desafios à construção policial, secularmente apreendida pela honra e disposição

combatente como santuários masculinos (D'ARAÚJO, 2004). Desorganizando as expectativas, minhas entrevistadas, por tudo que falaram, parecem reconhecer as transformações pelas quais vêm passando desde que entraram para a Polícia Militar do estado. Assim, não apenas parecem ter consciência de seus processos de socialização – suas adesões, suas articulações, negociações e contestações ante os interesses em jogo –, bem como indicam saber da premência de refletirem sobre a presença de seus corpos nessa arena de trabalho. Mulheres que apresentam em comum o fato de terem abraçado o desafio de adentrar o campo majoritariamente masculino da caserna. Para tanto, tecem sonhos, realinham molduras e edificam novas propostas de ser e estar em uma instituição encarregada da manutenção da ordem no apelo à imagem guerreira. Na variabilidade de posições possíveis, onde as diferentes fisionomias não desvelam uma fronteira de separação totalmente definida desponta, no campo normativo, a "guerreira-multiforme" desconstruindo e reformulando um compilado de verdades universais que circulam por entre os muros policiais.

A prática das policiais feminino está, assim, marcada por relações de poder e de gênero, seja na rotina da corporação, nos relacionamentos que elas conformam e em suas vidas pessoais. Testando modos de explorar as diferenças nas potencialidades, a "guerreira-multiforme" revela que o exercício de poder se apercebe na vida cotidiana, nas negociações, no estabelecimento de objetivos e, ainda, na fundação de alianças para alcançar esses objetivos. Nas disputas do campo de poder, movimentos de aderência e resistência a protocolos controversos (CAPPELLE,2003).

> Fiquei na adm. pouco tempo, uns dois anos mais ou menos depois da gravidez. Depois eu quis voltar pra rua porque é o lugar onde o meu coração acelera [...] Mas não precisa ser operacional pra poder saber da realidade. A gente tem que aprender a ser também, mas não tem essa obrigatoriedade de ser do operacional se tiver vontade de ficar no trabalho interno. O policial que é administrativo é tão importante quanto o policial do operacional, sendo que um precisa do outro pra estrutura funcionar, e isso eu aprendi com a experiência. [...] Quando eu comecei, o meu pensamento era completamente limitado. Eu tinha uma ideia de que policial de verdade trabalhava na rua, que trabalho interno era trabalho pra quem tinha alguma restrição. [...] Ainda hoje eu escuto policial que trabalha na rua falando mal de quem trabalha na adm. Mal não, mas acham que são mais policiais do que quem tá no serviço interno. Uma idiotice! É perfil, não tem essa de mais policial ou de menos policial. Todos nós que usamos essa farda temos a nossa importância na corporação, nós temos um alvo no meio do nosso peito. [...] É uma profissão muito imprevisível. Essa falta de rotina do trabalho de rua que eu gosto. Só que hoje eu tenho a consciência de que eu vou sair de casa pra fazer só o previsto: vou enfrentar, mas eu não vou inventar, querer ser mais vista e mais valorizada e essas coisas... Eu preciso me preservar, preciso voltar pra casa porque tem um serzinho dependente de mim lá me esperando. [...] Eu sempre saí de casa preparada pra voltar, mas agora não é só questão de querer, tenho consciência de que eu preciso voltar. Eu tenho medo como mãe, tenho medo de não conseguir, mas eu continuo em frente sem colocar tudo à prova (Cb. PM Castelo, BPM Zona Norte).

A análise da presença de mulheres na composição da tropa policial militar encaminha à consideração de se observar a exaltação da dimensão materna desse público pela corporação e, por conseguinte, a naturalização de supostas habilidades "inatas" à ordem feminina, dentre elas,

a inclinação para o cuidado. De antemão, um ponto importante, conforme anui Moreira (2008), é que o fato do maternalismo e da feminilização se oporem aos valores da guerra, medulares ao exercício profissional, faz dessa instituição um espaço heterogêneo e, assim, um plano de forças em disputa. Para a autora, além de outras razões, esse é aspecto notório de que, apesar da tensão que o corpo feminino inaugura na caserna quando de sua inserção, a presença das mulheres, ao contrário, não produziu relevantes alterações no que tange à cultura policial militar, na medida em que foi feito por meio de um longo processo de negociação que implicou na delimitação de fronteiras internas segundo o gênero em exame. Um plano que tem como base uma visibilidade seletiva e uma proximidade essencialista, que ora acolhe, e ora afasta mulheres da arena pública. Consoante Souza (2014), as prescrições que limitam a mobilidade das mulheres são apreendidas como proteção contra os perigos que a sociedade abriga. A afirmação da maternidade dignifica a recusa imposta às mães, em favor de seus/suas filhos/as.

Quando voltados à conciliação feminina entre a vida familiar e a profissional, em geral, os termos "dupla jornada", ou mesmo "tripla jornada", ganham relevância. A expressão assinala que ainda são atribuídos, em exclusivo, à mulher, o papel doméstico e/ou a sua supervisão, bem como o cuidado dos filhos. Olhar o mercado de trabalho sob a ótica das mulheres, impele tratar de um conjunto de atividades, uma vez que, além de comparecer nos espaços produtivos, a elas competem outras qualidades sociais dirigidas, sobretudo, à assistência de sua família. Esse fato, deve considerar o circuito das singularidades que atravessam e que marcam o comparecimento do corpo feminino no mercado de trabalho (CAPELLE, 2006). Na dinâmica "sangue azul", tais forças se perfazem espalhadas por toda a organização. Se por um lado a "guerreira-multiforme" desterritorializa a concepção difusa que se tem do feminino, driblando o regramento instituído ao conciliarem as demandas bélicas da guerra – que não se reduzem ao ofício operacional, como antes declarado por Cabo Feitosa – com a feminilidade[38] e a maternidade, por outro, a imagem da "policial-mãe", catalisada pela entidade, atesta um maior contato com o papel assistencialista historicamente reservado às mulheres na/da Polícia Militar (SOUZA, 2014).

[38] Ambas as entrevistadas ressaltam que, embora algumas mulheres prefiram não se utilizar dos ditos marcadores de feminilidade, tais como: maquiagem, joias e fardamentos mais ajustados ao corpo, como meio de aproximação dos pares na incorporação das expectativas guerreiras – dinâmica que vivenciaram durante alguns anos de exercício profissional –, fazem questão de sublinhar, que essa não se estabelece como uma regra inalterável. Denotam que, apesar das barreiras enfrentadas, no curso dos anos, aprenderam a conduzir a "vida na guerra" sem que precisassem aderir a esse código em profundidade: "eu não quero parecer um homem, eu gosto de me cuidar", diz Cb. Castelo. Seu relato faz recordar a constatação de uma fotografia no perfil da Comandante Íris no Instagram, que conversa com o respectivo assunto. Em um espaço físico que aparentava ser um ambiente fechado, a imagem revelava o seu rosto de perfil, destacando um semblante fechado. No fundo desfocado, era possível notar uma parte de uma janela, um vaso com flores violetas, além de uma garrafa de refrigerante. Fardada, amparava o queixo com uma das mãos. As unhas pintadas de rosa vibrante realçavam-se na imagem; em sua orelha, um brinco pequeno compunha a cena. Na legenda, a seguinte sentença: "Aprenda: a Coca-Cola é zero e as unhas impecáveis".

O aspecto focado na proteção, assistência e cuidado aos indefesos e mais necessitados, pôde ser acompanhado nas homenagens prestadas, pela Polícia Militar, às agentes que também exercem a maternidade. No ano de 2023, em função da data comemorativa ao "Dia das Mães", a página oficial da PMERJ publicou no Instagram: "Homenagem da *Polícia Militar* a todas as *Mães* que saem de casa para cuidar também de outras *famílias* [grifos do autor]"! Na fotografia partilhada, uma PMFem é abraçada por duas crianças, que sorriem para a foto. Creio que como referência a um lembrete, no alto da página, a anotação: "Tô indo para o trabalho, quando voltar a mamãe brinca com você. Te amo"! No ano anterior, na mesma data festiva, a página divulgou um texto semelhante: "Mãe! Guerreira que nunca desiste de uma batalha. Ela luta com todo seu coração até alcançar a vitória. Em mais um segundo domingo de maio, saudamos a data especial de quem nos traz ao mundo, nos cuida e cria, como se parte de si fosse". Instigada, procurei no perfil da corporação a homenagem dedicada aos pais policiais. Em formato de vídeo, servidores masculinos e femininos – filhos/as de outros operadores – declaram o seu amor e a gratidão que nutrem por esses homens. Na sentença, a homenagem ao "policial-herói":

> No imaginário das crianças, o pai é um herói. Para a Família Policial Militar, essa data tem um significado ainda maior. Os filhos de nossos policiais militares enxergam em seus pais a figura de um herói concreto, que trabalha diariamente para servir e proteger a sociedade. Feliz Dia dos Pais, Policial Militar! Nossa continência! (Perfil oficial da PMERJ no Instagram, 2022).

Nas fronteiras, um modelo de fácil captura. Quando da análise dos enunciados que, aqui, provocam discussões, reparei algo de curioso nas entrevistas com as duas operadoras militares. Diferente do que pude constatar nos diálogos com os homens quando falavam dos/as seus/suas filhos/as, uma pergunta em comum foi por mim dirigida às interlocutoras quando a temática da maternidade teve protagonismo. Nas duas ocasiões, com preocupações correlatas, a indagação: "como foi trabalhar durante a gravidez e depois do nascimento dela [da criança]"? A observação da captura pela atualização dos essencialismos, veio como um "soco no estômago". Em nenhum outro momento, houve qualquer vestígio de questionamento parecido aos homens com os quais conversei – o que não indica ser um acaso. Ademais, nas respostas, a sobrecarga de trabalho foi um impacto inequívoco: "foi complicado. Principalmente, quando os dias eram bastante cheios. É aquela atmosfera, né? Por isso que hoje eu procuro ter equilíbrio, tento não levar mais trabalho pra casa. Eu tenho me esforçado muito", denota Cb. Feitosa.

> Eu consegui entender os medos da minha mãe. É filho, né? É sagrado. Depois que ele nasceu eu fiquei mais cautelosa, não sou mais tão impulsiva. Antes eu já tinha mudado a minha atitude, o meu modo de agir. Mas depois que ele nasceu eu mudei ainda mais. A maternidade traz responsabilidade. Não é só *glamour*, não é nem perto disso. O que ela traz é muito desespero, muito choro, muita dor... Fica insegura, com o cabelo todo

> em pé [risos]. Só que ela dá responsabilidade. Assim, eu continuo na rua, eu amo o meu trabalho na rua... Graças a Deus eu consegui transferência pra esse batalhão que é mais tranquilo, não é tão visado. Não vou mentir que eu não sinto saudade da balaria, daquela adrenalina. [...] Mas a transferência pra esse batalhão me deixou muito mais tranquila nesse ponto de ter que voltar pra casa (Cb. PM Castelo, BPM Zona Norte).

A percepção sobre a mudança para um "batalhão que é mais tranquilo, não é tão visado" parece um recurso interessante quando pensamos na conciliação das mulheres que circulam por entre a casa e a caserna. Isso porque Cb. Castelo indica disputar espaços de poder utilizando-se de caminhos alternativos, eu diria. Afinal, ela entende que precisa negociar, ela "tem que voltar pra casa". A decisão pelas ruas, o desejo da adrenalina, a responsabilidade com o filho, a opção pelo previsto, sem invenção, representam, todos eles, elementos a serem equacionados, geridos, um conjunto de respostas às contradições do campo. A estratégia de partir para uma unidade de menor visibilidade ocupando, porém, uma posição estranha ao corpo feminino, as ações de rua, permite que ela exerça o poder do lugar que ocupa atualmente, para tanto, com menor exposição não apenas à carga suposta dos riscos cotidianos, mas também a uma concorrência menos direta com os pares: "vou sair de casa pra fazer só o previsto: vou enfrentar, mas eu não vou inventar, nem querer ser mais vista e mais valorizada. [...] Preciso me preservar, preciso voltar pra casa porque tem um serzinho dependente de mim lá me esperando". Assim, a dupla ou tripla jornada que desafia mulheres fala das pistas que se interpõem no comparecimento feminino no universo dos homens. Algumas foram debatidas nessa seção, outras serão vistas mais adiante. Pistas que marcam a experiência de mulheres na caserna e revelam, sob expectativas, a tessitura de sonhos, o refazimento de rotas e dos modos de ser, de estar e de romper os muros. Mapear seus percursos é também dobrar as forças de uma farda que se (des)cola à alma.

A história da sociedade ocidental comunica que as mulheres ocuparam espaços e papeis diferenciados dos homens na construção dessa realidade, uma vez que lhes foram encaminhados comportamentos e *práxis* específicas em razão das distinções entre os sexos nas várias culturas. As respectivas criações justificariam certa divisão do trabalho, visto que estariam amalgamadas à dita autoridade masculina. Na cena, os enredos prescritos ao público feminino explicitavam a centralidade dos encargos domésticos e o ofício da maternidade. Uma realidade que se confinou por um longo período ao plano privado do lar e agenciou disposições características ao mundo do cuidado e dos afetos. No que tange ao círculo dos homens, a encomenda da paisagem pública reservou-lhes a inserção em zonas privilegiadas de domínio masculino. O debate das diferenças entre os sexos por um viés essencialista reduziu a noção de gênero às experiências das mulheres. Na contramão, Joan Scott (1995) propôs discussões que introduziram a recusa na fixidez binária

em favor da análise de sentidos que orientavam atividades femininas em articulação à produção de subjetividades conformadoras da organização social.

Sendo a categoria de gênero uma forma de estruturação do campo que estamos inseridos, por trás dessa delimitação de lugares bem estabelecidos a homens e mulheres, podemos assentir, consoante Foucault (2005), que se encontram, nesse terreno, não apenas técnicas de saber, mas relações de poder, instrumentalizadas por práticas e procedimentos discursivos. O poder, assim, seria descrito como um exercício, um elemento que se consagra devido ao seu caráter relacional. Conforme enuncia Connell (2016), existe uma hegemonia masculina nos espaços de poder das sociedades ocidentais. Trata-se de um modelo de masculinidade ensejado por práticas e valores que referem um tipo ideal a ser alcançado, com a possibilidade de alteração dos seus referenciais a depender de sua relação com o tempo e outros marcadores sociais. São traços desse conceito, a pluralidade das masculinidades e a apreensão das hierarquias de gênero, relações constituídas entre o exemplar hegemônico da masculinidade institucional e as outras fisionomias masculinas e femininas, admitidas em suas subordinações (SCHACTAE, 2011).

O ingresso de mulheres em meios ocupacionais marcados por uma simbologia associada ao masculino, nos quais legislação e tradição são artigos mantenedores da coesão da identidade institucional imaginada, levou esses equipamentos a firmarem um lugar feminino – um espaço, uma hierarquia, uma atividade, um nome, um comportamento – em seu intramuros. Esse lugar, ao orientar certo modelo de masculinidade, subordina feminilidades e outras masculinidades e, ainda, circunscreve um modelo de feminilidade que conduz relações de poderes entre mulheres. No que diz respeito aos dispositivos da segurança pública, aqui, os da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Soares e Musumeci (2005) observam que, no estágio atual, ainda não se faz possível atestar que a inclusão do corpo feminino foi capaz de subsidiar, de forma efetiva, uma agenda racional de aproveitamento das mulheres e validação de suas diferenças nem, tampouco, alterações concretas nas diretrizes de policiamento e nas políticas de segurança. Significa dizer, portanto, que a abertura à presença feminina não patrocinou uma transição concreta do estatuto de função acessória à expansão plena das oportunidades na carreira de mulheres pertencentes à tropa. O que se atestou, por conseguinte, foram mudanças expressamente limitadas.

No destino das agentes policiais, uma manifesta referência ao corpo. Como fabricações sociais, corpo e gênero tornaram-se, mais recentemente, temáticas cada vez mais frequentes nos estudos das áreas das ciências humanas e sociais, produzindo reflexões por parte de psicólogos, antropólogos, sociólogos, cientistas sociais e historiadores. Há muito, o corpo feminino também se tornava objeto de interesse de uma gama de outros cientistas e grupos religiosos preocupados em compreender a natureza feminina, com o objetivo de operarem formas diversas de controle.

No discurso religioso, sobretudo cristão, o corpo feminino desponta enquanto objeto carregado de ambivalências. Na mesma medida em que são assimiladas pela dimensão do pecado original, seus corpos são tomados pelo modelo da santidade esperada. O corpo admitido como o "templo de Deus" é, igualmente, alvo precípuo das tentações do Diabo. No que tange ao saber científico, principalmente o saber médico, o corpo é encarado como máquina complexa, junção de diversas conexões que se associam visando à conceituação do que deve ser considerado saúde ou doença. Acerca das mulheres, em específico, tem relevância a esfera reprodutiva e dos cuidados com os possíveis impactos dos hormônios na qualidade do humor e da saúde, além dos seus efeitos na estabilidade das famílias, tidas como dependentes da dedicação desse público. Percebidas como produto do sistema reprodutivo, sua função social e características comportamentais estariam, pois, enraizadas nessa base de concepção – tramas que, hoje, apontam implicações às mulheres em suas presenças tanto na cena privada quanto na ordem pública (CALAZANS, 2003).

Em sua tese de doutorado, Souza (2014) desperta nossa atenção para a regularidade com que nas aparições públicas, especialmente em eventos dedicados a debater o papel das mulheres nas instituições de segurança, uma série de questionamentos destacam aspectos importantes que remetem à experiência feminina na polícia. Historicamente, uma vivência atrelada a processos mais amplos de inserção das mulheres nos espaços públicos. Desvelam-se, pois, a conformação de um ideal feminino e o seu uso social, assim como a regulação de comportamentos com base em parâmetros morais que exercem uma notória incidência sobre seus corpos no ofício policial. De acordo com o autor, é a partir do controle sobre o corpo que a organização molda a imagem feminina e oferece eixos de atuação, indicando signos a serem apropriados e, ainda, interdições. Assim, ele assevera que em entrevistas ou demais eventos,

> muitas policiais são convidadas a falar sobre a rotina da profissão e revelar como que conseguem conciliar a rotina do lar, sobretudo as "responsabilidades" com a família, com os pesados e perigosos desafios da atividade policial. Entre diversas questões, repórteres, apresentadores e, sobretudo, indivíduos comuns, buscam saber como essas mulheres fazem para atuar numa ordem tradicionalmente masculina, revelando quais recursos utilizam para, apesar de policiais, manterem-se "femininas". Dentre tantas questões, o público procura saber com indisfarçável curiosidade: "elas são casadas?"; "têm filhos?"; "por que entraram para a polícia?"; "não têm medo de serem policiais?" "como a família as vê na profissão?"; "já sofreram ou sofrem preconceito por serem mulheres?", entre outras (SOUZA, 2014, p. 236).

Mulheres que, de modo geral, devem estar orientadas, segundo o discurso institucional, por uma expressão de feminilidade sem exageros, apenas suficiente para indicar a sua condição, não comprometendo, pois, a honra da farda e, por consequência, a ordem masculina. Até mesmo a beleza feminina, apesar de compreender aspecto valorizado na caserna, denota-se subordinada a um rígido código moral no campo militar. Retratadas por certa concepção acerca do feminino,

que aposta na subalternidade das mulheres policiais, a instituição procura promover a dimensão materna e assistencial, ao tempo que diz do caráter indesejado das agentes que circulam por um modelo de atuação heroico, mais próximo ao reduto masculino. Esses aspectos sustentam, por outro lado, o enunciado presente nos setores conservadores a respeito da necessidade de manter o corpo feminino longe de zonas tradicionais da organização. Visando ajustar o comportamento das mulheres que resolveram vestir a farda[39] às expectativas internas, a Polícia Militar intervém decisivamente na definição de uma imagem ideal às policiais femininos, dispondo-se a impelir práticas e sentidos à presença desse grupo na segurança pública. Observar, portanto, como elas comparecem na caserna faz revelar, ainda, como as masculinidades comparecem na instituição.

Afastados da memória e da tradição, com poucas exceções, os corpos femininos seguem, pois, distantes dos estratos de comando e tomadas de decisão. As particularidades institucionais atreladas ao desenvolvimento do trabalho policial no convívio iminente com situações de risco, exigiriam de suas agentes um comportamento proativo, planejado e racional, afinado aos traços esperados do homem-de-guerra. A ênfase no heroísmo, quando costurada às tramas viris tende, pois, a enredar paisagens conflituosas no encontro de fronteiras com as mulheres da corporação. Diante disso, o exame das relações entre o corpo feminino e o universo militar figura-se um dos eixos de estudo das masculinidades na caserna, uma vez que o seu encaminhamento implica o esquadrinhar das forças que circulam no entre muros organizacional, fabricando subjetividades que, profundamente, nos interessam (CAPPELLE, 2006). Soares e Musumeci (2005), declaram ser mais apropriado dizer que, por ora, continua prevalecendo mais os efeitos das polícias sobre as trajetórias de vida de suas agentes do que o seu inverso. Destarte, na cena do Rio de Janeiro, os impactos da presença feminina indicam produzir formulações mais expressivas na dinâmica de vida pessoal e informal das militares sem, contudo, necessariamente, romper os alicerces das estruturas internas – ainda que provoquem fissuras sutis, mas condutoras de mudanças.

Nessa seara, pensando as/nas brechas da gramática normativa, não seria adequado tomar a experiência apenas pela ótica da exclusão, negligenciando o papel das policiais como sujeitos de sua incorporação no quadro policial militar. Qualquer leitura polarizada pode evidenciar uma análise simplista e equivocada, que tenderia a reduzir o campo aos custos de uma dicotomização entre o masculino e o feminino, em que o homem protagonizaria a cena como sujeito dominador na arena de combate e a mulher, o contraponto subjugado. Não sendo absoluto nenhum processo de socialização, também não há de se falar em dominação total que possa limitar a experiência

[39] Considerada um dos principais patrimônios da instituição, a farda, além de bem cuidada e asseada deve, segundo as normativas, refletir a conduta ilibada dos/as agentes, a fim de que se mostrem, diuturnamente, comprometidos/as com a honra e o chamado "pundonor militar" (MUNIZ, 1999; SOUZA, 2014).

dos atores sociais a papeis impostos. São as contradições, pois, o que também devemos mapear nas realidades que se apresentam. Fenômenos que se constituem e se alimentam de conflitos de interesse, marcando, pois, a emergência de distintas formas de ser no reconhecimento do plano policial militar enquanto um espaço heterogêneo – mesmo que dos incentivos à uniformização. Assim, no acompanhamento das relações de poder que organizam e que orientam a corporação, os dispositivos de gênero e guerra ajudam a costurar, dentre outros, um conjunto de elementos produtores de subjetividades: conflitos, signos, movimentos de adesão e resistência. Um terreno complexo a ser analisado nas multiplicidades que fabricam e atualizam as suas normas vigentes, a partir de uma leitura que considere seus tensionamentos com base nas relações e em discursos produtores de assimetrias, pactuações e conexões, conforme os interesses em jogo.

Mas, afinal, o que o corpo PMFem tem a revelar? O que se almeja esconder ou encontrar em seus corpos? Se para os policiais masculinos os heróis do passado convocam à produção do homem-de-guerra, na atuação rotineira das policiais femininos, diante de quais espelhos elas se posicionam? Por aqui, dos segredos e dos silêncios que conformam as fronteiras da organização militar, o passeio pelas trajetórias de vida de Cb. Luciana Feitosa e Cb. Bruna Castelo auxiliam, nesse sentido, o mapeamento das pistas que não esgotam, mas permitem aprofundar a discussão. Trajetos que centrados na memória, no corpo e na farda, muito têm a nos dizer sobre os desafios, as incertezas e as glórias de um campo projetado para os homens. Suas histórias falam da fusão de forças que se estreitam ao mesmo tempo que se distanciam do modelo esperado das mulheres na segurança pública, sobretudo na Polícia Militar. E é certamente isso, ou seja, o mapeamento das suas múltiplas e provisórias fisionomias, o movimento que compõe o meu campo de análise. Destarte, o que essas figuras tendem a manifestar é não somente a subversão e a adesão a modos de ser instituídos na rigidez da caserna, mas o seu processo de produção. Na transitoriedade das forças e dos fluxos que atravessam e se articulam por entre os muros da fortaleza “sangue-azul”, outras formas emergem, disputam na arena de combate, colam e descolam possibilidades de se fazer um corpo PMFem, dobrando e desdobrando fisionomias outras que, por sua vez, escapam ao impulso ingênuo – e por que não sedutor? – das análises que se encerram no plano prescrito.

2 NO MEIO DO FOGO CRUZADO: DISPUTAS QUE A GUERRA INFLAMA

Com a escalada dos fenômenos da violência e da criminalidade nas principais potências urbanas brasileiras e em tempos marcados pelo acirramento de polarizações políticas, a temática da segurança tem se inserido, cada vez mais, no centro do debate público e mobilizado posições controversas. Consoante Luiz Eduardo Soares (2019), antropólogo e ex-secretário nacional de segurança pública, esse é um novelo complicado, pois além de propiciar emoções fortes, o tema demanda conhecimento técnico, ao passo que envolve, ainda, uma trama de valores e princípios. Não obstante pareça haver um lapso temporal significativo entre o período de redemocratização e o desenvolvimento de um campo de saber acadêmico, de fato, expressivo, voltado às políticas de segurança pública, há um acúmulo importante de estudos, discussões e feitos teórico-práticos nas áreas das ciências humanas e sociais, relativos à instituição policial militar – especialmente quando comparados à escassez de análises destinadas a outras instituições da segurança pública (CFP, 2020). Por aqui, do que informam Muniz e Paes-Machado (2010), os trabalhos inaugurais sobre policiamento, realizados no início dos anos 1980, com autoria de Luís Paixão, alcançaram maiores espaços de visibilidade, no entanto, somente após a participação das universidades nos centros de formação policial e a partir da expansão dos programas de pós-graduação e pesquisa. Assim, ainda que a segurança pública se constitua como enredo multifacetado, a Polícia Militar, tem se estabelecido, para esses autores, como eixo basilar do interesse acadêmico.

Tomada nos termos de sua polissemia, isto é, na pluralidade das esferas da vida coletiva, a política pública de segurança não pode ser definida, em suma, como mera intervenção policial. Nesse sentido, a noção de "polícia" deve escapar, inclusive, ao domínio restrito de determinada instituição em particular, à medida que aduna as chamadas instâncias formais de controle social. Aqui, o que importa explicitar, é que embora a organização militar seja, via de regra, a primeira e, por consequência, a etapa mais visível do sistema de justiça criminal, endossar que a política pública de segurança não se reduz a uma questão de polícia é reconhecer a problemática em sua complexidade e, portanto, apreender a insuficiência da própria mecânica de justiça no que tange à satisfação do fenômeno em sua amplitude. Na mesma direção, a política pública de segurança não se restringe à existência ou à inexistência de crimes e, tampouco, se confina na presença ou ausência de fatos visíveis e quantificáveis, mas incorpora a dimensão subjetiva das experiências e apresenta-se de forma indissociada de esferas políticas fundamentais, tais como a democracia e a ditadura. Como contrapartida, a política pública de segurança é tarefa de toda a coletividade, estando vinculada a contextos específicos e a histórias singulares (OLIVEIRA, 2002; SOARES, 2019). Sobre isso, ainda, Oliveira (2002) completa, tracejando uma diferença substancial:

> Para fugir da tentação e do comodismo dos discursos excludentes e superficiais, um bom começo é estabelecer uma distinção entre as políticas de segurança pública e as políticas públicas de segurança. Políticas de segurança pública é expressão referente às atividades tipicamente policiais, é a atuação policial "stricto sensu". Políticas públicas de segurança é a expressão que engloba as diversas ações, governamentais ou não governamentais, que sofrem impacto ou causam impacto no problema da criminalidade e da violência (OLIVEIRA, 2002, p. 47).

Destarte, faz-se necessário compreender segurança pública como matéria de Estado, não apenas de governo. A crise atual da gestão penal-repressiva, estratégia mais fortemente adotada, tem suscitado a urgência de pensarmos métodos alternativos capazes de responder à ânsia social por segurança, sem que a demanda implique o estabelecimento de comunicações restritas junto a instituições de combate ao crime – medida que tem se mostrado limitada e pouco eficaz tanto como estratégia de apreensão da realidade, em sua leitura descontextualizada e individualizada dos conflitos sociais, bem como, quanto ferramenta de promoção de segurança, pelo fato de seu foco de intervenção concentrar-se somente no espectro sintomatológico dos conflitos, adotando reações punitivas como arranjo precípuo. Assim, é no entendimento da segurança como matéria de Estado, que a arquitetura da gestão, "no processo de concepção e planejamento de políticas públicas de segurança, deveria aglutinar diversos atores e forças sociais que interatuam a partir da compreensão e da vivência na dinâmica social conflituosa" (CARBALLO BLANCO, 2002, p. 77). A participação da sociedade civil, por exemplo, desponta como cooperação fundamental em um modelo comprometido com o projeto de consolidação democrática no Brasil. Conforme expressa Kahn (2002), a segurança deve ser tida em sua amplitude, não podendo se confundir, pois, com cálculos de criminalidade – apenas um dos múltiplos eixos da insegurança. Isso posto, prover segurança não se trata de achatar, unicamente, registros de criminalidade, mas também de atenuar a insegurança, incluindo a subjetiva, que tanto assola a população. Do que esclarece, ainda, Soares (2019), na tentativa de sintetizá-la em seu caráter pluriagencial:

> Segurança Pública é a estabilização universalizada, no âmbito de uma sociedade que vigora o Estado democrático de direito, de expectativas positivas a respeito das interações sociais, ou da sociabilidade, em todas as esferas da experiência individual. [...] Corresponde, portanto, à fruição dos direitos constitucionais, particularmente daqueles que se relacionam de forma mais imediata com a incolumidade física e moral e à expectativa de sua continuidade ou extensão no tempo, reduzindo-se a incerteza e a imprevisibilidade, o medo e a desconfiança. E, assim, concorrendo para que círculos virtuosos substituam círculos viciosos – dinâmicas negativas que se retroalimentam, estimuladas por narrativas que são dominadas pelo medo e pela demonização do outro (SOARES, 2019, p. 90).

No contrafluxo das agendas penais-repressivas vigentes, pensar os rumos institucionais sob o paradigma das políticas públicas de segurança significa demonstrar atenção à sua relação com o processo democrático consolidado, ao menos em tese, pela Constituição Federal de 1988.

De acordo com Lima e Sinhoretto (2011), a Carta Magna fundou uma transformação discursiva essencial no que concerne aos aparelhos legítimos de controle social e contenção do crime no país. O marco democrático se perfaz, assim, como elemento de importante inflexão na interação polícia-sociedade. Para os autores, a nova ordem social agenciou fraturas significativas em uma perspectiva até então hegemônica. Apesar de todas as persistências que indicam ações violentas e autoritárias, fruto da lógica ditatorial de poder que, de modo algum, se faz limitada às polícias, o projeto de transição democrática, introduziu tensões no campo da segurança pública, que caso não sustentem a incorporação de consensos básicos inscritos nas transformações do pressuposto constitucional em circulação, decerto catalisam o debate acerca de um modelo de ordem pública alicerçada na cidadania, na garantia de direitos e, ainda, no acesso à justiça. São, especialmente, essas tensões que parecem induzir, não sem contradições e resistências, mudanças de repertório e formulação de novos enunciados políticos compreendidos como instrumentos de legitimação da eficiência democrática e de atenção aos direitos humanos.

Furtando-me, ainda que por ora, das expectativas de um exame histórico pormenorizado acerca do curso das constituições brasileiras e do conjunto de interesses que as custeou em cada tempo, apenas a título de contextualização das discussões aqui encaminhadas, cumpre sublinhar que no período circunscrito de ditatura civil-militar (1964-1985), a Segurança Nacional, definiu convicções que institucionalizaram o modelo prioritário de defesa do Estado e da ordem política e social. É nesse momento que as Forças Armadas ficam à frente do governo nacional apoiadas por grupos conservadores, que se anteciparam a um suposto avanço de movimentos comunistas e socialistas no país – materializados na fisionomia do sujeito subversivo, o "inimigo da nação" (MELICIO, 2014). Na paisagem doutrinária e regulatória do regime, Freire (2009) esquadrinha que, no diagrama da Segurança Nacional, tem-se como fonte de ameaça, inicialmente, o inimigo externo, que ganha concretude no combate ao comunismo e, posteriormente, o inimigo interno, constituído por qualquer indivíduo apreendido como matriz desestabilizadora da ordem vigente. Sob investidas do uso/abuso da força contra aqueles que ameaçavam romper com a preservação da ordem, foi possível acompanhar, na operacionalização desse cenário, a supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão a qualquer manifestação contrária ao regime militar. Um tempo caracterizado pela acentuada centralização do poder na presidência, deliberadamente ocupada por militares, e atrelado à inquestionável racionalidade imposta pela elite dominante. O regime fica, assim, marcado por uma série de

> elementos que reatualizam regulações do viver social precedentes num agenciamento específico e discricionário, que, por um lado, informa os critérios de identificação de um suposto inimigo nacional a partir de uma ideologia de defesa e soberania nacional, sustentadas pela elite brasileira conservadora; por outro lado, pauta ações repressivas

> e de supressão de direitos humanos pelo legalismo autoritário. A sociedade não se apresenta como um campo de expressão das diversidades e pluralidades culturais e sociais. Pelo contrário, a alteridade é suprimida por uma dinâmica dualista entre os que "amam o país" e os que devem "deixá-lo". Assim, todas as formas de ser e estar no mundo deveriam ser enquadradas em padrões identitários que incluem as pessoas, necessariamente, em um bloco ou outro: as que aceitavam e/ou eram passíveis de se inserir no projeto de desenvolvimento nacional e as que negavam e/ou não eram passíveis de se inserir em tal projeto (MELICIO, 2014, p. 102).

Análoga às ações repressivas das Forças Armadas, detentoras do monopólio coercitivo, a violência policial foi utilizada como dispositivo contra a dissidência política redefinindo, pois, a competência das polícias. O Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, encarregou ao Exército o controle e a coordenação das Polícias Militares – um movimento que já vinha sendo ensaiado há alguns anos. Assim, o processo de militarização das forças policiais alcançou o seu ápice no curso da ditadura, sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional. O regime autoritário ampliou a abrangência da repressão violenta e modernizou motores coercitivos. Assente às ponderações de Minayo, Souza e Constantino (2008), o aparelho ditatorial intensificou a cisão entre a polícia e a população e fabricou um grande fosso entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, à medida que com o referido Decreto-lei, ficou estabelecido às militares a operação do policiamento ostensivo fardado, de forma exclusiva, e em favor da preservação da ordem interna[40]; como contrapartida, a instituição civil assistiu à reafirmação de sua autoridade investigativa como primeira instância do que lhe impele o encargo judiciário. Em síntese, as PMs passaram a ser apreendidas enquanto força auxiliar e reserva do Exército e submetidas a uma matriz discursiva institucional elevada a sua imagem e semelhança (COSTA, 2005; SOARES, 2019; SOUZA, 2020).

Foi durante o processo de redemocratização, que ganhou concretude com a promulgação da Constituição Federal de 1988, após uma vagarosa e progressiva abertura política do governo, que o paradigma da segurança foi reformulado. A instauração do Estado democrático de direito e a regulamentação da Constituição Cidadã, catalisaram mudanças estruturais importantíssimas – mesmo que limitadas ao que já discutimos consoante às análises de Lima e Sinhoretto (2011).

---

[40] Tânia Pinc (2006, p. 9), em sua pesquisa de mestrado, fala sobre a hibridez organizacional da instituição policial militar como face do imobilismo político, no curso do processo de redemocratização, que acarretou a manutenção da arquitetura institucional e deixou intocada a forma como a PM fora estruturada no final dos anos 1960. Segundo manifesta a autora, "a organização policial é híbrida, por apresentar característica militar e desempenhar atividade eminentemente civil – o policiamento. A primeira é reguladora das relações internas e a outra, responsável pelo aparato técnico, legal e procedimental que orienta as relações da polícia com a sociedade". Vale ressaltar, que os incentivos à dinâmica do enfrentamento que atravessam profundamente o prisma da formação institucional e, por conseguinte, a atividade policial nas ruas, tendem a causar verdadeira confusão no tocante à identidade da PM nas sociedades democráticas. É o que notabiliza Monteiro (2005, p. 12), ao considerar que "essa crise de identidade é vivenciada até hoje pelas polícias militares brasileiras, as quais vêm procurando se afirmar como instituição com objetivos, características organizacionais e estratégias próprias, mas que acabam esbarrando nas formas e preceitos paramilitares ligados às suas origens e preservados ao longo de sua história". Ademais, a inalteração do repertório belicista que valoriza o heroísmo, a lealdade, o destemor, a virilidade e o confronto, tende a se constituir um insumo valioso à manipulação político-partidária e a apropriação privatista dos recursos policiais.

No campo da segurança pública, o art. 144 da Carta Magna estabeleceu o desenho da arquitetura institucional, que inclui o modelo policial e a distribuição das atribuições e de responsabilidades entre a União, os estados e municípios (SOARES, 2019). Em termos literais, o dispositivo refere que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é constituída para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Nesse caminho, o texto desvela a transição da Segurança Nacional para a Segurança Pública, propriamente dita, e então exercida pelos órgãos da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Na observância de princípios ligados à descentralização administrativa, os estados passam a se estabelecer os entes prioritários acerca das responsabilidades inerentes à segurança pública, os quais, devem prezar pela administração das polícias civil e militar (BRASIL. Constituição Federal, 2017).

Ainda que não se deslegitime sua relevância, principalmente quanto à crucial ampliação de direitos, diferente do que aconteceu em outras áreas das políticas públicas, a estruturação da segurança pública não propiciou reformas mais profundas nas polícias, na justiça criminal, bem como nas prisões[41]. A despeito da inegável relevância da democracia nascente como expediente determinante às diversas conquistas históricas que se anunciaram desde então, rastros deixados por um período de mais de duas décadas, ainda hoje produzem efeitos. Tomando o que sublinha Melicio (2014), a autonomia na condução política da segurança conferida aos estados terminou

[41] Na escassez de intentos históricos progressistas nas políticas de segurança desde o período de redemocratização brasileira, disputando espaços com práticas punitivistas, que instrumentalizam formas de exclusão e de segregação, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), é aprovado pelo Governo Federal, em 2007, em parceria com os estados, sob aposta em políticas sociais para a prevenção, o controle e enfrentamento ao crime. Melicio (2014, p. 118) chama atenção ao fato de que, "o Pronasci surge como a primeira institucionalização ampla e sistemática do processo iniciado com a redemocratização brasileira desde o fim do governo militar. [...] Procura superar um modelo ultrapassado de política de segurança pública, até então embasado, quase que exclusivamente, em ações desenvolvidas após o cometimento das transgressões. [...] Institucionalmente se define como um grande impulsionador da compreensão de que a segurança pública é uma questão transversal, demandando a intervenção de várias áreas do poder público, de maneira integrada, não apenas com repressão, mas também como prevenção". Orientando-se à prevenção, ao controle e à repressão da criminalidade, o Pronasci, opera nas raízes socioculturais, visando tramar as ações de segurança pública com políticas sociais por meio da integração entre a União, os estados e municípios, e levando em consideração as diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Cabe frisar, que o SUSP, aprovado em 2018 pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Executivo, representa uma proposição "que se traduz numa mudança de mentalidade dos gestores públicos ao enxergarem a segurança pública como uma questão fundamental ao Estado democrático de direito, a partir de políticas de segurança que busquem a integração operacional entre as polícias, apostando na valorização das instituições policiais de inteligência, bem como do gerenciamento e do compartilhamento de informações entre instituições policiais a respeito da segurança pública e justiça criminal" (CFP, 2020, p. 106). Apesar da tentativa de reestruturação, o SUSP, materialmente, não saiu do papel. Além disso, em termos de recursos orçamentários, ao contrário do esperado, um crescente desmantelamento no modo como as verbas foram alocadas, sinalizaram que a prioridade política não foi acompanhada por medidas de melhoria da qualidade dos gastos e/ou do aumento de despesas com políticas públicas de segurança endereçadas a uma estruturação efetivamente inclinada à minoração dos indicadores de violência no país. Ao longo desses anos, em meio ao movimento de afastamento do Governo Federal da segurança pública, os sistemas de monitoramento, avaliação e/ou valorização profissional previstos pelo SUSP não foram, entretanto, sequer implementados (PERES *et al.*, 2014; PERES; BUENO, 2020).

por subtrair a centralidade da esfera federal e passá-la à centralidade das unidades estatais. Sem fôlego para atingir gestões locais as transformações ocorridas não se fizeram converter, de fato, mudanças palatáveis na relação polícia-sociedade. É nesse plano que, Lima, Sinhoretto e Bueno (2015, p. 124), elucidam que "não há consenso de que a referência moral do sistema penal seja a defesa da vida, como é estabelecido na Constituição, no artigo 5º". O enunciado vai assumindo contornos, ao passo que, no funcionamento ordinário das engrenagens penais, práticas violentas e discricionárias seguem dando tom à manutenção de estruturas institucionais, bem como meios de controle social insistem em operar desigualdades e relações intra/interinstitucionais sucedem investidas por antagonismos e pela falta de transparência.

Do novo tempo prometido, o signo da continuidade explorava o hiato entre os princípios consolidados pela Constituição e as práticas institucionais das polícias, de Ministérios Públicos e do judiciário, nos rumos tomados pelo Estado na gestão dos conflitos sociais contemporâneos. Para Sinhoretto e Lima (2015), a história recente da segurança pública no país tem sido marcada por demandas acumuladas e mudanças incompletas, dentre as quais, faz-se herança da ditadura, um sistema bipartido, com duas polícias, uma militar e outra judiciária, cada qual operando uma parte do trabalho e, sobre as quais, mesmo passados mais de um quarto de século, ainda esperam por reformulações. Como Mena (2015, p. 23) põe a considerar, "os exemplos de ineficiência na divisão do trabalho policial são cristalinos. Enquanto a Polícia Militar atua na prevenção e no patrulhamento, a Polícia Civil ou judiciária investiga, tudo com troca de informações mínima". No imobilismo político da segurança pública (SOARES, 2019), *práxis* repressivas permanecem irrompendo a cena, no país onde a redemocratização não significou o fim de um modelo apoiado na guerra. Nesse quadro sombrio, marcham, portanto, velhos procedimentos, levando a infringir toda sorte de direitos. O impacto é negativo, inclusive, para os próprios operadores da segurança em suas privacidades e na condição de trabalhadores a serviço da população.

> Não deveria causar surpresa o fato de que naves arcaicas, conduzidas por profissionais formados na e para a ditadura, mantivessem rumos superados apenas no espírito da Constituição. Além da manutenção de antigas estruturas organizacionais refratárias à gestão racional e ao monitoramento externo, o fator provavelmente decisivo para que os valores (e as práticas) tradicionais fossem, nas instituições da segurança pública, legados às gerações subsequentes, ainda que cedendo aqui e ali, foi a inexistência de um ritual de passagem entre ditadura e democracia. Refiro-me à marcação simbólica de uma ruptura com um passado de violações humanas, torturas, assassinatos, prisões arbitrárias etc. Mesmo na ausência de uma justiça de transição e de julgamento dos violadores, teria sido fundamental a afirmação oficial de que houve sistemáticos abusos perpetrados pelo Estado e de que essa prática é inadmissível, a tal ponto que o novo regime seria construído para que jamais se repetisse a barbárie institucionalizada (SOARES, 2019, p. 192).

Como assinala Mingardi (2015), é mesmo a persistência de uma democracia controversa e descontínua, que esbarra nos entraves de sua aplicação para além dos limites formais, um dos principais insumos da violência no país. No âmbito da justiça criminal e da gestão da violência, a instituição policial militar, apesar de sua importante participação na extensão dessa paisagem, não se encontra a sós na cena repressiva. Questionamentos em torno da violência praticada por operadores da segurança tendem a se concentrar na ação de agentes militares que, encarregados do policiamento ostensivo, são dispostos na linha de frente da atuação do sistema penal, fazendo com que as ações e omissões do Ministério Público (MP) e do Poder Judiciário passem ao largo de inúmeras discussões. Nessa perspectiva, ainda, pouco se questiona acerca da participação de governadores, legisladores, veículos de mídia e/ou da própria sociedade mais ampla no debate. Assim, o embrutecimento das nossas polícias reflete também o embrutecimento de um conjunto de aparelhamentos que naturaliza mortes tanto por ação como por omissão, banaliza o racismo, o machismo, a LGBTQIA+fobia, as violências sexistas e, ainda, discriminações outras e demais violências diariamente encorajadas. Átila Roque, ex-diretor executivo da Anistia Internacional Brasil, diz que o país convive tragicamente com o que ele chama de "epidemia da indiferença", isto é, uma "quase cumplicidade de grande parcela da sociedade, com uma situação que deveria estar sendo tratada como uma verdadeira calamidade social" (WAISELFISZ, 2012, p. 4).

Destarte, depreender a violência a partir de uma nuance multicausal significa reconhecer que seu enfrentamento depende da integração de um compilado de políticas públicas de âmbitos nacional, estadual e local. Para tanto, a presença da comunidade e de sua articulação com outras instituições na construção dessas políticas se fazem primordiais no fortalecimento da mecânica garantidora de direitos. Contudo, em meio a um cenário político de intensos retrocessos no país, mormente, após a ascensão de forças reacionárias ao poder nos últimos anos, a já comprometida segurança pública, diante do avanço acelerado de propostas repressivo-penais e da solidificação de matrizes coercitivas, irrompeu como palco prioritário do autoritarismo discursivo, animando performances militarizadas. Não por coincidência, assistimos a um perverso esfacelamento dos direitos fundamentais, que materializa desigualdades e coloca em evidência o jargão punitivista "bandido bom é bandido morto", sob a face atualizada do "CPF cancelado"[42]. Isso posto, parece

[42] Em abril de 2021, enquanto o Brasil se aproximava da marca de 400 mil mortes pela pandemia da COVID-19, o presidente Jair Bolsonaro, posava para foto segurando uma espécie de cartaz com a expressão "CPF cancelado". Na companhia do chefe do Estado, os ministros da educação e do turismo, além de um apresentador e de outros funcionários da emissora de televisão que recebeu, naquela tarde, o presidente para uma "descontraída entrevista". A imagem, compartilhada também nos canais oficiais do Palácio do Planalto, viralizou nas redes sociais acirrando posicionamentos já inflamados por um cenário político polarizado e pelo descaso e insensibilidade dos envolvidos frente à situação sanitária enfrentada pelo país à época. A expressão "CPF cancelado" é uma maneira de se referir à morte de uma pessoa e, mais frequentemente, utilizada quando em casos de homicídios cometidos por policiais

consenso que o enunciado da violência se perfaz um fenômeno medular de discussão, haja vista, que, por meio de seu emprego constante, temos estruturado nossa sociedade.

Não é de se estranhar que a violência, enquanto mecânica que tem plasmado o cotidiano de uma sociedade profundamente fraturada e hierarquizada, venha sendo aplicada como recurso de administração estatal de conflitos, que acaba por organizar a justiça criminal e, em sequência, a atividade policial ostensiva. Como efeito, as altas taxas de violência letal despertam a atenção no país. Na gestão da vida na ponta, o enfoque policial militar sobre estratos sociais delimitados enuncia a descontinuidade do processo de democratização. O fato é que em uma cultura política que, há muito, reconhece a violência como linguagem legítima da ação do Estado, ainda que de modo paradoxal, irrompem a cena "interditos morais, justificativas de natureza econômica e de modelo de desenvolvimento que impedem que o Brasil se veja como um país desigual, racista e violento" (SINHORETTO; LIMA, 2015, p. 138). Nessa direção, os impulsos de sedimentação democrática avançam a passos lentos e, por vezes, não obstaculizam o retrocesso de práticas e discursos institucionalizados que remontam um "passado" clientelista e patrimonialista no país. Dia após dia acumulamos recordes de violações de direitos humanos e conduzimos *rankings* de criminalidade e de desigualdades. Dentre os direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição, é mesmo o mais básico direito à vida, sem o qual todos os demais direitos perdem sua razão de ser, um dos grandes aspectos de preocupação que atravessam a contemporaneidade brasileira, sobretudo, nos territórios de vulnerabilidade social.

Segundo dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade divulgados, recentemente, pelo Atlas da Violência (IPEA; FBSP, 2020), foram contabilizados 57.956 homicídios no Brasil no ano de 2018, o que corresponde a um cálculo de 27,8 mortes por 100 mil habitantes – embora ainda assustador, os números refletem o menor registro dos últimos quatro anos[43].O decréscimo no índice de homicídios foi, todavia, interrompido logo no ano seguinte, quando os indicadores voltaram a subir, posicionando o Brasil na liderança do *ranking* de homicídios em plano global. Nas palavras de Lima, Sinhoretto e Bueno (2015), um dos paradoxos primordiais do movimento de transição democrática talvez seja o seu avançar em paralelo à ampliação das experiências de

sob o uso de arma de fogo. Em matéria publicada, o Nexo Jornal, assevera que apesar da popularização recente do termo nas apresentações de programas policialescos quando do anúncio e celebração da morte de pessoas tomadas como criminosas, a expressão já havia sido recebida com aderência por bases da extrema direita no final da década de 2010. Conforme denota o escritor Sérgio Rodrigues, "CPF cancelado não é apenas um eufemismo para a morte, como outros tantos termos da língua portuguesa". Em suas palavras, enquanto uma estratégia de identificação e de demarcação desses sujeitos, "a expressão carrega um tom sarcástico, ao desumanizar as vítimas – reduzindo-as ao número do CPF – e ao mesmo tempo comemorar as mortes" (NEXO Jornal, 26 abr. 2021).

[43] A taxa de homicídios é estabelecida pelo número de homicídios por 100 mil habitantes. Dessa forma, uma taxa com registro superior a 10 é admitida, pela Organização Mundial da Saúde, uma condição epidêmica (IPEA; FBSP, 2020). Isso demonstra que, mesmo atingindo, em 2018, o menor índice dos últimos anos, o Brasil ainda evidencia números alarmantes no que tange a essa tipologia de violência.

violência, que afetam e são afetadas pela exacerbação do medo e pela sensação de insegurança, catalisando conflitos e acirrando gradientes de desconfiança entre a população e as instituições de segurança pública. Diante do monopólio estatal legítimo do empreendimento da força, a PM, no cumprimento da função do controle social e manutenção da ordem, trabalha sob a linha tênue determinante dos rumos e sentidos do dever de polícia por entre as fronteiras da legalidade e da arbitrariedade procedimental (ROCHA, 2019).

Tânia Pinc (2006) realça que o uso da força pela agência policial militar será apreendido por vias da legalidade somente se administrado na medida proporcional da ameaça à segurança. A demarcação dessa fronteira fica, portanto, subordinada ao contexto em que a força necessitar ser aplicada devendo, então, correspondência, às escalas nacionais e internacionais de controle. Aqui no Brasil, a Portaria Interministerial nº 4226/2010 estabelece diretrizes para o uso da força pelos agentes de segurança pública, aos quais, cumprirá obedecer aos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência. Em que pesem as normativas legais e as diretrizes institucionais, a decisão de como e quando agir será exclusiva do policial. Devido mesmo à natureza de seu trabalho, ela ocorrerá na circunstância do encontro com a população. Para tanto, no desempenho de suas missões constitucionais, tomando que é de responsabilidade do Estado a prevenção e a repressão de ilícitos, bem como a manutenção da ordem, o poder de polícia emerge como o meio jurídico-constitucional condicionado à restrição do gozo dos bens e direitos individuais quando, pela autoridade policial, reconhecidamente nocivos aos interesses coletivos. Sendo, nesse plano, a razão do poder de polícia o interesse social, a discricionariedade é um de seus atributos conferidos pela operacionalização da lei.

Parte integrante do fazer policial, a discricionariedade admite certa margem de liberdade à tomada de decisão por meio do entendimento consensual de que a legislação é, de certo modo, imprecisa, quanto à previsão de uma série concreta de ocorrências na sua aplicação normativa. Assim, aos agentes de segurança, cabe a avaliação dos casos demandantes de intervenção, desde que fundada nos limites legais (MUNIZ, 1999; JESUS, 2016), o que, invariavelmente, propicia a abertura de margens interpretativas e a reprodução de determinadas estereotipias. Em resumo, o poder de polícia, pode ser compreendido como um ato discricionário, legal e legítimo inerente à atividade policial cotidiana, que se desdobra na análise do equilíbrio acerca dos princípios de liberdade e autoridade, estes, por fim, orientados ao estrito interesse público (ROCHA, 2019). São atributos do poder de polícia, ainda, a autoexecutoriedade e a coercibilidade que expressam, respectivamente: a faculdade da administração sobre o julgamento e execução dos seus atos por meios próprios e diretos, dispensada a avaliação do judiciário, e o caráter de imposição coativa

do preceito legal com empreendimento, inclusive, da força física, ante a apuração de resistência ao expediente policial (RIBEIRO, 2009; SOUZA; REIS, 2014).

Muniz e Proença Júnior (2007, p. 41) acerca da efetuação do mandato policial, elucidam que o poder de decidir sobre a ação "mais adequada a certo tipo de evento, ou mesmo de decidir agir ou não em uma determinada situação diante de um evento ou de sua antecipação revela que a tomada de decisão discricionária é a *práxis* essencial da polícia". Pinc (2006) diz, nesse ponto, da importância da qualificação profissional como fonte inibidora da violência pela organização, o que mitiga, por consequência, a exposição dos seus atores aos riscos envolvidos nessas ações. O treinamento ocupa, assim, lugar central na redução do uso abusivo da força por circunstância do encontro entre a polícia e o público, além de aperfeiçoar a qualidade do serviço prestado de maneira mais ampla. No entanto, apesar do acionamento de estratégias mitigantes dos impactos próprios à complexa atividade policial, Schlittler (2016) sublinha a dificuldade de se estabelecer um terreno definido entre a mobilização do atributo discricionário e o prisma da arbitrariedade. Esse, portanto, se desvela um nó responsável por consequências importantes nas vidas daqueles inscritos na cena conflitiva, variando em seus contornos e intensidades conforme o grupo alvo da vigilância. Sob um modelo de policiamento militarizado, cuja intervenção se faz balizada na produção de certo sujeito perigoso, o que, em regra, tende a se atualizar é, pois, "um padrão de atuação policial que focaliza um público específico, marcado por signos de raça e classe social e identificado como suspeito de cometimento de crimes" (SCHLITTLER, 2016, p. 38).

Sinhoretto e Lima (2015) chamam nossa atenção ao fato indicativo da existência de um hiato entre os conteúdos preconizados nos manuais de instrução policial e as condutas operadas no *front* das políticas de segurança. Da discricionariedade outorgada aos agentes e, por fim, de suas tomadas de decisão, é possível inferir que os homens de farda, no dever de suas atribuições, não se fazem orientar apenas por um acervo limitado de normativas técnicas, mas desfrutam de um estoque de conhecimentos práticos acumulados e extraídos das ações de rua (MUNIZ, 1999; PINC, 2011). Diante desse saber que calibra seus olhares ao reconhecimento mais imediato das condições de perigo, Jesus (2016, p. 78) ressalta que a matéria discursiva que o alimenta provém de um compilado experiencial "adquirido por meio de outras fontes, como a formação policial, pela cultura institucional e pela experiência de trabalho diário" na articulação com os seus pares. Por fim, na limitação da extensão normativa como régua exclusiva do processo decisório parece haver, na ordem do imponderável, a abertura a um fluxo de narrativas, relações, experiências e

forças produtoras de subjetividades, que reúnem uma série de elementos e constituem o que os policiais denominam "tirocínio policial"[44] (ROCHA, 2019).

> O aspecto discricionário e íntimo às ações de polícia denota, assim, uma questão de grandes implicações práticas devido ao fato de que, a depender do seu exercício, o que era apreendido como atributo do poder de polícia, dada a ausência de definição legal precisa, pode tender a se transmutar em uma prática orientada por autorizações prévias fundadas em uma lógica não condizente aos preceitos democráticos. Sendo a missão do policiamento ostensivo flagrar os ditos suspeitos criminais, cabe à Polícia Militar a responsabilidade da seleção e retirada das ruas daqueles que sejam por seus agentes identificados como criminosos. O que acontece é que, no Brasil, existe um processo histórico que veio a conformar a face deste ser perigoso e como deve ser efetuada a sua punição. Com isso em vista, na ausência de definidores legais precisos, o agente policial militar, não apartado deste processo, também fundamenta a suspeita no uso dos mesmos marcadores (ROCHA, 2019, p. 111-112).

Nessa direção, apesar das atividades de policiamento encobrirem a vastidão da vida nas cidades e, portanto, toda a sorte de demandas sociais saídas das ruas sob interações descontínuas e fugazes com a população, não são raros os incentivos que põem a funcionar a matriz da guerra como o padrão operacional da Polícia Militar. A tônica do combate reverbera na aceitação tácita de um protagonismo militarizado demandante da neutralização e extirpação do suposto inimigo. Diante disso, aos agentes de segurança do Estado, é instada a tarefa de gestão da violência com a implícita tolerância ao uso do que deveriam controlar. Nos desafios do mandato policial, como antes sublinhado, faz-se possível considerar que a diferenciação entre a aplicação da força legal e a violência pela polícia fabricam, por vezes, fronteiras indefinidas. É, assim, que "no lugar do uso da força para a defesa do Estado democrático de direito, a ideologia do controle militarizado do inimigo convence que matar – e, em decorrência disso, morrer – é a vocação e o dever dos policiais" (SINHORETTO; LIMA, 2015, p. 219).

O Rio de Janeiro, há pelo menos três décadas, vem se constituindo como palco principal e, por isso, imprescindível de análise da segurança pública brasileira. Para Leite (2014, p. 625), esse é um tema sensível que embora atinja, frente temporalidades e intensidades diversas, outras regiões do país, tem na experiência carioca "um bom caso a se pensar", ao passo que ela articula modalidades de administração de conflitos "cujo foco central é o crime violento, cujos atores típicos são traficantes de drogas ilícitas, cujo principal ambiente são os chamados territórios de pobreza (no caso, as favelas) e cujos atores secundários são seus jovens moradores" – roteiro ao qual, acrescentaria, ainda, o fenômeno recente de expansão das milícias, que tem contribuído

[44] Em linhas bastante gerais, o "tirocínio policial" é uma metodologia subjetiva de seleção de pessoas suspeitas do cometimento ilícito, ou seja, uma habilidade para se mapear lugares, horários, circunstâncias, expressões, trejeitos ou quaisquer outros elementos que facilitem a antecipação, por agentes policiais, da conduta delituosa. Um debate mais amplo sobre o tema pode ser acompanhado na dissertação intitulada "Entre almas negras e corpos denegridos: cartografia da (in)suspeição em ações de abordagem policial" (ROCHA, 2019), de minha autoria e sob a orientação da Profª. Dra. Anna Paula Uziel.

à complexificação da questão criminal no Brasil. Como um dos efeitos dessa dinâmica, a perene reatualização da sensação de insegurança opera politicamente o clamor discursivo que convoca ao recrudescimento do uso da força. Historicamente, as organizações de segurança interferiram nesse processo de modo intermitente, seja via controle ou na interrupção dos conflitos, seja pela realização de operações pontuais em zonas favelizadas, visando apreender armas e substâncias entorpecentes, além de empenhar prisões em flagrante. Assim, no curso de um sistema bipartido que preconiza o embate como projeto de segurança e nega às Polícias Militares a autonomia da investigação, compete aos seus agentes, demonstrações rotineiras de produtividade, alicerçadas na política criminal relativa às drogas e na legislação proibicionista dela derivada.

A lógica que incentiva o combate, além de não resolver a problemática da criminalidade, impele aos agentes da segurança o fio da navalha. A incipiência de parâmetros concretos, indica ensejar que tais ações são conduzidas por um conjunto de permissões antecipatórias sustentadas por matrizes reprodutoras do modelo estrutural de aniquilamento do inimigo que, por fim, são operadas por aqueles que detêm o poder. Ainda no rol das Mortes Violentas Intencionais (MVI), as Mortes Decorrentes de Intervenção Policial (MDIP) revelam linhas ascendentes desde 2019, após indicarem declínio de seus registros no ano pregresso. No Rio de Janeiro, especificamente, as mortes resultantes das ações de polícia equivaleram a 30,3% da categoria analisada, números superiores à média nacional de 13,3%. Isso significa dizer que, nessa circunscrição, a cada 100 MVI, 30 foram desempenhadas por policiais – o que pode corroborar a análise de um explícito abuso no manejo da força pela polícia (MARQUES; BARROS, 2020). Segundo Muniz (1999),

> o fazer ostensivo da polícia pressupõe um significativo espaço de manobra decisória dos policiais da ponta no atendimento a toda sorte de eventos insólitos e emergenciais que, por um lado, não encontra uma tradução na racionalidade jurídica e que, por outro, tem correspondido a uma zona cinzenta do trabalho policial, permanecendo pouco visível para as corporações, os PMs e a clientela que utiliza os seus serviços. As implicações do recurso discricionário e sua "baixa visibilidade", tanto nas ações individuais consideradas adequadas quanto naquelas interpretadas como arbitrárias e violentas, colocam em evidência a magnitude do desafio posto para a prática policial ostensiva: conciliar, em ambientes ordenados pelo acaso, pela incerteza e o risco, os princípios da legalidade e legitimidade que conformam a vigência do estado de direito (MUNIZ, 1999, p. 10).

O uso da força estatal é um tema que envolve diversas regulações justamente porque se trata de uma autorização do recurso da violência pelo ente que, em uma sociedade democrática, tem a missão constitucional de conferir segurança aos cidadãos. Isso posto, embora a força seja uma prerrogativa do Estado, quando instrumentalizada de maneira desmedida e frequente acaba por incidir em um grave problema. Dentre os custos sociais de sua utilização inapropriada, vale ressaltar, as implicações relacionais sobre a qualidade da confiança depositada, pela população,

nas instituições de polícia, além de seus impactos quanto à apreensão da legitimidade do sistema de justiça criminal como um todo. A questão do uso da força se estabelece, portanto, como uma via sinuosa à medida que, se por um lado, o baixo controle sobre a discricionariedade do agente da ponta pode incitar desvios e facilitar comportamentos arbitrários, por outro, a redução de sua relevância na cena criminal pode desgastar o poder de dissuasão das organizações de segurança. Destarte, a transparência na prestação de contas diante dos controles interno/externo dos órgãos competentes parece despontar como elemento agenciador do fortalecimento dessas instituições sob o estatuto da opinião pública (MUNIZ, 1999; PINC, 2006).

Contudo, no Brasil, fato é que o acompanhamento dos aparelhos de segurança se perfaz em meio a uma zona nebulosa. Exemplo fundamental são os números elevadíssimos das mortes catalogadas como "homicídio decorrente de oposição à intervenção policial", mais difusamente conhecidos como "autos de resistência"[45]. Misse, Grillo e Neri (2015) explanam que homicídios provenientes da legítima defesa policial se diferenciam dos homicídios dolosos em geral, posto que a sua autoria é previamente "esclarecida", desde o momento de feitura da anotação policial, tomando que são os próprios agentes responsáveis pelo fato comunicante, aqueles que assumem a pertença da ocorrência com resultado morte. Além disso, não há indiciamento e/ou pedido de prisão preventiva nesses casos, pois a legalidade do homicídio é presumida em face da exclusão de ilicitude que remonta ao tema. Dos efeitos, não raro, episódios que exigem do agente policial o uso da força letal de forma legítima, misturam-se a graves erros de procedimentos e execuções sumárias em cada um desses episódios. Em pesquisa que se desdobra nas análises dos processos assinalados como "autos de resistência" com pedido de arquivamento pelo Ministério Público, Orlando Zaccone, explica que o acatamento da solicitação é resposta constante. Esses inquéritos tendem a ser arquivados, pois, além de outros fatores, a versão policial triunfa perante a carência de demais testemunhas, condicionando o curso do processo. Aqui, segundo o autor, a condição de vida de quem morreu, o lugar onde a morte aconteceu e a constatação ou não de antecedentes criminais são elementos cruciais para que o MP entenda a morte como legítima e arquive o caso

[45] De acordo com o Código Penal não existe crime, ou seja, há exclusão de ilicitude se, a ação policial, for praticada pelo agente em estado de necessidade, em legítima defesa, ou ainda, em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito. Seguindo essas diretrizes, cabem ao delegado e órgãos competentes pelo controle das atividades de polícia, verificar os elementos consoantes à legítima defesa da ação e, então, tomar as providências adequadas. A temática dos "autos de resistência" voltou a ocupar fortemente o debate público com a apresentação, pelo então ministro da justiça, Sérgio Moro, do Projeto de Lei Anticrime, que sugere diversas alterações no sistema normativo brasileiro incluindo, pois, a ampliação da legítima defesa que, no afrouxamento dos parâmetros de uso da força, confronta preceitos constitucionais de dignidade da pessoa humana, tal como fazem assegurar Machado e Gonçalves (2019).

– a condição do morto, nesse sentido, produz a prova, ou na perspectiva de Judith Butler (2015), o "enquadramento" que atesta a indignidade de sua vida (D'ELIA FILHO, 2015).

> Se aceitamos que a comoção é estruturada por esquemas interpretativos que não compreendemos inteiramente, isso pode nos ajudar a compreender por que sentimos horror diante de certas perdas e indiferença ou mesmo justeza diante de outras? Nas circunstâncias contemporâneas de guerra e de nacionalismo exacerbado, imaginamos que nossas existências estejam ligadas a outras com as quais podemos encontrar afinidades nacionais que seriam reconhecíveis para nós e estariam em conformidade com certas noções culturalmente específicas sobre o que é culturalmente reconhecível como humano. Esse enquadramento interpretativo funciona diferenciando tacitamente populações das quais a minha vida e a minha existência dependem e populações que representam uma ameaça direta à minha vida e à minha existência. Quando uma população parece constituir uma ameaça direta à minha vida, seus integrantes não aparecem como "vidas", mas como uma ameaça à vida (BUTLER, 2015, p. 68-69).

É a legítima defesa, assim, o fundamento jurídico que contempla o arquivamento desses inquéritos. Isso possibilita inferir que quando o poder jurídico arquiva determinada investigação decorrente de "auto de resistência", ele anui que a morte foi operada dentro da lei e não em seu contrário. Apesar da previsão legal que concede amparo ao agente quando da estrita necessidade do uso da força letal orientado por parâmetros democráticos, o que os volumosos arquivamentos parecem indicar, é não apenas a aceitação tácita da maneira como as polícias têm desempenhado suas intervenções, mas o seu financiamento por operadores jurídicos, que haveriam de proceder o controle dessas ações e garantir direitos. Seja por cumplicidade ou por omissão dos aparelhos responsáveis e, muitas vezes, sob anuência da mídia e da sociedade, o que ganha relevância na trama enunciativa não é bem de que forma essas máquinas põem regramentos a funcionar, mas na direção de quem eles se dirigem. A PM mata. Demais. Contudo, ela não move a engrenagem letal sozinha. No exame da política de "combate ao crime" firmada na problemática das drogas, a polícia – sobretudo, a militar –, tem sido cada vez mais exposta a situações de vulnerabilidade que fazem de seus agentes alvos fáceis e tão impassíveis de luto quanto aqueles que se dedicam a eliminar. E com isso morrem. Morrem muito.

> E a referência simbólica à identidade do herói só ganha concretude quando tombados em batalha, quando mortos vítimas da violência e do modelo de enfrentamento vigente. Se a vida dos "bandidos" não tinha explicitamente valor para o imaginário coletivo, a vida dos policiais parece também não ser valorizada quando a eles é atribuído "fazer aquilo que ninguém mais tem coragem de fazer" para impor a ordem, mesmo que morram nessa atividade (SINHORETTO; LIMA, 2015, p. 133).

"Vítima" e "algoz", a depender da lente que se olha, estão subjugados à violência; ambos são afetados. Nas palavras de Íbis Pereira (2016, p.12) "se o vencido é esmagado pela força, na embriaguez do vencedor se encontra a sua ruína. Ninguém se subtrai de seus efeitos". Para ele, a violência tem essa insólita habilidade de mutilar reciprocamente, quando o rosto do outro vai

perdendo, a cada tempo, a capacidade de convocar à responsabilização diante da sua morte. Na arena de disputas que aproximam e distanciam nós e eles, amigos e inimigos, o bem e o mal, os que merecem ou não morrer, o embrutecimento dos afetos modifica a nossa relação com a morte e, por consequência, suprime densidade de sentido à vida. Nos becos e nas vielas dessa máquina de gastar gente chamada Brasil, a noção do inimigo reflete a nossa demanda histórica de gestão dos excluídos, fruto de uma sociedade absolutamente hierarquizada. É essa mesma mentalidade que irrompe as instituições policiais, subjetivando os seus agentes e autorizando os seus abusos. Policiais militares são uma categoria a viver na beirada do abismo; convivem com ele, orbitando em suas margens. Não reparam – ou são encorajados a não reparar – as marcas provocadas pela violência, a não ser quando rebentam. Até quando? – cabe perguntar.

Ao que incumbe, ainda: por que tem sido tão difícil avançar no debate que propõe outros caminhos às políticas de segurança? Que saberes são esses que atestam a morte e a animalização como formas de gestão? Talvez Lima, Bueno e Mingardi (2016) nos ajudem a pensar sobre isso tomando que o acompanhamento de certas pistas depende da apreensão de como as práticas são institucionalizadas, como subjetividades são agenciadas, como personagens são incorporadas à agenda de debate e como os conflitos são estruturados na dinâmica de poder. Assim, almejando um mergulho mais profundo por entre a instituição policial militar e as suas porosidades, aciono Bicalho (2005) a partir da discussão que ele encaminha sobre os Direitos Humanos para pensar a produção de suspeitos. O autor promove uma torção no exame desses direitos valendo-se da composição discursiva que faz problematizar quem são esses humanos quando nós legitimamos que tenham (ou não) seus direitos assegurados. Compartilhando das provocações de Bicalho e, tal como pude constatar durante o meu processo de mestrado, por meio da noção de "tirocínio", sustento que a produção de inimigos, bandidos, desviantes, perigosos, traficantes, delinquentes, marginais, vagabundos, e outra série de fisionomias que conformam subjetividades criminosas, é o que, sob um mesmo plano de imanência firmado na guerra, apela à encomenda do "policial herói", igualmente destituído de humanidade em sua existência.

Cumpre interrogar, ainda, em que medida a construção de não-humanos e os incentivos a um *front* de combate enredado pela dinâmica de disputas que patrocina "heróis" e "bandidos", produzem, são produzidos e também impulsionados no protagonismo de determinadas políticas de segurança vigentes no país e, mais estritamente, no Rio de Janeiro. Essa é uma das questões que a presente pesquisa anseia acompanhar. Presumo que o construto da "heroificação policial" se revela uma pista importante às nossas análises, em meio à gramática da guerra que o constitui e que ajuda a movimentar toda essa gama de violações a que temos assistido diariamente e que, em última instância, ao alimentar (e se nutrir) de mortes concretas e simbólicas, dilacera o nosso

direito mais fundamental: o direito à vida. Conjuntamente à guerra, gênero é dobrado, aqui, no território fronteiriço que se dobra-e-desdobra em outros vetores a partir de dispositivos raciais, sociais, geracionais e territoriais, tecendo redes de relações que impelem poder nas políticas de segurança, assim como na dinâmica institucional dos seus agentes mais visíveis: os "fortes" da PM. Dobras em muito fiadas por linhas duras que hierarquizam, disciplinam e controlam corpos e subjetividades, fazendo com que gênero não seja temática habitual de discussão nas/com/entre instituições policiais e, tampouco, por/entre gestores políticos. Instigada pelo que faz silenciar, a pesquisa parte da aposta de que o dispositivo generificado, sobretudo nos interditos que criam "masculinidades guerreiras", institui força marcadamente presente no cotidiano policial militar, operando mentalidades que se dobram nas tramas das políticas de segurança. Para além dessas, a pesquisa também acompanha que outras forças escapam por entre brechas, fazendo interpelar códigos duros na produção de singularidades que, aqui, muito nos interessam.

2.1 Enxugando gelo e derramando sangue: a instrumentalização das políticas de guerra

> *A mentalidade do polícia no Rio de Janeiro é que depois que ele acorda já tem que sair pra caçar. Você aprende logo cedo que tem que sair pra caçar porque senão você que se torna a caça dos outros. [...] Eu já ouvi várias vezes as pessoas dizendo que a PM só enxuga gelo. E eu sempre digo que se eu não enxugar gelo, se a polícia parar de enxugar gelo, o portal do inferno se abre. É só a gente parar de enxugar gelo hoje, que a sociedade morre afogada amanhã. Isso que nós fazemos, isso que nós enfrentamos todos os dias, é surreal, só quem tem a missão que faz.*
>
> Cb. PM Castelo – BPM Zona Norte, 2022.

Em novembro de 2018, durante uma entrevista concedida ao jornal Estado de São Paulo, o então governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, voltou a defender a dita política de abate, que almejava orientar a Polícia Militar a disparar contra todo e qualquer criminoso que estivesse portando armas de fogo do tipo fuzil, além de outros armamentos de uso restrito, tendo como justificativa a defesa da sociedade sob a investida na "guerra às drogas". De acordo com o ex-juiz e, agora, ex-governador[46], não seria necessário que o sujeito traficante estivesse ensejando alguma ameaça para que disparos fossem empreendidos pelos agentes de segurança: "o correto é matar o bandido que está de fuzil. A polícia vai fazer o correto: ela vai mirar na cabecinha e...

[46] No ano de 2021, por unanimidade, Wilson Witzel sofreu *impeachment* perdendo, definitivamente, seu cargo de governador. Witzel foi considerado culpado por crime de responsabilidade na gestão de contratos na área da saúde durante a pandemia do novo coronavírus. Além da perda do mandato foi, ainda, declarado inelegível e proibido de exercer cargos públicos por cinco anos (G1 Rio, 30 abr. de 2021).

fogo! Para não ter erro", disse à época. Fundamental atentar-nos à questão de que "não ter erro", na cultura organizacional vigente, pode ser facilmente traduzido pela validação do ato de matar. Não obstante à explícita plausibilidade do morticínio nas agendas do atual modelo de gestão de conflitos, pareceres que associam letalidade policial ao decréscimo da violência e mitigação de crimes, para Bueno (*et al.*, 2019), não anunciam lastro de realidade. Ignácio Cano, pesquisador e coordenador do Laboratório de Análise da Violência, vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV/UERJ), também se manifestou após o episódio narrativo: "a arma para o policial é ferramenta de defesa da vida dele e de terceiros, não é ofensiva. Nenhuma outra ação justifica". Ele conclui: "estão tentando trazer para a Segurança Pública a doutrina militar. Basta identificar alguém como combatente inimigo para matá-lo" (TERRA, 2018).

Discursos radicalizados que ganham, pois, capilaridade na tônica enunciativa por ordem ante uma atuação mais combativa e punitiva, que ressoa como medidora da eficiência pelo uso da força. Cubas, Natal e Branco (2015) afirmam que o clamor de grande parte da população por certa tecnologia de enfrentamento produz efeitos expressivos sobre a maneira como as polícias operam no país. A descrença no sistema de justiça criminal e noções enviesadas sobre temáticas como impunidade e a relação entre segurança pública e direitos humanos, tenderiam a fortalecer a ideia de que a violência policial seria uma forma de fazer "justiça" direta, que responderia de modo eficaz aos problemas da criminalidade urbana, bem como preveniria crimes futuros. Além disso, faz-se crucial acrescentar, que nos estabelecimentos militares a comunicação é dinâmica hierarquizada. Com posições rigidamente delimitadas e regramentos que notabilizam premissas disciplinares, o que essa realidade faz informar ao agente policial da linha de frente? Em tempos de violências cada vez mais circunscritas, também financiadas por autoridades públicas, quando o governador do estado determina que a sua polícia "mire na cabecinha para não ter erro", em que medida esse tipo de orientação atravessa a prática rotineira do policial de serviço nas ruas, municiado do poder discricionário de apertar ou não o gatilho?

2.1.1 Tempos de morte matada: da profusão dos discursos de ódio à autorização do extermínio

A título introdutório, parece indispensável sublinhar que os últimos anos não foram nada triviais, sobretudo no que tange ao cenário brasileiro. Em nossa história recente, testemunhamos os horrores de uma crise pandêmica, fortemente agravada pelo sucateamento do sistema público de saúde, o curso turbulento das disputas eleitorais e a reemergência das forças antidemocráticas em solo nacional. Desvelaram-se, ainda, novas fronteiras de miséria e a fome irrompeu fazendo outra série de vítimas. O termo "reemergência" aparece nessas linhas não por uma interpretação equivocada da história, no sentido de já ter sido possível dizer, em algum momento, que forças

reacionárias se fizeram ausentes na cena pública. Muito pelo contrário; ao operá-lo, falo de uma curva crescente de organização e fortalecimento do léxico extremista e autoritário, que pôs em risco os dispositivos democráticos, bem como a mecânica da justiça social que conduz o debate político no Brasil. Um plano subsidiado pelo poder da internet e das redes na vida da população, em meio à propagação de um elemento agenciador crucial: os discursos de ódio. É a partir dessa fronteira, da eclosão de uma paisagem de desdemocratização como cerne da virada hegemônica neoconservadora, que assistimos ao esvaziamento gradual das tomadas de decisão democráticas no país (ALMEIDA, 2018). No tempo de uma democracia sucateada, falamos do sucateamento também das possibilidades de reinventar o mundo, da precarização das possibilidades de viver. Que modos de subjetivação têm sido produzidos? Quais as suas incidências na vida cotidiana?

É, nesse cenário, que os discursos de ódio despontam como eixo analisador das políticas de segurança que, em seu escasseamento, tomam a guerra como tecnologia precípua. Isso posto, faz-se necessário sublinhar, que os discursos de ódio, nas palavras de Luccas, Gomes e Salvador (2020) podem ser enunciados como um conjunto de manifestações que:

> avaliam negativamente um grupo vulnerável ou um indivíduo enquanto membro de um grupo vulnerável, a fim de estabelecerem que ele é menos digno de direitos, oportunidades ou recursos do que outros grupos ou indivíduos membros de outros grupos e, consequentemente, legitimar a prática de discriminação ou violência. Assim, são discursos de ódio, por exemplo, tentativas de desumanizar membros de um grupo já historicamente discriminado [...] ou de tratar esse grupo como uma ameaça ao bem-estar ou ao patrimônio da audiência. [...] Os discursos de ódio não se confundem com a mera ofensa aos membros de grupos vulneráveis, ainda que o sentimento de ofensa esteja presente na sua ocorrência. [...] Merece destaque a potencialidade dos discursos de ódio agravarem a vulnerabilidade dos membros do grupo alvo, ou seja, aumentar a probabilidade de que ocorram novos atos de discriminação e violência a eles direcionados (LUCCAS; GOMES; SALVADOR, 2020, p. 4-5).

Na última década, uma ala reacionária seguiu pelas ruas deixando o “constrangimento” de se fazer ver, escanteado. Aqueles que, antes, cochichavam passaram a gritar, hegemonizaram a imprensa, as redes sociais, as bancadas e agendas políticas do país. Intensificaram-se as ações de militarização da vida frente à justificativa de uma suposta ameaça à ordem e ao progresso da nação. Enunciados de autoridade contraproducentes e seletivos impuseram intensos sacrifícios ao segmento mais vulnerável da população, sob uma arquitetura social primada no racismo, no patriarcado e na operação dos sentimentos de medo e insegurança como tecnologias de controle e anulação. Na arena de poder, a ascensão de um grupo que flertava com o fascismo contribuiu, pois, para normalizar os seus ideais, fazendo com que uma série de pesadelos voltassem à tona com aval do Estado. O Congresso Nacional nunca foi tão conservador, e isso podia ser analisado

nas votações da "Bancada da Bala" e da "Bancada Evangélica"[47]. Embora o avanço extremista não fosse um fenômeno novo, a potência que ele alcançou e o modo como ele foi mitigando as formas de mediação política lhe garantiram contornos singulares. Assim, em outras palavras, a representação política neoconservadora, alicerçada nas tramas atuais, uma vez que foi ganhando intensidades, também encontrou terreno fértil para radicalizar determinados discursos no tempo histórico vigente (ALMEIDA, 2018; MIGUEL, 2018).

Cenário próspero, pois, ao fundamentalismo religioso ascendente que, em nome de Deus e da verdade absoluta, anulou qualquer expectativa de debate, firmando-se como força política. A ênfase na agenda moral aparece como o caminho que captura e conquista a base do eleitorado. Se em períodos anteriores, vozes dissidentes podiam ser ouvidas e os compromissos, em muitos casos, faziam-se notadamente de fachada, após os anos de redemocratização, a disputa política aceitável ao menos incluía o texto do respeito aos Direitos Humanos e o combate à desigualdade social. Assim, a retórica dissidente deixou de ser exclusividade das margens do campo político. Com manifestações contrárias à defesa da solidariedade social, parlamentares fundamentalistas aliaram-se a diversas forças conservadoras do poder político, institucional e midiático e, através de ações conjuntas, com importante participação nas redes sociais, a passos eminentemente não cristãos, difundiram postulados que nutriram e se alimentaram das retóricas de medo, culpa e intolerância. Distante do que poderia ser tomado como fanatismo, o fundamentalismo religioso, ignorando a laicidade do país, propagou um discurso encaminhado pelo senso de oportunidade de seus principais líderes. A investida desvelou-se crucial para manter apoiadores disciplinados e suas estruturas imunes a narrativas contraditórias (MIGUEL, 2018).

Para o pastor Henrique Vieira (2018), o fundamentalismo religioso, pela sua concepção de mundo e modelo de funcionamento, constitui-se um risco não só à democracia e aos Direitos Humanos, mas ao Estado laico e à diversidade humana. Nesse sentido, faz-se preciso apreender o fenômeno em sua tendência extremista. Segundo ele, mostra-se premente também considerar que a vertente não abarca a pluralidade das experiências religiosas e, tampouco, as experiências cristãs e evangélicas no país. O fundamentalismo religioso ao trabalhar com a noção de verdade absoluta e imutável, desconsidera que toda e qualquer leitura é um ato interpretativo e que toda

[47] A "Bancada da Bala", como ficou conhecida a frente parlamentar que defende além do porte de armas, a redução da maioridade penal, é a representante política de uma gama de ideias e atitudes que se fundam na percepção de que o plano social está marcado por uma contínua insegurança e pela desordem pública. Esses parlamentares se dizem a favor da revisão do Estatuto do Desarmamento e da criação de leis mais rígidas direcionadas à punição de crimes. Já a "Bancada Evangélica", composta por congressistas aliados às diferentes vertentes evangélicas, atuam em conjunto para aprovar ou rejeitar legislações de interesse religioso e cunho moralizador. À Frente Parlamentar Evangélica, soma-se uma escassa parcela de congressistas católicos que costumam se reunir quando da afinidade entre as agendas que os orientam (PRANDI; SANTOS, 2017; CIOCCARI; PERSICHETTI, 2018).

a interpretação, por sua vez, se faz mediada por um contexto histórico e cultural. Assim, dentro dessa perspectiva, o texto doutrinário não se apresenta passível de questionamento, visto que é compreendido como a expressão da vontade de Deus. Portanto, indagar "a palavra" significaria questionar o próprio divino. Dessa forma, assistimos à criação de um cenário em que o exercício persistente da dúvida é exibido como falta de reverência, temor e fé. A vivência fundamentalista produz um olhar sobre o mundo, forjando emoções, sensações e saberes atravessados por forças subjetivas que acabam por dificultar, ou mesmo inviabilizar, espaços de abertura às diferenças.

Foi também na correspondência entre o medo e a percepção de uma força superior acima das leis, que acompanhamos, nos últimos anos, a legitimação de violências e discursos odiosos, sob a roupagem do financiamento de políticas públicas. A adesão pela fé, ao eliminar as nuances e complexidades em jogo, reduz a esfera política a uma "luta do bem contra o mal". Isso posto, em sua versão mais radical, essa percepção acaba por corroborar um campo discursivo que, não raro, justifica a afirmação de ações extremistas. Na multiplicidade de violências que informam a história do país, a operacionalização do ódio surge como um recurso sofisticado de eliminação daqueles que encarnam a fisionomia do "mal". Estamos diante de um domínio substancialmente sinuoso: o ódio, aqui, se expressa tanto por meio de um combate direto, produtor de morticínios, como através de exclusões e interdições sistemáticas que se manifestam, ainda, nos movimentos de manutenção dessas realidades. No rol das moralidades e valores sociopolíticos, o apreço pela rígida punição àqueles que atentam contra a ordem. A exemplo do que aconteceu com um grupo de líderes religiosos, que migraram dos cultos ao plenário, agentes de segurança também saíram da caserna a fim de protocolar projetos calcados na franca inflexibilidade ante os ditos inimigos. Sob a justificativa do restabelecimento da ordem, agudizaram mecânicas repressivas, impelindo o extermínio massivo dos "indesejáveis" (QUADROS; MADEIRA, 2018).

Essas estratégias postas em prática por grupos neoconservadores podem ter um alcance inimaginável quando nos debruçamos sobre os seus efeitos no plano das políticas de segurança. Ao colocá-las em análise, a construção dessa rede narrativa evidencia um objetivo explícito de aniquilamento de certos corpos, argumentados por um regime afetivo e político que encaminha projetos de poder que têm dado certo. Não se trata, portanto, de incompetência ou incapacidade, afinal, a matança elevada produz visibilidade e rendimento eleitoral – a morte encomenda voto. Perante uma política exacerbada de mortes, o que se constata é não somente o apagamento das violências que se tenta coibir, mas a sua naturalização. É nesse ponto, que vale lembrar Foucault (2005) quando o autor nos alerta que determinados discursos de verdade que fazem rir e têm o poder institucional de matar são, no fim das contas, em uma sociedade como a nossa, discursos que demandam um pouco mais de atenção. Assim, ante um contexto de inflamada polarização,

os discursos de ódio tomam a cena como um elemento analisador que faz ver o que se dobra-e-desdobra nas/as políticas de guerra, visto o seu potencial de propagação na capilaridade que lhe reveste. O que se instaura, então, é uma lógica cruel que se autossustenta a partir da difusão do medo e do ódio, de fé cega e facas amoladas, que efetivam a busca por aparatos de segurança – seja qual for a segurança, mesmo a mais irracional (FELIX; RIGON, 2018).

O medo, estimulado pela visão de que as pessoas trariam consigo perigos inescrutáveis, embriaga-se do ódio. Ele fabrica, portanto, a trama de justificativas pelas quais deve descarregar o seu ódio; este, por sua vez, transforma os sujeitos em seres abomináveis, em inimigos prontos ao abate. Uma lógica dicotômica que, ao se alicerçar na efetuação de uma mentalidade belicista, requer a guerra como campo balizador. As consequências são inúmeras, dentre elas, o poder de expor ao risco e sacrificar vidas humanas. Para Judith Butler (2015), a guerra deve ser analisada como uma produção que divide seus atores entre aqueles pelos quais devemos lamentar a morte e os outros, por quem não nos compadecemos. Nessa seara, uma vida que não é passível de luto sugere, pois, uma vida que não deve ser lamentada justamente porque nunca foi digna de viver, nunca contou de verdade como uma vida em plenitude (D'ELIA FILHO, 2015). Parece patente, a partir disso, a intencionalidade pela regulação da comoção sobre aquilo que deve ser lastimado e o que pode ser, inclusive, silenciado. Dessa forma, como uma tática de governança, o controle social é também operado politicamente pelo medo e endossado pelo ódio, acionados à exaustão. Ao assumirem valor de mercadoria, o que se apresenta é a rentabilidade eleitoreira da produção de insegurança, uma vez que a matéria da gestão política é o emprego subjetivo de sua sensação. Nesses termos, a compreensão do financiamento do medo em nossa sociedade revela-se, assim, dinâmica elementar à apreensão do ódio no curso histórico e da escolha da guerra como política.

Em 2019, a ONU lançou o documento "Estratégia e Plano de Ação sobre o Discurso de Ódio" e declarou, no ano de 2021, a data de 18 de junho, como o "Dia Internacional do Combate ao Discurso de Ódio". Devido ao contexto atual, também no cenário internacional, e por ocasião do período comemorativo, António Guterres, secretário-geral da entidade, alertou sobre o tema:

> O discurso de ódio é usado para alimentar o medo e a polarização, frequentemente para ganhos políticos e com um custo imenso para as comunidades e as sociedades. Incita a violência, exacerba as tensões e impede os esforços para promover a mediação e o diálogo. É um dos sinais de alerta de genocídio e outros crimes atrozes. O discurso de ódio é frequentemente dirigido a grupos vulneráveis, reforçando a discriminação, o estigma e a marginalização. Minorias, mulheres, refugiados, migrantes e pessoas de diversas orientações sexuais e identidades de gênero são os alvos frequentes. As plataformas de mídia social podem amplificar e espalhar o discurso de ódio à uma velocidade da luz. [...] Iniciativas de educação, campanhas de discurso positivo, pesquisas para entender e abordar as causas profundas e esforços para promover a inclusão e a igualdade de direitos têm um papel importante. Os líderes religiosos, comunitários e empresariais também devem desempenhar seu papel. Ao assinalarmos o Dia Internacional de Combate ao Discurso de Ódio, renovamos nossos esforços para

> prevenir e acabar com este fenômeno tóxico e destrutivo, promovendo comunidades e sociedades inclusivas, justas e pacíficas e protegendo os direitos e a dignidade de todos (ONU BRASIL, 2023).

Por aqui, no ano de 2023, assumindo o protagonismo, arriscaria dizer, dos movimentos de reconstrução do tecido social local, ante normativas de órgãos nacionais e internacionais, tal como diante da cena de legitimidade de uma rede de violações orientadas ao sistema de garantia de direitos nos tempos recentes, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, publicou o "Relatório de Recomendações para o Enfrentamento ao Discurso de Ódio e ao Extremismo no Brasil". O documento foi construído coletivamente pelo Grupo de Trabalho (GT) instituído por Silvio Almeida, ministro da pasta, com vistas a debater o tema e propor políticas públicas afeitas à questão. O material aponta os principais problemas a serem enfrentados, com base nas análises de identificação dos aspectos que configuram a realidade brasileira, no que refere às tecnologias instrumentalizadas, à mobilização de sentimentos e à promoção de contágio entre os seus atores. Ademais, o texto dispõe de diretrizes e recomendações estratégicas a serem, portanto, aplicadas. O relatório sugere, por exemplo, a necessidade de que o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania crie, por meio de uma portaria, o "Fórum Permanente de Enfrentamento ao Discurso de Ódio e ao Extremismo", objetivando participar, acompanhar e articular medidas de combate e enfrentamento a aparelhamentos que, ainda hoje, seguem fazendo vítimas, rendendo violações e promovendo violentos conflitos sociais (BRASIL, 2023).

O território nacional alinha-se, assim, ao posicionamento da ONU e de outros países do globo, que se demonstram engajados na luta pela efetivação dos Direitos Humanos e do campo democrático. Consoante as pautas discutidas, o Grupo de Trabalho enfatiza que os discursos de ódio são uma tecnologia de poder que mobiliza sentimentos, práticas, estigmas, discriminações, dentre outros processos de subjetivação que se fazem danosos à vida em comum e à democracia. Nessa trama, a Constituição Federal é direta sobre a proteção do direito à vida, à dignidade da pessoa humana, à liberdade e, ainda, à igualdade entre todos perante a lei, o que demonstra não haver quaisquer critérios de razoabilidade que atestem a falsa tese da "liberdade de expressão" (BRASIL, 2017), constantemente empregada nos episódios de ódio manifestos. Caso contrário, a suposta liberdade de poder dizer, tenderia a assentir o discurso odioso como uma enunciação legítima, mesmo que com prejuízos aos ofendidos, tomando que calar, excluir e alijar são, pois, os seus intentos primordiais. Logo, segundo Freitas e Castro (2013), o foco central da exposição do ódio discursivo nas arenas de conflito nada mais é do que a total desvalorização e segregação do outro – o seu inimigo (BUTLER, 2015; FELIX; RIGON, 2018).

Sob um viés notadamente seletivo e com base em um jogo de argumentações acerca do projeto belicista de poder, o que se perfaz é a reprodução dessa mecânica que ganhou expressão nas mídias digitais e nas redes sociais. Visando à obtenção de vantagens econômicas e políticas como modelo de negócio, os discursos de ódio são operados com força na internet. Eles surgem, por vezes, ligados a canais de desinformação e exibem-se, ainda, na intencionalidade do disparo de notícias falsas. As chamadas *Fake News* são, nesse diagrama, narrativas enganosas utilizadas como recurso para desviar, ocultar e/ou moldar o conhecimento de acordo com os interesses de alguns grupos (BARCELOS *et al.*, 2021). No Brasil, esse engenhoso sistema de desinformação foi criado a partir de uma prática discursiva produzida em nossa dinâmica social. Significa dizer que o fenômeno das *Fake News* não reflete apenas um conteúdo enganoso, mas um conjunto de mentiras que encontram eco na ordem desigual que estrutura o país avivando, pois, preconceitos já existentes, que se elevam a uma escala desagregadora ainda mais expressiva. É a visibilização desses complexos de ódio e a sua contínua apreensão, que ajudam a mapear quem são os sujeitos preferenciais da violência deliberada. Em outros termos, compreender o momento que vivemos passa pela imprescindibilidade de captar o modo de funcionamento das novas tecnologias, mas, sobretudo, de assimilar as subjetividades que se criam e são criadas na/pela sociedade brasileira.

> Operadas a nível transnacional, essas tecnologias do ódio configuram, nos dias atuais, a existência de uma midiosfera extremista que atua sob uma forma de guerra ativa. A criação de mensagens de ódio segmentadas para a população, de forma sistemática e constante, intenciona mobilizar certos medos e ressentimentos, assentando-se na própria ação orgânica dos seguidores para fomentar as comunidades de ódio. As tecnologias mais contemporâneas do ódio sustentam-se na história de violência, de extermínios, de esquecimento deliberado, no extrativismo predador e no desprezo continuado das vítimas, fenômenos que marcam a formação histórica brasileira. Assim sendo, as vítimas do discurso de ódio e do extremismo são também pessoas e comunidades já atravessadas por sistemas de opressão e desigualdades na sociedade brasileira (BRASIL, 2023, p. 25).

Manifestações de uma realidade forjada a partir de relações hostis. Definitivamente, não estamos tratando de uma nuance alheia ao modo de constituição da sociedade em que vivemos. Propor um debate honesto sobre o espalhamento do ódio e a ascensão dos extremismos é pensar a cena global que torna, também o plano nacional, um terreno fértil para esse tipo de experiência agenciadora de subjetividades. Compete ressaltar, que os contextos e impactos dos discursos de ódio são complexos e diversificados, o que exprime dimensões interseccionais na conformação dos atores comumente vitimados. Assim, não parece uma tarefa difícil supor o que faz razoável conceber que o assassinato de um jovem negro, morador do subúrbio carioca, tem como retórica justificativa, ainda que antecipadamente, a certeza de sua vinculação com o mercado das drogas. Trata-se de uma mecânica genocida. Nesse sentido, tal como anui Batista (1998, p. 84), “temos

para as drogas uma política criminal com derramamento de sangue". Assim, a naturalidade com que se associa corpos negros à efetuação de ações criminosas denuncia a dinâmica interpretativa sobre o sistema de justiça criminal que, há muito, já opera a interface da negritude com ações desviantes (GOÉS, 2015). A consolidação do varejista de drogas como o inimigo a ser abatido, promove uma matriz discursiva que propicia o aumento vertiginoso das operações policiais nas periferias cariocas e a consequente naturalização do morticínio nesses territórios empobrecidos. Isso posto, ante a arquitetura de uma sociedade racista como a nossa, tem-se a relação produzida entre a fotografia do sujeito criminoso e a precariedade da vida que se elimina no meio da viela (COIMBRA; 2001; D'ELIA, 2015; RAMOS *et al.* 2022).

Em 1978, Florestan Fernandes, ao prefaciar a obra de Abdias Nascimento[48], manifestou, categoricamente, que o povo preto vinha sendo exposto ao que ele denominou como "genocídio institucionalizado". Mais recentemente, a noção de genocídio foi tomada para analisar os dados obtidos pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (BRANDÃO; LAGRECA, 2023) e o que chama atenção, além do revelado pelos números dispostos é, precisamente, a notória atualidade daquela leitura. O estudo demonstra que o Brasil encarcera majoritariamente a população negra e permanece recusando promover condições dignas de vida a essas pessoas. Justifica-se, assim, o uso da expressão, visto que ela expõe a investida na não-humanização do grupo referenciado, sob a operacionalização da normativa vigente. No que quantifica os índices, nenhuma novidade: outra vez, o aumento dos registros de aprisionamento no país. Somada ao pânico moral incutido, a racionalidade punitiva catalisa outras formas de apagamento. Em números absolutos, estamos falando de 832.295 pessoas privadas de liberdade, tuteladas pelo Estado, segundo mapeamento realizado em 2022. Nessa seara, 43% do público carcerário é constituído por jovens com até 29 anos; os negros representam 68,2% desse grupo – o maior registro da série histórica disponível. Não causa surpresa ser este o perfil das vítimas prioritárias das Mortes Violentas Intencionais – como já descrito –, cálculo que encontra os homens em 95% das ocorrências.

Com relação aos presos provisórios, faz-se possível observar um importante decréscimo desse grupo de análise. Se antes estávamos perto de alcançar a taxa de 30% da população presa provisoriamente, no ano em questão, os números revelaram 25,3% do total de casos registrados. Para Brandão e Lagreca (2023), o que os respectivos dados parecem dizer é sobre os efeitos do

[48] Trata-se do ensaio "O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado". A obra recebeu a sua segunda edição, no ano de 2016, com publicação pela Editora Perspectiva (NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro:* processo de um racismo mascarado. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2016).

cumprimento cada vez mais consistente das audiências de custódia[49]. Mesmo que a redução do quadro seja um fator a se comemorar, seguimos falando de um quantitativo de 210.687 pessoas sob privação de liberdade que sequer foram condenadas. Essa evidência aponta a uma provável articulação entre encarceramento massivo e restrição de acesso à Justiça. Persistem, ainda, aqui, as condições de superlotação e insalubridade já conhecidas, com a chancela do próprio Estado. Vai se assentando nesses relatórios informativos, um fazer que se sustenta nos atravessamentos da mecânica punitiva imbricada à instrumentalização do racismo estrutural (ALMEIDA, 2018).

É nesse tocante, que o controle da vida e a produção da morte como mecânicas de poder, são interessantes ao diálogo. O termo "necropolítica", cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2018, p. 5), ganha forma em ensaio de mesmo nome, quando o autor apresenta a ideia de que "a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer", destacando, então, que a soberania, atualmente, se expressa na operacionalização da existência humana e no extermínio de corpos e populações. Cumpre dizer, que o exercício da necropolítica como forma de gestão surge, embrionariamente, a partir do conceito foucaultiano, por aqui, apenas introdutório, de "biopoder", ou seja, a noção da regulamentação da vida sobre o que o poder define, por um controle vigilante e disciplinador (FOUCAULT, 2013). Mbembe supõe, porém, que a ideia de biopoder não se faz suficiente para pensar sobre questões ligadas ao exercício da soberania nos dias de hoje. A necropolítica, assim, relaciona o poder e a morte de maneira profunda, explorando como o poder se apropria da morte como um objeto de gestão nos países de tradição colonial. Para o filósofo, aqueles que efetuam o poder instrumentalizam a morte decidindo, pois, sobre quem pode viver e quem deve morrer, determinando, ainda, como se sucederão essas mortes (MBEMBE, 2018).

Para Mbembe (2018), a escravidão pode ser tomada como uma das principais instâncias da experimentação biopolítica, razão pela qual qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno deve prezar por considerá-la. Acerca desse entendimento, a necropolítica é apreendida na intersecção entre o massacre violento e a burocracia estatal. A visão do outro como um risco à existência, bem como a produção da sua morte e a gestão das condições mortíferas são, nessa

[49] De modo resumido, a audiência de custódia é um instituto do sistema de justiça criminal brasileiro, que tem por objetivo garantir celeridade no processo de apresentação de toda pessoa presa em flagrante. Em 2015, o seu projeto piloto foi lançado, no estado de São Paulo, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). É nesse plano, que a audiência de custódia se estabelece como um dispositivo cujo amparo legal se assenta em uma série de tratados internacionais de Direitos Humanos. Pela sistemática do CNJ, a pessoa presa em flagrante deve ser apresentada em até 24 horas em oitiva que contará com a participação da pessoa apreendida, da promotoria e da defesa (Defensoria Pública ou advogado/a particular), além da autoridade judiciária, que deverá julgar a legalidade daquela prisão e a necessidade ou não de ser aplicada alguma medida cautelar durante o processo penal. Ademais, a audiência de custódia colabora para o combate às práticas de tortura e maus-tratos no ato da prisão e, ainda, para o acesso à rede de proteção social (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2021).

esteira, alguns dos artefatos característicos da soberania moderna colonial. Exercitar a soberania é, assim, exercer o controle sobre a mortalidade e dizer a vida como implantação e manifestação do poder, por meio da delimitação daqueles que importam viver e daqueles que, por outro lado, não importam. Cabe frisar, que a morte impelida pela necropolítica não se reduz, em necessário, à morte biológica, mas também à morte em vida. De modo lento e gradual, ela é produzida nos mecanismos e políticas de tortura e privação, ou mesmo pela ausência de condições mínimas de manter a vida – medida perene de viver a dor (ROSENDO; FLORES; YAMAKAWA, 2023).

Observar o lugar que, historicamente, corpos negros e periféricos ocupam nos contextos sociais impulsiona reflexões acerca da sua materialidade na paisagem cotidiana. Muitos são os regimes de organização marcados pelo projeto de acirramento de violências direcionadas a seus corpos. No campo criminal, e mais exatamente nas raízes da criminologia positivista, premissas que naturalizam a compreensão de que alguns sujeitos seriam mais suscetíveis ao cometimento de delitos do que outros. Não casualmente, Luciano Góes (2015) dedica-se a investigar a relação existente entre a teoria difundida por Lombroso e as estratégias de aplicação, na cena brasileira, outrora articuladas por Nina Rodrigues. Nesse diálogo, ao passo que a teoria lombrosiana partia de referenciais evolucionistas para pensar a delinquência e a emergência do "criminoso nato", no Brasil, Nina Rodrigues desempenhou papel crucial na adaptação da criminologia positivista aos termos coloniais e escravocratas que conferem tons à realidade local. O eixo criminológico em questão passa a ser lido, assim, como uma escola do pensamento criminológico atravessada pela filosofia positivista. Dessa maneira, elementos como a busca pela cientificidade e o uso de métodos experimentais universalizantes emprestam à criminologia pontos de ressonância entre o Direito Penal e o conteúdo evolucionista, ofertando justificativas de cunho biológico e moral à produção de ações desviantes (CAVALCANTI; BARBOSA; BICALHO, 2018).

> Ao contrário do controle social na Europa, no qual o paradigma etiológico defendido por Cesare Lombroso foi funcional às necessidades e aos objetivos da burguesia ao selecionar e segregar uma minoria "anormal" após a consolidação do capitalismo, Raimundo Nina Rodrigues, legítimo representante da classe escravagista de um país marginal que acabara de abolir o maior e mais importante sistema escravagista do mundo, traduziu aquele paradigma a partir de uma base racista. Esse processo conferiu uma nova legitimação ao projeto político histórico brasileiro de extermínio e exclusão do negro ao potencializá-lo com um ecletismo teórico-racial, criando uma teoria que considerou o negro e seus descendentes (a maioria da população brasileira), os nossos criminosos natos, reforçando, assim, as bases do país ao conferir funcionalidade ao racismo negado. [...] Nesse sentido, Nina Rodrigues esboçou um modelo de controle racial para uma sociedade mestiça emoldurada por padrões europeus no período pós-abolição, defendendo a adoção de políticas públicas que, de acordo com os postulados da Criminologia Positivista, tratassem os negros e mestiços desigualmente, eis que inferiores, primitivos e perigosos (GÓES, 2015, p. 19-20).

Recuperar, por um breve recorte, uma parte da história da aplicação do saber positivista e sua adaptação ao contexto social escravagista, auxilia o mapeamento de uma lógica um tanto similar, operada nos dias de hoje, que trata da imediata identificação do "sujeito criminoso" em sua determinação qualitativa "natural", a partir da construção de estereotipias que prescindem qualquer prova material para a execução de mecânicas ostensivas de controle. A punição, diante dessa racionalidade, resulta de quem se é e de quem, virtualmente, poderá vir a ser e não daquilo que se fez. A máquina de exclusão e marginalização opera, assim, um encargo fundamental na constituição de nossas subjetividades, ao passo que elas dizem respeito às produções dos nossos modos de viver e existir (COIMBRA, 2001; CAVALCANTI; BARBOSA; BICALHO, 2018). Distante dos padrões que delineiam o modelo presumido de humanidade, a diferença sustentada nos corpos negros aparenta demarcar, ao contrário, o seu não-lugar na ordem cidadã, a condição incontestável de sua não-humanidade. Identificado o alvo, o "sujeito perigoso", a necropolítica aparece no uso de suas tecnologias. O ódio discursivo se faz molécula estruturante ao exercício da violência argumentada, que ataca seus corpos e existências. A marginalização é a trama mais cruel das opressões. O Estado adota, pois, um complexo de práticas articuladas e hierarquizadas em suas políticas, o que delimita a lógica de tratamento das forças repressivas. Em um contexto de urbanização e segregação territorial nas grandes cidades, a violência é tomada como pretexto à segurança dos demais e ao controle daqueles desviantes da norma.

Outrossim, analisar o sistema de justiça criminal e, por conseguinte, a segurança pública sugere, invariavelmente, pensar as questões relativas ao terreno da produção de subjetividades. No acompanhamento das forças que fiam realidades em disputa, o exame da noção de "sujeição criminal" desponta como uma pista importante. Faz-se preciso, então, indagar como as questões imbricadas ao plano das subjetividades auxiliam na análise do termo e ajudam a examinar certa criminalização que não ocorre, de forma imperiosa, por ações de transgressão à lei (COIMBRA, 2001; MISSE, 2010). Na dinâmica cotidiana, a discricionariedade policial, ou seja, a amplitude de sua margem de decisão, confere nuances à cena que se revela. Misse assegura que o processo de construção social do crime decorre do fato de que nem todas as leis são admitidas da mesma forma, visto que a sua leitura está fundada na compreensão de quem irá aplicá-la e sobre quem ela irá incidir, fazendo-se substantivo entender como se desdobra essa interação (MISSE, 2010).

Pensar a "sujeição criminal" impele recorrer aos quatro níveis analíticos propostos por Michel Misse (2010). No primeiro deles, a criminalização, ocorre a institucionalização de uma dada reação moral a um comportamento. Ela se perfaz nutrida por uma série de informalidades sobre maneiras admitidas como corretas de ser e existir. O segundo nível é a criminacão de uma atitude ou evento, que referencia o processo social de leitura de uma ação concreta como crime,

transportando a ação para o âmbito legal. O terceiro nível, a incriminação, é a inclusão do autor de determinada ação em leis oficiais como, por exemplo, o Código Penal. Por último, a sujeição criminal, é a eleição antecipada daqueles vistos como inclinados a cometer algum tipo de delito. Como diz Vinuto (2019, p. 127), "trata-se de um nível que fomenta a seletividade penal, já que a centralidade do saber prático de profissionais das agências de repressão estatal tenderá a eleger sempre os mesmos perfis em busca dos responsáveis pelo cometimento de crimes". Nessa seara, o nível da sujeição criminal se completa quando a busca pelo sujeito desviante afeta fisionomias que, não raro, são eleitas como suspeitas preferenciais (MISSE, 2010; VINUTO, 2019).

> Apesar dos níveis de criminalização, criminação e incriminação serem construídos, sobretudo, por agentes de Estado, as maneiras pelas quais são implementados depende fortemente do apoio que a sociedade destina a essas atividades. Por sua vez, é no nível da sujeição criminal que a ação do Estado e da sociedade se interlaçam de maneira mais evidente, produzindo as representações socialmente partilhadas do que seria um *bandido.* Em outras palavras, as características que norteiam a busca das instituições estatais por criminosos baseiam-se em estereótipos legitimados pela sociedade mais ampla. [...] Essa distinção entre *bandidos* e não *bandidos,* mesmo entre aqueles que cometem crimes, só é possível porque [...] o crime é um fenômeno socialmente construído e não uma aplicação direta e imparcial da lei [...] De outro modo, da mesma maneira que existem pessoas que cometem crimes e não são vistas como criminosas, há pessoas rotuladas como criminosas sem que precisem cometer crime algum. É sobre essas pessoas que existe a expectativa de que a sujeição criminal se estabeleça, produzindo uma imagem socialmente partilhada de que determinado indivíduo é fundamentalmente *bandido*, imagem esta que pode se alargar para todos os espaços de pobreza em que usualmente residem esses sujeitos (VINUTO, 2019, p. 128-129).

Destarte, a confluência da herança colonial com abordagens reacionárias atualizadas aos dias de hoje, convoca à adoção de uma política dominante na área da segurança pública: o culto à guerra como dispositivo de combate aos dramas dos nossos tempos. No apelo à militarização, a insegurança tem servido como plano de condensação de uma série de medos: medo de morrer, de não ser reconhecido, de perder bens, e o medo, ainda, dos "outros", com seus outros medos, e com expressões desiguais de raça, classe, gênero, orientação sexual, adesão religiosa e muitos outros receios mais. A insegurança é, assim, o lugar síntese das desconfianças e temores vividos na gestão cotidiana da vida. Ela desponta como um pressuposto fundamental ao funcionamento de uma economia política de controle e regulação (MUNIZ, 1999). Nessa perspectiva, o que se indica haver, aqui, é uma articulação direta entre a propensão discursiva, a instrumentalização da guerra e a autorização do extermínio. Nesse tocante, há sentido em afirmar que os discursos de ódio instrumentalizados estabelecem uma relação de continuidades e descontinuidades com uma trama de saber e poder historicamente construída. Cumpre dizer, que para Michel Foucault (2013, p. 9), pensar o discurso não significa o mesmo que se debruçar, exclusivamente, sobre o seu aspecto linguístico, mas sobre os "seus jogos estratégicos, de ação e de reação, de pergunta e resposta, dominação e esquiva, como também de luta".

Por fim, o que o autor afirma é que os discursos formam um emaranhado que não apenas mobiliza certos exercícios de poder, como colocam em funcionamento dispositivos que incidem sobre as nossas produções subjetivas. Na cena dialogada, a guerra – aqui de forma mais intensa –, emerge enquanto um conjunto multilinear, de linhas constantemente rompidas e bifurcadas, de natureza heterogênea; linhas sempre móveis, que não cessam de passar e instigar conexões entre si (DELEUZE, 1992). O discurso de morte assumido por Wilson Witzel enquanto ocupava o cargo de governador do estado do Rio de Janeiro, não é sem razão. Além de uma maneira de tecer soberania política, sua fala toca, ainda, a legitimidade do direito de matar. Dessa forma, é no acionamento dos discursos de ódio enquanto tecnologia de poder que reivindica e inflama a guerra, que acontece um processo contínuo de produção subjetiva voltada à desqualificação de determinados grupos; estes, por sua vez, enquadrados como perigosos e abjetos e que, por isso mesmo, em sua abjeção, corpos tidos como passíveis de eliminação.

2.1.2 "Vá e vença"! Sentidos da guerra na espetacularização do herói ficcionado

> *A sociedade tem que entender que sem o policial na rua pra defender, a barbárie vai imperar. Todo dia que o policial sai de casa, ele sai pra fazer o que ninguém quer fazer, ele sabe que tá indo pra guerra, tá indo pra uma realidade de confronto. O cara pra vestir essa farda e entrar em um Complexo do Alemão ou num Complexo da Maré, por exemplo, ele tem que ter muita coragem e muitos princípios pra saber que o que ele tá fazendo ali é buscando essa luta do bem contra o mal. Esse cara não é um herói?! É claro que é herói!*
>
> Sd. PM Felipe – BPM Zona Norte, 2022.

Se o discurso da "guerra ao crime" não é novidade, hoje, ao que parece, ele se amplificou (HIRATA; GRILLO, 2019). Leite (2000) aponta que a disseminação da ideia de "guerra" como chave interpretativa para refletir sobre a problemática da violência urbana tem início na década de 1990. Enquanto o governo declara o intento pelo combate ao crime e se volta à expansão das políticas de extermínio e encarceramento em massa, aqueles, pois, firmados por outro domínio das trincheiras armadas, igualmente, há muito, também se apercebem em um permanente estado de prontidão. Com a propagação do lema "Paz, justiça e liberdade", o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC)[50], fundados no interior das prisões, fizeram-se os dois maiores e mais populares comandos criminais do país. Fato é que, no Rio de Janeiro, moradores das favelas cariocas onde as políticas de enfrentamento, sobretudo, acontecem, expressam viver

[50] O PCC incluiria, tempos mais tarde, o termo "igualdade" ao lema (HIRATA; GRILLO, 2019).

no meio da linha de tiro da guerra entre traficantes e policiais militares e entre as facções rivais do varejo de drogas ilícitas[51]. A favela pede paz e os movimentos sociais e ativistas protestam. Afirmam que a guerra é, na verdade, genocídio. Discursos em disputa, contudo. A guerra vivida por aqueles que se pensam nela não é a mesma; a paz ansiada também não. Se a guerra constitui dispositivo que auxilia a refletir os conflitos violentos, há de ser evidenciado que ela convoca a conceituações variadas, a depender da posição a partir da qual se enuncia. Não se trata de dois lados da mesma guerra, mas de mundos e guerras diferentes (CALDAS, 2021). Nesse horizonte, emerge a questão: de qual guerra e de qual paz estariam falando os/as agentes da Polícia Militar do estado quando do acionamento das redes discursivas que os/as fazem heróis?

Miranda e Muniz (2021) dissertam sobre as "múltiplas vidas institucionais" do Estado, vidas atualizadas em embates diante da heterogeneidade que conforma sujeitos, normas, valores e dispositivos. É na interação entre pessoas, documentos e instituições, que as políticas públicas emergem. Antes do movimento de seus atores, ela é algo não explícito[52]. Refere uma dinâmica de forças que serve como sensor de avanços, estagnações e retrocessos. Isso posto, o exame das políticas de guerra implica em conferir sentidos ao conhecimento tácito e às múltiplas redes de definições criadas pelos vários atores nesse processo social (CALDAS, 2021). Por essas linhas, não pretendo tratar dos distintos mundos que se estruturam, mas acompanhar a narrativa policial

[51] Em voo rápido, apenas para trato introdutório, cabe dizer, que o mercado da cocaína na cidade do Rio de Janeiro efetivou-se como marco importante para a construção do cenário da violência armada. Seu comércio está associado às principais facções criminosas do estado: Comando Vermelho (CV), o Terceiro Comando Puro (TCP) e o Amigo dos Amigos (ADA). O Comando Vermelho acabou se tornando amplamente conhecido no decurso dos anos 1980, quando vultosos assaltos foram atribuídos a seus integrantes. Mas foi somente no final da década, que o controle das facções sobre o varejo de entorpecentes nas favelas foi, por fim, constatado – demarcando um lapso temporal entre o surgimento dos "comandos" e a expansão de sua influência sobre os mercados ilegais nas zonas populares. Esses grupos incorporaram a venda de drogas ao rol de suas ações e se estabeleceram nesses territórios objetivando garantir a proteção de espaços de venda conhecidos como "bocas de fumo". No que diz respeito à sua estruturação, o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, é conformado por pequenos grupos atrelados a facções e comandos de ajuda mútua e pertencimento. A qualidade de dispersão desses grupos faz com que a desarticulação das facções seja uma empreitada difícil, ao passo que a prisão de um componente, por exemplo, não atrapalha, em necessário, os fluxos de armas, drogas e verbas em circulação. Desse modo, os "comandos" podem ser definidos como redes constituídas por acordos precários entre os "donos" (proprietários do negócio) das vastas áreas do varejo que, em determinados casos, encontram-se privados de liberdade dentro de presídios. Destarte, não há, pois, uma rede geral formada por um representante maior ou o "dono dos donos". Ao contrário, o que se desvela são contatos intermitentes entre os donos e contatos regulares entre um dono e os seus respectivos "gerentes" (pessoas de confiança) nas mais diversas localidades. Em linhas gerais, cumpre assimilar quando falamos dos grupos criminais, que se referem a coletivos organizados de maneira complexa, em um jogo de escalas locais e translocais, mobilizando relações horizontais e hierárquicas na dinâmica político-econômica. Vale realçar, que embora haja variações relevantes na configuração do comércio, considerando a lente que se olha e em função das diferentes circunstâncias que favorecem ou não o seu desenvolvimento, o tráfico de drogas não é fenômeno restrito às áreas favelizadas da cidade, mas está presente também nos locais mais abastados da região (MISSE, 2007; HIRATA; GRILLO, 2019; CALDAS, 2021).

[52] Esse é um ponto que precisa ser destacado, à medida que, para as autoras, o senso comum no campo da segurança pública é atravessado por uma lógica prescritiva e instrumental das instituições, que prega a hegemonia narrativa. Isso tem, inexoravelmente, a ver com a constatação de uma tradição política, que é tutelar, e que repercute o apetite por uma ordem estática, vinda de cima, desejante da imposição de uma harmonia uniforme aos que lhe parecem subordinados (MIRANDA; MUNIZ, 2021).

militar fluminense e, assim, a narrativa de homens e de mulheres dispostos no *front* do combate. Por entre a porosidade das fronteiras, a produção do "herói". Um processo que imprime a honra, a força e a coragem do homem-de-guerra na apresentação, pois, do glorioso mundo da caserna. Homens e mulheres que expõem os seus corpos em uma aventura de morte porque ambicionam também a construção de um legado. Pensam-se guerreiros e, como tais, conduzem suas práticas com base em um código específico de ética. Dos encontros dialogados, o compartilhamento de histórias de vida que trazem à cena situações memoráveis e atos espetaculares vivenciados pelos que se julgam os "verdadeiros" exemplares do cosmos "sangue azul". Muniz (1999) afirma que,

> de certa maneira, essa versão espetacular da vida policial procura também contornar o tédio e a monotonia que se fazem presentes nas alternâncias de ritmo próprias de uma ronda convencional em uma dada área da cidade. Quem ao menos já parou ao lado de uma radiopatrulha em um sinal de trânsito, pôde perceber o estado fastidioso dos seus tripulantes "desocupados" pela falta de um chamado emergencial ou pela ausência de uma ocorrência a ser assumida. Os PMs têm razão quando afirmam orgulhosos que na rua acontece de tudo. Mas é igualmente verdade que esse "tudo" contém, inclusive, o torturante vazio das ocorrências e a insuportável constatação de que "nada está acontecendo" (MUNIZ, 1999, p. 194).

Ainda na trama das argumentações de Jacqueline Muniz (1999), nada pior para a polícia, que se estabelece na presteza do pronto-emprego amalgamada, por sua vez, a uma política que sobrestima a produção dos números, do que a suposta ausência de acontecimentos. Nesse plano, talvez seja possível dizer que a experimentação do tempo de maneira presentista e interveniente conduz os/as militares a lidarem de modo bastante singular com a espera ou com os estados de prontidão prolongados, sobretudo, quando da certeza de que alguma coisa está acontecendo em algum lugar, nesse exato momento, só que distante do alcance de suas vistas. Do que rememoro: "você fica torcendo pra alguma coisa acontecer pra você trabalhar. A adrenalina sobe na hora", diz Cb. Castelo. Situação comum, mas nada simples. É que grande parte das iniciativas adotadas pelo policial da ponta em sua rotina convencional, desde as ações preventivas e dissuasivas até as intervenções repressivas, por vezes, tendem a se fazer "invisíveis" ao/à próprio/a operador/a que atuou no incidente, para a sua corporação e, ainda, para a sua clientela primária, os cidadãos. Todos os dias, longe da alçada de seus superiores, policiais da ponta tomam decisões de "baixa visibilidade", que geram efeitos sobre a vida e a liberdade das pessoas que circulam pela cidade. Dentre as ações realizadas, uma fração expressiva se desfaz no ato do encerramento satisfatório da ocorrência. Isso acontece com maior frequência quando da efetivação de procedimentos que, por razões diversas, não dispõem dos parâmetros de inserção no sistema de registros instituído.

A pressão exercida interna e externamente sobre o ente policial, diz da cobrança pública por indicadores visíveis e mensuráveis, que motivam o aprofundamento dos impactos derivados

da precariedade de agências de controle e supervisão das ações policiais[53]. Além de serem essas zonas de baixa visibilidade, vulneráveis a toda sorte de interpretações individuais, que tendem a confinar a atribuição ostensiva ao crivo do "bom senso" pessoal, conjuntamente, as dinâmicas militarizadas, dão o tom das expectativas concernentes à tarefa repressiva. Alegorias associadas à simbologia da guerra são empregadas para marcar o procedimento policial e cobrar iniciativas e formas de intervenção frente aos conflitos urbanos. Na gestão ordinária da vida nas ruas, os/as operadores/as da segurança, são instados/as a manter o equilíbrio na fronteira entre as contínuas demandas do intramuros e a pressão advinda das multiplicidades que delineiam o fazer policial (MIRANDA; MUNIZ, 2021). Nessa esteira, Sontag (2007) explicita como o uso metafórico se firma como mecânica útil aos interesses do nosso tempo. A metáfora da guerra – aqui entendida como dispositivo[54] – apresenta três frentes de análise relevantes: a primeira, aponta um esquema bem segmentado entre um grupamento considerado interno e, outro, externo. Ademais, o senso de urgência e aceitação dos riscos despontam como uma segunda pista. Por fim, do que se indica a adesão metafórica, tem-se o fato deste ser um recurso apoiado por um campo de compreensão basilar e absolutamente difundido pela retórica da "insegurança", que captura e mobiliza à ação. Quais as métricas dessa régua, afinal? Ou mesmo por essas vias, qual a sua utilidade?

Não parece demasiado lembrar, que as linhas que fiam os movimentos dessa tese tomam forma em tempos de celebração aberta ao extermínio, do triunfo dos discursos de ódio e repúdio à preservação de direitos civis, que se nutrem do sentimento de medo partilhado pela população. A ampla defesa de soluções extrajudiciais ou a constituição de amparo legal para certo tipo de "justiçamento" têm se espraiado como procedimentos resolutivos para o problema da violência. Nesse ponto, além de não parecer haver preocupação em esconder, mas, ao contrário, interesse em exaltar a extralegalidade e a morte como tecnologias de atuação do Estado diante da questão criminal, a guerra sugere, assim, ser a face primordial do prisma entre governantes e governados – enquanto o seu instrumento de propulsão, justificativa e expansão é a "guerra contra o crime". A insegurança, ao que se denota, é o lugar-síntese das desconfianças e temores vividos na gestão cotidiana das nossas vidas. Ela se evidencia como um elemento fundamental ao funcionamento

[53] Caldas (2021) defende que, na última década, foram inúmeras as investidas organizacionais em favor do auxílio colaborativo, visando o desenvolvimento de ferramentas e métodos de controle das atividades policiais. De acordo com o autor, entre as apostas, estão os cursos e treinamentos oferecidos pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) e, ainda, outros equipamentos, que englobam a parceria com o Laboratório de Análise da Violência (LAV/UERJ) e com o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), espaços de referência no estado do Rio de Janeiro. Em comum entre os projetos, o fato de que todos foram descontinuados.

[54] Como já delineado, é dessa maneira, portanto, que compreendo a guerra: como um dispositivo. Dispositivo esse que produz metáforas, discursos, retóricas, ou seja, a ideia de guerra que fabrica o mundo e, por isso, tomada, aqui, como dispositivo. Nesses termos, o uso da guerra como metáfora, conforme Sontag (2007), é admitida como parte do modo como o dispositivo opera.

de uma economia política de controle e regulação sociais que condiz com o contexto neoliberal, moldura que opera como um arranjo complexo e se expande além do capital (CALDAS, 2021).

De acordo com Muniz e Cecchetto (2021), a produção da insegurança corresponde a um projeto de poder que tem gerado impactos sociais e políticos responsáveis por minar as relações de solidariedade e a cidadania. Com a propagação desse instrumental, faz-se possível constatar que os regimes de medo não apenas estão ganhando fôlego, como têm se desdobrado nos apelos constantes por medidas de extirpação do perigo. Hirata e Grillo (2019) informam a constituição de uma determinada realidade que estabelece a interação entre os riscos da ameaça à integridade física, pessoal e material da população à premência do comércio de drogas na paisagem carioca. Essa díade violência-tráfico refletiria a simplificação e a personificação das ameaças descritas. Na centralidade do "crime organizado", a fisionomia do "traficante de drogas" emerge, assim, como figura singular que encarna o mal a ser aniquilado (D'ELIA FILHO, 2015). Diante disso, a lógica proibicionista se efetivou como pressuposto que movimenta no cotidiano a justificativa da "guerra às drogas" como problema que precisa ser gerenciado no nível da segurança pública. Os relatos partilhados ilustram narrativas que sublinham que as drogas representam um dos elos de reprodução de um cenário criminal mais extenso e intrincado. O repertório utilitário do medo alcança, com base nessa trama, os meios disponíveis para atualizar a guerra impelida pelo terror.

> Já há algum tempo a guerra contra o crime organizado vinha servindo de pretexto para acionar dispositivos de exceção, sitiar populações e incapacitar os indesejáveis. [...] Agora, o lastro democrático que ainda estabelecia alguns limites ao extermínio parece estar afundando. [...] A articulação entre neoliberalismo e neoconservadorismo vem no mundo induzindo um processo de desdemocratização. Em terras brasileiras, a nova aliança entre neoliberalismo, neoconservadorismo e a militarização assume a dianteira do movimento de abandono da aposta em instituições democrático-liberais, em favor da necropolítica. [...] Se outrora a ampliação dos conflitos apresentava-se na cena pública como solução à violência, o que restou dessa aposta foi a cega adesão ao combate à "impunidade", agora despida de preocupações com garantias civis que antes a acompanhavam (HIRATA; GRILLO, 2019, p. 556).

Na contramão de uma leitura sobre segurança pública como campo interessado na busca pela garantia de direitos do cidadão, a análise da insegurança como mecânica de poder, ressalta o caráter processual dos modos de dominação voltados à difusão de expedientes responsáveis por influenciar condutas, propiciar a alteração das relações sociais e distorcer a função do estado enquanto promotor do bem público (MUNIZ; CECCHETTO, 2021). Não há dúvidas, portanto, de que pensar as políticas de guerra é lembrar como o paradigma da "guerra às drogas" produz impactos diretos e indiretos nas políticas públicas de segurança do país. No cenário de repressão às drogas no Rio de Janeiro, algumas referências são fundamentais: as pressões internacionais por soluções antidrogas, o desenvolvimento dos textos legais e os modelos de gestão pública, a

forma como as agências de segurança – aqui, a Polícia Militar – percebem o seu ofício rotineiro apoiadas em um dado curso histórico e a forma como analistas e críticos avaliam esse trabalho. Um projeto coproduzido por uma rede de atores em meio a composições e a recomposições de ações, materialidades e saberes diversos e dispersos (CALDAS, 2021). Forças em movimento, que ora pressionam por soluções e práticas correlatas e mais alinhadas, e ora se distanciam nos empreendimentos locais e interesses particulares. Muniz (1999) anui ser esta, dinâmica central, visto que, segundo a autora, parece certamente sem sentido pensar que as políticas poderiam se perfazer de forma unilateral, sem negociações, barganhas ou mediações com o mundo externo.

Uma compreensão elementar, todavia, insuficiente nos termos propostos pela pesquisa. Tatear e acompanhar os sentidos da guerra a partir dos discursos dos/as agentes policiais suscita mais do que isso. Convoca a questionar o campo, perguntar aos/às entrevistados/as se a questão da guerra às drogas comparece, de fato, como uma agenda relevante ao diálogo experimentado. A temática das drogas serve, assim, como ponto de inflexão que faz desdobrar questionamentos e análises, nunca um ponto de chegada. É um recorte alicerçado em uma série narrativa extensa, produtora de bifurcações e de outras capilaridades no traçado das linhas que ajudam a partilhar a história da guerra contada por meus/minhas interlocutores/as.

> As pessoas têm a mania de dizer que a guerra é contra as drogas. A guerra não é contra as drogas, as drogas não são o problema principal. A guerra é uma guerra pelo poder. Aí a guerra vai se transformando em uma guerra territorial porque o vagabundo quer aquele território ali pra vender a droga e pôr dinheiro no bolso. O dinheiro gera poder e eles demonstram poder através das armas. É assim que funciona no final das contas. Eles lutam pelo poder entre eles e a gente entra na guerra pra não deixar eles terem o poder, pra conseguir manter a ordem (Sd. PM Felipe, BPM Zona Norte).

> Eu sei que muita gente acha que o viciado tem problema de saúde. Em certo ponto eu concordo porque eu tinha o meu pai que bebia muito, o que ele tinha era uma doença. A polícia não vai conseguir fazer nada aí, tem que ser por outros meios. Mas um local que tem muito viciado é um lugar propício para o tráfico. O vagabundo é pra atacar. Eles ostentam armas de guerra, fuzil muito melhor que da PM. O tráfico põe o cidadão de bem em risco, se tiver que matar polícia eles matam, matam inocente. Vagabundo é uma raça covarde. [...] Se existir o viciado, vai existir o tráfico de drogas e a guerra (Cb. PM Riquelme, BPM Zona Norte).

> É só fazer o certo, querer trabalhar certo, que a guerra tá declarada. A polícia trabalha pra dá trabalho para os caras. O policial é o lado certo, é o lado do Estado, é o lado do cidadão que quer ter a sua liberdade garantida. É uma guerra pela nossa liberdade, na verdade. [...] Claro que tem gente querendo parar a gente porque o polícia que trabalha certo incomoda, não deixa a boca fluir, não deixa entrar dinheiro no bolso de muita gente. [...] Tem muito polícia que é bom, que quer trabalhar, manter a cidade limpa, livre do tráfico. Acho que nunca vai ficar 100% limpo porque depende de muita coisa, mas cada vez mais a gente tem que expurgar eles, tirar esse poder que eles acham que têm, minar a superioridade bélica fazendo o nosso trabalho... [...] A paz é só pra quem merece, eles nunca vão ter paz com a polícia (Cb. PM Marcelo, BPM Zona Norte).

Nas entrevistas, foi recorrente escutar dos PMs que o ofício policial não está direcionado às drogas, ainda que elas façam parte do cotidiano da tropa e constem nas matérias jornalísticas orientadas às "operações contra o tráfico". Para eles/as, os procedimentos que geram a incursão militarizada visam, em primeiro lugar, mitigar o poder bélico e simbólico dos grupos armados. As operações de repressão às substâncias entorpecentes ocorreriam, então, de forma incidental, já que a sua comercialização está ligada a outros crimes, como: roubos de rua, veículos e cargas. Isso posto, tem-se que a preocupação fundamental da agência policial militar, nesses contornos, sugere, de fato, ocasionar prejuízos para os traficantes e reduzir a sua capacidade de resistência. Nessa visão, isso acontece porque o mercado das drogas serve como ferramenta de capitalização das entidades criminosas para a execução de outros crimes ou procede, de forma concomitante, com demais delitos, especialmente a posse de armas de uso ilegal para o controle dos territórios. A visão predominante dentro da polícia parece ser de que o uso de "armas de guerra" por grupos criminosos significa a ampliação do seu poder de ação e, por conseguinte, de seu potencial letal. Do termo nativo presente no texto, a referência a uma expressão genérica utilizada para nomear armamentos de grosso calibre e de alta potência: "aqui a gente lida com guerrilheiro, os gansos[55] estão com granada. O cara sai pra roubar com uma pistola, um fuzil e duas granadas. Onde você vê isso? Mas essa é a realidade do policial militar no Rio de Janeiro". O operador ainda conclui: "a gente banca porque tem um ideal, que é fazer o que ninguém quer fazer. Nós somos a última barreira contra o mal. O que o polícia passa aqui, nenhum policial passa em nenhum outro lugar do mundo. A gente tá vivendo essa guerra... a polícia já tá na rua há muito tempo".

No desdobrar dos diálogos, os/as agentes fluminenses, não raro, asseveram que a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro é vista como objeto de curiosidade por parte dos/as colegas de profissão de outros estados, arrebatados pela dinâmica conflitiva em sua singularidade hostil.

[55] "Ganso" é um termo informalmente adotado por membros da PMERJ para representar o estigma do sujeito que apresenta um conjunto de comportamentos degradados e, por isso, considerados reprováveis. Cruz e Costa (2021), ressaltam que a expressão, na gramática da caserna, é dirigida a pessoas que evidenciam algum envolvimento com as drogas ilícitas. Essa relação não se restringe ao consumo, pois engloba também aqueles relacionados ao tráfico. Em linhas gerais, no terreno das estereotipias, o "ganso" se revela um sujeito desprezível, que refere uma tentativa de homogeneização dessa figura tomada como odiosa pela maioria dos/as agentes policiais, fazendo-se, portanto, critério de desqualificação por representar a guerra a que os/as PMs são diuturnamente expostos. Em qualquer que seja o contexto, para esses/as agentes, lidar com o "ganso" reflete parte da missão policial. Identificar um "ganso" requer o desenvolvimento da calibragem do "tirocínio", ou seja, o refinamento de uma habilidade particular aos policiais, que comporta, além da intuição vocacionada, a vivência de rua produzida a partir do exercício cotidiano na linha de frente, bem como no fortalecimento da capacidade de suspeitar e de antecipar condutas em contextos de grande exposição (ROCHA, 2019). Questão relevante destacada por Cruz e Costa (2021), é que o termo "ganso" pode ser aplicado também a policiais usuários de drogas ilícitas, importando a polissemia da expressão. As autoras registram que ainda que o indivíduo não apresente os mesmos comportamentos do "ganso da rua", a relação que esses policiais têm com as drogas é suficiente para defini-los como tal. Qualificar o PM como ganso é uma tentativa de afastá-lo dos valores e da imagem institucional. Longe de ser visto como inimigo, ele passa a ser lido como um ser degenerado e inferior (CALDAS, 2021).

No Rio de Janeiro, ao que indicam, o confronto é caracterizado pela presença ostensiva de fuzis, ciclos de vingança e tensões difusas diante dos riscos de serem acometidos sem o mínimo sinal. A "guerra do Rio" é anunciada como o grande diferencial que permitiria destacar a PMERJ das outras instituições públicas e demais dispositivos do universo civil. A realidade do estado indica ser local privilegiado para expressar o orgulho de pertencer a uma "corporação forjada na bala", que se distingue não apenas do mundo externo, mas é apreendida como um exemplar guerreiro, principalmente, para dentro dos muros da fortaleza policial militar.

> O policial que trabalha aqui no Rio não pode morar em qualquer lugar, andar de ônibus ou andar de trem, até porque o trem passa em regiões onde o tráfico domina a estação. O Rio de Janeiro é uma realidade completamente diferente, ninguém vê isso em outros lugares. Entra naquela história do armamento de novo, tem a munição deles também que não acaba nunca. E isso agora eu não tô nem falando da variedade das armas não. Tem hora que você não consegue nem escutar o intervalo dos tiros. E eu preciso contar a minha munição porque eu não vou ter quase carregador. Já começa tudo daí [...] Não tô dizendo que os colegas não são preparados, mas a rotina é outra. Isso tudo que gera curiosidade neles. Se as pessoas como um todo, se a população tivesse conhecimento mesmo da realidade do Rio, ninguém saía mais de casa. Nós vivemos uma dinâmica social que, em outro lugar, qualquer pessoa ficaria maluca [...] Só que o polícia do Rio é diferenciado, a corporação é forjada na bala (Cb. PM Marcelo, BPM Zona Norte).

> Polícia no Rio de Janeiro tem que ser safo, é um cara safo. Falam que a polícia no Rio de Janeiro não é preparada. Vem então viver a nossa realidade um dia só pra realmente saber. A PMERJ é preparada sim, é uma das polícias mais preparadas [...] O cotidiano prepara o policial da rua. Não tem como não aprender nessa guerra que a gente vive. Você aprende com os caras mais antigos, esses caras que têm muito mais experiência. A prática acontece no dia a dia mesmo. [...] O ganso aqui faz tática de guerrilha: acerta morador, vai pra perto de escola, fica nas áreas de grande circulação... Acerta morador porque sabe que a polícia vai socorrer. [...] Eu gosto de guerra? Eu não gosto de guerra, mas nós somos combatentes. Se eu tenho que fazer o serviço policial, eu vou fazer, alguém tem que fazer. Se omitir também é uma escolha, você tem a sua parcela de culpa. É igual aquilo que... ou você se omite, ou você se corrompe ou então vai pra guerra. Eu não entro na favela pra matar, a polícia vai pra prender. Só que o ganso não vai se entregar, não vai entregar as armas dele, não vai fazer isso. Eles vêm pra trocar com a gente, eles trocam entre eles... Então se eles atiram pra me matar eu tenho que oferecer uma rosa? (Cb. PM Riquelme, BPM Zona Norte).

Conforme Misse (2007), os homens do tráfico, ao longo do tempo, nunca firmaram um acordo entre os grupos faccionados que visasse dividir o terreno e diminuir as disputas. A lógica de inclusão/exclusão de que resultam as facções, embora promova a solidariedade interna entre membros do crime que se reconhecem pelo mesmo nome, impele também rivalidades tangíveis. Falamos de uma guerra que põe em movimento mecanismos de coesão e reconfigura as relações de poder existentes. Zaluar (1990) coopera com o debate quando a autora nos convida a analisar os conflitos armados sob os diagramas da ética guerreira.

> Na questão da guerra fica mais claro o entrelaçamento entre a lógica econômica e a cultural do *ethos* da masculinidade. Não são explicações alternativas, mas tópos em cuja intersecção a guerra se dá. Pois é claro que as quadrilhas guerreiam entre si pela manutenção de seu espaço, das fronteiras de sua área, com a finalidade de ter controle

> sobre o negócio montado ali. No entanto, esse espaço é representado imaginariamente como tendo uma inviolabilidade que supõe a sua associação à identidade masculina, com o corpo dos membros da quadrilha. Área invadida é área emasculada. Os seus defensores ficam desmoralizados no local. Do mesmo modo que um homem não pode levar ofensa sem dar resposta – "tem que ter volta", a "área" não pode ser pisada ou tomar tiros sem reagir, o que pode provocar as rixas intermináveis e um processo incontrolável de violência, ou seja, a guerra (ZALUAR, 1990, p. 63).

Uma ética que ao mesmo tempo que forja, move o "guerreiro" por trajetos de uma vida valiosa, com vivências memoráveis e coragem para se expor. Discorrer sobre a figura guerreira é tatear os contornos que dão forma à sua existência, a partir de um conjunto de forças múltiplas. Na caserna, o *ethos* guerreiro dita um modelo de comportamento baseado na ordem e no mando, tal como no código de honra policial, que implica a aceitação da imposição do poder pelo léxico da violência, em meio a um aparato privilegiado de resolução de conflitos (PONCIONI, 2021). Por aqui, especificamente, a ética guerreira aparece atrelada ao valor da capacidade de "bancar" a guerra e os seus desdobramentos como política de segurança. Nesse sentido, a voluntariedade do empreendimento parece esmiuçar os modos através dos quais o policial-guerreiro administra o seu corpo na guerra e, ainda, a forma que lida com os riscos. Não sem razão, o ato de "bancar" opera sempre, na visão dos/as agentes da segurança, na linha fronteiriça entre a vida e a morte: "quantas vezes o policial não sai de casa para o serviço e se despede da família com medo de não conseguir voltar? Nós não falamos isso pra eles, claro, mas todo policial tem medo de olhar pra sua família e aquela ser a última oportunidade", diz Cap. Romano. Assim, a ética guerreira, diante dos encargos do "bancar", trata a vida enquanto valor que insere a morte como elemento de reflexão dos vetores em jogo no cumprimento da missão.

Isso não significa admitir que o policial-guerreiro almeja uma cena firmada na proteção. O próprio ato de "bancar" ganha valor de teste de competência, que atualiza o rol dos que devem ser aceitos e afirmados sob a etiqueta de "policiais de verdade", tal como declara Cb. Riquelme: "tipo quem entra pela estabilidade. Quer estabilidade? Faz outro concurso, toda hora sai um aí. Tem que pensar bem antes de entrar porque depois que tu entra, vai precisar "bancar". Não vem pra ser servidor público não, vem pra ser policial de verdade. Só não diz que veio enganado"[56]. O relato permite constatar que assumir o *ethos* da masculinidade, do qual nos fala Zaluar (2012), requer voltar o olhar não somente para traços individuais. Isso demanda, porém, olhar para toda uma junção de práticas sociais, que transcendem o marcador biológico. Destaco, outra vez, que

[56] No dia 28 de outubro, data em que se comemora o dia do servidor público, um movimento curioso se espalhou pelos perfis pessoais de alguns/algumas dos/as policiais militares que acompanho nas redes. No ano de 2023, uma imagem, em especial, circulou nesses espaços. Na legenda, a inscrição de uma mensagem composta de clara ironia: "a você que passou em um concurso policial, mas tem medo de andar armado, gosta de uma sombra, gosta de um serviço administrativo, que se esquiva de operações, feliz dia do servidor público"!

o corpo é elemento central no processo de apropriação dos valores e das qualidades guerreiras, ou seja, no processo de incorporação de crenças, *práxis*, códigos, símbolos e signos de combate, que criam verdades sobre as expressões de um fazer legítimo, um modelo ideal a ser alcançado. Acompanhamos, nesses fluxos, a exposição à condição mortal e vulnerável de um corpo que se coloca à prova diante dos riscos da contenda e em nome da preservação do legado ambicionado, "mesmo com sacrifício da própria vida", como há algum tempo pactuado.

Curiosa, questiono Cap. Romano sobre como ele fazia para seguir "bancando" um ofício que promovia diariamente "o medo de olhar pra sua família e aquela ser a última oportunidade". O operador faz uma pausa, passa a mão pela cabeça e, então, conclui: "não dá pra pensar muito". Um domínio absoluto necessita de uma submissão sem falhas, conforme expõe Zaluar (1990)[57]. Essa associação pode ser feita pela presença de outros dois artefatos essenciais: o porte de arma de fogo e a "prontidão" para matar – se preciso for. Uma ação meramente reativa, eles/as dizem: "a polícia não entra na favela pra matar, mas não entra pra morrer. O cara que atira na gente tá escolhendo o caminho dele. Uma hora a favela vira e tem que tá pronto pra reagir logo, não tem jeito. Ou você aprende ou morre. Quando isso entra na veia, já era", explicitou Cb. Riquelme. A capacidade de dominar está, nesse sentido, atrelada à força e à violência e, ainda, ao pronto-emprego e ao estímulo a não hesitação, o que contribuiria para afirmar o seu caráter irrecusável. Instaura-se, pois, um círculo vicioso, que tem na honra seu atributo central. Para Zaluar (1990), "uma definição masculina de honra que obriga a resposta a qualquer desafio, desliza-se a uma escalada de violência que transforma as armas em símbolos da masculinidade e garantias únicas contra a derrota vergonhosa ou a morte, e como instrumento de submissão ou da morte do rival" (ZALUAR, 1990, p. 64). Assim, os/as policiais militares dizem defender as suas vidas e estarem sempre à espera da morte, na provável espreita, em qualquer esquina.

Nessa arena borrada entre o ideal guerreiro, a letalidade e a vitimização policial, a noção de prestígio e autoridade de polícia alçam o homem de guerra ao seio dos heróis – aqueles cujas biografias superaram quaisquer dúvidas. No cumprimento da missão, o cálculo da coragem não se limita ao enfrentamento do perigo. Os indicadores envolvem, ainda, o sentido político de sua exposição pública, no compromisso juramentado em meio ao pelotão: "é uma decisão de muitas renúncias, mas eu me sinto orgulhosa. Eu tenho orgulho de ser policial militar. Eu jurei a minha própria vida perante o pavilhão nacional e vou honrar isso pra sempre", argumenta Cb. Castelo.

[57] As reflexões propostas pela autora têm como objeto de análise a experiência de pessoas que estavam ou que, em algum momento de suas vidas, haviam aderido ao "mundo do crime" (ZALUAR, 1990). Certos pontos levantados, no entanto, ajudam a refletir também as pistas produzidas no meu encontro com os homens e as mulheres da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, agora, desdobradas nessa tese.

> A exposição é uma característica do domínio do agir sobre a realidade do mundo e seus conflitos. Em todas as circunstâncias em que a imprevisibilidade e uma aparente desordem estão colocadas como a condição *à priori*, os guerreiros constroem os rumos de sua própria história, produzem a sua existência como forma singular e exemplar, como forma valiosa de vida. Por isso, a característica principal do guerreiro é a sua palavra. A importância da palavra se encontra no valor ético da responsabilidade, ou seja, da capacidade de responder sobre si no futuro. Essa é a maneira de desafiar a dinâmica aleatória do futuro sempre incerto e de suas circunstâncias imprevisíveis. Ao empenhar a palavra e se comprometer sobre seus atos no futuro diante dos outros, estabelece-se a fiabilidade de certo compromisso (HIRATA; GRILLO, 2019, p. 567).

A imagem do missionário, vinculada aos pilares do militarismo, segundo Storani (2018), antropólogo, ex-capitão da PMERJ e ex-instrutor do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), se alinharia à ética guerreira como uma forma mais específica de desafiar as demandas cotidianas e, nesse plano, mais distante do protótipo mediador. Ligado à figura do PM guardião, o mediador tenderia a situar a função policial como um serviço público e não enquanto ação de guerra. Atentar-se a essa questão, traz à baila o uso da força como tema central sobre a dinâmica policial. Isso porque o agente da segurança possui autoridade legal para o emprego da força em situações que não podem ser completamente definidas *à priori*, fazendo reverberar o que há de específico no seu trabalho. Muniz e Silva (2010), anuem que o mandato policial está, em muito, atado à legitimação do uso potencial e concreto da força, com base em uma série de postulados normativos. Nessa medida, o sentido de sua utilidade sugere a produção de obediência e respeito aos limites da lei. Essa posição é tributária do debate empreendido por Bittner (2017) acerca da aplicação da força policial. Para o autor, a natureza da função supõe o poder de subjugar alguém, em desfavor da sua vontade, à modificação de dado comportamento afirmado como inadequado ou de risco. Um meio de força legal pronto para responder imediata e emergencialmente às mais distintas demandas por ordem pública (MUNIZ, 1999).

Voltar o olhar à temática não significa, no entanto, reduzir o trabalho policial às funções de repressão e emprego da força, muito pelo contrário. De acordo com os/as autores/as e, ainda, para os/as entrevistados/as, os eventos em que o uso da força se apresenta, apontam a episódios menos comuns – ainda que constantes, na concepção policial – quando comparados à totalidade das ações cotidianas (BITTNER, 2017; MUNIZ; SILVA, 2010). Diante disso, há de se enfatizar a partir da centralidade do uso da força, que a atividade policial corresponde a um procedimento

> definido pela característica de não se poder opor a ele durante o seu curso normal e, se acontecer tal oposição, a força poderá ser usada. Isso é o que a existência da polícia disponibiliza para a sociedade. Desse modo, a questão "o que os policiais devem fazer?" é quase completamente idêntica à questão "que tipos de situações exigem corretivos que são coercitivos e não negociáveis?" (BITTNER, 2017, p. 132-133).

Nesse ponto, se o emprego da força não caracteriza a maioria das intervenções realizadas pela polícia, então por quais fins a sua aplicação, mesmo quando tratada como possibilidade ou

autorização genérica, diria respeito à essência do mandato policial? Conforme Rolim (2023), é provável que esse seja um dos roteiros assumidos na capilaridade da gestão política, que se faz desdobrar, dentre outros, na hipertrofia do apelo repressivo – colaborando com a atualização da teia de violências ao negligenciar as inúmeras ações ocorridas, diariamente, na cena fluminense. A temática do uso da força é eixo sensível para o autor, pois ela estaria intimamente atravessada pela noção de base legal e consentimento. O trabalho policial dependeria, assim, da legitimidade pública e de elevado consenso social. Dito isso, quanto mais consistentes forem as expectativas da população, mais apoiadas serão as ações policiais. Acontece que, no contrassenso da função de polícia, o texto que se aquiesce é de outra ordem. O que se dá é a operacionalização de uma dinâmica militarizada. Uma ordem, portanto, que não exige, ou exige pouco, o estabelecimento de diálogos mais estreitos com os sujeitos atravessados pelo seu trabalho. Homens e mulheres formados/as para e pela guerra, vocacionados/as à extinção do inimigo, com quem "não mantêm qualquer interação". Assim, quanto menor tem parecido ser a relação entre a corporação policial e uma parcela da sociedade, inversamente proporcional tem sido a disposição "sangue azul" no cumprimento da missão redentora (ROLIM, 2023) – a missão de "libertar a sociedade do mal".

"É a luta do bem contra o mal. A polícia é o que o vagabundo teme", garante Cb. Waldir. Destarte, é pela via da retórica maniqueísta que o confronto se faz viável. O enfrentamento tem justificativa através da perseguição de um ideal: "vá e vença"! – bradam os fortes. A glória dos combates sangrentos contra os inimigos, enquanto marca festejada, em última análise, explicita que o ato de "bancar" desvela a coragem para se lançar na guerra, mas, antes de tudo, a destreza substancial para enfrentá-la. A conjunção dos atributos de bravura, de força, honra e de coragem se evidencia nas contingências do pronto-emprego policial, referenciando uma forma de ação, portanto, avessa a tremulações. Por meio da máxima do "vá e vença", a entidade militar resume a obrigação de agir. Ademais, ela diz da necessidade do/a agente não se perder em ponderações que conduzam ao risco de "colar as placas"[58], como referem. Sob a discricionariedade fundante de seu trabalho, cabe ao/à operador/a da ponta da hierarquia o cumprimento da missão: "o nosso lema é avançar. A polícia sempre vai avançar, de todo jeito. Nós entramos pra fazer o que tem que ser feito: servir e proteger a população", certifica Sd. PM Felipe.

[58] Na cultura policial, de acordo com os/as interlocutores/as, a concepção de "colar as placas" significa paralisar, não conseguir reagir frente às urgências da guerra. Ao "colar as placas", o/a policial vulnerabiliza toda a guarnição, colocando em risco os/as companheiros/as e comprometendo a ação. No Capítulo 1, nas páginas da seção intitulada "Entre a florzinha-vulnerável, a pedra-embrutecida e a guerreira-multiforme: os trânsitos da criação de um corpo-PMFem", o relato de Cb. Feitosa acerca de sua participação em operação realizada no Complexo da Maré, ilustra o que os/as entrevistados/as anunciam sobre o termo nativo.

> A primeira troca a gente nunca esquece. Meu coração parecia que ia sair pela boca. É uma adrenalina boa, eu tava sentindo o meu corpo vibrar em um nível tipo máximo, de um jeito que eu nem sei dizer direito. É difícil porque eu não sabia de onde estavam vindo todos aqueles tiros. Fiquei tensa, mas não parei. Graças a Deus eu consegui agir, não colei as placas. [...] Só com o tempo, com as outras experiências, que aí eu fui desenvolvendo noção de espaço, de barulho, entendi melhor o terreno, já sabia onde tinha que me abrigar só pelo barulho do tiro, tipo um radar. [...] Só quem honra essa farda sabe o que isso significa. Aqui na Polícia Militar, o policial que vibra é quem avança (Cb. PM Castelo, BPM Zona Norte).

"Um corpo que não vibra é um esqueleto que se arrasta", realça a publicação da PMERJ em sua página oficial do Instagram, sobre o treinamento de "futuros combatentes que dentro de pouco tempo estarão nas ruas". Nesse prisma, desde a etapa de formação, o/a operador/a que se distingue é, em regra, o/a detentor/a de um corpo que "vibra". A distinção indica a importância da ética guerreira à rotina da corporação. Ganha ênfase, assim, um modo de fazer, notadamente, diverso daquele imbricado à face do "funcionário público", com frequência, o/a agente que não pode ser definido como "policial de verdade", ao passo que não parece disponível às inclinações do ofício guerreiro. Em última instância, o/a policial militar que "vibra" exibe uma performance mais enérgica no exercício da missão; uma energia, pois, que se transmuta em atos de coragem. Quem não se expressa por essa lógica, mesmo que reivindique o seu lugar de pertencimento na caserna, por consequência, não alcança espaço simbólico na vida intramuros (SOARES, 2019). O senso de dever é outro dos aspectos do/a agente que "vibra". Isso se dá porque ele/a é visto/a como um modelo a ser seguido. Na contramão, os/as que não exibem a ética guerreira, acabam se fazendo sinônimo de enfraquecimento da tropa e, por essa razão mesmo, são segregados por seus pares ao se confirmarem presença indesejada em um grupo cuja coesão sugere ser intensa: "temos que ter fibra, postura, continuar vibrando. Até porque se tem um que destoa, a guarnição dá logo um jeito de tirar", já havia nos alertado Cb. Castelo.

No enfrentamento ao poderio dos traficantes, o conflito entre os agentes e os integrantes das facções criminosas, seus "inimigos", estimula um embate espetacular, no qual as "armas de guerra" e as operações policiais ocupam posição central. Da obrigação de administrar o ímpeto desviante, objetivando a preservação da ordem, a tônica de que a Polícia Militar "enxuga gelo" nas fronteiras da segurança pública do estado, é usada pelos/as operadores/as quando falam de seus ofícios rotineiros. Compreendem que as soluções são todas provisórias. O que se sobressai, portanto, é a noção de que as tarefas de combate, por serem cíclicas e não passíveis de resolução, devem ser tomadas apenas como ações paliativas. Apesar disso, Caldas (2021) assevera que tal condição não implica, necessariamente, um cenário de esmorecimento pelos/as policiais diante da restrição de expectativas. Em contrapartida, o que se exibe é um intenso apelo à obtenção de resultados e, nessa dinâmica, ao dever de agir em favor da nobre missão que lhes foi designada.

Recordemos o relato de Cb. Castelo mencionado acima em seu entendimento sobre o fazer da polícia de enxugar gelo. É dessa maneira, que o dever policial, ainda que limitado, destaca-se como atribuição imprescindível, na opinião dos/as operadores/as. Uma marca, sobretudo, deve ser atingida: a expressão de sua produtividade (STORANI, 2018).

Nesse prisma, o controle da população tem como única face mensurável o seu elemento final – o número de pessoas presas e o total de ilícitos apreendidos no curso do dia de trabalho. Isso posto, "realizar uma boa prisão, ou seja, autuar um criminoso em flagrante delito é o que todo policial gostaria de fazer em suas atividades diárias" (PINC, 2006, p. 27). O pulo do gato, que torna requerida a ação policial militar, uma vez avaliada pelo quantitativo que produz e não pelo resultado que deveria importar, a concreta redução da violência, se dá quando o imperativo flagrante encontra um instrumento legal para fazê-lo em larga escala: a política criminal relativa às drogas e a legislação proibicionista dela derivada (SOARES, 2015; ROCHA, 2019). Assim, em um sistema bipartido, que atribui a atividade da investigação, com exclusividade, às polícias civis, a comunhão entre a "invisibilidade" das atividades ostensivas, o apelo moral dos regimes proibicionistas e a exigência por resultados mensuráveis nutridos pela lógica criminal, impelem uma mistura absolutamente explosiva, reservando à PM a execução de certo tipo de ocorrência. A cena fluminense é fabricada por operadores/as que respondem a estímulos de produtividade. Os indicadores servem como evidência do "sucesso" da política pública, cumprindo o seu papel de demandar soluções mais quantificáveis (MUNIZ, 1999; CALDAS, 2021).

> A polícia quer trazer paz para o Rio, para os seus moradores. Não é a facção que traz paz, é o Estado. Os moradores já não aguentam mais essa guerra de facção. Falam que o tráfico ajuda o morador. Ajuda quem? Ajuda o bolso dele e ajuda os interesses dele. Tem traficante que é frente e nem mora no morro. Põe dinheiro no bolso e coloca os moleques iludidos pra traficar, tudo ilusão. [...] Teve uma operação que foi linda, foi uma ocorrência de expressão enorme. Foram onze indivíduos neutralizados, quatro vieram a óbito e os outros foram presos; seis mesas de bar, aquelas de plástico, todas completas com drogas; pegamos três fuzis, pistola eram muitas, não lembro nem mais a quantidade, tinha granada, carregador também, eu sei que pegamos muita coisa. [...] Só tinha lenda naquela guarnição, caras com experiência de combate, polícia engajado no confronto e essa ocorrência linda pra história (Cb. PM Waldir, BPM Zona Norte).

Mas que fatores conformam nas avenidas, esquinas, becos e vielas da cidade, as decisões e soluções policiais militares? Em que consiste, portanto, a *práxis* discricionária que reveste as ações de segurança pública do estado? Aqui, faz-se preciso frisar os elementos que se conjugam na "liberdade de ação"[59]. Antes, cabe marcar, que o tema da discricionariedade policial é debate

[59] Esse é um termo de uso recorrente no universo policial. No ano de 2019, também foi citado pelo ex-governador, Wilson Witzel, por circunstâncias da defesa de que as polícias militares e civis tivessem, à época, garantias de que os/as seus/suas operadores/as não seriam punidos/as no exercício do dever. Witzel disse em seu discurso: "A maior liberdade de ação das polícias está dando resultado em todo o país". Na ocasião, a letalidade policial fluminense batia recorde na série histórica, cujos números começaram a ser, de fato, registrados, em 1998 (ESTADÃO, 2019).

imprescindível quando pensamos a polícia. Tratar da discricionariedade é atentar-se ao mandato que outorga à autoridade policial recursos – não arbitrários – à análise da oportunidade de ação nas intervenções junto à sociedade. A discricionariedade provoca uma série de questões à trama securitária a partir de sua relação com as subjetividades. Fica sob responsabilidade do/a agente, a avaliação dos casos em que há demanda pela sua intervenção. Os procedimentos coercitivos, ao restringirem as liberdades individuais, devem ocorrer com base nos parâmetros de legalidade e controle. Com efeito, dentro das arenas estabelecidas em lei, há certa margem de liberdade de decisão ante o caso concreto, de tal forma que a autoridade deve proceder uma solução possível, desde que legítima. Porém, a realidade que se apresenta é de uma lei imprecisa. Assumindo que a estrutura da Polícia Militar possui um problema de difícil solução, como aliar, nessa paisagem, a agência discricionária aos limites da hierarquia e autoridade comuns à instituição? Não parece difícil concluir, pois, que o/a agente, apesar de sua liberdade discricionária, experimenta níveis dramáticos de insegurança no exercício da missão guerreira (ROCHA, 2019; CALDAS, 2021).

A discussão sobre a agência e a estrutura policial militar mostra-se, portanto, necessária. A organização, enquanto aparato estatal, tem a sua liberdade por este operada. De igual maneira, os membros do corpo militar são formados para obedecer às ordens institucionais, independente de concordância, advindas dos estratos superiores. Em paralelo, é demandado tanto à instituição quanto aos/às policiais da ponta, o poder de decidir sobre a ação mais adequada em determinado tipo de evento, ou mesmo a legitimidade para decidir agir ou não em situação específica, perante um fato ou por sua antecipação (MUNIZ; PROENÇA JR, 2007). A questão que se impõe aqui é a seguinte: até que ponto a dinâmica policial cria condições ao desenvolvimento da capacidade de executar o princípio da discricionariedade? Quais os efeitos do seu uso ou de sua "renúncia"? Os desafios encontrados pelos/as policiais na prática rotineira referem a complexidade de terem que lidar com uma miríade de situações não previstas nos manuais, nas diretrizes e também nas notas de instrução. Esse poder policial oportuniza, assim, uma agência que se funda a cada nova situação emergente, a partir de cenários situados e possibilidades decisórias contingentes a esses cenários (OLIVEIRA; RON-RÉN JUNIOR, 2017).

> Como a polícia vai agir depende muito do comando, depende do governador também. Eu já vi coisa errada e não deu pra fazer nada, isso que acontece. Sabe por que eu não fiz? Porque eu sabia que se eu fizesse alguma coisa ia dar problema com o comandante do batalhão. [...] Não era nem problema jurídico, era administrativo. [...] Aquela forma dele... aquela era a forma que ele comandava, que ele pensava os interesses dele. Ele não queria confronto, não queria nenhuma questão na favela, era pra gente evitar. Foi isso que eu fiz. Então, mesmo que seja um cara bom de serviço, por mais que seja um cara cauteloso, que faça o trabalho certo, se naquele milésimo de segundo que ele tem pra agir, o tiro dele, que era pra acertar o vagabundo, pega em alguém, fura uma parede daquelas e acerta alguém que não tem nada a ver com nada, o policial que vai ter que

> se virar sozinho, que vai responder tudo sozinho. Não vai ter ninguém lá com ele nessa hora. É o polícia por ele mesmo (Sgt. PM Radamés, BPM Zona Norte).

A discricionariedade se desvela uma faca de dois gumes. À medida que oferta "liberdade de ação", transfere a responsabilidade ao/à operador/a da segurança, por eventuais repercussões advindas de suas decisões. Cabe demarcar que o manejo do exercício missionário é, geralmente, desprovido de normas e procedimentos claros. A "liberdade de ação" irrompe o plano individual do policial na rua e, nos espaços estratégicos, o diálogo entre governantes eleitos e os diferentes entes hierárquicos da PMERJ. Nesse horizonte, quanto aos meios e métodos utilizados, cumpre particularmente aos/às próprios/as policiais a sua determinação. No tempo de episódios críticos, a segurança é reduzida somente ao "vá e vença" do ofício militar, denotando que as autoridades administrativas terceirizam seu comando político, justificando a independência técnica, por não quererem assumir os custos das ações policiais de sua responsabilidade. Segundo Muniz (1999), quem distribui a missão, deveria delimitar os meios e os seus modos de ação. Nessa perspectiva, Proença Jr, Muniz e Poncioni (2009, p. 44) nomeiam de "governança de polícia" os esforços de controle institucional. Nesses termos, o desafio na área da segurança pública é instrumentalizar o seu governo: "é uma questão de governança, da institucionalidade dos mecanismos executivos que a materializem, que permitam controlar o que se precisa e deve saber para poder governar". A orfandade de governança de polícia e mesmo a estranheza desse termo na realidade brasileira derivam de sua dificuldade instrumental (MUNIZ; PROENÇA JR, 2007).

Crucial apontar, porém, que os/as agentes não seguem alheios/as a essa série de desafios. Destarte, eles/as não só operacionalizam estratégias superiores, mas as criam costumeiramente. Mergulhar um pouco mais nos seus discursos e buscar entender, sob outros agenciamentos, qual o sentido que os policiais dão a essas políticas, ou seja, como ajudam a construir as políticas de guerra em um cenário de enfrentamento difuso ao crime, é o que esquadrinho ao longo da seção. Para tanto, dois outros recursos podem ser admitidos como pistas interessantes à compreensão das decisões da tropa: o sistema de metas e resultados disposto no estado do Rio de Janeiro, que catalisou projetos governamentais de grandes números e propiciou efeitos diretos na predileção por determinadas ocorrências, tal como, por conseguinte, a mecânica de premiação por objetivo cumprido, dispositivo notadamente questionável, quando observadas as experiências pregressas (CALDAS, 2021). Novamente, a inexistência de instrumentos de mensuração capazes de tomar a complexidade do trabalho ostensivo, promove um contexto de desconsideração das atividades de menor visibilidade, fazendo com que elas sejam admitidas como ações ociosas, improdutivas e, no limite, onerosas, além de desnecessárias (MUNIZ, 1999).

Dentre as bonificações estatais mais conhecidas no âmbito da segurança, a "gratificação faroeste" teve início no governo Marcello Alencar (1995-1998), com o Decreto nº 21.753/1995. Ela aumentava em até 150% o salário de policiais em função da realização de atos considerados meritórios, o que fez com que as prisões, as mortes de supostos criminosos, além das apreensões de armas e drogas, correspondessem a expectativas de premiações. Não havia uma medida exata do que significava um ato meritório. Uma banca era responsável pela avaliação dos documentos enviados em nome do requerente e julgava quem deveria, pois, receber a divulgada premiação. A política foi descontinuada, enfim, em 1998, no último ano daquele governo[60] (SILVA, 2017). No prazo de sua vigência, as mortes provocadas por ações policiais aumentaram em seis vezes, sugerindo que a "eficiência operacional" aconteceu na direção da elevação da letalidade policial observada. A "gratificação faroeste" representa apenas uma das faces das políticas de resultados instrumentalizadas no Rio de Janeiro. Mais recentemente, em 2023, outro desses projetos de lei foi protocolado pelo deputado Anderson de Moraes, com base na argumentação de que policiais responsáveis pela apreensão de fuzis deveriam adquirir um bônus no valor de R$ 10 mil reais. De acordo com o texto, o valor há de ser repartido, de forma igualitária, aos/às agentes presentes na operação policial, sendo a quantia creditada diretamente na conta bancária do/a operador/a[61].

Para o autor do projeto, a política trata de um plano de incentivo às forças de segurança, pela retirada de circulação das "armas de guerra" no território, dinâmica que faz impulsionar a criminalidade no estado e vem sendo usada em larga escala pelas ditas organizações criminosas, ocasionando não somente a morte de civis, mas de policiais militares, em função do seu elevado poder de fogo. Um projeto, contudo, que sabemos bem, destaca-se por formalizar outro aparato de gratificação por produção de morte, baseado em uma política pública de segurança belicista. A "gratificação faroeste" não é um discurso localizado no passado ou um enunciado metafórico, mas um projeto político que se efetiva como prática. Em última instância, o que se presentifica são programas políticos que ofertam contornos institucionais ao que edita a cultura corporativa. As metas objetificam o marco generalista do "vá e vença" exigindo dos/as policiais e premiando os seus feitos pela "vitória" alcançada. Números que manifestam e criam realidades, moldando planos de guerra, que emergem também no cálculo das *práxis* corruptivas (NOGUEIRA, 2022).

[60] Embora essa política de bonificação tenha sido concedida até o ano de 1998, foi somente em 2000 que ela deixou de vigorar oficialmente, quando foi revogada pelo Decreto nº 26.248/2000. Olhando para o dispositivo, podemos afirmar que o surgimento da "gratificação faroeste" e sua aplicação política durante os anos em que esteve vigente, atuou como elemento de reafirmação da força enquanto prática adotada pela entidade policial, visto que o benefício era concedido, principalmente, ao/à agente que dela se utilizasse nas ações cotidianas (SILVA, 2017).

[61] Sobre o Projeto de Lei nº 1.346/2023, de autoria do deputado Anderson de Moraes. Texto publicado no site da organização Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial. Disponível em: https://dmjracial.com/2023/06/21/a-nova-versao-da-gratificacao-faroeste/ Acesso em: 03 ago. 2023.

Os programas por resultados instigam, assim, o fortalecimento do mercado ilegal que acontece no intramuros da corporação, sendo esse, temática insistentemente invisibilizada e considerada um tabu por seus membros. Para Nogueira (2022), tratamos de uma rede interligada de aspectos ilegais, que negociam com a dimensão formal das normas benefícios pessoais e a propulsão de saldos operacionais essenciais à preservação das bases indicadoras da PMERJ.

É relevante demarcar que a bonificação por resultados, ou seja, os sistemas de premiação já mencionados, não se limitam à recompensa pecuniária ante as metas alcançadas, ferramenta que no curso dos anos e a cada novo programa, ajudou a pôr em movimento a engrenagem das políticas de guerra. Para além desse manejo há, ainda, o seu espraiamento no clamor simbólico à espetacularização da imagem do "herói", *status* que fascina e faz desses/as policiais modelos de conduta e admiração. É o prêmio pela sua incontestável coragem. Uma das medidas possíveis para um discurso hegemônico disputar sentidos é seu próprio espetáculo. Através do que parece maravilhoso, ou seja, do que compõe a ordem sublime, narrativas são construídas e fortalecidas. Em torno do policial-herói, um empreendimento possível por sua interlocução com a fisionomia do "bandido", gira sempre o espetáculo. Isso ocorre à medida que se amplifica o caráter binário de marcadores valorativos, tais como a criação daquilo ou de quem é admitido como "bem" ou "mal", "vítima" ou "algoz". As paisagens produzidas abrem espaço, portanto, a outros arranjos, que se atualizam de forma contínua, alastrando a magnitude da cena ficcionada (PAULO,2011).

> O policial é guerreiro por natureza, né? Só por enfrentar o que a gente enfrenta todos os dias. Não só no combate que os colegas passam, mas também nas críticas que a PM sofre sempre. A polícia é apedrejada a todo instante, por vários lados, e você se manter ali, firme no seu trabalho, na sua conduta, no seu dia a dia... isso é ser guerreiro. Sem considerar o que é enfrentado real, no combate ali. Agora, herói... o herói, pô, é muito maior. Eu sou um herói para o meu filho. Eu posso ser um herói para aquela senhora que tá ali e me vê fardado e o netinho dela se inspira em mim. Ela vê ali uma pessoa de referência, de uma boa referência. O guerreiro é o cara que tá ali brigando por todo mundo, brigando pela vida dele, brigando pela vida dos outros. O herói é aquela coisa maior, um exemplo, uma referência... é maior (Cb. PM Rogério, BPM Zona Norte).

Se parece notório o fascínio no exercício do poder pelo homem de guerra, é bem verdade que apenas isso, de maneira isolada, não explica a adesão e a permanência dos/as operadores/as à/na Polícia Militar. Aliás, não são encomendas justificativas o que ambiciono no diálogo direto com eles/as. O que intentei, aqui, nessas páginas, e busco nas próximas linhas, é poder analisar, sob um território extenso de pistas, as forças e os fluxos que ajudam a criar a dinâmica conflitiva da guerra, ou seja, uma trama que instiga a produção e o fortalecimento de planos militarizados. Quais vetores orientam, afinal, uma realidade onde as prioridades de comunicação mostram-se escassas e as prioridades de vigilância e controle são estimuladas no encontro com os cidadãos.

2.2 “Abelha de chumbo”: afetos, efeitos e as controvérsias de habitar o entre muros

> *O caminho e os caminhos... Dezenas de viagens. [...] Um coro ressoa em minha memória. [...] Houve minutos de dúvida e dor, em que eu quis parar e me afastar, mas já não podia. Espiei no abismo para entender alguma coisa.*
>
> Svetlana Aleksiévitch, 2016.

Como discutir o contexto da segurança pública no Brasil, propondo uma reflexão crítica à atual política criminal e aos fenômenos de militarização e judicialização da vida sem, contudo, nos deixarmos capturar pelas armadilhas da criação de binarismos? Um grande desafio, decerto. Desafio porque estão em jogo a abordagem de pautas sensíveis, como: letalidade e vitimização, genocídio da população negra, hipertrofia dos aprisionamentos, escalada dos discursos de ódio, assimetrias institucionais, criminalização das drogas e um conjunto extenso de outras temáticas importantes. Aspectos controversos da sociedade, em meio a arenas de disputas que convocam, portanto, a análises de caráter multifatorial. Um debate que não pode se furtar à geração de um saber atento às subjetividades que irrompem no campo de intervenção, incluindo, dentre outras, as pistas produzidas pelos/as interlocutores/as, bem como o acompanhamento da minha própria implicação. Aqui, refiro-me a um trajeto que tem início antes mesmo do ingresso no doutorado, mas que começa a ganhar contornos, ainda em 2017, quando da minha entrada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ, com o objetivo de pesquisar a/na Polícia Militar do estado a rotina das ações de abordagem instrumentalizadas por operadores/as da instituição. Recuperar alguns desses fragmentos foi medida crucial para que eu pudesse produzir e analisar as linhas que, agora, ganham possibilidades de expressão.

Por algum tempo não foi assim: as inúmeras dúvidas que me atravessavam frontalmente, custavam também à escrita. O encontro com uma tropa desgastada, ressabiada, solícita, exausta, enfadada, desejosa e, no limite, adoecida, impelia sensações contraditórias, que obstaculizavam o mergulho e a leitura no/do campo. Ao longo do circuito, encontrei homens e mulheres, agentes da segurança pública, portanto, que partilharam suas rotinas profissionais, além de seus sonhos, angústias, medos e sacrifícios. Muita coisa também foi construída no diálogo com esse universo por outros meios, igualmente, fundamentais. Os eventos de que participei e o acompanhamento de outros/as profissionais através de suas redes e canais de comunicação mostraram-se recursos importantes à construção dessa cartografia. Na fabricação do percurso, percebi que não escrevia exatamente, ou de forma exclusiva, sobre a guerra. Avançando pela paisagem, fui entendendo,

cada vez mais, que essa era uma experiência que notabilizava, primordialmente, o meu interesse por conhecer aqueles/as que corporificam suas trincheiras perversas, isto é, os agentes policiais.

O "policial-herói" chegou um pouco mais perto, diminuindo o seu tom de voz: "eu sabia que uma hora eu ia pirar. E eu pirei, cheguei a esse ponto. Passei a beirar mais o perigo, ficava encarando o perigo mais do que o normal. Se eu morresse, ninguém ia saber da minha intenção", disse um dos entrevistados. Nos aparelhos de mídia, a notícia: outro PM assassinado após reagir a uma tentativa de assalto em dia de folga[62]. Naquela semana, um vizinho contava-me que havia acionado a polícia ao escutar o choro desesperado de uma criança do prédio ao lado, que assistia à mãe sendo agredida pelo companheiro: "os policiais chegaram num instante, já estão por lá". Outra menina, aos cinco anos, teve a foto divulgada nas redes e na televisão. Os veículos diziam de sua morte precoce. Ela havia sido atingida por uma "bala perdida" durante operação policial na favela onde vivia com a família[63]. No *WhatsApp*, mensagem inesperada de Cb. Feitosa, que lembrava ter alterado o seu dia de folga, dizendo-se disponível para me receber no dia seguinte. Eu estava há duas semanas sem ir ao batalhão, pois nossos horários vinham se desencontrando. Nas redes, ações junto à comunidade realizadas por Cb. Gonçalves, vira-lata caramelo adotado pelo batalhão. Figura expressiva e fonte potente de interação entre moradores do bairro atendido e policiais da região, o "agente de polícia", vinha ajudando a propagar a relevância da vacinação contra o coronavírus. Em uma dessas publicações, alertava sobre o uso da máscara de proteção. Na Zona Sul da cidade, enquanto isso, um grupo de jovens negros era violentamente abordado em ação policial. Da repercussão do exagero, a conduta virou alvo de apuração administrativa[64].

De tudo isso a vida na caserna se fazia. O esforço do mergulho profundo nesse encontro borrava fronteiras, tensionava convicções, provocava medos e incitava o desassossego de uma possível "traição" da minha parte para com aqueles que abriram suas portas e insistiram em me contar o que "não se relata, o que a mídia não mostra". Como transformar em escrita toda aquela disparidade de afetos que me atravessavam e seus impactos tão contraditórios? Por quais rumos seguir? Como traçar um texto fiado em tamanha controvérsia? A seção que vem a seguir discute um pouco do meu percurso pela polícia, tentando analisar o que me apareceu, por vezes, como encruzilhada, em outras como escolha difícil, também como cobrança, mas quase sempre uma contradição. Dos seus efeitos, na ebulição dos discursos dicotomizados, palavras em suspensão.

---

[62] O Cb. da PMERJ, Fábio Alves de Almeida, estava em dia de folga, quando foi morto após reagir à tentativa de assalto na Praça da Bandeira, Zona Norte do Rio de Janeiro (O DIA, 05 nov. 2022).
[63] Eloáh Passos, de cinco anos, foi vítima de bala perdida, durante operação da Polícia Militar no Morro do Dendê, na Ilha do Governador, bairro localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro (G1 Rio, 12 ago. 2023).
[64] Trata-se de abordagem empreendida a um grupo de jovens negros, em Copacabana, Zona Sul do Rio de Janeiro. Há denúncia de prática de racismo pelos agentes da segurança durante o procedimento (O DIA, 22 set. 2022).

[...]

Silêncio. Um longo período de silêncio. As experiências vividas pareciam não conversar umas com as outras. Leituras e mais leituras visando moderar os efeitos da percepção de que o tempo passava depressa e eu mal conseguia traduzir em palavras o que o campo me apresentava. Uma completa paralisia e uma fusão de sentimentos me faziam escrever um parágrafo e apagar outros três. Tudo exprimia contrassenso, refreando o seu avançar. A partilha do texto foi crucial.

Relembro uma situação pontual: Anna Uziel, professora do PPGPS/UERJ e orientadora dessa tese, encaminhava por *e-mail* alguma versão desse texto com uma série de considerações após a sua leitura – trânsito comum entre orientador/a e orientando/a durante escrita acadêmica. Em um trecho que assinalava o contexto da crise pandêmica que compunha as minhas análises, menciono sobre um "cenário absolutamente estruturado por bases autoritárias e conservadoras". No comentário tarjado no texto, ela indaga: "e fascistas, não"? Sim, claro que sim! – eu admitia. Fazer uso da palavra, porém, gerava outra vez aquele incômodo que, só por meio de sua questão, foi possível começar a acessar o que ele dizia. O parágrafo antecedia imediatamente o início da explanação acerca da "guerra" e a sua tomada discursiva, nessas páginas, como um dispositivo. A articulação com os sentimentos de medo e insegurança na operacionalização do dever policial militar, denotava que o incômodo e, por conseguinte, o uso de certos eufemismos para enunciar o contexto em análise, não se estabelecia como uma estratégia incomum no decurso do processo de construção dessa tese. Algo semelhante ocorria todas as vezes em que me pegava procurando palavras "menos pujantes" para desenvolver um raciocínio, de maneira a escapar dos riscos da "traição" com qualquer um dos "lados" nessa disputa – inconveniente desmedido àquela altura. Era inegociável a fidelidade a um dos lados, reforçando o binarismo que eu presumia combater.

Como dizer dos fascismos de uma política de morte, que orienta as atividades cotidianas de uma tropa que, novamente, me recebia de forma solícita? Do mesmo modo, como considerar a dor daqueles/as operadores/as da segurança, se uma série de atrocidades publicizadas, em sua banalização rotineira, repetiam-se com sordidez? Nesse plano, como narrar o empenho da tropa nas ações de sensibilização de moradores assistidos pelo BPM Zona Norte e a sua mobilização no transporte de insumos auferidos em prol das vítimas das chuvas na Região Serrana[65], quando são esses/as também os/as integrantes de uma corporação que orienta ações de guerra, deixando

[65] No ano de 2022, Petrópolis enfrentou a maior tragédia climática da história da Região Serrana do Rio. Ao todo, 4 mil pessoas ficaram desabrigadas ou desalojadas sendo, ainda, contabilizadas 235 mortes. A PMERJ mobilizou parte da tropa no auxílio à população vitimada. O batalhão onde a pesquisa aconteceu empreendeu campanha para arrecadação de insumos, que contou com um grande apoio dos moradores da região. Um número significativo de pessoas visitou a unidade durante esse período (AGÊNCIA BRASIL, 04 mar. 2022).

o saldo de vinte e cinco mortos na Vila Cruzeiro, em uma das incursões mais letais da história[66]? À medida que questionava os dualismos o que estava em jogo se não a proposição e os impactos de uma série de binarismos mais? Não se trata de negar as realidades que nos constituem e que nos atravessam, ao contrário. Do silêncio, uma nova indagação emerge: como produzir questões que deem conta de mobilizar bifurcações nessa lógica endurecida? Bifurcações que demandam escolhas, produzem caminhos distintos, mas que me permitem observar mais adiante e perceber que os caminhos também podem se entrecruzar.

Afetos, efeitos e as controvérsias de habitar o entre muros, impelindo reverberações em mim, no meu corpo-pesquisadora. Aliás, um corpo-pesquisadora-feminino-negro-civil-uerjiano – importante demarcar. Habitar o entre muros é considerar um corpo que se produz e é, portanto, produzido também nas porosidades, brechas e fissuras do campo. Admitir, assim, uma presença, notadamente, despida de neutralidade, que se faz comparecer e intervir em um plano de tradição masculina, engendrando e acompanhando, inclusive, as inúmeras contradições que se sucedem. Os binarismos são armadilhas de fácil captura quando nos voltamos à discussão sobre segurança pública. Essa é uma questão de presente relevância para quem se propõe a esquadrinhar o tema. Anseios de purismos dicotômicos, uma visão de "ou" que se polariza e se acirra (MEZA, 2017). Não há mais espaço para seguirmos acreditando que conseguimos desnaturalizar os binarismos do mundo, exceto os binarismos que se constituem em torno da segurança pública e, aqui, sobre a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Considerar e buscar compreender a complexidade que se fabrica em torno das políticas públicas de segurança e da composição institucional desse equipamento do estado, revela-se medida fulcral às investidas promotoras de um diálogo franco. Enfim, o que significa ser uma mulher pesquisando masculinidades? O que significa, sobretudo, ser uma mulher pesquisando as masculinidades em uma organização masculina por excelência? É isso que, agora, busco apresentar a partir do exame dos trânsitos do meu corpo-pesquisadora.

****

No curso dos últimos anos pesquisando a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, o diálogo com homens e mulheres da caserna, as reflexões acadêmicas e as vivências como cidadã nos encontros ordinários da vida cotidiana, além do que pude compartilhar por outras histórias

[66] A operação policial realizada na Vila Cruzeiro, em 2022, foi a segunda mais letal da história do Rio de Janeiro, atrás apenas da ação ocorrida no Jacarezinho, em maio de 2021. Foram registrados 25 óbitos na primeira e 29 na segunda, sendo um deles, de um agente da Polícia Civil. Desperta atenção a proximidade do tempo transcorrido entre as duas operações (G1 Rio, 25 mai. 2022).

de relação com a instituição, foram se cruzando e tramando maneiras possíveis de acompanhar. Os fios que almejo desdobrar na presente seção falam de uma realidade costurada nesse tempo.

> Ali, achei páginas que eu própria excluí. Minha autocensura, minha própria proibição. E minha explicação – o porquê as arranquei. Muitas dessas coisas já foram restituídas ao livro, mas as páginas a seguir quero mostrar em separado: elas são um documento em si. São o meu caminho (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 29).

Foi no ano de 2017, que me tornei aluna do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Durante dois anos desenvolvi o estudo que foi o meu primeiro contato acadêmico com a Polícia Militar. O desejo de voltar o meu olhar às discussões sobre as ações de abordagem realizadas pela PMERJ, emergiu quando experienciei a dinâmica da suspeição – pela primeira vez, porém, expressamente do lugar de pessoa suspeita. A situação, que aconteceu em um estabelecimento comercial, embora não tenha contado com a participação de nenhum agente da segurança pública, suscitou reflexões importantes e catalisou o interesse do encontro com a organização policial militar, visando percorrer o tema a partir do estreitamento do diálogo com homens que já haviam vivenciado as ações de abordagem tanto do lugar de pessoa suspeita quanto da perspectiva de quem tem o encargo de operacionalizar a missão. Questão sensível à caserna, sobretudo, quando a conversa tem início com a provocação de uma jovem pesquisadora. É aqui que o meu corpo comparece de forma expressiva e começa a ganhar nuances mais elucidativas. Não tenho dúvidas de que outra paisagem substancial foi a circunstância política que vivíamos no Brasil: estávamos às vésperas das eleições presidenciais que elegeram Jair Messias Bolsonaro chefe do Executivo Federal (ROCHA, 2019).

Logo que da minha chegada, no diálogo com os operadores, todos homens, fui entendida sob duas perspectivas coexistentes. Elas foram, profundamente, atravessadas por uma dinâmica geracional que se impunha. Na cena, policiais "mais antigos", por vezes, questionavam minhas supostas posições – que para eles parecia uma boa explicação sobre o meu interesse pelo campo policial –, garantindo que elas corresponderiam ao rastro da "ingenuidade" concernente à idade e, por isso mesmo, qualidade de uma juventude passageira. Sgt. Jeovany foi um desses agentes. É provável que não por acaso, no meu retorno ao batalhão desenvolvendo, agora, a pesquisa do doutorado, a sua lembrança sobre os nossos últimos encontros possa ser resumida em algumas poucas palavras: "você queria falar com a gente pra um trabalho da sua escola". Nessa medida, acredito que por uma conjunção entre a temática encarada como tabu, a depender de com quem se compartilha, o momento político inflamado, assim como a ideia construída, nos últimos anos, por alguns setores da população acerca das Universidades públicas, além de demais marcadores sociais que me situam no mundo, fez-se trama que localizou no meu corpo, um corpo suspeito.

Assim, eu era costumeiramente associada a algum partido político e a "essa coisa de Sociologia que não gosta de polícia", gerando desconfianças e causando até certa revolta nos entrevistados (ROCHA, 2019, p. 47). Em outros momentos, a suspeita cedia lugar à total convicção.

> Com um aceno de cabeça cumprimentei os homens de guarda e avancei pelo espaço reservado aos pedestres. Na recepção, fui atendida por outro – este, contou-me que eu e sua filha tínhamos muito em comum fisicamente. Parecia realmente surpreso. [...] Mais tarde, no contato com os demais PMs eu continuaria "parecendo filha" de alguns outros e isso, de certa forma, nos aproximava: "vocês duas [eu e sua filha] são meninas e são jovens. Tenho certeza de que o seu pai se preocupa igual a mim". Se a figura da "jovem estudante" fazia falar dessas filhas, a "pesquisadora de Direitos Humanos", em contrapartida, gerava tensão, lembrava conflitos e abria espaço para a condição de suspeita: "eu tenho muitos embates ideológicos com a minha irmã. Ela é ligada nessas coisas de PT. Ela critica a PM, fala que a gente oprime, que ataca negro e pobre, mas não é assim de verdade. Você não vai falar mal da gente também não, né"? [grifos nossos] (ROCHA, 2019, p. 42-43).

Essas imagens, na transitoriedade de seus movimentos, indicam dialogar de forma mais consistente com fisionomias que impelem relações, primeiro, fiadas na inexperiência resultante da juventude – processo também apresentado por suas filhas – e, por outro prisma, certa ameaça circunscrita na presença suspeita da acadêmica esquerdista. Um duplo que diz, portanto, de um corpo-pesquisadora ameaçado pela ingenuidade da pouca experiência de vida e ameaçador em suas equivocadas pretensões. De um modo ou de outro, com locuções mais ou menos explícitas, um corpo deslegitimado[67] no favorecimento de um modelo hegemônico de se colocar e operar o mundo – o *ethos* da caserna. A desconfiança por aqueles/as que compõem o extramuros parece se destacar, especialmente. Aqui, no entanto, outro elemento ganha magnitude: o fato de residir no bairro onde o batalhão está localizado anunciou ser um componente promissor às interações que ali se firmaram. Assim, além de uma visita representativa da sociedade civil, os operadores, em geral, exprimiam um maior engajamento quando tomavam conhecimento de que a visitante era, igualmente, uma cliente daquela unidade policial: "dá uma bola aí pra pesquisadora porque é um trabalho positivo pra gente. Ela é parceira nossa, é cliente nossa também e o comandante tá dando ênfase aí e apoiando ela", relatou um PM a outro de seus pares (ROCHA, 2019, p. 46).

[67] A infantilização, contudo, se instrumentaliza por uma mecânica mais sutil. Não sem motivos, à época, apreendo que a dinâmica tramada nesses contornos, "de certa forma, nos aproxima[va]", assim como no trecho referenciado. Para Lélia Gonzalez (2020, p. 128), a estereotipia da ingenuidade, intimamente articulada às categorias de infante e de sujeito-suposto-saber, designa o primeiro como aquele que não é sujeito do seu próprio discurso, na medida em que é falado pelos outros, ou seja, aqueles que sabem. Diz a autora que "da mesma forma, nós mulheres não-brancas fomos faladas, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao nos impor um lugar inferior na sua hierarquia (apoiado nas condições biológicas de sexo e raça), suprime a nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de sermos sujeitos não só dos nossos próprios discursos, como sujeitos da nossa própria história. É desnecessário dizer que, com todas essas características, estamos nos referindo ao sistema patriarcal-racista".

O pedido, inclusive sob apoio do comando, não garantiu, porém, a ausência de tensões. Em alguns daqueles encontros, parecia indiscutível que a minha condição de acadêmica de um programa de pós-graduação vinculado às Ciências Humanas e, substancialmente, um programa inscrito em uma Universidade pública atrelava, em necessário, a minha imagem a alguém que estava ali "para falar mal da polícia, distorcer o contexto e achar um erro grave onde não tem". Do que conclui o mesmo agente sobre o destino daquelas entrevistas: "você vai pegar um caso que eu te contei de um confronto numa favela em que eu tive que socorrer um amigo ferido e que o meu tiro pegou de raspão em uma casa. Você vai perguntar no seu texto se eu precisava ter atirado naquela situação" (ROCHA, 2019, p. 48). No decorrer desses anos pesquisando a/na PMERJ, alguns dos/as policiais com os/as quais conversei, expuseram seu desconforto em certo momento do diálogo, diante das palavras gravadas. De uma maneira mais ou menos explícita, em larga maioria, podia notar que uma postura defensiva ganhava espaço, indicando receios de que eu viesse a criar um discurso negativo sobre a corporação por meio dos relatos partilhados. Acerca de sua percepção nas unidades institucionais estudadas, Damasceno de Sá (2002) refere:

> A experiência comunicativa dos militares e policiais é pautada quase sempre pela desconfiança, pelo cálculo do que se pode falar e do que se deve silenciar, pelo respeito e lealdade aos seus grupos, de modo que conversar com alguém "de fora" pode parecer uma traição ao grupo, dependendo do que se diz e do assunto. Há assuntos que até um soldado é autorizado a abordar, segundo fórmulas consagradas, como, por exemplo: "nossa vocação é servir". Mas há outros onde se instaura um cuidado extremo com as palavras, com o que se diz, principalmente diante de um gravador (DAMASCENO DE SÁ, 2002, p. 50).

Consoante Poncioni (2021), a Polícia Militar é uma organização que promove reflexões. No caso brasileiro, foi nos anos 1990, que o debate em torno da PM alcançou lugar de destaque, mobilizando, pois, a comunidade científica, a sociedade civil e demais formadores de opinião. Por conta de sua presença ostensiva no dia a dia da população, não raro, temos sempre alguma coisa a dizer acerca de sua atuação. Nessa medida, durante os meus encontros com os/as agentes policiais – seja no período de desenvolvimento da pesquisa do mestrado ou mesmo, atualmente, já no decurso das experiências de doutorado – os relatos foram unânimes no que diz respeito às apreensões de que o ajuizamento da sociedade sobre o trabalho policial é, em maioria, negativo, expressando, a sua falta de reconhecimento, a sua depreciação e a incompreensão de sua missão. O ressentimento é comum diante da percepção de que são desvalorizados ou que ganham espaço de visibilidade unicamente quando de ações equivocadas que lhes custam vastas desaprovações. Afirmam serem admitidos como "vilões" mesmo nos episódios em que arriscam a própria vida para proteger àqueles/as que não lhes conferem o devido prestígio. Segundo eles/as, os veículos de mídia também influenciam substancialmente na imagem negativa da polícia. Por intermédio

dos aparatos de comunicação de massa, a sociedade tende a receber um número sobrelevado de informações enviesadas que, direta ou indiretamente, traçam considerações sobre a corporação.

> A gente percebe que a mídia quase sempre influencia negativamente. [...] Se a mídia mostra que o policial é uma boa pessoa, as pessoas passam a generalizar o policial como uma boa pessoa. Quando ela mostra que o policial é uma péssima pessoa, mais uma vez ela generaliza como se todo policial fosse uma péssima pessoa. Da mesma forma, quando ela começa a mostrar a parte negativa do ser humano com a farda, do policial que comete crimes, que comete abusos, que comete desvios, então a sociedade passa a generalizar que todo mundo comete esses desvios. [...] Conforme a mídia vai montando essa imagem negativa da polícia, a população já vem com aquele escudo na frente, com aquele preconceito. Um conceito pré-definido de que numa abordagem, por exemplo, o policial é truculento, ignorante. Então ela já vem com aquela defesa achando que o policial é ignorante e truculento e acaba sendo grosseira com o policial. Antes do policial dar o primeiro passo, a população já vem dando aquele passo mais agressivo (Cap. PM Romano, BPM Zona Norte).

Costa (2005) avalia, de forma geral, como contraditória e complexa a relação da polícia com a sociedade, que se expressa na falta de confiança, em insegurança e medo. A proximidade das origens da instituição com o Exército brasileiro, catalisado pelo período da ditadura no país, alimenta esse sentimento, inibindo o estabelecimento de um contato mais estreito entre a polícia e a comunidade (CAPPELLE, 2006). Souza e Minayo (2013) atentam ao fato de que essa forma de identificação negativa e sua derivada leitura pela tropa, impelem entraves ao estabelecimento de alternativas mais próximas de interação entre a PMERJ e a população. Ainda nesse contexto, Poncioni (2021) sugere ser bastante provável que um dos aspectos que afastaram, no curso do tempo, o comparecimento de reflexões críticas no intramuros policial brasileiro foi, nessa seara, a estrutura hierárquica do sistema, que não somente se fez pela explícita dificuldade de acessar à instituição, como na apreensão de que a dimensão autoritária, observada como reflexo de uma ordem injusta, repressora e arbitrária, pouco tinha de ser estudada, a não ser por sua expectativa de extinção. Foi assim que, durante um longo tempo, assuntos referentes à conformação de uma segurança pública democrática e à redefinição do papel das agências policiais mantiveram-se à margem do processo de consolidação progressista vivido no país (MUNIZ, 1999).

Hoje, no Brasil das políticas de morte, o caráter repressivo da Polícia Militar faz indagar, de modo profundo, os seus resultados, tanto em função dos elevados registros de criminalidade e violência urbanas, quanto pelo agravamento das tensões sociais. De acordo com Costa (2005), vivemos uma crise na capacidade de confiança nas instituições do Estado, sobretudo, na relação com as polícias. Isso parece se dever ao fato de que o certo distanciamento é fruto de vivências desastrosas nessa interação. A experiência histórica de uma força policial pouco comprometida com o respeito aos direitos civis na relação com os cidadãos, em especial, o respeito à garantia de direitos de pessoas em situação de vulnerabilidade coopera, decerto, à cena de desconfianças.

Nas palavras dos/as policiais, é evidente as resistências e dificuldades na aproximação e criação de uma relação de confiança e parceria entre os/as agentes e parte da sociedade: “na comunidade em que eu trabalhava, já teve papo de ensinarem criança de colo a cuspir quando o polícia passa. Muita gente não gosta da gente dentro da favela; outras gostam, mas elas têm medo do tráfico”, conta Cb. Waldir. Costa (2005) ressalta, porém, que as dificuldades de aproximação e confiança não devem ser referidas a uma única causa, visto que falam de uma fundação histórica e cultural.

A ideia de uma polícia “reativa” apareceu em muitos dos enunciados dirigidos à questão da relação firmada entre a polícia e a sociedade. Falam de uma tropa meramente reativa durante as ações procedimentais da dita guerra, o que pode ser observado no trecho de um relato exposto anteriormente: “eles vêm pra trocar com a gente [...] Então, se eles atiram pra me matar eu tenho que oferecer uma rosa”? Para além desse estrato, em seus enunciados, ao que se indica, a relação com a sociedade mais ampla – e não, necessariamente, o que produz a interação da polícia com pessoas envolvidas com algum tipo de atividade ilícita – faz-se constituinte do *ethos* agenciado. Nesse sentido, a Polícia Militar buscaria, pois, responder a certa leitura da sociedade sobre ela:

> Tem aquela teoria de que o bandido é coitado, é vítima da sociedade porque não teve as mesmas condições que outras pessoas. Essa teoria é completamente distorcida. Ela não leva em consideração que o crime é uma escolha consciente. Aqui no Brasil, se você optar pelo crime, se entrar para o tráfico, por exemplo, você tem quase certeza de que não vai dar em nada. Aqui o crime compensa: ou o cara não é pego ou ele é pego e a pena é branda. Quando a gente tá falando de um menor, isso já vira certeza porque aí ele sai com a ficha limpa. Nessa história toda a polícia fica como errada, eu que sou visto como vilão pra sociedade. [...] Não é todo mundo, mas tem uma parte que enxerga o policial militar como vilão. A polícia só reage por conta da forma como é recebida. Se ela é recebida a bala, pedrada, quando entra na favela, ela vai reagir como ela tá sendo recebida. Falar que não, é uma hipocrisia.... É a gosto do cliente. Eu nunca tive instrução de preconceito, a maioria tem origem humilde. A minha ação vai ser diferente no Leblon porque lá eu não vou ter medo de pisar numa granada, não vou encontrar uma barricada. O problema é que só se fala em Direitos Humanos pra alguns e o policial não tá nessa, nunca é incluído nisso. [...] Não é nem tão a gosto do cliente assim. Muitas vezes a gente é ameaçado, é recebido a pedrada, com pedaço de pau e só se protege porque tem responsabilidade de saber que não pode efetuar um disparo numa pessoa que tá com um pedaço de pau e mais distante de mim, a não ser que ela realmente tentasse fazer mais alguma coisa. Tem que ter muito sangue frio e não usar violência extrema nesses casos, mesmo sendo inconcebível o policial militar ser recebido assim. Se eu fizer alguma coisa, ainda vou responder. A nossa liberdade é cerceada de várias formas, muito mais que um ganso que a gente prende e a justiça solta no mesmo dia (Cb. PM Waldir, BPM Zona Norte).

A confiança do público na polícia, para Rolim (2023), é elemento medular no tocante à eficiência das ações de segurança, visto que essa autoridade é também efeito do consentimento público. O autor diz que no modelo tradicional de policiamento reativo, a ideia de que o/a agente detém autoridade, por vezes, é confundida com a mera designação quanto às responsabilidades funcionais. É nesse tocante, que os/as operadores/as tomam a sua autoridade como derivada do mandato policial, negligenciando, em muitos momentos, o aspecto vinculado da interação com

a clientela dos espaços policiados. A concepção de autoridade, a partir dessa leitura, se exprime emancipada do respeito que acompanha a relação de confiança construída atualizando, portanto, a tradição autoritária do Estado brasileiro. A autoridade ganha contornos, nesses termos, de uma condição criada pela posição hierárquica que se ocupa, fazendo com que o sujeito verticalmente superior seja admitido como fisionomia encarnada da própria noção de autoridade. No entanto, a carência de legitimação seria uma pista sugestiva da desconstrução da ambição por autoridade. Desse modo, quando superiores hierárquicos de uma organização submetem seus/suas policiais a tratamentos desrespeitosos ou mesmo degradantes, compreendem que estão trabalhando sob a tônica da autoridade quando, na verdade, provavelmente, não suponham estarem tornando o seu exercício comprometido. Nesse possível cenário, o fato de atestarem a obediência não reduz o processo de deslegitimação da autoridade, ao contrário, tende a aprofundá-lo (ROLIM, 2023).

No entendimento de Rolim (2023), algo muito semelhante se passa no cotidiano da rua, no encontro polícia-sociedade: sempre que agem de modo arbitrário, com agressividade e com desrespeito, o que os/as operadores/as estão produzindo são condições mais propensas à erosão da autoridade que deveriam construir. Aqui, o medo propagado pode assegurar, eventualmente, a obediência, o que não garante, porém, maior respeitabilidade e, por conseguinte, um trabalho mais eficiente. Um ciclo que se retroalimenta, ao passo que Oliveira Júnior (2011) assevera que a confiança nas instituições policiais pode ser tomada como o resultado do emaranhamento, em especial, das percepções acerca da eficiência e adequação das ações adotadas. Uma constatação, por óbvio, intimamente atravessada por uma série de marcadores sociais que ofertam contornos e sentidos aos critérios avaliativos. Em outros termos, o que se desvela é que pensar a formação avaliativa sobre a produção de confiança em relação à Polícia Militar, significa considerar, pois, que esse é um fenômeno fortemente atravessado por um conjunto de informações que um dado sujeito adquiriu durante a sua vida no encontro com a instituição. Nesse ponto, a maneira como essa pessoa processa as informações experienciadas em sua avaliação é, então, mediada por sua posição na estrutura social e financiada por diferenças de gênero, cor, raça, idade, território de moradia, bem como por seu nível socioeconômico (PONCIONI, 2021).

Oliveira Júnior (2011) diz da relevância de diferenciar os eixos avaliativos de confiança das medidas de avaliação de desempenho. Se por um lado, como já descrito, a confiança é fruto das percepções dos cidadãos quanto à eficácia e à adequação ao ofício para o qual a organização foi idealizada, por outro, a polícia depende – não somente, mas também – dessa confiança para a realização de um exercício mais eficiente de suas funções, o que inclui, dentre outros, compor parcerias com a população. Cb. Castelo diz de sua percepção sobre a relevância da aproximação com o cidadão para a execução do ofício policial militar: “o nosso trabalho pra ser feito de uma

forma efetiva precisa da ajuda do cidadão. Eles colocam a cidadania em prática e nós, policiais, devolvemos com um bom serviço". Silva (2010) ressalta, ainda, a necessidade da diferenciação:

> A percepção pública sobre o modo como a polícia exerce sua autoridade e se relaciona com os cidadãos é o fator mais importante para gerar desconfiança. Os julgamentos sobre a justeza do modo como a polícia trata os cidadãos são os mais fortes preditores da desconfiança na polícia. A opinião das pessoas de que a polícia é pouco efetiva no combate à criminalidade também prediz a desconfiança na polícia, mas com pouca intensidade. Ou seja, a desconfiança na polícia deriva principalmente da percepção de que a polícia utiliza a sua autoridade de maneira ilegal ou injusta, desrespeita direitos de cidadãos, não trata as pessoas de forma igual, recorre a subornos, utiliza a violência de maneira abusiva e causa mais medo do que segurança em suas abordagens. [...] Os cidadãos têm fortes expectativas de serem tratados adequadamente pelas instituições e quando isso não ocorre suas opiniões são impactadas mais fortemente do que quando essas instituições não produzem os resultados esperados (SILVA, 2010, p. 20-21).

No exame da paisagem, o que se nota nos relatos policiais é um total ressentimento pela ausência de validação e reconhecimento, mostrando-se inclinados a entender o trabalho policial como alvo de incompreensões e permanentes críticas, emplacadas pelas mais diversas entradas. Aqui, a crítica à expressão "especialista em segurança pública" que, em larga escala, denomina, genericamente, algum membro de um conjunto acadêmico interessado nas políticas públicas de segurança, no sistema de justiça criminal ou da execução penal, ganha contornos mais efusivos. As temáticas, devido à sua importância, têm envolvido cada vez mais um grupo de acadêmicos brasileiros em estudos, debates e criação de projetos políticos, sobretudo, de caráter preventivo. Segundo Vasconcelos (2011), nas últimas décadas, assistimos a uma tendência de aproximação entre cientistas das áreas humanas e sociais e a formulação de políticas públicas, tendo em vista o desenvolvimento de alianças entre o Estado e os centros de pesquisa. No prisma da interação, das análises em suas múltiplas esferas e poderes, tem-se a promoção de um campo de interesse, onde pesquisadores/as das respectivas áreas de conhecimento, alguns com experiência no plano da gestão pública, destacam-se na cena política, tornando possível, também por essas rotas, uma relação mais estreita entre o universo acadêmico e a administração pública brasileira.

> Momento importante (e crítico) desta relação se deu entre 1999 e 2000, quando Luiz Eduardo Soares foi protagonista de uma experiência pouco comum no Brasil: um cientista social que vem a ocupar o cargo de subsecretário de Segurança Pública no Rio de Janeiro. [...] [Luiz Eduardo Soares] expõe as tensões e os conflitos presentes nas arenas decisórias das instituições governamentais, resultantes das suas tentativas de implementação de novas políticas. As iniciativas de Soares tiveram como princípio a compatibilização entre eficiência policial e Direitos Humanos, de modo a criar uma "terceira via" entre a "truculência" de governos de direita e o "denuncismo" dos governos de esquerda. Para tanto, seriam necessários o controle das instituições policiais, o combate à corrupção e a redefinição do trabalho policial no diálogo com a população excluída, em especial com a juventude pobre. As resistências político-institucionais à inovação, a promiscuidade entre o crime e setores do aparelho policial e a falta de apoio político, assim como confrontos e ameaças, resultaram em demissão e exílio voluntário nos Estados Unidos. A experiência de Soares suscitou polêmica tanto no campo político quanto no acadêmico. Para Soares, era o momento oportuno

> de abertura do Estado para a reformulação de suas rotinas, mas, para alguns, mostrou-se uma relação indevida da intelectualidade na legitimação do projeto político do então governador Anthony Garotinho. O fato é que a relação entre os cientistas sociais estudiosos da violência e as instituições da segurança pública sempre foi conturbada (VASCONCELOS, 2011, p. 82-83)[68].

Eis que, então, "o Sargento pergunta ao companheiro o que ele acha que estou fazendo ali e o que eu vou fazer com aquilo que estão me contando. A resposta veio sem hesitação: 'vai foder com todo mundo, você tem dúvida'"? (ROCHA, 2019, p. 47) – apontando como, à época, no decurso do trabalho de mestrado, a figura da esquerdista-ameaçadora era de comparecimento inconteste. É nesse prisma, pois, que retomo as análises do meu corpo-pesquisadora na PMERJ. Recupero o fio a partir da minha presença ainda vista, muito expressamente, como uma ameaça. A guerra é um sofrimento íntimo demais. Retorno ao percurso por esse caminho não sem razão, todavia. Acompanhar o que foi construído e, hoje, irrompe sob outros contornos, colabora para a compreensão de como meu corpo fez-se atualizar ao longo desses anos. "Abelha de chumbo", eles/as diziam. Essa é uma expressão nativa que fala do zumbido que a capsula do tiro disparado emite quando passa a uma distância bastante próxima: "faz *ziummmmm*... um barulho rasgado. Significa que você não foi atingido por pouco, que o tiro passou perto", refere Cb. PM Marcelo. Da dificuldade do intento de romper com os binarismos de um campo em disputa, uma série de discursos e capturas faziam-me experimentar, de outro ponto, as tensões da contenda.

Em 2019, inicio o doutorado. A entrada no batalhão efetivou-se somente no ano de 2021, após um longo período de espera por circunstâncias do distanciamento social – medida adotada durante a pandemia da COVID-19. Por vezes, um enredo já conhecido se apresentava, contudo, fiado por tramas notadamente distintas daquelas que outrora compunham a cena, tão complexas quanto: "tem alguns, não todo mundo, mas tem muito pseudoespecialista em segurança pública. Aqui ninguém estudou no ar-condicionado, a gente vê a guerra no terreno, vê gente sangrando. Ninguém pergunta para a polícia. Você é psicóloga, veio aqui e tá perguntando pra quem vive". Dos novos tempos, a imagem da "psicóloga" enquanto profissional interessada nos "heróis da polícia" – como, por vezes, fui apresentada aos/às entrevistados/as por Cb. Feitosa – fez de mim figura "aliada": "tô falando pra caramba! Parece mesmo que eu tô na consulta com a psicóloga", reafirma Cb. Danilo. O policial ainda acrescenta sobre a sua experiência:

[68] Embora essa não tenha sido uma relação inaugurada propriamente por Luiz Eduardo Soares, visto que há uma história mais antiga de relações entre a universidade e a polícia com outros nomes expoentes da área, a sua imagem, contudo, ganha relevância por carregar o exemplo de participação efetiva na gerência administrativa que expressa o posicionamento de uma parcela da geração de cientistas sociais dessa área. O empreendimento de Soares acabou por alimentar a formação de um conjunto relevante de novos cientistas sociais e outros profissionais, que fundariam centros de pesquisa ou ocupariam espaços dentro do Estado (VASCONCELOS, 2011).

> A gente tá bem suscetível a passar por problemas. Não só a gente que trabalha, mas eu acho que a gente tá um pouco mais... como eu posso dizer... Um pouco mais perto disso, um pouco mais suscetível a isso porque é muita pressão de todos os lados, é o risco de vida, outras coisas que a gente já falou de pedradas que vêm constantemente de vários lados. [...] Muitas vezes, o cara, a pessoa reconhecer que ela tá passando por um problema e buscar ajuda, principalmente, é mostrar uma força muito grande. Eu digo por ser homem, né? A gente ainda tem isso, por uma questão de não querer transparecer uma fraqueza, a pessoa conseguir chegar naquele nível de reconhecer que passa por um problema e que é necessário buscar uma ajuda profissional, isso torna o cara até mais forte do que os outros (Cb. PM Danilo, BPM Zona Norte).

Outra vez, o fato de ser "cliente" do batalhão ajudou no processo de entrada na unidade. Ademais, ter realizado uma pesquisa, recentemente, naquele espaço, foi condição fundamental. Embora a problemática da "defesa dos Direitos Humanos" encabeçada por "pseudoespecialistas em segurança pública" tenha, de novo, ocupado a cena, agora, o tema irrompia de forma menos pessoalizada, eu diria. Na atual experiência de inserção no campo de pesquisa, o assunto não se estruturou em tom diretamente acusatório. Ele estava lá, nos "outros", não em "nós" – fôssemos esse "nós", ainda que com inúmeras (muitas) ressalvas, policiais ou "aliados". Afinal, "o polícia vive na guerra uma realidade que só quem é polícia sabe como é". Desse modo o/a agente sabe, com especialismo, dizer o campo mais do que ninguém. Juntamente, o meu corpo-pesquisadora – para os/as policiais, ao que se aponta, mais psicóloga do que pesquisadora –, embora quisesse, não podia relatar a guerra. Corpo que estava ali para perguntar e ouvir de quem, definitivamente, enquanto sujeito "forjado na bala", tinha alguma coisa a participar. Assim, indicavam apreender a minha circulação no intramuros policial. A realidade não aniquilava as desconfianças que um corpo "civil" produz. Suponho, porém, que a série de suspeições pôde ser gerenciada de forma distinta (DAMASCENO DE SÁ, 2002), exatamente, em função das novas possibilidades de se inventar o meu corpo-pesquisadora. Ao final de alguns encontros, ressalvas comuns: "consegui te ajudar"? Ou, ainda, "se precisar de mais alguma coisa depois pode falar".

Aqui, provavelmente, um conceito nutrido pela minha candidatura em processo seletivo simplificado para o círculo de Oficiais da Saúde da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, correspondente ao cargo de Psicólogo temporário[69]. É, nesse plano, que se denotam as inúmeras ressalvas que apontei. Reflexões dialogadas também com as experiências de duas profissionais psicólogas da instituição, Letícia Rocha (2013) e Ana Paula Meza (2017), que, respectivamente, em suas teses de doutorado, contaram as experiências de pertencerem à família "sangue azul". Letícia é PM "mais antiga", faz parte da primeira turma de psicólogos militares da corporação, formada em 2002. De sua experiência, refere: "essa turma viria a descobrir que o fato de sermos

[69] A Secretaria de Estado de Polícia Militar abriu, em 2022, processo seletivo simplificado para o preenchimento de 834 vagas temporárias voltadas para profissionais da saúde. O Serviço Militar Temporário Voluntário de Saúde (SMTVS) é regulamentado pela Lei Estadual nº 9.535/2021 (SEPM, 2022).

militares, estando sujeitos ao mesmo regulamento disciplinar, era como possuir código secreto só concedido aos pares – uma chave mágica que abria as portas para o universo policial militar" (ROCHA, 2013, p.10). Ana Paula Meza, por seu turno, é "mais moderna" na corporação. O seu concurso é do ano de 2010. Logo de sua incorporação, ocupou o espaço de ensino da instituição, tendo podido exercer, além de outros, um trabalho vinculado ao Curso Diretivo de Atualização para o Profissional de Segurança, "no qual eram matriculados somente policiais militares que haviam sido excluídos da corporação por diversos motivos e haviam tido o direito de retornarem tanto por determinação judicial quanto em decisão de esfera administrativa" (MEZA,2017, p.4). Um processo de retorno que, de acordo com a autora, ocorria de forma bastante estigmatizada. Mais tarde, Meza ajudava a incluir o Serviço de Psicologia do Batalhão de Choque da PMERJ.

Apesar dos avanços no campo acadêmico quando pensamos a interação entre segurança pública e Psicologia como dinâmica consolidada, que permanece produzindo desdobramentos no mundo da caserna, ainda hoje, a entrada de um/a profissional de Psicologia na Polícia Militar provoca dúvidas sobre quais seriam as suas atribuições nessa área (MEZA, 2017). Pedro Paulo Bicalho (2016) afirma que a abertura do quadro de psicólogos permitiu aos que ingressaram na PMERJ, a inserção como oficiais, fardados, armados e denominados tenentes de Polícia Militar. O evento "Ônibus 174"[70] foi o principal fator motivador da demanda pela incorporação desses profissionais à instituição. A abertura do quadro se deu em 2001, poucos meses após o ocorrido. Foi nesse momento, que a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro compreendeu que parecia essencial a inserção de um/a profissional capaz de entender e pensar as subjetividades humanas para, a partir desse movimento, transformá-lo/a em um/a policial. Diferente do que, em verdade, se poderia supor, o corpo de psicólogos não chegou para trabalhar em hospitais ou policlínicas, mas foi destinado a batalhões, importando o desenvolvimento das atividades de polícia. Bicalho (2016), que também compôs a primeira turma de psicólogos inscrita, lembra a fase de inclusão:

> A nossa entrada, dessa forma, gera uma série de questões. A primeira delas era o fato de que, nós, psicólogos, não sabíamos o que era ser policial, não fomos formados para isso, nem os policiais sabiam para que servia um psicólogo na área operacional. Esse "não saber" foi extremamente interessante, porque nos possibilitou construir uma intervenção até então inexistente no Brasil. Fez com que nos deparássemos com algumas questões interessantes e eu acho que a principal delas é a questão dos Direitos

[70] No dia 12 de junho de 2000, durante quase quatro horas, Sandro do Nascimento manteve dez passageiros como reféns dentro de um ônibus da linha 174, no Rio de Janeiro. O desfecho do episódio foi trágico. Sandro desceu do ônibus fazendo uma mulher de escudo humano. Um soldado do BOPE disparou contra o sequestrador, mas os tiros atingiram somente a refém, que levou outros três tiros disparados pela arma de Sandro. A notícia posterior foi que o jovem acabou sendo asfixiado no camburão e morreu a caminho do Hospital Souza Aguiar. Os policiais acusados de homicídio qualificado foram absolvidos, anos mais tarde, pelo Tribunal do Júri do Rio. Sandro do Nascimento foi uma das crianças sobreviventes da Chacina da Candelária, em 1993. Ele teve a sua história contada, a partir do fato em que ficou conhecido, em duas obras cinematográficas: o documentário "Ônibus 174", de José Padilha, e a ficção intitulada "Última parada 174", de Bruno Barreto (MEMÓRIA GLOBO, 2021).

> Humanos. [...] Segundo os policiais, não tinha absolutamente nenhum sentido estudar Direitos Humanos, uma disciplina entendida pelos policiais como "bisonha", ou seja, uma disciplina nada a ver. [...] Uma das atuações dos psicólogos, ao se deparar com o modo pelo qual se ensinava Direitos Humanos, era de que modo fazer essa disciplina menos bisonha e, portanto, mais voltada a uma discussão crítica do que é a atividade policial e de que modo o estudo da atividade policial, pela via dos Direitos Humanos, fazia sentido para aquela realidade (BICALHO, 2016, p. 16).

"Ela vai entrar na polícia de vez", dizia Cb. Feitosa para alguns dos seus pares enquanto os situava acerca da minha presença. "É pra cargo temporário ainda. Nem sabia que tinha edital, ela que falou". O assunto, quase sempre, quando não rendia um/a voluntário/a para a entrevista, oportunizava uma conversa mais breve. Logo percebi no movimento, que a informação indicava estratégia aparentemente efetiva para o estabelecimento de um diálogo menos burocrático, visto que o meu interesse pela corporação já aparentava ser devidamente legítimo.

> A Secretaria de Estado de Polícia Militar inicia, nesta quarta-feira (23/03/2022), as inscrições do Serviço Militar Temporário Voluntário de Saúde para Oficiais e Praças. O processo seletivo simplificado para as 834 vagas temporárias será operacionalizado pela Diretoria de Recrutamento e Seleção de Pessoal (DRSP), com supervisão técnica da Diretoria Geral de Saúde (DGS) e da Diretoria Geral de Odontologia (DGO). Os profissionais de nível superior em Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Psicologia, Odontologia e Serviço Social poderão se voluntariar para 421 postos voltados ao Quadro de Oficiais da Saúde (SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, 2022)[71].

Rocha (2013) anui que ser oficial da polícia demonstrou-se como um grande facilitador à sua inclusão como pesquisadora, apesar de alguns protestos pontuais. Por outro lado, pertencer à caserna, desvelou-se uma posição complexa diante da maior vulnerabilidade às consequências da repercussão do estudo proposto. A autora ainda confirma que o duplo policial-pesquisadora da PMERJ afrouxa as resistências de certos operadores em falar de suas vivências, dado que a sua condição de pertencimento faria possível a compreensão da rotina, das regras e dos segredos internos – o que foi confidenciado por seus próprios entrevistados: "a aceitação que existe por parte dos policiais em relação a mim por eu pertencer à corporação [...] me ajudou a obter acesso a certos discursos e realidades" (ROCHA, 2013, p. 18). De suas constatações, um contraponto: Letícia admite saber que mesmo que atinja o limite de tempo de serviço na corporação, jamais será considerada nativa, por conta de sua função ocupada, isto é, enquanto profissional da saúde e não uma agente combatente. Acompanhar Letícia e suas palavras, incutia a recorrente questão:

[71] Em 2019, o governo Witzel extinguiu a Secretaria de Estado de Segurança (SESEG), a qual a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro estava vinculada, elevando a organização ao *status* de secretaria, isto é, a atual Secretaria de Estado de Polícia Militar (SEPM). Sobre esse assunto, compete sublinhar, que as diretrizes da PMERJ emanam de um comando único representado pelo Comandante Geral, que também acumula o cargo de secretário da SEPM. As diretrizes políticas, por sua vez, são determinadas pelo governador do estado (CALDAS, 2021).

o quanto do "nós" ela poderia compor sendo a sua farda branca ou, antes, justamente por isso? Aliás, o quanto do "nós" eu comporia sendo policial da saúde? Da saúde e temporária, sublinho.

No edital, em seus tópicos iniciais, a seguinte asserção: "a participação dos voluntários no presente processo seletivo simplificado não implica, por parte da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, em qualquer compromisso quanto à incorporação às fileiras da PMERJ" – e, assim, quanto mais eu avançava na leitura do documento, mais entusiasmada ficava com todas as questões que me tomavam quando eu pensava a articulação das vivências como pesquisadora da Polícia Militar e como Psicóloga da casa. O trecho, porém, repercutiu na indagação: em caso de sua entrada, em que medida, de fato, o/a novo/a profissional seria compreendido/a enquanto membro da tropa? Nessa seara, o quão dentro eu estaria nas ditas condições? Algumas questões. Dando sequência, outro de seus tópicos falava sobre as normas internas, alimentando as minhas dúvidas: "os militares temporários voluntários de saúde ficam sujeitos, no que couber, às regras constitucionais, estatutárias, de proteção social, disciplinares e regulamentares a que se sujeitam os policiais militares do estado do Rio de Janeiro" (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2022)[72]. O jugo ao mesmo regulamento disciplinar, acessado somente por pares, seria, então, o que me permitiria "entrar na polícia de vez", conforme Cb. Feitosa? O que cabe na possibilidade de entrar de vez? A pergunta insistia sem respostas. E haveria um único lugar, decididamente, circunscrito? Suspeito que seja esse um caminho insuficiente.

> Tendemos muito a escolher entre uma das duas vias: ou bem os desmascaramos, nos engalfinhamos com o adversário, damos ao inimigo um rosto e um nome, solução de violência e coragem, por vezes, precipitada e mais simbólica do que exata; ou então mostramos que ninguém é responsável, exceto a grande máquina do Estado ou o apodrecimento geral da sociedade. Estas são vias sempre certas e, com frequência, inúteis, da crítica abstrata (FOUCAULT, 2005, p. 138).

Afinal, o que desse "nós" estaria reservado à PMFem Feitosa? Por sua vez, o que sobrou do "nós" quando pensamos Sd. Prior, assumidamente homossexual, na cena em que sua patente, agora, aparece precedida do *status* de "ex"? Ou mesmo do Cap. Romano que, nas suas múltiplas camadas, além de oficial e, portanto, agente tanto mais afastado das ruas quanto mais próximo das atividades administrativas confessa ter sucumbido à pressão – não "qualquer uma", mas a pressão do ofício interno, um trabalho apreendido como distante dos perigos da guerra? Cumpre

[72] No que continha a situação do/a candidato/a após possível entrada e conclusão do Estágio de Adaptação Militar Especial, tomava-se a sentença: "o voluntário será declarado 1º Tenente PM Estagiário". Com duração máxima de dois meses a partir da data da inserção, o estágio seria dividido em duas fases distintas: a primeira etapa, com prazo de trinta dias corridos, haveria de acontecer na Academia de Polícia Militar D. João VI, visando a então adaptação à atividade militar através de instruções e treinamentos específicos; a segunda fase, seria correspondente ao período de adaptação à função nas respectivas modalidades de atuação profissional (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2022).

indagar, igualmente, o que permanece daqueles "nós" que, em algum momento, estiveram em diálogo com Ana Paula Meza (2017), após trabalho de reincorporação? Tensões e controvérsias que ressalvam o que faz de mim uma "aliada" que poderia habitar o "nós". Na divisão simplória entre "civil" e "militar", por óbvio, eu não estaria ali alocada[73]. Quando conto de um movimento de aproximação através da ideia difundida sobre o meu interesse de compor o quadro de oficiais temporários, descrevo um fragmento específico da paisagem, contudo, em sua utilidade, ainda assim apenas uma parte. Desse modo o que preconizo em meio a meu corpo-pesquisadora, não é exatamente debater quais nuances me enquadrariam mais fora do que dentro ou mais dentro do que fora, mas questionar, outra vez, os efeitos de uma discussão conduzida por binarismos e encastelada na rigidez das suas proposições. Para Meza (2017), parece fazer sentido acreditar

> que outras tantas interrogações e apostas podem ser colocadas e nos dar pistas de outras possibilidades de intervenção da Psicologia que podem nortear essa pesquisa e a construção da sua prática no campo da segurança. O que significa, então, pensar ciência sem partir de *a prioris* como objetividade, neutralidade e racionalidade? E, ainda, pensar a Psicologia como instabilidade que torna as formas abertas, sempre prestes a diferir segundo direções múltiplas e não antecipáveis? [...] Ao invés de fechar as formas, expandi-las, multiplicá-las e potencializá-las a outrar-se, a proliferar e a polifonar (MEZA, 2017, p. 10-11).

Desconsiderar os processos sociais enquanto processos dinâmicos, descontínuos, plurais e em perene embate de forças tensionadas, sugere correr riscos de anseios binarizantes em uma visão que se polariza e acirra, presentificando em nossas subjetividades um conjunto de práticas e políticas. Falamos de discursos que nos subjetivam e nos instigam a pôr em análise certo tipo de lógica que parece atravessar muitos desses enunciados, desdobrando-se em formas de leitura hegemonicamente dicotômicas da realidade. Elas disparam discussões acerca da Polícia Militar, mas, ainda, discussões sobre a expressão de sentimentos de medo e insegurança que, na medida em que vivenciados, mobilizam modos de conceber o mundo. No decurso do texto e, sobretudo, nessa seção, procurei tomar a minha trajetória em seu diálogo com outros/as autores/as, visando problematizar, no prisma dominante, os efeitos da criação de dicotomias no plano da segurança. Apesar das controvérsias serem inúmeras e os enunciados parecerem discordantes, entendemos que a medida dicotômica os tem perpassado de modo prevalecente. Tem-se, assim, um contexto

[73] Aliás, em um local onde todos/as estavam fardados, havia um efeito de visibilidade imediato da minha presença dentro do batalhão. Um efeito de visibilidade que é também um deslocamento em relação ao universo em questão. Isso fica ainda mais evidente na possibilidade do acionamento das ideias de "boas-vindas" e "sinta-se à vontade" resgatadas no capítulo anterior, quando trato da ligação telefônica que informa a aprovação da pesquisa no Quartel General da PMERJ e, ainda, da minha chegada ao batalhão da Zona Norte. Conforme compreende Damasceno de Sá (2002), essas são formulações que remetem ao processo de inserção de um sujeito no espaço da domesticidade alheia. São sentenças proferidas no momento da introdução desse indivíduo na dinâmica da casa, à medida que o/a apreende como "convidado/a". Os termos emprestados da ordem doméstica indicam ser mais do que metafóricos. Quando pensamos a realidade dos/as agentes da segurança, não é incomum que, de fato, uma parcela significativa do seu habitar esteja amalgamada à vida na caserna.

que radicaliza supostos lados de uma cena de disputas, ao tempo que os rivaliza (MEZA, 2017). Na edição dessa arena, um plano de enfrentamentos. Aqui, o interesse pelo que também escapa.

Recupero, pois, algumas rotas de meu percurso como pesquisadora na PMERJ, ansiando tracejar as pistas das relações de poder e força produzidas e mapeadas, frente a tais experiências. O encontro com a segurança pública e seus aparatos, aqui, a instituição policial militar, muitas vezes, não se configura um empreendimento de fácil sustentação ou sem efeitos deletérios. Faz titubear, gaguejar, esmorecer, fragiliza. Mas nesse caminho, também impulsiona a agir. Durante o percurso, apreendi que seguir adiante encomendava ampliar minhas análises, produzir novos agenciamentos e, por conseguinte, fabricar outras bifurcações, mais distantes das repetições de uma lógica que convoca à naturalização de formas acirradas de socialização e à perpetuação de violências. E é, justamente, essa análise, que faz da "paralisia" um campo de sentido razoável. A pretensão por "um único caminho a percorrer" encerra a questão ao reduzir a Polícia Militar a um bloco homogêneo, estático; uma organização pronta, constituída por atributos intrínsecos a uma suposta natureza absoluta. Na contramão, o avançar se fez possível quando, então, passei a admitir meus incômodos, a considerá-los pistas nodais de análise. Era plausível – e necessário – apreender que a instituição policial militar irrompia, assim, como produto de redes múltiplas, exigindo pautas mais complexas do que as que temos, diariamente, inventado (ROCHA, 2013).

> E, nesse sentido, uma pergunta precisa se manter: que polícia nós queremos? A que coletivamente queremos e precisamos construir. Acreditamos ser mais potente, ao invés de discursos e de práticas individualizantes que pretendem atribuir supostas naturezas/essências estáticas "boas" e "más", refletirmos as relações constantemente construídas nos processos coletivos. [...] Não se trata de eximir o Estado, os órgãos e os agentes públicos de suas responsabilidades e competências, ou de suas prestações de serviços. [...] No entanto, indignar-se é diferente de discurso e prática de ódio que, na verdade, só perpetuam mais do que há séculos vivemos no Brasil [...] Sem esse tipo de entendimento e ações desdobradas estaremos [...] perpetuando as condições a que assistimos já atualmente e produzindo os mesmos efeitos no mundo e nas relações (MEZA, 2017, p. 251-252).

Fato é que, nos últimos anos, o empreendimento de mergulhar mais profundamente no mundo da caserna, nas histórias de vida e da guerra – e, ainda, da vida na guerra – sob a narrativa dos/as agentes da segurança, tornou cada vez mais patente que o meu corpo-pesquisadora vinha sendo provocado para além das críticas relevantes às políticas de morte e sua operacionalização pela Polícia Militar. O "tempo de paralisia", paulatinamente, e de maneira curiosa, em verdade, foi se desvelando uma das principais pistas de análise que o processo de pesquisar a/na PMERJ engendrou e fez acompanhar. Em definitivo, percebi que mapear a Polícia Militar não se mostra exercício possível quando por uma discussão fiada na manutenção de binarismos, que encerram e limitam muito mais do que produzem análises. Para tanto, precisei retomar o percurso, buscar

outros elementos no caminho, novos sentidos, outros rumos e direções. Precisei dobrar a minha atenção às intervenções do meu corpo no campo, às formas como ele comparecia em uma cena protagonizada por homens-de-guerra. Nesse plano, entendi que seria central, sobretudo, apostar em um encontro com a polícia investido na criação de outramentos. Um encontro, pois, imbuído do anseio de propor sentidos que escapassem às cisões correntes, estas, que ainda permanecem mantendo rivalizados os supostos lados de uma mecânica de guerra que almejamos transformar.

3 MISSÃO SERVIR E PROTEGER: COMO NASCEM OS HERÓIS?

Na pasta que carregava junto ao corpo, a divisória continha os documentos e formulários necessários para ocupação de vaga do quadro de Oficiais da Saúde da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Antes disso, a disponibilização do edital após algum período de especulações sobre a veracidade da notícia de sua publicação. O referido certame destinava-se à convocação ao Serviço Militar Temporário Voluntário de Saúde. Os/as candidatos/as aprovados/as estariam contratados/as por doze meses, prorrogável por igual intervalo de tempo, consoante à demanda institucional. Eu intentava uma vaga para o cargo de Psicólogo/a – "uma oportunidade única", quando pensava nos rumos que a pesquisa poderia tomar a partir da minha entrada, agora, sob outra roupagem, do lado de dentro da caserna. Desde a sua publicação, não me restaram dúvidas sobre a inscrição no processo seletivo. Além disso, a remuneração também se fez outro aspecto atrativo – quase quatro vezes o valor da bolsa de doutorado que, à época, eu recebia e que tinha, igualmente, previsão de finalização no ano seguinte. Ademais, os candidatos não passariam por avaliações escritas, o que não comprometeria, pois, a minha rotina de atividades já estabelecida. Ao invés disso, a seleção para a PMERJ seria constituída pelas fases de entrega de documentos, validação documental, avaliação curricular, inspeção de saúde e avaliação psicológica, tal como convocação para a entrega de documentos originais e habilitação à incorporação (SEPM, 2022).

A primeira etapa, direcionada à entrega de documentos, foi realizada nas dependências do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças 31 de Voluntários. Policiais vinculados à Diretoria de Recrutamento e Seleção de Pessoal foram encarregados do trabalho de recebimento da papelada. Homens e mulheres acolhiam os/as candidatos/as acomodados em mesas plásticas enfileiradas uma ao lado da outra. Um "posto de atendimento" também foi oferecido àqueles/as que não possuíam acesso à internet. No espaço, foi disponibilizado, além de um computador e de uma impressora, a ajuda de PMs treinados à orientação dos/as participantes. Após passarmos por uma conferência de inscrição *on-line* prévia, aguardamos o chamamento de um dos agentes, que cumpria com a ordem de horário agendado nominalmente e divulgado no *site* da instituição alguns dias antes. Um processo demorado em razão do registro compartilhado de cada uma das cópias recebidas. Ao término do procedimento, pude observar de modo mais atento o ambiente policial militar: em meio a amplo espaço verde e estruturas em concreto nas cores da instituição, conversava com um dos operadores formas possíveis de retornar para casa de transporte público quando, então, fui surpreendida por vozes que se aproximavam. O pelotão "trotava" no mesmo compasso do "brado". Ele era acompanhado por homens que seguiam a frente puxando o grupo.

Despedi-me do policial que prestava auxílio a mim e acelerei o passo tentando alcançar o coletivo. A "tropa" avançou em linha reta, à medida que aquelas dezenas de recrutas seguiram bradando a canção que admito não ter conseguido identificar muitas palavras, embora tenha me aproximado do grupo no momento de sua breve passagem por aquele espaço da instalação. Ali, os "bichos", como são denominados os novatos inseridos na organização. A inclusão às fileiras da polícia só viria, de fato, mais adiante, com a solenidade de formatura. Ao primeiro olhar, são identificados pela vestimenta, o "bichoforme": a blusa branca e a calça *jeans* oportunizam que o pelotão seja prontamente notabilizado – não sem razão, devo suspeitar. A fabricação do *ethos* policial militar imprime registros simbólicos que se demonstram visíveis pelo contato imediato. O "espírito de corpo" da PMERJ aparecia ali, cuidadosamente inscrito no vigor de cada palavra cantada, nos olhares compenetrados, tomados por uma atenção vigilante ao menor dos deslizes. As canções militares da caserna sugerem ter esse poder de criar certa unidade "mística" para o grupo, instaurando um ambiente de partilha de um horizonte comum. A uniformização dos seus movimentos enaltece a cultura dos ritos e assevera o poder da tradição no "mundo de dentro". Passos sincronizados em uma única direção: sempre em frente, "avante e avante"[74], pela farda!

3.1 Vida de bicho, alma de herói: da formação e aperfeiçoamento profissional

> *O ponto de virada começa agora, com as primeiras impressões, com os primeiros ajustes à condição de policial. Na fábrica de soldados da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, quem dava mole era bundão. O sistema estava em busca deles [...], das novas engrenagens da máquina repressiva: os recrutas do CFAP.*
>
> Rodrigo Nogueira, 2013.

No Brasil e, portanto, no estado do Rio de Janeiro, a Polícia Militar possui dupla entrada, ou seja, uma porta de inclusão para praças e outra para oficiais. Os alunos ingressam na PMERJ em concursos diferenciados. Quando aprovado no processo voltado ao corpo de praças, o futuro soldado é matriculado no Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Praças 31 de Voluntários. A Academia de Polícia D. João VI fica, assim, destinada ao recebimento de operadores oficiais. Ambas as categorias são organizadas em formas de carreira, com prêmios e castigos impelindo um sistema constante de avaliação. Oficiais e praças são princípios de distinção que constituem visões específicas no interior da organização: de um lado o comando, de outro, os subordinados. Enquanto os praças se inserem na corporação através de concurso público de nível médio e têm

[74] A expressão aparece com frequência nas páginas da PMERJ nas redes sociais.

o desenvolvimento da carreira pelas graduações de soldado, cabo e sargento – terceiro, segundo e primeiro sargentos –, podendo ascender à graduação de suboficiais na condição de subtenente; os oficiais, por seu turno, ingressam na qualidade de alunos, após realizarem concurso público de nível superior que, atualmente, demanda formação de bacharel em Direito. Os/as integrantes do grupo adentram à instituição como alunos e depois do devido período de formação, avançam como aspirantes a oficial, seguidos da promoção a segundo tenente e, ainda, dos demais postos[75] de primeiro tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel. Nesse diagrama, a composição militar explicita o peso da tradição histórica no campo das agências policiais (CARUSO, 2006).

O aspecto mais aparente dessa estrutura reside na rígida divisão hierárquica, que modela a vida cotidiana por competências funcionais e responsabilidades segmentarizadas entre oficiais e praças. Demonstra-se com isso, a medida considerável de verticalização e de centralização de poder no nível organizacional, assegurado pela distribuição piramidal inscrita em divisões e em subdivisões, que fabricam contornos significativos ao exame institucional. Para Caruso (2006), um fato importante é o que tange à atuação do Comandante dos locais de formação. A dinâmica de trabalho nesses espaços é, fortemente, impactada pela filosofia emitida por essa personagem. Quando um conjunto ocupacional precisa transmitir a uma nova geração a sua visão de mundo, irrompe a necessidade da adesão a um compilado de estratégias de transmissão e sedimentação de conhecimentos, valores e comportamentos voltados à sua incorporação por esses membros. Há de ser sublinhado, entretanto, que os processos de socialização não se constituem fenômenos isolados, mas se qualificam como movimentos que seguem por toda a vida do agente policial[76]. Nesse ponto, algo de curioso acontece: para os/as que finalizam a etapa básica de socialização, a defasagem que separa "recrutas" de "veteranos" faz-se diminuída operando, por conseguinte, uma maior amplitude na distância entre policiais militares e pessoas civis (PONCIONI, 2021).

[75] Damasceno de Sá (2002) desperta atenção ao fato de que, segundo ele, parece não haver, entre oficiais e praças, uma continuidade de *status*. É como se possuíssem, além de papéis e atribuições, qualidades distintas. Dessa forma, a partir das classificações encaminhadas pela corporação, indicam ser "seres com destinos sociais diferenciados, compondo o destino de uma mesma unidade social" (DAMASCENO DE SÁ, 2002, p.30). Nos mínimos detalhes, as distinções se fazem notar: os praças não possuem "postos" porque esses são graus hierárquicos que pertencem, em exclusivo, aos oficiais. São as ditas "graduações" as malhas de identificação dos primeiros. Nesse prisma, para o autor, o uso de termos distintos para designar um ou outro círculo irrompe como um signo dessa descontinuidade. O contato entre os sujeitos que compõem esses segmentos deve ser fiado por mesuras e cumprimentos que denotem respeito, mesmo quando em ambientes externos ao contexto do "militarismo".

[76] É importante lembrar, que uma vez concluída a formação básica, os mecanismos de continuidade dessa formação são os cursos ofertados pela corporação, que constituem também um importante critério para a promoção dos PMs – sem esquecer, sobretudo, o caráter formativo das ruas, inúmeras vezes realçado pelos/as agentes entrevistados/as. Os cursos constantes nos centros de formação constituem-se, assim, importantes requisitos de ascensão na carreira policial militar por mérito, delineando, a partir daí, alguns dos contornos que produzem os princípios e valores que sustentam a organização. Trata-se de um processo contínuo, que compreende, de igual forma, a construção de certa identidade policial inscrita em uma trama histórica, social e cultural, enquanto terreno de disputas em que os atores concorrem para dar sentido e direcionamento à ética que os constitui (PONCIONI, 2005).

As unidades-escola são admitidas no plano simbólico dos agentes e da corporação como espaços amalgamados à formação dos "novos heróis sociais". Solo sagrado, esses são universos que devem ser saudados e reverenciados enquanto berço da corporação. A sua missão histórica é, portanto, ligar o passado, o presente e o futuro institucional. Dentre os elementos conceituais apresentados, a "responsabilidade" diante da criação de um "corpo militar", foi um dos atributos mais frequentes na fala dos/as agentes. A ideia aparece em oposição a uma juventude civil que tem se mostrado "cada dia mais irresponsável". Na caserna, ademais, a reverência a certa forma de interação fundada no respeito à "boa conduta". Essa parece ser uma preocupação que denota, sobretudo, a expectativa da organização pela estrita obediência às suas normas, leis e princípios éticos. Os cursos de formação reivindicam, assim, uma reputação própria. Além de serem locais de transmissão de saberes técnicos e profissionais, os centros mostram-se redutos disciplinares e locais de criação de um corpo identitário, a partir do qual os indivíduos aprendem a reconhecer a si mesmos como membros de uma coletividade formada nos termos da "família sangue-azul".

Na página da PMERJ, no YouTube, faz-se possível assistir à entrevista gravada com um oficial dirigente do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças que, à época, usufruía da incumbência de comandar a unidade. Durante o diálogo, o oficial exprimiu dificuldades iniciais, já esperadas em uma cena de passagem, que ritualiza a entrada de novatos (TV PMERJ, 2020)[77].

> Há uma dificuldade grande nesse início porque a grande maioria vem de uma rotina e de atos do mundo civil. A gente precisa ambientar eles à nossa rotina, fazê-los entender a grandeza e, principalmente, as obrigações da escolha profissional que eles fizeram. Durante essa adaptação, eles vão entendendo a instituição que eles escolheram como instituição pra vida deles, e vão mostrando se têm ou não o perfil para serem profissionais da PMERJ. É um processo longo, um processo complexo, mas, não obstante à dificuldade, o CFAP é sem dúvida alguma, um grande parceiro nessa conquista deles. Há dificuldades no caminho, mas são dificuldades naturais. [...] A escolha profissional de ser policial militar não é uma escolha qualquer. Não é qualquer pessoa no mundo, que se compromete, sob juramento, a entregar o seu maior patrimônio, que é a sua vida, em defesa de alguém que ele sequer conhece. Se essa não é uma profissão comum é natural que a formação do protagonista dessa ação também não seja comum. Então, o curso, ele é desgastante, exige uma entrega, uma dedicação muito grande, mas não é impossível, e o CFAP é o grande parceiro do aluno nessa conquista. Sejam bem-vindos todos os candidatos que, aqui, ingressaram. Em breve, estaremos reunidos, com a felicidade de estarmos formando [...] novos heróis sociais para a sociedade do Rio de Janeiro (TV PMERJ, 2020).

A observância da arquitetura das unidades de formação, ajuda a mapear um conjunto de aspectos organizacionais. Os seus extensos muros, tingidos nas cores da instituição, restringem fisicamente os portões de entrada e saída desses estabelecimentos, oferecendo, juntamente com os recursos suplementares das guaritas e de cancelas, suporte instrumental para um controle que

[77] Entrevista disponível na íntegra na página oficial do YouTube da Polícia Militar fluminense (TV PMERJ, 2020). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JZhgO1BjXp8 Acesso em: 30 ago. 2022.

se faz rigoroso do trânsito de bens e indivíduos entre as áreas de "dentro" e de "fora" da caserna. Os muros operam, sobremaneira, enquanto símbolos de fechamento da instituição. Além disso, "os quartéis, fardas, as viaturas ostensivamente caracterizadas são indícios da vida de um grupo social que se descola e ganha certa autonomia no espaço social" (DAMASCENO DE SÁ, 2002, p. 71). Dito isso, tem-se que a relação desse grupo com outros grupos se revela, simbolicamente, também na estrutura física de suas instituições demonstrando, pelo caráter ostensivo, que se faz necessário manter a segurança com relação ao extramuros na contenção do seu espaço interno. A arquitetura do quartel reflete, pois, a organização dos sujeitos em uma dimensão mais ampla, sendo o "interno" e o "externo" os fios condutores de sua lógica.

Desde o início da tese, parecia-me uma obviedade a importância do empreendimento de ocupar os espaços institucionais. Para além do diálogo com os/as interlocutores/as supunha que esquadrinhar as unidades de Polícia Militar por meio do meu corpo-pesquisadora, incorreria em movimento interessante a essa cartografia, à medida que acreditava que acessar à rotina dos/as entrevistados/as ampliaria o meu olhar sobre o mundo que se abria. Não obstante, foi no trajeto, que constatei a real relevância de habitar esse lugar. Foi compondo as paisagens do intramuros que pude perceber a curiosidade (e a desconfiança) que o meu "corpo paisano" gerava – corpo estranho à dinâmica da caserna, decerto, que me mobilizava a produzir uma série de perguntas. Apesar de aguardado, no CFAP, não foi diferente:

> Cheguei ao CFAP com a papelada em mãos depois de um custoso tempo de viagem e outro dia de trânsito comum no Rio de Janeiro. Algumas pessoas, agendadas para mais cedo, conversavam do lado de fora. Avistei uma pessoa conhecida: era uma "caloura" da UERJ. Perguntei se já havia entrado e qual era o procedimento. Ela informou que eu teria que me apresentar na guarita, indicando o local. Fui até lá e após o registro do número da minha identidade e meu nome completo, tive a entrada autorizada. O CFAP é enorme, tinha ainda pela frente uma boa caminhada até o espaço onde acontecia a seleção. [...] Antes de chegar à Diretoria de Recrutamento e Seleção de Pessoal, outros três PMs faziam o controle de entrada até o pátio reservado à entrega dos documentos. Dessa vez, precisei falar o meu horário de agendamento e mostrar superficialmente os documentos que carregava na pasta. Os policiais desejaram boa sorte e lembraram do "posto de atendimento", caso precisasse ainda acessar ou imprimir alguma declaração (Diário de campo – Rio de Janeiro, 03 mai. 2022).

Na dinâmica institucional, quando nos voltamos às áreas de formação do Rio de Janeiro, a primeira etapa da socialização do futuro agente acontece nos espaços de capacitação onde são encaminhados, formalmente, os "ritos de iniciação" militarista desses sujeitos "recrutas". Isso se dá a partir da tomada de conhecimentos e habilidades técnicas. Em ato progressivo, a segunda etapa acontece nos ambientes e posições designadas à atividade policial militar, visto que, para os agentes, muito da aprendizagem primordial ao exercício da missão é essencialmente extraído da realidade cotidiana. Desse modo, é relevante conceber que o processo inicial de socialização

se perfaz camada precisa à encarnação positiva da cultura intramuros, imprimindo, em paralelo, a lógica do pertencimento ao campo e, ainda, o enredo que preza pela rejeição daqueles/as lidos como desabilitados ao plano da caserna. Paula Poncioni (2005) considera que uma das medidas precípuas de análise dos programas de ensino e de aperfeiçoamento profissional é, diretamente, o seu caráter provedor de uma base direcionada à conformação dos pressupostos de motivação, compromisso e adesão a percepções de mundo norteadas pela mecânica guerreira: "eu já fui pra guerra nas minhas férias porque meu irmão de farda tava lá. E se acontece alguma coisa? Quem tá na trincheira contigo importa tanto quanto a guerra", garante Cb. Marcelo.

Sendo os meios escolarizados, quartéis, como tais, eles seguem princípios institucionais próprios. O quartel pode ser, dessa maneira, pensado como dispositivo militar (DAMASCENO DE SÁ, 2002). Nessa dinâmica, ele é uma forma de operacionalização da paisagem guerreira a partir dos sistemas de reclusão dos sujeitos incorporados voluntariamente do seio da sociedade. O "isolamento" referente às transformações que a rotina do "mundo de dentro" impõe, é o preço que se paga em nome do que tomam como processo de edificação pessoal. Os "bichos" não são recrutados para simplesmente serem afastados da sociedade, eles entram na caserna, conforme mencionado, para serem inseridos em um novo território de relações sociais responsáveis por possibilitar um autorreconhecimento específico, atrelado à ética guerreira. Em outros termos, o afastamento do mundo civil tem como função conformar em novas bases os laços de lealdade do "futuro herói", tal como inseri-lo no sistema de responsabilidade social do grupo, exatamente aquele que provê a sua pedagogização. A qualidade pública dessa permanência é operada por toda uma tecnologia política do corpo, cuja premissa de balizamento é a disciplina. Aqui, ela é ditada como um processo de maximização das suas condições instrumentais, ao mesmo tempo em que parece impulsionar uma minimização da sua potencialidade política (CARUSO, 2006). Acerca disso, o Comandante do CFAP diz, no perfil da polícia, sobre a rotina no quartel-escola:

> Às 5h30, eles se apresentam no pátio da sua respectiva Companhia. São colocados em forma, apurados e conduzidos ao rancho para o café da manhã. Nos dias de Educação Física, às 7h, eles executam a Educação Física. Nos demais dias, há um quadro de trabalho semanal, que estabelece quais são as instruções, das 8h às 18h. Naturalmente, há o intervalo para o almoço durante essa carga horária. Terminado o dia pedagógico, retorno às Companhias, asseio pessoal, trocam de roupa, eles entram em forma, se deslocam para o Corpo da Guarda, em forma, marchando, com canções militares e, somente lá, são liberados. Essa é uma rotina diária. Há também uma rotina semanal que acontece sempre. Todas às segundas-feiras, todo o corpo de aluno se reúne e tem a parada deles no nosso "campo de parada". Às sextas-feiras, esse rito se repete, só que com a presença de todo o CFAP, inclusive, do Comandante (TV PMERJ, 2020).

Na série ritualizada, a socialização policial militar convoca à uma transformação radical da subjetividade civil, orientando uma indispensável estrutura de plausibilidade à incorporação

de um "novo ser" substancialmente capaz de viver no "novo mundo", o universo dos quartéis. As inúmeras e exaustivas barreiras ao ingresso e à permanência na caserna, uma vez superadas, estimulam o compromisso duradouro com a profissão tomada, não raro, como "missão de vida": "aquilo é um sonho que você persegue quando tá fora. Aí tinha um parceiro do pelotão que tava pensando em sair. A gente só faltou bater nele – 'que vai sair o que, cara, tu tá ficando maluco'"? O fato é que os/as que escolhem deixar a caserna, na perspectiva de quem optou por permanecer, o fazem por precipitação ou por fraqueza, ainda que a ausência de uma inclinação vocacionada também seja considerada justificativa legítima em alguns casos. Os processos de socialização atravessam as experiências de vida dos novatos, deixando marcas profundas em suas trajetórias. Ao ingressarem na PMERJ, os/as agentes se inserem em um território social com regramentos e signos de conduta próprios (CAPPELLE, 2006). O processo de formação de praças e oficiais não esgota o trabalho de socialização a partir do qual é construída a subjetividade dos militares fluminenses, há outros meios de socialização. A rua, notadamente, é mais um desses espaços de favorecimento. Por ora, no entanto, os *lócus* de educação e treinamento são realçados, nessa seção, como uma paisagem privilegiada dos ritos de produção identitária.

Da decisão de candidatar-se às fileiras da Polícia Militar, além da motivação o indivíduo deve atentar-se a uma série de critérios objetivos que são previamente definidos em documento de edital. Sobre a escolha de seguir carreira na PMERJ, são dois os principais grupos que tomam forma: o "aluno" e o "aluno vocacionado". Enquanto o primeiro foi levado pelas circunstâncias da vida à caserna, seja pela escassez de recursos sociais e financeiros, seja na urgência de trilhar caminhos que são singulares e que fazem sentido para aquela determinada pessoa, a escolha do segundo grupo está voltada à vivência do "dom" de ser policial militar e ao encontro com o seu "destino". Em maioria, os/as agentes que se reconheceram vocacionados durante as entrevistas, foram os que também comunicaram que, desde muito jovens, compartilham a vida ou conhecem a rotina militar, em razão do convívio com alguém que já experimentava o "mundo de dentro". Além da tomada de decisão pelo ingresso na PMERJ, por percursos de "desejo" ou de "destino", para adentrar no reduto dos "fortes", o civil deve submeter-se a um conjunto de exames físicos e psicológicos ao longo do processo seletivo. Ainda nessa seara, dentre as aferições promovidas, a investigação social procura analisar se os padrões ético-morais do candidato são compatíveis ao decoro da corporação (DAMASCENO DE SÁ, 2002; PONCIONI, 2021).

> A Polícia Militar não é só uma profissão, é um estilo de vida. Você vai ter que mudar tudo, absolutamente tudo. A forma como você se veste, os locais que frequenta, com quem você anda... Vai na rua almoçar com a sua família e não pode sentar em qualquer lugar. Você vive tipo um sacerdócio. É muito difícil ficar pra quem não é vocacionado. Você nunca mais vai conseguir ser igual ao que era antes. [...] Tipo se sentar de costas

> pra entrada, estacionar o carro de frente pra sair mais rápido. Isso vai estar sempre na nossa cabeça, funciona meio no automático (Sgt. PM Henrique, BPM Zona Norte).

Assim, os programas de formação e treinamento profissional contêm pistas que ajudam a mapear através da transmissão de ideias, conhecimentos e de práticas profissionais, crenças e valores firmados nas diretrizes teóricas e metodológicas de seus currículos, em um plano sócio-histórico definido – sendo as mesmas mais ou menos explícitas[78]. Poncioni (2021) assevera que tanto no exame do currículo do Curso de Formação de Soldados quanto o do Curso de Formação de Oficiais, há a indicação de um pilar que se mantém: aquele fiado no policiamento repressivo, com ênfase na resistência física do agente militar. A guerra ao "inimigo" se desvela, portanto, como o mote de um processo que visa aniquilá-lo sob a gramática do ordenamento social. Estar apto às ações de enfrentamento refere estar física, mas também psicologicamente preparado às disputas que a contenda exige. Rodrigo Nogueira, que é ex-soldado da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, em entrevista à Carta Capital (2015), afirmou ao jornalista que "a perversão começa na formação". Ele estava preso na penitenciária Bangu 6, uma das unidades que fazem parte do Complexo Penitenciário de Gericinó, na Zona Oeste do estado. Rodrigo foi condenado por uma variedade de crimes: furto qualificado, extorsão mediante sequestro, atentado violento ao pudor e tentativa de homicídio[79]. O que quero destacar, aqui, contudo, é o que o ele diz sobre o ingresso de um jovem civil às fileiras da PMERJ.

> Quando eu cheguei no CFAP, o primeiro contato quando a gente sai do campo para a Companhia é um caminho cercado por árvores. Do alto daquelas árvores, os policiais antigos começavam a disparar tiros de festim e soltar bombas. O camarada que deveria ser treinado desde o início para policiar, já começa a ser apresentado a uma guerra. Dentro do CFAP, a cultura dos instrutores não é formar policiais, é formar combatentes. E aí que tá o problema: você formar um combatente para trabalhar numa coisa tão complexa quanto o aspecto social que ele vai ser inserido. Um dia o policial tá trabalhando com um mendigo, no outro com um Juiz, no outro com um assassino, no outro com um estuprador. Para você preparar um combatente para trabalhar nesse contexto, é muito delicado. Demora muito. Se isso não for muito bem feito você acaba criando monstros. [...] Dentro do próprio ambiente ali, os outros oficiais que coordenavam o curso só tinham um objetivo: deixar o cara aguerrido, endurecido, fazer esse recrudescimento da moral do indivíduo, para ele não demonstrar piedade, covardia. Eles acreditam que se o camarada endurecer bastante ele pode preservar a

[78] Os currículos são planejados, anualmente, nos centros de formação. Seus conteúdos são alterados quando notada alguma necessidade de adequação, quase sempre sugerida pelo comando da escola. Cabe destacar, que o comando de cada centro está subordinado à Diretoria Geral de Ensino e Instrução (DGEI) que, por sua vez, está dependente das decisões advindas do comando geral da corporação (PONCIONI, 2021).

[79] Rodrigo Nogueira, é autor do livro "Como nascem os monstros" (2013). Do que diz, um romance de não-ficção, que mistura as suas próprias histórias às experiências de outros colegas da corporação. No livro, o autor descreve a transformação de um jovem comum, com ideais de defesa da sociedade e combate ao crime, em um homem que usa de sua autoridade para matar, sequestrar e extorquir. O ex-agente militar, em 2015, ainda de dentro da prisão, conferiu uma entrevista à Carta Capital, oportunidade em que pôde compartilhar algumas de suas histórias vividas (CARTA CAPITAL, 31 jul. 2015).

> própria vida com isso. Mas isso é ruim: você cria um cachorrinho bitolado que não consegue enxergar as coisas ao redor como elas são (CARTA CAPITAL, 2015).

Nessa perspectiva, o que se apresenta é certa concepção de controle do crime alicerçada por ações que elegem atributos de força e virilidade, em detrimento da noção de administração de conflitos por meio da aproximação com o cidadão. Isso posto, tem-se a manutenção da ordem pela via belicista, instrumentalizada pelo "policial combatente". Kant de Lima (2021), assevera que a formação policial tem sido tradicionalmente ditada por uma concepção de "treinamento", onde se busca a padronização procedimental financiada por repetições mecânicas. Para o autor, essa lógica incentiva, reproduz e se perfaz em políticas repressivas e punitivas, que acabam por reduzir os cenários de possibilidades reflexivas pelos/as agentes diante de situações complexas. Esse "condicionamento", que impele obediência irreflexiva às normas, em grande medida, não se faz criticar internamente, quando os/as mesmos/as operadores/as são expostos, sem o mínimo constrangimento, à dinâmica conflitiva das ruas, exigindo que ajam com bom senso e equilíbrio. É constante na fala dos/as policiais a expressão de que "na prática é outra coisa", um enunciado que reforça a dicotomia entre o saber formal, ou seja, o conhecimento adquirido por manuais e regimentos internos e a *práxi*s policial de rua, que apela à cena individualizada do "vá e vença".

Logo, pensar os percursos de formação e aperfeiçoamento profissional na Polícia Militar demanda um olhar atento ao que não comparece formalmente nos currículos dos centros-escola. Nesse caso, há de se dirigir às análises às tônicas dissonantes e consonantes entre o saber formal e o conhecimento prático, na intenção de mapear quais as suas implicações ao exercício legal e legítimo da autoridade policial no encontro diuturno com a população. Explicita-se, assim, uma enorme fragmentação do conhecimento profissional de polícia (CAPPELLE, 2006). De acordo com Caruso (2006, p. 62), um efeito dessa clara desintegração é que os/as agentes, no exercício diário de atendimento às ordens sociais, "operam sem um conjunto único de procedimentos que sustente seu trabalho; o que permite que cada um, isoladamente, crie as suas próprias técnicas". A falta de regularidade na transmissão de condutas básicas e balizadoras necessárias à atuação policial instiga, pois, cada vez mais barreiras ao controle e à avaliação do desempenho policial, criando uma ambiência favorável à aplicação de práticas ilegais e/ou extralegais.

Compreendido como um saber norteado por normas e regramentos não explicitados nos manuais que imperam nas relações dos espaços escolarizados, o "trote" integra o dito "currículo oculto". Explorado por produções interessadas na formação policial (MARTINS; NETO, 2018; FRANÇA, 2019; OLIVEIRA; ROMEU, 2019), a integração do "currículo oculto" na produção identitária expressa a relevância da cultura institucional, que aparece inscrita nos ritos, práticas, procedimentos, nas regras e relações hierárquicas definidas, sobre a invenção das experiências

que atravessam a vida dos operadores. Efeitos da complexidade de um conhecimento difundido por meio de uma normativa formal que se desvela insuficiente quando do enfrentamento a uma série de contingências por quem transita no *front* das políticas públicas do estado. Para os PMs, as orientações contidas nos manuais mostram-se pouco adequadas a um plano de intervenção invariavelmente admitido por sua volatilidade. Se por um lado os cursos ministrados em salas de aula e demais tarefas curriculares representam a dinâmica oficial dos centros de formação, por outros caminhos, os/as agentes falam do "trote" como uma outra tecnologia de saber que se espraia, informalmente, também no seu caráter formativo.

Em um contexto marcado pela tônica do combate, surge o "guerreiro" em uma filosofia totalmente alinhada com o cenário que se lhe apresenta, incompatível, contudo, com uma ordem social fundamentada na legitimidade dos direitos dos cidadãos. A incongruência não se encerra nesses termos, no entanto. Falamos de uma formação ditada por um currículo paralelo ao caráter formal, embora não desconhecido dele, e que se apresenta igualmente delineado por contornos de violação de direitos elementares dos futuros soldados – uma série referenciada pelo mesmo "currículo oculto" (MARTINS; NETO, 2018). Vianna (2013) diz do efeito direto das violências impostas durante o período de formação que, para ele, repercutem não apenas na gênese de uma produção profissional ineficaz, como na manutenção de uma cultura policial militar lastimável. O autor é categórico ao afirmar que ante um treinamento que humilha, ultraja e subjuga, é muito mais provável que as consequências dessa formação enviesada ajudem a fabricar a truculência e até a violência policial nas ruas, no encontro cotidiano com o cidadão. É, justamente, também na imputação de hostilidades e constrangimentos que formas evidentes de violação de uma dita grade curricular se põem em perspectiva. Nesse prisma, Vianna (2013) arrisca elucidar:

> O foco do treinamento militar é centrado na obediência e na submissão, pois só com estas se convence um ser humano a enfrentar um exército inimigo, mesmo em circunstâncias adversas, sem abandonar o campo de batalha. Os recrutas são submetidos a constrangimentos e humilhações que acabam por destituí-los de seus próprios direitos fundamentais. E se o treinamento militar é capaz de convencer um soldado a se deixar tratar como um objeto nas mãos de seu comandante é natural também que esse soldado trate seus inimigos como objetos cujas vidas podem ser sacrificadas impunemente em nome da sua bandeira. [...] Se um policial militar foi condicionado a respeitar seus superiores sem contestá-los, como exigir dele que não prenda por "desacato à autoridade" um civil que "ousou" exigir seus direitos durante abordagem policial? (VIANNA, 2013, p. 1).

Destarte, o processo de integração do *ethos* guerreiro aguça a atenção por sua produção. O contato com os alunos ocorre em dois níveis: o formal, com regras expostas e, outro, informal, os "trotes". Não muito diverso das escolas civis, tanto o Curso de Formação de Soldados (CFSd) quanto o Curso de Formação de Oficiais (CFO) fazem uso, em maioria, do dispositivo da prova

escrita para mensurar o grau de conhecimento do/a aluno sobre determinado assunto explorado. Contudo, os critérios de avaliação de um recruta ou de um cadete não se limitam à performance acadêmica dos materiais teóricos e práticas que estão obrigados a admitir em sua integralidade. Vale realçar, que a dinâmica ensino-aprendizagem em uma organização que carrega as marcas militaristas impõe, mais fortemente, o cultivo da ética guerreira na disciplinarização dos alunos. Nessa direção, as atitudes e comportamentos apresentados fora da unidade-escola, igualmente, são apreendidos como formas de avaliação disciplinar, o que se reproduz na manutenção de um contínuo estado de vigília. Isso posto, tem-se que as ações criticáveis pelo ordenamento "sangue azul" podem ser objetos de punição ou mesmo exclusão do quadro policial (PONCIONI, 2021). Por outro lado, a boa classificação orienta o *status* do aluno no cerne institucional: "uma posição quase que mítica é ocupada pelo [recruta] 01 ("zero-um") e, em escala decrescente, pelos outros "zero": 02, 03... são posições de prestígio" [grifos nossos] (CASTRO, 2021, p. 57).

As dinâmicas formais de instrução militar, conforme os registros observados, têm como bases os regimentos internos do CFAP ou da APM D. João VI. Além disso, outro aparato crucial é o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (RDPM). Poncioni (2005), atesta que o universo guerreiro aparece, profundamente, pautado por razões disciplinares, que têm como seu principal sustentáculo a punição. Assim, além de proporem um tipo de socialização específica, de sentido militarista, os cursos de formação indicam reforçar ideais balizados por valores, como: combate bélico, força, vigor, superação, entre outros atributos viris, que criam subjetivamente a caserna na intensa docilização da tropa policial. Acerca disso, consoante elucida Haydée Caruso (2006):

> Não seguir à risca as exigências da postura e doutrina militares, como marchar corretamente; carregar uma arma de maneira inadequada; não respeitar os símbolos militares; estar desleixado com a sua aparência e não cumprir as referências aos seus superiores de modo adequado, pode levar a uma punição severa tornando-se rotineira na vida do aluno e ganhando, em muitos casos, mais espaço no processo de formação do que exigências relacionadas à aquisição de conhecimentos necessários ao exercício da atividade policial (CARUSO, 2006, p. 71).

A ótica punitiva recai sobre o não cumprimento de normas reguladoras. Como medida, o "bicho" que ingressa na caserna deve estrita obediência e respeito. Ademais, almejando testar sua capacidade de superação, o "bicho" deve ser ativamente "sugado", isto é, levado ao extremo nas suas resistências físicas e psicológicas. Primando, ainda, pelo uso dos jargões policiais, o/a novato/a que muito "perua", que se manifesta em demasia, aumenta a probabilidade de ser mais vezes posto/a à prova e com maior intensidade. Nessa ordem inscrita, devido a temporalidades

distintas, no caso dos praças, o prazo de formação é mais breve que o dos oficiais[80] – o processo de incorporação dos regramentos policiais ocorre de forma mais acelerada e sob forte influência de disciplinas "militaristas". Aqui, a "Ordem Unida" demonstra ser de fundamental importância à apreensão dos valores da caserna. A preponderância dos testes físicos e as respectivas práticas de avaliação de resistências comunicam que para ser merecedor/a do *status* "policial-guerreiro", o sujeito deve suportar as diversas provações enredadas por vivências de dor e sofrimento físico e mental sugerindo que essa seja, então, a sua condição: "o policial não nasce pronto, o guerreiro não nasce pronto. Ninguém já nasce sabendo ser policial militar. A pessoa vai aprendendo com a vida, vai se preparando no dia a dia. No curso, a ficha vai caindo", diz Cb. Waldir.

Isso posto, o "trote" é uma antiga tradição das escolas militares endereçada aos "bichos". Apesar de ser, em tese, proibido, o ritual de aplicação do "trote" é uma condição informalmente conhecida na caserna. De modo geral, as instâncias superiores dos centros, que também já foram "bichos" e passaram pelos "trotes", não procuram coibir a sua aplicação, apenas gerenciá-la na tentativa de evitar exageros – o que nem sempre é possível. Os seus exemplos são diversos e a sua variedade depende de quem direciona o procedimento. Dentre os mais comuns, a prestação, pelos "bichos", de serviços tomados como inferiores – fazer a faxina para os "antigos", arrumar seus objetos, limpar seus pertences – e a vivência de algumas privações de necessidades básicas, como: privação/restrição de comida, água e sono. Em geral, tem-se, pois, uma *práxis* voltada à observância de rebaixamentos. Enquanto alguns ganham contornos cômicos, traduzidos em tom

[80] Em 2023, foi publicado o edital para concurso de praças da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. O último certame havia sido no ano de 2014. No documento, ficou estabelecido que o CFSd teria ampliação da carga horária. Os novos soldados seguiriam em processo formativo no CFAP pelo período de doze meses. Desse total, dez meses seriam reservados à formação teórica e dois meses ao estágio supervisionado. No currículo, o quadro de disciplinas foi estendido para 32 matérias, somando 1437 horas (a base do edital de 2014 indicava 27 matérias em 1084 horas). A comparação com o CFO, revela que, no caso dos oficiais, de acordo com o que consta no edital de 2021, o curso, no entanto, tem previsão de três anos, de onde saem os novos cadetes (IBADE, 25 mai. 2023). De forma resumida, o debate de formações diferenciadas oferecidas pelo CFAP e pela APM, gera como efeito uma discussão duradora, que diz da qualidade da dupla entrada policial militar na caserna. Enquanto uma parcela critica essa estruturação, justificando que ela é uma das causas do distanciamento entre oficiais e praças, outro grupo defende ser crucial o critério de formação diferenciada, visto que oficiais e praças exercem tarefas distintas. Aqui, faz-se central, ainda, atualizar alguns encaminhamentos. Não obstante, uma parte dos registros acima tenha sido retirada do último edital para soldados da PMERJ, referente às provas que ocorreram no mês de agosto do mesmo ano de sua publicação, há de se destacar que o processo de seleção foi oficialmente anulado após inúmeras denúncias de fraudes e prisões constatadas no dia da aplicação da prova. Até as últimas semanas, as informações davam conta de que a banca de avaliação do concurso seria alterada e um novo edital publicado. Acontece que meses depois, uma nova reviravolta se efetuou e, no final de outubro, o ministro Cristiano Zanin, do STF, optou pela suspensão do concurso. A decisão, porém, tratou de outra temática: a suspensão foi motivada por uma ação da Procuradoria Geral da República contra a reserva de 10% de vagas para as mulheres. No entendimento do ministro, as mulheres devem concorrer entre a totalidade de vagas disponíveis. Para Zanin, "o percentual de 10% reservado às candidatas do sexo feminino parece afrontar os ditames constitucionais quanto à igualdade de gênero". As agendas sobre a restrição da participação do público feminino em concursos militares ganharam uma maior visibilidade mais recentemente, após Zanin também suspender o concurso da PM do Distrito Federal pela mesma compreensão. Com essa decisão, no Rio de Janeiro, a divulgação de um novo edital fica embargada até a próxima ordem (AGÊNCIA BRASIL, 23 out. 2023).

de “brincadeiras”, outra ampla parcela enuncia o seu caráter físico, conformando as “pagações”, ou seja, atividades de flexão e corrida, por exemplo. Caso um “bicho” recuse o trote, terá sobre si uma enorme pressão. É bastante provável que fique marcado pelos nativos e entre os próprios pares que compartilham da condição de novatos (CARUSO, 2006; CASTRO, 2021).

E por que o “trote”? Talvez ele permaneça por ser, na trincheira da caserna, o meio mais eficaz e econômico, já que se mostra capaz de concentrar vários ensinamentos. Ele não é tomado apenas como um momento de hostilidade, de obediência ou de simples imposição da hierarquia. Como um fenômeno complexo, não comporta uma única resposta que explique a sua existência. “Aquela ofensa não pode ser levada para o lado pessoal, ela é pra te ajudar a enxergar o mundo de uma forma diferente”, alerta Cb. Waldir. O agente faz questão de demarcar que, na aplicação do “trote”, não há nada contra o caráter pessoal do “bicho”. O recruta é submetido, no entanto, a uma dinâmica de humilhações justamente por estar ocupando *status* inferior na hierarquia de poder e o seu único direito é se perceber como um ser sem qualquer direito de escolha. Ademais, é fundamental que o “bicho” esteja ciente de que a sua posição é passageira e que, todos ali, em momentos distintos das suas vidas, já experimentaram essa forma de habitar os muros.

> O trote é uma espécie de “prova de fogo”, na qual o bicho tem que provar que merece ser militar, que é “homem”, ainda que, paradoxalmente, sua masculinidade tenha que ser provada através da aceitação resignada de situações vexatórias. Algumas outras explicações para a existência do trote são dadas. [...] Uns destacam mais o lado inercial de tradição do trote, que deve ser preservado como – e por ser – fenômeno tradicional. Outros apresentam uma espécie de visão utilitarista, como se o trote fosse uma situação na qual se aprende autocontrole e se adquire resistência a condições adversas. Para alguns, ele teria uma função pedagógica, sendo uma espécie de aula prática de obediência, para o bicho, e do poder de ordenar, ao aspirante (CASTRO, 2021, p. 35).

Um novo olhar para o mundo. Em ampla medida, os centros de formação são admitidos como plano pedagógico de rito de passagem instrumentalmente orientado (CAPPELLE, 2006). A hierarquia e a disciplina não se reduzem, pois, à simples obediência. Eixos vitais à instituição, falam também da produção de certo espelho, de uma identidade formada por um modelo ideal. O espaço social de convivência do indivíduo é suprimido e substituído por valores, por códigos de conduta e princípios da organização. Não sem razão, os/as alunos/as em socialização passam a conceber a PMERJ como a sua própria família – após a solenidade de formatura estão, enfim, habilitados a integrar a “família sangue azul”[81]. A concepção da instituição como lar, contudo,

[81] Por meio de novas socializações, os PMs já formados participam, especialmente, de cursos de aperfeiçoamento que carregam a distinção de serem “operacionais”. Neles, são ensinadas técnicas que habilitam os referidos agentes a exercerem o ofício policial nas ditas “tropas especializadas”. Segundo Storani (2018), o que está em jogo é algo semelhante à conversão dos já convertidos, realidade onde as “sugas” são aplicadas com maior intensidade. Assim, tropas especializadas parecem funcionar de forma a construir um certo orgulho diferenciado por parte dos policiais. Aqui, o próprio fardamento evidencia características que se aproximam mais acentuadamente do modelo belicista expressando, assim, pistas engendradas pela ética e pela estética do confronto.

também inspira caráter disciplinador, visto que, encurtados os meios de circulação, formam-se espaços fechados ao redor desses sujeitos através do estabelecimento de normativas e de ações procedimentais que delimitam comportamentos. Essa noção de cortar laços com antigos hábitos da vida paisana funciona, sob ritos e normas simbólicas, como adaptadores a uma nova cultura. Ademais, entre o sagrado e o profano, o processo de socialização os/as faz imaginar o universo interno como plano ideal, enquanto fora dos muros da instituição, o que prevalece é a desordem. Além do isolamento, dentre os rastros simbólicos da socialização policial militar também estão as regulações no uso da punição, como tratado, e a inserção do recruta à tropa em cerimônia de formatura quando, enfim, conquista a farda que o qualifica policial militar.

> O que a polícia precisa é de gente que ame essa farda, que honre o que ela representa. Depois que a gente passa para o lado de cá, depois que a gente consegue essa farda, a nossa vida não é mais a mesma, nunca mais vai ser a mesma. Não dá pra errar, é uma responsabilidade muito grande vestir essa farda aqui. Ela é a nossa segunda pele, é o que faz a gente ter noção da nossa missão, lembrar todo dia dela e da responsabilidade que a gente tem, que tá nas nossas mãos. Não é fácil, não. Por isso que tem gente que prefere sair, vê que não tem vocação (Sd. PM Felipe, BPM Zona Norte).

> É tipo assim, a nossa farda é um alvo. Nós temos muitas restrições. A gente não pode morar em qualquer lugar, os nossos filhos, por exemplo, eles não podem estudar em qualquer escola, o nosso horário pra andar na rua é reduzido. A gente vive em estado de alerta o tempo todo, fica tudo mais difícil. Não é igual a vida do civil, é uma vida diferente. No começo é mais difícil, mas depois a gente se acostuma que a realidade agora é outra. Não tem nada a ver com soberba, arrogância, nada dessas coisas. São cuidados mesmo que nós temos que tomar depois da farda. A gente precisa abrir mão de muita coisa pra estar nesse mundo. Tem que tá sempre de prontidão, atento, pra não ser um alvo fácil (Cb. PM Danilo, BPM Zona Norte).

É nesse contexto, portanto, que se faz saber certo tipo didático que admite o corpo como um vetor de competências contínuas direcionadas ao alcance, por merecimento, da honra de ser institucionalmente reconhecido. No jugo da produção de uma adesão identitária conformada no sacrifício, esse "rito de passagem", em específico, denota-se no intramuros sob a roupagem das "sugas", sendo aplicados, conforme Pires e Albernaz (2022), objetivando incutir a "rusticidade" necessária ao homem-de-guerra. Por aqui, vale ressaltar, que embora não se tenha estabelecido no campo, não pelo menos nesses termos, a dita "rusticidade" parece ser complementar à noção do corpo que "vibra", referida pelos policiais entrevistados. No mais, indica atrelar-se, ainda, à noção de "sujeito homem" – ou, por aproximação, que se faça, talvez, possível, à PMFem que não é "florzinha". Assim, o corpo que "vibra" revela-se em uma emoção que é, especificamente, militar. Enquanto emoção que se sente, poucas de suas expressões podem ser, de fato, descritas. Principalmente, porque não se destina a um aspecto isolado que indica a sua manifestação, mas múltiplos eixos interligados. O momento da "vibração" é quando o agente se percebe vinculado, o que parece não ser, em necessário, um estado contínuo. É uma emoção que desperta, de forma

geral, na interação com outras pessoas, em distintas ocasiões, executando as atividades policiais com entusiasmo e disposição (CALDAS, 2021). Um corpo que "vibra" é, enfim, um corpo que torna pública a sua respeitabilidade pelos códigos de honra, disciplina e lealdade à corporação, um corpo a partir do qual se fazem ler os valores masculinos da caserna.

Abertamente consagrada como atributo positivado pela cultura policial, a "rusticidade" é outra das características não escolarizadas que irrompem os interstícios da implementação do currículo formal dos centros de formação e aperfeiçoamento da PMERJ. Nesse tocante, ela faz referência a uma suposta capacidade física e mental em resistir às condições adversas da função policial militar, ou seja, é uma qualidade daqueles/as que detêm a capacidade de resistir perante ambientes e situações desafiadoras. Ela inclui a habilidade de conseguir se ajustar, prontamente, a diferentes situações, superar dificuldades e encontrar soluções diante da escassez de recursos. O treinamento que visa desenvolver a capacidade para suportar as pressões físicas e emocionais, prepara, nesse prisma, o/a policial para a "dura realidade das ruas", conforme eles/as expressam. Acrescenta-se a isso, a capacidade operacional de ter êxito ao lidar com a série de precariedades das próprias condições de trabalho: "fuzil antigo, faz o que quando trava? Você dá golpe, tenta destravar, mas ele trava. Então, a gente tem que tá preparado pra isso também", afirma Cb. PM Marcelo. Além disso, as extensas escalas de 24 horas, as longas horas em pé no sol, o peso dos equipamentos que carregam consigo, são outros desses entraves (PIRES; ALBERNAZ, 2022).

Durante as análises do material de campo, grifei uma declaração de Cb. Rogério em que ele discorria sobre o nível de escolaridade dos "mais modernos" e "mais antigos", e pensava os efeitos práticos da ampliação do tempo de estudo formal no cotidiano das ações desenvolvidas. O enunciado, inclusive, consta como uma das questões que foram discutidas no Capítulo 1 desta tese. Retomo o tema em que o policial articula uma menor tolerância às transformações internas à constatação de um grau de escolaridade reduzido e a marcadores temporais e geracionais, pois nessa vinculação, o agente aciona a ideia de um sujeito "rústico". Em sua percepção, os policiais "mais antigos" poderiam ser enquadrados, assim, como sujeitos "rústicos". O que suscita, nesse momento, quando somente nessa etapa da escrita penso a ideia de "rusticidade" a partir de Pires e Albernaz (2022), é a seguinte questão: em que medida, Cb. Rogério também tratava (ou não) da dimensão da "rusticidade" por outras vias? O que se explicita curioso e pretendo, afinal, pôr em questão é a concepção de "resistência", que entendo se atualizar como uma pista interessante por esses contornos. Uma "resistência a mudanças" ou mesmo a "resistência a pressões físicas e psicológicas", que se exibe na sua possibilidade de operar, talvez, por outros fluxos de entrada.

Ademais, faz-se possível perceber a eficácia do processo de incorporação dos códigos e símbolos institucionais no relato dos/as agentes quando, ao final do curso programado, há uma

tendência em se reconhecer a legitimidade da imposição de sofrimentos, visto que a resistência obstinada pelo signo da virilidade militar acaba incorrendo em sua obtenção.

> O curso de formação mostrou um mundo extremamente diferente do meu. [...] Foram 10 meses de curso. [...] Quando eu saí do curso, eu fui pra UPP da Vila Cruzeiro. Aí o que já era um mundo diferente, ficou mais diferente ainda. Tudo era diferente e eu não conhecia nada... o que eu sabia é porque tinha aprendido no curso. Eu não tinha referência externa nenhuma. [...] Nada do que acontece ali, nenhuma instrução, por mais bizarra que pareça, é em vão. O que é ensinado, o que é cobrado da gente, aquilo faz sentido. É o que salva a vida de um policial na rua, ajuda a salvar a vida de um colega nosso. Foi uma fase muito importante pra mim... acho que pra muitos colegas (Cb. PM Castelo, BPM Zona Norte).

O brevê viril demanda o aprendizado dos signos da caserna através do sofrimento físico e de demais dores morais. Através dele, a legitimação da "masculinidade guerreira" afiança um corpo honrado. Nesse esteio, a concepção de que força e violência atuam enquanto balizadoras da identidade da guerra. Às mulheres, cumpre a incorporação do lugar hegemônico na intenção de obter algum espaço possível em um mundo firmado pela invisibilidade das pautas de gênero. Nessa rede complexa de interações, uma estrutura institucional tramada não apenas pela marca da hierarquia formal, mas no acesso a outros aparatos de dominação. Os ritos ajudam a orientar, pois, a conformação dos elementos citados e acrescidos, ainda, de outros atributos: de orgulho, vigor, coragem, disposição e um estoque de outros aspectos morais elucidativos da capacidade de superação ante as violências infligidas. São eles, pois, recursos fundamentais à produção do "sujeito homem", conforme reflete Cb. Riquelme: "nenhum policial entra pra polícia pra ir pra guerra pra esculachar, só que tem muito ganso que é covarde. [...] Tem que ser sujeito homem. Quem é sujeito homem é tratado como sujeito homem, moleque vai ser tratado como moleque".

3.1.1 A pedagogia da "suga": o processo de iniciação do sujeito-homem-guerreiro

> *No Curso de Formação a pessoa aprende a ser militar, é basicamente isso. Lógico que aprende a ser policial também, mas isso é mais na rua. Durante o curso mesmo a gente aprende a ser militar. Precisa de um tempo pra tirar o nosso ranço de paisano, tem um tempo de adaptação. Por isso que eu digo que é loucura, é um outro mundo. O curso foi um divisor de águas na minha vida. [...] Minha cara era chupada de tanto correr, o "bichoforme" foi ficando enorme em mim, só tinha cabeça. Só depois eu fui conseguindo recuperar o meu peso. Mas isso é normal, acontece também com muita gente nesse tempo de curso.*
>
> Cb. PM Castelo – BPM Zona Norte, 2022.

Em 2021, a PMERJ encaminhou investigação acerca de denúncias de agressões a alunos do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças 31 de Voluntários, entregues ao comando

da respectiva unidade[82]. Informações davam conta de que alunos da 2ª Cia. haviam sido feridos, repetidas vezes, com uma vara de madeira, em disciplina de Instrução Prática de Ações Táticas. Uma nota sobre o caso foi publicada pelo CFAP em seu perfil no Instagram. Em uma passagem do texto divulgado, a instituição confirma que "o instrutor responsável adotou um procedimento não recomendado por órgãos de ensino da corporação, gerando lesões comprovadas em alguns alunos". Segundo a PMERJ, o instrutor foi prontamente afastado e um Inquérito Policial Militar instaurado para apuração de possível cometimento de crime. No ano de 2013, Paulo Aparecido, recruta do centro de formação, teve morte cerebral confirmada, após uma semana de internação. Ele foi transferido ao Hospital Central da Polícia Militar, após passar mal durante treinamento[83]. O comandante do HCPM asseverou que o óbito foi ocasionado por um derrame proveniente de uma série de fatores, dentre os quais: a temperatura, a prática de exercício e possível propensão genética. Alunos dessa companhia, contaram que o treinamento foi uma "suga". De acordo com os relatos, quem não conseguia acompanhar a turma era submetido a choque térmico com água gelada ou obrigado a sentar no asfalto quente. No dia, a temperatura na região atingiu os 42ºC. Na oportunidade, outros 33 dos 490 recrutas precisaram de algum tipo de atendimento médico.

> Um dos 490 recrutas da 5ª Companhia Alfa [...] revelou a rotina de excessos durante as instruções de cursos do CFAP. Segundo ele, um tenente da unidade teria escolhido aleatoriamente 50 alunos que estão iniciando o treinamento do CFAP. Por volta de meio-dia, menos de uma hora depois do almoço, o oficial teria ordenado que eles fizessem muitas repetições de flexões, abdominais e polichinelos. [...] "Ele entrou nas salas dizendo que eles estavam gordos e precisavam emagrecer tudo em um dia, por isso iam ter que fazer muito exercício no calor. Foi desumano o que aconteceu" – contou o aluno. O soldado explicou que, por volta das 15h, Paulo Aparecido Santos Lima, de 27 anos, desmaiou. Segundo ele, o professor, pensando que o jovem estava fingindo, chegou a gritar: "levanta daí e para de ser marica"! Segundo o recruta, o professor jogou água no aluno. Como o jovem não esboçou reação, um carro particular o socorreu e o levou para a Unidade de Pronto Atendimento de Marechal Hermes (JORNAL EXTRA, 18 nov. 2013).

Relembro, aqui, dois casos ocorridos no CFAP – um quando essa pesquisa já estava em andamento e outro mais antigo – para disparar uma série de questões que emergiram no campo, no encontro com homens e mulheres da PMERJ. Os fatos fomentam questões sobre as medidas operadas ao longo das etapas de formação e adaptação institucional. A "semana zero" é o marco central de ruptura com a vida civil do aluno, declaram os/as policiais entrevistados/as: "quando eu entrei a primeira vez lá foi uma emoção muito grande. Até hoje eu tenho a imagem na minha cabeça. Nem na formatura foi assim, a primeira vez que eu entrei no CFAP foi uma realização. No primeiro dia eu já sabia: ninguém vai me tirar daqui", rememorou Cb. Marcelo. Nas palavras

[82] A Polícia Militar do estado abriu Inquérito Policial Militar para investigar as denúncias de agressões aos alunos (G1 RIO, 20 mar. 2021).
[83] O aluno ficou uma semana internado, mas teve a morte cerebral confirmada (JORNAL EXTRA, 18 nov. 2013).

de Cb. Castelo, “realmente a gente sente um choque, mas é necessário. A gente não vai ser mais civil... a gente não é mais desde o primeiro segundo que coloca o pé lá dentro. Por isso que tem que ter o choque, não dá pra se sentir ofendida. Aquilo é um teste pra vida real que vem depois”. É nessa seara que, de acordo com Castro (2021), o processo de formação efetua a interiorização do espírito militar, o qual propicia a subjetivação dos/as alunos/as, de modo que eles/as passam a se sentir diferenciados/as do “paisano”. Na busca por construir e lapidar tais diferenças, esses homens e mulheres participam de uma lógica pedagógica que os/as ensina a incorporar um novo *habitus*, que se manifesta na fisionomia simbólica do guerreiro.

Durante a “semana zero” – ou “semana de adaptação” – os recrutas são introduzidos nas artes da Ordem Unida, aprendem a prestar continência, a reconhecer os postos e graduações de seus superiores, bem como são apresentados ao RDPM, recurso nodal na regulação das relações hierárquicas na PMERJ. Os novatos são alocados em pelotões, que constituem as companhias. Além disso, também lhes são dispostos os regulamentos que normatizam a dinâmica da escola, no que tange às rotinas administrativas e pedagógicas. Aqui, a Ordem Unida desempenha papel medular porque consiste em um processo pedagógico, ritualizado, de internalização de valores fundamentais. Os comandos de ordem são bradados por um oficial, graduado ou “mais antigo”, que se põe à frente do grupo, fazendo uso de cornetas, clarins, apitos, gestos ou da própria voz emitida em tom enérgico. A atitude imprime respeito pela figura de autoridade presente (PIRES; ALBERNAZ, 2022). A ideia de uma “semana de adaptação” poderia sugerir que, nesse período, espera-se o ajustamento ou, ainda, uma acumulação gradual dos recrutas à vida militar. Porém, a realidade que se mostra é, em muito, distinta: a transição acontece de maneira brusca e pujante.

Castro (2021) destaca a intensidade do processo de socialização profissional, combinado ao fato de que ele acontece sob medida de isolamento, o que tende a contribuir ao fortalecimento do espírito de corpo, ainda que frequentemente ao preço do distanciamento com o mundo civil. O afastamento em relação à vida pregressa objetiva eliminar quaisquer hábitos desleixados que se possa ter adquirido e dispor a confiança que provém do enfrentamento e da conquista de uma dureza apropriada ao desempenho da missão policial, ajudando-os a aderirem à nova identidade. A “semana zero” é tomada, assim, como um teste de capacitação que almeja levar à desistência aqueles/as que não detêm habilidade vocacionada ou força de vontade suficiente para legitimar a sua incorporação na carreira policial. Isso posto, tem-se na “semana de adaptação” um período extraoficialmente marcado pela aplicação das ditas “sugas” (SILVA, 2011).

> Se der mole dá pra ficar meio maluco lá dentro. Sol rachando na cabeça, um corre pra lá e corre pra cá o tempo todo, você tá cru pra caramba ainda. Tem a pressão de ficar preso, você fica irritado, fica cansado, é tudo junto. São muitas restrições. Nessa parte da alimentação também... tem isso de emagrecer muito porque a alimentação fica mais

> limitada. [...] É igual bicho mesmo, você é visto igual a um bicho. [...] O cara precisa tá querendo muito, tem que tá certo de que é o perfil dele. A gente é levado ao máximo, a coluna desaparece, o psicológico fica esgotado mais do que tudo. [...] Tem uma frase que é assim: os fracos nem tentam, os covardes desistem, só os fortes conseguem. [...] Mas depois você vê também que tem muito teatro, você trabalha com os caras depois. Curso é curso e rua é rua, são duas coisas diferentes. Na prática mesmo é outra coisa (Cb. PM Riquelme, BPM Zona Norte).

Não obstante a pressão esteja revestida do caráter físico, as falas dos/as entrevistados/as evidenciam que ela atravessa, de maneira bastante intensa, a saúde mental do grupo de recrutas: "eu fui como residente... Só aí já tomei um esculacho no primeiro dia porque levei muita coisa. Foi um período sugado no psicológico", afirmou Cb. Danilo. A exortação para que os "bichos" abandonem o curso é continuamente repetida (CASTRO, 2021). O sofrimento atua, pois, como um tipo de pedagogia naturalizada pelos instrutores e depois reproduzida por esses/as alunos/as. Essa pedagogia presente nos cursos policiais militares e sua vinculação com o *ethos* guerreiro, é o que ajuda a afirmar o ideal belicista enaltecido pela instituição (FRANÇA; GOMES, 2015). Há uma infinidade de detalhes e de condutas a serem observadas pelos novos policiais militares. O grau de dificuldade varia, segundo eles/as, em razão das experiências prévias: "o curso é bem puxado, mas na parte do militarismo, de obedecer, ter que fazer, eu não tive problema nenhum, queria aprender. Eu fui ensinado assim em casa... Quem é o líder? Eu vou obedecer e acabou", constatou Sd. Felipe. Além disso, alguns recrutas ingressam nos centros de formação com certo conhecimento das rotinas militares, conforme Cb. Marcelo, que declarou ter servido ao Exército em ocasião anterior. Apesar disso, o curso é planejado, de forma integral, tomando as vivências dos/as novatos/as que nunca tiveram contato com a rotina militar. A preocupação das instâncias superiores é "homogeneizar" a tropa o quanto antes, sob as regras da caserna (CASTRO, 2021).

Como apoiar, porém, toda a "rusticidade" no treinamento que levou Paulo Aparecido à morte e segue operando violências físicas e psicológicas nos recrutas dos espaços de formação? O "rito de passagem" é um conceito que abarca as sequências cerimoniais que acompanham a interlocução entre mundos distintos. Nos centros de formação, o "trote" desvela a passagem da condição de "bicho" à classe de "recruta" – ou, ainda, de um futuro "sujeito-homem-guerreiro". O rito é chancelado na cerimônia de formatura quando, enfim, o "recruta" edifica a sua imagem. A concepção formada é a de que o "trote" humilha, aquele/a que ambiciona um *status* superior na caserna e lhe ensina que, antes de atingir a posição de prestígio, faz-se necessário habitar os estratos mais baixos. O reencontro com a dignidade há de ser, nessa perspectiva, apenas quando superadas as provações do mundo da guerra a que tão intensamente almejam (CASTRO, 2021). Além do mais, nessa perspectiva, é possível afirmar a ideia de que um treinamento baseado em violência psicológica, moral e física, se apercebe necessário para condicionar o corpo e a mente

dos agentes a enfrentarem o medo e o perigo, mobilizados pela coragem de se expor aos riscos. Dessa maneira, tem-se que a proposta mais ampla de pensar as formas de inserção e atuação de policiais militares no campo de poder parece passar pela fabricação de uma ética guerreira, por sua vez, dobrada em um diagrama estratégico de afirmação e negação do grau de pertencimento institucional, a partir das experiências dos/as operadores/as nos ritos dos espaços escolarizados. Tais impressões são produzidas e carimbadas no corpo de cada recruta na experiência cotidiana.

> Então, se de um lado, tenta-se minimizar no indivíduo as suas características paisanas até uma pretensa "essência militar" naturalizada, de outro lado pretende-se preencher o que está lá com algo. A engenharia social que realiza esse feito baseia-se fortemente em um dia a dia ritualizado, inteiramente pautado pela repetição de um ordenamento da realidade. Tal fato é marcado por diagramação constante nos horários, dos modos de conduta, de reconhecimento automático de dispositivos de ação, como ordens, posturas corporais e etiqueta, assim como o reconhecimento de símbolos e notações, como os emblemas e sinais que se estampam nos uniformes, e, finalmente, de uma terminologia realizada principalmente através do emprego de uma linguagem cifrada por meio de siglas e termos nativos (LEIRNER, 2008, p. 198).

É nesse cenário de ritualização voltado à formação profissional, que França (2014) lança mão da noção de certa "pedagogia do sofrimento" – que, aqui, uso de inspiração para denominar a "pedagogia da suga", no léxico apresentado pelos/as operadores/as no campo. Essa pedagogia desponta, assim, em detrimento de valores como comunicação e aproximação com a sociedade. Ainda segundo o autor, a experiência ritualizada é uma grande questão na esfera policial militar. Os rituais funcionam como recursos da transmissão de mensagens simbólicas que comunicam, além de significados, os seus próprios códigos. Nesse plano de geração de pistas, os centros de formação emergem como espaços privilegiados à operacionalização dos rituais que cumprem a lógica belicista da passagem ao homem-de-guerra. Recebe destaque, aqui, a aclamação de certo tipo de masculinidade que se traduz no corpo forte e honrado preparado ao exercício da missão. Destarte, a violência é usada como fonte catalisadora da função viril dos homens, notadamente, apropriada por mulheres. A virilidade é então exposta por meio das marcas no corpo guerreiro. É nesse plano, que masculinidades e risco despontam na arena como elementos interconectados. Sustentar um corpo ferido e humilhado pelo sofrimento imputado nas "sugas" é comprovar que ali reside alguém reconhecidamente guerreiro, ao passo que se afirma em um lugar afastado da pecha da derrota e, por conseguinte, do fracasso que assombra o mundo da caserna.

Em nome da criação do "espírito militar", corpos são maltratados e almas atormentadas na tentativa de reverenciar uma tradição gloriosa. O sofrimento físico e emocional em resultado à hostilidade prática invade os centros militares que se revelam fundados na crença de um ideal heroico, retirado das narrativas lendárias dos antigos guerreiros de vigor bélico, que toleravam qualquer tipo de ataque inimigo dominando o medo e a si mesmo. Essa idealização ainda parece

insistir no intramuros da caserna ante produções de subjetividades dos/as agentes, alimentando uma determinada concepção de "honra", que se expressa em uma simbologia institucionalizada na profissionalização de homens e mulheres da Polícia Militar. Na trama de corpos que sofrem e das mentes que obedecem, a produção de um campo permanentemente vigiado por superiores e pelos pares (LEIRNER, 2008), em nome de uma gramática masculina que deve ser proferida visando posicionar esses seres no mundo (NASCIMENTO, 2011). Assim, os ritos de passagem, em regra, são acompanhados de atos especiais. Eles constituem um conjunto de práticas que se dão em oportunidades determinadas. Daí porque os rituais servem, na sociedade complexa, para promover a identidade social e conformar o caráter dos sujeitos (DAMASCENO DE SÁ, 2002).

A construção das subjetividades masculinas na caserna se configura, em grande medida, a partir de uma série de rituais que marcam as experiências rotineiras de homens e mulheres da segurança pública (SILVA, 2011), com claras repercussões às relações de gênero. Dá para notar o quanto esses operadores preocupam-se em demonstrar, comprovar e afirmar a sua virilidade. Historicamente, as diversas sociedades sempre criaram instâncias hierarquizadas de poder com o intuito de exercer controle sobre os cidadãos, por meio de tecnologias de inclusão e exclusão. Na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, os "rituais de passagem" ao tempo que indicam à geração de desgastes e de horror, devido à aplicação de testes de competência operados através de tarefas humilhantes, impelem fascinação, visto que o seu reconhecimento como um sujeito-homem-guerreiro não se faz apenas como meta a ser atingida, mas um objetivo profundamente ambicionado. Um ponto interessante é que, na caserna, os rituais são fundamentados, sobretudo, em ações que impelem a experiência da "vergonha", como anui Cb. Feitosa: "no início, ficava com medo e vergonha de não "bancar" o que tinha que ser feito. Imagina só ter que passar essa vergonha"? Além do medo, o duplo inscrito na "imposição da vergonha" e no "anseio da honra" ajuda a criar o campo. Um campo, pois, que anui a sua grandeza e, não raro, expõe a sua miséria. Finalmente, o que o novato visa é renascer após descer ao submundo da dor e da humilhação e, então, ocupar uma posição de destaque e reconhecimento no seio da tropa.

Assim, no processo de iniciação do "sujeito-homem-guerreiro", a "pedagogia da suga" se exibe um tipo de perspectiva pedagógica, portanto, calcada no disciplinamento corporal e do estado psíquico, com destaque para o exercício de uma violência pautada no ideal viril do corpo em sua "rusticidade". Nessa trama, a honra de fazer parte de um grupo com características que lhes são distintivas. Diante disso, a "pedagogia da suga" se alinha à ética militar de forma que os atributos de força e resistência se fazem capitais por uma série de qualidades que encontram a sua satisfação na dinâmica militarista. Inúmeros são os sofrimentos que assinalam a carne e o espírito do recruta até que ele adquira a forma de um homem-de-guerra. Na caserna, os atos de

instrução ocorrem sob efeitos do temor permanente da punição, ante a insultos e a humilhações de toda ordem. A crença da autossuperação tramada por um processo de iniciação que acontece por vias de sofrimento serve para alimentar o imaginário de que, na guerra, as dores devem ser superadas, tal como o cansaço (FRANÇA, 2021). Ao reproduzirem essas práticas no intramuros da organização, o que se pode extrair, é que a busca pela provação do limite é a tônica reinante nos cursos de formação da Polícia Militar fluminense. Aqui, ditadas por políticas de segurança que fazem matar e morrer, o corpo que tomba evidencia o caráter heroico do homem-de-guerra, que exprime pela honra sagrada, no sangue derramado, o seu triunfo final.

3.2 Das marcas da passagem: a rua como território do profano

> *A verdade é que o CFAP é quase um útero. Enquanto você tá ali e ainda tem a chance de poder ser inocente, você encontra espaço pra aprender a engatinhar, depois a andar, ainda tá se formando como um policial. Ali você ainda tá protegido, digamos assim, pela mãe PMERJ. Na rua, não. Na rua a coisa é totalmente diferente, ela é a nossa escola da vida real. A gente se depara com tudo o que tem de pior na sociedade, o que tem de mais sujo, o lado mais podre no ser humano.*
>
> Cb. PM Waldir – BPM Zona Norte, 2022.

Waldir atuava como soldado da PMERJ há pouco tempo. Ele já havia tirado antes alguns serviços ao longo do curso, no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças. Apesar disso, a experiência pregressa tinha, para ele, contornos singulares: “a gente sai praticamente recruta, cru de tudo. É outra realidade quando a gente sai do curso, se forma e aí vai pra rua de verdade. O entendimento da realidade vem com a experiência”, diz. Em um dia desses de pós-formação, o serviço “de verdade” era realizado em policiamento convencional, motorizado, na companhia de outros agentes policiais. Missão simples, à primeira vista. Nada de diferente do que já vinha fazendo naqueles meses – que não recorda ao certo. Para tanto, como ferramenta de trabalho, a sagacidade da observação e, sobretudo, ajustes no olhar atento a cada novo dia experimentado. Uma habilidade lapidada cotidianamente. O que haveria de se constituir, então, enquanto campo de vigilância? Tudo parecia merecer algum enquadramento do seu olhar alerta e em prontidão. Seus ouvidos, por sua vez, seriam, paulatinamente, afinados para distinguir os sons da rua, dos ruídos e seus silêncios e para capturar antecipadamente o mais sutil movimento. A matemática era óbvia: quanto maior o tempo de serviço dedicado à instituição policial militar, mais acertada seria a capacidade de apreensão dos critérios afiançados na definição dos suspeitos. Um estoque

de conhecimento que, no uso das atribuições, não se valem, unicamente, de acervos normativos, mas de saberes prático-discursivos saído das ruas e comungado na relação com os pares.

Com baseamento na Av. Brasil, acesso à favela do Arará, o Cabo fala do efetivo policial escasso e das dificuldades que enfrentou ao longo dos primeiros meses da sua vida profissional. Apesar disso, anui que, à época, o local podia ser classificado como "área tranquila", não sendo zona, portanto, de confrontos recorrentes. Nesse dia, faltando menos de uma hora para encerrar o serviço, informações foram passadas pelo rádio da viatura, indicando um veículo roubado que circulava pela região patrulhada. O fato de terem homens armados dentro do carro, promovia a necessidade de um estado de maior prontidão e atenção redobrada. Aquela seria a sua primeira ocorrência policial, embora ele ainda não soubesse. Por um vacilo de novato, conta ter decorado o modelo e a cor do carro, mas na afobação ter esquecido de também anotar a placa do veículo: "é tudo muito rápido, coisa que acontece em questão de segundos". Seu par já lhe alertava sobre o carro destacado. "Hoje é tranquilo, mas foi brabo. Ele ligou o giro e saímos em perseguição. Os vagabundos atiraram e dois tiros pegaram na lataria do carro. Adrenalina muito absurda. [...] Não demorou muito não, um deles foi atingido". A ocorrência foi um sucesso: carro recuperado, armas apreendidas e assaltantes presos: "você fica tipo em êxtase, vê o trabalho sendo feito, né? Ainda mais quando é a primeira vez que você vive". Havia algo de excepcional na experiência. Era a sua primeira ocorrência como soldado da PM, o momento ritual do seu "batismo no fogo".

***

Uma das coisas que um policial aprende logo nos seus primeiros dias de trabalho na rua é que ele deve esquecer tudo que absorveu antes daquela vivência, ou seja, tudo que consta nas normativas e manuais das escolas. Muniz (1999) assevera que a presença rotineira nas ruas e as situações dramáticas vividas e assistidas produzem certo embrutecimento quando pensamos os agentes de segurança. Falo de um tipo de conhecimento esculpido nas ruas da cidade e nascido da trivialidade da vida ordinária; do contato com um saber em estado de alerta, saído da urgência dos fatos, sempre pronto a colidir com a parte desagradável da vida ou, ainda, esbarrar no pior de nós mesmos. O efeito imediato do chamado "choque de realidade" traduz-se no discurso dos policiais entrevistados: "na rua eu aprendi a tomar tiro. É no terreno que o policial aprende a se abrigar, a distinguir o calibre, qual arma o cara tá usando. [...] Recebeu um disparo? Olha onde tá batendo. Tá perto? Você tá abrigado mesmo? Tá coberto ou abrigado"? – disse Sgt. Henrique. Ao que acrescenta: "é completamente diferente quando você é aluno e quando você vai pra rua e começa a tirar o serviço armado". No intramuros da caserna, os "mais antigos", prontamente,

alertam das especificidades da rua. Ademais, para sobreviver na PMERJ é preciso adquirir uma dose razoável de distanciamento afetivo: "não dá pra ter medo de morrer e ficar pensando nisso. A gente vive uma guerra. Então se eu morrer, eu vou morrer atirando. [...] A polícia é um troféu para o vagabundo. Se ele esbarrar com um policial na rua, ele vai matar. Não tem nem história".

Declarações desse tipo foram corriqueiras, outras inúmeras poderiam ser mencionadas. O denominador comum entre elas é que o "mundo das ruas" é, por vezes, cenário de hostilidades e situações desagradáveis para os/as agentes que ingressaram na polícia e forjaram o seu espírito militar lidando com situações de desprestígio da farda. Segundo os/as interlocutores/as, o agente convive diariamente com as experiências inóspitas do extramuros. Para Castro (2021), a maioria desses casos se dá nas metrópoles, sobremaneira, na região sudeste. A cidade do Rio de Janeiro, notadamente, aparece como um dos lugares de maior rejeição social referente à Polícia Militar. Por outro lado, é uma das regiões que exercem maior atração sobre o/a operador/a da segurança: "as pessoas acham que o polícia conta muita história. Eu não tô aqui pra contar história, pra ser *popstar*. Essa é a realidade do policial do Rio de Janeiro. O que se vive aqui não é brincadeira". Dos muitos sacrifícios que a profissão policial impõe, como pôr o sagrado a serviço do profano? Para alguns dos PMs entrevistados, essa é uma missão que pode ser comparada ao "sacerdócio". Uma prática, portanto, que requer entrega absoluta diante de uma cidade que de "maravilhosa", pouco restou. Na contramão, seu mapa é forjado no sangue: "o Rio de Janeiro acabou", repetem os/as soldados convictos. Como efeitos das paisagens cindidas, laços de solidariedade se fazem estreitar entre os/as agentes, intensificando o apego corporativo e o orgulho do pertencimento.

> Mas o que é esse "mundo de fora" senão a *polis*? Se por um lado os militares estão afastados, isolados, por outro, estão a ela irremediavelmente ligados: a instituição militar é uma instituição "*polis*-tica", preocupada com a coisa pública. [...] O que varia no tempo é a solução encontrada pela instituição para conviver com essa tensão permanente entre o "mundo de dentro" e o "mundo de fora" (CASTRO, 2021, p. 206).

Ao longo das últimas quatro décadas, principalmente, as políticas de segurança têm sido postas em exame, sendo oferecidas condições que possibilitariam reformas nas suas estruturas repressivas, visando modernizar o aparelho policial militar. Ocorre que, no tempo transcorrido, os desafios referentes à segurança pública permanecem apontando a uma série de tensões entre a lógica corporativa informal e os desígnios normativos institucionais. Destarte, nesse território bipartido, uma tensão pode ser observada em uma expressão um tanto quanto corriqueira dentro dos muros da caserna. Não sem motivos, é retórica recorrente também nos relatos dos/as agentes entrevistados/as: "na prática é outra coisa", eles/as dizem. Haydée Caruso (2006) declara que o enunciado é evocado, substancialmente, quando do intento de colocar em oposição as realidades dos batalhões de polícia, em seu caráter operacional, e as escolas de formação, constituídas no

imaginário institucional como o lugar do dever ser. Assim, em aparente caráter de insuficiência, tem-se a submissão do saber formal às ações de rua. O lugar reservado à teoria atende à agenda da administração corporativa e gestão das políticas públicas. Um movimento que se ensaia mais processualmente, com maior previsibilidade, lugar dos princípios, das métricas e ponderações: "o PM do Rio faz o que dá. O que mantém a gente vivo é a nossa sagacidade, a nossa coragem. Na rua, a nossa vida é decidida em segundos, mal dá tempo pra gente pensar", expõe Sd. Felipe.

O saber fabricado pelos policiais preza pela sua adaptabilidade ou por sua concessão ao improviso. Nas demandas da rua, o policial ostensivo é o tipo de especialista que se generaliza nas particularidades de cada ocorrência atendida. Nessa seara, o fazer policial, apesar de nutrido pelos expedientes do preparo técnico aprendido nas escolas de formação adquire, no cotidiano, uma roupagem personalizada, distribuída de forma heterogênea e singular entres os/as agentes. Imbuídos da encomenda de conseguirem conjugar a cota de conhecimentos formais e informais, ante fragmentos de realidades fugazes a que são chamados/as a intervir, tem-se um campo, vale ressaltar, não assentado no pressuposto simplório do exame de uma prática que contesta a teoria ou vice-versa. Faz-se ver, portanto, que esse modo de compreensão não nega que procedimentos formais da instituição têm a sua utilidade. O que o saber prático enuncia é que a negligência de elementos circunstanciais, em favor da aplicação exclusiva de normas gerais, impõe limitações às ações de polícia que, por essa razão, tendem a se manifestar de pouca serventia às atividades: "no curso, nós aprendemos o militarismo, que é importante também, mas têm coisas que você só vai aprender na rua. Um cara que tá com quinze anos de polícia, por exemplo... passou por muita coisa e tem coisa que curso nenhum vai ensinar. Ele é tipo uma escola", refere Cb. Waldir.

Assim, a Polícia Militar acomoda em seu arcabouço institucional os dilemas e paradoxos cujos fazeres oscilam entre afastamentos e aproximações. É nessa perspectiva, que ao mesmo tempo em que ela interage com o "mundo de fora", esse mesmo universo, o das ruas, está dentro de seus batalhões produzindo o "mundo de dentro", a caserna, e impelindo porosidades em suas linhas fronteiriças. Por esse prisma, as polícias militares brasileiras talvez tenham transcorrido ao período democrático de um modo que nos é bastante familiar, isto é, conservando no "novo" tempo, atributos já conhecidos. É necessário ressaltar, com isso, que a instituição apresenta uma arquitetura fundada na conciliação de vastas capilaridades. De um lado do prisma, o pressuposto policial comunitário, que promove uma maior aproximação com o cidadão; por outro, contudo, a tônica militarizada engendra separações, sobretudo, quando dos processos de ritualização que fabricam "guerreiros". Relevante denotar, aqui, que sobre o saber atento à lógica circunstancial, partilho das ideias de Jacqueline Muniz (1999), que assevera que esse conhecimento:

> é uma espécie de híbrido reflexivo cujo desenvolvimento resulta do encontro [...] entre o conhecimento formal adquirido pelo PM nos seus períodos de formação e as exigências impostas pela vida prática; entre elas, a instrumentalização desse mesmo conhecimento. Quando os PMs dizem que nos seus primeiros dias de rua logo aprendem a lição "esqueça o tempo da escola", isso não significa a negação da importância de uma metodologia voltada para o trabalho de polícia. Reporta-se tão somente ao que eles chamam de "choque de realidade" e que se traduz em uma crítica velada ao modelo de instrução praticado, que parece dialogar muito pouco com as situações concretas que aparecem nas ruas. A ênfase excessiva sobre "o que não se pode fazer" deixa a cargo das habilidades individuais do PM da ponta a configuração sobre "o que fazer", "o porquê fazer", "como fazer", "o quando fazer" e "o onde fazer" em um ambiente de intervenção no qual a volatilidade, a emergência e a aleatoriedade conformam as situações a serem enfrentadas (MUNIZ, 1999, p. 169).

Isso posto, questionar na prática o conhecimento formal adquirido na escola não é negar a pertinência das ações formalmente orientadas. Ao contrário, o que esse tipo de conhecimento prático parece buscar fazer é, em certa medida, recobrir as lacunas da formação que são notadas no decorrer da experiência profissional. Um saber, que amalgamado à ordem episódica, resiste a padronizações. É nesse plano, que ele surge indissociável das experiências de vida de homens e mulheres que devem aprender a observar toda a gama de atores que compõem a cena urbana. Na retórica "policial de rua", o método de trabalho saído dela não emerge como artefato distinto do ato mesmo de agir. Ele irrompe dissolvido, pois, no empreendimento do próprio movimento. Os mundos que os/as agentes visitam e que, em medida, indicam o próprio mundo policial, são difíceis de descrever, são duros de explicar e, em muito, se fazem desconcertantes de assistir e frequentar por longo tempo (MUNIZ, 1999). "O polícia do Rio passa por cada bagulho que ele passa a viver tudo aquilo ali como se fosse normal. Se outro policial me ouve falando isso ele vai entender, vai concordar. Agora, quem não vive isso, não entende, acha que eu sou maluco", reflete Cb. Waldir. Diante disso, não é raro o discurso da introspecção como modo de proteção.

> As reservas em expor esse saber a outras pessoas – mesmo as mais íntimas – resulta, em parte da propositada percepção de que esse conhecimento choca, expõe as feridas e desencanta; ele mostra a nua e crua realidade dos atos. Certa medida, ele desumaniza aqueles que, de algum modo, dele partilham. [...] Na rotina, os policiais socializam de forma extremamente seletiva o seu saber das ruas. As situações reais de tensão e perigo, mesmo que estilizadas e abrandadas, são geralmente consideradas pesadas e impróprias ao convívio pessoal. Como contar que quase ao final do expediente sua viatura foi alvejada por indivíduos não identificados? Como contar que um antigo companheiro de guarnição foi ferido mortalmente em uma operação especial? [...] De fato, o lado desagradável da vida não se configura como tema de bate-papo aprazível. [...] A sordidez do seu relato parece não poder ser traduzida em outra linguagem que não aquela dos fatos reais (MUNIZ, 1999, p. 160-161).

Na rotina ostensiva, os/as agentes da segurança experimentam de forma densa condições afetivas díspares. Parte-se do mais monótono tédio ao mais agudo estado de alerta e apreensão: "na rua o policial vê morte quase que o tempo todo e isso aí é muito mais comum do que parece. Não é só morte violenta, mas às vezes por suicídio também, acidente de carro, acidente de moto

toda hora. De fato, acho que o cara fica mais embrutecido", refere Cap. Romano. Paisagens que conformam um saber que busca se equilibrar nos extremos, que se capacita para lidar com toda a sorte de eventos desproporcionais. A aquisição de uma percepção ácida da realidade exibe-se também na forma jocosa como, por vezes, elaboram a questão. O relato de Cb. Marcelo angustia e é, por isso, que resolvo trazê-lo em sua integralidade, no modo como a conversa se desenrolou. O diálogo tem como disparador da discussão uma operação em que o policial tinha participado: "o cara só não me matou porque não quis, ou sei lá, tava distraído ou então tava com mais medo do que eu. Era um bem perto do outro. Foram quatro horas de troca de tiro. A comunidade toda parada e a gente sem conseguir avançar". O policial ainda refere: "não estávamos encurralados, mas não conseguíamos avançar. Nem eles e nem a gente, só desgaste. Alguns moradores foram baleados na época. O blindado andando e eles tacando tudo em cima". Do que a conversa segue: "quatro horas de uma operação que desgasta. Como volta a trabalhar no dia seguinte"? – indago.

> **Cb. Marcelo:** Normal, tudo normal. Não fala nada em casa.
>
> **Bárbara:** Você não conversa sobre isso em casa? Ninguém pergunta?
>
> **Cb. Marcelo:** Ah, nunca conversei... Eu falo que foi ótimo, que fiquei tranquilo: "hoje eu ajudei a velhinha a atravessar a rua".
>
> **Bárbara:** Mesmo tendo trocado tiro por quatro horas?
>
> **Cb. Marcelo:** Mesmo tendo trocado tiro por quatro horas.
>
> **Bárbara:** E o que te faz escolher não falar?
>
> **Cb. Marcelo:** Não tem necessidade. Não acho que a polícia tem que ser vista por esse lado ruim. Falo um pouco com os colegas de trabalho: "caraca, tu quase morreu, hein, mané! Tu lembra? Pegou pertinho". Só assim, normal, informal.
>
> **Bárbara:** Você acha que esse tom ameniza a gravidade?

"Sim", ele responde. A economia das palavras expõe seu desconforto. A sala é invadida por um silencio que revela o meu. Tenho a sensação de algo que não se quer dizer; ele escorrega pelo estofado preto. Apertando o dispositivo de uma caneta, o operador já não olha frontalmente para mim. Percebo-me às voltas com um ambiente que, curiosamente, sem saber com exatidão o porquê, também não consigo sustentar. Dirijo-me ao aparelho telefônico; no visor, pouco mais de uma hora havia se passado. Entendi que ali era o ponto limite – talvez o dele, decerto, o meu. Digo estar satisfeita e proponho encerrarmos. Cb. Marcelo se ajeita na poltrona e indaga se falta muito para eu terminar a pesquisa, questiona se os/as policiais da unidade têm topado conversar. Desligo o gravador e o policial denota-se, nitidamente, mais à vontade. Admito que eu também. Agradeço o encontro e pergunto se posso acioná-lo em caso de dúvida: "pode me procurar, pô". Em diálogo, outra vez, fluido, seguimos na sala conversando. O assunto, no entanto, comportou

deslocamentos. Na tela vigente, a demonstração de seu interesse por conhecer mais do processo seletivo de que eu vinha participando. Agora, era o agente quem me demandava.

Robson Silva (2011), oficial da PMERJ, trata em seu livro sobre o corpo policial militar, da ideia metafórica da polícia estadual como uma "instituição-pato". É nítida a ironia constante nesse modo de representação. Há nela certo sarcasmo em relação ao que a organização faz e à maneira como ela é vista a partir disso. As polícias militares são percebidas, nessa esteira, como uma instituição "estranha no ninho", intensamente às voltas com as suas próprias ambiguidades, sejam elas culturais, históricas ou organizacionais.

> Como o pato, ela também reúne diferentes lógicas e/ou paradigmas para a construção de seu fazer prático. [...] O patinho feio, quando olhados com desconfiança tanto por policiais quanto por militares. Pelos primeiros, por não possuirmos o chamado "ciclo policial completo", o que não nos permitirá realizar o trabalho policial até o seu final, quando os criminosos presos são levados às barras da justiça, já que a investigação não faz parte de nossa atribuição constitucional. Além do mais, "tiras" veem policiais como "milicos" de movimentos "rígidos" e inteligência curta. [...] Para os militares genuínos somos uma instituição militar de segunda categoria, primeiramente por não estarmos diretamente ligados ao poder nacional, depois, por não sabermos praticar ritos militares com a mesma desenvoltura com que eles os promovem e, por último, por sermos uma "tropa largada" que frequenta o submundo poluído do "paisano", de onde adquirimos posturas impuras, inconcebíveis para a prática e para a "estética militar" (SILVA, 2011, p. 33).

Silva (2011) fala de um aspecto interessante do saber policial da rua quando aborda essa questão da sua comunhão com um conjunto de outros conhecimentos, para alguns, advindos do "submundo poluído do paisano". Muniz (1999) assevera que o mapeamento da territorialidade urbana, nos seus fluxos, suas personagens, os seus códigos informais e regras de tolerância e de convivência faz parte do movimento daqueles que redefinem a cidade através de suas inserções, disputando os seus espaços. Assim, o estoque de conhecimento gerado nas esquinas e nos becos da cidade pela polícia e por aqueles/as que transitam, continuamente, pelos terrenos "profanos", configura um tipo de saber, muitas vezes, "silencioso e inaudito, objeto de emprego e circulação restrita entre os que, de alguma forma, perderam a sua inocência experimentando e decifrando as derivas da cidade (MUNIZ, 1999, 175): "só quem vive a nossa vida que sabe o que é isso... Por isso que eu falo de ser vocacionado. Não é qualquer um que vai conseguir viver essa vida", anui Cb. Waldir. Em um trecho do seu livro, o ex-soldado de polícia Rodrigo Nogueira (2013), sublinha que um policial pode ser reconhecido por qualquer um, mas ele só será compreendido por seu semelhante, o que converge com a ideia do agente entrevistado sobre o "mundo da rua". De todo modo, o que chama atenção nessa forma de saber é a acumulação cada vez mais extensa de informações que possam vir a ser substancialmente úteis ao cotidiano.

Apesar disso, o que parece ficar evidente quando nos debruçamos sobre a PMERJ é que um saber especializado que se faz operacionalizar através de ritos e que se atualiza nos códigos, canções, gramática e símbolos próprios, indica ocupar espaço privilegiado na rotina da caserna. Nogueira (2013) aborda essa questão apontando que quando nos deparamos com um "soldado" policiando, alguma coisa indica estar errada, uma vez que a premissa do homem-de-guerra, para ele, é estritamente a morte do "inimigo". Quando acionamos o relato recorrente que motiva a produção dessa seção, ou seja, quando retomamos a ideia partilhada entre os interlocutores de que "na prática é outra coisa", o que constatamos, enfim, é que se nas unidades organizacionais, sobremaneira, nos centros-escola, os/as operadores/as têm de incorporar os atributos que fazem a guerra, é a rua, contudo, o espaço institucionalmente consagrado à prática cotidiana da polícia, como complemento da sua socialização profissional. Nesse prisma de conflitos entre a caserna e a rua, Silva (2011) compreende que a instituição Polícia Militar não reserva um espaço oficial para a socialização policial, em razão da rua ser plano descartado sistematicamente, pois tomada como uma ameaça à ordem do intramuros e, nesse seio, um perigo à identidade da corporação.

Isso posto, se o modelo de organização "militarista" conforma a cultura institucional, os elementos saídos das ruas emprestam, portanto, conteúdos singulares a essa cultura ou, mesmo, inscrevem aquilo que seria de mais específico das realidades policiais (CASTRO, 2021). Assim, a despeito de uma maior ou menor adesão individual à cultura interna da Polícia Militar, faz-se observar de tudo isso, que os/as operadores/as policiais, sejam eles/as praças ou oficiais, trazem consigo um dilema constituído no período de formação escolar e que se segue em suas missões.

> Eles são adestrados para intervir nos conflitos sociais e, paradoxalmente, não são educados para compreender que esses mesmos conflitos constituem uma forma de sociabilidade, ou melhor, uma forma legítima de negociação da realidade social. A percepção reificada da obediência e da disciplina militares camufla e, em boa medida, exclui a disputa de interesses e o dissenso como uma forma de estruturação positiva da vida em sociedade. Busca-se, como vimos, ainda que idealmente, a uniformização das ações e dos comportamentos (MUNIZ, 1999, p. 98).

Pires e Albernaz (2022, p. 236) já perguntaram: "quem é o/a policial que é entregue pelo processo formativo das escolas a partir dos saberes escolarizados? Como esse ideal é consumido pelas pessoas em situações concretas no ambiente organizacional"? As questões põem a refletir a retórica da diferença na prática, por meio do valor diminuto do referencial formal; terreno dos processos, o saber escolarizado reduzido em si mesmo, é visto como entrave à realização de um policiamento assumido como eficiente. Sendo a rua o espaço da "sagacidade", a teoria, aparece como um verniz que opera a manutenção de "práticas antigas", onde o calor dos acontecimentos promove os vícios dos encontros rotineiros (CARUSO, 2006). A guerra, "da vida que é decidida em segundos" recorte singular da cronologia dos acontecimentos, deve ser apreendida enquanto

um lugar de ações presentificadas. Acrescentaria, ainda, que a guerra é o lugar da sobrevivência – e, portanto, da vivência no hoje, no agora, das distintas formas de dominar o tempo presente. No aqui e agora dos fatos, a ética guerreira mostra-se pujante. Na convocação do "vá e vença", ela disputa o plano das racionalidades, trincheira onde "só os fortes sobrevivem". Em face disso, é a partir de uma série de categorias morais, metáforas espaciais e imagens do cosmos social e ético, que intento produzir e acompanhar as pistas que, provisoriamente, imprimem as múltiplas formas constituintes do cenário policial e, portanto, da arena de heróis.

3.3 I Simpósio Nacional de Vitimização Policial: na arena, os heróis da PMERJ

> *Eu seria injusto se eu não visse as pessoas que deram a própria vida pra salvar a minha como os meus reais heróis, né? Pessoas que em nenhum momento colocaram salário, colocaram família, colocaram qualquer outro tipo de dificuldade pra impedir que eles estivessem lá no meio do fogo real pra salvar um irmão de farda pelo juramento que fizeram. [...] Isso de forma genérica, porque eu acho que a partir do momento que qualquer policial se dá ao direito de vestir essa farda, de colocar um "x" no seu próprio corpo, eu acho que isso já é um ato heroico. Alguém que se sujeita a ser morto apenas pelo que é, pelo salário que ganhamos, pela sociedade que defendemos, eu acho que todos já somos heróis.*
>
> Cb. PM Raphael Cabral – Heróis do Rio de Janeiro, 2019[84].

A epígrafe que dá início a essa seção corresponde a um pequeno trecho do documentário "Heróis do Rio de Janeiro", lançado no dia 13 de maio de 2019, por circunstância comemorativa dos 210 anos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. O audiovisual é resultante de uma pesquisa coordenada pelo Coronel PM Fábio Cajueiro, atual presidente da Comissão de Análise da Vitimização Policial da PMERJ. O oficial é, ainda, membro e um dos grandes idealizadores da Associação Beneficente Heróis do Rio de Janeiro[85], entidade encarregada da organização do filme. Em sua página oficial, a produção é descrita como um "documentário que revela histórias reais dos policiais militares cariocas vitimados em ação", cujo objetivo primordial é possibilitar a visibilidade desses homens e dessas mulheres, "com respeito, honra e dignidade, assim como

[84] Os nomes dos personagens que ajudaram a mobilizar as discussões nesse momento da pesquisa foram mantidos em razão de ter sido a experiência de campo um evento aberto ao público e compartilhado nas páginas oficiais das instituições mencionadas ao longo do texto.

[85] Em seu estatuto, a ABHRJ "tem por finalidade promover, dirigir, incentivar e colaborar com iniciativas e eventos de caráter cívico, cultural, científico, assistencial, social, esportivo, recreativo e ambiental, dedicados aos oficiais, praças, servidores civis, órfãos de policiais militares e pensionistas, da PMERJ, e respectivos dependentes, bem como despertar o amor à Polícia Militar, às tradições da corporação, contribuindo para criar e manter junto à sociedade, uma consciência sobre a importância da Polícia Militar" (ABHRJ, 2020).

lançar luz sobre a violência vivida, para que se busque encontrar uma solução" (ABHRJ, 2019). "Heróis do Rio de Janeiro" foi exibido para o público durante um evento dirigido à corporação, mas aberto a toda a comunidade. As linhas que se seguem narram um pouco dessa experiência, particularmente, intrigante, apinhada de novos caminhos e fundamental aos rumos da pesquisa.

Já era quase noite quando cheguei nos arredores do Centro de Convenções SulAmérica, região central da capital fluminense, de onde era possível também avistar o prédio da Prefeitura, e por onde passos apressados seguiam rotas diversas. Alguns deles tomavam sentido semelhante ao meu e se juntavam a um grupo extenso de policiais fardados que se avolumavam, entre carros particulares e viaturas, na entrada do edifício que, receberia, àquela noite, e pelos próximos dois dias, o I Simpósio Nacional de Vitimização Policial. Não demorei muito até perceber que havia certa dissincronia entre as roupas que eu vestia – calça *jeans*, camiseta e rasteirinha – e as usadas pelas demais pessoas que me acompanhavam no trajeto em direção ao local remetido ao evento. E isso em nada tinha a ver com a indumentária dos militares, que por sinal eram de muitos tipos e de cores variadas – o que, certamente, em uma organização policial militar, teria significados específicos, pensei de pronto[86]. Além do fardamento cinza, comum nas ruas da cidade, um traje azul antes visto entre os agentes que circulavam pelo Quartel-General da PM, nas circunstâncias em que estive na unidade, igualmente, podia se fazer notar. Outro, todavia, um tanto imponente, e ainda não conhecido, revestia todo o pavimento inferior do salão de um azul-petróleo vibrante. A comparação, que devo confessar ter gerado desconforto inicial, se deu, entretanto, em relação aos/as seus/suas acompanhantes: civis como eu, utilizavam peças que obedeciam às exigências daquele evento que, somente ali, começava a ganhar tons de solenidade.

No setor superior, onde o simpósio de fato acontecia, um grupo de pessoas se enfileirava ante os estandes de credenciamento. Outros grupos dispersos pelo salão celebravam reencontros junto a seus companheiros enquanto aguardavam a liberação do corredor de acesso ao auditório e a um rol de exposições. Após solicitar meu crachá de identificação em um guichê da recepção caminhei em busca de uma tomada para ligar em meu aparelho telefônico, prestes a descarregar

[86] Tempos mais tarde constatei o que eu já presumia: a existência de uma normativa quanto à indumentária policial. O decreto nº 8898/86 aprova o Regulamento de Uniformes da PMERJ. Trata-se do RUPMERJ, que apresenta em seu art. 2º, que "o uso correto dos uniformes é fator primordial na boa apresentação individual e coletiva do pessoal da PMERJ, contribuindo para o fortalecimento da disciplina e o bom conceito da instituição na opinião pública". Consoante ao estipulado por esse regulamento, a túnica azul-petróleo – oficialmente conhecida como o 3º uniforme do RUPMERJ –, representa, nesse sentido, a indumentária militar utilizada em situações especiais, o que equivale, no mundo civil, ao traje "passeio completo". Para Silva (2011), a farda funciona, pois, como símbolo instrumental, ou seja, certa forma de comunicação ritualista própria ao mundo militar onde, em meio a um percurso histórico, o "homem de guerra" tem na vestimenta um dos seus signos identificadores. Nesse tocante, ainda, Schactae (2016) afirma que as solenidades militares e as narrativas sobre os seus heróis são produtoras da identidade institucional vinculada a uma tradição. É nessa perspectiva, que ao vestir a farda o corpo do policial inscreve-se em uma história, em uma herança que orienta suas escolhas, seus comportamentos e que, portanto, agencia subjetividades.

– muitas coisas ali me chamavam atenção; sabia que ele seria item importante ao registro delas. Havia iniciado o doutorado há pouquíssimos meses e, à época, ansiava acompanhar enunciados de guerra que fizessem operar discursos e performatividades entre homens da Polícia Militar e pessoas privadas de liberdade por tráfico de drogas. A pesquisa, entretanto, foi ganhando novos rumos com a pandemia, mas, sobremaneira, pelo desejo de orientar o estudo nos agenciamentos que conformam a paisagem policial militar fluminense. Naquele dia, eu ainda não imaginava o quanto a experiência no simpósio ajudaria a traçar essas outras configurações; porém, os poucos minutos diante da tomada que trazia carga ao meu celular, já me faziam convencer que o campo ganhava, pois, naquele (re)encontro relativamente despretensioso, os seus contornos inaugurais.

3.3.1 Homens de honra, narrativas de guerra: a Polícia Militar como campo de disputas

> *Policiais são verdadeiros exemplos de heroísmo, pois protegem a nossa sociedade e muitas vezes doam sangue, integridade física e mental, e vida para cumprir esse sublime dever. Somos os que livram as pessoas da selvageria do crime, do medo, da submissão e de chorar por quem amam. Suportamos esse pesado fardo em nome do dever. Diariamente, policiais sacrificam a vida para salvar estranhos em nome do dever, da justiça, da ética e do bem. O que seria mais isso além de heroísmo?*
>
> I Simpósio Nacional de Vitimização Policial, 2019.

Essas foram algumas linhas do texto de abertura proferidas pelo Mestre de Cerimônia. As palavras foram precedidas dos agradecimentos pela participação das autoridades civis e dos militares no evento, dos oficiais e praças, dos policiais vitimados, das mães, órfãos e de demais familiares, incluindo a presença de representantes do judiciário e do executivo. Agradecimentos especiais foram dispensados às figuras do então ministro da justiça e segurança pública, Sérgio Moro, ao ex-governador do estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel e, ainda, ao senador Flávio Bolsonaro, todos eles acomodados na primeira fileira de cadeiras reservadas aos convidados de honra. A chegada das autoridades políticas foi envolvida por muitas expectativas e aclamações. Eu cumprimentava um dos policiais militares por mim entrevistados durante minha pesquisa de mestrado recém finalizada quando eles irromperam as dependências do auditório, àquela altura, tomado em sua capacidade máxima. Além do ex-ministro, o antigo governador também proferiu algumas palavras ao público no palco montado. Antes mesmo deles iniciarem os seus discursos, meu interlocutor já havia retornado ao seu assento. Os poucos minutos de conversa parecem ter me dado um lugar no mundo da caserna, capilarizado às dependências do centro de convenções; um lugar não exatamente sabido, mas ainda assim um lugar que já não gerava “desconfianças”

evidentes quando a caneta passeava pelas páginas do meu caderno de anotações – como registei no diário de campo algum tempo antes do nosso encontro:

> Consegui me sentar em uma das primeiras fileiras do auditório; as que estão em frente ao palco têm identificação para convidados. As pessoas estão chegando aos poucos e se acomodando nos assentos – as primeiras fileiras são mais disputadas provavelmente por conta da melhor visibilidade. Desse espaço onde estou vejo o palco perfeitamente. Aqui, as cadeiras já foram ocupadas por completo pelos policiais e por seus familiares. Sigo sem perceber a presença de alguém "da academia". O meu caderno de anotações tem despertado atenção de algumas pessoas, principalmente as que estão ao meu lado. Vez ou outra noto uma espiadinha quando começo a escrever. Situação desconcertante porque mesmo achando curioso e até engraçado, de uma maneira geral, também me sinto levemente desconfortável (Diário de campo – Rio de Janeiro, 13 de mai. 2019).

A orquestra sinfônica da PMERJ deu continuidade à programação da noite de abertura. Um silêncio absoluto tomou a todos os participantes que assistiam à apresentação instrumental. A Canção da Polícia Militar do Rio de Janeiro interrompeu o que antes era apenas contemplação fazendo o auditório entoar em uníssono. Entusiasmados, cantavam cada verso da canção militar. Engana-se quem pensa que apenas os policiais aparentavam extasiados: seus amigos, familiares e, inclusive, algumas crianças, bradavam com o mesmo furor daqueles homens. Imediatamente, senti o meu corpo vibrar junto. É que tinha algo de contágio, de paixão e de afirmação naquelas palavras cantadas; nada mais performático e, talvez, justamente por isso, aquilo tudo fosse tão fascinante. Não havia espaço para a indiferença; a "família sangue azul" se manifestava naquele hino cantado. Foi a partir de então que me atentei que ouvir o que acontecia no salão era também cartografar. Nesse sentido, parecia premente pensar a PMERJ trazendo sua canção para o texto, abrir passagem para que ela pudesse fazer barulho por entre as páginas que formam essa escrita, como os barulhos que produzia em mim. A "razão de ser" da instituição policial militar pulsava na música: "aqui nós todos aprendemos a viver demonstrando valor, pois o nosso ideal é algo que nem todos podem entender na luta contra o mal", vociferavam a plenos pulmões, enquanto suas vozes se espraiavam no extenso auditório. Dentre as variações dos afetos vividos, algo ali me convocava, insistia com sensações (LAZZAROTO; CARVALHO, 2012). Dizem as autoras, que o movimento de afetar, esse experienciado na cena,

> sinaliza a enunciação de outras formas de agir a partir dos modos de expressão que vamos percorrendo. Quando afetados pelas audições e visões, gostos e cheiros, toques de vidas que nos forçam a pesquisar na historicidade de um tempo que acontece, percebemos que nossas questões são feitas de vidas. Assim, exercitamos uma ética e expandimos nosso conhecer nas relações de uma vida de todos nós, de uma vida de si com todos. Imanência de relações no corpo que cria passagens com o que força a experimentar nosso pensamento: afectos e perceptos que já não são de um ou de outro, mas da vida. Não precisamos mais temer o processo de estarmos afetados pelo acontecimento no ato de pesquisar, pois o que antes era dado como "ponto fraco" do pesquisador, agora marca uma condição indispensável do processo de pesquisar: a

> capacidade de afetar e afetar-se para que se criem os modos de expressar os sentidos de uma pesquisa (LAZZAROTTO; CARVALHO, 2012, p. 25).

Os elementos encontrados ali – a farda de gala, as autoridades civis e militares, os metais polidos, o palco e o púlpito, as obras de arte – compunham um quadro especialmente recortado para fazer especial aquela ocasião em que as tradições eram reforçadas. A nomeação da "honra" ganhava destaque. Por aqui, ela emerge como analisador. Digo de policiais que estão envolvidos em um circuito de responsabilidades onde a sua performance deve ser ilibada e perfeita. A honra pessoal está entrelaçada à honra da instituição. Uma imagem prestigiosa da organização policial militar depende da qualidade dos/as agentes que a compõem. É nessa seara, que o/a operador/a é convencido de que deve ser um exemplo para a sociedade. Assim, a percepção que o/a agente policial tem acerca da sua responsabilidade junto à instituição, traduz-se em uma visão de si na qual o cumprimento de deveres, das ordens e normativas, torna-se um de seus principais valores (DAMASCENO de SÁ, 2002). Não sem razão, logo que adentram à caserna, os/as operadores aprendem a entoar canções que reverenciam a pátria, o pavilhão e o solo sagrado da corporação. O canto dos hinos e canções pelos/as militares percorre um sentido: a sua identidade precisa ser reconhecida e sua memória preservada. Um dos atrativos desses hinos é a convicção de que os homens de outros tempos assim o cantaram (SOUZA, 2014).

Ao ingressar na caserna, homens e mulheres tornam-se herdeiros, pois, de sua identidade institucional. As solenidades militares, os símbolos e as narrativas sobre a história institucional e sobre os seus heróis são produtoras dessa identidade, por sua vez, apresentada como unificada e vinculada a uma tradição. Ao mesmo tempo em que criam unicidade, seus símbolos fabricam diferenças ao reproduzirem um ideal de masculinidade, que é vinculado a uma dada concepção de honra, que afirma suas atitudes e valores constituintes. Ademais, o poder simbólico herdado opera lugares destinados às masculinidades e à honra conquistada (SCHACTAE, 2011). É nesse sentido, ainda, que partindo das concepções de Rohden (1999) a honra é lida como um sistema de regras de conduta ou de regulamentos sociais existentes em todas as sociedades.

A apresentação do documentário foi revelada pelo Mestre de Cerimônias, terminadas as participações da orquestra sinfônica da PM e de autoridades locais. Há uma crença generalizada de que as polícias militares brasileiras formam uma só família e como tal devem ser respeitadas em qualquer tempo, condição e lugar. As entidades militares são classificadas como "coirmãs", mantendo entre elas certo tipo de intercâmbio. A recorrência dos discursos que criam a PMERJ nos termos expressivos da "família sangue azul" – e as demais polícias como suas "coirmãs" – movimenta algumas questões: o que a instituição procura afirmar quando ela aciona o construto

da família à sua narrativa? De que modo ser "sangue azul" atravessa as subjetividades dos PMs? Ademais, quais os usos e os efeitos dessas narrativas ao trabalho policial da ponta?

Sobre isso, Sirimarco (2013) diz que, mesmo não sendo incomum a presença de relações consanguíneas no meio organizacional, a mobilização da ideia de "família sangue azul" não se sumariza à existência desses laços, mas evidencia um vínculo de unicidade policial forjado no exercício da missão. Recorrer ao sangue é, portanto, investir na fabricação e na manutenção de vínculos que se aderem nas tramas do dever institucional e que se pretendem inquebrantáveis entre aqueles que dele o compartilham. Demandar o sangue é, em última análise, apreender que os que carregam essa marca no corpo avançam atados por um elo que eterniza os seus caminhos. Assim, a família que aqui se engendra é a que divide um destino comum "na luta contra o mal" e que, por isso, no cumprimento da missão vocacionada, delimita posições muito bem definidas: os que a entendem e aqueles que lhes são alheios. A produção da recente identidade é ritualizada no recebimento do "nome de guerra", quando do ingresso nas escolas e nas academias de Polícia Militar. Consoante experiências vivenciadas em certos percursos religiosos, a trajetória policial indica robustecer a necessidade de uma intensa descontinuidade entre o mundo civil e a caserna (MUNIZ, 1999; FRANÇA, 2020). O relato da Subtenente PM Adinéa Trubat confere contornos à discussão: "quando entramos no CFAP, eu percebo muito que todo mundo faz uma transfusão de sangue quando entra na escola [...] Nossa identidade vai se transformando ao longo do curso e ao longo da nossa permanência na instituição", sintetiza a oficial.

Esse sentimento que une os/as policiais parece ser profundamente baseado em uma ética masculina, na qual eles/as ouvem e partilham as histórias de ocorrências de trabalho, comungam anseios e medos disfarçados, mas sobretudo, celebram o desejo de cumprir aquilo que constitui sentido ao trabalho policial, desde tempos remotos, isto é, a possibilidade de um aniquilamento dos inimigos da urbe. Eles vivem a experiência de estar na polícia como o encontro com a sua vocação, tomada, em linhas gerais, como o cumprimento de um chamado em favor da segurança dos cidadãos de bem e a caça aos marginais. A PMERJ funcionaria assim como um reservatório de sentido em que a sua construção passa pelo culto aos símbolos da corporação, sobretudo da biografia dos heróis que conseguiram, a despeito das pressões e circunstâncias de cada tempo, tornar vivos os seus nomes e fazer da unidade um espaço a eles reservado, objeto de admiração por entre círculos sociais. Eles cumpriram o maior dos desafios: desafiaram e venceram a morte, tornando-se imortais ao ingressarem na galeria dos heróis.

3.3.2 Relatos do front: desdobrando a cena viril lá onde a guerra acontece

A construção da identidade profissional tem sido explorada como uma chave importante para compreender as dinâmicas e conflitos sociais existentes no interior de diversas instituições. No caso da Polícia Militar, entender os conflitos e dilemas identitários dos/as seus/suas agentes parece medida substancial para apreender as mudanças e as continuidades que perfazem a rotina da caserna. A existência de uma identidade dual, policial e militar, é um dos dilemas mais fortes presentes no interior das polícias militares brasileiras. Esse dilema identitário indica um quadro mais amplo na constituição do campo da segurança pública brasileiro (SILVA, 2011). O mundo dos soldados é um universo um tanto complexo, de um conjunto de singularidades incontestes. Quando pensamos a Polícia Militar, o enredo ganha outros contornos de complexidade: estamos falando de um militar que não é apenas militar, mas, antes de tudo, de um sujeito policial militar. Uma instituição que tem uma crise de identidade muito grande, sobretudo, também atravessada pelo não reconhecimento por parte de militares da União. O mundo militar não é coisa de ordem monolítica. Muito do espelhamento institucional que as PMs buscam, surge amalgamado à uma longa e incansável luta por reconhecimento, tal como o descrito:

> Desde a sua criação no século XIX, os policiais construíram suas identidades a partir de dois campos distintos: o campo militar, no caso das polícias militares, e o campo jurídico, para as polícias civis. Embora existente, o campo policial foi pouco desenvolvido. Seus saberes não foram adequadamente sistematizados, seus símbolos e rituais foram copiados. O quadro torna-se complicado na medida em que surgem demandas para a construção de uma identidade profissional essencialmente policial. As identidades, entretanto, são dinâmicas. Resultam de estruturas do passado, mas também de conflitos do presente (COSTA, 2011, p. 20).

É ante esses conflitos, que o *ethos* militar enceta uma medida específica de relações que conduzem formas de ser e de perceber o mundo, consolidando uma matriz discursiva atrelada à encomenda da história institucional que roga qualitativos próprios à corporificação identitária do guerreiro sangue azul, como anui o Coronel PM Fábio Cajueiro: “depois que você internaliza isso, o seu olhar muda, a sua maneira de agir muda, a sua maneira de pensar e de andar mudam”. Coronel Cajueiro encerra sua colocação sublinhando: “quem realmente é policial e internalizou isso sabe o que eu estou falando. Então você encontra muitos dos nossos mutilados fisicamente, mas mais íntegros que a maioria das pessoas em termos de espírito”. Essa identidade impulsiona o exercício diário das ações policiais, a despeito da preocupação de seus familiares, das difíceis condições de trabalho e do baixo prestígio social. A asserção de que é na rotina dura de trabalho que se diferenciam os legítimos policiais, toma forma, via de regra, na ideia de um certo espírito de guerra predestinado à missão. É nesse plano, para Muniz (1999, p. 189), que em função disso “a vinculação efetiva ao mundo policial requer que a tarefa de policiamento seja internalizada

não apenas como uma atividade profissional dentre outras, mas como uma relevante causa a ser defendida após a conversão". Do que Cabo PM Raphael Cabral ainda acrescenta:

> Do fundo do meu coração, obrigado a você que tem vocação suficiente para se dispor a parar numa cadeira, a perder um membro, a morrer, a ser esquecido em segundos por uma sociedade que, em sua maioria, admira, mas é silenciosa, e que uma minoria que grita favorável justamente ao errado, ao ilícito, vai prevalecer na sociedade. Você não vai ser reconhecido, no entanto, vai ter a sensação do dever, algo que preenche o seu interior de uma forma que eu não consegui encontrar em outra profissão. Se preparem, mantenham os seus princípios, porque se há uma coisa que vale à pena na polícia é você poder chegar e sair de cabeça erguida, e poder ser reconhecido pelos seus pares como alguém que cumpriu a sua missão de forma real e verdadeira. Temos todos os motivos pra nos corromper, mas temos um pra não, que eu acho que é a hombridade (Cb. PM Raphael Cabral – Heróis do Rio de Janeiro, 2019).

Nessa realidade, por vezes, de desencantos, para os operadores policiais seriam diversos os estímulos propulsores ao desprestígio policial. A aparente invisibilidade institucional que se expõe nas consecutivas desautorizações pelo Poder Judiciário, além do desserviço prestado pela mídia, não só indicam alimentar, em suas análises, o descrédito e a desconfiança de uma parcela da população, mas também se efetuam como elementos capitais à elevada vitimização da tropa em sua arriscada missão diária, que conta, ainda, com os já "conhecidos problemas da polícia": "essa baixa visibilidade da imprensa a respeito do nosso sofrimento, é um motivo também de vitimização, e a execração pública a respeito das falhas da polícia, a maneira como isso é tratado também é uma forma de nos vitimizar", denotou a Coronel PM Viviane Duarte em apresentação voltada, em especial, aos veículos de comunicação presentes no evento. As duras críticas tecidas à mídia, sobretudo, têm se firmado uma constante nas narrativas dos agentes policiais militares. Da retórica que as compõe, a ideia da "defesa do inimigo" aparece em destaque. Para a Coronel, faz-se imprescindível que a corporação se ponha a "tratar disso, expor, discutir e fazer com que as pessoas reflitam a respeito". É nessa seara, que ela estrutura sua fala ao público: "a gente tem que dizer que não é normal estar indo ao Jardim da Saudade dia sim, dia não; isso não é normal. Se o Comandante Geral for comparecer a todo sepultamento de policial, ele não faz mais nada".

> Eu acredito que essa seja das profissões mais difíceis que alguém pode desempenhar. A gente costuma dizer que todas as variáveis são possíveis numa ocorrência. Tem a percepção da sociedade a respeito da polícia; infelizmente a opinião pública é formada por essas pessoas muito desconectadas da realidade. [...] O âncora do Jornal Nacional, William Bonner, fez uma fala dizendo: "o senhor General Heleno declarou, no seu perfil do Facebook, que o Brasil não se manifestará a respeito da crise na Venezuela a não ser que a soberania nacional seja afetada". Algo todo tipo... No final do jornal, ele disse assim: "a produção do Jornal Nacional entendeu, chegou à conclusão de que esse era um perfil falso. Nós lamentamos ter anunciado algo equivocado; nos desculpamos e boa noite". O jornal acabou. Um erro gravíssimo, com certeza, atribuir uma fala ao Ministro de Estado, mas que foi corrigido com um "nós nos desculpamos, foi falha nossa. Muito boa noite e até amanhã". Se o policial militar errar, se ele cometer uma falha, isso pode custar a vida dele, a vida de outra pessoa, a liberdade dele e, com certeza, a carreira dele. A nós, não é dada essa possibilidade de cometer

> um erro humano, porque qualquer um pode errar, o âncora do Jornal Nacional pode errar, do jornal mais importante do país, mas o policial não pode. E essas pessoas que nos julgam e que formam a opinião da sociedade a nosso respeito, não conseguem enxergar o policial com olhos de realidade. [...] Uma vez eu falei para um jornalista o seguinte: "vocês têm grande responsabilidade nesse estado de coisas que nós vivemos, porque quando vocês anunciam uma matéria, e na imagem tá um sujeito que foi preso, armado com um fuzil ou morto numa operação com várias armas e ele é mencionado na matéria como um "jovem suspeito" e quando a mesma imprensa trata com descaso o sofrimento policial, a mídia tá dizendo pro criminoso: "a gente tá do lado de vocês", porque essa imparcialidade é uma fraude, ela não existe" (Cel. PM Viviane Duarte – I Simpósio Nacional de Vitimização Policial, 2019).

A administração da identidade profissional de polícia, no embate das relações rotineiras, ao que tudo indica, não tem se constituído tarefa simples aos agentes policiais, mas ao contrário, uma negociação custosa acerca das impressões e das expectativas a eles dispensadas. É bastante comum, e não é de hoje, nos depararmos com notícias que informam alguma situação de arbítrio em cuja Polícia Militar aparece como protagonista. Elas atravessam o nosso cotidiano e indicam constatar certo tipo de economia da suspeita, em via de mão dupla, também direcionada àqueles a quem são delegados o empreendimento de fazer convergir, na ordem prática diária, princípios democráticos fundados na legalidade e na legitimidade. Seus agentes se veem costumeiramente sob o olhar atento e vigilante da população, ao passo que daí tende a suscitar os encargos morais de conviver com a sua imagem pública à sombra da suspeição quando, recorrentemente, acabam por serem confundidos com tudo aquilo que previnem, dissuadem ou reprimem. Nessa direção, não há como negar as contribuições deletérias que os poderes políticos ditatoriais imprimiram na trama contemporânea das ações de polícia. Em razão da natureza decisiva dos procedimentos ostensivos que, por conseguinte, produzem impactos diretos e, às vezes, permanentes nas vidas daqueles sobre os quais se dirigem, o trabalho policial parece ser tomado por parte da sociedade, como uma tarefa moralmente comprometida. Não são eventuais as declarações queixosas sobre as críticas com as quais têm de lidar diariamente: "a gente tá acostumado a só levar tiro, granada e ser maltratado. A gente até brinca que só quem gosta mesmo do polícia é a mãe dele", assevera o Coronel Cajueiro. No plano das falhas e dos desvios de conduta, Muniz (1999) reflete:

> É evidente o contraste entre a baixa visibilidade do trabalho ordinário da polícia ostensiva e a elevada exposição pública dos comportamentos policiais equivocados. Isso pode ser em parte compreendido pelo fato do trabalho policial, além de interferir de uma forma mais direta na vida das pessoas, representar o espaço da autoridade capitalizada, uma espécie de caminho privilegiado para o enraizamento das garantias civis no cotidiano dos cidadãos. Desse ponto de vista, a atividade policial encarna o lugar concreto de onde se pode confirmar ou não as regras postas pelo jogo democrático. Talvez por conta disso, as suas possíveis falhas sejam percebidas como extremamente onerosas para a indispensável crença coletiva no estado de direito. De qualquer forma, a vivência continuada da condição sutil e peculiar da autoridade policial faz com que os PMs rapidamente aprendam uma importante lição: o contraponto dos poderes a eles concedidos tem sido a sensação de solidão assim como

> o desprezo e o afastamento por parte daqueles que devem, a despeito de qualquer pretexto, continuar a "servir e proteger" (MUNIZ, 1999, p. 264).

Apesar das percepções de descrédito e de desconfiança, o dever policial não é entendido pela tropa como um trabalho passível de ser empenhado por qualquer pessoa, mas, ao contrário, por "alguém que tem valores, tem vontade de melhorar a sociedade e tem a coragem de arriscar até a própria integridade física e psicológica nisso", declara, pois, o Coronel PM Fábio Cajueiro. Ao que caminha para concluir: "um cidadão útil; boa parte do que tem de melhor na sociedade". É nessa dimensão que, nas palavras de Jacqueline Muniz (1999, p. 187), a missão policial acaba por ser admitida como uma honrada e complexa atribuição que demanda qualidades específicas e que por essa razão mesma, "deve ser desempenhada por alguns eleitos que se mostrem capazes de experimentar a paradoxal situação de ver a notabilidade silenciosa dos seus atos dissolvida no anonimato e no esquecimento da vida ordinária" – "verdadeiros heróis anônimos", explicita Coronel Cajueiro. Dessa forma, se referenciar a ética guerreira é acompanhar uma dinâmica de virtuosidades vocacionadas, o derradeiro senso de missão impele, ainda, à exaltação do instituto moral da honra como a sua diretriz substancial: "o Cabral é, literalmente, um dos nossos heróis, alguém que deu parte da sua integridade física para defender a nossa sociedade contra o crime e, em última instância, contra o mal", ressaltou o Coronel sobre o seu comandado.

Dos contínuos de forças que acionam a constituição do *ethos* guerreiro como a expressão legítima de uma masculinidade honrada entre agentes da PMERJ há, por extensão, um marcado clamor pela instrumentalização da virilidade, na qual a coragem, a frieza e a insensibilidade são valores continuamente positivados. "Força e honra", eis o lema do guerreiro. É nesse plano, que a figura do homem de guerra emerge como vetor comunicativo que não apenas implica modos de sentir, mas institui formas de atuar. A gramática totalizadora inscrita no subtexto do combate, ao tomar o léxico da guerra como o marco pacificador e regulatório contra perigos emergentes, opera também como pilar de sustentação do terror enunciativo que, hegemonicamente, agencia subjetividades normalizadas, articuladas por sistemas de valores e submissão, potencializando, assim, o incremento da violência que atravessa a existência do próprio operador policial militar – a outra face descartável dessa mesma ordem perversa. Nesse campo de disputas, intento, aqui, dobrar a figura do policial herói sob a aposta em um movimento que faz estremecer e provocar condições para que uma série de forças encontrem passagem, de modo que seja possível investir no acompanhamento e apreensão dos processos que tensionam tais subjetividades.

Nesse prisma, a heroificação dos agentes de segurança do Estado, ao passo que denotam, prescrevem, ainda, a forma de operar admitida como ideal no processo de construção do homem de guerra. Partindo da compreensão de que a honra é um valor positivado também na sociedade

mais ampla, podemos inferir que ela adquire características singulares no intramuros da caserna. É diante disso que a compreensão dos vetores que impendem a criação da fisionomia do "herói" atravessa e é, necessariamente, atravessada pelo debate sobre as políticas de guerra vigentes no Brasil e, de modo mais específico, no Rio de Janeiro. As favelas são, por excelência, o território onde a guerra se operacionaliza. São nas ditas "áreas conflagradas", que as violências exprimem excessos e direitos são desrespeitados. Na linha de frente do confronto belicista, em situação de completa vulnerabilidade, soldados combatentes das trincheiras bandidas e guerreiros valentes de sangue azul, põem a mecânica de poder a funcionar. "Os homens estão na área" – manifestam os "soldados do tráfico" ao constatarem a chegada da polícia. Na realidade conflitiva, disputam a espetacularização da violência armada, em um campo produzido por regras próprias fundadas na proeminência de mandamentos masculinos. Assumindo lados opostos, atualizam dimensões discursivas que, por vezes se confundem, fazendo da guerra mecânica que opera vidas precárias (BUTLER, 2015). É dessa forma, que o reconhecimento público que cria "heróis" e "bandidos", só faz sentido na asserção de uma precariedade que aniquila suas existências.

As arenas de guerra são historicamente assinaladas como espaços restritos ao masculino. Conforme expressa Schactae (2016), os heróis, as fardas e as armas são construções simbólicas do Estado e de uma masculinidade identificada pela violência, força, coragem e honra que, por sua vez, tende a ser fabricada para responder a um padrão ideal. O recente ingresso das mulheres nesses espaços políticos, ao passo que almeja romper com a ordem estabelecida, também acaba por ser condição legitimadora do domínio masculino que se exibe na disparidade do contingente funcional nas fileiras militares ou quando essas mesmas mulheres são apreendidas pela retórica que atesta a excepcionalidade de suas performances. Nessa seara, o modelo ideal do combatente de guerra faz fortalecer diferenças generificadas que explicitam a mulher guerreira como aquela que luta "como se soldado fosse" – nada mais que a atualização de uma dinâmica estrutural que limita as trincheiras ao pertencimento masculino e faz da mulher uma contradição nos territórios armados. Em linhas gerais, são produções discursivas que ordenam e regulam homogeneidades nas organizações de poder, impondo um modelo de masculinidade enrijecida e ocultando, pois, outras formas de existências. Enquanto mentalidades dobradas na alegação do masculino como o poder dominante, são esses enunciados que, de igual maneira, instrumentalizam as diferenças entre os ditos sujeitos comuns e aqueles agraciados pela virtude da missão.

Assim, tomando que gênero é outra das dobras que organizam dinâmicas dentro de/entre instituições inscritas nos pilares de uma masculinidade gloriosa centrada no combate são, então, gênero e guerra dispositivos essenciais de análise na presente pesquisa. O exame do modelo de "masculinidade hegemônica" (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013) desvela-se imperativo.

Na proposição do conceito, os autores asseveram a improbabilidade do estabelecimento de uma masculinidade fixa e consistente, ressaltando a relevância de estarmos atentos aos modos pelos quais as masculinidades operam, haja vista a variabilidade dos contextos que impedem que um único modelo seja alcançado em sua integralidade. É precisamente nessa dinâmica que recursos prático-discursivos se mostram úteis ao desenrolar de certo tipo de poder e de controle mediante normas, artifícios, signos e símbolos de afirmação, engendrando disputas e guerras, através de uma referência performática onde a forma de se apresentar e consolidar socialmente passa pelo exercício espetacular de ações agressivas que repercutam a sua pronta disposição para combater a fonte de ameaça em qualquer tempo (MACHADO, 2004; DE GARAY HERNÁNDEZ, 2018). Sob a premência de reafirmações que instigam maneiras mais honrosas de ser homem na guerra, torna-se essencial, em nossas discussões, a visibilização da pertença generificada desses agentes considerando, por fim, como os estereótipos de gênero patrocinam elementos que naturalizam e hierarquizam performatividades significadas como masculinas. Cumpre sublinhar, ainda, que o investimento em perfis modelares sustenta um intenso patrulhamento e um engessamento das relações entre esses atores, que têm por base o apagamento do traço mais sutil que, porventura, faça suspeitar de suas performances guerreiras (NASCIMENTO, 2011; VINUTO, 2019).

> É nesse jogo de relações entre os homens e configurações de masculinidade que se estabelece [...] uma vigilância contínua, incessante, sobre a performance, os discursos e práticas cotidianos dos homens (por parte de seus pares masculinos), tendo como referência um modelo idealizado de "homem de verdade". É no exercício do autopatrulhamento e do patrulhamento alheio que os homens procuram obter o aval para suas credenciais masculinas (NASCIMENTO, 2011, p. 54).

É nessa medida, que reafirmo ser a honra policial um potente analisador para pensarmos as dobras e os dispositivos que se põem a circular entre as porosidades da caserna, nas fronteiras que mobilizam disputas, regulações e transgressões, impelindo fluxos e rupturas que interatuam sem, no entanto, se anularem. Destarte, convém apreender o analisador como o instrumento que intensifica a análise, norteia o seu processo, fazendo movimentar o não-dito das instituições, ou seja, os esquecimentos e os silêncios sobre o que e como se consagra uma determinada realidade institucional, desvelando conflitos, impelindo desnaturalizações e apontando trajetos possíveis. (ROCHA; DEUSDARÁ, 2010; DE GARAY HERNÁNDEZ, 2018). Em linhas gerais, ele incita o exame de elementos instituídos condensando o que antes parecia disperso e, almejando, assim, fazer elevar o material encoberto acerca do processo de produção histórica de uma determinada instituição (REBEQUE; JAGEL; BICALHO, 2008). Dito isso, julgo ser a "honra" um relevante analisador, visto que, se por um lado, ela explicita como a criação do policial herói é atravessada pelos dispositivos da guerra e de gênero, por outro, denota a coisificação do policial trabalhador.

"É difícil para o policial sair pela psiquiatria. Ele não gosta de sair pela psiquiatria, ele tem horror. Ele perde a arma, fica estigmatizado, ele é tido como um escamoteador de serviço, fora as chacotas que recebe dos colegas. É péssimo, uma das piores coisas que pode acontecer", declara o Coronel PM Psicólogo Fernando Derenusson. O discurso do operador de saúde mental inscreve duas frentes de discussões fulcrais às nossas análises: a questão das performatividades dos agentes policiais militares e a dimensão do autocuidado – problemáticas que se atravessam, sobretudo quando o Coronel PM termina constatando que "é muito difícil sair pela psiquiatria, mas é muito difícil também voltar. Ele demora tanto a sair, ele demora tanto a ir procurar ajuda, que quando ele procura, ele já está debilitado psicologicamente e a recuperação é mais difícil". Coronel Derenusson ainda chama atenção aos casos de subnotificação, muito recorrentes entre homens da PM, em função da recusa de atendimento profissional voltado às questões de saúde: "a gente tem que criar uma cultura de cuidado na polícia". Nas tramas do que o oficial denomina "vitimização psicológica", fenômeno que, para ele, deveria figurar no rol de vitimizações, anui: "a polícia tem muita pressão social sobre ela, que incide na cultura organizacional [...] O policial militar tem plena consciência do quanto o serviço dele é indispensável e vital para a sociedade. Só que a gente toma essa missão acima de tudo [...] Tenho que dar conta, missão dada é missão cumprida". Nesse campo de disputas, o relato do Cabo PM Raphael Cabral catalisa a discussão:

> Eu diria que eu sangraria mais vinte vezes. Eu perderia mais uma perna, eu perderia mais um braço. O que eu faço não é por dinheiro; o meu salário não é digno em um doze avos da missão que eu cumpro. Eu faço isso aqui porque eu tenho um filho de quatro anos, porque tenho esposa, mãe, pai, irmãos, amigos, pessoas que frequentam a mesma sociedade e que sem ter o policial militar, sem ter esses loucos pra ir pra rua pra impedir o mal de chegar, essas pessoas não teriam o mínimo de liberdade. Então o que eu fiz eu faria novamente porque eu não fiz por nenhuma vantagem pessoal, eu fiz pelo todo. Fiz pela minha família, pelos meus amigos e por pessoas que eu nunca nem sequer vi na vida (Cb. PM Raphael Cabral – Heróis do Rio de Janeiro, 2019).

Connell e Messerschmidt (2013), dizem que o compromisso com práticas de risco é um tanto notabilizado no estabelecimento da reputação masculina em um contexto grupal de pares. Pensando a instituição policial militar como o centro do debate, e nos mecanismos de reificação da masculinidade pelas performatividades guerreiras, talvez sejam a rejeição pelo cuidado, além da ânsia por situações de risco algumas pistas importantes. O famigerado "prazer da adrenalina" – certa excitação por viver as possibilidades de perigo – parece alcançar lugar de relevância: na "adrenalina do combate, você se acostuma com ela e depois sente falta do estampido da guerra", falou o Cabo PM Raphael Cabral por ocasião de uma série de *lives* compartilhadas nas redes da ABHRJ, em repercussão ao evento. O Cabo reformado disse, ainda, da sua relação com a guerra depois de vitimado, após ponderações do Coronel PM Fábio Cajueiro sobre o que ele denomina como a "natureza da PM": "enquanto tá todo mundo correndo e fugindo, o policial tá avançando

na direção ali daquele momento extremo, daquela ameaça ali. A gente internalizou isso de uma forma que já faz isso aí no automático. É da natureza deles [dos bombeiros] a proteção e a nossa é o confronto". Do que Cabo Raphael Cabral refere: "esse prazer da guerra é uma coisa que não se encontra em outro lugar. Mesmo depois de ter perdido uma perna pra essa guerra, eu não me arrependo nem por um segundo. Deus sabe de todas as coisas porque se ele corta mais pra baixo eu estava na guerra ainda". A conversa segue nos termos dos riscos e dos prazeres que perfazem as ações da Polícia Militar no *front* armado de combate:

> Quando desenvolvemos uma patrulha, ou seja, vamos sair em equipe para fazer uma ronda pra evitar ou contrapor o ataque inimigo, alguém tem que puxar a frente, alguém tem que ser o homem da frente ali. Eu sempre gostei muito dessa posição [do ponta, no jargão policial] porque era ali que tava a adrenalina, é ali que as coisas acontecem de fato. Nesse momento estávamos ombro a ombro e nos dividimos; cada um ia pegar um beco pra fazer a ponta da patrulha ali, pra que não permitíssemos que os marginais viessem até nós. Foi quando eu, simplesmente, só me recordo de estar no chão. [...] Foi realmente uma granada que explodiu, me jogou na altura do fio, eu caí e, quando caí, bati com a cabeça. Eu tenho um buraco aqui na cabeça até hoje, uma marca que eu carrego além da ausência de um membro. [...] Naquele momento eu achei que tinha acabado, que eu tinha morrido e que a minha missão tinha sido cumprida. Aí eu deitei e estava caminhando pra luz; mas o marginal, que não tem piedade, não tem nenhum tipo de compromisso com nenhum tipo de ética, nem de guerra nem de nada, eles voltaram a disparar contra mim já no chão mesmo, já estando com a perna amputada. Deram duas rajadas de AK-47 na minha direção, que pegaram nas minhas laterais, mas não pegou no meu corpo e aquilo me deu uma adrenalina de continuar. [...] Para quem já teve experiência militar vai saber como funciona isso, mas pra quem não teve, quando um tiro de fuzil ou pistola tá em qualquer direção, você só ouve um estampido "pá"! O barulho. Mas quando ele tá na sua direção, se ele estiver num raio de cinco metros, você ouve um zumbido, o cortar do vento. E quando a minha audição começou a voltar eu ouvia o zumbido passar ["abelha de chumbo", disse o Cel. Fábio Cajueiro]. Eu posso descrever a sensação: a única coisa que pensa, que vem na cabeça é "se isso pegar no corpo vai me destruir, isso vai dilacerar o meu corpo". O barulho é realmente assustador e mesmo assim a gente continua andando na direção dele. (Cb. PM Raphael Cabral – Live na página do Instagram "Heróis do Rio de Janeiro", 11 jun. 2020).

Na visceralidade narrativa, a expressão de um tipo de pertencimento no qual a fidelidade ofertada à instituição policial militar e à própria missão vocacionada apontam regulamentações bastante específicas do campo organizacional: "hoje eu olho para o ferimento que está na minha perna até com certo orgulho porque ele é resultado daquilo que eu disse que faria e que eu fiz", denota o Sargento PM Santa Rosa. Nessa perspectiva, o que se pode observar são lógicas morais e enunciativas que engendram, por intermédio dos dispositivos da guerra e de gênero, dinâmicas complexas, frente a códigos costumeiramente afirmados como performances naturais e óbvias ao homem de guerra. Do que elucida o Cabo PM Raphael Cabral: "essa é a nossa função; somos dotados do dom da agressividade para combater a agressividade. Infelizmente, não é dando as mãos em volta da Lagoa Rodrigo de Freitas, que a gente consegue convencer o bandido a largar a sua arma". Assim, no que tange à simbologia viril, Cecchetto (2004) refere que, nas fronteiras conflitivas, a instrumentalização armada indica compor uma roupagem que robustece e formata

a fabricação de determinada masculinidade. As contribuições de Judith Butler (2003) orientadas às performatividades parecem, aqui, fundamentais uma vez que permitem analisar os efeitos da produção de padrões generificados. É nesse plano, que a performance da masculinidade honrada parece inscrever e estruturar a dinâmica subjetiva institucional.

Apesar disso, no mundo hipermasculino da caserna, talvez por vias de sua naturalização, pouco se discute sobre masculinidades. Na contrapartida, as questões de gênero estão a plasmar práticas e discursos. Ainda que a divisão sexual seja mais evidente, por circunstância do próprio contingente organizacional em que os homens são maioria, parece haver também certa divisão performática das ações entre pares. Isso significa inferir que aqueles agentes que não performam a masculinidade tomada como ideal, são entendidos como inadequados ao trabalho operacional, aquele que se faz no cotidiano inesgotável das ruas, chamado a atuar na emergência dos eventos. No fluxo da vida ordinária suas referências são, pois, "simultânea e paradoxalmente, o que está na lei e encontra-se no mundo e o que se encontra no mundo e não está na lei" (MUNIZ, 1999, p. 198). Nesse ponto, um parêntese importante, embora decerto entretecido nas agências dessa mesma dinâmica que conjuga os sujeitos aptos ao expediente policial: a questão do uso da força. Não há como ignorar que o emprego da força consentida à autoridade policial, revela não apenas os vários níveis de sua aplicação explicitamente efetiva – no limite, os confrontos armados entre os homens do Estado e, em regra, varejistas do tráfico de drogas –, mas sua própria virtualidade de execução, inscrita previamente em qualquer atividade ostensiva da polícia; circunstância que já carrega consigo inúmeras implicações à fabricação de dado tipo de agente operador da ordem.

> Esse tipo de gramática dos papéis de gênero, em medida conservadora e estereotipada, encontra-se disseminada no interior da tropa. [...] De fato, a socialização no meio policial possui requisitos de entrada e permanência muito severos para os próprios PMs. A contabilidade dos talentos considerados indispensáveis ao mito romântico do policial herói, reforçada pelo senso comum extraído das ruas, ancora-se em uma espécie de elogio tão extremado dos atributos associados à virilidade que este culto parece não poder prescindir de expedientes diretos e indiretos de vigília do comportamento masculino idealizado. Em partes por conta disso, a fragilidade, o receio, a sensibilidade, o medo, etc. são, via de regra, interpretados como "coisa de mulher" cuja menor manifestação no interior da tropa já anunciaria o perigo simbólico de "feminilização" da força. Nada é mais delicado para os "sujeitos homens" da polícia ostensiva do que se verem convertidos em atores "apassivados" e "inoperantes". Nesse sentido, tudo aquilo que na vida ordinária encontra-se associado à noção de passividade costuma ser traduzido pelo imaginário policial como um grave fator de risco moral para os PMs da ponta da linha (MUNIZ, 1999, p. 244-245)

Sendo assim, se por um lado, no bojo do processo de redemocratização política no Brasil o lugar da guerra deixa de ser, ao menos formalmente, alçada exclusiva de homens pela abertura de concursos mistos que possibilitaram o "acesso igualitário" de homens e mulheres às esteiras da PMERJ, confluindo a unificação de seus quadros em um ambiente marcadamente masculino,

a importante conquista, entretanto, ainda hoje parece colidir com uma velada discriminação que faz conformar disparidades nos expedientes de recrutamento, promoção e lotação que, portanto, refletem mais concretamente, o inibido efetivo feminino na corporação. São essas discrepâncias que ajudam a mover o sexismo na cultura policial, fazendo da presença de mulheres um enorme paradoxo pelo rompimento da ordem estipulada no ideário de masculinidade. Já por outras vias, a gestão cotidiana das interações generificadas, traz à cena dada produção hegemônica ancorada nas aspirações de uma medida performática que encontra no símbolo da força, na oportunidade mesma do seu uso, um dos atributos preponderantes do combatente guerreiro. É nesse tocante, que a masculinidade de guerra entende a renúncia e o repúdio de todas as expressões, ainda que remotamente, associadas à ideia de feminilidade, estimulando a hipervigilância sobre exibições suficientemente masculinas: "esses caras são fantásticos, têm muita coragem. Eles lá fora teriam ganho o coração púrpura porque eles derramaram sangue, uma medalha de honra ou uma estrela de bronze"[87], recordou o Coronel Cajueiro sobre a "lendária" equipe do Cabo Cabral.

A rigidez das performatividades no seu conservadorismo estereotipado, cola às agências da tropa produzindo, entre outros, uma demanda performática viril ininterrupta que, somada ao fato da rotina policial, em muito, tratar de aspectos imateriais e incontáveis na cena das políticas de segurança vigentes, tem constituído uma mistura altamente explosiva, à medida que alimenta o controverso "produtivismo policial". Nessa ordem, quando se lhes cobra produtividade, o que resta fazer? Prender em flagrante e apreender drogas e armas. O público é geralmente o mesmo: jovens negros, de baixa escolaridade e moradores de periferias e de favelas. Mas, aqui, o aspecto central é que, no caráter difuso de toda sorte de acontecimentos saídos das ruas há espaço, ainda, para o não-acontecimento e, nessa direção, "uma infinidade de eventos conflituosos e criminais que simplesmente deixaram de acontecer, que sequer existiram em função da presença policial ostensiva ou de sua crença" (MUNIZ; 1999, p. 192). Assim, a comunhão de certa invisibilidade das atividades ostensivas convencionais, a cobrança por resultados mensuráveis que fomentam a lógica do sistema criminal, além do contínuo apelo e patrulhamento das performatividades na trama policial, despontam como incentivos para que os agentes da ponta não reflitam os efeitos diários de seus trabalhos e ambicionem uma arena de plena operacionalidade, com repercussões

[87] No plano objetivo, quanto às iniciativas diretamente relacionadas ao reconhecimento profissional, elas, em geral, são financiadas pela entrega de medalhas, condecorações e méritos aos agentes policiais. Essa ritualística compõe as leis orgânicas das instituições militares e, assim, não possuem apenas um papel figurativo de reconhecimento, mas podem ter efeitos diretos na progressão da carreira, uma vez que se encontram registradas nas fichas funcionais e analisadas no curso de toda a vida profissional do agente. Seu reconhecimento é afirmado, quase sempre, quando o policial exerce um ato de bravura ou quando ele participa de uma ocorrência com expressiva apreensão de armas e/ou drogas (INSTITUTO IGARAPÉ, 2021).

passíveis de contabilização. É nesse plano, que ser ostensivo corresponde a aparecer, a procurar oportunidades para se fazer um homem honrado e, à vista disso, um "homem-guerreiro".

Considerando, portanto, que as perseguições, as capturas, os conflitos armados, tal como as operações especiais, exercem na tropa um elevado poder de sedução, e não perdendo de vista a dinâmica de patrulhamento fortemente explorada nas organizações policiais, a fala do Coronel PM Psicólogo Fernando Derenusson volta a ressoar quando em jogo também fatores imbricados às próprias atividades policiais. Isso ocorre, pois sendo a tarefa operacional e, efetivamente, as ações de combate ao inimigo, o dever precípuo do PM-herói, os procedimentos administrativos – uma série de atividades-meio que fornecem suporte às atividades-fim – e mesmo as difundidas "feijoadas" indicam ocupar papéis desprivilegiados nas redes de poder. Vale sublinhar, que na gramática policial, as ditas feijoadas são, em geral, ações que contemplam conflitos domésticos, discussões em bares, em restaurantes ou, ainda, entre vizinhos. Tomando os limites burocrático-administrativos e as "feijoadas" como tarefas que exigem um trabalho exacerbado, mas de baixo potencial ofensivo, são essas, então, atividades distantes dos "casos de polícia", explicitamente, fundados no repertório viril que encaminha as gloriosas ações operacionais de combate ao crime (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008; SOUZA, 2008; ROCHA, 2019).

> Administrativo e operacional são eixos nativos utilizadas pelos PMs, respectivamente, para caracterizar o serviço burocrático dos quartéis e o desempenhado nas ruas, no policiamento ostensivo ou nas ações especializadas. Além disso, tais categorias mobilizam opiniões antagônicas, pois, de acordo com as crenças compartilhadas pelos policiais de rua, ou seja, os que se consideram operacionais, os policiais que trabalham com papeis não servem para policiar as ruas, o que se trata de uma visão pejorativa construída e reforçada por elementos como o guerreiro. Este alia-se ao policiamento das ruas, o qual é considerado pela maioria dos PMs operacionais o real serviço de polícia. Além disso, o guerreiro contribui para potencializar o senso bélico inerente ao militarismo policial militar (FRANÇA, 2020, p. 84-85).

Desse glossário de normas e mandamentos que regulam o que cada um está credenciado ou não a fazer, o mundo da rua emerge como o lugar exclusivo dos conhecidos "operacionais", ou seja, aqueles imbuídos do traço guerreiro que sustenta a honra e que estão aptos a conhecer, vivenciar, disputar e compartilhar um local onde a homossociabilidade pode ser experimentada, onde valores atrelados ao masculino são produzidos, reiterados e disseminados cotidianamente, por/para todos os que por entre esse espaço circulam. Enfim, uma "casa dos homens", universo de compartilhamento onde são capacitados pelos seus pares a tornarem-se "homens de verdade" (SANTOS; NARDI, 2014). Aqui, os que exprimem a "disposição para a guerra", são fortemente respeitados. A construção de um corpo viril, ágil e com vigor é um elemento importante ao seu reconhecimento (OLIVEIRA, 2012). É nesse momento que gênero e geração parecem dobrar e desdobrar diante do amadurecimento de um corpo "experimentado de guerra". Destarte, se aos

mais antigos já não lhes é vantajoso disputar um corpo vivaz, encontram na experiência, fruto de uma longa e exemplar trajetória, o atributo responsável pela outorga de um lugar privilegiado no arranjo de poder. Experiência que os "recrutas" ainda não puderam acumular.

> Todo dia tinha tiroteio e a gente patrulhava aquilo lá todo dia. À noite eu dava uma passada lá, pelo menos. Não que o Comandante seja o mais forte, o mais veloz, o mais inteligente, o mais combativo, mas pelo menos pra tropa saber. "O Comandante tá aí, o velho tá aí. Pô, se o velho tá aí eu também tenho que bancar". E isso acaba dando uma moral. Eu me lembro de muitas vezes passando lá à noite, principalmente à noite que é um horário que dificilmente você tem supervisão, e encontrando gente que faz a diferença na linha de fogo. O camarada tá lá num beco, em um, em dois, em três, esperando o inimigo. [...] E eu encontrava o pessoal ali bancando. Jovens, gente com idade pra ser meu filho, gente que tinha quase idade pra ser meu neto (Cel. PM Fábio Cajueiro – Live na página do Instagram "Heróis do Rio de Janeiro, 11 jun. 2020).

Nesses espaços, as experiências são continuamente mediadas pela violência e exposição ao risco. Os mais experientes, outrora iniciados por outros, instruem, corrigem e modelizam os postulantes a guerreiro, que buscam alcançar suas credenciais na validação dos companheiros. Marcos Nascimento (2011) declara que é no exercício da sexualidade heterossexual, no controle das mulheres e no reconhecimento entre pares masculinos que a noção de "homem de verdade" se estabelece. Compartilhando das ideias do autor, faz-se importante frisar que, nessa complexa logística que delimita tempos, espaços e corpos, testemunhar o não preenchimento dos atributos esperados à certificação dos encargos operacionais emerge como medida que se põe a enfatizar não apenas singularidades institucionalmente rejeitadas – tanto quanto mais próximas das ideias que mobilizam feminilidades – mas que também refere que o privilégio masculino endereça aos próprios homens armadilhas que os impelem a uma constante postura de tensão e contensão no dever de exteriorizar, em toda e qualquer conjuntura, a afirmação da virilidade que os constitui. Assim, o ideal viril ao mesmo tempo que designa o combatente, robustece processos de sujeição masculina através de mecanismos heteronormativos que reproduzem os impactos do machismo e da homofobia, quando da imposição de diretrizes naturalizadas, implicando em uma constante exposição, inclusive, de homens identificados com o padrão heterossexual masculino.

Nessa admissão do gênero como uma vivência tramada por redes complexas e instáveis, que, de modo mais ou menos taxativo, sofre os apelos de uma forma hegemônica pretensamente universal, o sacrifício prestigia o combatente capaz de superar as adversidades da provação que leva o corpo do guerreiro ao limite físico e emocional – uma honra de poucos. Cabe aos novatos, aprender com os mais antigos a sustentar o sofrimento para integrar o círculo restrito de homens. Sobrepujar os obstáculos da missão é, portanto, imperativo para o reconhecimento do aspirante a operacional fabricando, assim, moralidades e afetos performados na produção de corpos e de subjetividades. Daí o entendimento da relação entre corpo e masculinidade no contexto policial.

Cecchetto (2004, p. 73) acerca de seus estudos sobre masculinidades informa que "o corpo está ligado diretamente à temática da identidade, da sociabilidade, da violência e das relações entre os sexos" e, nesse sentido, a corporalidade é matéria fundamental à compreensão da construção social das masculinidades. Ademais, não parece incomum o brio com que apresentam ao mundo os seus feitos; um poderoso recurso que informa a gramática das ruas.

> Aí a gente lembra dos ensinamentos que a gente teve nas oportunidades durante a vida e muita gente me pergunta assim: poxa, por que recruta tem que sofrer no curso? [...] E no momento que eu tava lá para morrer, eu me lembrei de um sargento que me incentivava lá no curso [...] me batendo com uma varinha, de forma bem carinhosa, e me dizendo que eu tinha que aprender a rastejar porque um dia aquilo ali ia salvar a minha vida. De fato, eu me lembrei daquela instrução, naquele momento, enquanto eu tava morrendo. Rastejei, me abriguei embaixo de uma mesa até que meus camaradas puderam chegar até mim (Cb. PM Raphael Cabral – Live na página do Instagram "Heróis do Rio de Janeiro", 11 jun. 2020).

Tensionar a multiplicidade de forças que atravessam a segurança pública implica, assim, a construção de um saber atento aos processos coletivos e institucionais que se fazem atualizar nas subjetividades de seus agentes, afetando suas saúdes, singularidades e modos de existência. A gestão cotidiana da suspeita e do risco, a experimentação diária da contingência de encontros violentos por ruas e vielas da cidade, somadas às jornadas e escalas de trabalho exaustivas, não raro, adicionadas a outras atividades, como alternativa de complementação financeira, parecem operar como reforços subjetivos para os diversos estímulos saídos do mundo ordinário das ruas. Diante dessa complexa atmosfera, deparamo-nos com profissionais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, subjugados ao risco frequente de morte, a consecutivas pressões psicológicas, ao desgaste físico e ao estresse mental, no curso diuturno das tarefas de policiamento na cidade. Cabe considerar a medida pela qual os valores da corporação policial informam uma gramática corporal peculiar, assim como fazem aparecer um senso de missão e uma mística a ele associada que se prolongam para além da realidade profissional dos agentes policiais, espraiando os seus tentáculos e colonizando outros campos de suas vidas.

O trabalho ostensivo das ruas tende a desenvolver nos operadores uma constante postura de suspeição como mecanismo de sobrevivência, a um só tempo útil e existencialmente sofrido (MUNIZ, 1999). A suspeita apresenta-se, assim, como uma maneira de experimentar o mundo que não pode ser literalmente suprimida da dinâmica policial militar e cujo custo particular é a manutenção do pleno estado de alerta ao menor indício de ameaça antecipando, através do olhar suspeitoso, o seu prenúncio. Logo, na rotina da missão ostensiva, a suspeita desponta como um produto da necessidade de manter um contato cauteloso e vigilante sobre qualquer manifestação de desordem, a qualquer vestígio de problemas ou de risco potencial. Aqui, a prontidão se perfaz como resultado do aguçado senso de missão que conforma a responsabilidade ostensiva policial

militar. Atirados à lógica do enfrentamento, a oportunidade de que o risco das tarefas ostensivas resulte também de encontros circunstanciais, faz com que nutram percepções sobre a iminência do perigo que os constrange a permanecer, de maneira ininterrupta, envolvidos com a violência potencial. É nesse sentido, que a prontidão policial obstaculiza as possibilidades de rompimento com o papel profissional, infiltrando-se por outros domínios de suas vidas (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008). De um corpo em prontidão que anseia a vantagem antecipatória sobre a ameaça, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro não se omite a enfatizar:

> Companheiro de farda, nossa conversa de hoje é sobre vitimização policial. Sabemos que para conseguirmos reduzir esse número cada vez mais, alguns procedimentos e cuidados individuais precisam ser cuidados por toda a tropa, seja durante o serviço ou na folga. As principais orientações, certamente, todos vocês já conhecem: quando estiver de serviço, use sempre o colete balístico, esteja em dia com a manutenção do seu armamento e utilize corretamente todas as técnicas de patrulhamento e de abordagem. Na folga, porte seu armamento de forma velada, seja cauteloso quando estiver transportando o seu fardamento ou qualquer outro item que lhe identifique como policial militar. Outro ponto importante é: evite distrações quando estiver em locais públicos, principalmente quando for fazer uso do celular (TV PMERJ, 2020).

No prisma da experimentação das urgências, das provisoriedades, das descontinuidades, das expectativas de pronta-intervenção e de regimes resolutivos, somam-se fatores de incerteza, perigo e demandas por produtividade, que compõem uma trama singular intimamente articulada à pedagogia da suspeita no fazer policial. As possibilidades ampliadas de ameaça denotam cores próprias às formas de ser e estar no mundo cuja assimilação do tempo se faz por sua intensidade. A adrenalina provinda do inusitado, vicia e encoraja à ação, sobretudo entre os mais jovens com menos tempo de serviço. É muito dessa mesma adrenalina, porém, que de tão pujante, por vezes, catalisa estressores em fontes de sofrimento contínuo. A cultura institucional impele o tormento velado. Instados à prontidão do combate, conduzem a missão guerreira. Diferente do que indica, a folga de um agente policial militar não sugere descanso. Ao contrário, é nesse lapso de tempo, em geral, destituído do suporte dos companheiros de farda, que sua atenção deve ser redobrada. Conforme Minayo, Souza e Constantino (2008), estamos diante de um corpo, invariavelmente, em prontidão, altamente disciplinado de preparação e alerta, o que infere a existência de certa simbiose entre as condições do exercício policial e a preservação da vida de seus agentes.

Aqui, uma pista relevante de análise: segundo os/as agentes, diferente de qualquer civil, o fato da sua imagem estar intrinsecamente ligada à instituição, o/a agente militar personifica a figura policial 24 horas por dia. O estado de vigilância contínua enuncia-se um dos seus efeitos. Nessa medida, o/a operador/a da segurança deve ser um "bom exemplo" para toda a sociedade, buscando transmitir a imagem de segurança para o cidadão, bem como procurar manter a ordem nos espaços sociais. O poder disciplinar na polícia é tão expressivo que ultrapassa a barreira do

trabalho e adentra à vida pessoal dos seus membros. O rigor atribuído à hierarquia e à disciplina é cultuado na instituição, sendo a obediência imposta por regulamentos e sanções previstas nos manuais internos. Frente a isso, tem-se que as relações de poder operadas no dia a dia da caserna atravessam os corpos dos integrantes da corporação, suas ações e atitudes cotidianas, resultando na transformação de simples movimentos em comportamentos disciplinados. A atenção integral é um dos exemplos concretos de como a vigilância toma forma na Polícia Militar para além dos seus muros. Na carreira militar, o controle da vida íntima do indivíduo é um fato organizacional, ou seja, um elemento da cultura dos grupos policiais militares, intensamente institucionalizado, e legitimado pelos valores sociais da tropa. Assim, um certo tipo de autovigilância desenvolvido pela instituição e sancionado pela série de membros emerge como fenômeno de adesão cultural, dentro de limites negociados (DAMASCENO DE SÁ, 2002; CASTRO, 2021).

> No que tange à carreira de oficial da Polícia Militar, o indivíduo nela interessado haverá de desenvolver maior tolerância com relação a ser "cobrado" e vigiado pelos seus pares; haverá de ter menos ojeriza às intervenções do grupo profissional em sua vida pessoal, começando pelo fato de que, até a morte, o seu nome será sempre associado ao posto exercido na hierarquia de poder do seu grupo, sendo o nome forjado nas e pelas relações domésticas e de parentesco, lançado a um plano secundário no contexto da própria identidade pessoal. Até os membros de sua família passam a ser socialmente reconhecidos pelo vínculo corporativo do policial militar. [...] É possível mapear os usos dos seguintes termos para designar as famílias dos oficiais: o filho do coronel, esposa do major, namorada do tenente e muitas outras variações. Essas etiquetas de identificação podem ser usadas em várias situações como recursos de poder social (DAMASCENO DE SÁ, 2002, p. 15).

Faz-se possível perceber que a hierarquia e a disciplina funcionam como um mecanismo de controle e coordenação. Mas essa rigidez tem sentido de ser: ela funciona como exercício de poder disciplinar sobre os indivíduos, a fim de controlar, ainda que na vida privada, aqueles/as que integram o corpo policial. A expressão "cobrado" emerge com regularidade no diálogo com homens e mulheres da PMERJ, precipuamente entre praças, que se afirmam os "mais cobrados" no que se refere às classes institucionais. Nesse ponto, mesmo que mude de carreira, o/a agente sempre será entendido/a a partir do seu ingresso na Polícia Militar, em regra, motivo de orgulho. A vigilância do corpo policial sobre a conduta individual dos/as agentes tem no mote regulador das normativas disciplinares, o suporte a um sistema de prêmios e de punições que inclui, ainda, a possibilidade de prisão e expulsão por motivos disciplinares. A vida no entre muros da caserna irrompe fundada por uma vigilância que se instrumentaliza na governamentalidade dos sujeitos. A governamentalidade, para Foucault (2013), envolve uma série informada por procedimentos, cálculos e mecânicas que possibilitam o exercício de uma *práxis* constante e complexa de poder, calcada nos dispositivos de segurança e em um conjunto de saberes técnicos essenciais.

É na ostensividade do dever que comunica a-rua-e-a-caserna, que esses homens passam a se organizar e operar sobreimplicados pela dinâmica institucional. Para que o PM sustente os atributos distintivos que o enaltecem junto aos seus pares e ao público externo, faz-se necessário manter-se em estado de alerta sem vacilar no compromisso de honrar a farda e de assegurar sua credencial guerreira. Acontece que experimentar o perigo e a suspeita promove consequências ambíguas: administrar essa tensão no cotidiano das ruas, ao que parece, tem se constituído um empreendimento emocionalmente desgastante.

> Uma vez um Capitão falou assim pra mim: eu acabei de sair da Rocinha, eu acabei de combater. Aí eu vi o meu companheiro tombar. Eu não via nada, tava tudo escuro, tiro comendo, eu não sabia pra onde eu ia. Mas aí eu consegui me safar, eu fui embora. Eu fui pra casa. Eu lavei o rosto. Eu tomei café. Eu tentei dormir. Eu não consegui dormir. Acordei de manhã. Lavei o rosto. Tomei café. E eu tô aqui de novo (Cel. PM Médica Myriam Broitman - I Simpósio Nacional de Vitimização Policial, 2019).

Nas tramas da caserna, o que escapa, no entanto, por entre suas brechas? O que descobre passagem pelas ranhuras quando o imperativo é performar a fortaleza? Compreendendo a honra como um analisador e, portanto, como ferramenta que possibilita ver e falar as dobras do campo e os seus dispositivos, declarações como as da Subtenente Adinéa Trubat e da Coronel Myriam Broitman, parecem aludir algumas pistas importantes: “existe uma tendência de quando a gente fala de vitimização policial, lembrar aqueles policiais que são vítimas fatais e a gente então não lembra aqueles que acabam sobrevivendo a essa violência e convivendo com as suas sequelas”. Nessa direção, “de uma hora pra outra, aquele garoto superforte, super-homem, ele desaba. Não tem mais nada; não sabe para onde ele vai, o que vai fazer e como é que ele vai se movimentar”. As oficiais ainda acrescentam: “eles não percebem essa realidade de ficarem feridos gravemente e com sequelas permanentes, eles acham que ou vão viver ou vão morrer”. É nessa medida, que a Subtenente Adinéa encerra a sua participação no evento afirmando que a profissão do policial militar é parte da sua identidade e é justamente isso que ajuda a complexificar as suas questões: “se a gente é excluído da forma como eles são, do nada, de um dia para ou outro são fatalmente ou gravemente feridos, e o fato de serem gravemente feridos os afasta do serviço, então é uma nova identidade que se cria e isso é problemático, isso é muito chocante”.

A violência adoece, forja subjetividades, embrutece: o PM mata, morre, prende, é preso. Nas trincheiras da guerra, o processo de aniquilamento da humanidade policial submete os seus agentes à precariedade da vida. Estar na constante iminência do conflito armado revela-se como modo de ser (NOGUEIRA, 2013; PEREIRA, 2016). Nesse plano, no que implica o afastamento de um “operacional” das atividades de rua? E quando esse afastamento é consequência de uma sequela permanente que já não mais o permite honrar a missão vocacionada? E quando, porém,

as sequelas não se perfazem imediatamente visíveis no corpo, mas permanecem ali, quase que à espreita da ambição viril do homem experimentado na guerra? Por fim, no confrontar do não-humano/desumano da vida, o que sobra ao/do herói? Hiatos que nos ajudam, portanto, a cruzar outros terrenos, instigar novas análises e a compor, assim, a pesquisa nas fronteiras da caserna.

3.4 Quando o corpo tomba e a alma sangra: morte e luto na PMERJ

Receita para fazer um herói.
Tome-se um homem
Feito de nada, como nós,
E em tamanho natural.
Embeba-se-lhe a carne, lentamente,
Duma certeza aguda, irracional,
Intensa como o ódio ou como a fome.
Depois, perto do fim, agite-se um pendão
E toque-se um clarim.
Serve-se morto.

Reinaldo Ferreira – Um voo cego a nada, 1960.

O elevador a minha frente emitia um sinal sonoro que me impelia desviar o olhar a cada vez que suas portas se abriam. O fluxo de subida era grande e a composição dos que chegavam ao I Simpósio Nacional de Vitimização Policial, quase sempre a mesma: um PM homem, com alguma limitação aparente – seja pelo uso de próteses ou órteses –, acompanhado por amigos e familiares civis. O fluxo era demasiadamente intenso, devo repetir. No avançar do tempo e na iminência da liberação do auditório a sequência de pessoas que por ali ingressavam ficou ainda mais acentuada. Policiais militares que em função de suas restrições físicas tinham de fazer uso desse recurso como forma de acesso ao pavimento. Os demais, em sua grande maioria, optavam pelo curto lance de escadas que ligava os andares. A cada novo sinal que repercutia, as centenas de páginas lidas, as experiências partilhadas, as palavras escritas, os documentários assistidos, as histórias ouvidas, recebiam contornos ante os meus olhos. A vitimização policial se fazia ali; sonorizada pelo elevador, ela cortava o salão no corpo afetado pela guerra. O meu, como efeito, invadido por várias afetações, lembrava a importância de nos implicarmos em nossas pesquisas, recordava a potência daquilo que perturba, que escapa e desacomoda quando a tensão se instala. No cenário em que os "heróis" eram a todo tempo convocados – tanto no *banner*, no crachá, no convite publicado nas redes – pela bravura e supra-humanidade do seu fazer, corpos mutilados, anunciavam o que de mais precário esses homens carregam consigo por entre o terreno inóspito do *front* de combate: a fragilidade de suas vidas.

Próximo ao auditório, dentre galerias, painéis, armamentos e demais artefatos militares, um arco de boas-vindas exibia alguns tópicos de ordem: honra, sacrifício, destemor e heroísmo. Eles compunham a estrutura junto a imagens reproduzidas na exposição de um projeto artístico instalado ao final do corredor. Criado pelo policial militar e fotojornalista Alexandre Garritano, o "Projeto Foi Por Nós", apresenta um conjunto de fotos em preto e branco que retratam agentes da polícia feridos em serviço ou durante suas folgas, em função da profissão que desempenham. As imagens são definitivamente impactantes. Apesar disso, demonstram extrema sensibilidade. Suspensas por fios transparentes, cada uma delas conta, por meio de legendas fixadas, um pouco das histórias que exibem. Elas passam por lesões no crânio, por danos na coluna e nos órgãos, além de amputações dos membros superiores e inferiores. Elas contam, ainda, sorrisos, família, rotina de exercícios e outros cuidados, passeios e uma imensidão de experiências não traduzidas em palavras. Em uma das telas, Garritano – que não é um policial vitimado – carrega sua câmera fotográfica em mãos e detalha o projeto ao público:

> Heróis existem sim, de verdade, de carne e osso, porém infelizmente eles não voam, não atingem velocidade supersônicas e não são de aço. Eles *sangram*. Eles *morrem*. Mas sua luta é diuturna, sem trégua... Pensando nisso, e inspirado pelo fotógrafo norte-americano David Jay (The Unknown Soldier) decidi registrar através de minhas lentes e do meu olhar, esses *heróis anônimos* que hoje encontram-se nessas condições, não à toa, mas por um *ideal*; foi *por mim* e *por você*, cidadão carioca e fluminense. *"Foi Por Nós"* é uma série de fotografias de nossos policiais que foram gravemente feridos, alguns amputados, outros paraplégicos e tetraplégicos, mas que voltam com vida para suas casas, com suas marcas e sequelas, após terem sido atingidos em *combate*, porém com seus espíritos *intocados*, e mostram suas vidas em casa, com seus familiares e em seu dia a dia. Nós estamos acostumados a ver nossos ex-combatentes praticando esportes paralímpicos ou em tratamentos de fisioterapia; esses casos são verdadeiros, é claro, mas a grande maioria desses *heróis* não é vista pela população, eles apenas travam uma luta diária pela sobrevivência na tentativa de ter um pouco mais de qualidade de vida e dignidade, cada um em sua condição. *"Foi Por Nós"* não é sobre a *guerra* e nem tem intuito de apontar *responsáveis* ou *soluções*, mas pretende, sim, abrir um diálogo sobre questões que a maioria das pessoas não se sente confortável. As imagens podem ser perturbadoras para o espectador, talvez, mas a verdade é que a realidade nem sempre é *bonita*, e é isso que vou mostrar. A esperança é que as imagens expostas ultrapassem o simples conceito de *guerra urbana* e nos encorajem, *todos*, a procurar maneiras de nos envolvermos, em busca de um caminho que possa, um dia, nos levar a encontrar a tão sonhada *paz* [grifos do autor] (Alexandre Garritano – I Simpósio Nacional de Vitimização Policial, 2019).

Permaneci por um longo tempo lendo cada uma daquelas histórias. As imagens em preto e branco ganhavam cores quando vez ou outra seus protagonistas que, ali circulavam, posavam diante delas. Enquanto avançava pelo espaço, percebi certa aglomeração em frente a uma peça iluminada – pessoas se revezavam e tiravam fotos freneticamente. Cheguei mais perto tentando identificar o que era. Curiosamente, uma escultura feita com cartuchos de armas de fogo, davam forma a um militar amputado que, com ajuda de muletas, prestava continência ao que indicavam ser lápides de companheiros de farda. Rodrigo Camacho era o nome do artista responsável pela

obra[88]. A peça causou alvoroço entre os participantes do simpósio e fez despertar minha atenção a um movimento recorrente entre os PMs que ali estavam. Assim como na escultura trabalhada pelo artista plástico, a continência inaugurava a saudação do encontro. Quase que no sentido de uma automatização gestual, a continência se fazia evidenciar no movimento rijo de elevação da mão direita à própria cabeça. Cumprimento trivial, de fato, não fosse o caráter simbólico que o lado direito presta ao corpo de um homem da guerra quando se perfaz representativo da bravura, da virilidade e enquanto espaço do sagrado. De acordo com Schactae (2016), no mundo policial militar, a cabeça serve como sinal de reverência, exprimindo o reconhecimento das relações de poder e o condão do signo da honra no ordenamento institucional.

Em meio a um contexto repleto de códigos, símbolos, regulamentações e normatizações, o campo evidenciava a sua multiplicidade no tempo mesmo em que as experiências aconteciam. Na aparente trivialidade da saudação – acompanhada do uso parcimonioso e formal do conteúdo discursivo – a afirmação da hierarquia comunicava a vida na caserna em seus mínimos detalhes. O mundo da guerra opera, assim, as referências normativas do combatente ideal, condicionando modos de ser e de estar no mundo que ritualizam mandatos próprios da identidade institucional. Um passado de glórias e sacrifícios é admitido como temporalidade legitimadora de enunciados e práticas que se põem cotidianamente a atualizar. Do que Schactae ainda recorda (2016, p. 30): "o tempo da guerra e do combate é, nessa narrativa, o tempo da glória dos heróis que morreram lutando" e que se fazem reconhecer nas virtudes do homem guerreiro. Nessa leitura, os "heróis" são, pois, os herdeiros de uma masculinidade que disputa a fundação da identidade institucional. A tradição e o culto aos heróis patronos os tornam guias e modelos daquilo que então apreendem pela ordem do sublime que enfatiza as práticas organizacionais.

3.4.1 O grito eterno de um bravo guerreiro – ou, "mesmo com o sacrifício da própria vida"

> *Muitos de nós que aqui estamos hoje já perdemos alguém importante: um ente querido ou um algum amigo cuja vida foi prematuramente e injustamente terminada ou mutilada por um criminoso. O preço da missão ironicamente acaba se tornando o próprio motivo para que seja pago, numa sábia e cruel ironia; pois não há sonho mais belo e mais valioso que a nossa própria vida. Portanto, quando sentirem saudades daqueles que não estão mais entre nós ou revolta de ver os bons e justos tombarem ou a dor da precoce perda de alguém amado, lembrem-se de*

[88] Pesquisando mais sobre o artista, encontrei uma entrevista sua para o Jornal O Globo (2019). Na oportunidade, Camacho Artesão, como é popularmente conhecido, explica que as suas composições são produzidas com a sobra de projéteis disparados, na maior parte das vezes, durante os dias de treinamento dos/as agentes.

> *que as suas vidas serão perenes símbolos do valor daquilo porque lutavam, pois o que fazemos em vida ecoa na eternidade.*
>
> I Simpósio Nacional de Vitimização Policial, 2019.

Eu já compunha a massa de espectadores que havia se encaminhado ao auditório quando o filme foi anunciado pelo mestre de cerimônias. A partir dali uma série de outras apresentações tiveram sequência no ecoar das vozes daqueles que integraram as discussões do primeiro dia de celebração do evento policial. No curso do presente texto, recortes dessa experiência misturam – enunciada pela minha – essas e outras vozes, costurando os diversos fios do debate proposto. "Vestir essa farda faz a gente ser irmão. Então quando morre um policial morre alguém da nossa família, uma pessoa que a gente quer perto da gente", relatou, emocionada, a Cel. PM Viviane Duarte, fazendo coro ao que informava Mário Sérgio Duarte, ex-comandante geral da PMERJ, em uma das suas aparições no audiovisual projetado na grande tela firmada na parede do salão: "eu não sei quantas vezes eu fui ao cemitério cumprir aquela difícil tarefa, porque acabam sendo assim, de participar do momento derradeiro do sepultamento de um irmão de farda". Das várias nuances em diálogo, outra delas: a ideia comum da solidariedade fraternal que trama a entidade policial dando contornos ao "corpo militar". Muniz (1999), destaca o célebre espelho da Polícia Militar para refletir sobre o "*esprit de corps"* e o senso de missão[89]. Para a autora, a criação da identidade policial passa, em necessário, pela legitimação do *ethos* combatente.

O espírito militar advém, assim, dos símbolos provenientes da formação que os policiais recebem, sendo a PMERJ admitida como uma espécie de sacerdócio. Nessa imbricada relação, a fundação do *ethos* guerreiro denota uma composição de marcas subjetivas visíveis ao primeiro contato com o agente de segurança. Um dos seus efeitos precípuos é o erigir de certo sentimento de pertencimento na confluência dos laços de solidariedade, que cumprem um papel essencial no enfrentamento da rotina de trabalho. Frente a isso, o espírito de corpo, fabricado na imolação das vivências da caserna demonstra-se, então, inscrito no gesto dos policiais, na forma como se expressam, no modo como interagem e na maneira como ocupam os diversos ambientes sociais (MUNIZ, 1999). Na experimentação da vida aquartelada, a assimilação do "espírito de corpo" e o seu lugar na constituição do *ethos* policial irrompem como termos basilares ao conhecimento dos ritos institucionais que se sucedem ao longo da trajetória percorrida pelo/a agente da tropa. São ritos que se fazem ligados a atos de bravura e à gratidão dirigida ao operador pela dedicação

[89] Com frequência, códigos, signos e outros símbolos retratam, sob a ótica policial, a cena cultural que parece ser atravessada pela orientação pedagógica em torno do culto aos valores tradicionais e o desenvolvimento de preceitos organizacionais modernos. Discursos que expressam, portanto, a relação entre a tradição, os valores cultuados pela instituição, com expectativas em torno da modernização dos recursos e técnicas de trabalho (SOUZA, 2014).

à missão guerreira, em uma atmosfera de total incerteza e de elevada propensão ao risco (JOLY, 2017). É nessa paisagem, pois, do *front* de combate, onde a vida é precária, agindo em favor da honra encarregada, que o compromisso juramentado afirma o sacrifício da própria vida.

> Ao ingressar na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, perante a Bandeira do Brasil e pela minha honra, prometo regular minha conduta pelos preceitos da moral e da legalidade, cumprir rigorosamente as ordens legais das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria, ao serviço da Polícia Militar, à segurança da comunidade, *mesmo com o sacrifício da própria vida* [grifo nosso] (Juramento da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Lei nº 443/1981)[90].

A PM é uma organização de normalização de conduta (DAMASCENO DE SÁ, 2002). A conduta dos/as agentes é o objeto sobre o qual incide um compilado de normas e regramentos. Nesse âmbito, a construção da conduta policial objetiva instituir princípios éticos e disciplinares sobre os quais se sustentarão as decisões e atitudes dos/as agentes da segurança no cumprimento da missão. A valorização do sacrifício como um passaporte requerido à prática do solene ofício, o exercício da missão policial militar, parece se assentar, aqui, como uma interessante pista para pensarmos o processo de heroificação do homem-de-guerra, além da constituição do seu legado. Na matriz etimológica, o sacrifício encontra o seu fundamento no ato de revestir algo ou alguém de aura sagrada, fazendo-o tramitar entre a dimensão abjeta do profano e o atributo sublime do sagrado. Assim, colocar em pauta a razão sacrificial ao debater questões do campo da segurança pública, implica situar um ponto no qual o sacrifício se articula à agenda política. Diante disso, o sacrifício se constitui como recurso que faz ver e falar de uma produção discursiva que opera, na idealização do martírio enquanto ofício policial e na investida póstuma do "herói de guerra", a descartabilidade da vida de homens e de mulheres que combatem no *front*. Em nome de uma suposta luta do bem contra o mal, o léxico do herói mascara as precárias condições de trabalho, falseando-se, portanto, no mito do reconhecimento profissional. É esse, enfim, o pano de fundo de uma realidade que mesmo que perenemente atravessada pela justificativa da defesa da vida, tende a promover continuamente a morte – inclusive a de seus/suas operadores/as.

[90] Em dezembro de 2018, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), foi decidida a aprovação do Projeto de Lei nº 2.456/17, de autoria do deputado Paulo Ramos, que excluía um trecho do juramento realizado pelos novos policiais militares do estado em suas formaturas. A proposta solicitava a retirada da expressão "mesmo com o sacrifício da própria vida", pois, tal como apreende o autor, "o risco é inerente à profissão, não o sacrifício"; sendo esses, conceitos inteiramente diferentes: "risco é a probabilidade do perigo, sacrifício é privação". Todavia, em 2019, o projeto foi vetado pelo então governador Wilson Witzel, alegada a sua inconstitucionalidade.

3.4.1.1 Toque de silêncio: da elevação do guerreiro ao panteão de heróis[91]

> *Neste momento, está sendo sepultado o corpo do extinto Cb. Derinaldo Cardoso dos Santos, no cemitério Jardim da Saudade – Sulacap. E, por isso, em continência ao eterno guerreiro, separamos o Toque Militar Fúnebre. Descanse em paz, #HERÓI!*
>
> Twitter PMERJ, 2020.

Personagem incluído na história recente da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, o Cb. PM Cardoso entrou para a galeria dos heróis da polícia quase dez anos após o seu ingresso nas fileiras da Corporação, quando da repercussão dos registros filmados de sua morte violenta. No dia 04 de dezembro de 2020, o Cabo da PMERJ, Derinaldo Cardoso dos Santos, foi baleado ao atender uma ocorrência de tentativa de assalto a um comércio na cidade de Mesquita, região da Baixada Fluminense. Poucas horas após o crime os canais de mídia já noticiavam o ocorrido por meio de divulgações das imagens da câmera de segurança instalada no local, que captaram o momento exato em que o operador foi atingido na cabeça. A cena é forte, choca o espectador. O vídeo mostra o Cabo entrando na loja com sua arma em punho; os dois assaltantes aparentam estar encurralados e se esquivam por entre as prateleiras da loja. Utilizando-se da oportunidade, um deles alcança o policial e, a um tiro de curta distância, efetua o disparo que atinge a cabeça do PM. De imediato, o agente vai ao chão; os homens fogem em seguida. Cb. Cardoso, embora socorrido, chegou à unidade de saúde em estado gravíssimo, tendo que passar por uma cirurgia de emergência. Ficou internado, mas não resistiu. O falecimento do policial militar, de 34 anos, foi confirmado pelo Hospital Geral de Nova Iguaçu. O operador era casado e deixou dois filhos. A repercussão do episódio atravessou as semanas seguintes na atualização dos acontecimentos. Tempos mais tarde, a prisão de todos os quatro homens suspeitos de participação no crime que acarretou a morte do policial foi comemorada (G1 RIO, 2021).

Cb. Cardoso era figura ativa nas redes sociais. Após a sua morte, diversos de seus vídeos foram repostados, alcançando um grande número de pessoas. O principal deles, compartilhado também nos perfis da PMERJ, foi gravado dois meses antes do dia fatal. O policial aparece em uma viatura no curso de outro de seus serviços. Ele lamenta a morte de um Sargento, colega de farda, atingido durante operação das forças de segurança:

---

[91] Nos rituais fúnebres, o "toque de silêncio", em sua melodia melancólica, marca a despedida de um companheiro de farda tombado (SILVA, 2008). Esse é, portanto, outro símbolo do universo policial militar que faz lembrar aos seus agentes a busca por um ideal maior. Ofício cuja missão diferencia o herói do homem comum (SOUZA, 2014).

> Quando nós entramos na Polícia Militar, nós juramos sacrificar as nossas vidas em defesa da sociedade, em defesa de cidadãos que não nos conhecem, cidadãos que em muitas vezes nos criticam, mas isso não diminui a dor, não diminui o sentimento de perda toda vez que perdemos um irmão de farda. Estamos de luto, mas continuamos na luta. Apoie o trabalho da Polícia Militar! Estamos nas ruas por você (Cb. PM Cardoso – Perfil oficial da PMERJ no Instagram, 2020).

A página oficial da PMERJ ainda prestou agradecimentos e notificou os seus seguidores sobre o sepultamento do agente. Homenagens foram rendidas pela instituição e, ainda, por seus companheiros de farda, compreendendo, inclusive, os lotados nas entidades coirmãs. Postagens reverenciavam a memória do policial, com importante destaque à investida heroica que marcou seus últimos momentos de vida. No perfil do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, os "bichos" cantavam em lembrança ao homem de guerra durante Treinamento Físico Militar[92]: "herói nacional que tombou em missão/ na luta contra o crime em defesa do cidadão/ sem temer a morte enfrentou o perigo/ Cabo Cardoso jamais será esquecido". Discursos que comunicavam, pois, quais valores e moralidades são constantes na elevação do guerreiro ao panteão de heróis. O "ato de bravura" que levou ao desfecho trágico e precoce das trajetórias pessoal e profissional de Derinaldo Cardoso, também foi o mesmo que descortinou o seu reconhecimento como herói. A repercussão cruzou não apenas os muros institucionais, mas, ainda, o cenário político. Dentre a série de manifestações, foi protocolado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), um projeto visando à entrega *post mortem* da "Medalha Tiradentes" ao policial militar – o símbolo da mais alta honraria concedida pela instituição. A proposta foi então recepcionada, servindo-se da justificativa de que a homenagem representaria uma forma de "reconhecimento da Alerj à atuação heroica do policial em defesa da sociedade" (O DIA, 2020).

Em face da tragédia, a execução do Cb. PM Cardoso em serviço desvela-se um episódio significativo às narrativas que produzem a fisionomia do herói. Os ecos do assassinato do PM aguçaram o léxico repressivo do Estado, firmado no uso da violência como ferramenta de gestão de conflitos e manutenção da ordem urbana. Nesse plano, para explorarmos como o falecimento de um agente da Polícia Militar repercute na instituição, faz-se importante considerar que, nessa análise, o arbítrio policial e sua vitimização têm como medidas comuns, além da pressão interna da caserna, outra, operada no extramuros institucional. Fatores que, alinhados, se potencializam em razão da maneira como a política de segurança pública, no Brasil, é estruturada. Apreendida como a última fronteira contra os males sociais, à tropa policial militar é demandada a arrancada em meio a missões nas quais o balanço das vidas perdidas tem, no seu limite, qual seja a ponta

[92] As "canções de guerra" são entoadas pelo efetivo durante deslocamento no interior das escolas ou em atividades de condicionamento físico. São utilizadas como cânticos motivacionais para inspirar força aos alunos. Embora não sejam um recurso oficial, são aceitas e informalmente incentivadas. Segundo Pires e Albernaz (2022), cada pelotão, que constitui as turmas de formandos da PMERJ, tem as suas.

do fuzil, um resultado diuturnamente banalizado – mesmo que na exorbitância de seus números. É a partir dessa trama que, aqui, busco empenhar um panorama sobre a questão do risco policial, sua vitimização e implicações rotineiras, subjetivados por esses homens e mulheres da caserna, no que diz respeito tanto à vida profissional dos sujeitos entrevistados, quanto às forças e fluxos que produzem as políticas de segurança do estado (D'ELIA, 2015; JOLY, 2017).

Do que estamos falando, afinal, quando pensamos uma entidade que tem também como missão a proteção à vida, mas que, no entanto, tem aniquilado uma parcela considerável delas? As estatísticas sobre as polícias militares no Brasil evidenciam um padrão de atuação que abre margem para inúmeras críticas no que se refere à sua forma de atuação, função e mesmo à sua continuidade em tempos que se busca a consolidação dos pressupostos democráticos. Orientada por uma política de enfrentamento, as polícias estaduais agem de modo a manter a ordem acima dos direitos – também de seus operadores. Nesse sentido, tomados por um ofício com exposição frequente ao risco, esses agentes habitam a arena de batalha, em uma luta costumeira contra os inimigos públicos. É nesse limite, que o desafio à morte celebra o ideal ansiado pela instituição. Seus membros compreendem que tombar em serviço, no cumprimento da lei, representa vencer a finitude do tempo, fazendo-se imortal na glória eterna que, por sua vez, dá sentido à existência guerreira. A morte em serviço se perfaz, assim, na cultura policial, a régua máxima da entrega à missão vocacionada, na expressão do sacrifício em favor da lealdade à instituição e aos valores que ensejam a razão de ser um homem-de-guerra (SOUZA, 2014).

Assim, se por um lado assistimos a uma polícia que mata muito, por outro prisma vemos profissionais da segurança pública que morrem cotidianamente e em expressiva quantidade por conta de seus ofícios. Anualmente, a instituição enterra um número significativo de agentes que vão a óbito em decorrência de uma política que preza o confronto armado ou em função mesmo de patologias que se desenvolvem na exaustiva rotina de trabalho. Segundo números do Anuário Brasileiro de Segurança Pública sobre o perfil dos policiais assassinados em 2022, 98,4% desses profissionais eram homens, ao passo que 67,3% eram negros, sendo que a grande maioria deles estava dentro da faixa etária entre 40 e 44 anos, o que nos leva a inferir que os operadores mais experientes figuravam também dentre os mais vitimados no período estudado. Eles compunham os campos mais próximos à base hierárquica e, muitas vezes, encontravam-se nos dias de folga. Quando observamos as mortes por suicídio, temática permeada por silêncios e não-ditos, e que aponta pistas crucias à compreensão da cultura policial, paralelamente à estatística dos policiais que decidiram interromper a própria vida é, seguramente, a ausência de informações o dado que desperta maior atenção entre pesquisadores/as (MIRANDA, 2016; MARTINS; CRUZ, 2023).

> Os tabus em torno da saúde mental são frequentes no ambiente de trabalho da PMERJ. Policiais que sofrem de doenças mentais são rotulados pelos colegas e superiores por "malucos". Muitos dos policiais em tratamento psiquiátrico confessaram que os seus pares e superiores passaram a tratá-los com distância e estranhamento após a tentativa de suicídio. Essa rejeição pode ser explicada pela imagem do policial herói, guerreiro e missionário construída durante toda a sua formação. Muitas etnografias sobre a vida na caserna nos ensinaram que policiais militares são profissionais de segurança pública treinados para cumprir ordens sem direito de errar. O mito de heroísmo faz do policial um profissional inflexível e perfeccionista. Essa condição de rigidez acaba sendo cristalizada no adoecimento emocional, que muitas vezes pode levar à ideação suicida e ao planejamento da própria morte, e até o ato em si. [...] Quando um dos membros da PMERJ apresenta uma doença mental, ele rompe com os valores primordiais da corporação. A condição de adoecimento dos policiais se torna um fator secundário. A reação dos pares é, por vezes, de completo estranhamento deste novo sujeito. Sua enfermidade é ignorada e, para manter intacta a imagem do intrépido guerreiro, os pares daqueles que adoecem iniciam um processo contínuo de estigmatização/rotulação. [...] O comportamento suicida e o tratamento psiquiátrico, contam os policiais, estão correlacionados a estereótipos e punições [...] A indiferença dos membros da corporação (pares e superiores) está expressa na omissão de apoio institucional e no tratamento do policial (MIRANDA, 2016, p. 78).

A notável diferença entre a parcela de mulheres e homens mortos em atividades de rotina organizacional, igualmente, parece nos ofertar pistas acerca da conformação subjetiva que rege a cultura policial militar. Além do predomínio masculino no efetivo da corporação, a deferência desse público sobre o feminino, denota uma relação explícita e direta não somente com o menor tempo das mulheres na instituição, desde a sua incorporação, mas a manifestação da perspectiva heroica que se insere eminentemente masculina, sobretudo através de demonstrações constantes de força e coragem e afastamento de produções coletivas imbricadas ao dito universo feminino. Nos relatos de muitos dos meus interlocutores, a incorporação feminina nos quadros da PMERJ sugeriu o despontar de um caminho que impeliu e segue intensificando os riscos da manutenção de uma simbólica "autoridade da farda" ante o contexto de enfrentamento ao mundo do crime. No limite da questão, a presença do feminino é, então, assimilada, mesmo que nas entrelinhas, como elemento disfuncional à cena policial-militar-guerreira, que faz desse corpo "fragilizado" uma fonte de ameaça ao que se constitui como a verdadeira face da instituição. Um preconceito velado, que se reflete tão nocivo quanto àquele manifesto e confirmado.

Nesse tocante, quando tratamos de examinar o projeto de heroificação policial, dizemos de um ideal que, em suas capilaridades, produz, atualiza e se expressa em uma tendência comum de "vitimização policial" – categoria usada para se referir à violência praticada contra um agente policial, que gera efeitos de morte, lesões e afastamentos das atividades por questões de saúde física e/ou mental (MARTINS; CRUZ, 2023). Embora o olhar e as análises dessa seção estejam mais acentuadamente voltados ao espectro da vitimização pela morte do operador da segurança, Souza e Minayo (2013, p. 110), ampliam o conceito ao afirmarem que esse é um fenômeno que deve estar vinculado à trama de policiais "que sofrem lesões e traumas no exercício da profissão

e às consequências dos fatos traumáticos para si, a sua saúde, sua família, seus relacionamentos e o desempenho de sua profissão". O alargamento da compreensão nos serve como base para a consequente expansão da assimilação de que o tema da vitimização policial vai muito além do envolvimento com a vida profissional dos seus agentes, abarcando, ainda, atributos outros que invadem a intimidade da vida do respectivo grupo investigado. Isso posto, faz-se criar e tatear, enfim, os movimentos que se revelam em prol da "missão guerreira" quando, em tempos hostis, de naturalização das precariedades, a exigência de ir de qualquer jeito e vencer a todo custo, na ânsia da redenção, oferta redes de sentidos à criação de um legado – o legado do herói.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E a primeira...
Força, coragem e determinação
São valores incutidos em nossa formação
Soldados da 1ª, nosso lema é vencer
Aqui nós aprendemos a servir e proteger
Heróis aqui tombados sempre serão lembrados
Pelos feitos do presente e a glória do passado
No Rio de Janeiro, faremos a justiça
Assim será lembrada a 1ª Cia.
Legado de heróis, Brasil!

Turma I/2021 – 1ª Cia, 2022.

Era manhã de segunda-feira e eu terminava mais uma reunião com o Grupo de Estudos e Pesquisas Subjetividades e Instituições em Dobras, o GEPSID/UERJ. Criado no ano de 2012, o GEPSID é um grupo acadêmico que realiza projetos de pesquisa e extensão e tem como base a Psicologia Social, operada de modo crítico e engajado visando à produção conjunta de saberes teóricos e práticos voltados à garantia da liberdade, acesso à justiça e combate às desigualdades. O encontro havia sido virtual; confesso hoje não lembrar se ainda devido à rotina pós-pandemia. Fato é que, no momento da reunião, enquanto discutíamos uma parte do trabalho de qualificação de mestrado de uma das integrantes, movida pelo entusiasmo que o debate gerava, decidi enviar uma mensagem pelo Instagram da página oficial do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMERJ. O objetivo era intentar descobrir quando seria a data da próxima formatura dos alunos, à época, ainda em processo de curso formativo. Um desejo que acompanhava o meu fluxo de escrita e que o surto da COVID-19 fez adiar os planos. Em tempo, tinha me dado conta que a posição de candidata no processo seletivo para o quadro temporário de Oficiais da Saúde da Polícia Militar se perfazia um passaporte interessante à economia de novas explicações sobre os meus possíveis reais interesses em pesquisar a/na caserna. Não hesitei em acioná-lo:

> Bom dia! Sou Bárbara, doutoranda em Psicologia Social na UERJ e estou participando do processo seletivo para Oficiais temporários da PMERJ. Gostaria de saber se já há alguma definição sobre a data da próxima formatura dos alunos em curso, pois tenho interesse em poder acompanhar essa cerimônia presencialmente. Agradeço a atenção! (Diário de Campo – Rio de Janeiro, 16 mai. 2022)

A resposta chegou antes mesmo do fim daquele que era o primeiro compromisso do dia. O rápido retorno, além dos códigos constantes na mensagem, animaram os meus mais recentes intentos. Não obstante a imprecisão acerca da data do evento, saber que ela seria divulgada pela página da instituição assegurava, pois, ao menos até aquele momento, o meu comparecimento.

O evento parecia uma oportunidade vantajosa. Ansiava experienciar as interações entre o corpo de formandos, seus familiares, a PMERJ e meus afetos. Quais seriam os efeitos desse encontro?

> Olá, Bárbara. Bom dia! Parabéns por estar passando pelo processo seletivo da nossa amada corporação! Temos certeza que com tamanho conhecimento poderá contribuir bastante na saúde mental de nossos heróis! Ainda não há data definida para formatura da próxima turma de praças, mas divulgaremos assim que for confirmada. Quanto aos alunos oficiais, os mesmos incorporaram este ano, e o curso tem duração de dois anos. (Diário de Campo – Rio de Janeiro, 16 mai. 2022)

A devolutiva me permitia seguir rascunhando trajetos e desenrolando os fios da escrita, que por algum tempo se viu comprometida. Eu precisava visitar outros espaços, percorrer outras fronteiras do entre muros, deslocando-me da paralisia que o medo da suposta traição provocava. Por conta do período de férias da Cb. Feitosa, minha principal interlocutora dentro do batalhão, havíamos combinado que eu retomaria as entrevistas somente após o seu reingresso no trabalho. Com o fim da reunião, era hora de organizar a rotina da semana: separar a bibliografia da seção em andamento, estipular o que seria incorporado ao texto de algumas linhas esboçadas, revisitar o calendário e mapear outras obrigações. Um fazer que se repetia, enfim, a cada nova segunda-feira e me ajudava no ofício de conciliar as demandas da vida, o tempo de estudos para concurso e as demais atividades acadêmicas. Em um dos meus grupos de *WhatsApp*, o alerta: "viram que temos novas nomeações"? Com o celular em mãos, abri mais uma aba do navegador e procurei o Diário Oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. No amontoado de suas páginas, a confirmação: dentre os nomes listados para ocupar o quadro de servidores daquela instituição, na área de referência aos profissionais psicólogos, alcancei o meu, que se fez visível de pronto.

"Fora de forma": na iminência do ponto final, notas que ecoam[93]

Com marcha orquestrada e energia no cantar, o pelotão da Turma I/2021 chegou ao pátio do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças 31 de Voluntários – CFAP/PMERJ. Eram homens e mulheres que haviam participado do último concurso para praça da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, ainda em 2014. O primeiro pelotão a se formar no ano. Passavam por ali, naquele dia, 388 futuros soldados da PMERJ. O governador do estado em exercício, Cláudio Castro, já havia garantido que pretendia convocar, muito em breve, todo o quadro de aprovados dentro do número de vagas. O intuito era a divulgação, no ano seguinte, de um novo edital após o tempo transcorrido. Uma fumaça azul tomou a paisagem, os instrumentos de sopro conferiam a passada ritmada dos formandos. Enquanto a tropa que avançava se servia do fardamento cinza

[93] O "fora de forma" está presente na caserna como um ritual de encerramento das atividades, no relaxamento da posição exigida do corpo.

chumbo, comum nas ruas da cidade, a banda da PM e os demais, instalados no alto do palanque, vestiam uma combinação de calça preta, blusa azul meia manga e uma cobertura de cabeça que, nos detalhes, deixava ver alguns tons em dourado. A solenidade, realizada no bairro de Sulacap, Zona Oeste da cidade, contou com a participação de autoridades públicas, agentes da segurança, bem como uma legião de familiares e amigos dos/as alunos/as formandos/as. Idosos, adultos e crianças – algumas estampavam, inclusive, reproduções mirins da indumentária policial militar – acompanhavam a cerimônia embaixo de uma extensa estrutura de ferro coberta por uma lona providencial àquele dia de calor típico. Extasiado, o público podia se fazer ouvir a cada vez que vibrava com uma nova performance do rito de passagem.

A solenidade fazia parte do processo de recomposição do efetivo promovido pela gestão atual, que se dizia interessada em fortalecer o policiamento ostensivo e os projetos de segurança pública locais. O governador, ao enunciar algumas palavras, cumprimentou os/as formandos/as, parabenizando-os/as pela conquista e frisando, pois, o seu desejo de seguir provendo incentivos à Polícia Militar e trabalhando em favor da defesa da vida policial: "hoje é um dia de festa e os senhores entram no rol dos heróis. [...] Honrem essa farda, as suas famílias e o nosso estado", declarou. No muro, em letras negritadas, a inscrição: "Nós somos o CFAP". Reunidos no pátio, deu-se início à exibição do Hino Nacional. O Major-Capelão, um dos Oficiais convidados, foi chamado ao púlpito para "proferir a fé cristã". Recordou que há alguns anos era ele quem jurava a bandeira e vivia a emoção da grande conquista. Em suas palavras, sentia-se como um "irmão mais velho daqueles jovens alunos", o que o impelia ao dever de compartilhar a sua experiência: "senhores, o bom policial é o que adquire a capacidade de suportar os obstáculos da vida e que compreende não haver obra de um único homem sozinho", dizia, sobre a necessidade da tomada do senso de corpo nos limites da caserna. Conduzindo a oração do Pai Nosso, foi acompanhado pelos demais convidados no "ato de consagração". Com braços levantados e as mãos estendidas na direção do pelotão, clamavam todos, em uma só voz, a fé coletivizada.

A Turma I/2021 carregava o nome do seu patrono. Aluno do CFAP, o operador foi outra vítima da COVID-19 que veio a óbito após complicações respiratórias provocadas pela doença. Homenagens foram remetidas a seus familiares. Para a leitura da Ordem do Dia, o Comandante daquela casa tomou a palavra. Em seu discurso, o oficial exaltou a instituição e encorajou os/as nobres guerreiros/as da PMERJ – todos/as harmoniosamente enfileirados/as frente ao palanque: "se as ações estratégicas são importantes para o aprendizado, nossos valores são fundamentais. Eles são atemporais e inegociáveis", fez questão de sublinhar. O Secretário de Estado da Polícia Militar, igualmente, não se deixou furtar do discurso. Na sequência, distintivos militares foram entregues ao governador e às outras autoridades. Os três alunos com os melhores desempenhos

durante a formação, foram chamados para o recebimento do diploma e do armamento individual acautelado. Além do recurso nominal, os números das suas identidades funcionais foram usados na convocação ao centro do palco. Em compromisso juramentado, perante o pavilhão nacional, declararam o "sacrifício da própria vida". Já próximo ao encerramento, findando a solenidade, nos versos da Canção do Policial Militar do Rio de Janeiro, asseveraram os presentes na cultura musicada: "ser policial é, sobretudo, uma razão de ser; é enfrentar a morte mostrar-se um forte no que acontecer" – repetiam ao preencherem seus pulmões de ar.

Outra nota no clarim. No toque, o momento mais esperado: o último "fora de forma" da Turma I/2021. Em posição de "sentido", com troncos eretos e braços esticados lateralmente ao corpo, a tropa interrompe o silêncio com seu brado. Destacado do restante do pelotão, um único homem encaminha o coro: "e a primeira...". De imediato, os/as formandos/as retumbam: "força, coragem e determinação são valores incutidos em nossa formação [...]". A câmera que atravessa por entre as fileiras, captura um léxico que extravasa ao que sai na voz. Seus olhares estão fixos, a tropa brada com firmeza, mesmo quando alguns versos ousam tremular. O esforço para manter o choro contido, já se revela perceptível. Finalmente, a arrebentação: "legado de heróis, Brasil"! A cobertura ganha o céu, alguns guerreiros, com os seus joelhos, tocam o chão. No pátio solene, os novos soldados rezam, abraçam, beijam, cumprimentam-se e parabenizam-se uns aos outros. Posso ver as brechas, as fissuras que se fazem no campo. Acompanho tudo pelo telefone celular. No meio da tropa, civis buscam os/as seus/suas filhos/as, pais/mães, irmãos/irmãs e amigos/as. A transmissão no Instagram é concluída; rolo o *feed* e vejo as fotos do evento sendo, aos poucos, publicadas. Salvo as anotações e insiro o novo documento em uma pasta aberta no computador.

Da sala de embarque, esperando o voo de conexão, inicio um novo ciclo rumo a Manaus. A formatura dos praças, em uma infausta coincidência, ocorreu no exato dia em que me despedi do Rio, pouco mais de um mês após a troca de mensagens. Ainda foi possível retornar e revisitar o batalhão, o que me permitiu cruzar com outros interlocutores. Inevitável não arriscar imaginar como se sucederia a experiência de pesquisar a caserna pelo "lado de dentro" – mesmo que com ressalvas – de seus muros. Nesse espaço-tempo, o resultado da seleção para o corpo temporário de Oficiais da Saúde provia a mim doze meses como Psicóloga da PMERJ. A lista de aprovados tornou-se pública enquanto eu ainda organizava a minha mudança. Àquela altura, a decisão de morar em outro estado, me fez constar dentre o quantitativo de faltosos no dia da apresentação. Enquanto eu assistia à formatura dos soldados na parte interna do aeroporto, algumas questões: quais as tramas possíveis se agora a pesquisa fosse costurada no dentro? Que outras fisionomias se expandiriam se não a da esquerdista-sob-suspeita, a filha-inexperiente ou a psicóloga-aliada? Que outras linguagens, formas, símbolos, reflexões, tensões e/ou (des)autorizações fabricariam

o campo? No conjunto da multiplicidade de percursos e da geração de afetos, que outras dobras-e-desdobras mais se conformariam, afinal?

"A tela do celular" – simultaneamente curioso e sintomático começar o texto e construir as suas linhas finais assim. No acesso ao campo, do estreitamento à abertura de possibilidades, pela imposição do vírus ou no desejo de me aventurar por novos caminhos, seja como for, essa é uma pesquisa, inexoravelmente, atravessada pela crise pandêmica e mediada pela apropriação dos recursos tecnológicos. Todos os adiamentos, recuos, investidas, encontros e os recomeços, passaram pela COVID-19. Dentre as suas inúmeras consequências, a pandemia criou uma nova realidade social e acadêmica na cena da produção científica mundial (GOFFMAN *et. al,* 2020; MATA; ALCANTARA, 2021; JAQUES, 2022). Não sem razão, em 2021, a CAPES divulgou o edital "Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação – Impactos da Pandemia". Com esse empreendimento, o órgão buscou oferecer financiamento a projetos que tinham como interesse de estudo os reflexos culturais, econômicos, históricos e sociais resultantes da disseminação do recente vírus. As propostas contempladas englobaram as cinco regiões do país (CAPES, 2022). Sem dúvidas, nos próximos anos, esse se constituirá um material valioso à apreensão dos efeitos da pandemia nas nossas vidas e no rumo das nossas pesquisas. Por ora, compartilho das palavras de Melicio (2020) ao pensar as expressões da Psicologia no curso do drama sanitário e aventuro uma pequena adaptação em seus movimentos, de modo a refletir a experiência de fiar essa tese:

> Mas o que é a [pesquisa cartográfica em] psicologia nesse processo? [...] Sendo um campo que acompanha a produção de subjetividades e as potências e os desafios dos modos de existência, ela entra na carne, no osso e nas vísceras de tudo aquilo que a vida se arrisca. Transforma-se nos ritmos em que se transforma(m) o(s) mundo(s). Ritmo este que nem sempre é compassado. Trata-se de um ritmo de curvas, das quais não conseguimos decifrar suas subidas, descidas e picos. Vivemos em elipse, com constante retorno ao ponto inicial em que não sabíamos o que estava por vir. [...] O espelho já não reflete o familiar e o estranho definitivamente faz a sua morada nos poucos locais onde nos sentíamos seguros. Ficamos esgotados e esgotadas, mas seguimos (?). A crise, que sempre tomou corpo nos processos de mudanças históricas, agora se instala capilarmente em todos os cantos e encruzilhadas. [...] Mais do que nunca vivemos e experienciamos um constante devir. Um devir-outro, sempre outro, sempre outrem, sempre diferente. Expressar a [pesquisa cartográfica] em psicologia em tempos de pandemia é definitivamente não ter algo em definitivo; é um fazer constante, um fazer heterogêneo [grifos nossos] (MELICIO, 2020, p. 226-227).

Por aqui, uma tese que vai ganhando os seus contornos finais. Mas não é, em necessário, um texto finalizado o objetivo desta pesquisa, e sim o trajeto, o que foi possível construir nessas páginas a partir do campo, implicando na geração de diferentes interações, variados significados e novos questionamentos. A cartografia foi o artefato metodológico que fez dessa pesquisa uma investida possível. Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) e demais autores/as (ROLNIK, 2014; PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009) tomam a cartografia nesse contexto: como promotora

de conexões, em meio a processos complexos e episódios cotidianos, produtores – e produto – de certo território existencial e subjetivo. Uma cena coletiva que é, portanto, relacional. Política, porque envolve interações entre forças e se expressa articulada, ainda, com a ética, que, por sua vez, parte de um conjunto de critérios e referências para existir. Esse é um tipo de metodologia que também se revela estética, ao passo que é por meio dela que se dá forma à série referenciada, constituindo modos de expressão para as relações e para o próprio plano existencial.

É nesse tocante, que cabe dizer que a cartografia é o estudo das relações de forças e dos fluxos que compõem um solo específico de experiências– tal qual as experiências da/na caserna. Na contramão de saberes tradicionalistas, como um rizoma, não há sentido em dizer de trajetos definidos ou procedimentos fixos a serem seguidos, nem entradas, saídas e/ou centro, tampouco ligações que se pretendem rígidas. Trata-se, assim, da aposta em um processo de construção do conhecimento capaz de conectar pontos de qualquer natureza, ou seja, da constituição de platôs, que referem arenas de multiplicidades e intensidades conectáveis (LEMOS; OLIVEIRA, 2017). Ao enveredar por análises amplas, abertas e irrigadas de subjetividades, o/a pesquisador/a pode seguir de maneira não-linear o seu acompanhamento. Falo de um processo que vai se dobrando e desdobrando e assumindo dimensões que orientam a pesquisa para uma imensidão de lugares. A metodologia cartográfica sugere, pois, uma direção inversa. Isso quer dizer que essa reversão consiste em um investimento na experimentação do pensamento, isto é, na aposta de um método que se afasta da ideia do estabelecimento de regras a serem aplicadas, mas que é experimentado quando do acompanhamento da paisagem – um processo de criação que se reinventa na prática (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009).

> Cartografar o subjetivo tem a ver com atender as conexões que ele estabelece com o mundo no presente. Nessa perspectiva, uma pesquisa não desenha um mapa fixo ou histórico, mas estuda as relações, os encontros com o mundo, as forças em movimento desprendidas nesses encontros enquanto eles acontecem (FARINA, 2008, p. 10).

No método cartográfico, acompanhar a paisagem exige um esforço constante, visto que ela sempre se altera, a cada novo acoplamento e a cada nova ligação. Não se ambiciona, assim, seguir por um caminho linear na direção de um fim específico. Contudo, o interesse pelas pistas que se fazem no percurso é o que oportuniza descrever, discutir e coletivizar a experiência que acontece, cabendo ao/à cartógrafo/a, no exercício da construção ativa do conhecimento, a tarefa de mapear as forças e os fluxos do campo e estabelecer as suas conexões (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009). Envolvendo-se com a paisagem em transformação, os objetivos mesmos da pesquisa e os seus modos de fazer podem se alterar. O rigor metodológico, aqui, é tomado na qualidade dos interesses, do comprometimento e da intervenção (LEMOS; OLIVEIRA, 2017).

Dessa forma, o/a pesquisador/a revela-se não através da coleta de dados, mas em sua produção que se dá em meio a "avanços e nas paradas, em campo, em letras e linhas, na escrita, em nós, a partir do reconhecimento de que o tempo todo estamos em processo" (AGUIAR, 2010, p. 2).

É nesse plano, que concluir o presente texto, de forma categórica, delineando o que salta e sintetiza as experiências vividas, tem parecido tarefa complexa e, expressamente, desafiadora. Diante disso, escolho trazer nessas linhas finais algumas questões sensíveis que foram dispostas no curso da tese sem, no entanto, ambicionar resolver dilemas ou encerrar discussões. São notas que fazem afetar, por vezes, capturam, e que, por isso, devem prosseguir em debate, produzindo outras forças, disputas e agências. A segurança pública é reduto múltiplo, complexo e, não raro, imprime armadilhas. Nessas páginas, proponho avançar por uma trama que confere visibilidade a caminhos que têm sido trilhados, com certa hegemonia, no plano da segurança pública e, mais notadamente, na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, tomo dois dispositivos que entendo como recursos centrais para fazerem ver e falar os binarismos do campo. Destarte, "gênero" e "guerra" assumem posições preponderantes nesse trabalho. Ambos são dispositivos potentes à emergência de certos analisadores que permitiram tensionar as forças em circulação.

Como discutido ao longo de toda a tese, são dispositivos que marcam e constituem esta pesquisa desde a constatação de um quantitativo muito maior de homens nas fileiras da PMERJ – bem como em outros estados –, até a naturalização de que são os homens os protagonistas do *front*. Embates em cuja identidade masculina aparece atrelada à disposição para matar e morrer. Na cena, uma mulher fazendo pesquisa nos limites da Polícia Militar fez Cb. Feitosa questionar se haveria mesmo interesse em tê-la como interlocutora, mesmo quando do desejo verbalizado. Uma dúvida que parece falar sobre como o gênero se desvela na polícia e conduz à formulação da identidade policial militar. Ser forte, destemido, ter hombridade e estar disposto ao sacrifício no cumprimento da missão consagram esses operadores que têm orgulho de anunciar quem são. A contenda os sustenta, na rua o guerreiro se forma e o "espírito de corpo" é, então, fortalecido.

Perceber-se como e tornar-se herói também funda o corpo da PM seja no seio doméstico, frente aos filhos, seja no reconhecimento corporativo dos pares, como no evento que presenciei. Nessa seara, a heroificação policial, igualmente, se perfaz na cena pública em meio a situações validadas pela população. No entanto, a alta letalidade da polícia fluminense, o desrespeito com moradores das áreas favelizadas e a contribuição para o genocídio da população preta, pobre e periférica parecem ser os traços nodais de desprestígio dessa instituição que teria, em princípio, função de "servir e proteger" a coletividade. Em resumo, esse é um trabalho que, a todo tempo, tratou do esforço de apostar em trajetos interessados no tensionamento e na problematização de ideias dominantes que edificam lados rivais quando das discussões securitárias. Creio que essa

seja mesmo uma prática diária, incansável, ante uma agenda de debate complexa. Na trincheira, vias de compreensão de que tratamos de um tema que passa por pautas legalistas e policialescas, mas que, sobretudo, expressam a produção de mundos, das forças que se subjetivam e, por isso, também dizem respeito a um conjunto de ações cotidianas, tramas indissociáveis.

Em um país democrático, as polícias não podem matar e morrer como matam e morrem no Brasil. Os dados apresentados revelam uma estrutura fragmentada, que se expressa por meio de indicadores inconcebíveis. Muito de toda a cobrança pelo desenvolvimento de respostas para o fenômeno criminal é imputada, pois, às polícias militares – a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro não é uma exceção à regra. Demandados à resolução do problema, sem uma agência de controle efetivo e diretrizes controversas, encontram terreno fértil à prática de abusos e ações arbitrárias. Nesse composto, uma sociedade com medo. Um medo maximizado por um projeto político predatório de insegurança que nutre discursos de ódio, prolifera intolerâncias e amplia os espaços de exclusão. O aparelhamento desses aspectos seduz e, em certa medida, se vê como medida de acolhimento em face da recorrente exposição ao abandono. O discurso simplório do recrudescimento da guerra contra "inimigos" disputa narrativas e faz vencer eleições, sabemos muito bem disso. Enquanto isso, mais uma vida perdida estampa os jornais. O corpo matado ou que deixa morrer, na maioria das vezes, é um corpo conhecido, ele fala de uma herança colonial. Quanto maior o medo, na mesma proporção, a oportunidade de liquidação de um compilado de direitos – a escalada fascista avança. O seu fortalecimento é inegável e seus efeitos assustadores.

A identificação policial com os discursos em ascensão ultrapassa a via da adesão a certos modos autoritários de instrumentalização do trabalho na segurança pública, calcados no modelo militar de administração. Sugerir esse caminho é um movimento tentador, no entanto, ele parece simplificar toda as capilaridades do problema à existência de uma polícia e a sua gestão militar. Não sem razão, uma atuação da Polícia Civil no Jacarezinho deixa o rastro de 29 mortos, dentre eles, um de seus inspetores (CNN, 2021). O que se percebe, ao contrário, é uma forma de operar bastante semelhante. O fato impele indagações a narrativas cristalizadas na temática do modelo de gestão – certamente, um arranjo passível de críticas, desde que não encerrem ensimesmadas. Esse é um problema que se institui por meio de uma estrutura de combinados mais abrangentes. Em um sistema de polícias fraturadas, nota-se com maior intensidade as cobranças endereçadas às instituições estaduais. Para Íbis Pereira, em entrevista ao Intercept Brasil (2022), isso ocorre porque a Polícia Militar está em "maior em número e está presente no dia a dia, nas ruas. Então, na ausência de uma arquitetura bem definida e eficiente no controle do crime, essas instituições, que são muito demandadas e têm que suportar o ônus da cobrança, se sentem muito solitárias". Esse isolamento implica um diálogo que se faz encaminhar apenas para dentro dos seus muros.

Sentindo-se incompreendida, injustiçada e, ainda, desvalorizada, o clamor da polícia ao heroísmo ganha contornos significativos e se constitui em uma forma de lidar com as suas dores. Em último exame, os agentes tornam-se presas fáceis de um discurso eleitoreiro. Na apreensão do ex-comandante geral, quando surge alguém se dizendo interessado na instituição, propondo enunciados favoráveis, inscreve-se a sua adesão como possibilidade alternativa ao isolamento. Nesse tempo, o discurso da autonomização ganha força por meio de *práxis* discursivas. Faz-se daí um paradoxo: a fragmentação é uma das vias problemáticas que, ainda assim, as instituições buscam alcançar. Ao que Íbis Pereira busca discorrer:

> É mais do que o simples saudosismo [ao modelo autoritário], é um reflexo também do fato de não termos conseguido um modelo adequado para lidar com a segurança pública. Como se a segurança pública se resolvesse com um salvador da pátria, na verborragia, e com uma aposta cada vez menor no planejamento, com planos bem estruturados. [...] Por isso também surge esse fenômeno atual da autonomização das instituições policiais. [...] E aí você tem que tolerar muita coisa quando dá mais autonomia e diz "dá o jeito de vocês". Esse "dá o jeito de vocês" comporta o risco de o policial enxergar possibilidades de ganho. Você perde o controle. E aí vemos o surgimento dos matadores de aluguel, da milícia. [...] Somos vítimas de um ciclo vicioso, o remédio é o veneno. A autonomia das polícias é o próprio veneno (INTERCEPT BRASIL, 03 jan. 2022).

Isso não faz, contudo, que não tenhamos que nos preocupar com a reforma desse sistema como um todo. É preciso que estejamos atentos/as a um cenário que insiste em se afirmar como guerra, produzindo leituras dicotômicas da realidade. Diante disso, encarar o tema da segurança pública é um dos nossos maiores desafios quando pensamos as ameaças ao estado democrático. Frente à uma participação um tanto quanto esvaziada, bifurcar parece, cada vez mais, considerar a urgência de uma participação coletiva como ponto de virada – o que é a minha maior aposta. Voltar o nosso olhar ao desafio que encaminha o debate da segurança pública é admitir que essa é uma temática também comprometida com questões que se desdobram no campo da produção de subjetividades (BICALHO; BARBOSA; MEZA, 2015). E o que isso revela? Significa dizer que estamos tratando de um tema constituído pela maneira como pensamos, agimos e sentimos no mundo, além do modo como produzimos a nós mesmos e o que elegemos segurança pública. Isso posto, discutir segurança pública e, portanto, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, impele convidar os/as seus/suas operadores/as ao diálogo. Além da forma como aconteceu todo o processo de transição democrática, construindo um "novo" capítulo para a segurança pública, parte da cena desastrosa que acompanhamos também exprime a nossa dificuldade de conseguir disputar narrativas pela desconstrução dos binarismos que irrompem.

O mundo "sangue azul" impõe restrições tanto a uma visão heroificada do que se produz por entre as suas fronteiras e, ainda, a uma concepção bestializadora de polícia, enquanto corpo

oponente. Essas são figuras subjetivadas, que procuram encerrar os modos de existência, isto é, formas de ser e estar no mundo, em séries pré-definidas, não neutras, visto que fundam posições e territórios que funcionam a serviço da invenção de realidades um tanto quanto características. Diante disso, parece urgente a necessidade de seguirmos apostando, cada vez mais, em debates atentos às ciladas que enrijecem e simplificam, de maneira sutil, a feitura de rumos alternativos tramados no interesse pelo direito à vida, e nas suas múltiplas potencialidades. Prática contínua de composição coletiva, estreitamento de vínculos e fortalecimento de redes que oportunizem que as análises críticas não sejam reduzidas somente a denuncismos, mas figurem-se no campo de proposições articuladas, conformadoras de outras paisagens e de outras realidades possíveis. Por aqui, "fora de forma": provisoriamente, me despeço. Esse é um trabalho em aberto, que não se faz pretenso em esgotar-se nessas linhas. Um ponto final que em si ecoa notas de reticências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. Primeira morte por COVID-19 no Brasil aconteceu em 12 de março. *Agência Brasil.* Brasília, 28 jun. 2020. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/primeira-morte-por-covid-19-no-brasil-aconteceu-em-12-de-marco. Acesso em: 11 fev. 2021.

AGÊNCIA BRASIL. Sobe para 233 número de mortos pelas chuvas de fevereiro em Petrópolis. *Agência Brasil.* Brasília, 04 mar. 2022. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-03/sobe-para-233-numero-de-mortos-pelas-chuvas-de-fevereiro-em-petropolis. Acesso em: 03 mar. 2023.

AGÊNCIA BRASIL. Zanin suspende concurso da PM do RJ por restrição para mulheres. Ministro entende que elas devem disputar todas as vagas. Brasília, 23 out. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-10/zanin-suspende-concurso-da-pm-do-rj-por-restricao-para-mulheres Acesso em: 24 out. 2023.

AGUIAR, Lisiane Machado. As potencialidades do pensamento geográfico: a cartografia de Deleuze e Guattari como método de pesquisa processual. *Congresso Brasileiro de Ciências da Computação*, 2010.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *A guerra não tem rosto de mulher.* Tradução de Cecília Rosas. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALBUQUERQUE, Elizabeth Maciel de. *Avaliação da técnica de amostragem "Respondent-Driven Sampling" na estimação de prevalências de doenças transmissíveis em populações organizadas em redes complexas.* 2009. 99f. Dissertação (Mestrado em Ciências na Área de Saúde Pública) – FIOCUZ, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

ALBUQUERQUE, Carlos Linhares; MACHADO, Eduardo Paes. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. *Sociologias,* n. 5, p. 214-237, 2001.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. *In:* SOLANO, Esther (org.). *O ódio como política:* a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

ALVES, Cláudio Eduardo; MOREIRA, Maria Ignez; JAYME, Juliana Gonzaga. O binarismo de gênero nas placas de banheiros em espaços públicos. *Psicologia & Sociedade*, n. 33, p. 1-18, 2021.

ALVES, Flávio; BARCELLOS, Sérgio. *Toque de silêncio:* uma história de homossexualidade na Marinha do Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

ANDRADE, Nayhara Hellena Pereira. *Coturno rosa e ordem unida:* uma análise da homofobia entre policiais militares na Paraíba. 2017. 118f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Núcleo de Cidadania, Políticas Públicas e Direitos Humanos, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

ARAÚJO, Tatiana dos Santos. Mulheres em fardas policiais militares no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública,* v. 11, n. 1, p. 74-96, 2017.

ATÁSSIO, Aline Prado. A formação profissional dos militares e a lógica da distinção hierárquica. *Saberes em perspectivas,* v. 5, n. 11, p. 25-36, 2015.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HERÓIS DO RIO DE JANEIRO. *Estatuto.* Rio de Janeiro, 10 jan. 2020. Disponível em: https://www.heroisdoriodejaneiro.com/sobre/#single/0. Acesso em: 20 abr. 2020.

BARCELOS, Thainá do Nascimento *et al.* Análise de fake news veiculadas durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. *Rev. Panam. Salud Publica,* n. 45, p. 1-8, 2021.

BARCINSKI, Mariana; CÚNICO, Sabrina Daiana. Mulheres no tráfico de drogas: retratos da vitimização e do protagonismo feminino. *Civitas, Rev. Ciênc. Soc.*, v. 16, n. 1, p. 59-70, 2016.

BARROS, Regina; PASSOS, Eduardo. Transversalizar. *In:* FONSECA, Tânia; NASCIMENTO, Maria Lívia; MARASCHIN, Cleci (org.). *Pesquisar na diferença:* um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012.

BATISTA, Nilo. Política criminal com derramamento de sangue. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade,* v. 3, p. 77-94, 1998.

BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BBC NEWS BRASIL. O que se sabe sobre o caso do PM morto na Bahia após atacar colegas durante "surto". *BBC NEWS BRASIL,* 29 mar. 2021. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56570771. Acesso em: 20 abr. 2021.

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Contribuições da Psicologia para a construção da democracia e garantia dos Direitos Humanos. *In:* CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (org.). *Psicologia e Segurança Pública.* Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, São Paulo: CRP SP, 2016.

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. *Subjetividade e abordagem policial*: por uma concepção de direitos humanos onde caibam mais humanos. 2005. 198f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BICALHO, Pedro Paulo; BARBOSA, Roberta Brasilino; MEZA, Ana Paula Santos. Juventude no fogo cruzado: o governo da vida e as políticas dicotômicas de segurança. *EdPUCRS*, n. 1, p. 205-220, 2015.

BITTNER, Egon. *Aspectos do trabalho policial.* Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro, 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

BRAILE, Bianca. Policial não é herói. *Piseagrama*, Belo Horizonte, n. 11, p. 74-83, 2017.

BRANDÃO, Juliana; LAGRECA, Amanda. O delito de ser negro – atravessamentos do racismo estrutural no sistema prisional brasileiro. *In:* Fórum Brasileiro de Segurança Pública, *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023*, ano 17, 2023.

BRASIL. Código de Processo Penal. *Vade Mecum.* São Paulo: Manole, 2017.

BRASIL. Constituição Federal. *Vade Mecum.* São Paulo: Manole, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. MEC aumenta o número de bolsas em 26% e reajusta valores. Brasília: *Ministério da Educação*, 16 fev. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-aumenta-o-numero-de-bolsas-em-26-e-reajusta-valores. Acesso em: 04 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Painel Coronavírus. Brasília: *Ministério da Saúde*, 18 ago. 2023. Disponível em: https://covid.saude.gov.br/. Acesso em: 19 ago. 2023.

BRASIL. *Relatório de Recomendações para o Enfrentamento do Discurso de Ódio e o Extremismo no Brasil.* 1 ed. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023.

BUENO, Samira *et al.* Análise da letalidade policial no Brasil. *In:* Fórum Brasileiro de Segurança Pública, *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019*, ano 13, 2019.

BUENO, Samira *et al. Visível e invisível*: a vitimização de mulheres no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha, 2021.

BUENO, Samira; MARQUES, David; PACHECO, Dennis. As mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil. *In:* Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021*, ano 15, 2021.

BUENO, Samira; PACHECO, Dennis; NASCIMENTO, Talita. O crescimento das mortes decorrentes de intervenções policiais no Brasil. *In:* Fórum Brasileiro de Segurança Pública, *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*, ano 14, 2020.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero:* feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra*: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALAZANS, Márcia Esteves de. A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na brigada militar do Rio Grande do Sul. 2003. 126f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n. 1, p. 142-150, 2004.

CALDAS, Emmanuel Antonio Rapizo Magalhães. *"Vá e vença":* repressão às drogas no estado do Rio de Janeiro (2007-2020). 2021. 362f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

CAPES. Impactos da pandemia: resultado preliminar é publicado. *Gov.br*. Brasília, 22 fev. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/impactos-da-pandemia-resultado-preliminar-e-publicado. Acesso em: 10 ago. 2023.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. *O trabalho feminino no policiamento operacional:* subjetividade, relações de poder e gênero na Oitava Região da Polícia Militar de Minas

Gerais. 2006. 376f. Tese (Doutorado em Administração) – Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

CARBALLO BLANCO, Antônio Carlos. Prevenção primária polícia e democracia. *In:* GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (org.). *Das políticas de segurança pública às políticas públicas de segurança*. São Paulo: Ilanud, 2002.

CARTA CAPITAL. "A perversão começa na formação", diz ex-PM condenado. *Carta Capital.* Rio de Janeiro, 31 jul. 2015. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201ca-perversao-comeca-na-formacao201d-diz-ex-pm-condenado-8569/ Acesso em: 03 dez. 2021.

CARDOSO, Maria Luiza; ROMAGNOLI, Roberta. Contribuições da cartografia para a produção de uma ciência nômade. *Rev. Polis Psique*, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 6-25, 2019.

CARREIRAS, Helena. Mulheres, direitos e eficácia militar: o estado do debate. *Revista Militar*, v. 65, n. 5, p. 477-495, 2013.

CARUSO, Haydée Glória Cruz. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: da escola de formação à prática policial. *In:* CARUSO, Haydée Glória Cruz; MORAES, Luciane Patrício; PINTO, Nalayne (org.). *Relatório Final* – Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas em Justiça Criminal e Segurança Pública. SENASP, Ministério da Justiça, 2006.

CASTRO, Celso. *O espírito militar:* um antropólogo na caserna. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta Brasilino; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Os tentáculos da tarântula: abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. 2, p. 175-191, 2018.

CECCHETTO, Fátima Regina. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

CÉSAR, Janaína Mariano; SILVA, Fábio Herbert da; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. O lugar do quantitativo na pesquisa cartográfica. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 25, n. 2, p. 357-372, 2013.

CICCONETTI, Josefina Raquel; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Banheiros públicos como espaços de regulação cotidiana dos gêneros: entrevistas com mulheres lésbicas. *Cadernos CERU*, v. 30, n. 2, p. 102-123, 2019.

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. *Revista Alterjor*, v. 18, n. 2, p. 201-214, 2018.

CNN BRASIL. Adolescente de 14 anos é morto durante ação policial em São Gonçalo (RJ). *CNN Brasil.* Rio de Janeiro, 19 mai. 2020. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/05/19/adolescente-de-14-anos-e-morto-durante-acao-policial-em-sao-goncalo-rj. Acesso em: 25 abr. 2021.

COIMBRA, Cecília. *Operação Rio:* o mito das classes perigosas. Niterói: Intertexto, Rio de Janeiro, Oficina do Autor, 2001.

CONNELL, Raewyn. *Gênero em termos reais.* Tradução de Marília Moschovich. São Paulo: nVersos, 2016.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas,* v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na política de segurança pública.* Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. 1 ed. Brasília: CFP, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Relatório Audiência de Custódia 6 anos.* Brasília: CNJ, 2021.

COSTA, Ivone. *Polícia e sociedade:* gestão de segurança pública, violência e controle social. Salvador: EDUFBA, 2005.

CRUZ, Fernanda Novaes; COSTA, Perla Alves Bento. É tudo *ganso*? A (in)distinção entre usuários e traficantes de drogas e seus limites na perspectiva dos policiais militares do Rio de Janeiro. *Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.*, v. 14, n. 1, p. 243-261, 2021.

CUBAS, Viviane; NATAL, Ariadne; BRANCO, Frederico Castelo. Violência policial: abordagens da literatura. *In:* KUCINSKI, Bernardo *et al.* (org.). *Bala perdida*: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

CUNHA, Manuela. Prisão e sociedade: modalidades de uma conexão. *In:* CUNHA, Manuela (org.). *Aquém e além da prisão*: cruzamentos e perspectivas. Lisboa: 90º Editora, p. 7-32, 2008.

DAMASCENO DE SÁ, Leonardo. *Os filhos do Estado:* autoimagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará (Coleção Antopologia da Política), 2002.

D'ANGELO, Luisa Bertrami. *Afetos e(m) conexões:* uma cartografia feminista por entre dobras e fronteiras de prisões femininas no Brasil e em Portugal. 2021. 400f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

D'ANGELO, Luisa Bertrami. *Entre "sujeita mulher" e "mulher de bandido"*: produções de feminilidades em contexto de privação de liberdade. 2017. 154f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

D'ANGELO, Luisa Bertrami *et al*. Por entre fronteiras e dobras da prisão: traçando cartografias em *ethos* feminista. *Cadernos PAGU,* v. 2, p. 1-30, 2019.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. *In:* CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova história militar do Brasil.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

DE GARAY HERNÁNDEZ, Jimena. *O adolescente dobrado:* cartografia feminista de uma unidade masculina do Sistema Socioeducativo do Rio de Janeiro. 2018. 443f. Tese

(Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

DE GARAY HERNÁNDEZ, Jimena; GUILHON, Flávio. A movimentação das palavras: devir-construção no feminino da escrita. *Fractal – Revista de Psicologia*, v. 31, n. 1, p. 43-50, 2019.

DELEUZE, Gilles. *Conversações* – 1972-1990. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica.* Tradução de Peter Pál Pelbart. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs* – capitalismo e esquizofrenia. v. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. *Indignos de vida.* A forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro. 1 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. A inserção das mulheres rurais no mercado de trabalho. *Boletim Especial 8 de março – Dia da Mulher*. São Paulo: DIEESE, 2023.

DIAS, Alfrancio Ferreira; ZOBOLI, Fábio; SANTOS, Adriana Lohanna dos. O banheiro como espaço político de gênero. *Reflexão e Ação,* v. 26, n. 2, p. 165-181, 2018.

ECCEL, Claudia; GRISCI, Carmem Lígia. Trabalho e gênero: a produção de masculinidades na perspectiva de homens e mulheres. *Cadernos EBAPE*, v. 9, n. 1, p. 57-78, 2011.

EL PAÍS BRASIL. "Máscara ideológica" e outras contradições de um Ministério da Saúde militarizado. *El País Brasil.* São Paulo, 13 jul. 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-13/mascara-ideologica-e-outras-contradicoes-de-um-ministerio-da-saude-militarizado.html. Acesso em: 11 fev. 2021.

EL PAÍS BRASIL. Zé Gotinha, do ostracismo sob Bolsonaro ao vexame de fuzil na mão. *El País Brasil.* São Paulo, 12 mar. 2021. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-12/ze-gotinha-do-ostracismo-sob-bolsonaro-ao-vexame-de-fuzil-na-mao.html. Acesso em: 04 set. 2021.

ESTADÃO. Estado do Rio teve queda recorde de homicídios, mas atingiu número mais alto de mortes por policiais. *Estadão.* Rio de Janeiro, 27 nov. 2019. Disponível em: https://www.estadao.com.br/brasil/rio-de-janeiro/witzel-defende-maior-liberdade-de-acao-das-policias/ Acesso em: 09 mar. 2021.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas.* Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARINA, Cynthia. *Arte e formação:* uma cartografia da experiência estética atual. ANPEd, 2008.

FELIX, Yuri; RIGON, Bruno Silveira. O discurso de ódio na sociedade em rede: a simbiose entre o medo e o ódio. *Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo,* v. 24, n. 2, 2018.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão:* um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. 2008. 336f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FERREIRA, Reinaldo. *Poemas.* Imprensa Nacional de Moçambique, 1960.

FERREIRA, Tiago Teixeira. *Quem com fio fia, com fio será fiado*: práticas criativas em Educação Musical e os desafios da ação docente. 2016. 193f. Dissertação (Mestrado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2016.

FOLHA DIRIGIDA. Após polêmica, PM-PR exclui "masculinidade" de edital de concurso. *Folha Dirigida.* São Paulo, 14 ago. 2018. Disponível em: https://folhadirigida.com.br/concursos/noticias/pm-pr-mig/apos-polemica-pm-pr-exclui-masculinidade-de-edital-do-concurso. Acesso em: 13 jun. 2020.

FONSECA, Cláudia. *Família, fofoca e honra:* etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

FONSECA, Tânia; NASCIMENTO, Maria Lívia; MARASCHIN, Cleci. Rumores discretos de um abecedário de pesquisa. *In:* FONSECA, Tânia; NASCIMENTO, Maria Lívia; MARASCHIN, Cleci (org.). *Pesquisar na diferença:* um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; NÚCLEO DE ESTUDOS EM ORGANIZAÇÕES E PESSOAS. *As mulheres nas instituições policiais*. São Paulo: FBSP; NEOP, 2015.

FOUCAULT, Michael. *Ditos & Escritos II* – Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Tradução de Elisa Monteiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir:* nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 41 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FRANCO, Túlio. COVID-19 e suas metáforas. *Ponto Urbe,* n. 27, p. 1-18, 2020.

FRANÇA, Fábio Gomes de. A pedagogia do sofrimento e a constituição do ethos guerreiro: uma discussão sobre segurança pública e direitos humanos. *In:* ANDHEP (org.). *Encontro da ANDHEP*, 2014.

FRANÇA, Fábio Gomes de. "Hierarquia da invisibilidade": preconceito e homofobia na formação policial militar. *Rev. Bras. Seg. Pública,* v. 10, n. 2, p. 154-170, 2016.

FRANÇA, Fábio Gomes de. "O soldado é algo que se fabrica": notas etnográficas sobre um curso de formação policial militar. *Revista TOMO,* n. 34, p. 359-392, 2019.

FRANÇA, Fábio Gomes de; GOMES, Janaína Letícia. “Se não aguentar, corra”!: um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. *Revista Bras. Seg. Pública*, v. 9, n. 2, p. 142-159, 2015.

FREIRE, Moema. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. *Revista Autora*, n. 5, p. 49-58, 2009.

FREITAS, Maria Ester. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. *Revista de Administração de Empresas*, v. 41, n. 2, p. 8-19, 2001.

FREITAS, Riva Sobrado de; CASTRO, Matheus Felipe de. Liberdade de expressão e discurso de ódio: um exame sobre as possíveis limitações à ç de expressão. *Sequência Florianópolis*, n. 66, p. 327-355, 2013.

G1 BRASIL. Brasil tem média de 131 mortes por Covid; tendência é de estabilidade pelo quinto dia. *G1 Brasil*. São Paulo, 23 jan. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2023/01/23/brasil-tem-media-de-131-mortes-por-covid-tendencia-e-de-estabilidade-pelo-quinto-dia.ghtml. Acesso em: 23 jan. 2023.

G1; NEV; FBSP. Vidas menosprezadas, mortes banalizadas. *G1; NEV; FBSP*. São Paulo, 23 abr. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/04/23/vidas-menosprezadas-mortes-banalizadas.ghtml Acesso em: 18 ago. 2021.

G1 RIO. Como está aquele caso: Derinaldo Cardoso, cabo da PM do RJ morto na Baixada Fluminense. *G1 Rio.* Rio de janeiro, 21 jan. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/01/21/como-esta-aquele-caso-derinaldo-cardoso-cabo-da-pm-do-rj-mortonabaixadafluminense.ghtml#:~:text=Ferido%2C%20Cardoso%20foi%20levado%20para,mas%20não%20resistiu%20e%20morreu. Acesso em: 04 abr. 2023.

G1 RIO. PM do RJ investiga denúncias de agressões a alunos em centro de formação de policiais. *G1 Rio*. Rio de Janeiro, 20 mar. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/03/20/pm-do-rj-investiga-denuncias-de-agressoes-a-alunos-em-centro-de-formacao-de-policiais.ghtml Acesso em: 24 out. 2022.

G1 RIO. Sobe para 25 o número de mortos na operação na Penha. *G1 Rio.* Rio de Janeiro, 25 mai. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/25/operacao-na-penha-dia-seguinte-mortos.ghtml. Acesso em: 01 jun. 2023.

G1 RIO. “Tiraram um pedaço da minha vida”, diz pai de Eloáh, vítima de tiroteio na Ilha do Governador, no Rio. *G1 Rio.* Rio de Janeiro, 12 ago. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/08/12/tiraram-um-pedaco-da-minha-vida-diz-pai-de-eloa-vitima-de-tiroteio-na-ilha-do-governador-no-rio.ghtml. Acesso em: 23 out. 2023.

G1 RIO. Tribunal aprova por unanimidade impeachment de Witzel, que fica inelegível por 5 anos. *G1 Rio.* Rio de Janeiro, 30 abr. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/04/30/tribunal-especial-abre-a-sessao-para-decidir-impeachment-de-witzel-1.ghtml. Acesso em: 23 mai. 2021.

GODOI, Rafael. *Ao redor e através da prisão*: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo. 2010. 202f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GODOI, Rafael. Vasos comunicantes, fluxos penitenciários: entre dentro e fora das prisões de São Paulo. *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 1, n. 46, p. 131-142, 2015.

GÓES, Luciano. *A "tradução" do paradigma etiológico de criminologia no Brasil:* um diálogo entre Cesare Lombroso e Nina Rodrigues da perspectiva centro-margem. 2015. 240f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Departamento de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

GOFFMAN, Roseli *et al*. *Expressões da psicologia:* reflexões e práticas em tempos de pandemia. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, 2020.

GOLDENBERG, Mirian. *Homem não chora. Mulher não ri:* 80 ideias para entender melhor sexo, amor e felicidade. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2013.

GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In:* RIO, Flávia; LIMA, Márcia (org.). *Por um feminismo afro-latino-americano* – Lélia González. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica*: cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUERRA, André; STENZEL, Lucia Marques; GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Sobre o "moralismo" dos comitês de ética. *Psicologia Política*, v. 17, n. 39, p. 232-246, 2017.

HESS, Remi; WEIGAND, Gabriele. A escrita implicada. *Revista Reflexões e Debates* – Cadernos de Educação, n. 11, p. 14-25, 2006.

HIGA, Flávio da Costa. Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero: duas faces da mesma moeda? *Revista Direito GV*, v. 12, n. 2, p. 484-515, 2016.

HIRATA, Daniel *et al.* Os impactos da ADPF 635 e a segunda onda da letalidade policial. *In:* LIMA, André *et al.* (org.). *Radar favela COVID-19.* Desigualdades, pobreza e o avanço da fome em plena pandemia. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.

HIRATA, Daniel; GRILLO, Carolina. Crime, guerra e paz: dissenso político-cognitivo em tempos de extermínio. *Novos Estud.*, v. 38, n. 3, p. 553-571, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (org.). *Atlas da violência 2020.* Rio de Janeiro: IPEA; FBSP, 2020.

INSTITUTO IGARAPÉ. *O reconhecimento como um estímulo a boas práticas:* uma agenda de valorização policial. Rio de Janeiro: República.org, 2021.

JAQUES, Mônica Maria. *Pós-Graduação, pesquisa e pandemia:* a potencialização das dificuldades. 2022. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação, Conhecimento e Sociedade) – Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2022.

JESUS, Maria Gorete Marques. *"O que está no mundo não está nos autos":* a construção da verdade jurídica nos processos criminais de tráfico de drogas. 2016. 276f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

JOLY, Bruno Renan. *Risco e vitimização policial militar:* da caserna à política. 2017. 149f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

JORNAL EXTRA. Após uma semana internado, recruta do CFAP tem morte cerebral decretada. *Jornal Extra.* Rio de Janeiro, 08 nov. 2013. Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/apos-uma-semana-internado-recruta-do-cfap-tem-morte-cerebral-decretada-10814546.html Acesso em: 29 mar. 2022.

KAHN, Túlio. Panorama da criminalidade nos estados: uma tentativa de classificação e interpretação. *In:* GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (org.). *Das políticas de segurança pública às políticas públicas de segurança*. São Paulo: Ilanud, 2002.

KANT DE LIMA, Roberto. Direitos civis, Estado de Direito e "cultura policial": a formação policial em questão. *Revista Campo Minado*, n.1, p. 95-113, 2021.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Psicologia & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 15-22, 2007.

KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos,* Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, 1998.

KIMMEL, Michael. Homofobia, temor, verguenza y silencio en la identidad masculina. *In:* VALDÉS, Teresa; OLAVARRÍA, José (org.). *Masculinidad/es:* poder y crisis. Santiago: Ediciones de las mujeres, 1997.

LARROSA, Jorge; KOHAN, Walter. Apresentação da coleção. *In:* RANCIÈRE, Jacques (org.). *O mestre ignorante*: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

LAZZAROTTO, Gislei Domingas; CARVALHO, Julia Dutra de. Afetar. *In:* FONSECA, Tânia; NASCIMENTO, Maria Lívia; MARASCHIN, Cleci (org.). *Pesquisar na diferença:* um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012.

LEIRNER, Piero. Sobre "nomes de guerra": classificação e terminologia militares. *Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia,* v. 12, n. 1, p. 195-214, 2008.

LEITE, Márcia Pereira. Entre a "guerra" e a "paz": Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. *DILEMAS – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 7, n. 4, p. 625-642, 2014.

LEITE, Márcia Pereira. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da cidadania e da política no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, p. 73-90, 2000.

LEMGRUBER, Julita *et al. Um tiro no pé:* impactos da proibição das drogas no orçamento do sistema de justiça criminal do Rio de Janeiro e São Paulo. Relatório da primeira etapa do projeto "Drogas: quanto custa proibir". Rio de Janeiro: CESeC, 2021.

LEMOS, Cássio Fernandes; OLIVEIRA, Andréia Machado. Mapeamento, processo, conexões: a cartografia como metodologia de pesquisa. *Paralelo 31*, v. 1, n. 8, p. 41-51, 2017.

LIMA, Cristiane; MARTINS, Juliana. Vitimização policial no Brasil em tempos de Covid-19. *In:* Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021*, ano 15, 2021.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; MINGARDI, Guaracy. Estado, polícias e segurança pública no Brasil. *Revista Direito GV*, v. 12, n. 1, p. 49-85, 2016.

LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline. Qualidade da democracia e polícias no Brasil. *In:* LIMA, Renato Sérgio de (org.). *Entre palavras e números:* violência, democracia e segurança pública no Brasil. São Paulo: Alameda Editorial, 2011.

LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v. 30, n. 1, p. 123-144, 2015.

LLANSOL, Maria Gabriela. *Um falcão no punho* – Diário I. 2ª ed. Lisboa: Relógio d'Água, 1998.

LUCCAS, Victor Nóbrega; GOMES, Fabrício Vasconcelos; SALVADOR, João Pedro Favaretto. *Discurso de ódio.* Desafios jurídicos. São Paulo: Almedina, 2020.

MACHADO, Érica Babini; GONÇALVES, Cristóvão Fonseca. Legítima defesa e intervenção policial: qual o destino do uso da força estatal? *Boletim Ibccrim*, v. 27, n. 318, Edição Especial, p. 13-15, 2019.

MACHADO, Lia. Masculinidades e violências. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. *In:* SCHPUN, Mônica (org.). *Masculinidades.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MALDONADO, Simone Carneiro. A sociologia do segredo e das sociedades secretas. *Revista de Ciências Humanas*, EDUFSC, v. 43, n. 1, p. 219-242, 2009.

MALLART, Fábio; RUI, Taniele. Por uma etnografia das transversalidades urbanas: entre o mundão e os dispositivos de controle. *In:* MELO, Juliana; SIMIÃO, Daniel; BAINES, Stephen. *Ensaios sobre justiça, reconhecimento e criminalidade.* Natal: EDUFRN, 2016.

MARQUES, David; BARROS, Betina. O impacto da pandemia no crime e na violência no Brasil – análise do primeiro semestre de 2020. *In:* Fórum Brasileiro de Segurança Pública, *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*, ano 14, 2020.

MARTINS, Herbert; NETO, Marcelino. Violência institucional na Polícia Militar da Bahia. *Revista do PPGCS – Novos Olhares Sociais*, v. 1, n. 2, p. 35-65, 2018.

MARTINS, Juliana. Quando a vítima é o policial. *In:* Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*, ano 14, 2020.

MARTINS, Juliana; CRUZ, Juliana Lemes da. As mortes de policiais em 2022. *In:* Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023*, ano 17, 2023.

MATA, Áurea Augusta Rodrigues; ALCANTARA, Angelus Miranda. *Ensino, pesquisa e extensão em tempos de pandemia:* intervivências do DHP/CE/UFPB. João Pessoa: Editora do CCTA, 2021.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MELICIO, Thiago Benedito Livramento. *São demais os perigos dessas vidas?* Diversidades possíveis no encontro com a diferença como problematização da segurança pública cidadã. 2014. 202f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MELICIO, Thiago Benedito Livramento. Thiago B. L. Melicio. *In:* GOFFMAN, Roseli *et al.* (org.). *Expressões da psicologia:* reflexões e práticas em tempos de pandemia. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, 2020.

MEMÓRIA GLOBO. Sequestro do ônibus 174. *Memória Globo.* Rio de Janeiro, 28 out. 2021. Disponível em: https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/sequestro-do-onibus-174/noticia/sequestro-do-onibus-174.ghtml. Acesso em: 20 fev. 2023.

MENA, Fernanda. Um modelo violento e ineficaz de polícia. *In:* KUCINSKI, Bernardo *et al.* (org.). *Bala perdida:* a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Identidade cultural e arqueologia. *In:* BOSI, Alfredo (org.). *Cultura brasileira:* temas e situações. São Paulo: Ática, 2003.

MEZA, Ana Paula Santos. *Psicologia e segurança pública:* relações de poder e força nas Operações Policiais de Choque no Estado do Rio de Janeiro. 2017. 295f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MIGUEL, Luís Felipe. A reemergência da direita brasileira. *In:* SOLANO, Esther (org.). *O ódio como política:* a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia (org.). *Missão prevenir e proteger:* condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

MINGARDI, Guaracy. Apresentação. *In:* KUCINSKI, Bernardo *et al.* (org.). *Bala perdida:* a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MPF e DPU recomendam que PM do Rio de Janeiro regulamente o uso de redes sociais e aplicativos de mensagens por agentes de segurança. *MPF*, 18 jul. 2023. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/noticias-rj/mpf-e-dpu-recomendam-que-policia-militar-do-rio-de-janeiro-regulamente-o-uso-de-redes-sociais-e-aplicativos-de-mensagens-por-agentes-de-seguranca Acesso em: 14 out. 2023.

MIRANDA, Ana Paula Mendes; MUNIZ, Jacqueline. Um campo de experiências, afetações e "achismos". *RUNA, Archivo para las ciencias del hombre,* v. 21, n. 1, p. 21-41, 2021.

MIRANDA, Dayse *et al. Boletim IPPES 2020.* Notificações de mortes violentas intencionais entre profissionais de segurança pública no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio (IPPES), 2020.

MIRANDA, Dayse. *Por que policiais se matam?* Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". *Lua Nova*, v. 79, p. 15-38, 2010.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, p. 139-157, 2007.

MISSE, Michel; GRILLO, Carolina; NERI, Natasha. A apuração judiciária dos "autos de resistência" no Rio de Janeiro (2001-2011). *DILEMAS – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social.* Edição Especial n. 1, p. 43-71, 2015.

MONTEIRO, Milena Fontoura. *O policiamento comunitário como alternativa à democratização da polícia.* 2005. 249f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Departamento de Criminologia, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2005.

MORAES, Marcia. A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas. *História, Ciências, Saúde*, v. 11, n. 2, p. 321-333, 2004.

MORAES, Márcia. Do "pesquisarCOM" ou tecer e destecer fronteiras. *In:* BERNARDES, Anita Guazzelli; TAVARES, Gilead Marchezi; MORAES, Marcia (org.). *Cartas para pensar*: políticas de pesquisa em psicologia. Vitória: EDUFES, 2014.

MORAES, Marcia. Pesquisar: verbo ou substantivo? Narrativas de ver e não ver. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, v. 6, n. 2, p. 174-181, 2011.

MORAES, Marcia; BERNARDES, Anita Guazzelli. Apresentação. *In:* BERNARDES, Anita Guazzelli; TAVARES, Gilead Marchezi; MORAES, Marcia (org.). *Cartas para pensar*: políticas de pesquisa em psicologia. Vitória: EDUFES, 2014.

MOREIRA, Luciana *et al.* A construção da psicopatia no contexto da cultura do medo. *Revista de Psicologia da IMED*, v. 2, n. 1, p. 297-306, 2010.

MOREIRA. Rosemeri. *Entre o mito e a modernidade:* a entrada de mulheres na Polícia Militar do Paraná. Guarapuava: UNICENTRO, 2016.

MOREIRA, Rosemeri. Policial militar: a presença e a ausência do viril. *Fazendo Gênero 8* – Corpo, violência e poder. Florianópolis, p. 1-7, 2008.

MOREL, Ana Paula. Negacionismo da Covid-19 e educação popular em saúde: para além da necropolítica. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 19, p. 1-14, 2021.

MUNIZ, Jacqueline. *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser*. Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 1999. 286f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Instrução, Rio de Janeiro, 1999.

MUNIZ, Jacqueline; ALMEIDA, Rosiane. Respondendo às balas: segurança pública sob intervenção das palavras. Entrevista com Jacqueline Muniz. *Trab. Linguist. Apl.*, v. 57, n. 2, p. 993-1014, 2018.

MUNIZ, Jacqueline; CECCHETTO, Fátima Regina. Insegurança pública: exceção como rotina, excepcionalidade como o normal no Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 10, p. 4635-4644, 2021.

MUNIZ, Jacqueline; PAES-MACHADO, Eduardo. Polícia para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 437-447, 2010.

MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA JUNIOR, Domício. Da accountability seletiva à plena responsabilidade policial. In: CARUSO, Haydée; MUNIZ, Jacqueline; CARBALLO BLANCO, Antônio Carlos (org.). *Polícia, Estado e Sociedade:* práticas e saberes latino-americanos. Rio de Janeiro: Publit Seleções Editoriais, 2007.

MUNIZ, Jacqueline; SILVA, Washington França. Mandato policial na prática: tomando decisões nas ruas de João Pessoa. *Caderno CRH*, v. 23, n. 60, p. 449-473, 2010.

MUSUMECI, Leonarda; MUNIZ, Jacqueline. As instituições de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. *In:* MUSUMECI, Leonarda (org.). *Reforma do estado e proteção social:* os setores de saúde e segurança públicas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

NASCIMENTO, Marcos Antonio. *Improváveis relações:* produção de sentidos sobre o masculino no contexto de amizade entre homens homo e heterossexuais. 2011. 194 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

NASCIMENTO, Maria Lívia; MANZINI, Juliane; BOCCO, Fernanda. Reinventando as práticas Psi. *Psicologia & Sociedade*, v. 18, n. 1, p. 15-20, 2006.

NEXO JORNAL. Como "CPF cancelado" virou o novo "bandido bom é bandido morto". *Nexo Jornal,* 26 abr. 2021. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/26/Como-'CPF-cancelado'-virou-o-novo-'bandido-bom-é-bandido-morto'. Acesso em: 27 mai. 2021.

NOGUEIRA, Leonardo. *Errando ao fazer o certo, acertando ao fazer o errado:* a construção social da reputação policial militar a partir das representações dos PMs do 41º BPM sobre as práticas de corrupção. 2022. 166f. Dissertação (Mestrado em Justiça e Segurança) – Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

NOGUEIRA, Rodrigo. *Como nascem os monstros?* A história de um ex-soldado da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Topbooks, 2013.

O DIA. Alerj concede Medalha Tiradentes póstuma a PM morto em assalto em Mesquita. *O DIA,* Rio de Janeiro, 15 dez. 2020. Disponível em: https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2020/12/6047584-alerj-concede-medalha-tiradentes-postuma-a-pm-morto-em-assalto-em-mesquita.html. Acesso em: 04 abr. 2023.

O DIA. BPTur investiga conduta de PMs em abordagem a jovem negro na praia de Copacabana. *O DIA*. Rio de Janeiro, 22 set. 2022. Disponível em: https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2022/09/6491060-bptur-investiga-conduta-de-pms-em-abordagem-a-jovem-negro-na-praia-de-copacabana.html. Acesso em: 23 ago. 2023.

O DIA. Morre PM baleado na cabeça em tentativa de assalto na Zona Norte. *O DIA.* Rio de Janeiro, 05 nov. 2022. Disponível em: https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2022/11/6517933-morre-pm-baleado-na-cabeca-em-tentativa-de-assalto-na-zona-norte.html. Acesso em: 23 ago. 2023.

OLIVEIRA, Ana Sofia. Políticas públicas de segurança e políticas de segurança pública: da teoria à prática. *In:* GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (org.). *Das políticas de segurança pública às políticas públicas de segurança*. São Paulo: Ilanud, 2002.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *MANA*, v. 20, n. 1, p. 125-161, 2014.

OLIVEIRA JÚNIOR, Almir. Dá para confiar nas polícias? Confiança e percepção social da polícia no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 5, n. 2, p. 6-22, 2011.

OLIVEIRA, Laudicéia Soares de Oliveira. *"Teto de vidro":* relações de gênero, relações de poder e empoderamento das mulheres na Polícia Militar. 2012. 222f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

OLIVEIRA, Luciana Rodrigues; ROMEU, Simone Duque. Quem descobriu o currículo oculto? Uma reflexão sobre a formação na PMERJ. *Giro do Horizonte*, v. 6, n. 1, p. 92-106, 2019.

OLIVEIRA, Maria do Carmo Leite; RON-RÉN JUNIOR, Rony Caminiti. Agência e discricionariedade na prática policial. *RBLA*, v. 17, n. 4, p. 759-775, 2017.

OLIVEIRA, Roberta *et al.* Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 9, p. 1-14, 2020.

ONU BRASIL. O discurso de ódio "é um dos sinais de alerta de genocídio e de outros crimes atrozes", alerta Guterres. *ONU Brasil*, Brasília, 18 jun. 2023. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/236831-o-discurso-de-ódio-é-um-dos-sinais-de-alerta-de-genoc%C3%ADdio-e-de-outro https://brasil.un.org/pt-br/236831-o-discurso-de-ódio-é-um-dos-sinais-de-alerta-de-genoc%C3%ADdio-e-de-outros-crimes-atrozes-alertas-crimes-atrozes-alerta. Acesso em: 21 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Suicide in the world:* Global Health Estimates. World Health Organization, WHO, 2019.

PADOVANI, Natália Corazza. *Sobre casos e casamentos*: afetos e "amores" através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. 2015. 367f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2015.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. *Pistas do método da cartografia:* pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PAULO, Sidney de. *Cinema e ideologia:* a espetacularização e os discursos acerca do policial e do bandido na sociedade moderna. 2011. 113f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

PEREIRA, Íbis. Prefácio. *In:* MIRANDA, Dayse (org.). *Por que policiais se matam?* Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

PERES, Ursula; BUENO, Samira. Financiamento da Segurança Pública em 2019: o crescimento das despesas municipais e a expectativa frustrada pela não priorização da área pela União. *In:* Fórum Brasileiro de Segurança Pública, *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*, 2020.

PERES, Ursula *et al.* Segurança Pública: reflexões sobre o financiamento de suas políticas públicas no contexto federativo brasileiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 8, n.1, p. 132-153, 2014.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história:* operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PETRUCCELLI, José Luis. *In:* PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia (org.). *Características étnico-raciais da população.* Classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

PINC, Tânia Maria. *O uso da força não letal pela polícia nos encontros com o público.* 2006. 93f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PINC, Tânia Maria. *Treinamento policial:* um meio de difusão de políticas públicas que incidem na conduta individual do policial de rua. 2011. 246f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PIRES, Lenin. ALBERNAZ, Elizabete. "Na teoria, a prática é outra coisa!" Socialização "escolar", estrutura bipartida e conflitos na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 16, n.1, p. 232-251, 2022.

PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do estado do Rio de Janeiro. *Sociedade e Estado*, v. 20, n. 3, p. 585-610, 2005.

PONCIONI, Paula. *Tornar-se policial:* o processo de construção da identidade profissional do policial nas academias de polícia. Curitiba: Appris Editora, 2021.

PONTE JORNALISMO. *"A Polícia Militar te adoece até que você se mate ou mate seu comandante".* São Paulo, 18 jun. 2021. Disponível em: https://ponte.org/a-policia-militar-te-adoece-ate-que-voce-se-mate-ou-mate-seu-comandante/. Acesso em: 13 jul. 2023

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos Santos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. *Tempo Social,* v. 29, n. 2, p. 187-213, 2017.

PRECIADO, Paul. Lixo e gênero, mijar/cagar, masculino/feminino. *Revista Performatus Inhumas*, n. 20, 2019.

PROENÇA JÚNIOR, Domício; MUNIZ, Jacqueline; PONCIONI, Paula. Da governança de polícia à governança policial: controlar para saber; saber para governar. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 3, n. 2, p. 14-50, 2009.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *Opinião Pública*, v. 24, n. 3, p. 486-522, 2018.

RAMOS, Silvia *et al. Pele alvo:* a cor que a polícia apaga. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança/CESeC, 2022.

RAMOS, Silvia; NUNES, Anabela. Máquina de matar. *Rede de Observatórios da Segurança*, Rio de Janeiro, 2020.

REBEQUE, Cristiano da Costa; JAGEL, Daniela Couto; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Psicologia e políticas de segurança pública: o analisador "Caveirão". *Psico*, v. 39, n. 4, p. 418-424, 2008.

REDES DA MARÉ. *Falando sobre segurança pública na Maré:* a vida na favela. Relatos sobre o cotidiano em meio à violência armada. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019.

RIBEIRO, Airton Edno. *A relação da Polícia Militar paulista com a comunidade negra e o respeito à dignidade humana*: a questão da abordagem policial. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado em Metodologia de Ensino) – Núcleo de Estudos Afrobrasileiros, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

RICCIO, Vicente. Diploma para quê? A educação superior e os praças da Polícia Militar de Minas Gerais. *Educ. Pesq.*, v. 43, n. 4, p. 1111-1126, 2017.

ROCHA, Bárbara Silva da. *Entre almas negras e corpos denegridos:* cartografia da (in)suspeição em ações de abordagem policial. 2019. 128f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Contribuições da Análise institucional para uma abordagem das práticas linguageiras: a noção de implicação na pesquisa de campo. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 40, p. 47-73, 2010.

ROCHA, Letícia Freire da. *Transtorno do estresse pós-traumático em policiais militares do Rio de Janeiro.* 2013. 127f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. *Contexto Internacional (PUC),* v. 34, n. 1, p. 9-41, 2012.

ROHDEN, Fabíola. Honra e família em algumas visões clássicas da formação nacional. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais,* n. 48, p. 69-89, 1999.

ROLIM, Marcos. Guerreiros ou guardiões? Notas sobre o conceito de polícia. *Rev. Direito e Práx.,* v. 14, n. 1, p. 248-269, 2023.

ROLNIK, Raquel; CALIL, Thiago. Território e proibição: guerra às drogas ou guerra aos pretos e pobres? *Drogas:* quanto custa proibir [online]. Rio de Janeiro: CESeC, 2021.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental*: transformações contemporâneas do desejo. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

ROSENDO, Jorge David; FLORES, Andrea; YAMAKAWA, Thaís Dalmolin. A necropolítica e a pena de morte extrajudicial no Brasil. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, v. 11, n. 1, p. 269-290, 2023.SALIH, Sara. *Judith Butler e a teoria queer.* Tradução e notas de Guaciara Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a teoria queer.* Tradução e notas de Guaciara Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SANTOS, Helen Barbosa; NARDI, Henrique Caetano. Masculinidades entre matar e morrer: o que a saúde tem a ver com isso? *Physis Revista de Saúde Coletiva,* v. 24, n. , p. 931-949, 2014.

SANTOS-PINTO, Cláudia; MIRANDA, Elaine; OSORIO-DE-CASTRO, Claudia. O "kit-covid" e o Programa Farmácia Popular do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública,* v. 37, n. 2, p. 1-5, 2021.

SCHACTAE, Andréa. "A gloriosa Polícia Militar do Paraná": masculinidade e identidade institucional (século XX). *In:* MOREIRA, Rosemeri; SCHACTAE, Andréa. *Gênero e instituições armadas.* Guarapuava: Editora UNICENTRO, p. 19-47, 2016.

SCHACTAE, Andréa. *Farda e batom, arma e saia:* a construção da Polícia Militar feminina no Paraná (1977-2000). 2011. 282f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal no Paraná. Curitiba, 2011.

SCHLITTLER, Maria Carolina de Camargo. *Matar muito, prender mal:* a produção da desigualdade racial como efeito do policiamento ostensivo militarizado em SP. 2016. 339 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

SCHNEEGANS, Susan; LEWIS, Jake; STRAZA, Tiffany (eds.). *Relatório de Ciências da UNESCO:* a corrida contra o tempo por um desenvolvimento mais inteligente – Resumo executivo. Paris: UNESCO Publishing, 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade,* v. 2, n. 20, p. 71-100, 1995.

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR. Polícia Militar inicia processo seletivo de 834 vagas voltadas para profissionais da saúde. *SEPM,* 23 mar. 2022. Disponível em: https://sepm.rj.gov.br/2022/03/policia-militar-inicia-processo-seletivo-de-834-vagas-voltadas-para-profissionais-de-saude/ Acesso em: 23 mar. 2022.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública.* Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2019.

SERRANO, Ana Silvia. A relação entre cidadania e segurança pública: implicações para a doutrina de polícia. *Revista Ordem Pública*, v. 3, n. 1, p. 106-120, 2010.

SILVA, Ana Lúcia; FEUERWERKER, Laura. Escrever como um ato de resistência: uma escrita rizoma. *Psicologia Política*, v. 19, n. 45, p. 335-350, 2019.

SILVA, Cleber Lopes. Por que os brasileiros desconfiam da polícia? Uma análise das causas da desconfiança na instituição policial. *In: 7º Encontro da ABCP*. Recife, 2010.

SILVA, Leonardo de Carvalho. *Políticas públicas e números* – analisando a construção e os usos da informação na segurança pública no território do Rio de Janeiro. 2017. 269f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Robson Rodrigues. *Entre e caserna e a rua:* o dilema do "pato". Uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI. Niterói: Editora da UFF, 2011.

SILVA, Rosane. A dobra deleuziana: políticas de subjetivação. *Rev. Dep. Psicol.*, UFF, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 55-75, 2004.

SIMMEL, Georg. O segredo. *Revista de Ciências Sociais, Política, Trabalho*, v. 15, p. 221-226, 1999.

SINHORETTO, Jacqueline; LIMA, Renato. Narrativa autoritária e pressões democráticas na segurança pública e no controle do crime. Dossiê Violência, crime e teoria social. *Contemporânea*, v. 5, n. 1, p. 119-141, 2015.

SIRIMARCO, Mariana. A "família policial": vinculações e implicações entre relato e instituição. *Mana*, v. 19, n. 3, p. 559-580, 2013.

SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. *Mulheres policiais:* presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Coleção Segurança e Cidadania), 2005.

SOARES, Frederico Fagundes. *A justiça da polícia*: as mortes de civis em operações policiais na perspectiva da Polícia Militar da Bahia. 2019. 205f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SOARES, Luiz Eduardo. *Desmilitarizar*: segurança pública e direitos humanos. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SOARES, Luiz Eduardo. Por que tem sido tão difícil mudar as polícias? *In:* KUCINSKI, Bernardo *et al.* (org.). *Bala perdida:* a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE. GT de saúde da população negra: manifestação sobre ausência de dados da COVID-19 desagregados por raça-cor. *Grupo de Trabalho de Saúde da População Negra* [online]. Rio de Janeiro: SBMFC, 2020.

SONTAG, Susan. *Doença como metáfora.* AIDS e suas metáforas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOUSA FILHO, Aderaldo. "A menor distância entre dois pontos...": sobre o conceito de dobra enquanto componente da visão de mundo e da técnica de escrita em Maria Gabriela Llansol. *Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*, v. 2, n.3, p. 21-30, 2009.

SOUZA, Edinilsa Ramos; MINAYO, Maria Cecília. Sob fogo cruzado I: vitimização de policiais militares e civis brasileiros. *In:* Fórum Brasileiro de Segurança Pública, *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2013*, 2013.

SOUZA, Elton Luiz Leite de. Sobre os fios. *Ateliê de Humanidades* – Instituição de livre estudo, pesquisa, escrita e formação. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://ateliedehumanidades.com/2019/08/31/fios-do-tempo-sobre-os-fios-por-elton-luiz-leite-de-souza/ Acesso em: 13 abr. 2021.

SOUZA, Erika Giuliane Andrade. *Feijoada completa:* reflexões sobre administração institucional de conflitos e dilemas de cidadania nas delegacias de polícia da cidade do Rio de Janeiro. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SOUZA, Flávia *et al*. "Eu não posso respirar": asfixiados pelo coronavírus e pelo Estado racializado. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 1-10, 2020.

SOUZA, Jaime Luiz; REIS, João Francisco. A discricionariedade policial e os estereótipos suspeitos. *Rev. NUFEN*, v. 6, n. 1, p. 125-166, 2014.

SOUZA, Luís Antônio. Dispositivo militarizado da segurança pública. Tendências recentes e problemas no Brasil. *Revista Sociedade e Estado,* v. 30, n. 1, p. 207-223, 2015.

SOUZA, Marcos Santana de. *"Sou policial, mas sou mulher":* gênero e representações sociais na Polícia Militar de São Paulo. 2014. 441f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SOUZA, Severino; FRANCISCO, Ana Lúcia. O método da cartografia em pesquisa qualitativa: estabelecendo princípios... Desenhando caminhos. *In:* Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa. *Atas – Investigação Qualitativa em Educação*. Porto, v. 1, p. 811-820, 2016.

STORANI, Paulo. *Vá e vença.* Decifrando a tropa de elite. 2 ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2018.

TERRA. Proposta de Witzel de abater criminosos com fuzis é ilegal. *Terra*. Rio de Janeiro, 02 nov. 2018. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/proposta-de-

witzel-de-abater-criminosos-com-fuzis-e-ilegal-dizem-especialistas,e78a78bf8dc9ac090f407d892f0a5ce19lixnrjr.html. Acesso em: 25 mar. 2021.

TONIAL, Felipe; MAHEIRIE, Kátia; GARCIA JR., Carlos Alberto. A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. *Revista de Psicologia da UNESP,* v. 16, n. 1, p. 18-26, 2017.

UZIEL, Anna Paula. Diversidade sexual, democracia e promoção de direitos. *In:* CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (org.). *Psicologia e diversidade sexual:* desafios para uma sociedade de direitos. Brasília: CFP, p. 13-24, 2011.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. Gênero, masculinidade e poder. Revendo um caso do Sul de Portugal. *Anuário Antropológico 95,* v. 20, n.1, p. 161-189, 1996.

VASCONCELOS, Francisco Thiago. A polícia à luz da sociologia da violência: "policiólogos" entre a crítica e a intervenção. *Revista Brasileira de Segurança Pública,* v. 5, n. 9, p. 72-87, 2011.

VASCONCELOS, Yumara Lúcia. Assédio moral nos ambientes corporativos. *CAD. EBAPE.BR,* v. 13, n. 4, p. 821-851, 2015.

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal: Revista de Psicologia,* v. 31, n. esp., p. 244-248, 2019.

VIANNA, Túlio. Desmilitarizar e unificar a polícia. *Revista Fórum.* Brasília, jan. 2013. Disponível em: http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/01/desmilitarizar-e-unificar-a-policia Acesso em: 12 fev. 2022.

VIEIRA, Henrique. Fundamentalismo e extremismo não esgotam a experiência do sagrado nas religiões. *In:* SOLANO, Esther (org.). *O ódio como política:* a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas,* v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

VINUTO, Juliana. *"O outro lado da moeda":* o trabalho de agentes socioeducativos no estado do Rio de Janeiro. 2019. 299f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2012*: crianças e adolescentes do Brasil. Rio de Janeiro: Cebela. Flacso Brasil, 2012.

ZALUAR, Alba. Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos. *Revista Dados,* v. 55, n. 2, p. 327-365, 2012.

ZALUAR, Alba. Teleguiados e chefes: juventude e crime. *In:* ZALUAR, Alba *et al.* (org.). *Religião e sociedade.* Rio de Janeiro: ISER/CER, 1990.

ZAMBENEDETTI, Gustavo; SILVA, Rosane. Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade,* v. 23, n. 3, p. 454-463, 2011.

ANEXO

CANÇÃO DO POLICIAL MILITAR DO RIO DE JANEIRO

Letra: Cel. Jorge Ismael Ferreira Horsae

Música: Subtenente Mario José da Silva

I

Em cada momento vivido
Uma verdade vamos encontrar
Em cada fato esquecido
Uma certeza nos fará lembrar
Em cada minuto passado
Mais um caminho que se descobriu
Em cada soldado tombado
Mais um sol que nasce no céu do Brasil

> Aqui nós todos aprendemos a viver
> Demonstrando valor, pois o nosso ideal
> É algo que nem todos podem entender
> Na luta contra o mal
> Ser policial
> É sobretudo uma razão de ser
> É enfrentar a morte
> Mostrar-se forte no que acontecer
> É enfrentar a morte
> Mostrar-se forte no que acontecer

II

Em cada pessoa encontrada
Mais um amigo para defender
Em cada ação realizada
Um coração pronto a agradecer
Em cada ideal alcançado
Uma esperança para outras missões
Em cada exemplo deixado
Mais um gesto inscrito em nossas tradições

> Aqui nós todos aprendemos a viver
> Demonstrando valor, pois o nosso ideal
> É algo que nem todos podem entender
> Na luta contra o mal
> Ser policial
> É sobretudo uma razão de ser
> É enfrentar a morte
> Mostrar-se forte no que acontecer
> É enfrentar a morte
> Mostrar-se forte no que acontecer

III

Em cada instante da vida
Nossa Polícia Militar
Será sempre enaltecida
Em sua glória secular
Em cada recanto do estado
Desse amado Rio de Janeiro
Faremos ouvir nosso brado
O grito eterno de um bravo guerreiro

> Aqui nós todos aprendemos a viver
> Demonstrando valor, pois o nosso ideal
> É algo que nem todos podem entender
> Na luta contra o mal
> Ser policial
> É sobretudo uma razão de ser
> É enfrentar a morte
> Mostrar-se forte no que acontecer
> É enfrentar a morte
> Mostrar-se forte no que acontecer

Hurra!